

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO**

Alex Lombello Amaral

**Entre armas e impressos:
A revolta de 1842 em Minas Gerais**

**JUIZ DE FORA
2019**

Alex Lombello Amaral

Entre armas e impressos:
A revolta de 1842 em Minas Gerais

Tese de doutoramento apresentada o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como pré-requisito para obtenção do grau de Doutor em História. Área de concentração: Narrativas, Imagens e Sociabilidades.

Orientador: Alexandre Mansur Barata

JUIZ DE FORA
2019

Alex Lombello Amaral

Entre armas e impressos: A Revolta de 1842 em Minas Gerais

TESE apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito parcial para obtenção do título de
DOUTOR EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 10/12/2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata - Orientador

Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara (UFJF)

Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa (UFJF)

Prof. Dr. Marcello Otávio Néri de Campos Basile (UFRRJ)

Prof. Dr. Wlamir José da Silva (UFSJ)

Agradecimentos

Ao povo brasileiro, que por meio da Capes financiou essa pesquisa.

Aos meus professores e colegas, não só de doutorado, mas de toda a minha trajetória acadêmica.

Ao meu orientador atual, Alexandre Mansur Barata, e aos anteriores, Silvana Mota Barbosa e Wlamir José da Silva. O trabalho do historiador é coletivo. O autor de uma tese é responsável por todos os seus defeitos, mas não é responsável por todos os seus sucessos.

À minha família, sem a qual todos os estudos que culminaram na redação dessa tese seriam impossíveis, e que me permitiu trabalhar em completa paz – um bem raro e valioso.

À minha namorada Débora Gomes, que tem me apoiado exatamente nesses meses de redação final.

Ao pessoal da UFJF, técnicos, bolsistas, terceirizados etc. que sempre ajudaram em tudo que pedi, com eficiência e gosto.

Aos irmãos Ragone, Rubens e Luiz Carlos, por terem me recebido em Juiz de Fora durante as primeiras semanas do doutorado, quando eu ainda não tinha onde ficar.

Aos demais amigos, que me toleram e ajudaram a refletir sobre a tese, cujos nomes não vou citar para não cometer injustiças, uma vez que são muitos.

De acordo com uma conhecida frase de Epiteto,
não são os fatos que abalam os homens,
mas sim o que se escreve sobre eles.

Reinhart Koselleck (2006a, p.97)

Resumo

Essa é uma história da Revolta de 1842 em Minas Gerais, e suas conexões com a imprensa e sua história. A imprensa foi aqui exaustivamente utilizada como fonte, assim como estudada enquanto objeto, e mesmo como protagonista histórica. Inclui-se portanto uma pequena história da imprensa mineira desde seu nascimento até alguns anos depois da revolta. As motivações da Revolta de 1842, um dos temas mais polêmicos da historiografia mineira, foram analisadas em seus detalhes. O papel da imprensa no desenrolar da revolta recebeu destaque e estudou-se a imprensa pós 1842. A partir dessa pesquisa é possível aquilatar a importância da Revolta de 1842 para a história política do Segundo Reinado.

Palavras-chave: Imprensa. Revolta de 1842. Segundo Reinado. Revoltas Regenciais.

Abstract

This is a history of the rebellion of 1842 in Minas Gerais, Brazil, and your connections that rebellion with the newspapers and with the history of the press. The press was used here extensively as a source, as studied as an object, and even as a historical protagonist. In fact a short history of the Minas Gerais press is included from its birth until some years after the revolt. The motivations of the rebellion of 1842, one of the most controversial themes of Minas Gerais historiography, were analyzed in detail. The role of the press in the course of the revolt was highlighted and the press post 1842 was studied. From this research it is possible to measure the importance of the rebellion of 1842 for the political history of the Second Reign.

Keywords: Press. Rebellion of 1842. Second Reign. Regency rebellions.

Lista de Ilustrações

Gráfico 1 – Imprensa de São João del Rei entre 1827 e 1889	11
Retrato 1 - Bernardo Pereira de Vasconcellos	22
Retrato 2 - José Pedro Dias de Carvalho	24
Retrato 3 - José Antonio Marinho	34
Retrato 4 - Herculano Ferreira Penna	44
Imagem 1 - Cabeçalhos do <i>Novo Argos</i> e do <i>Astro de Minas</i>	45
Retrato 5 - Benedito Teophilo Ottoni	55
Retrato 6 - Francisco Freire de Carvalho Figueiredo	66
Gráfico 2 – Nascimento de periódicos em Minas Gerais entre 1823 e 1850	70
Gráfico 3 – Periódicos em Minas Gerais entre 1823 e 1850	70
Retrato 7 - Visconde de Araxá – Domiciano Leite Ribeiro	80
Retrato 8 - Manoel Soares do Couto	83
Retrato 9 - Conde de Prados – Camilo Maria Ferreira Armond	86
Mapa 1 – Surgimento da imprensa em Minas Gerais	90
Quadro 1 – Denominações partidárias	103
Mapa 2 – Localidades de onde partiram petições populares	127
Gráfico 4 – Eleitores Liberais e Governistas de Campanha	133
Retrato 10 - Francisco Salles Torres Homem	163
Retrato 11 - Diogo Pereira de Vasconcellos	164
Mapa 3 – Primeira Semana da Revolta de 1842	180
Mapa 4 – Segunda Semana da Revolta de 1842	188
Mapa 5 – Terceira Semana da Revolta de 1842	196
Mapa 6 – Quarta Semana da Revolta de 1842	201
Mapa 7 – Quinta Semana da Revolta de 1842	207
Mapa 8 – Sexta Semana da Revolta de 1842	213
Mapa 9 – Sétima Semana da Revolta de 1842	219
Retrato 12 - Barão de Sabará – Manoel Antônio Pacheco	222
Mapa 10 – Oitava Semana da Revolta de 1842	223
Mapa 11 – Nona Semana da Revolta de 1842	226
Fotografia 1 - Munição de artilharia usada na batalha de Santa Luzia	232
Retrato 13 - Visconde de Tocantins - José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho	233
Fotografia 2 - Casa que serviu de quartel general rebelde em Santa Luzia	234

Mapa 12 – Décima Semana da Revolta de 1842	238
Retrato 14 - Firmino Rodrigues da Silva	286
Retrato 15 - Joaquim Antão Fernandes Leão	287
Quadro 2 – Redatores, Editores, Tipógrafos e Donos de Tipografia	301

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	UMA HISTÓRIA DA IMPRENSA EM MINAS GERAIS (1823-1842)	16
2.1	Tipografia Patriótica: matriz de periódicos (1822-1825)	16
2.1.1	Imprensa mineira enfrenta a Coroa ainda em 1825	23
2.2	A venda da Tipografia Patriótica e a rede de periódicos Liberais	30
2.2.1	Multiplicação, divisões e repressões (1831-1833)	52
2.2.2	A Revolta do Ano da Fumaça e o auge da imprensa	67
2.2.3	Repressão da Regência Trina e Repressão de Feijó (1833-1837)	72
2.2.4	A terceira multiplicação de folhas periódicas (1837-1842)	81
3	ANTECEDENTES E MOTIVAÇÕES DA REVOLTA DE 1842 EM MINAS GERAIS	92
3.1	As eleições, os lados políticos e a Revolta de 1842	93
3.1.1	Eleições do Cacete?	113
3.1.2	Sedição de Araxá	121
3.1.3	Conflitos de Tamanduá	123
3.1.4	A guerra de assinaturas	125
3.2	Motivações da Revolta de 1842	134
3.2.1	Separatismo, República, Oligarquia e Despotismo em 1842	135
3.2.2	As duas leis de sangue	139
3.2.3	O Conselho de Estado e a Oligarquia	141
3.2.4	As reformas do Código do Processo e o Despotismo	143
3.2.5	Jurados, juízes de guerra e vereadores	145
3.2.6	Recrutamento de Guardas Nacionais	149
3.2.7	Augusto Prisioneiro	150
3.2.8	A reescravização dos “homens de cor”	152
3.2.9	Dissolução da Câmara a instruções eleitorais de 1842	155
3.2.10	A Revolta de 1842 e a interpretação do Ato Adicional	158
4	MINAS GERAIS EM ARMAS	161
4.1	Vésperas	161
4.1.1	Perseguição à imprensa	161
4.1.2	O início da aplicação do novo Código do Processo	165

4.1.3	Patriarcas Invisíveis e a preparação final	169
4.2	A revolta de Barbacena e a primeira semana de revolta	175
4.2.1	Levante de São João del Rei	181
4.2.2	A ponte do Paraibuna	184
4.2.3	A guerra de informações	189
4.2.4	O recuo do presidente rebelde	190
4.3	Primeiros combates	193
4.3.1	Acordo de Baependi	194
4.3.2	Batalhas de Caeté e de Queluz	197
4.3.3	As quedas de Rocinha da Negra e Pomba	199
4.3.4	Batalha do Bom Fim e primeira ocupação de Sabará	202
4.3.5	Batalha de Tamanduá	204
4.3.6	Intervenção do Bispado de Mariana e o clero em 1842	205
4.3.7	Vitórias legalistas do dia 12 de julho	206
4.4	Queda de Serra Negra e nova estratégia rebelde	208
4.4.1	Reunião da Assembleia Legislativa em São João del Rei e recuos rebeldes	210
4.4.2	Levante de Mutuca e outros casos	212
4.4.3	Retirada de São João del Rei e revoltas em Paracatu e Curvelo	214
4.4.4	Dissolução da Coluna Junqueira	215
4.4.5	Batalha do Inficcionado e segunda batalha de Queluz	217
4.4.6	Dissolução da Coluna de Curvelo	220
4.5	Conclusão do Conflito Armado	224
4.5.1	Batalha de Sabará	225
4.5.2	A deserção do presidente rebelde	228
4.5.3	Vinte de Agosto: Batalha de Santa Luzia	230
4.5.4	Prolongamento da revolta no Triângulo	237
4.5.5	Números	239
5	PÓS-1842	244
5.1	Os primeiros meses	244
5.1.1	As consequências imediatas para a imprensa	244
5.1.2	O tempo da perseguição aos rebeldes	246
5.1.3	O recrutamento de rebeldes de 1842	252
5.1.4	Os julgamentos dos rebeldes	255
5.1.5	Anistia	261

5.2	Quinquênio Liberal	264
5.2.1	A vingança dos Luzias	265
5.2.2	A derrota política dos Luzias	267
5.2.3	Outros aspectos do Quinquênio Liberal	271
5.2.4	Tentativas de conciliação dos anos 1840 e reforma política de 1846	273
5.2.5	A luta pela memória da Revolta de 1842	277
5.3	A imprensa política pós 1842	284
5.3.1	O crescimento da imprensa não partidária	295
5.3.2	O redatores	298
6	CONCLUSÕES	312
	REFERÊNCIAS	324
	APÊNDICE A – Fichário dos periódicos impressos em Minas Gerais (1823-1849)	336

1 INTRODUÇÃO

Imprensa, política, eleições e as forças que as disputavam eram indissociáveis no período aqui estudado, de forma que para estudar a Revolta de 1842 ou qualquer luta política da época, em Minas Gerais, é necessário estudar a história da imprensa, e vice versa. Qualquer acontecimento da história da imprensa tinha forte influencia na história política, de forma a tornar-se importante estudar qualquer aparente anomalia, como a que se segue. Em 1898 Xavier da Veiga publicou seu artigo *A Imprensa Mineira*, com uma lista com os nomes e datas de nascimento dos jornais mineiros (VEIGA, 1898). Teriam surgido 13 na década de 1820, 42 na década de 1830, 24 na de 1840, 17 na década de 1850, somente 14 nos anos 1860. Só voltaram a crescer nos anos 1870, com 47 novas folhas. Foi uma queda muito mais acentuada no interior que em Ouro Preto. Em Ouro Preto a década de 1840 não é de decadência do número de publicações periódicas, mas as de 1850 e principalmente 1860, sim. Já nas cidades do interior, com 30 folhas nascidas na década de 1830, só surgiram 7 em cada uma das décadas posteriores, voltando a 30 na década de 1870.

Ainda acompanhando Xavier da Veiga, a imprensa do interior quase desapareceu. São João Del Rei ainda teve *A Ordem* e *O Governista Mineiro* nos anos 1840. Nessa cidade ainda existiram umas poucas folhas nas décadas de 1850 e 1860, e a imprensa renasceu na década de 1870. Uma exceção foi Campanha, que teve folhas na década de 1850, *A Nova Província* e *O Sul de Minas*, animadas pela finalidade de separar o sul da Província. Diamantina teve o *Jequitinhonha* somente em 1860 e o *Voluntário* em 1865, depois sua imprensa renasceu como em todas as Minas na década de 1870. Mariana continuou dando à luz folhas religiosas esparsamente, até o renascimento da década de 1870. Pouso Alegre voltou a ter uma folha só em 1873, *O Mineiro*. Sabará, depois de 1842, teve duas folhas na década de 1850 e depois só na década de 1880. São José (Tiradentes), depois d'*O Popular* só voltou a ter uma folha em 1887. Barbacena, depois de 1842, só voltou a ter uma folha em 1880. Também o Serro, depois de 1842 só voltou a ter imprensa em 1890. Caeté e Itambé do Serro provavelmente só voltaram a ter imprensa no século XX. A data 1842 se repete como fatal para a imprensa interiorana mineira.

Reduziram-se até os locais de venda. Várias das folhas só podiam ser assinadas na própria tipografia, e isso era um sinal de certo isolamento quando outras podiam ser assinadas em diferentes cidades e lojas. Mas o número de folhas que só podiam ser assinadas ou compradas nas próprias tipografias cresceu abruptamente na década de 1840 (ver Apêndice A). As pessoas não queriam mais seus nomes vinculados a periódicos?

A decadência numérica da imprensa foi bem retratada em um gráfico sobre a imprensa de São João del Rei:

Gráfico 1 - Imprensa em São João del Rei (MG) entre 1827 e 1889

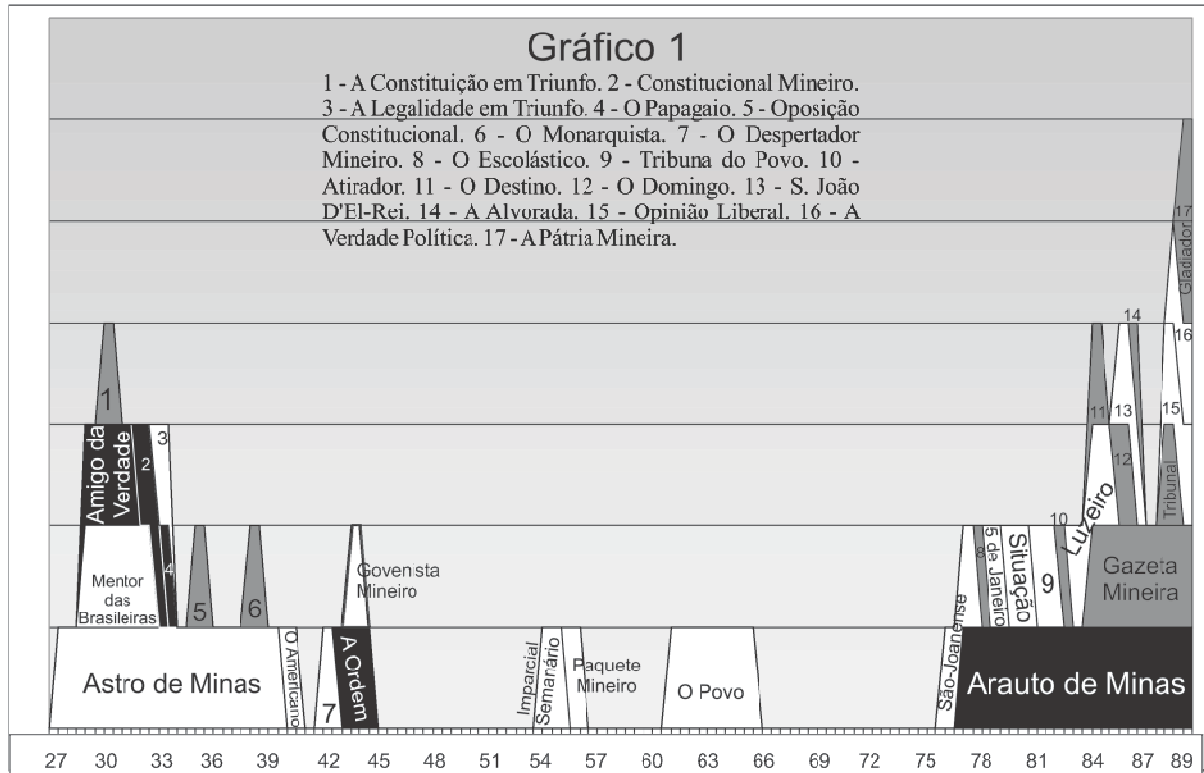


Ilustração 1: Fonte: AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e Chimangos**. Dissertação de Mestrado. PPG História UFJF. 2008.

Em resumo, a imprensa sofreu transformações na década de 1840, quando se iniciou um período que para quase todo o interior das Minas Gerais foi de silêncio dos prelos. O que aconteceu? Para alguns a decadência numérica da imprensa mineira teria tido início “*depois da Revolta Liberal de 1842*” (SANTOS, 2011, p.20; REZENDE, 2009, p.8). Eis a questão a ser aqui investigada: As relações entre a Revolta de 1842 e a imprensa mineira. O que aconteceu com a imprensa e em que a Revolta de 1842 interferiu?

A Revolta de 1842 convulsionou as províncias de São Paulo e Minas Gerais, apesar de ter sido planejada pela Sociedade dos Patriarcas Invisíveis para acontecer também em outras províncias. Marcada para explodir nas respectivas capitais dia 10 de maio, teve início de fato no dia 16 de maio em Sorocaba (SP), e somente em 10 de junho em Barbacena (MG). O planejamento era que a revolta mineira fosse só um apoio à dos paulistas. A revolta seria forte mesmo em São Paulo, província próxima aos rebeldes farroupilhas, e a ação dos mineiros somente obrigaria o governo a dividir sua atenção e suas forças. Mas quando a

revolta explodiu em Minas Gerais já estava em decadência em São Paulo (A batalha de Venda Grande aconteceu dia 7 de junho e foi considerada decisiva contra a revolta). Nas Minas a revolta se espalhou rapidamente por diversos municípios, sobretudo no entorno de Barbacena e São João del Rei, mas também no extremo sul da província, no Triângulo e no Norte. As forças governistas, depois de certa paralisia, reagiram, e iniciou-se uma pequena guerra civil, que teve várias batalhas, mudanças de estratégia e diferenças regionais. O conflito armado encerrou-se com a derrota dos rebeldes na lendária batalha de Santa Luzia, dia 20 de agosto de 1842, pelas tropas imperiais sob o comando do então ainda general Barão de Caxias. Quais as motivações dos rebeldes? É uma das mais polêmicas questões sobre essa revolta, à qual foi dedicado todo um capítulo.

Essa tese foi feita com base em intensa pesquisa em fontes primárias, a exemplo de memórias, documentos oficiais e processos, mas destaca-se o uso da imprensa periódica, com a leitura cuidadosa de milhares de números publicados entre 1823 e 1849 (ver Apêndice A). O que foi estudado não são os fatos narrados pela imprensa. A imprensa foi usada não como fonte para assuntos que ela narrou. Os periódicos eram instrumentos da luta política, e é como tal que foram estudados. Para realizar uma campanha, para elevar ou derrubar um nome, para angariar votos, para realizar levantes ou para reprimi-los, ou seja, para executar a mínima ação tática ou uma grande estratégia, as folhas eram utilizadas. Portanto seus conteúdos são rastros das manobras das forças políticas que as produziram. O que interessa não é o que as forças políticas disseram em seus jornais, mas o que elas fizeram utilizando seus jornais.

Conhecer a história da imprensa periódica é prerrogativa para se entender uma crise dessa mesma imprensa periódica. Afinal como entender a queda numérica de algo que se conhece mal? Uma história da imprensa é ao mesmo tempo indispensável como crítica da imprensa enquanto fonte de pesquisa. Como, quando e onde surgiu a imprensa periódica em Minas Gerais? É possível distinguir diferentes momentos dessa imprensa entre seu surgimento e a Revolta de 1842? Dito de outra forma, que características e atuações se destacam em diferentes momentos? Qual era seu papel, e seus objetivos? Quem eram seus produtores? Qual era seu público? Como era financiada? É o que se faz sobretudo no primeiro capítulo.

Como foi dito, todo um capítulo foi dedicado às motivações da revolta de 1842. O que aconteceu nos meses que precederam a Revolta que pode ser contado ou como prelúdio ou como motivação? O que se divulgou para os leitores de oposição durante os meses que precederam à revolta? O que se dizia na imprensa oposicionista sobre a recriação do Conselho de Estado e sobre a Lei da Reforma do Código do Processo? Como essa imprensa interpretava essas duas leis para diferentes camadas da população? Desses e de outros assuntos se trata no

segundo capítulo.

E a revolta, como foi? Qual sua dimensão? Quem participou? Quem liderou? Quem financiou? O que aconteceu com a imprensa nesse famoso ano de 1842? Ela “participou” da revolta e da reação? Foi diretamente atingida? No terceiro capítulo é feito o trabalho de observar semana após semana a Revolta de 1842. A decisão de seguir uma ordem cronológica se deve à crença pessoal do autor de que a história deve ser contada, porque assim ela é assimilada com mais facilidade, e já é nítido que essa decisão se estende ao resto da tese.

Por fim, no quarto capítulo estuda-se o pós-1842. O que aconteceu com a imprensa depois da revolta? E o que aconteceu nos anos seguintes? E a memória da Revolta de 1842, como foi explorada? O que aconteceu com os Luzias? Com as eleições? Com a vida política? Quais as consequências da Revolta de 1842?

De volta às folhas periódicas, o artigo já citado de Xavier da Veiga, *A Imprensa em Minas Gerais*, ainda é a referência dominante para os historiadores do jornalismo mineiro, dado ser fonte única para muitas informações. Em geral, depois de mais de cem anos de pesquisas, o artigo de Xavier da Veiga se revela com pouquíssimas falhas, embora com algumas lacunas. Entre 1823 e 1850 são somente quatorze folhas que ele desconhecia e uma que ele duplicou. Da lista de jornais do artigo de Xavier da Veiga, até 1850, só não constam, por terem sido descobertos posteriormente, os números *Extraordinários* do *Compilador Mineiro* (Ouro Preto, 1824); *O Semanário Oficial da Província de Minas Gerais* (1826); *o Diário do Conselho Geral da Província* (Ouro Preto, 1830-1832); *O Soldado* (Ouro Preto, 1831); a *União Fraternal* (1832); o *Itambé do Serro* (1831), que é mesmo possível que não tenha existido; o *Revisor* (Ouro Preto, 1833), o *Reformista* (provavelmente Ouro Preto, 1835), o *Sabarense* se é que passou do anúncio, o *Correio da Assembleia* (Ouro Preto, 1836), *A Razão* (Sabará, 1836), *A Igualdade* (São José/Tiradentes, 1840), o *Setembrista* (Ouro Preto, 1841), e o *Governista Mineiro* (São João Del Rei, 1844). *O Constitucional* (Ouro Preto, 1846) foi duplicado por Xavier para 1832 (VEIGA, 1898, p.195-210).

Ao longo da tese foram utilizados dezenas de novos trabalhos em que a imprensa é objeto ou fonte, como se observa nas notas de rodapé. A revalorização da imprensa como fonte tem poucas décadas, e produziu muitos frutos, como se percebe destacadamente no primeiro e no quarto capítulos.

Já a historiografia sobre a Revolta de 1842 é relativamente pequena, e tem como principal referência uma obra do século XIX, publicada ainda em 1844, primeiro com o nome de *História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais*, nome pelo qual foi publicado na Coleção Brasileira, mas logo chamado pelo próprio

autor de *História da Revolução de 1842*, nome com o qual foi publicado pelo Senado Federal, para citar somente as publicações mais recentes (MARINHO, 1978). O Cônego José Antônio Marinho, autor desse livro, foi uma das principais lideranças da Revolta, de forma que sua história precisa ser tomada não só como fonte secundária, mas também como primária, ou seja, tratada com duplo cuidado pelo historiador.¹

Antes mesmo do livro do Cônego Marinho, foi publicado, ainda em 1843, o livro *História da Revolução de Minas Gerais em 1842, exposta em um Quadro Cronológico, organizado de peças oficiais das autoridades legítimas; dos Atos revolucionários da liga facciosa; de artigos publicados nas folhas periódicas, tanto da legalidade como do partido insurgente; e de documentos importantes e curiosos sobre a mesma revolução; com o retrato do General Barão de Caxias e a planta do Arraial de Santa Luzia*, atribuído a Bernardo Xavier Pinto de Souza (SOUZA, 1843). Mas trata-se de uma coletânea de documentos, não de uma narrativa. Foi muito utilizado ao longo dessa tese.

Em 1942 foi publicado *A Revolução de 1842*, de Martins de Andrade, que é completamente calcado na obra de Marinho (ANDRADE, 1942). Por sua vez o livro *A Revolução Liberal de 1842*, de Aluísio de Almeida, publicado em 1944, ao contrário de Marinho, que faz apologia rebelde, faz apologia legalista, mas nem por isso deixou de ser influenciado por Marinho, o que é impressionante (ALMEIDA, 1944). É que Marinho ainda é referência pelo mesmo motivo pelo qual foi escolhido pelos seus correligionários para escrever sua versão da revolta – a pena dele era poderosa, o que é perigoso para o historiador que o lê.

Recentemente surgiu uma obra sobre a Revolta de 1842 que não é dominada pela pena de Marinho, foi a de Erik Hörner, *Em defesa da Constituição: A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*, de 2010. Essa obra contribuiu muito para os estudos sobre a Revolta

1 José Antônio Marinho (1803-1853), foi redator ou colaborador no *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, no *Novo Argos*, no *Astro de Minas*, no *Oposição Constitucional*, no *Americano*, no *Despertador Mineiro*, no *Itacolomy*, no *Itamontano*, no *Monarquista* e no *Constitucional*, para contar só folhas mineiras. Nasceu em Brejo do Salgado, nas margens do São Francisco, negro e pobre. Teria se encaminhado para o sacerdócio por uma paixão não correspondida, e quando seminarista em Olinda participou da Confederação do Equador, sendo castigado com a expulsão. Terminou seus estudos no Caraça, onde também lecionou. Foi vereador, deputado provincial e geral, professor e diretor de diferentes colégios. Era filho de Antônio José Marinho, e neto do Capitão Francisco Alves Passos e de Romana Cardoso de Toledo. Afirmou que nasceu pobre por “*negócios falhados da parte de meu avô, e meu Pai nos reduziu a pobreza*”, mas que “*a nossa casa, ou a de meu avô, se chamava por antonomásia – a casa grande*” (ASTRO DE MINAS, 29/10/1836). Em outras palavras, Marinho tinha capital cultural. Além de um dos principais envolvidos da Revolta de 1842, foi seu mais famoso memorialista, ou se isso existe, um historiador oficial dos rebeldes, tendo publicado sua versão já em 1844.

de 1842, levando-a além da simples descrição. Além de estudar os fatos ocorridos entre maio e agosto de 1842, Hörner estudou alguns antecedentes da revolta, debateu suas motivações, estudou o pós-1842, buscou compreender o significado da Revolta de 1842 na história política do Império. Hörner preferiu estudar a Revolta como um todo, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, dando mais atenção à primeira província. É uma opção que já contém em si a certeza de que se tratou de um mesmo movimento, e de que as províncias envolvidas eram semelhantes ao ponto de poderem ser estudadas em conjunto. A presente tese fez opção oposta, considerando que as diferenças entre as províncias eram tais que é melhor estudar o movimento de 1842 em uma delas, ao pesquisar em fontes primárias, e utilizar fontes secundárias no que tange a outras províncias.

Nota-se que as pesquisas especificamente sobre a Revolta de 1842 são poucas. Vários outros autores se referiram a essa revolta em suas obras e são utilizados ao longo dessa tese. Historiadores que tratam do 2º Reinado, sobretudo de sua história política, muitas vezes esbarram com referências à Revolta de 1842, sem qual não seria possível explicar sequer o apelido “Luzias”. Embora pouco espaço tenha sido dedicado ao debate historiográfico, os trabalhos de dezenas de historiadores foram extremamente úteis, como se lê nos rodapés. O historiador trabalha sozinho com seus livros e documentos, nos arquivos, ao escrever, ao buscar informações pelos mais inusitados caminhos, mas seu trabalho ainda assim é coletivo – é fruto dos esforços de gerações de pesquisadores, a maioria dos quais já tão mortos quanto seus objetos de estudos, e tão “vivos” quanto “reviveram” esses objetos de estudos ao escreverem sobre eles.

O objetivo dessa tese, portanto, não é encerrar o debate sobre a Revolta de 1842, nem sobre a história da imprensa. Pelo contrário, é animar o debate e estimular novas pesquisas.

2 UMA HISTÓRIA DA IMPRENSA EM MINAS GERAIS (1823-1842)

A imprensa foi uma das protagonistas da Revolta de 1842, tanto do lado rebelde quanto do legalista, a maior recrutadora, e a arma que mais criou lacunas nas hostes rebeldes. Mas não é só isso, porque a história da imprensa se confunde com a história das forças políticas que então se formavam, ou como eles se denominavam frequentemente, os “lados políticos”. A imprensa estudada utilizava tanto os termos “lado político” como “partido”, para se referir aos adversários e aos aliados. O termo “lado político” corresponde melhor à realidade, na qual não havia uma organização formal, nem direções oficiais, nem um programa aprovado por uma maioria, nem congressos etc. A imprensa era o que havia de mais concreto, a única fonte de direção política, a única organizadora coletiva desses “lados políticos”.

Os lados políticos eram conhecidos pelos seus apelidos (ver Quadro 1). Seus objetivos, sua composição social, eram polêmicos desde a época e até hoje o são entre os historiadores. Mas todos podiam ler, preto no branco, o que pregava, por exemplo, *O Universal*, e não era difícil saber quais folhas eram aliadas e quais eram inimigas d'*O Universal*. Ou seja, o “lado do Universal” era algo de muito concreto. Estudar a imprensa dessa época é como se pudéssemos estudar o sistema nervoso dos lados políticos. A direção política era feita pela imprensa, que apontava objetivos, inimigos, táticas e realizava estratégias. Quanto mais compreendermos a imprensa dessa época, mais compreenderemos sua história política, inclusive a Revolta de 1842.

2.1 A Tipografia Patriótica: matriz de periódicos – 1822-1825

Desde Xavier da Veiga (1898) acredita-se que a primeira tipografia da Província foi a Tipografia Nacional do Governo Provincial (VEIGA, 1898, p.183). Oficialmente Minas Gerais tinha uma Tipografia Nacional desde o início de 1822, sob a inspeção do secretário de governo, e tendo como diretor José Vicente Ferreira e tinha mais empregados, mas segundo o inspetor com ela “*não era possível obter a impressão regular de uma folha de papel*” (ABELHA DO ITACULUMY, 4/7/1825). O problema da Tipografia Nacional era “*falta de letras*” (O UNIVERSAL, 1/08/1825), ou seja, de tipos. Os pertences dessa Tipografia Nacional acabaram remetidos aos Armazéns Nacionais em 1828 (MOREIRA, 2011, p.170).

A primeira Tipografia de Minas Gerais foi de fato a:

dita com razão Patriótica; porque todos os seus utensils foram aqui fabricados sem modelos, e nem outra direção, que o desenho achado em alguns Livros, e para maior glória dos mesmos grande porção de tipos se fundiu de chumbo extraído de nossas Minas (ABELHA DO ITACULUMY, 12/01/1824).

A Revolução Francesa multiplicou os manuais que versavam sobre tipografias, entre eles o *Dicionário de Ciências e Artes*, onde Manoel Barbosa observava os citados desenhos sonhando em criar “*o mais belo Estabelecimento da Cidade*” (O UNIVERSAL, 1/2/1828), a “*mais importante das descobertas do homem*” (ASTRO DE MINAS, 29/10/1836) (VEIGA, 1989, p.180; DARNTON, ROCHE, 1996, p.157). A fabricação de uma tipografia, que na província de Minas Gerais se repetiria em Tejuco (Diamantina), depois em Itambé, arraial de Vila do Príncipe (Serro) e em Campanha, revela a necessidade irrefreável de participar do debate político durante o processo de independência do Brasil e formação do Estado nacional (SILVA, W., 2009, p134).

O sentimento dos periodistas brasileiros pode ter sido semelhante ao de J.P Brissot,² que disse em suas memórias:

Era necessário esclarecer incessantemente as mentes das pessoas, não através de obras volumosas ou bem fundamentadas, porque o povo não as lê, mas através de pequenas obras, (...) através de um jornal que espalhasse luz em todas as direções (DARNTON, ROCHE, 1996, p.132).

Pelo lado do público havia esperança semelhante de “*em poucas linhas saber o que vai pelo mundo*” (ASTRO DE MINAS, 12/1/1828).

Os construtores dessa primeira tipografia de Minas Gerais foram um português que se educou de forma autodidata no Brasil e um brasileiro educado em Lisboa, respectivamente Manoel José Barboza Pimenta e Sal³ e Frei José Joaquim Viegas de Menezes⁴ (ver notas de

2 Jacques Pierre Brissot foi uma figura polêmica. Editor, jornalista, contrabandista de livros, e antes da Revolução Francesa, espião da polícia, após passar três meses preso por escrever contra a rainha. Participou da Queda da Bastilha. Durante a Revolução foi um dos principais líderes girondinos. Em 1793, durante o Terror jacobino, Brissot foi guilhotinado.

3 Manoel José Barbosa Pimenta e Sal, chapeleiro e sirgueiro, nasceu em Portugal. Era autodidata, e teria falecido pobre, no hospital de Ouro Preto, cerca de vinte anos depois de montada a tipografia (VEIGA, 1898, p.181). Seu papel tem sido subestimado pela historiografia. É suspeito de ter sido redator do *Compilador Mineiro* e do *Universal*.

4 Frei José Joaquim Viegas de Menezes nasceu em Vila Rica, em 1778. Depois dos estudos possíveis em Minas Gerais seguiu para Portugal, onde os completou e recebeu ordens sacras. Desenhava desde criança, e dedicou-se à pintura a vida toda, tendo pintado quadros dos Bispos de Mariana e de São Paulo, do governador Manoel de Portugal e Castro, do Visconde de Caeté etc. Também “estudou” na Régia Oficina Tipográfica, calcográfica, tipoplástica e literária do

rodapé). O mesmo Frei José Joaquim Viegas de Menezes em 1808 tinha construído uma prensa onde imprimiu uma poesia⁵ em homenagem ao governador e sua esposa, mas sem usar tipos móveis. Em 1820 a Tipografia Patrícia, que só recebeu autorização em 1822, já estava com suas portas abertas (SANTOS, 2011, p.48). Em comparação São Paulo só teria o seu primeiro prelo em 1827 (MOREIRA, 2011, p.137). “*Montada a oficina tipográfica*”, o frei José Joaquim Viegas de Menezes “*deixou-a exclusivamente entregue à direção de Manoel José Barbosa, pouco depois associado a um terceiro*” (VEIGA, 1898, p.181). Em 1822 a Tipografia Patriótica imprimiu a *Fala* que D. Pedro I fez aos mineiros.

Em 1823 a Tipografia Patriótica imprimiu o primeiro periódico de Minas Gerais, o *Compilador Mineiro*, que durou um trimestre, mesmo porque “*se limitavam a trimestre as assinaturas para seu dito Periódico...*”. Muitas folhas só recebiam assinaturas para o primeiro trimestre, depois terminavam. Não era um traço nacional do periodismo, também nos EUA “*Mais de metade dos 2120 jornais, por exemplo, fundados entre 1690 e 1820, morreu antes de completar dois anos de idade*” (EMERY, 1965, p.81). Sabe-se que no número 13, dos quais não existe cópia dos arquivos públicos, defendeu a criação de uma Universidade em Minas Gerais e que em sua primeira fase existiu até o número 39, de 9 de janeiro de 1824 (CARVALHO, BARBOSA, 1994, p.57). Apesar das “*frequentes arguições do Compilador Mineiro contra o ex Governo Provisório...*” os membros desse governo teriam assinado a folha por um ano. A *Abelha* publicou essa informação em resposta a acusações do redator do *Compilador*, que fazia “*...alegações de que a suspensão de seu Periódico tivera origem, não em adiantamento de um Estabelecimento digno de muito louvor, mas sim na falta de confiança nesse Governo...*” (ABELHA DO ITACULUMY, 5/03/1823, 9/08/1824).

Meio ano depois, a partir de 8 de julho de 1824, quando já existia *A Abelha do Itaculumy*, foi publicado o *Compilador Mineiro Extraordinário*, deu somente seis números e anunciou seu fim em 1 de novembro do mesmo ano. Tinha o mesmo redator, como se nota pelo debate em torno do fim do *Compilador* no início de 1824. Depois do fracasso do *Extraordinário*, esse redator “*ausentou-se*”. Claramente foi uma segunda tentativa de

Arco do Cego, dirigida pelo também mineiro e frei José Mariano da Conceição Veloso, que também foi retratado pelo frei Menezes. Faleceu em Vila Rica, em 1841, quando era vice-diretor do Colégio Assunção (VEIGA, 1898, p.176, 181, 247). Por sua vez o Frei José Mariano da Conceição Velloso, 1742-1811, nascido na Comarca do Rio das Mortes, deixou ampla produção bibliográfica (BLAKE, 1899, p.64-70). É suspeito de ter sido redator do *Compilador Mineiro*.

5 A poesia era de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, vereador em Vila Rica na época da Inconfidência, pai de Bernardo Pereira de Vasconcellos e Diogo de Vasconcellos, a frente citados.

existência de um mesmo periódico. A *Abelha do Itaculummy* mais uma vez sugeriu que o redator era Barboza, o dono da tipografia, que negou (ABELHA DO ITACULUMMY, 9/07/1824, 1/11/1824).⁶

Na forma o *Compilador Mineiro* seguiu o modelo francês revolucionário, que “*diferentemente de seus contemporâneos londrinos, mantiveram-se à parte de inovações chocantes como manchetes e ilustrações, e sua diagramação em duas colunas se parecia com a de livros publicados antes de 1789, como a Encyclopédie*” (DARNTON, ROCHE, 1996, p.212). A numeração era sequencial de um número para outro, como se fosse para formar um livro, indicando uma pretensão de perenidade (MOREIRA, 2011, p.194). Foi produzido para o uso descrito pelo Deputado Provincial Pereira e Souza:

...desde a independência do Brasil, que por ventura sou assinante de todos os periódicos de todas as cores políticas, e conservo na minha casa grossos volumes de todos esses jornais: e disso tenho tirado grande utilidade (O COMPILADOR, 11/5/1844).

Esse formato livresco foi imitado por quase todos os periódicos aqui estudados, com exceção somente da numeração sequencial das páginas, que foi mais característico das folhas da Tipografia Patriótica.

A tiragem do *Compilador Mineiro* era muito pequena. Por exemplo, o *Compilador*, números 26 e 27, publicou a lei de 20 de outubro de 1823, sobre a administração das Províncias, mas foi necessário o *Abelha* republicar essa lei dada “*a raridade dos exemplares*” (ABELHA DO ITACULUMMY, 8/04/1825).

É muito comum a afirmação de que os jornais da época “*Não encontrando a linguagem precisa, o caminho certo (...) derivavam para a vala comum da injúria, da difamação, do insulto repetido*” (SODRÉ, 1966, p.181). Mas o *Compilador Mineiro* não era assim, e a maioria das folhas aqui estudadas também não.

A *Abelha do Itaculummy* se apresentou ao público imediatamente após o encerramento do *Compilador Mineiro*, e uma das justificativas de sua existência era a sustentação da Tipografia. Sem uma folha periódica “*tão patriótico estabelecimento cairia*”. A tiragem da *Abelha do Itaculummy* também era pequena, “*...raras vezes se imprimem desta Folha pouco mais de cem exemplares...*” (ABELHA DO ITACULUMMY, 12/01/1823, 8/11/1824). Das Atas das Câmaras, para os deputados, senadores, e para o país todo, considerava-se suficientes 500 cópias, e dois meses depois, do Relatório do Ministro da Fazenda e do Parecer da Comissão

6 Ver Apêndice A – Fichário de todos os jornais encontrados no período.

que o examinou na Câmara dos Deputados se fez “*que o número dos exemplares subisse a mil para chegar ao conhecimento da Nação*”. Quando o Conselho de Governo de Minas Gerais quis que uma de suas decisões fosse bem conhecida, fez 600 cópias (O UNIVERSAL, 24/7/1926, 18/9/1826, 5/3/1828).

A *Abelha* era defensora apaixonada de D. Pedro I. Seus redatores sempre se referiam a si mesmos assim, no plural, mas não são conhecidos. É possível que Manoel Soares do Couto⁷ tenha sido um deles, pois em sua necrologia se diz que escreveu desde a época da independência, e ao lado do Imperador. Ele era filho de Nicolau Soares do Couto⁸, em cuja loja também se distribuía a *Abelha* (ver notas de rodapé). O outro distribuidor da *Abelha*, João de Deus Magalhães Gomes⁹, participou da Revolta de 1833 em Ouro Preto, da qual Manoel Soares do Couto foi o líder civil (Apud. SILVA, W., 2018, p.175).

Por um ano e meio a *Abelha* foi a única folha de Minas Gerais, com a curta interrupção de meia dúzia de exemplares do *Compilador Mineiro Extraordinário*, quando em 21 de Junho de 1825 surgiu *O Companheiro do Conselho*, que se propunha a circular durante os dois ou três meses de reunião do Conselho da Presidência (ABELHA DO ITACULUMY, 22/6/1825).

O surgimento d’*O Companheiro do Conselho* pode ter relações com o fim da *Abelha*, que oficialmente foi relacionada ao fracasso da Tipografia Nacional, que só existia

- 7 Manoel Soares do Couto foi redator do *Correio de Minas*, há pistas de que foi redator do *Abelha do Itaculomy*, e era suspeito de redigir o *Unitário*. Nasceu em 1801 e faleceu em 1841, em Ouro Preto, depois de dois meses de enfermidade. Filho de Nicolau Soares do Couto, um rico comerciante. Ambos venderam em suas casas comerciais várias folhas periódicas. O pai foi vendedor do *Abelha do Itaculomy*, e o filho era vendedor de diversas folhas Moderadas, como a *Opinião Campanhense* e o *Astro de Minas*, até a revolta do Ano da Fumaça, 1833, na qual Manoel Soares do Couto assumiu a vice-presidência de Minas Gerais, como líder civil máximo dos rebeldes. Foi redator desde a época da Independência, quando “*tomou o partido de seu defensor; escolhendo para desempenho disso a árdua tarefa de jornalista*” (CORREIO DE MINAS, 17/6/1841). Infelizmente a necrologia não fornece a lista das folhas das quais ele foi redator. Mas a folha pedrista que existiu na época da independência em Minas Gerais foi a *Abelha do Itaculomy*, a não ser que se trate do *Compilador Mineiro*. Foi conselheiro provincial, vereador, tenente coronel da Guarda Nacional de Ouro Preto, presidente da Mesa da Santa Casa de Misericórdia e deputado provincial (SILVA, 2009, p.292).
- 8 Nicolau Soares do Couto (1761-1840) era distribuidor e possivelmente colaborou com o *Abelha do Itaculomy*. Nasceu em 1761, em Portugal, e faleceu em 1840, em Ouro Preto. Pai de Manoel Soares do Couto, citado acima. Comerciante abastado. Foi administrador dos correios de Ouro Preto e Almotacé antes da independência do Brasil. Foi vereador em 1816 e em 1828.
- 9 João de Deus Magalhães Gomes foi distribuidor do *Abelha do Itaculomy*. Foi Sargento Mor e procurador da Câmara de Ouro Preto. Em 1822 participou de uma movimentação política contra o Ouvidor que não queria jurar a Constituição que viria a ser feita.

oficialmente. Eis o caso: Bernardo Pereira de Vasconcelos¹⁰, em reunião do Conselho da Presidência, conseguiu aprovar que se pedisse ao Imperador “*mandar para esta Província uma Imprensa, como Mandou para a de S. Paulo...*”. Na verdade nenhuma tipografia chegou a ser enviada para São Paulo, mas o pedido da Presidência de Minas ao Imperador motivou:

Requerimento de Manoel José Barboza, no qual oferecia a sua Imprensa pelo preço mais razoável possível para o Serviço Nacional, não duvidando ser o Administrador e continuar a fundir as letras que se julgarem necessárias... (ABELHA DO ITACULUMY, 8/7/1825)

Fica parecendo que a Tipografia foi vendida, mas no *Diário do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais*, número XIII descobre-se que o Conselho, na reunião de 28 de julho de 1825, negou-se à compra, alegando que o preço era elevado. Barboza deu o preço de um conto e cem mil reis (1:100\$000), além de 400\$ anuais para ele como administrador, e 200\$ anuais para aprimorar a oficina¹¹.

Embora a tipografia não tenha sido vendida o requerimento de Manoel José Barboza oferecendo sua tipografia foi usado como argumento da *Abelha do Itaculummy* para encerrar suas atividades: “*Como o Sr. Impressor se deliberou a vender a sua Oficina, suspende-se a publicação desta Folha; porque não pode ter lugar a continuação do contrato arranjado com o mesmo...*” (ABELHA DO ITACULUMY, 11/7/1825).

10 Bernardo Pereira de Vasconcellos nasceu em Vila Rica, em 1795, e faleceu no Rio de Janeiro em 1850, de febre amarela. Formado em Coimbra, atuou como advogado em Lisboa, foi Juiz de Fora em Guaratinguetá, Desembargador em Ouro Preto, deputado geral e provincial, membro do Conselho de Governo e do Conselho Geral da Província, senador, ministro e conselheiro de estado. Quando surgiu o Curso Jurídico de São Paulo se ofereceu para Lente, embora já fosse Desembargador (O UNIVERSAL, 25/2/1828). Mas nenhuma lista de cargos dimensiona Bernardo Pereira de Vasconcelos. Foi um dos vultos do Império. Vasconcelos sempre negou redigir periódicos, e sempre foi considerado redator de vários periódicos. É bem possivelmente o criador d’*O Universal*, e escreveu para o *Oposição Constitucional*, suspeito de ter redigido o *Companheiro do Conselho*, e se não redigiu o *Parahybuna* teve essa folha a seu serviço.

11 Como disse Luciano Moreira, é difícil avaliar se o preço era realmente caro. Em 1832 *O Vigilante*, de Sabará, compraria a sua tipografia, no Rio de Janeiro, por 1:400\$000 (O VIGILANTE, 19/1/1833), e não por 4:400\$000 como já se afirmou. Em Dezembro de 1835 Dias de Carvalho ofereceria sua tipografia ao governo provincial por 6:400\$000 (MOREIRA. 2011. P.176-177). De qualquer maneira, o preço das tipografias subiu mais que a inflação.

Retrato 1 - Bernardo Pereira de Vasconcelos



Fonte: SISSON. S.A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*.

Desmentindo porém a *Abelha do Itaculomy*, o *Companheiro do Conselho*, em seu número 12, teria “*se atribuído a glória de ter morto a Abelha*”. No fim de 1825, ao se contar as glórias da Tipografia Patriótica, descobrimos que “*Oitenta e dois Ns. da melíflua Abelha do Itaculomy, encheram metade do ano, e continuariam até hoje, se o mesquinho Companheiro do Conselho (que se limitou a imprimir apenas 12 Ns.) a não tivesse desanimado*”. Um correspondente conta que o *Companheiro do Conselho* teria chamado a *Abelha do Itaculomy* de “*measureira e adulara*” (O UNIVERSAL, 23/07/1825, 30/12/1825, 27/9/1826). Ou seja, já em 1825 Minas Gerais quase viveu seu primeiro embate de folhas.

Uma semana depois da *Abelha do Itaculomy* anunciar seu fim, apareceu o primeiro número d’*O Universal*, dia 18 de julho, 10 dias antes do Conselho de Governo negar-se a comprar a Tipografia. Nasceu explicando que “*Como o Companheiro do Conselho deve de acabar em breve*”, pois as seções do Conselho logo iam terminar, “*e os Ilustres Redatores da Abelha não continuam por ora a publicar o seu Periódico, eu me vi na necessidade de escrever (...) para assim haver ao menos um Periódico, nesta a maior Província do Império*”. Foi ainda nessa primeira fase que *O Universal* publicou a proposta de transferir a capital do Brasil para o interior (O UNIVERSAL, 18/7/1825, 31/8/1825). *O Universal* duraria até 1842,

a folha mais longeva de sua época.

O já citado *Diário do Conselho do Governo*, que Carvalho e Barbosa afirmam ter sido impresso na Tipografia Nacional, que acima se viu que era inativa, foi de fato impresso também na Tipografia Patriótica de Barboza (CARVALHO, BARBOSA, 1994, p.69). Em 1825 deu 23 números. Não traz data de publicação, mas passou a ser distribuído em agosto de 1825. Em outubro ainda estava em seu número 14, e com a impressão atrasada (O UNIVERSAL, 8/08/1825, 14/10/1825).

No dia 13 de setembro de 1825 surgiu o semanário *Patriota Mineiro*. Defendeu um Banco Mineral, que seria criado a partir dos diamantes do distrito diamantino, diferente de Bernardo Pereira de Vasconcelos, suspeito na época de ser redator, que defendia a arrematação das terras diamantinas e a liberação do comércio de diamantes. Três meses depois, ao relatar os trabalhos da Tipografia Patriótica em 1825, *O Universal* nos conta que o *Patriota Mineira* teve somente 13 números, e comemorou quando as assinaturas do mesmo passaram de 150 (O UNIVERSAL, 12/09/1825, 17/10/1825, 2/11/1825). Para Sacramento Blake e Claus Rodarte o redator foi José Pedro Dias de Carvalho¹², então com 20 anos (BLAKE, 1899, p.78; RODARTE, 2015, p.78).

Dias de Carvalho teria uma carreira de destaque e foi um dos principais protagonistas das primeiras décadas do jornalismo mineiro e da Revolta de 1842.

2.1.1 Imprensa mineira enfrenta a Coroa ainda em 1825

Na segunda metade de 1825 eram impressos em Minas Gerais, na Tipografia Patriótica de Barboza, o *Diário do Conselho de Governo*, oficial, o *Companheiro do Conselho*, temporário desde sua proposta inicial, *O Universal* e o *Patriota Mineiro*, que durou pouco. Essas quatro folhas fizeram coro contra um decreto de D. Pedro I que dava enormes privilégios para uma companhia inglesa do Vale do Rio Doce, companhia essa ligada à família Carneiro Leão. Os defensores da companhia entraram em conflito com a imprensa mineira

12 José Pedro Dias de Carvalho nasceu em Mariana, em 1805, e faleceu no Rio de Janeiro em 1881. Dono da tipografia do *Universal*, foi redator dessa folha por muitos anos. Publicou o *Diário do Conselho Geral da Província de Minas Gerais*. Suspeito de ter sido, ainda menor, redator do *Patriota Mineiro* e corresponsabilizado pelo que publicava o *Guarda Nacional Mineiro*. No Rio de Janeiro redigiu *O Parlamentar*. Sócio do IHGB. Foi deputado provincial e geral, senador, conselheiro de Estado e ministro (VEIGA, 1898, p.190). Foi Comendador da Ordem de Cristo, Presidente de Minas Gerais e do Banco do Brasil. Aos 15 anos, estudando latim, substituiu seu professor pelo espaço de 1 ano (BLAKE, 1899, p. 116-117). Dias de Carvalho foi Secretário de Governo dos rebeldes em 1842.

por meio do *Diário Fluminense*, insinuando que Minas Gerais estaria agitada. Os artigos em defesa da companhia inglesa eram assinados com o pseudônimo de “Paraopebano”, mas há quem diga que era o próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos quem os escrevia para gerar o debate. Contudo, é estranho que uma companhia de tal monta não tivesse defensores de verdade.

Retrato 2 - José Pedro Dias de Carvalho



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Além de tratar de assuntos econômicos a polêmica tomou dimensão política, pois, segundo um correspondente, as folhas mineiras mostravam “*com a maior moderação, que os Ministros do Estado são responsáveis, e que conseqüentemente os seus atos, estão sujeitos a censura...*”. Ou em outras palavras, censuravam o gabinete do Imperador antes mesmo da abertura das Câmaras. A polêmica vendia jornais, pois “*...todos os dias de manhã se apinha gente à porta da Imprensa, como se fosse porta da Igreja.*” (O UNIVERSAL, 23/11/1825, 14/09/1825).

Em janeiro de 1826 *O Universal* comemorou vitória sobre a companhia de capital inglês, pois no final de novembro de 1825 D. Pedro I teria “*escusado*” o contrato proposto por José Alexandre Carneiro Leão (O UNIVERSAL, 9/1/1826).

Apesar dessa vitória, e talvez devido a ela, essa imprensa quase sumiu. Com menos de seis meses o *Patriota* deixou de circular e *O Universal* mudou de redator:

Pretendendo o Ilustre Redator desta Folha suspender a publicação dela por se achar impedido por motivos particulares, que eu ignoro, e havendo-se despedido o Redator do *Patriota Mineiro* talvez por medo de que o Paraopebano lhe fizesse o que ele receava da parte dos Membros do extinto Provisório, como ele disse... (O UNIVERSAL, 9/12/1825)

Um correspondente afirmou que o redator do *Patriota* “estaria talvez agora bem receoso de que o *Paraopebano* o chame aos Jurados...” (O UNIVERSAL, 28/12/1825). Contudo o fim do *Patriota Mineiro* e a retirada do primeiro redator d’*O Universal* também podem ter sido motivados não por medo, mas pela certeza de terem vencido a única disputa pela qual tinham vindo a público. O *Patriota* parece ter sido um dos típicos jornais de trimestre, cujas assinaturas não eram renovadas ao final do primeiro trimestre, isso quando eram pagas as do primeiro:

O Ex-Redator do *Patriota Mineiro* roga aos srs. Assinantes do seu Periódico, que se tem descuidado de contribuir com o importe de suas Assinaturas a graça de o fazerem com brevidade para poder liquidar suas contas com o Impressor (O UNIVERSAL, 1/2/1826).

Sob a segunda redação *O Universal* se tornou ainda mais “republicador” de artigos de outras folhas, assim como publicou extratos de obras de economistas e filósofos, quase sem textos próprios, e os próprios leitores reclamavam disso, ainda comentavam que “o Sr. Redator tem jeito muito particular para escolher o que menos interessa”. Para compensar o laconismo do redator, *O Universal* passou a receber uma “multidão de correspondências (...) das diferentes partes da Província” (O UNIVERSAL, 9/8/1826, 27/2/1826). No fim de 1825, *O Universal* se dizia o “único, que resta de tantos Escritores” que publicavam na Província de Minas Gerais. Os motivos não eram repressivos. Esses redatores escreviam com enorme liberdade e buscavam polêmicas.

Em fevereiro de 1826 *O Universal* passou a denunciar que as seções do Conselho de Governo da Província não estavam sendo publicadas, e ofereceu insistentemente suas páginas. Tentou inocentar Bernardo Pereira de Vasconcelos, que estaria dispensado de assistir às seções por ter sido encarregado das estatísticas da Província (O UNIVERSAL, 15/2/1826, 6/3/1826). Viu-se que *O Universal* estava precisando de conteúdo, e obviamente as atas do Conselho de Governo atrairiam os leitores. Também era, porém, uma firme defesa da publicidade dos atos governativos, da conquista, em Minas, do que os ingleses conquistaram em 1771.¹³ Deve-se compreender que imprimir atas era uma prática revolucionária, chocando-se com o segredo do Antigo Regime, “*Os primeiros jornais fundados nas semanas iniciais da Revolução, como o Point du jour, editado pelo futuro jacobino Bertrand Barère, eram*

13 Em 1771 a Câmara dos Comuns finalmente aceitou que a imprensa publicasse suas seções (ALBERT, TERROU, 1990, p.12-13).

dedicados quase exclusivamente à cobertura das sessões públicas dos Estado Gerais” (DARNTON, ROCHE, 1996, p.127, 214). Assim a imprensa conseguiu “*eliminar da política a centralidade do segredo de Estado, característica fundamental do regime absolutista*” (NUNES, 2010, p.17). Em Minas Gerais essa luta foi iniciada pel'*O Universal*.

Com esse tipo de prática *O Universal* conquistou adversários que: “*procuram retirar nossos assinantes para ver se (ilegível) sucumbimos, e suspendemos a publicação da folha*”. Mas não conseguiram: “*vai aumentando consideravelmente a lista dos nossos subscritores*”. Tentaram até deixar *O Universal* sem compositores.¹⁴ A falta de compositores só fez falta mesmo alguns meses depois, coincidindo com a época em que 20 deputados mineiros, muitos de Ouro Preto, viajavam para a Corte. Então desaparecem os “ch”, substituídos por “x”, “marcha” por “marxa”, “chácara” por “xacra” (O UNIVERSAL, 27/2/1826, 15/1/1827, 23/5/1827, 28/5/1827) etc. Sinal de que homens mais letrados que Barboza, interessados em que *O Universal* não morresse, ajudaram-no até como compositores. Quando se ausentaram, ele passou aperto. Os “h”s voltaram em pouco mais de um mês.

Logo surgiu um panfleto avulso contra *O Universal* denominado *Ao Público*, respondendo que as seções do Conselho não eram publicizadas porque o “*Impressor Barboza é excessivo nos ajustes dos trabalhos da imprensa, e que ainda assim se queixa de prejuízos*”. Surgiriam mais avulsos (O UNIVERSAL, 13/3/1826, 19/6/1926), mas Barboza não recuou:

Sábado d’Aleluia 25 do corrente mês se findarão as Sessões do Ex. Conselho de Governo, começadas em 26 de Fevereiro passado; até hoje ignora o Público em que empregaram os Srs. Conselheiros estes dois meses... (O UNIVERSAL, 29/3/1826)

Em 17 de abril de 1826 *O Universal* anunciou o surgimento do sétimo periódico da Província, o *Semanário Oficial da Província de Minas Gerais*, que já tinha dado quatro números, e ficou nisso. Seu redator, provavelmente o mesmo redator do *Diário do Conselho de Província*, o secretário de governo Luiz Maria da Silva Pinto (ver nota de rodapé), afirmou que deveriam ter sido 12 números, mas por atrasos da Tipografia saíram somente quatro (O UNIVERSAL, 12/3/1827).¹⁵ Esse redator dessas duas folhas oficiais justificou também seu

14 “*Um compositor podia alinhar de 1000 a 1200 caracteres, ou quase uma página in-octavo, numa hora.*” (DARNTON; ROCHE (Orgs.), 1996, p.163). Já o impressor manual imprimia cerca de 2500 folhas em 12 horas de trabalho. (ASIMOV, Isaac. 1981. p.424.).

15 Major Luiz Maria da Silva Pinto nasceu em Ouro Preto em 1773, e faleceu em 1869. Para Eduardo Freire ele era goiano (FREIRE, 1981, p.159). Provavelmente foi redator do *Diário do Conselho de Governo da Província de Minas Gerais*, do *Semanário Oficial da Província de Minas Gerais* e das *Atas das Seções do Conselho de Governo*, todas da década de 1820. Em

boicote à Tipografia Patriótica pelos “*queixumes*” de Barboza, seus preços, e porque ele divulgava as informações antes! Bem antes dessa gíria ser inventada, Barboza já praticava o “furo jornalístico”. Barboza confessou:

Esse Senhor de nome muito comprido, que deu a luz *Diário do Conselho*, 4 números do *Semanário Oficial*, e que daria 500 outros Periódicos em cada dia, se a sua Impressão não custasse dinheiro, assentou que os trabalhos do Governo lhe deviam pertencer, como propriedade seguramente adquirida, e que só a ele competia o publicá-los (O UNIVERSAL, 16/3/1827).

Sabemos que um dos panfletos que Luiz Maria da Silva Pinto publicou contra *O Universal* (O UNIVERSAL, 29/5/1926) não foi rodado na Tipografia Patriótica. Silva Pinto teria conseguido fazer funcionar a Tipografia Nacional para rodar quatro números do *Semanário Oficial* e esse panfleto?

Como panfletos e intrigas não resolveram, Luiz Maria da Silva Pinto processou *O Universal*. O motivo alegado foi não se referir a ele como “Senhor”, e sim de “V.m.”. O objetivo verdadeiro segundo o próprio Silva Pinto em panfleto posterior ao curto processo era “*reconhecer o Autor dos referidos artigos; mas para generosamente segregá-lo dentre tantas Pessoas, que o honram com sua benevolência, e amizade*”. O impressor Barboza não aceitou entregar o redator (ou confessar que o era), e afirmou que ficaria responsável “*até o momento da decisão da sua causa em Juízo*” (O UNIVERSAL, 12/6/1926, 3/7/1926, 7/8/1826). O anonimato dos redatores foi praticamente uma regra dos periódicos aqui estudados.

Em 30 de outubro de 1826 *O Universal* anunciou que estavam sendo impressos os números do *Diário do Conselho de Governo* do ano de 1826, e que o segredo acabaria. Mas em 22 de dezembro *O Universal* republicou um artigo em que *A Astréa* recriminava o Conselho de Governo de Minas Gerais por não publicar suas atas. O *Diário do Conselho de Governo* de 1826 foi impresso, mas não foi distribuído. Em 15 de junho de 1827 *O Universal* noticiou que o *Diário Mercantil*, do Rio de Janeiro, estava vendendo exemplares do *Diário do Conselho*, de 1826, a 120 réis cada. O Conselho tinha respondido que Barboza não dependia de aprovação para publicar as atas do Conselho, mas teria que pagar pelas cópias das atas, de forma que o segredo e a briga continuaram (O UNIVERSAL, 26/1/1827). Em 1828 existiram

1847 foi editor d’*O Compilador*, folha da Assembleia Legislativa. Por muitos anos foi secretário da presidência de Minas Gerais, nomeado em 28 de novembro de 1823 (ABELHA DO ITACULUMY, 10/3/1824). . Foi Secretário do Governo por mais de 30 anos, e Procurador Fiscal da Província (BLAKE, 1899, p.435). É autor de um dos primeiros dicionários impressos no Brasil, em tipografia própria como se verá. Foi deputado provincial entre 1838 a 1847. Foi membro do Conselho de Governo de Minas Gerais. É patrono da cadeira 29 da Academia Goiana de Letras.

as *Atas das Seções do Conselho de Governo da Província* (VEIGA, 1898, p.195).

Luiz Maria da Silva Pinto acabaria conseguindo sua tipografia, na qual imprimiu sobretudo livros. *O Universal* anunciou a chegada dessa tipografia na cidade em fevereiro de 1828, e que imprimiria um periódico. Seriam as *Atas das Seções do Conselho de Governo da Província* que Xavier da Veiga diz serem de 1828? O ano de 1828 pode ter sido o das seções, que teriam sido publicadas somente em 1829, o que não seria nada incomum. Mas Silva Pinto parece ter priorizado a publicação de livros (O UNIVERSAL, 27/2/1828). Em 1829 a Tipografia de Silva já imprimia o *Dicionário da Língua Brasileira* e a *Coleção das Leis*, por assinaturas (ASTRO DE MINAS, 2/7/1829). Em 1847 essa tipografia ainda existia, com o mesmo nome, rodando *O Compilador*.

É comum que se atribua a Bernardo Pereira de Vasconcelos (ver nota de rodapé 10) a direção do *Universal* desde 1825 até meados dos anos 1830s (VEIGA, 1989, p.190; RESENDE, 2008, p.210). Contudo, *O Universal* teve uma história um pouco mais complexa. Vasconcelos, como se sabe, negava e tinha ao seu lado Manoel José Barboza, que dizia que “*O Sr. Desembargador Bernardo Pereira de Vasconcelos não é o Redator deste Periódico, nem nele tem parte alguma, como geralmente se (ilegível) – O Impressor MJB*” (O UNIVERSAL, 6/2/1826).

A primeira aparição de Vasconcelos na imprensa mineira, salvos os números perdidos do *Compilador Mineiro*, foi em 9 de Junho de 1824 no *Abelha do Itacumuly*. A imprensa mineira já tinha um ano! Ele então denunciou ao “*público*” que nas eleições “*houve suborno muito grande*”, por parte do ouvidor Francisco Garcia Adjuto, que teria tentado excluí-lo da lista de eleitores de paróquia, sem sucesso. Em 1825, ainda no *Abelha do Itaculumy*, Vasconcelos apareceu como participante muito ativo do Conselho da Presidência, do qual era suplente. Sua atividade nesse Conselho o fez brilhar em quase todos os números do *Diário do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais*.

Como Vasconcelos se destacava nas reuniões do Conselho combatendo o decreto que dava privilégios à companhia inglesa ligada aos Carneiro Leão, e o *Companheiro do Conselho* estivesse engajado na mesma campanha, surgiram suspeitas de ser ele o redator do *Companheiro*. Ele negava e exigiu do dono da Tipografia, o Barboza, outro documento atestando que ele não era o redator. Vasconcelos continuou sendo acusado de redator de diversas folhas, e até de ser dono da Tipografia Patrícia no lugar de Manoel José Barboza (O UNIVERSAL, 10/08/1825, 7/09/1825).

O que a historiografia curiosamente esquece, mas que a *Aurora* sabia e o *Astro* e o *Universal* republicaram é que na Corte acontecia o “*chamamento a Jurados de quase todas as*

folhas livres daquela capital” (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 5/2/1831), a exemplo da *Astréa*, processada pelo menos onze vezes (NUNES, 2010, p.71), no Maranhão “*se persegue a única folha liberal, que ali aparecera*”, e finalmente foi recrutado (literalmente) o redator do *Pharol Maranhense* (ASTRO DE MINAS, 25/9/1828, 9/12/1828). Mas em Minas Gerais:

Nessa Província o Promotor do Júri deixa em paz os Escritores não havendo falsas interpretações, que lhes torturem os pensamentos; esse digno e honrado Promotor é o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos... (ASTRO DE MINAS, 19/2/1828; O UNIVERSAL, 22/2/1828)

Ou seja, Vasconcelos era, entre os Desembargadores, o responsável por ser o Promotor do Júri em Minas Gerais, responsável, segundo a lei de 1823, por processar os crimes de abuso de imprensa. Não havia impedimento legal para que o Promotor fosse redator de periódicos, mas obviamente haveria uma incompatibilidade moral. Deve-se admirar o pouco que Vasconcelos se aproveitou desse seu posto, tendo aparecido tão pouco na imprensa mineira antes de meados de 1827. E mesmo se Vasconcelos não foi o criador d’*O Universal*, e é possível que tenha sido, como se vê abaixo, por ter deixado em paz os periódicos teve grande responsabilidade no fato d’*O Universal* ter sido, segundo o *Astro de Minas*, a “*primeira folha liberal do Brasil*” (ASTRO DE MINAS, 26/1/1828), uma vez que não a processou.¹⁶ Isso por sua vez influenciou para que Minas Gerais abrigasse um grande foco de oposição a D. Pedro I (REZENDE, 2009, p.90).

Claro que Vasconcelos não ocupou por muito tempo essa posição. No final de 1828 o *Astro de Minas* denunciou que “*muito se havia subornado para ser excluído da Promotoria dos Jurados o Sr. Vasconcelos; e ser substituído, por quem dependente do governo faça mil acusações aos Periódicos liberais*”, e em 1829 o *Amigo da Verdade* já reclamava de outro Promotor do Júri, que também não estaria processando as folhas de oposição em Minas (O

16 Por Liberais as fontes se referem a um grupo político, seja o próprio ou adversário. Desde o final da década de 1820 até o final do Império, diferentes grupos políticos foram conhecidos como Liberais. Como disse Marciano “...os liberais se designavam como tal e os regressistas aceitavam tal nomeação, tornando uma referência aos contemporâneos mineiros de que o partido chamado de liberal era, consensualmente, o partido Liberal”. Acontece que “O partido Liberal reivindicou para si a continuidade histórica das lutas dos liberais, iniciada nos tempos da independência e atravessando a oposição ao primeiro imperador” (MARCIANO, 2013, p.75, 77). Mas é claro que isso não significa que o Partido Liberal do início da Regência era de fato o mesmo que o do Primeiro Reinado, nem que os Progressistas eram o mesmo Partido Liberal do início da Regência, nem que os Luzias eram o mesmo Partido Progressista. Em nenhum momento essa tese trata do liberalismo como doutrina, ou mesmo como adjetivo, sempre é usada a palavra “Liberal” como nome próprio, de um lado político, embora não o mesmo durante todo o período estudado. O que os Liberais foram pode-se ler nas entrelinhas de seus periódicos.

AMIGO DA VERDADE, 2/12/1828, 4/8/1829).

Por fim, voltemos ao assunto da redação do *Universal* e observemos com cuidado uma das negativas de Vasconcelos sobre ser o redator d'*O Universal*:

...eu cedo o subsídio de Deputado, a quem mostrar um só artigo meu em qualquer destes dois periódicos [*Universal* e *Astréa*] desde o princípio do **ano de 1826**, exceto o em que mostrei, que os Senadores não tinham indenização pelas despesas de ida e volta... (O UNIVERSAL, 5/12/1827, grifo nosso).

Acontece que *O Universal* não nasceu só em 1826, mas em meados de 1825, e portanto Vasconcelos quase confessou ter sido o primeiro redator. A despeito dele ter sido o criador d'*O Universal* ou não, é sabido que ele alimentava a “*tática de ter sempre um jornal a serviço da sua ação política, sucedendo a O Universal, O Sete de Abril, O Caboclo, O Brasileiro, a Sentinella da Monarquia, o Correio da Tarde*”, aos quais se deve acrescentar ao menos *O Parahybuna* (SOUSA, 1988a, p.29).

2.2 A venda da Tipografia Patriótica e a rede de periódicos Liberais

Em 13 de julho de 1827, sexta-feira, *O Universal* confessou “*que por ora o N. dos Srs. Subscritores é mui limitado*”. Logo na Segunda-feira, 16 de julho de 1827, *O Universal* apareceu com novo cabeçalho e a epigrafe de Voltaire, “*Rien n'est beau que le vrai; le vrai seul est aimable*”, um novo prospecto e até nova numeração. O novo prospecto explica que “*Até aqui trabalhamos às ordens do Impressor; porém agora tomamos a propriedade com condições onerosas*”, ou seja, Barboza foi o segundo redator, auxiliado pelas pessoas que no final de semana entre 13 e 16 de julho lhe compraram *O Universal* e a Tipografia, a única que funcionava em Minas Gerais. Essa compra pode ter sido motivada por uma ação dos adversários, pois o *Astro* lembrou que “*meia dúzia de absolutistas se haviam coligado para comprar a imprensa do benemérito Cidadão Manoel José Barbosa, a fim de não continuar a publicação do Universal*” (ASTRO DE MINAS, 2/12/1828).

Werneck não estava errado ao dizer, em geral, que a imprensa dessa época “*não tinha sentido comercial; sua venda não se destinava ao sustento do redator*” (SODRÉ, 1966, p.190). Mas nesse caso específico nos parece que o objetivo era comercial. Manoel Barboza estava tentando tornar próspera sua tipografia. Por isso ele não a deixava sem um periódico, por isso ele não deixou *O Universal* morrer quando o primeiro redator se retirou e talvez tenha sido ele o redator do *Compilador Mineiro*. Entre o fim do *Compilador Mineiro* e o

nascimento do *Abelha do Itaculumy* passaram-se somente 3 dias, e entre o fim deste último e o nascimento d'*O Universal*, somente 7 dias. Seria para não ficar sem vender folhas? Nesse mesmo sentido tentou criar uma fábrica de papel de retalhos de pano (O UNIVERSAL, 17/5/1826), mas não funcionou, pois o *Constitucional Mineiro* afirmou anos depois que “*Temos tantos impressos periódicos, e não fabricamos uma folha de papel!*” (22/1/1833).¹⁷ Os empreendimentos de Barbosa não estavam indo bem e ele vendeu a tipografia.

Em seu novo cabeçalho de 16 de julho de 1827 *O Universal* se apresentou na primeira pessoa do plural, “*tomamos a propriedade desta Folha*” dando a entender que foi um grupo e não só uma pessoa que comprou a Tipografia. Uma pista que temos sobre esse possível agrupamento está no novo cabeçalho, onde aparecem novos locais de venda e assinatura d'*O Universal*.¹⁸ Um desses era Baptista Caetano d'Almeida, de São João Del Rei, criador da primeira biblioteca pública de Minas Gerais.¹⁹ Eles podiam receber as correspondências, o que os colocava quase na redação. Os novos redatores, no Prospecto

17 Desde 132 a.C. já se sabia fabricar papel de pasta de madeira na China (MELLO, 1972, p.104). Mas segundo Asimov somente em 1854 surgiu no ocidente a primeira fábrica desse tipo de papel (ASIMOV, 1981, p.275). Porém fábricas de papel de pano, que em quase todo lugar antecedeu o papel de madeira, já existiram no Rio de Janeiro nos tempos joaninos (MOREIRA, 2011, Pág. 189).

18 As fichas do Apêndice A tem locais de assinatura dos periódicos.

19 Baptista Caetano d'Almeida nasceu em Camanducaia em 1797, e faleceu em São João Del Rei em 1839. Criou e sustentou o *Astro de Minas* até o ano de sua morte. Foi Vereador, Juiz de Paz, Deputado Provincial e Geral. Comerciante rico, só na rua da Intendência tinha duas casas comerciais (ASTRO DE MINAS, 9/10/1828). Mudou-se para São João Del-Rei com 12 ou 15 anos, para ser criado pelo tio Almeida Magalhães, também rico comerciante, e patriarca do clã Almeida Magalhães. Quando Baptista criou a Biblioteca de São João Del Rei, primeira de Minas Gerais, o Império passou a contar com quatro Bibliotecas, sendo três sustentadas por particulares (ASTRO DE MINAS, 11/9/1828). Em 1828 um panfleto o acusou de ser organizador de uma Sociedade dos Iluminados, que se reunia na Casa de Pedra, em São João del-Rei, mas o acusador (Pe. Francisco Antonio da Costa) depois se desmentiu. Disse ainda que escreveu a carta a instancias de Manoel José da Costa Machado de S. Thiago, Heitor José Alves de S. Thiago e de José Maximiano Baptista Machado, que um ano depois seria dono da Tipografia do *Amigo da Verdade*. (JORNAL DO COMMÉRCIO, 2/10/1828). Quase dez anos depois seria novamente acusado de pertencer a uma sociedade secreta que se chamaria A Gruta, e se reuniria no mesmo local. Para Albino José Barbosa de Oliveira ele seria “chefe da grei exaltada de São João del Rei”(Apud VELLASCO, 2004, 105) . Foi membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São João del Rei. Em 1831 participou da histórica reunião em casa no Rio de Janeiro do sãojoanense Padre José Dias Custódio em que 23 deputados e um senador enviaram enérgica representação, um ultimato, a D.Pedro I. É patrono da cadeira 36 da Academia de Letras de São João del Rei. (CINTRA, 60). Não há dele um retrato, uma estátua. Só sob a República a Biblioteca Municipal de São João Del Rei, por ele criada, ganhou seu nome, e chegou a ser, temporariamente, nome de rua. Para ele vale a resposta de Catão, o Velho. Perguntado porque os romanos fizeram estátuas para outros menos importantes que ele para a salvação da Pátria, e para ele não, obtiveram a resposta: “*maior crédito meu é que perguntem os vindouros, por que me não puseram estátua, do que por que a puseram*” (O UNIVERSAL, 11/6/1841).

novo, elogiaram o *Compilador Mineiro*, confessaram que tinham “pouca afeição” pelas doutrinas do *Abelha* e que essa folha “desmereceu da *Opinião Pública*”, elogiaram o primeiro redator d’*O Universal*, e avaliaram que sob a redação de Barboza a folha obteve “poucos efeitos” (O UNIVERSAL, 16/7/1827). Oficialmente o novo dono era José Pedro Dias de Carvalho (RODARTE, 2015, p.78). Mas para o *Telegrapho* ele seria apenas o testa de ferro, e os verdadeiros donos d’*O Universal* seriam Bernardo Pereira de Vasconcelos, Manoel Ignácio de Mello e Souza, um Sr. Nogueira e um Sr. Assis (O TELEGRAPHO, 25/12/1830). Além de dono, José Pedro Dias de Carvalho (ver nota de rodapé 12) era tido oficialmente como redator (ESTRELLA MARIANNENSE, 19/1/1832).²⁰

Em 22 de outubro de 1827 *O Universal* anunciou que Baptista Caetano d’Almeida (ver nota de rodapé 19), em cuja casa se podia assinar o próprio *Universal*, “comprou uma Imprensa, e trata de convidar colaboradores para a publicação de uma folha periódica em S. João Del Rei”. Para os adversários devia parecer uma verdadeira conspiração. Um integrante do grupo que comprou *O Universal*, agora comprou outra tipografia. Não qualquer um, mas um conhecido amante das luzes francesas (BARATA, 2005, p.6). Detecta-se outro membro deste “grupo”, pois quem defendeu na Câmara dos Deputados as isenções de taxas para livros e periódicos que Baptista Caetano requisitou para a Biblioteca foi o deputado padre José Bento Ferreira de Mello (O UNIVERSAL, 12/11/1827). Adiante se vê que esse padre montou a primeira tipografia de Pouso Alegre.

O *Astro de Minas* começou a circular em 20 de novembro de 1827. Além de Baptista Caetano d’Almeida, é possível a contribuição de Aureliano Coutinho²¹, então residente em São João Del Rei, posto que já escrevera os estatutos da Biblioteca criada por Baptista e nos primeiros números do *Astro* apareceu como autor dos estatutos da Sociedade Filopolitecnica que se pretendeu criar (ASTRO DE MINAS, 4/12/1827).²² Como era comum, Baptista Caetano negava ser o redator do *Astro* (ASTRO DE MINAS, 25/12/1827), que teve redatores oficiais nos padres Francisco de Assis Braziel²³ e José Antônio Marinho (ver nota de rodapé

20 Em 1841 ele confirmou que fora redator até 1839, que em 1840 o redator fora outro, e em 1841 um terceiro (O UNIVERSAL, 24/11/1841).

21 Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba (1800-1855), teve destacada atuação política durante a Regência, chamado por renomados historiadores de “superministro”, e depois, novamente, já sob o segundo reinado, teria sido a eminência parda até o final dos anos 1840. Um rodapé não é suficiente para tratar de tal personagem.

22 Essa “aliança” foi conturbada, pois Aureliano Coutinho e Baptista Caetano se desentenderam (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 19/1/1931). Em 1832 e 1833, o *Astro* tornou-se republicador das folhas do Club da Joana, mas rompeu novamente com Aureliano quando este passou a defender a anistia para os revoltosos de 1833.

23 Padre Francisco de Assis Braziel, redator do *Astro de Minas*, conhecido como padre Tatu, ou

número 1), além de Francisco José de Salles²⁴ como impressor oficial. Outro que foi considerado redator do *Astro* foi José Alcebíades Carneiro.²⁵ Mas como disse Blake, o *Astro de Minas* estava tão ligado a Batista Caetano que “*só persistiu enquanto ele viveu*” (BLAKE, 1883, p.378-379). Foi o primeiro periódico do interior de Minas Gerais. Para comparação, o primeiro periódico do interior de São Paulo só circularia em 1842 (MOREIRA, 2011, p.176). O *Astro* durou até 1839, sendo a segunda folha mineira de maior longevidade de sua época, superado apenas pelo *Universal*. Já no seu número 28 o *Astro de Minas* dizia ter 200 assinantes (ASTRO DE MINAS, 22/1/1828). Em 1829 o *Astro* diria ter 300 assinantes, e o *Amigo da Verdade* pedia para se dividir isso pela metade (O AMIGO DA VERDADE, 12/5/1829). Para comparação, o *Diário Fluminense* dizia ter 1500 assinantes, a *Astréia* 1400, o *Echo*, escrito em francês, 700 assinantes, a *Gazeta do Brasil* teria 380 e não se sabia dos assinantes do *Espelho*, do *Diário* “do vintém” e da *Folha Mercantil*. O *Astro* ainda dizia ter “*um exército de correspondentes nesta Província, que tudo sabe, nem que fosse o geral dos Jesuítas*” (ASTRO DE MINAS, 20/12/1827, 3/4/1828). Em 1836 o *Astro de Minas* afirmou ter 500 assinantes (11/8/1836).²⁶

Há evidências de atividades políticas na sede do *Astro de Minas*, como em 1832, quando em uma luta política pelo posto de Juiz de Paz, dela vários homens “*armados os quais*

Tutú, era filho do músico Lourenço J. Fernandes Braziel. Estudou Latinidade em São Paulo (ensino religioso) e em São João del Rei Filosofia e Literatura. Mudou-se para Lavras, onde foi secretário da Câmara e promotor público a partir de 1831. Lecionava latim, francês, geografia, desenho, aritmética e música em um dos cômodos da Matriz de Santana. Para o reverendo Walsh, que o conheceu ainda como bibliotecário em São João Del Rei, era um “*padre mulato, de aparência bastante curiosa - baixo, gordo, com um vasto chapéu colocado de banda e o rosto afundado no peito (...) se assemelhava, sob todos os aspectos, a um tatu. Era, contudo, um homem de talento (...) falava um pouco de francês*” (WALSH). Faleceu em 1834.

- 24 Francisco José de Salles, Alferes, tem muitos homônimos. O que foi editor o *Astro de Minas* tinha trabalhando antes em Ouro Preto. Um Francisco José de Salles participou da Confederação do Equador, como impressor, enviado ao Ceará por Paes de Andrade para cuidar da primeira tipografia dessa província, e em consequência foi preso (LIMA, 2012, p.3). Outro, ou o mesmo, participou da Cabanagem, no Pará. Ainda outro viveu em Pelotas, onde foi sócio de um teatro. Tem homônimos também em Portugal.
- 25 O professor José Alcebíades Carneiro, redator do primeiro número do *Amigo da Verdade*, do *Astro de Minas* e do *Mentor das Brasileiras*, nasceu em Baependi. Foi professor de latim, advogado, promotor, dirigente da seção da Sociedade Defensora em São João del-Rei, onde também foi vereador. Foi deputado provincial e geral. Era irmão do também deputado Olímpio Carneiro Viriato Catão. Suspeito de ter sido redator do *Amigo da Verdade* e do *Astro de Minas*. Foi o redator do *Mentor das Brasileiras*. É citado nas memórias de Ferreira de Rezende (REZENDE). Faleceu em 1840.
- 26 A maior tiragem conhecida para números ordinários até 1850 é a do *Compilador*, que era distribuído para os 720 assinantes do *Itacolomy*, e mais 80 eram distribuídos entre os deputados provinciais (O COMPILADOR, 28/7/1843).

saíram da tipografia do Astro” (Apud VELLASCO, 2004, p.91).

Baptista Caetano indicava os redatores do *Astro de Minas* (O UNIVERSAL, 5/4/1828), e sua política incluía escolher homens de cor, como Braziel (a quem também entregou a Biblioteca), Marinho, Alcebíades, e quando foi Juiz de Paz, segundo o *Amigo da Verdade* (8/9/1829) indicou homens de cor para os cargos de meirinho e escrivão. Para o *Amigo da Verdade* Batista Caetano fazia isso por “*necessidade de chamar a si a multidão*” (AMIGO DA VERDADE, 7/8/1829). Seja como for, em Minas foi ainda nos anos 1820 e não nos anos 1830 como disse Célia de Azevedo que “*uma primeira geração de brasileiros negros ilustrados dedicou-se a denunciar o ‘preconceito de cor’*” (2005, p.300). Merece destaque que no *Astro* essa denúncia tinha forte conotação política eleitoral, e que esse assunto perpassou a Revolta de 1842.

Retrato 3 - José Antônio Marinho



Fonte: Andrade, Martins de. *A Revolução de 1842*.

José Antonio Marinho nasceu em Brejo do Salgado, nas margens do São Francisco, negro e pobre. Teria se encaminhado para o sacerdócio por uma paixão não correspondida, e

quando seminarista em Olinda participou da Confederação do Equador, sendo castigado com a expulsão. Terminou seus estudos no Caraça, onde também lecionou. Foi vereador, deputado provincial e geral, professor e diretor de diferentes colégios. Liderança na Revolta de 1842, foi depois o seu principal cronista, como se viu na introdução.

O primeiro periódico de Minas Gerais, o *Compilador Mineiro* afirmou existirem então povoações em Minas Gerais com “*sete a oito mil almas, de que apenas a centésima parte sabe ler*” (O COMPILADOR, 19/11/1823). Era um período de multiplicação de escolas de primeiras letras, mas os resultados ainda eram pequenos. Denunciava-se que “*Mestres há, que dão seis meses de férias, alguns mal sabem assinar o seu nome*” (O UNIVERSAL, 27/7/1825). Ainda em 1844 o deputado Pereira e Souza, dando exemplo de crise da educação afirmava que “*o professor de 1^{as} letras de Tamanduá foi riscado da lista de jurados por não saber ler nem escrever...*”. Um mês depois o deputado Paula Santos reclamou que Ouro Preto estava há mais de um ano sem professor de 1^{as} letras (O COMPILADOR, 13/4/1844, 3/5/1844). O semianalfabetismo atingia até os padres, de um dos quais, de Mariana, dizia-se que “*um menino de escola não lê tão mal, pois além de gaguejar muito, um só nome não disse com acerto...*” (ESTRELLA MARIANNENSE, 4/2/1832). A primeira pesquisa oficial, em 1872, indicou que somente 15,75% da população do Império era “*apta a ler*”, abalando profundamente os ânimos dos escritores, que antes subestimavam o analfabetismo nacional (SANTOS, 2011, p.46; NUNES, 2010, p.79). O analfabetismo era maior nas pequenas localidades que nos centros urbanos. Na Corte, por exemplo, 36,18% eram alfabetizados. Nos registros criminais da Comarca do Rio das Mortes entre 1800 e 1890 17,5% declararam saber ler e escrever (VELLASCO, 2004, p.55).

Ou seja, eram pouquíssimos exemplares de jornais para uma população em sua grande maioria analfabeta. Por que então essas folhas geravam tanta disputa, tanta insatisfação aos que eram por elas recriminados, tanta preocupação dos governos? Como podiam ser influentes? Mas fato é que não há fonte que negue a força que tinham esses jornais entre a população, mesmo a mais simplória.

Nada como os adversários para medir qualidades. Atacando o *Astro de Minas*, o *Constitucional Mineiro* nos conta indignado que “*É lido esse papelucho, ou antes papelão. É apoiado, é ansiosamente esperado, e apetecido três dias em cada semana com uma inquietação tal, que parece dever vir nele a farinha, o feijão preto, a carne seca da roça...*” (16/11/1832)

O que explica a força dessas poucas folhas em uma população majoritariamente analfabeta é a oralidade, da qual sobram exemplos. O primeiro é anterior à própria publicação

de folhas em Minas Gerais. Trata-se da Junta do Desejo do Bem Comum, de 1822, em Sabará. Era presidida pelo Juiz de Fora, Ouvidor José Antonio da Silva Maia. Seu objetivo era comprar “publicações” para constituir um “arquivo”, e fazer leituras públicas para todos os sócios no terceiro dia após a chegada do correio. É interessante que o artigo diz que a Junta estava sendo estabelecida “novamente”, o que implica uma existência anterior (O ESPELHO, Rio de Janeiro, 8/4/1822).

Nas folhas mais antigas ainda aparecem notícias dos anúncios orais, que então se praticavam (ABELHA DO ITACULUMY, 14/01/1823). Os exemplos são inúmeros, um correspondente diz, “*chegou o Universal, leu-se...*”, outro diz que “*ouvi publicar, li, e conservo ainda...*” (O UNIVERSAL, 27/07/1825, 22/1/1827). Francisco de Paula Ferreira de Rezende em suas memórias lembra que “*ouvira ler as discussões que a propósito da maioria tiveram então lugar*” (REZENDE, 1944, p.105). Outro diz que “*...aconteceu chegar a sua Folha, e logo mudando todos de conversa, passamos a ver o que ela continha (...) dirigi-me a casa de um Amigo, onde se acabava de ler a Folha...*” e outro que “*...nas horas de serão ouvem ler oficiais, aprendizes, alguns vizinhos, e até a minha família...*”, e mais um que se diz pai de família “*...depois da Doutrina Cristã, leio todas as noites à minha família...*” (O UNIVERSAL, 26/2/1827, 12/10/1827, 3/10/1827). Alguns desses casos podem ser propaganda de um comportamento desejado pelas folhas, mas o uso do verbo “ouvir” por Ferreira de Rezende é convincente.

Havia mesmo quem se dedicava a isso metodicamente, como “*O Observador imparcial da roça*”, que tomou “*...a tarefa de ler os seus periódicos...*” (O UNIVERSAL, 10/4/1826). Em Diamantina “*certo padre Bernardino andara pelas Lojas, lendo os folhetos, a ver se indispunha a população*” (MOREIRA, 2011, p.157).

É interessante um correspondente que afirma “*...tenho o costume ou defeito de ler alto...*” (O UNIVERSAL, 15/10/1827). De fato, muitas pessoas sequer sabiam ler em silêncio.

Exatamente por ser uma sociedade de analfabetos havia uma cultura oral, e as folhas a princípio se encaixaram nessa cultura, e suas informações foram ampliadas oralmente. Ou seja, no mecanismo de circulação de ideias que já existia as folhas entraram como fonte de notícias. Segundo *O Universal* “*...ainda que nem todos leem os periódicos, muita gente há que gosta de saber o que eles dizem; e o que leem dois ou três, comunica-se a centenas de indivíduos, passando de boca em boca*” (O UNIVERSAL, 14/2/1840).

As lutas entre folhas portanto eram importantes. *O Universal*, ainda no número 4 de sua nova fase publicou um suplemento que era exclusivamente a republicação de um artigo do *Farol Paulistano* contra a *Gazeta do Brasil*, folha do Rio de Janeiro (O UNIVERSAL,

21/7/1827).²⁷ Era o início de uma guerra que duraria até depois de extinta a *Gazeta do Brasil*, em 9 de janeiro de 1828. A *Gazeta* seria a folha dos inimigos da Constituição, dos “absolutistas”, dos “corcundas”, dos “servis” etc. Um correspondente declara “a guerra está aberta; a *Gazeta* pôs-se em campo...” (O UNIVERSAL, 21/1/1828, 8/10/1827). A Constituição, segundo Saint Hilaire “muito mais liberal em suas disposições do que se deveria esperar do caráter dos indivíduos que a compilaram”, tornara-se o escudo da oposição a D. Pedro I, que a outorgara (OLIVEIRA, 2009, 38). Ao lado situacionista haveria quem chamasse a Constituição de “trambolho” (O VIGILANTE, 30/11/1833). Era inspirada em uma obra de Benjamin Constant de 1814.²⁸

Por sua vez, em seu primeiro número *O Astro* publicou um discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos e também atacou a *Gazeta do Brasil*, mostrando a que vinha. Foi na tipografia do *Astro* que Vasconcelos imprimiu sua *Circular* aos eleitores, pois a tipografia do *Universal* não a pode imprimir por ter perdido seus dois compositores mais experientes para o *Astro de Minas* (O UNIVERSAL, 7/1/1828, 13/2/1828). Como se sabe, atribui-se *O Universal* a Bernardo Pereira de Vasconcelos, mas *O Astro* foi muito mais “vasconcelista”.

Em meados de 1829 surgiu no Tejuco (Diamantina) o *Echo do Serro* (UNIVERSAL, 10/6/1829; ASTRÉA, 11/6/1829). O ourives Manuel Sabino de Sampaio Lopes²⁹ e o também jovem João Nepomuceno Aguilar³⁰, que nunca tinham visto uma tipografia, repetiram o feito de frei Menezes e Manoel Barbosa, construíram uma tipografia, fazendo do Tejuco a terceira localidade de Minas a contar com uma tipografia (VEIGA, 1898, p.191). O *Echo do Serro*

27 A *Gazeta do Brasil* era redigida pelo português João Maria da Costa, e recebia recursos financeiros de Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, íntimo de D. Pedro I. Em carta ao Chalaça João Maria escreveu: “Por satisfazer os desejos de S.M., manifestados por V. Exa., vou indo, com os trabalhos da *Gazeta*.” Chegou a receber por seu “trabalho” um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000) (SODRÉ, 1966, p.114). Extinta a *Gazeta do Brasil*, o *Analista* tomou seu lugar, e foi igualmente combatido pelo *Astro*, pelo *Universal* e outras folhas.

28 Quando D. Pedro I outorgou para Portugal uma Carta Constitucional similar à Constituição brasileira Constant apoiou entusiasticamente, e fez vários comentários que mostram que tinha incomum conhecimento da realidade brasileira (BARBOSA, 2004, p.10).

29 Manuel Sabino Sampaio Lopes, ourives, seria “liberal exaltado” (FILHO, 1908, p.197). Os fatos de ser ourives e nunca ter saído de sua terra, onde só se ensinava a ler, indicam que era autodidata. Foi Furriel das Milícias. É considerado o criador do *Echo do Serro*, primeira folha da região. Mas na sua tipografia “Patrícia Sabina” foram impressos várias outras folhas.

30 Capitão João Nepomuceno de Aguilar, colaborou no *Echo do Serro*, no *Diamantino* e no *Exorcista*. Era bacharel em Direito, foi juiz substituto e delegado de polícia (SILVA, 2018, p.75). Em 1879 ainda era presidente do Partido Liberal de Diamantina. Por esses dados se nota que dificilmente foi somente impressor dessas folhas. É um dos assinantes do livro de Marinho sobre a revolta de 1842.

teria sido redigido pelo padre Bento de Araújo Abreu,³¹ e teve também a colaboração de Theófilo Ottoni³² e lutou ao lado d'*O Universal* e do *Astro de Minas* (OTTONI, 1860, p.12). Rodrigo de Souza Reis³³ e Manuel Ciriaco de Abreu³⁴ já ajudariam na impressão (ver notas de rodapé). No início de 1830 Manuel Sabino foi “*vítima da arbitrariedade do sr. Coronel Duarte*” (ESTRELLA MARIANNENSE, 27/5/1830). Sabino era Furriel das milícias, e foi destacado pelo Coronel de milícias para um local distante, deu parte de doente, e foi preso. O motivo seriam impressos da sua tipografia contra o dito coronel.

Era o início, portanto, “*de uma importante e ativa rede de periódicos*” que começou a existir “*desde os anos 1820*” (RODRIGUES, 2015, p.20). A criação dessa rede “*foi deliberada por parte da elite liberal-moderada*”, o que nos parece confirmado pelo *Universal* (22/2/1828) que queria folhas “*retumbando das 4 partes da Província*” (SILVA, W., 2009, p.134). Essas folhas estavam longe de serem comedidas. Por exemplo, *O Universal* e o *Astro de Minas* disputaram qual dos dois foi “*o primeiro periódico, que no Brasil propôs lista das pessoas, que deviam ser eleitas para os Cargos de Senador e Deputado*” (O UNIVERSAL, 13/2/1828), mostrando que estavam em campo para disputar o poder político. Em 1828 existiu ainda o *Precursor das Eleições*, que pelo nome já se sabe que teve existência datada (VEIGA, 1898, p.196). Os arquivos públicos não têm nenhum exemplar dessa folha.

Sobre as redes de jornais, é indispensável explicar que apesar de o *Amigo da Verdade*

-
- 31 Padre Bento de Araújo Abreu (1797-1841), de Diamantina, foi o redator oficial do *Echo do Serro*. Era irmão de Marcos Antônio Araújo Abreu, Visconde de Itajubá. Nas listas nominativas de 1832 sua casa tinha 46 escravos, o que é informação suficiente sobre sua situação econômica. Foi pároco de São Sebastião das Correntes (Sabinópolis) entre 1822 e 1824. Foi vereador tanto da Vila do Tejuco (Diamantina) para o mandato de 1832 a 1836, quanto do Serro. Foi deputado provincial, eleito nas famosas eleições de 1840. Foi provedor da primeira mesa da Irmandade de Santa Isabel, de Diamantina, destinada a manter uma Santa Casa.
- 32 Benedito Teófilo Ottoni tornou-se conhecido por ter sido redator do *Sentinela do Serro*. Também escreveu no *Universal*, no *Astro de Minas*, no *Echo do Serro*, no *Guarda Nacional Mineiro*, no *Despertador Mineiro*, no *Itacolomy*, no *Itamontano* e em várias outras folhas. Ainda menor de idade escrevia para a *Astréia*, para o *Astro de Minas* e para o *Echo do Serro* (OTTONI, 1860, p.10). Nasceu na Vila do Príncipe (Serro) em 1807, e faleceu no Rio de Janeiro em 1869. Estudou na Escola Naval. Foi deputado provincial, geral, e senador (VEIGA, 1898, p.193). Foi um dos principais envolvidos e tornou-se o mais famoso chefe da revolta de 1842.
- 33 Coronel Rodrigo de Souza Reis tinha escravos, lavras de diamantes (ainda em 1872), e era acusado de manter uma casa de má fama em Diamantina. Subscreveu, em Diamantina, para o livro do padre Marinho sobre a Revolta de 1842. Ainda em 1863 era um chefe político Liberal em sua região. Dificilmente foi somente impressor do *Echo do Serro*, do *Diamantino* e do *Exorcista*.
- 34 Manoel Ciriaco de Abreu, tabelião, oficialmente foi impressor do *Echo do Serro*, do *Diamantino* e do *Exorcista*, mas era um chefe político Liberal ainda em 1863. Foi nome de rua em Diamantina.

ter dito que o *Astro* e o *Universal* eram “*parelha em tudo igual*” (O AMIGO DA VERDADE, 19/6/1829), opinião que uma leitura desatenta pode estender ao *Novo Argos*, ao *Echo*, à *Estrella*, à *Sentinella* e ao *Pregoeiro*, fato é que longe de serem simples repetidoras umas das outras, essas folhas dialogavam, incluindo divergências. Nas eleições de um deputado, em que o governo precisava reeleger como deputado o Ministro Lucio Soares Teixeira de Gouveia, enquanto *O Universal* apoiava o governo (O UNIVERSAL, 28/12/1827), o *Astro* defendeu que se elege-se o então ainda muito pouco conhecido Rafael Thobias de Aguiar, que em 1842 seria o Presidente Rebelde de São Paulo. Em relação ao Ministério Calmon, *O Universal* apoiou entusiasticamente, enquanto o *Astro* se posicionou com desconfiança, na prática pediu votos contra e ainda repreendeu a *O Universal* por “*gastar a mola dos elogios*”. O *Astro* nasceu publicando artigos denunciando coisas feitas pelo governo nos anos 1824 e 1825, quando o país estava sem câmaras, e ataques à liberdade de expressão. Republicador da *Astréia*, denunciou a perseguição que sofria essa folha carioca, “*sendo pela oitava vez chamada a jurados*” (ASTRO DE MINAS, 1/1/1828, 22/1/1828, 15/3/1828). Acontecia até mesmo de correspondentes publicarem em uma dessas folhas contra outra (O UNIVERSAL, 31/3/1828, 5/4/1828). O mesmo se deve dizer da relação entre a *Aurora Fluminense* e as folhas aliadas ao *Astro* e ao *Universal*, que “*A influência da Aurora Fluminense não era de submissão, mas de identificação*” (SILVA, W., 2009, p.133). É melhor pensar essas redes de periódicos como coligações, em que as diferenças se mantêm apesar da aliança, e que o aliado de hoje pode ser o inimigo de amanhã.

A imprensa do Rio de Janeiro, pois “*...os impressos provinciais circulavam na cidade imperial, da mesma forma que os papéis impressos nela se espalhavam pelo País*”, não foi suficiente para combater o *Astro*, *O Universal* e o *Echo*, e no início de 1829 começaram a surgir folhas mineiras com essa finalidade (MOREL, 2005, p.173). *O Amigo da Verdade* surgiu em 8 de maio de 1829. Não estava surgindo somente o segundo periódico, mas também a segunda tipografia de São João Del Rei, para a qual teriam contribuído “*uma boa parte dos cidadãos desta Vila*”, sob a firma de J. Maximiano Baptista & Comp (ver nota de rodapé).³⁵

35 José Maximiano Baptista Machado, dono da tipografia do *Amigo da Verdade*, era tão próximo a D. Pedro I que fez parte da comitiva desse Imperador a Minas Gerais em 1831. Antes de ser proprietário de uma tipografia mandou imprimir no Rio de Janeiro um panfleto atacando Baptista Caetano d’Almeida, chefe Liberal da mesma cidade. Foi Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem da Rosa, oficial de milícias e da Guarda de Honra de Pedro I (O CORREIO DE MINAS, 3/11/1841). Foi presidente da Câmara de São João del Rei, comandante da Guarda Nacional e tabelião. Em 1860 foi apresentou seu nome às eleições de deputado. Depois do 7 de Abril exilou-se na Europa. Porém, por ter apoiado a Maioridade de Pedro II em 1840, foi perseguido pelos seus antigos aliados, empurrado para as hostes Liberais, ao ponto de ter auxiliado os rebeldes de 1842 com um conto de réis (MARINHO,

Na epigrafe defendeu que é o choque de ideias que produz a verdade, e no Prospecto se voltou contra os abusos da liberdade de imprensa, e disse mesmo que escreve “*só, verdadeiramente só*” com a finalidade de combater esses abusos. Já em seu número 2, de 12 de maio de 1829, ficou claro que o alvo principal, de onde viriam esses abusos, eram o *Astro de Minas* e sua tipografia, que também estaria imprimindo “*avulsos, que atacam, e injuriam metade dos habitantes dessa Vila*”:

Era pois mister, que houvesse uma nova Tipografia, onde os atacados se pudessem justificar, e defender das invectivas, e impropérios, que a cada passo se achavam semeados naquela folha... (O AMIGO DA VERDADE, 12/5/1829)

O principal redator foi o Vigário Luis José Dias Custódio.³⁶ Outro redator foi o Padre Verruga. Perante juízo compareceu respondendo pelo *Amigo da Verdade* o editor, Antônio Maria Jourdan.³⁷ Outras pessoas estiveram envolvidas, como Manoel Corrêa Gomes, sócio da tipografia, e José Pedro Borges de Carvalho, que recebia as assinaturas (ver notas de rodapé).³⁸

Apesar de oficialmente defender a liberdade de imprensa, na prática o *Amigo da Verdade* foi imprensa anti-imprensa.³⁹ Perguntava “*quais são os frutos que tem produzido a*

1844/1978, p.287,343). Também foi Moço da Imperial Câmara, posto do qual foi demitido por ter se envolvido na Revolta de 1842. Comprou dez livros de Marinho sobre a Revolta de 1842.

- 36 Vigário Luis José Dias Custódio (17??-1854) foi redator do *Amigo da Verdade* e colaborou n’*A Ordem*. Era natural de Penela, em Coimbra, Portugal. Também estudou em Coimbra. Exerceu funções eclesiásticas no Pará e em Mato Grosso, tendo exercido nessa última província o posto de secretário de governo. Era Cavaleiro da Ordem de Cristo. Extrapolando um pouco os costumes vigentes, a sua amante era pública. Deixou três herdeiros de sobrenome “Dias Braga”. Ao morrer tinha 143 livros. Em 1829 já era Pároco de São João Del Rei há 19 anos, e estava no Brasil há quase 29. Aderiu à causa da Independência. Seus adversários o acusavam de não cumprir seus deveres sacerdotais, de cobrar dos fiéis taxas que não devia cobrar, de não aparecer na igreja nem ter hora certa para dar missa, e de bater em fiéis durante a missa, inclusive em mulheres. Em 1833, durante a Revolta do ano da Fumaça, foi afastado de sua paróquia pelo presidente da Província, e transferido para a Província de São Paulo (CINTRA, 1982, p.177). Foi Vigário Geral em dois Bispados, e Desembargador da Relação Metropolitana (AMIGO DA VERDADE, 25/8/1829). Foi preso pelos rebeldes em 1842 e depois foi um dos redatores d’*A Ordem*. (MACULAN, 2011, p.107; SILVA, 2015).
- 37 Antônio Maria Jourdan foi editor do *Amigo da Verdade*, e declarou-se responsável quando um artigo dessa folha gerou um processo. Foi absolvido. Era francês, e foi provisoriamente redator do *Diário do Rio de Janeiro*, ou *Diário da Manteiga*. Época em que sofreu ameaças, mas na qual o *Diário* se consolidou (MARENDINO, 2014).
- 38 José Pedro Borges de Carvalho esteve ligado ao *Amigo da Verdade*. Era comerciante e foi membro da Câmara em 1817.
- 39 Registre-se que quando um senador “*pretendeu atribuir a Liberdade de Imprensa os males da Sociedade*”, e o Marquês de Queluz chegou a “*declarar no Senado haver redigido um*

Liberdade de Imprensa no Brasil?”. Afirmava coisas como “*O Céu livrou-nos naquela época dos periódicos de oposição ao Governo...*”. Um correspondente chegou a escrever sobre “*queimar na casa do correio os Diários...*”. Para conter a imprensa a Justiça seria insuficiente pois “*quando a Lei os procura, aparecem testas de ferro tão baixos e tão desprezíveis, como os que deles se aproveitam*” (O AMIGO DA VERDADE, 22/5/1829, 25/9/1829, 26/5/1829). *O Amigo da Verdade* deixou de circular somente em 1832 (ESTRELLA MARIANNENSE, 9/6/1832).

O mesmo J. Maximiano que era dono da nova tipografia do *Amigo* aparece no cabeçalho d’*O Telegrapho*, de Ouro Preto, como casa na qual esse periódico poderia ser assinado em São João Del Rei, assim como o *Amigo da Verdade* podia ser assinado na tipografia do *Telegrapho*.

O Telegrapho era rodado na Tipografia de Côrtes e Cia., de José Gonçalves Côrtes⁴⁰, que era também o redator dessa folha conforme ele mesmo afirmou a’*O Parahybuna* (22/6/1838). Surgiu também em 1829, semanas depois d’*O Amigo da Verdade*. A *Aurora Fluminense* acusou o governo de ter fornecido a tipografia a Côrtes (A AURORA FLUMINENSE, 18/5/1829). Também teriam colaborado com a redação Francisco de Assis Lorena,⁴¹ João José Lopes,⁴² que foi Presidente de Minas Gerais e um Mello Franco (ver notas

Catecismo, em que se propõem mostrar, que o Governo Monárquico-Constitucional-Representativo não convém a Países, em que são custosas as comunicações”, o *Amigo da Verdade* se colocou em defesa da imprensa, duvidando que “*a revolução da França fora produzida por um folheto*”, e depois “*Não nos aterremos com a imprensa; não lhe concedamos esse poder mágico de pôr, e dispor dos impérios*” (O AMIGO DA VERDADE, 9/6/1829).

40 José Gonçalves Côrtes foi redator do *Telegrapho* e acusado de ser redator do *Grito do Povo*. Conseguiu a tipografia do *Telegrapho* em uma licitação do governo, por um preço bem abaixo do comum. Por sua atuação no *Telegrapho* foi processado em 1830, por injúria, por Luiz Ventura Fortuna. Tem homônimos, inclusive parentes, como o próprio pai. Pode ter nascido em Portugal, em Braga, como parece ser o caso, mas há quem diga que nasceu em Prados (pode ser uma homônimo). Da mesma forma a data de nascimento é 1782 para Prados e 1808 para Portugal, sendo a data da morte 1864. Ou ele ou homônimo tinha numerosa escravaria, lavras e terras. Em abril de 1822 assinou uma carta de cidadãos de Barbacena para o príncipe D. Pedro, em que o apoiavam e denunciavam a Junta Provisória instalada em Ouro Preto (GAZETA DO RIO, 11/4/1822). Teria sido ele o emissário que levou a carta ao príncipe. Enviou à Constituinte de 1823 um projeto de construir uma estrada entre Barbacena e o Rio de Janeiro. É possível que tenha sido administrador do Registro de Itaverava, e em 1854 foi administrador da agência dos Correios do Paraibuna. Foi aposentado pela recebedoria do Paraibuna.

41 Brigadeiro Francisco de Assis Lorena, foi redator d’*O Soldado* e colaborou com o *Telegrapho*. Era filho do Conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena, Vice-Rei das Índias, e Governador das capitanias de São Paulo e de Minas Gerais. O Brigadeiro foi comandante das armas de Minas Gerais (1827-1830). Dele sabemos que propôs “*a abolição dos Juizes de Paz, das Câmaras Municipais, e a iniciativa das Leis fora das Câmaras Legislativas, passando a*

de rodapé).⁴³

O surgimento do *Amigo da Verdade* e do *Telegrapho* foram reações ao *Universal*, ao *Astro de Minas* e ao *Echo do Serro*. Nas palavras do *Novo Argos*, como “o espírito tiranizador não achava apoio entre os Jurados”, mudou-se de plano para “derramar pelas Províncias todas do Império Escritores, que tomassem a seu cargo combater os Jornais livres, e incensar todas as Autoridades...” (18/12/1829). Tirando os juízos de valor, parece que foi mais ou menos o que aconteceu. Não podendo calar seus adversários com o uso da lei, criaram suas próprias tipografias e folhas. Mas “o que eles tem feito é chamar a campo novos atletas: as folhas liberais tem ganhado imensos assinantes”, como seria o caso do próprio *Novo Argos*. O “*Universal, cuja morte era tão apeteçada pela Ex. postíça, e por dois frades, e meio, tem ganho grande número de assinantes depois do aparecimento do Telegrapho*” (O NOVO ARGOS, 18/12/1829). É provável, porque a polêmica alimenta o periodismo.

O Farol Paulistano de 8 de julho de 1829 deu um panorama da imprensa mineira:

A Província de Minas Gerais já conta cinco periódicos, três liberais, e dois Ministeriais. O *Astro* e o *Universal* já mui conhecido nesta Província, o *Amigo da Verdade*, publicado expressamente para combater o *Astro*, e o *Telegrapho* discípulo e imitador do *Analista*, e finalmente o *Echo do Serro*, que agora principia, e nos dizem que em sentido liberal (Apud. MOREIRA, 2011, p.226).

Em 10 de novembro de 1829 surgiu *O Novo Argos*, semanário, rodado na tipografia d’*O Universal*. O padre Antônio José Ribeiro Bhering⁴⁴ assinou o primeiro artigo assumindo-

competir exclusivamente ao Governo &&” (NOVO ARGOS, 26/3/1831). Dizem as más línguas que sua carreira política foi beneficiada pela Marquesa de Santos, de quem (segundo o marido) teria sido amante antes de D. Pedro I, como se seus laços familiares não fossem suficientes. Faleceu em 1835.

42 João José Lopes Mendes Ribeiro (1774-1852) foi acusado de ser redator do *Telegrapho*. Era bacharel, possivelmente por Coimbra, dada a data de seu nascimento. Foi secretário de estado, Deputado Geral, secretário do Governo Provisório de Minas Gerais, e Presidente de Minas Gerais.

43 Mello Franco colaborou no *Telegrapho*, e é suspeito de ter sido o redator do *Semanário Mercantil*, do *Relâmpago*, do *Cidadão Livre* e de um falso *Athleta Sabarense*. Tem homônimos. Provavelmente trata-se do Coronel Francisco de Mello Franco, coimbrão, que fez um requerimento para criar uma sociedade em Sabará em 1833. Em 1822 fez parte da Junta do Desejo do Bem Comum, em Sabará, cujo objetivo era comprar periódicos e fazer sua leitura em uma seção pública. Em 1837 tornou-se escrivão de várias Capelas de Resíduos, em Minas Gerais e na Corte. Foi deputado geral em 1854. Não deve ser o Capitão de Paracatú que em 1842 aderiu à Revolta e assumiu o posto de juiz interino dessa localidade (ou teria mudado de lado?), nem o deputado Dr. Manoel de Mello Franco, que também aderiu à Revolta de 1842. Certamente também não é o famoso médico do século XVIII, falecido em 1823.

44 Antônio José Ribeiro Bhering redigiu o *Novo Argos*, o *Revisor*, o *Homem Social* e colaborou

se como redator. Em março de 1830 foi substituído por Herculano Ferreira Pena⁴⁵, que em 1833 foi substituído pelo padre José Antônio Marinho (LUZ, 2017, p.3). A epígrafe era confiante no progresso humano, “*Le genre humain est en marche, et rien ne le fera retrograder*”, de de Pradt. Não só aceitava como pediu colaborações dos leitores. Sabia que estava ingressando em uma “*grande luta entre escritores*” que dividia entre “*absolutistas, e Constitucionais*”. *O Novo Argos* lutaria até o início de 1834.

Em 1º de março de 1831 *O Novo Argos* adotou um novo cabeçalho, com o artigo 174 da Constituição. Era uma resposta ao *Repúblico*, da Corte, que propusera a Federação. *O Novo Argos* “*se enunciou muito terminantemente contra a Federação proposta pelo Repúblico, e não duvida confessar, que esta sua franqueza lhe custou a perda de muitos assinantes*” (NOVO ARGOS, 1/3/1831). O artigo 174 previa a reforma da Constituição, ou seja, a possibilidade de conseguir as reformas desejadas dentro da legalidade. *O Novo Argos* propunha dar mais poderes aos Conselhos Gerais das Províncias e limitar o poder do Imperador de escolha de Presidentes de Províncias, Bispos e Comandantes de Armas a listas tríplexes.

com a *União Fraternal* e com *O Universal*. Manteve um gabinete de leitura em sua casa. Nasceu em Ouro Preto em 1803, de origem pobre. Ordenado em 1826, adotou o sobrenome Bhering. Nomeado professor no Seminário de Mariana em 1827, em 1828 foi exonerado desse cargo pelo Bispo Santíssima Trindade, pelas ideias que ensinava. Conseguiu retomar sua cátedra. Na hierarquia da Igreja chegou a Cônego. Foi vereador de Mariana por várias vezes. Foi membro do Conselho Geral da Província, deputado provincial e geral. Foi comendador da Ordem da Rosa. Faleceu em 1856 (OLIVEIRA, 2013, p. 3-8). Em 1849 mudou de lado político (LUZ, 2016, p.252). Não participou ativamente da Revolta de 1842. Se entregou para ser preso, mas ficou somente vigiado, em Mariana, aguardando um ataque rebelde. Segundo a provocação de um deputado legalista, “*a autoridade policial não o quis aceitar na Cadeia.*” (...) “*para não perverter os presos*” (O CORREIO DE MINAS, 15/11/1842). Nesse mesmo ano, como não pegou em armas, assumiu seu posto de deputado na Assembleia Legislativa, e concorreu às eleições, ao contrário da maioria de seus correligionários do país todo (O CORREIO DE MINAS, 4/1/1843). Foi advogado de vários rebeldes de 1842.

- 45 Herculano Ferreira Pena foi redator do *Novo Argos*, quando logrou ter grande influência na política nacional. Nasceu em Diamantina, Minas Gerais, em 1800 ou 1811, e faleceu em 1867. Provavelmente autodidata. Foi professor, inclusive pioneiro do Ensino Mútuo até 1832 (O UNIVERSAL, 30/4/1841), deputado provincial e geral, senador pelo Amazonas, presidente de Minas Gerais e de mais sete províncias. Ninguém presidiu mais províncias (BLAKE, 1895, p.236). Era grande dignatário da Ordem da Rosa e cavaleiro da Casa Imperial. Chegou a Ouro Preto em 1830 e logo foi colocado à frente d’*O Novo Argos*. Era o típico político de centro, o “*mais luzia dos saquaremas, o mais saquarema dos luzias*”. Como presidente defendia recursos para a educação e para os estudantes pobres. Um dos pioneiros na defesa do ensino obrigatório no Brasil (NOGUEIRA; PAULA, 2017). Em 1840, como continuou servindo de secretário ao Gabinete da Maioridade, teve votos também dos Liberais, embora já tivesse se afastado desse lado político (O UNIVERSAL, 14/12/1840). Em 1842, como vice-presidente legal da província de Minas Gerais, teve grande papel na direção dos negócios públicos, tendo apresentado relatório próprio à Assembleia Legislativa.

Retrato 4 - Herculano Ferreira Penna



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

A lembrança d'*O Novo Argos*, de que a Constituição tinha a chave para sua própria reforma, desenvolvida nos números 67, 68 e 69, teve tanto sucesso que “*mil exemplares de cada número foram vendidos dentro de três dias, o que pela primeira vez acontece no Ouro Preto*” (NOVO ARGOS, 26/3/1831). E pensar que os arquivos públicos não têm nenhum exemplar do número 67!

Quando a notícia da Noite das Garrafadas chegou a Ouro Preto *O Novo Argos* acrescentou à epígrafe o Artigo 145 da Constituição (NOVO ARGOS, 2/4/1831). O *Astro de Minas* adotou o mesmo cabeçalho, com os mesmos dois artigos da Constituição, evidenciando que estava na mesma linha política. Esse artigo 145 da Constituição, sobre a obrigação dos cidadãos pegarem em armas, foi também adotado pel'*O Exaltado*, do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2010, p.97).

Dia 30 de novembro de 1829 tinha começado a circular em São João Del Rei *O Mentor das Brasileiras*, voltado para as mulheres, impresso na tipografia do *Astro de Minas*. Tinha metade do tamanho então normal, mas o dobro de páginas, 8, de forma que custava os mesmos 80 rs, quatro vinténs, então já usuais. Foi o primeiro de Minas Gerais e segundo do país voltado abertamente para as mulheres, e não para falar de modas, de que também tratava, mas de política! José Alcebíades Carneiro (ver nota de rodapé número 25) é reconhecido como redator embora não se saiba se foi o único (BARATA, 2008, p.50). Recebia correspondências de mulheres, como *A Brasileira Constitucional*, do Rio de Janeiro. São João tinha uma aula pública para meninas, cuja professora era Policena Tertulliana de Oliveira. No final de 1829, 43 meninas estavam matriculadas e 34 fizeram exames públicos (MENTOR DAS BRASILEIRAS, 30/12/1829, 23/12/1829). O fim do *Mentor*, em julho de 1832, seria por motivos de saúde do redator (BARATA, 2008, p.54). *O Novo Argos* (18/6/1832) diz que foi “*por inconvenientes, que ocorreram*”.

No ano de 1830 surgiram também folhas das quais os arquivos públicos não têm exemplares, como *O Semanário Mercantil*, o *Mentor dos Brasileiros*, em Ouro Preto e *A Constituição em Triumpho*, que surgiu em São João Del Rei dia 6 de janeiro de 1830 (VEIGA, 1898, p.202). O redator da *Constituição em Triumpho* foi Florêncio Antonio da Fonseca (ver nota de rodapé).⁴⁷ Apesar de rodado na tipografia do *Amigo da Verdade*, revelou-se adepto de posições Liberais, atacou o recrutamento, defendeu a Guarda Nacional, foi contra as arbitrariedades em geral. A tipografia não quis rodar seu número 7 e a *Constituição em Triumpho* parou de circular em fevereiro do mesmo ano (ASTRÉA, 11/3/1830).

No final de dezembro de 1830 José Pedro Dias de Carvalho anunciou que publicaria o *Diário do Conselho Geral da Província*, logicamente para durar somente os meses de reunião desse Conselho. Em 1832 ainda existia um *Diário do Conselho* (ESTRELLA MARIANNENSE, 18/12/1830, 15/8/1832). Os Conselhos Gerais das Províncias se reuniam

constitucionais dos parlamentos.

47 Florêncio Antônio da Fonseca foi redator do *Constituição em Triumpho*. Dentre os “subscritores” da biblioteca pública criada por Baptista Caetano d’Almeida era o que tinha mais livros em seu inventário, com 122 títulos, em 362 volumes, fora os estragados. Músico amador. Em 1840 começou a lecionar Filosofia Racional em São João Del Rei. Advogado, promotor, talvez seja a ele que Marinho se refere em seu livro sobre a revolta de 1842 como “promotor Florêncio”, porque ainda era promotor no final dos anos 1840. Era convidado a participar de comissões pela Câmara de Vereadores. Um Florêncio Antônio da Fonseca Groston (1777-1860) é patrono da cadeira 28 da Academia Goiana de Letras, considerado um dos primeiros poetas desse estado. Um dos dois, se não é o mesmo, foi vereador em Juiz de Fora, eleito em 1857. Seu inventário é de 1859 (MORAIS, 2002, p.148-147; DIAS, 2010, p.157,159).

de dezembro a fevereiro, e esse *Diário* devia durar mais ou menos isso.

A *Estrella Marianense* surgiu em 6 de maio de 1830. Manoel Bernardo Acursio Nunan aparece como redator logo no primeiro número (ver nota de rodapé).⁴⁸ Era rodada na Tipografia do *Universal*, pois só teria uma tipografia própria em abril de 1832, a Tipografia Marianense, de forma que Mariana foi a quarta localidade mineira a ter um periódico, mas não foi a quarta a ter uma tipografia. Enfrentou dificuldades na impressão, como falta de operários e de tipos (ESTRELLA MARIANNENSE, 28/4/1832). A *Estrella* foi verdadeira porta-voz da Sociedade Patriótica Marianense, que entretanto depois criou sua própria folha.

A *Estrella Marianense* anunciou em um mesmo número o surgimento de duas importantes folhas mineiras, o *Pregoeiro Constitucional* e a *Sentinella do Serro* (ESTRELLA MARIANNENSE, 9/10/1830). Depois de São João Del Rei e do Tejuco, uma quarta localidade mineira, o arraial de Pouso Alegre, ganhou uma tipografia, e lançou o *Pregoeiro Constitucional*. A tipografia do *Pregoeiro*, de propriedade do padre José Bento Ferreira de Mello⁴⁹, ficaria famosa por imprimir, em 1832, o documento que ficou na história como a Constituição de Pouso Alegre. Os redatores do *Pregoeiro Constitucional* eram o padre José

48 Manuel Berardo Acúrsio Nunan aparece na Lista Nominativa de Mariana como redator da *Estrella Mariannense*, indicando que considerava sua atuação na imprensa como “*a mais significativa do ponto de vista do prestígio social*”. Para Diogo de Vasconcelos era um eclesiástico. Vivia com duas costureiras e uma forra. Não parece ter sido um homem de posses (SILVA, 2009, p.121). Ele foi secretário da Câmara de Mariana, e despedido por ser redator da *Estrella* (O NOVO ARGOS, 11/4/1831). Também se sabe que nos dias posteriores à viagem de D. Pedro I a Minas Gerais Nunan “*sofreu insultos pelas ruas públicas, dizem que fora tudo preparado no palácio episcopal*” (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 30/3/1831). Em 1841 era empregado da secretaria do governo de Minas Gerais (O CORREIO DE MINAS, 3/7/1841). Em 1842, durante a revolta, foi secretário do Comando das Armas legalistas (SOUSA, 1843, p.197).

49 Cônego José Bento Leite Ferreira de Mello foi redator do *Pregoeiro Constitucional* e do *Recompilador Mineiro*. Nasceu em Campanha em 1785, e morreu em Pouso Alegre, assassinado em uma emboscada, em fevereiro de 1844, em um complô envolvendo inimigos pessoais e políticos. Ordenado padre em 1809, mesmo ano de Feijó (LENHARO, 1979, p.101). José Bento conseguiu que Mandu fosse elevada a freguesia e ser nomeado vigário da mesma em 1811. Era proprietário da fazenda do Engenho. Mantinha em sua companhia uma filha publicamente reconhecida (SOUZA, 2010, p. 36-41). Foi vereador, membro da primeira Junta Provisória de Governo em 1821, membro do Conselho Geral da Província, deputado provincial e geral, senador, mas sobretudo, um dos maiores líderes políticos de seu tempo (PASCHOAL, 2007, p.214). Como deputado geral foi autor do projeto de Guarda Nacional aprovado em 1831. Criou a Sociedade Defensora em várias povoações do sul de Minas. Pe. Bento era tão influente que ao se tornar vigário de Mandu decidiu mudar a urbe de lugar, e criou Pouso Alegre, decidindo até o traçado das ruas, o que significa que Pouso Alegre pode ter sido a primeira cidade planejada do Brasil. Essa localidade cresceu de 41 imóveis urbanos em 1810, para 136 em 1817, 188 em 1821, 217 em 1826 e 281 em 1827. Foi um dos articuladores da Revolta de 1842, embora tenha permanecido no Rio de Janeiro durante sua eclosão.

Bento Leite Ferreira de Mello e o cônego João Dias de Quadros Aranha⁵⁰ (BLAKE, 1898, p.338; SISSON, 1999, p.424; VEIGA; 1898, p.192).

Deve-se saber que esses padres eram do tipo que escreviam que “*Ótima coisa se nos apresenta um rei Constitucional, um ser neutro. Doce é esta ilusão, mas ela é tão real como padres celibatários...*”, e que “*...os bispos excetuados alguns, são os mais inimigos da perfeição social...*” (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 25/5/1831, 1/12/1830).

Tendo nascido em um 7 de setembro de 1830, o *Pregoeiro* publicou um grande artigo sobre a independência conseguindo não citar D. Pedro I nenhuma vez. No número seguinte explicou que a independência fora feita pelo povo com a “*...coadjuvação do Grande Pedro, que por seu mérito pessoal foi por nós aclamado Imperador*” (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 11/9/1830).

Em relação às mulheres eram muito avançados, sobretudo tratando-se de padres. Existem inúmeros exemplos, mas o que combate o tabu da perda da virgindade feminina é marcante:

A donzela, que teve a desgraça de cegar-se com a sedução habilmente manejada pela astúcia, tem de sofrer irrevogavelmente a infâmia, a penúria, e todos os males Apêndices a sua eterna degradação; entretanto que uma sabia Legislação, e uma Opinião Pública mais esclarecida podiam remediar a sua desventura... (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 13/10/1830)

Também suas opiniões sobre a escravidão são atípicas para os anos 1830, quanto mais para senhores de escravos, membros de famílias de senhores de escravos. Denuncia os “*brutais castigos, nudez, e falta de sustento*”, o “*descuido de promover o matrimônio*”, a “*falta de método em educar os recém nascidos*”, isso dada a “*lembrança de que o serviço de três, ou quatro anos seria suficiente para indenizar o despendido...*”, mas isso não era assim tão raro de se ler. Defende que “*...a natureza proclamou a igualdade entre os homens, e nem em tempo algum criou raças de homens para serem escravos...*” (Idem), no que também não estava sozinho na imprensa da época. Também era possível encontrar outros afirmando que a escravidão “*...fomenta a imoralidade, e atrasa a nossa população...*” (Idem). Para essa folha o

50 Cônego João Dias de Quadros Aranha (1784-1865) foi redator do *Pregoeiro Constitucional* e do *Recompilador Mineiro*. Nasceu em Itu, São Paulo. Tinha terras e se não tinha um homônimo foi negociante em Bom Jesus. Foi vigário de Pouso Alegre, vereador, deputado geral e provincial. Como vereador de Campanha aprovou a criação de uma Guarda Nacional às vésperas do 7 de Abril. Em 1832 foi ferido em um conflito político em Pouso Alegre. Não tinha o hábito de usar batina, mas sim a farda de Guarda Nacional (REZENDE, 1944). Seria “*probo e severo*” (ALMANACH SUL MINEIRO, 1874). É nome de praça em Cachoeira de Minas, onde rezou a primeira missa.

direito de propriedade dos escravos seria “*precário*”, “*nominal*”. Coragem enorme para uma folha encravada no então Arraial de Pouso Alegre. Ademais, a escravidão para ele seria “*um sorvedouro de nossos capitais*” (Idem). Defende, como exemplo dos EUA, escolas para libertos. Mas o que realmente o destaca mesmo das folhas que contava como aliadas é que ele não era contra simplesmente o tráfico, como era comum entre folhas de seu campo político na época, mas defendia mesmo a “*...emancipação dos escravos (embora lenta)...*” (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 2/10/1830, 27/10/1830, 1/12/1830, 20/11/1830). O *Pregoeiro* não publicou nem um só anúncio de fuga de escravos, ao contrário do que faziam folhas das quais era aliado, como *O Universal* e *O Astro de Minas*.

Na escalada de ataques da imprensa mineira contra os governos de D. Pedro I, em 17 de novembro de 1830 o *Pregoeiro* usou pela primeira vez o termo “*S.M.I. e C.*”, Sua Majestade Imperial **enquanto Constitucional!** Claramente uma ameaça, que se repetiu em vários artigos, e que seria usada novamente às vésperas da Revolta de 1842.

Se o *Pregoeiro* não é lembrado como a folha mais avançada de Minas Gerais em seu tempo, isso se deve ao *Sentinella do Serro*, que nasceu quase ao mesmo tempo que o *Pregoeiro Constitucional*, em Vila do Príncipe (Serro). Era também mais uma Tipografia que surgia, na quinta localidade, de propriedade de A.F. Carneiro. Teófilo Ottoni (ver nota de rodapé número 32), que se assumiu como redator, afirmou ter transportado essa tipografia desde o Rio de Janeiro (OTTONI, 1860, p.12). Sabe-se que os tipos foram enviados para Vila do Príncipe da tipografia d’*O Universal*, que tinha um aparelho de fundir tipos. O nome dessa folha parece inspirado nas *Sentinelas* de Cipriano Barata, de quem Ottoni fora correligionário no Clube dos Amigos Unidos. Para os adversários era a “*republicana Sentinela do Serro*” (O CORREIO DE MINAS, 30/10/1841). Para Luciano Moreira a *Sentinella do Serro* é “*considerada o principal periódico exaltado na Província de Minas Gerais*” (MOREIRA, 2011, pp.168,188,208). Segundo Ottoni, o próprio Ato Adicional teria sido resultado do número 43 da *Sentinella do Serro* (OTTONI, 1860, p.30). Infelizmente, os arquivos públicos não têm nem um número dessa folha. Já em 1902, Sacramento Blake disse, “*nunca vi esse periódico*” (BLAKE, 1902, p.267). Duraria até o número 80, de 17 de Março de 1832 (O NOVO ARGOS, 6/4/1832).

A *Sentinella do Serro* foi considerada Exaltada por seus contemporâneos, e o *Pregoeiro Constitucional* não foi. Eram as alas mais combativas e com ideias mais avançadas entre os Liberais mineiros, mas tinham também diferenças com os Exaltados do Rio de Janeiro.

No final de 1830 o *Pregoeiro Constitucional* afirmou “*podemos contar 6 periódicos*

liberais” em Minas Gerais, mas é porque a *Sentinella do Serro* ainda não tinha chegado a Pouso Alegre e o *Mentor das Brasileiras* não estava sendo considerado uma folha partidária, pois o *Echo do Serro*, o *Astro de Minas*, *O Universal*, *O Novo Argos*, a *Estrella Mariannense*, o *Sentinela do Serro* e o próprio *Pregoeiro* somam 7 folhas (sem o *Mentor das Brasileiras*) em oposição a D. Pedro I, em seis localidades diferentes, cinco dessas possuindo tipografia. A favor do governo existiam *O Telegrapho*, o *Amigo da Verdade* e o *Semanário Mercantil*. Não se sabe se *O Soldado* já existia. O quadro nacional não era muito diferente, existiriam onze “defensores” do governo, e “perto de cinquenta Periódicos Livres” (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 6/10/1830, 22/1/1831). Ao mesmo tempo em que acontecia uma guerra de periódicos impressos em letra redonda, circulavam, ou eram colados pelas ruas, manuscritos, ainda mais incendiários (MOREIRA, 2011, p.153).

O assassinato de Líbero Badaró incendiou a imprensa, que promoveu funerais em diversas localidades, publicou poemas, elogios etc. No número de 5 de janeiro de 1831 o *Pregoeiro* orientou seus leitores a usarem o laço nacional, que “caiu por algum tempo em desuso” (...) “por manobras do servilismo, sempre pronto a aniquilar os símbolos da nossa regeneração política e apagar toda a ideia do Liberalismo”. O laço nacional voltaria a ser usado na Revolta de 1842.

Quando chegaram as notícias da Noite das Garrafadas a imprensa oposicionista chamou às armas, desde os mais combativos *Sentinella do Serro* e *Pregoeiro Constitucional*, até ao mais ordeiro *Novo Argos*, e em incontáveis localidades mineiras milhares de homens se levantaram.

Um mês antes, já em um clima explosivo, nasceu em Ouro Preto *O Soldado*, cujo redator teria sido Assis Lorena, e rodado na mesma tipografia do *Telegrapho* (O NOVO ARGOS, 26/1/1831, 10/3/1831, 15/3/1833). *O Telegrapho* deixou de circular quando D. Pedro I abdicou (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 18/5/1831), mais precisamente quando chegou a notícia em Ouro Preto, dia 15 de abril de 1831, sem noticiar que acabaria (O NOVO ARGOS, 15/3/1833), e parece que *O Soldado* teve o mesmo fim:

Esse *Telegrafo*, que prometia morrer aos pés do Trono, e que só dizia – a Vitória é nossa – já não existe; nem do seu Redator se tem notícia: um *Semanário*, que e altas vozes pediu a morte do Redator do *Argos* acabou com seu amigo: o estonteado *Soldado* do sr. Lorena, que já nasceu desgarrado, desertou das fileiras (...) todos, todos finalmente (...) emudeceram (NOVO ARGOS, 28/4/1831).

Mas parece que o *Semanário Mercantil* existiu até 1832.

A importância da imprensa para a queda de D. Pedro I pode ser imaginada pela dimensão que Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, dava ao assunto. Diz ele que o número de jornalistas da oposição “*de repente cresceu*”, como se viu em 1830, e:

Com dificuldade pode o promotor de justiça ser convencido de que devia acusar os criminosos; fê-lo como se fosse um deles; e jurado composto de indivíduos do partido e opiniões dos réus, absolveu-os com escândalo da justiça e da razão. Desde esse momento só dois caminhos se ofereciam ao Imperador: ou sair do Brasil, ou violar a Constituição para salvá-la (SILVA, F, 1939, p.200).

Em outras palavras, governar sem calar a imprensa oposicionista seria impossível. Um decreto de junho de 1822 decidiu que os crimes de imprensa seriam levados a júri popular, inaugurando essa forma de julgamento no Brasil. O julgamento por jurados era “*uma garantia liberal de que os crimes políticos (ou de opinião) não seriam considerados por juízes de carreira, muito frequentemente funcionários fiéis ao governo*” (NUNES, 2010, pp.95, 163). Era também o uso internacional no período. Os EUA tiveram um caso icônico, quando os jurados absolveram Bradford, já em 1692 (EMERY, 1965, p.85-86). Para ser jurado era necessário ser cidadão, ter a renda de votante (100\$000 até 1846, 200\$000 daí em diante), e, a partir da reforma do Código do Processo de 1841, ser alfabetizado (NUNES, 2010, p.44).

As leis que se seguiram em 1823 e 1830 confirmaram esse ponto central da legislação a respeito da imprensa. O júri decidia se havia ou não crime, e o juiz dava a pena. A lei de 1823 definiu toda uma lista de proibições e penalidades, e a lei de 1830 tentou agravar as penas. Contudo, o Código do Processo Criminal do mesmo ano abrandou as penas.

O Universal republicou de seu adversário *O Unitário* que “*A lei que pune os abusos da imprensa é entre nós absolutamente nula, e sem vigor. Os promotores nem se dão ao trabalho de acusar porque sabem que tudo é baldado...*” (O UNIVERSAL, 5/6/1840). A rigor, não era só “*entre nós*”, também na França a tendência do Júri era absolver os réus por crimes de abuso da liberdade de imprensa (NUNES, 2010, p.43). Não significa que o Júri nunca condenava ninguém. Havia exceções, a exemplo do Conselho de Jurados do Rio de Janeiro, que condenou um réu por caluniar o Intendente Geral da Polícia, e o juiz fixou a pena em 6 meses de cadeia e 400\$ de multa (O UNIVERSAL, 10/8/1825).

Os pedristas tentaram reprimir a imprensa por métodos violentos, mas também não deu certo. A queda de D. Pedro I encerrou uma fase da vida política e da história da imprensa mineira.

2.2.1 Multiplicação, divisões e repressões (1831-1833)

No ano de 1831 os leitores talvez tenham tido a ilusão, reforçada pelo sumiço das folhas pedristas, de que o 7 de Abril arrefeceria a guerra de folhas. Os vencedores tanto acreditavam nisso que o *Pregoeiro Constitucional* defendeu correio grátis para periódicos (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 25/5/1831), o que realmente se deu pelo Decreto de 7 de Junho de 1831, que isentou as folhas nacionais da taxa dos correios (MOREIRA, 2011, p.233). As folhas estrangeiras seriam isentas de taxas quando fossem para bibliotecas, e em outros casos pagariam um oitavo do preço. Ou seja, os novos donos do poder não imaginavam que tal isenção pudesse beneficiar seus adversários. Lei semelhante já tinha sido aprovada em 1829 nas duas câmaras, aguardando a sanção imperial (O UNIVERSAL, 24/7/1829).

A *Gazeta de Minas* nasceu em maio de 1831, mas não parece ter entrado na luta política, porque ficou esquecida pelas folhas Liberais. *O Diamantino*, que tem sido datado de 1832, já sofria um processo em 1831, referente ao seu número 1, em que teria caluniado o Vigário (O NOVO ARGOS, 21/7/1832):

Cessada a publicação do *Echo do Serro*, surgiram *O Diamantino* e *O Exorcista*, também folhas liberais, de propriedade de Venâncio Ribeiro Mourão,⁵¹ e cujos impressores ou redatores foram João Nepomuceno Aguilar, Rodrigo de Sousa Reis, Manuel Ciriaco de Abreu, Clementino Rabelo de Campos⁵² e Misael Felicíssimo Aguillar⁵³ (FILHO, Aires, 1980, p.197).

Para Luciano Moreira o redator seria João Nepomuceno Aguilar (ver nota de rodapé 30), que fora um dos redatores do *Echo do Serro* (MOREIRA, 2011, p.204). Em 1832 “*O Diamantino, cuja publicação se havia interrompido, novamente aparece em formato maior*”

-
- 51 Venâncio Ribeiro Mourão (1795-1880) teria sido um dos fundadores do *Echo do Serro*, oficialmente o proprietário. Também estaria envolvido com o *Exorcista* e o *Diamantino*. Foi aliado de Ottoni. Foi Coletor Provincial, em Diamantina, portanto de diamantes, por 24 anos. Em 1841 foi demitido, e voltou ao posto durante o Quinquênio Liberal. Foi Promotor do Tesouro Nacional. Viveu em Diamantina. Era minerador, e dono de escravos. Comprou dois livros de Bernardo Xavier Pinto de Souza sobre a revolta de 1842.
- 52 Clementino Rabelo Campos esteve ligado ao *Diamantino* e ao *Exorcista*. Era então muito jovem, porque em 1869 deu uma Carta de Liberdade a João Crioulo, e em 1882 foi membro da direção da Sociedade Abolicionista de Diamantina (MEIRA). Em 1886 ainda estava vivo e era chefe Liberal (17º DISTRITO, 10/1/1886).
- 53 Misael Felicíssimo Aguillar esteve relacionado ao *Diamantino* e ao *Exorcista*. Era então muito jovem porque estava vivo em 1886 e ainda era chefe Liberal (17º DISTRITO, 10/1/1886). Era irmão de João Nepomuceno de Aguillar. Senhor de escravos. Em 1863 foi Imperador da festa do Divino.

(O NOVO ARGOS, 16/7/1832). Em 1833 ele ainda existia (ASTRO DE MINAS, 21/9/1833). *O Exorcista* surgiria somente em 1833.

A conjuntura política não se acalmou com a queda de D. Pedro I. Oito movimentos assustaram o Rio de Janeiro entre 1831 e 1833 (BARATA, 2014, p.81). Além disso, só entre 7 de abril e 30 de maio de 1831 foram presos também no Rio de Janeiro por desordem e pancadaria 108 homens livres e 50 escravos, registraram-se 27 ferimentos graves e 25 leves, 8 assassinatos e apareceram mais 5 cadáveres, e foram apreendidas armas as 102 pessoas (SODRÉ, 1966, p.179). Passado um ano a *Estrella Mariannense* disse que “*Há um século entre o dia 3 de Maio do último ano, e o que acaba de abrir a presente Seção*” pois “*o ódio dos partidos continua cada dia mais alentado, (...) não vimos assomar ainda entre eles aquela calma, e tolerância, que ordinariamente costuma suceder as extravagâncias dos homens...*” (ESTRELLA MARIANNENSE, 4/7/1832, 31/3/1832). Consequentemente, em Minas Gerais também aconteceu como disse Morel, “*vê-se que os anos 1831-1833 são marcados por nítido crescimento da imprensa periódica no Rio de Janeiro, então sede da Corte do Império do Brasil*” (MOREL, 2005, p.209). Exatamente como disse Basile, “*Esse desenvolvimento da imprensa vincula-se intimamente às disputas políticas, à emergência de diferentes projetos políticos e à mobilização da opinião pública*” (BASILE, 2009, p.65). Quando os deputados gerais e senadores reunidos em Assembleia Geral decidiram que haveria reforma da Constituição e quais itens seriam reformáveis, isso não acalmou os ânimos em nada (CONSTITUCIONAL MINEIRO, 23/10/1832).

Alarmada, a *Estrella* afirmou que “*a liberdade de imprensa tem a maior latitude, que jamais se viu em país algum do mundo.*” No Rio “*já não vemos impunes as Matracas, as Nova Luz, os Exaltados &.&.&*”. Essas folhas “*desapareceram*” sob a repressão do ministério Feijó (ESTRELLA MARIANNENSE, 17/3/1832). Feijó baixou uma portaria que determinava a eleição de um novo conselho de jurados para a Corte, e conseguiu um Júri muito mais afinado com o governo (NUNES, 2010, p.104).

Em Minas Gerais os novos donos do poder também começaram a usar as leis contra os opositores. O Conselho de Jurados de Ouro Preto foi convocado extraordinariamente devido a “*uma carta dirigida desta Cidade para fora, aonde se demonstravam as conveniências do governo absoluto*”. O autor dessa carta “*andava a convidar assinantes para o Periódico, que nos parece, se destina a tratar da propagação do absolutismo*”. O acusado, um Martins,⁵⁴ que não chegou a publicar a *Voz da Razão*, foi acusado e condenado pelo júri

54 Seria João Martins de Moura Duque Estrada (do qual se trata adiante) que um ano depois foi

(ESTRELLA MARIANNENSE, 8/1/1832, 11/1/1832).

Embora de linha política oposta ao Martins, o *Sentinella do Serro* foi também chamado a jurados pelo Promotor do Júri. Em 17 de Março de 1832, o número 80 da *Sentinella do Serro* publicou dois avisos, “*Interrompe-se por hora os trabalhos da Sociedade Promotora do Bem Público*”, e “*Interrompem-se por ora a publicação da Sentinella do Serro*” (O NOVO ARGOS, 6/4/1832).

Mais de um mês antes, dia 4 de fevereiro, a Sociedade Promotora do Bem Público da Vila de Príncipe (Serro) lançou já no manifesto de sua criação, no número 74 da *Sentinella do Serro*, a proposta de que, se:

até o dia da convocação da futura assembleia legislativa não tenha ainda passado ou tenha sido rejeitado no senado o projeto das reformas constitucionais, se esforcem de comum acordo para que nos respectivos círculos eleitorais se deem poderes constituintes aos futuros deputados para reformarem a constituição, na forma do projeto aprovado na câmara dos deputados, fazendo-se a reforma independente do senado (OTTONI, 1860, p.22-23).

A Sociedade Promotora da Instrução Pública, de Ouro Preto, e diversas outras sociedades de Minas Gerais e de outras Províncias, responderam negativamente à proposta da Sociedade de Vila do Príncipe, taxando-a de inconstitucional. Quando essas respostas começaram a chegar a Vila do Príncipe “*saíram a campo os Telegráficos*” dizendo “*que a Sociedade era composta de Republicanos*”. Dada a má recepção geral a Sociedade Promotora do Bem Público encerrou sua recém iniciada atuação, e a *Sentinella do Serro* acabou junto, e foi chamada a jurados pelos excessos de seu último número. Embora o *Novo Argos* tenha dito que “*nunca nos pareceu Republicana a Sociedade Promotora do Bem Público*” (O NOVO ARGOS, 13/4/1832, 6/4/1832). Também disse que:

nós a vimos censurar o Governo, a Assembleia Geral Legislativa, e o Partido Moderado; ao mesmo tempo que descarregava golpes sobre a Constituição do Estado, até que no seu N.80 negou a existência de um Imperador no Brasil, e sustentou a necessidade de se extinguir a Monarquia... (O NOVO ARGOS,13/4/1832)

Segundo o *Constitucional Mineiro*, o *Sentinella do Serro* teria publicado:

Quem impera ou governa é a Regência, e não o Imperador, que não o é ainda de fato. Virá a ser, terminada a minoridade, se a Nação antes disso não reformar a Constituição, e extirpar dela o elemento Europeu, o que nos parece indispensável... porque o Dia 7 de Abril derrubou no Brasil o monarquismo! (CONSTITUCIONAL MINEIRO, 20/11/1832, 8/2/1833).

E ainda que:

Só juramos fidelidade ao Imperador enquanto Constitucional, o que a respeito de um menino, que não pode ter ainda opinião, significa enquanto a Constituição reconhecer Imperador... (CONSTITUCIONAL MINEIRO, 20/11/1832, 8/2/1833).

Em resumo, a *Sentinella do Serro* vinha ferindo a lei de imprensa (das acusações do *Novo Argos* só não eram crimes os ataques ao Partido Moderado, talvez únicos pelos quais a *Sentinella* pagou), e quando resolveu terminar suas publicações passou dos limites. Assinou no fim “*Redator Teófilo Benedito Ottoni*”, com uma coragem de pagar pelos seus crimes que se repetiria ao final da Revolta de 1842. Por muito menos outros redatores arranjavam testas de ferro.

Retrato 5 - Theophilo Benedito Ottoni



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Se a *Sentinella do Serro* realmente foi processada pelo seu número 80, ela não terminou sua publicação porque foi chamada a jurados, ela foi chamada a jurados pela forma

como terminou sua publicação. Os jurados absolveram Ottoni (O NOVO ARGOS, 6/4/1832, 19/5/1832). Ele, próprio, em 1860, explicou que “A *Sentinella do Serro* cedeu, menos prudentemente, às provocações das gazetas moderadas: foi processada, e viu-se na necessidade de suspender a sua publicação” e “ceder-lhes a tipografia e retirar-se completamente da cena” dando a entender que o processo não foi pelo último número (OTTONI, 1860, p.24). Está claro que nesse momento os Liberais não estavam unidos em Minas, uma vez que Ottoni se refere às “gazetas moderadas” como adversárias.

O *Diamantino*, embora não tenha adquirido a fama da *Sentinella do Serro*, também defendeu fazer as reformas sem o Senado e também foi perseguido. São plausíveis as hipóteses de que o “Pregoeiro tenha desaparecido para contornar o enquadramento que vitimara o *Diamantino* e o *Sentinella do Serro*, ou que a opção pelo golpe parlamentar [de 1832] exigisse mesmo menor publicidade” (SILVA, W., 2018, p.180, 182).

Mas o norte de Minas não ficou sem folhas Liberais. Desde Xavier da Veiga o *Liberal do Serro* é datado em 1831, mas em 1832 o *Novo Argos* afirmou “aparece agora o *Liberal do Serro*”. O *Liberal do Serro* estava então em seu número 5. Só pode ter nascido em 1831 se fosse mensal. Do arraial de Itambé (hoje Santo Antônio do Itambé), era redigido por Giraldo Pacheco de Melo⁵⁵ “também ourives, sem ter noção alguma da arte tipográfica, tratava igualmente de montar uma tipografia e fundia tipos para esse fim” (VEIGA, 1898, p.103). Assim como a *Sentinella do Serro*, defendeu a Sociedade Promotora do Bem Público e denunciou suborno eleitoral (O NOVO ARGOS, 19/5/1832). Para o *Novo Argos* o *Liberal do Serro* era Exaltado assim como a *Sentinella do Serro*.

Interessantes sobre o assunto são as declarações de que “Os mesmos que recebiam, e repartiam os Jururubas, os Matracas, os Exaltados são os que agora recebem os Caramurus, e Carijós”, duas folhas acusadas de restauradoras e que também foram reprimidas por Feijó (ESTRELLA MARIANNENSE, 14/4/1832), e três anos depois “os mesmos, que a pouco promoviam a restauração, são os que mais se inflamam hoje pela República.” (O VIGILANTE, 4/2/1835). Não se pode dizer isso de Ottoni, dos padres de Pouso Alegre, nem de Giraldo Pacheco de Mello, ou de João Nepomuceno Aguiar.

Carvalho e Barbosa citam a existência de um *Itambé do Serro* em 1831 (1994, p.116). Pode ser uma confusão de nomes, trocando “O Liberal” por “Itambé”, mas se Giraldo

55 Giraldo Pacheco de Melo foi o criador do *Liberal do Serro*. Por ser ourives e mecânico é fácil deduzir que era autodidata, mesmo porque ainda não tinha saído de seu arraial, onde não se ensinava mais do que ler. É nome de rua em Santo Antônio de Itambé. Na década de 1860 foi editor do *Jequitinhonha* (SALDANHA, 2020, p.81). Teria sido editor o *Buletim da Legalidade no Serro* em 1842.

Pacheco de Mello construiu uma tipografia, bem pode ter impresso mais de uma folha.

Foi em 1832 que o *Jornal do Comércio* republicou do indignado *Carapuceiro*:

O alfaiate, ao invés de estar em sua loja, cortando panos e fazendo roupa, traz a corda aos fregueses semanas, e semanas; por que vive talhando governos, gizando constituições, e alinhando rugas: o sapateiro já não quer saber de couros e solas; só fala em gazetas. O barbeiro, dá para publicista! (Apud NUNES, 2010, p.152).

Imagine-se o sentimento de quem pensava como o *Carapuceiro* quando ao mesmo tempo:

Três novos periódicos se publicam em nossa Província; o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* no Ouro Preto; o *Homem Social* na Cidade de Mariana; e o *Vigilante*, cujo Prospecto saiu a luz em Sabará do dia 7 de Abril sob os auspícios da Sociedade Pacificadora; anuncia-se igualmente a aparição de outro na Vila de Campanha (O NOVO ARGOS, 24/4/1832).

Quando surgiu, a Tipografia Marianense imprimiu outras folhas além da *Estrella*. Primeiro o *Homem Social*, que no número 7 atacou a Câmara de Mariana, e que sabemos que teve ao menos 30 números (ESTRELLA MARIANNENSE, 27/5/1832, 9/6/1832, 7/11/1832). O *Homem Social* teve algumas diferenças de baixa intensidade com *O Novo Argos* e *O Universal* (O NOVO ARGOS, 9/7/1832). O Padre Antônio José Ribeiro Bhering, primeiro redator d'*O Novo Argos*, teve participação na redação dessa folha (SILVA, W., 2009, p.118). Ainda em meados de 1832 a Sociedade Patriótica Marianense se tornou sócia da Tipografia e passou a imprimir seu próprio periódico, a *União Fraternal* (ESTRELLA MARIANNENSE, 2/6/1832, 9/6/1832).

O *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, de Ouro Preto, surgiu no início de 1832. Essa sociedade foi uma das que fez coro contra a proposta da *Sentinella do Serro*. O redator era o padre José Antônio Marinho, que seria um dos principais chefes da revolta de 1842 e seu principal memorialista. Foi escolhido pelo Colégio da Sociedade, que também escolhia substitutos quando necessário, como Manoel Joaquim d'Oliveira Cardozo⁵⁶

56 Manoel Joaquim d'Oliveira Cardozo, redator temporário do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*. Era professor de filosofia e em 1834 foi Secretário da Sociedade Promotora da Instrução Pública. Trabalhou na Junta da Fazenda no final de 1831. Em 1835 elaborou um Compendio de Latinidade, que foi adotado pela província de Minas Gerais. Foi um dos elaboradores do estatuto da Caixa Econômica de Ouro Preto. Em 1841 era Escrivão da Mesa da Misericórdia de Ouro Preto (O CORREIO DE MINAS, 3/7/1841). Existiu um abade Manoel d'Oliveira Cardozo, mas não se sabe se era o mesmo.

entre 7 de Setembro e 15 de Dezembro de 1832 (ver nota de rodapé). É no período desse redator substituto que o *Jornal da Sociedade Promotora* publicou o Catecismo Federal, oriundo da Sociedade Federal de Pernambuco, ao qual dedicou um número inteiro (JORNAL, 7/9/1832, 21/9/1832). O *Novo Argos* e o *Astro de Minas*, que acusavam a *Sentinella* de Exaltada, também publicaram o Catecismo Federal (O NOVO ARGOS, 17/11/1832). Outro redator do *Jornal da Sociedade* foi o padre Justiniano da Cunha Pereira (ver nota de rodapé),⁵⁷ em 1834, quando o José Antônio Marinho mudou-se de Ouro Preto para São João Del Rei (ASTRO DE MINAS, 20/10/1836).

Artigos sobre agricultura, instruções sanitárias, planos educacionais, informações sobre as escolas mineiras, trabalhos da sociedade em prol da educação (como a biblioteca e a contratação de um professor), mas também política. Parece que a biblioteca era continuidade da biblioteca da extinta Sociedade Literária, que fora ligada ao *Abelha de Itaculumy* (JORNAL, 7/12/1832). Os membros da Sociedade recebiam a folha “gratuitamente”. Os principais sócios da Sociedade Promotora “*foram ao mesmo tempo agentes do aparato estatal, tais como presidentes de província, conselheiros gerais da província, vereadores, juizes de paz e professores públicos*” (INÁCIO, SANTOS, 2009, pp.7, 10).

O *Jornal da Sociedade* foi um dos que a sedição de 22 de março de 1833 tirou de circulação, fazendo José Antônio Marinho sair de Ouro Preto. Voltou a circular, mas com irregularidades até o último número conhecido, de 20 de julho de 1834.

Também a Sociedade Pacificadora Sabarense comprou uma tipografia e em abril de 1832 passou a imprimir *O Vigilante*, jornal da mesma sociedade. A Sociedade elegia o redator, e em 25 de março de 1832 escolheu o Sr. Gomes Nogueira (O VIGILANTE, 2/1/1833, 2/2/1833), que deve ser o Coronel Pedro Gomes Nogueira (ver nota de rodapé).⁵⁸ Mas assim

57 Padre Justiniano da Cunha Pereira (1798-1838) foi redator do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* e da primeira fase do *Parahybuna*. Era natural da Vila do Príncipe (Serro), onde foi exposto. Fez parte da Arquiconfraria de São Francisco da Vila do Príncipe, de homens pardos. Estudou no Seminário de Mariana, ordenado em 1824. Foi Eleitor de Piranga (ASTRO DE MINAS, 20/10/1836). Em Setembro de 1830 já apareceu nas páginas da *Estrella Marianense* (18/9/1830) com um sermão contra o despotismo e o absolutismo. Em 1832 publicou um artigo n’*O Universal*, elogiando a ação da Guarda Nacional de Piranga contra uma insurreição em Santa Rita do Turvo (27/1/1832). Autor da peça teatral *O Club dos Anarquistas*.

58 Coronel Pedro Gomes Nogueira foi um dos redatores do *Vigilante*, tido como criador do *Athleta Sabarense*, do *Estafeta* e seu possível redator em 1842, que foi rodado em sua tipografia. Ainda jovem teria atuado a favor da independência e sofrido perseguições. Em 1822 fez parte da Junta do Desejo do Bem Comum, em Sabará, cujo objetivo era comprar periódicos e fazer sua leitura em uma seção pública. Nesse mesmo ano deu decidido apoio ao príncipe D. Pedro, marchando com a tropa de cavalaria de milícias que comandava para São João del-Rei, para concentrar tropas contra a Junta Provisória que em Ouro Preto não queria

como toda a diretoria da Sociedade Pacificadora, o Editor, o Tesoureiro da Tipografia e o Redator (a partir de certo momento 1º Membro da Comissão de redação) podiam mudar de três em três meses (INÁCIO, SANTOS, 2009, p.11). *O Vigilante* de 26 de junho de 1833 informou que o novo 1º Membro da Comissão de Redação seria o padre e professor Mariano de Souza Silvino.⁵⁹ Luciano Moreira encontrou também Antônio Pereira da Fonseca⁶⁰ (ver notas de rodapé) e *O Vigilante* pode ter tido outros redatores (MOREIRA, 2011, p.205). Luciano Moreira notou que o local de assinatura de *O Vigilante* mudou sete vezes de vendedor. Provavelmente porque a diretoria da Sociedade Pacificadora era substituída com facilidade. Quando o caixa da tipografia publicou uma nota no *Vigilante* (2/2/1833) fica claro que é o mesmo em cuja loja se podia assinar a folha. O mesmo acontece no número de 8 de maio de 1833, já com outro tesoureiro, e novamente em 6 de novembro de 1833.

No início de 1835 a Sociedade discutiu “*o contínuo déficit da Tipografia*”, pensou em arrendá-la ou em encerrar *O Vigilante*. A decisão foi passar a dar um número só por semana, reduzir o ordenado do redator pela metade e o número de empregados da Tipografia. O último número disponível na Biblioteca Nacional, que noticiou a Revolta do Malês, é de 14 de março de 1835. A Sociedade teve uma reunião dia 8 de março de 1835 em que deveria tratar “*negócios de alta transcendência*” (O VIGILANTE, 7/2/1835, 7/3/1835). Pedro Gomes Nogueira em algum momento adquiriu a tipografia da Sociedade Pacificadora, que virou Tipografia de Nogueira, mudando-a da rua atrás do Rosário para sua residência na rua da Ponte Pequena (INÁCIO, SANTOS, 2009, p.13).

reconhecer o governo central. Em 1831 teve papel de peso no enfrentamento a D. Pedro I, que viajava com o ministro José Antonio da Silva Maia, candidato a deputado com apoio do Imperador. Sabará era o principal colégio eleitoral de Maia e esperava-se completo apoio ao governo. Frustrado esse apoio a viagem terminou abruptamente. Foi presidente da Câmara de Sabará, juiz de fora substituto, e era comendador das ordens do Cruzeiro e de Cristo (O VIGILANTE, 2/2/1833). Era negociante. Em 1840 comprou a Tipografia da Sociedade Pacificadora de Sabará. Teria fundado o *Athleta Sabarense*, e o *Estafêta*. Em 1831 fez decidida oposição a D. Pedro I (JINZENJI; SÁ, 2008, p.2-6). Durante a Revolta de 1842, quando Sabará foi tomada pelos rebeldes, assinou o manifesto de adesão à mesma, mas logo se retirou da cidade e escreveu uma carta na qual se disse coagido, aderiu à legalidade, e rompeu com a oposição.

59 Padre Mestre Mariano de Souza Silvino foi um dos redatores do *Vigilante*. Foi o primeiro presidente da Sociedade Pacificadora e da Misericórdia de Sabará, tendo dirigido essa última por 12 anos. Era uma das principais lideranças políticas de Sabará. Professor de Latim. Tinha escravos. Deixou 8 filhos, e de um deles não sabia o nome. Seu inventário é de 1844 (SANTOS, 2006, p.604).

60 Antônio Pereira da Fonseca tem inúmeros homônimos. Redator do *Diabo Coixo*, da *Miscelânea* e um dos redatores do *Vigilante*. Era major de primeira linha. Na Revolta de 1842 foi nomeado pelo presidente rebelde como Instrutor geral da Guarda Nacional de Sabará (SOUSA, 1843, p.299).

Nessa tipografia foram impressos vários outros periódicos de Sabará, como a *Miscelanea*, que em 6 de Janeiro de 1833 estava com a publicação atrasada, tendo falhado uma semana, de forma que nasceu em 1832.⁶¹

Também em 1832 existiu o *Athleta Sabarense*, cujo redator era o padre Francisco Andronico Ribeiro (ver nota de rodapé) (O NOVO ARGOS, 26/1/1833).⁶² Essa folha teria sido criada pelo Coronel Pedro Gomes de Nogueira (JINZENJI, 2008, p.3). Mas em 6 de janeiro a tipografia da Sociedade Pacificadora rodava somente 2 folhas, *O Vigilante* e *Miscelanea*, portanto o *Athleta Sabarense*, se é que foi rodado nessa mesma tipografia, como se imagina, já tinham deixado de circular. Em 26 de janeiro de 1833 o padre Andronico publicou uma nota no *Vigilante*, o que nos parece confirmar que seu periódico acabou em 1832, tendo dado 16 números. Para Xavier da Veiga o *Athleta* foi o primeiro jornal de Sabará, mas para isso tem que ter dado seu primeiro número antes de abril de 1832 (VEIGA, 1898, p.194).

Antes de Sabará, Campanha tinha adquirido tipografias. Primeiro foi a do padre José de Sousa Lima, da qual não se sabe nada, de forma que não deve ter publicado nenhum periódico. Em 7 de abril de 1832 surgiu a *Opinião Campanhense*, com tipografia própria (VEIGA, 1898, p.194). Infelizmente os arquivos públicos só têm dois números. O primeiro tem um manifesto dos eleitores de Campanha em apoio a Evaristo da Veiga, irmão do redator Bernardo Jacinto da Veiga.⁶³ Evaristo, redator da *Aurora Fluminense*, sofrera um atentado a tiros no Rio de Janeiro. O segundo, de 1836, tem um artigo contra Bernardo Pereira de Vasconcelos, que estava defendendo a revogação da Lei de 1831, que proibiu o tráfico de escravos. Teria existido até agosto de 1837. É possível que tenha mudado de linha política em maio de 1836 (SILVA, 2018, p.185). Já em 1839 não seria fácil encontrar uma coleção do

61 Manoel de Freitas Pacheco esteve ligado ao *Miscelânea*. Foi vereador, Sargento Mor de Ordenanças, Juiz de Fora, e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Para adversários seria um homem de cor.

62 Padre Francisco Andronico Ribeiro foi redator do *Athleta Sabarense*. Foi padre em Curral del Rei, e depois em Descalvado entre 1833 e 1835. Em 1831 foi elogiado pelo *Universal*. Parece ter falecido em 1835. Nos Anais da Biblioteca Nacional ele aparece como redator também do *Semanário Mercantil* e do *Cidadão Livre*, mas parece ter sido uma confusão por Francisco de Mello Franco, que seria o redator dessas duas folhas, ter “tomado” para si o nome *Athleta Sabarense*, e mantido a numeração, de forma a confundir os leitores.

63 Bernardo Jacinto da Veiga redigiu o *Opinião Campanhense*. Nasceu no Rio de Janeiro em 1802, e ali faleceu em 1845, mas viveu a maior parte da vida em Minas Gerais, para onde se mudou em 1818 para tratar da saúde. Foi deputado provincial e geral, e presidente de Minas Gerais por duas vezes (VEIGA, 1898, p.193). Bernardo Jacinto da Veiga “*estudou por si mesmo a língua latina e a francesa, geografia, história, filosofia, aritmética e álgebra*” (BLAKE, 1883, p.410). É possível que tenha rompido com os feijóistas já em 1836 (SILVA, 2018, p.185). Era o Presidente legal de Minas Gerais durante a Revolta de 1842.

Opinião Campanhense (ASTRO DE MINAS, 2/5/1839). Além de Bernardo da Veiga, Lourenço Xavier da Veiga⁶⁴ teria sido redator dessa folha (CARVALHO, BARBOSA, 1994, p.167).

Em meados de 1832 a oposição à Regência se reanimou. Em Ouro Preto “*Só lhes falta uma imprensa*”, disse *O Novo Argos*, pois “*o expediente dos pasquins é muito moroso, e a mesma letra pode denunciar o intrigante, que os escreve*” (O NOVO ARGOS, 8/5/1832).

Em 28 de maio de 1832 *O Novo Argos* anunciou que *O Amigo da Verdade* deixara de circular, e já em 18 de setembro de 1832 nascia em São João Del Rei *O Constitucional Mineiro*. Três meses antes de saber o nome que essa folha teria *O Novo Argos* já preparava seus leitores: “*Conta-se que em uma reunião de consócios da União, e Lealdade se tratou da maneira porque se poderiam dar ânimo ao partido, que se acha um pouco esmorecido, e aí se resolveu que aparecesse o tal periódico...*” (O NOVO ARGOS, 18/6/1832).

Assim como aconteceu com *O Amigo da Verdade*, *O Constitucional Mineiro* já foi atacado pelo *Astro de Minas* antes de nascer, e nasceu para combater o *Astro de Minas* e “*seu bando*”. Em outras palavras “*a célebre roda do Astro*” (CONSTITUCIONAL MINEIRO, 2/2/1833, 5/10/1832), com destaque desde o primeiro número para o dono de sua tipografia, Baptista Caetano d’Almeida, ao qual incluía na família Magalhães, que reputava como um poder político local.⁶⁵ Atacava também José Alcebíades Carneiro, então ex-redator do *Mentor das Brasileiras* e talvez do primeiro número do *Amigo da Verdade*, que viria a ser eleito deputado, e era suspeito de ser o redator do *Astro de Minas*. Outros alvos eram *O Universal* e a *Aurora Fluminense*. Como o *Novo Argos* entrou em defesa de Baptista Caetano, foi atacado também. *O Athleta Sabarense* seria subversivo, criminoso. Em novembro de 1832 republicou artigo do *Catão* contra a *Sentinela do Serro*, que já tinha terminado. Tentando separar o *Astro de Minas* das outras folhas do mesmo lado, republicou artigos d’*O Universal*, da *Verdade* (do Rio de Janeiro) e do *Opinião Campanhense*, mas foi rechaçado (CONSTITUCIONAL MINEIRO, 21/9/1832, 5/10/1832, 28/10/1832, 20/11/1832, 22/1/1833).

A acreditar no *Constitucional Mineiro*, o *Astro de Minas* e *O Universal* governavam Minas Gerais. Sua militância anti-imprensa é indisfarçável, apesar de estar em oposição.

64 Lourenço Xavier da Veiga (1806-1863) ajudou na redação do *Opinião Campanhense*. Irmão de Evaristo Ferreira da Veiga e de Bernardo Jacinto da Veiga. Autodidata como seus irmãos, mudou-se do Rio de Janeiro para Campanha, para onde também se mudou Bernardo Jacinto da Veiga. Tenente-Coronel da Guarda Nacional. Rompeu com os feijoístas antes de seu irmão, Bernardo da Veiga (SILVA, 2018, p.185). Subscreveu para Campanha 4 exemplares do livro de Bernardo Xavier Pinto de Sousa sobre a Revolta de 1842.

65 Viu-se que de fato o era, sendo sobrinho do fundador da poderosa família Almeida Magalhães, Francisco de Almeida, na casa do qual viveu desde os 12 anos de idade.

Tentou espalhar o medo de que um panfleto (portanto todos) poderia espalhar o *cólera morbus*. Um correspondente pediu repressão à imprensa e exigência de fiança anterior à publicação de folhas (CONSTITUCIONAL MINEIRO, 28/9/1832, 18/1/1833, 15/2/1833).

O Constitucional Mineiro era claramente ligado “à gente da União e Lealdade”, uma associação política. Fazia apologia a D Pedro I, então Duque de Bragança, aproveitando-se de sua campanha militar revolucionária em Portugal, onde defendia a Constituição por ele outorgada e o trono de sua filha, D.Maria I. Era oposto às reformas propostas para a Constituição de 1824 e defendeu os irmãos Andrada. Admitiu ser “alugado” (CONSTITUCIONAL MINEIRO, 25/9/1832, 28/9/1832, 13/11/1832, 23/11/1832). O redator seria o frei Francisco Freire de Carvalho (ver nota de rodapé).⁶⁶ Xavier da Veiga cita a existência, também em 1832, de um *Constitucional* em Ouro Preto (1898, p.196). Mas trata-se d’*O Constitucional* de 1846, pois Veiga cita sua epígrafe, “*Il y beaucoup a faire pour le peuple, mais une volonté constante peut tout accomplir*” (Sismondi), que é a do periódico de 1846.

Já foram dados exemplos suficientes para se concluir que os periódicos eram tratados como sujeitos. Era o uso da época, as pessoas percebiam e queriam perceber os periódicos como entidades separadas de seus redatores:

...nem por decência quer declarar que não tem parte na redação desse indigno papel. Tenha ele a prudência de o fazer, e ver-se-á livre dos nossos ataques: não nutrimos rancores contra a pessoa do Sr. Freire de Carvalho; a nossa contenda é com o intitulado Constitucional Mineiro (O NOVO ARGOS, 20/1/1833).

66 Cônego Frei Francisco Freire de Carvalho Figueiredo (1779-1854) foi redator do *Constitucional Mineiro*. Nascido em Portugal, estudou em Coimbra onde foi professor de História e Antiguidades (CINTRA, 1982, p.131, 204) e superior do Colégio da Graça. Perseguido por D. Miguel e refugiado no Brasil, teria sido convencido por Baptista Caetano d’Almeida a mudar-se do Rio de Janeiro para São João Del Rei, onde uma sociedade seria responsável por pagar 800\$ a Freire de Carvalho para ele ministrar aulas gratuitas de “gramática brasileira”, retórica, poesia, história e geografia. Freire seria “*ex-Redator do Astro de Minas; ex-Liberal; ex Deputado Provincial; ex-partidista do progresso; ex-admirador da honradez, patriotismo e desinteresse do nobre senador; o Sr. Feijó; ex inimigo acérrimo de tudo quanto fazia, dizia ou pensava o nobre senador; o Sr. Vasconcelos...*” (O POPULAR, 18/1/1840). Escreveu *Lições Elementares de Eloquencia Nacional*, que teve cinco edições até 1856. Também escreveu *Lições Elementares de Poética Nacional*, este quando já estava de volta a Lisboa. Esses manuais chegaram a ser usados no Colégio Pedro II, onde Frei Francisco foi professor (MELO). Também escreveu uma *História Literária de Portugal*. De volta a Portugal foi reitor do Liceu Nacional de Lisboa, Cônego da Sé Patriarcal de Lisboa, sócio da Academia Real de Ciências, escreveu para O Panorama e para a Revista Trimestral de História e Geografia.

Para entender a história política desse período é preciso compreender que os periódicos eram entidades, mas criticamente, pois não existem entidades da sociedade civil sem pessoas que as dirijam. A recorrência do anonimato na imprensa desse período reforça o uso dos periódicos como sujeitos até aos textos atuais.

Na mesma tipografia d’*O Constitucional Mineiro*, em São João Del Rei, surgiu *O Papagaio*, de dois vinténs, dia 21 de novembro de 1832 (CONSTITUCIONAL MINEIRO, 20/11/1832). Essa tipografia soltava *O Constitucional Mineiro* nas Terças e Sextas e *O Papagaio* na Quarta. Os redatores seriam Luiz Joaquim Nogueira da Gama⁶⁷ e Francisco Joaquim de Araújo Pereira da Silva⁶⁸, “dois empregados públicos, cicatrizados com uma fitinha vermelha” (ver notas de rodapé). Haveria um terceiro, doutor. Sobre o *Papagaio* sabemos que “até então se inculcavam Haitianistas, copiando as anárquicas doutrinas do Sentinella, queriam sim adular, e fazer baixa Corte aos homens de cor” (ASTRO DE MINAS, 7/3/1833, 5/3/1833). O “até então” é porque os dois redatores teriam se desmascarado ao não aceitarem dois homens de cor como escrutinadores nas eleições de 1833.

Quando a *Estrella Marianense* deixou de circular informou que era o momento em que “os Caramurus, ou Restauradores mais trabalham para suplantar-nos” e que encerrava a folha porque “Circunstâncias imperiosas nos obrigam a ausentarmo-nos de nossa Pátria, e estabelecermo-nos na Vila da Pomba...” (ESTRELLA MARIANNENSE, 14/11/1832).⁶⁹

67 Luiz Joaquim Nogueira da Gama foi redator d’*O Papagaio*. Nascido em Portugal em 1793, faleceu em 1853 no Rio de Janeiro. Cavaleiro da Ordem de Cristo. Em 1822 assinou em São João del Rei um documento pedindo ao Príncipe Regente D. Pedro a instalação de Cortes Constituintes no Brasil. Em 1832 tomou parte em conflito com Caetano Alves de Magalhães pelo posto de Juiz de Paz. Casado com a mineira Mariana Peregrina de Miranda Ribeiro, irmã de José Cesário de Miranda Ribeiro, visconde de Uberaba. Em 1847 já residia no Rio de Janeiro, onde era oficial da Secretaria de Estado de Negócios da Marinha. Foi Juiz de Paz e vereador em São João Del Rei, onde também foi tesoureiro da Intendência durante o primeiro reinado. Foi um dos “subscritores” da Biblioteca pública criada por Baptista Caetano.

68 Comendador Francisco Joaquim de Araújo Pereira da Silva (1803-1863) foi redator d’*O Papagaio*. Pai do Barão de São João Del Rei. Nascido em São João Del Rei. Era um homem bastante rico, e senhor de escravos, dono de apólices do tesouro, terras. Em 1831 foi acusado de tentar matar Caetano Alves de Magalhães, primo turbulento de Baptista Caetano d’Almeida. Em 1833 foi proposta sua expulsão da seção local da Sociedade Defensora, pois seria “caramuru”. Foi eleito vereador de São João del Rei, mas a maioria dos vereadores conseguiram depô-lo. Era advogado, e foi promotor público em 1863. Na Revolta de 1842 foi nomeado pelos rebeldes Major Ajudante de Ordens do Comandante Superior da GN dos Municípios de S. João Del Rei, S. José e Oliveira. Acinte? Ou ele tinha mudado de lado? Comprou um livro de Marinho sobre 1842.

69 Caramuru. Do nome da folha *Caramuru*, do Rio de Janeiro, foi apelidado um lado político, acusado por seus adversários de pretender restaurar o trono de D. Pedro I. Com a morte de Pedro I, e divisão dos Moderados, o apelido de Caramuru foi dado a um dos lados resultantes

Recapitulemos. Em 1832, desapareceram a *Estrella Mariannense*, o *Sentinella do Serro*, o *Mentor das Brasileiras* e o *Amigo da Verdade*, mas mesmo assim o ano de 1832 foi um ano de multiplicação de folhas em Minas Gerais, e também de tipografias, que surgiram em Itambé, Caeté, Sabará e Campanha, que nesse ano tiveram suas primeiras folhas, e em Mariana que até então imprimia suas folhas em Ouro Preto. Algumas folhas nasceram e morreram em 1832, como o *Athleta Sabarense*.

Ao lado do *Constitucional Mineiro* e do *Papagaio* surgiram no final de 1832 e início de 1833 as folhas de Caeté, décima localidade mineira a ter tipografia. Os arquivos públicos não têm nenhum número dessas folhas de Caeté. Primeiro surgiu *O Cidadão Livre*, “*Folha da Oposição*” (CONSTITUCIONAL MINEIRO, 15/1/1833).

O Cidadão Livre provavelmente é de dezembro de 1832, pois em 3 de janeiro Bernardo Pereira de Vasconcelos pediu esclarecimentos sobre o número 1 dessa folha, e o número 10 desse semanário já é citado em uma correspondência do final de fevereiro de 1833 (O VIGILANTE, 19/1/1833, 27/2/1833), o que é confirmado pelo historiador local João Vitoriano (1985, p.43). Seu redator deve ter sido o já citado Cel. Francisco de Mello Franco (ver nota de rodapé 43).

Não demorou a surgir, também em Caeté, o *Despertador Mineiro*, redigido pelo Doutor Jacinto Rodrigues Pereira Reis (ver nota de rodapé).⁷⁰ Importante não confundir o *Despertador Mineiro* de Caeté, de 1833, com o *Despertador Mineiro* de São João Del Rei,

da divisão dos Moderados - o que foi acusado de receber mais integrantes do antigo agrupamento Caramuru. Para entender a permanência desse apelido é significativo entender que embora para Holanda, José Murilo, Needel etc. o primeiro partido tenha sido o Conservador, nossas fontes confirmam que “...o problema da indefinição Regressista acompanhou a trajetória deste partido durante toda sua permanência no governo” e por mais alguns anos (MARCIANO, 2013, p.72). Em outras palavras, um dos lados em que se dividiram os Moderados logo se assumiu como o Liberal, um dos nomes pelos quais os Moderados se autodenominavam, e assim foram reconhecidos. O outro lado dos antigos Moderados demorou bem mais para se decidir por um nome.

70 Dr. Jacinto Rodrigues Pereira Reis foi redator do *Despertador Mineiro*, o de 1833, e talvez d’O Relâmpago. Nasceu no século XVIII, talvez 1768, e faleceu no Rio de Janeiro em 1872. Era Cavaleiro da Ordem da Rosa, Comendador da Ordem de Cristo e Dignatário da Grã-Cruz. Já em 1822 escreveu “*O Amigo da Razão ou Carta aos Redatores do Reverbero*” (BLAKE, 1895, p.291). Em 1831 foi o primeiro redator de *O Homem e a América*, folha da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, no Rio de Janeiro. Jacinto Rodrigues Pereira Reis foi preso, acusado de cúmplice da sedição de Ouro Preto de 1833 e de tumultuar as eleições de 3 de março em Caeté, junto com outros líderes de seu lado político desse município, mas foi, como todos eles, absolvido pelo Júri (O VIGILANTE, 7/12/1833; VITORIANO, 1985, p. 44). Entre 1845 e 1846 foi vereador no Rio de Janeiro. Médico, foi cirurgião honorário da corte de D. Pedro I e de D. Pedro II. Foi um dos criadores da Sociedade Médica do Rio de Janeiro em 1829. Foi presidente da Academia Imperial de Medicina, membro da direção do Instituto Vacínico e da Junta Central de Higiene Pública.

que nasceria em 1841, que seria redigido por Marinho e Otoni. Desse Doutor Jacinto sabe-se que mudara de lado, ou segundo o *Novo Argos* (2/3/1833) “...para fazer-se mais conhecido não duvidou hostilizar o partido moderado sob cujas bandeiras se alistara.” Também se sabe do “celebre Doutor, que carregado de tipos veio da Corte com o desígnio de despertar os Mineiros” (O VIGILANTE, 1/5/1833). Assim como o *Papagaio*, Jacinto foi acusado de “haitianismo” (ASTRO DE MINAS, 16/4/1833).

O *Despertador* e as demais folhas de Caeté surgiram para lutar contra a reforma da Constituição, ou seja, para influírem nas eleições de 1833. Foram acusadas de apoiarem o movimento armado de 22 de março de 1833 em Ouro Preto. Em abril de 1833 o *Despertador Mineiro* ainda estaria funcionando, e teria defendido “a legitimidade da governança sediciosa”, entre outros argumentos tentando “provar a nulidade da Vice Presidência instalada em S. João Del Rei”. Antes mesmo de derrotada a Revolta de Ouro Preto, já em 15 de maio de 1833 um correspondente afirmou que o Doutor Jacinto já estaria “no mato” e não ter certeza se continuaria a publicação do *Despertador Mineiro*. Em 5 de junho o padre Maximiano Soares de Menezes repetiu que ele estaria “*Habitando no bosque entre serpentes*”, e que o *Despertador Mineiro* estaria morto (O VIGILANTE, 1/5/1833, 5/6/1833).

Também em Caeté, certamente na mesma tipografia do *Cidadão Livre* e do *Despertador Mineiro*, surgiu *O Relâmpago* “terceiro em número, que com os seus irmãos de pena, e com a mesma profissão de fé política compõe o ateneu Caetense”. Ainda estaria funcionando em abril de 1833, na mesma linha do *Despertador Mineiro* (O VIGILANTE, 2/2/1833, 1/5/1833).

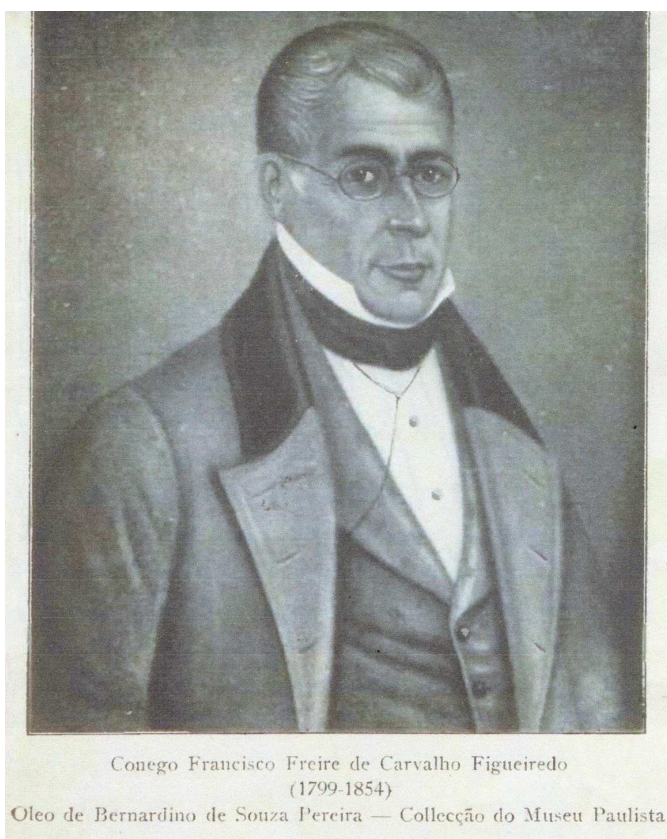
O ano de 1833 começou no mesmo clima de crescimento das tensões. De Sabará a Sociedade Pacificadora reclamava que “os órgãos da facção se multiplicam diariamente”, e de uma “emissão extraordinária de periódicos anárquicos”, “distribuídos grátis” (O VIGILANTE, 12/1/1833, 16/1/1833, 15/2/1833). Em Ouro Preto pasquins, ou seja, manuscritos eram colados à noite (O NOVO ARGOS, 2/3/1833). Um dos motivos seriam as eleições para um parlamento que teria “de ocupar-se do interessante objeto das reformas constitucionais, que tanta bulha tem concitado entre as facções.” (O VIGILANTE, 27/1/1833)

Em Pouso Alegre, substituindo o *Pregoeiro Constitucional*, em fevereiro de 1833 surgiu *O Recompilador Mineiro*, na Tipografia do *Pregoeiro Constitucional*, do lado contrário ao das folhas de Caeté. Podia ser assinado na casa de Francisco de Paula Pereira, ao preço normal. Os redatores seriam os mesmos do *Pregoeiro Constitucional*, padres José Bento Leite

Ferreira e João Dias Quadros Aranha, mais o farmacêutico Modesto Antônio Mayer.⁷¹

Do mesmo lado das folhas de Caeté e do *Constitucional Mineiro* e do *Papagaio* de São João Del Rei, “*se fala também em aparição de novo Telegrafo na Capital*” (ESTRELLA MARIANNENSE, 6/10/1832). Finalmente apareceu uma nova tipografia em Ouro Preto “*que se diz encomendada pela Sociedade dos fiéis amigos do Trono, e do Altar*”, em substituição à tipografia do *Telegrapho*, que tinha sido vendida. Era a tipografia do francês Leyraud. Em 1 de março de 1833 nasceu *O Grito do Povo*, cujo redator seria (ele negava) José Gonçalves Côrtes, ex-redator do *Telegrapho*. *O Grito do Povo* teria sido “*alma e vida do partido sedicioso*” de 1833 em Ouro Preto (O NOVO ARGOS, 9/2/1833, 2/3/1833, 15/12/1833; ASTRO DE MINAS, 30/4/1833).

Retrato 6 - Francisco Freire de Carvalho Figueiredo



Fonte: Museu Paulista

71 Modesto Antônio Mayer teria sido redator do *Recompilador Mineiro*. Tem um homônimo do século XVIII, que foi Ouvidor e Intendente dos Diamantes. Mas o que nos interessa foi farmacêutico, nascido em Congonhas do Campo, que mudou-se para Pouso Alegre em 1825. Foi Vereador, Delegado, Capitão Cirurgião Mor do Comando Superior da Guarda Nacional. Foi um dos que romperam com os Liberais, tornando-se adversário do padre Bento. Os Liberais o acusaram de dar sumiço em livros correspondentes a 6 anos de seções da Câmara de Pouso Alegre. Em 1842 foi legalista, e teria prestado serviços relevantes. Recebeu o Hábito da Rosa. Quando faleceu em 1864, com 60 anos, alforriou seus escravos e os deixou como seus herdeiros. Comprou o livro de Xavier da Veiga sobre a Revolta de 1842.

2.2.2 A Revolta do Ano da Fumaça e o auge da imprensa

As eleições para eleitores aconteceram em 3 de março de 1833, e as eleições para deputados seriam 24 de março de 1833. Dia 18 de março chegou a São João Del-Rei um pedido de tropas por parte do Presidente da Província, as quais partiram às pressas dia 19 de março (CONSTITUCIONAL MINEIRO, 25/1/1833, 19/3/1833). Seja o que for que estivesse causando tensão em Ouro Preto, o pedido de reforços foi tarde demais, pois no dia 22 explodiu a revolta do Ano da Fumaça.⁷² O *Minas Gerais*, em 1892, na seção *Excavações*, com base nos periódicos *O Constitucional Mineiro* e *Despertador Mineiro* contou o que deve ser a versão rebelde:

concorriam os cidadãos quer militares, quer empregados, negociantes ou artistas, avançando para a praça desta cidade (...) à meia noite achavam-se reunidos oficiais e praças da cavalaria de 1ª linha, as Guardas Nacional e Permanente, assim como todos os cidadãos – menos os moderados (Apud. SILVA, W., 2009, p.301).

A notícia da Sedição chegou a São João Del Rei na madrugada do dia 27 de março, quarta-feira, e a Câmara se declarou logo em Seção Permanente. O *Astro* 831 deve ter saído na quinta-feira, como de costume, mas os arquivos públicos não têm esse número. A partir de sexta-feira o *Astro* começou a dar números Extraordinários (embora continuando a contagem da numeração) diários, quase todos com somente metade do tamanho normal. Foi, portanto, o primeiro diário de Minas Gerais, até 6 de abril de 1833, um dia depois que Bernardo Pereira de Vasconcellos transferiu para São João Del Rei o governo legal da Província.

O *Constitucional Mineiro* condenou a sedição, embora culpando o governo pela sua explosão (CONSTITUCIONAL MINEIRO, 2/4/1833). Essa atitude não isentaria o *Constitucional Mineiro* de ser acusado pelo *Astro de Minas*:

O estabelecimento da Loja do Rosário, o reaparecimento do *Telegrapho* (*Grito do Povo*) a vinda da Tipografia para Caeté, colaborada pelo Jacinto, e Mello Franco, tão conhecidos por seus princípios inteiramente opostos à atual ordem de coisas; a publicação do *Constitucional Mineiro*, e *Papagaio* nesta Vila propalando doutrinas antipolíticas, e opostas ao Sistema atual, tudo isto é uma prova de existência de um partido, que pretendia suplantar o Governo para colocar outro... (ASTRO DE MINAS, 30/5/1833)

⁷² No final de 1833 Minas Gerais foi atingida por uma grande seca, que provavelmente foi origem de incêndios e da famosa fumaça. O ano de 1834, como resultado dessa seca, foi marcado por carestia e fome, destacadamente no norte da província.

O último número do *Constitucional Mineiro* disponível nos arquivos públicos é de 16 de abril de 1833. Sua tipografia foi usada para imprimir *A Legalidade em Triumpho*, folha do governo legal instalado em São João Del Rei. *A Legalidade em Triumpho* só era vendido avulso.

Mas antes que surgisse *A Legalidade em Triumpho* em São João Del Rei, *O Universal*, o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* e *O Novo Argos* foram obrigados a pararem de circular em Ouro Preto (O NOVO ARGOS, 2/7/1833) sob a alegação de que “os Redatores Liberais pugnavam pela República”. Só o *Grito do Povo* (e talvez a *Gazeta de Minas*) continuou circulando em Ouro Preto. Em 18 de abril de 1833, o *Astro de Minas* anunciou que os redatores d’*O Universal*, José Pedro Dias de Carvalho, d’*O Novo Argos*, Herculano Ferreira Pena, e do *Jornal*, Padre José Antônio Marinho, ainda “andavam ocultos”, assim como Francisco de Paula Santos, mas nesse mesmo dia eles chegaram a São João Del Rei e dois dias depois publicaram uma nota explicando a suspensão de suas folhas (ASTRO DE MINAS, 20/10/1836, 6/4/1833, 20/4/1833).

O número 173 do *Novo Argos* deve ter saído exatamente no dia 22 de março, mas os arquivos públicos não têm exemplares dele. O número seguinte, 174, é de 2 de julho de 1833, três meses e meio depois. Nesse mesmo número o então redator Herculano Ferreira Penna se despediu, e entregou a redação ao padre José Antônio Marinho, que até então era o redator do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*. Três destacadas figuras políticas redigiram *O Novo Argos*, Bhering, Herculano e Marinho. Herculano deixou a redação porque se mudaria para São João Del Rei (O NOVO ARGOS, 2/7/1833). Seria seguido por Marinho poucos meses depois.

Marinho afirmou que estreou no periodismo como redator do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, que foi interrompido quando a sedição “expulsou-nos desta Cidade”. De volta, tentou criar o *Censor*, mas só teve recursos para lançar o prospecto convidando assinantes, e então assumiu *O Novo Argos*. Já em 23 de novembro de 1833 anunciou que deixava a redação. Em 11 de janeiro de 1834 o redator fez a curiosa afirmação de que tinha se mudado para Itabira, e que Marinho tinha transferido sua aula de filosofia para São João Del-Rei. Marinho tinha se indisposto com os ouro-pretanos, ao afirmar que Minas era industrial, mas a capital era corrupta, “recheada de homens sem ofício”, e que fora necessário os Guardas Nacionais mineiros “virem fazer que os vadios entrem na linha de seus deveres”. *O Novo Argos* anunciou seu fim no número de 29 de janeiro de 1834, no qual também noticiou a queda do tutor José Bonifácio, e estando fechada a tipografia dos jornais adversários de Ouro Preto, afirmou que deixa “o horizonte Político do Brasil

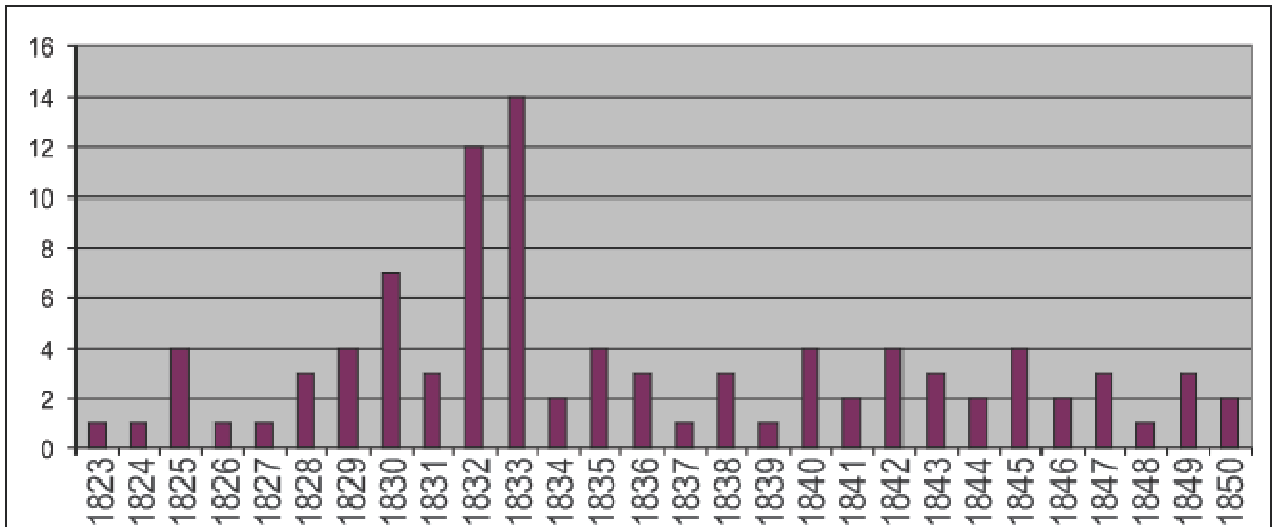
desassombrado”. Reclamou, contudo dos pagamentos dos assinantes “*cuja falta influiu muito para o desaparecimento desta folha*” (O NOVO ARGOS, 3/7/1833, 20/8/1833, 29/1/1834). O *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* também parou de circular em 1834.

As folhas ligadas aos sediciosos ou simplesmente acusadas disso desapareceram junto com a revolta. Apesar de diferentes autores afirmarem que o *Grito do Povo* existiu até 1834, *O Novo Argos* afirmou ainda em 12 de outubro de 1833 que “*desapareceu o Grito*” e fala d’*O Mineiro*, surgido em julho, como seu fac-símile. Em 18 de outubro de 1833 *O Tareco Militar* afirmou que os jornais opositores só se preocupavam com *O Mineiro*, de forma que realmente os outros devem ter sido calados. Os números do *Astro de Minas* de 1833, posteriores à revolta, não citam mais *O Constitucional Mineiro* e o *Papagaio*. Antes mesmo da sedição o *Astro* acusava que os redatores do *Papagaio* “*provocam a movimentos sediciosos*”. É provável que o *Papagaio* tenha sido processado, pois Figueredo Neves, um sócio da Sociedade Defensora de São João Del Rei, em julho de 1833 propôs expulsar Francisco Joaquim de Araújo Pereira da Silva, um dos apontados como redator dessa folha, “*que acaba de ser declarado Caramuru por uma Sentença*”. O outro suposto redator, Luiz Joaquim Nogueira da Gama, anunciou em setembro de 1833 a venda de sua casa no Largo São Francisco e de sua chácara em Matosinhos, ou seja, sua provável saída da cidade (ASTRO DE MINAS, 9/3/1833, 19/9/1833, 26/9/1833).

A *Gazeta de Minas*, de 1831, parece ter sido mais uma folha dos revoltosos de 1833 (VEIGA, 1898, p.196). Sua epígrafe confirma essa suspeita, uma vez que defende o direito de derrubar governos (Apêndice A). Já em 1838 não era fácil obter cópias dessa folha e do *Grito do Povo*, dos quais os arquivos públicos não têm exemplares (GUARDA NACIONAL MINEIRO, 7/2/1838).

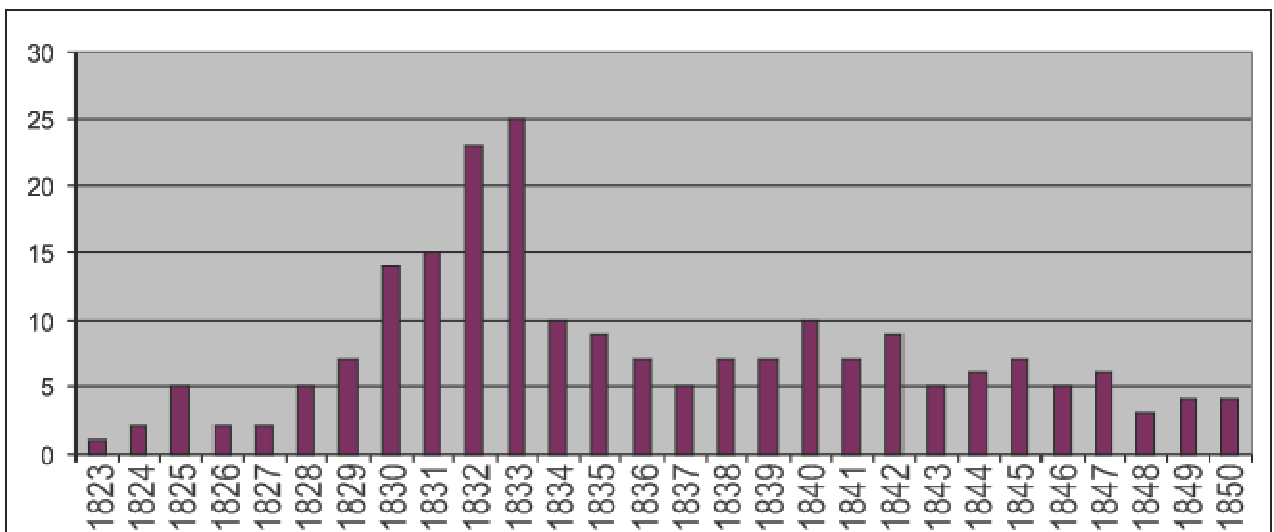
Em resumo, a sedição de 1833 teve impacto profundo sobre a imprensa mineira, fazendo cessar temporariamente a circulação de três folhas na capital, fazendo cessar permanentemente uma série de folhas da oposição em Ouro Preto, Caeté e São João Del Rei, e até criando novas folhas com a finalidade de combater a revolta. Caeté não voltaria a ter imprensa até o século XX. Mas a sedição não iniciou a baixa do periodismo em Minas Gerais. Pelo contrário, a tensão política cresceu em torno do debate sobre a anistia dos sediciosos, e surgiram diferentes folhas, a favor e contra a anistia. A rigor o auge do número de folhas em 1833 é a soma de dois momentos, antes e depois da revolta desse ano.

Gráfico 2 – Nascimentos de periódicos em Minas Gerais



Fontes: Ver Apêndice A.

Gráfico 3 – Periódicos em circulação em Minas Gerais



Fontes: Ver Apêndice A.

Os gráficos 2 e 3 são o resultado de todas as informações de nascimento e morte de periódicos publicados em Minas Gerais entre 1823 e 1850, com a necessária ressalva de que “raros são os últimos fascículos, ficando praticamente impossível determinar a duração exata dos periódicos” (SANTOS, 2001, p.55), de forma que o gráfico 3 baseia-se em conjecturas para determinar quando desapareceram alguns periódicos (ver Apêndice A).

Dia 27 de julho de 1833 surgiu em Ouro Preto *O Tareco Militar*, em defesa dos sediciosos presos. Não recebia assinaturas, só vendia avulsos, tinha metade do preço e metade do tamanho normais. Um dos redatores seria João Martins de Moura Duque Estrada. Luciano

Moreira diz que ele foi processado por abuso de imprensa em 1834 (2011, p.205, 215), mas já no final de 1833:

Foi acusado perante o Júri um Periódico Caramuru intitulado – *Tareco Militar* – aonde se concitavam os homens de cor, por meio da cediça intriga do cativo dos pardos. (...) ...o seu autor acha-se preso, e deve sofrer a pena (O NOVO ARGOS, 21/12/1833).

Duque Estrada Recebeu uma pena de 2 anos e 2 meses (ASTRO DE MINAS, 4/3/1834). Outro redator foi o tenente Francisco Magalhães Gomes⁷³, preso no final de 1833 sob a acusação de divulgar o boato da reescravização dos pardos (SILVA, W., 2009, p.312). Esse boato era recorrente nas lutas políticas de então.

No mesmo mês que surgiu o *Tareco*, surgiu *O Mineiro*, em tamanho normal, também em defesa dos sediciosos presos. Longe de fazer *mea culpa* pelos sediciosos, era uma folha agressiva, que chegava a chamar à armas (O MINEIRO, 26/10/1833). A Tipografia de Leyraud que rodou *O Mineiro* e o *Tareco Militar* foi a mesma que rodou *O Grito do Povo* (O NOVO ARGOS, 12/10/1833) e foi fechada ainda em 1833 (MOREIRA, 2011, p.215).

Também do lado vitorioso surgiram novas folhas posteriores à sedição, como o *Permanente* e o *Revisor*. Os adversários chamavam o *Permanente*, de Ouro Preto, de “incendiário” (O MINEIRO, 26/10/1833), porque era contrário à moderação com os sediciosos (O NOVO ARGOS, 2/11/1833). O *Permanente* ainda existia no final de 1834. O *Revisor* era aliado do *Universal* (O MINEIRO, 26/10/1833) e seu redator seria um religioso (TARECO MILITAR, 18/10/1833). De fato, anos depois o *Guarda Nacional Mineiro* (5/7/1838) revelou que seu redator foi o padre Bhering, então ex-redator do *Novo Argos*. Igualmente do lado vitorioso *O Vigilante* anunciou que surgiria o *Sabarense* (O VIGILANTE, 19/6/1833). Também de 1833 foram o *Noticiador Serrano*, de Vila do Príncipe (Serro) (ASTRO DE MINAS, 22/8/1833), o *Tribuno do Serro* e *O Exorcista*, de Diamantina (VEIGA, 1898, p.203). Para Aires da Mata Machado Filho o nome da folha que existiu em Diamantina em 1833 não foi *O Tribuno do Serro*, mas *A Tribuna do Serro* (1980, p.198). Carvalho e Barbosa (1994, p.56) falam de uma outra folha de 1833 chamada *Coimbra*, que seria de uma localidade próxima a Viçosa, que nessa época ainda se chamava Santa Rita do Turvo,

73 Tenente Francisco de Magalhães Gomes foi redator do *Tareco Militar*. Era negociante, com três escravos. Sua loja foi local de distribuição de diversos periódicos. Em 1822 esteve envolvido em movimentação política contra o Ouvidor de Ouro Preto que não queria jurar a Constituição que seria feita. Seu irmão, João de Deus Magalhães Gomes, foi distribuidor do *Abelha do Itaculumy* e esteve envolvido na Revolta do Ano da Fumaça (SILVA, 2009, p.312). Era irmão de João de Deus Magalhães Gomes, que foram distribuidor do *Abelha do Itaculumy*.

enquanto Coimbra ainda se chamava São Sebastião dos Coimbras, de forma que deve ser um erro de digitação e essa folha não foi incluída no Apêndice A nem nos gráficos 2 e 3. O *Noticiador Serrano* teria sido redigido por Veríssimo Pereira dos Reis.⁷⁴

Nota-se que o auge do número de publicações em 1833 aconteceu porque cada lado teve uma série de folhas fechadas durante a revolta de Ouro Preto, e depois criaram novas folhas em substituição. O clima político estava tempestuoso porque se elegeriam deputados que reformariam a Constituição, e depois continuou tempestuoso em torno da defesa ou da exigência de punição dos rebeldes, e isso fez nascerem periódicos.

2.2.3 Repressão da Regência Trina e repressão de Feijó (1833-1837)

No final de 1833 *O Vigilante* podia comemorar que “*Os caramurus por toda parte perdem terreno*”. Quando do episódio em que a Sociedade Militar foi acusada de colocar um quadro de D. Pedro I em sua fachada as folhas Caramurus do Rio de Janeiro foram empasteladas (O VIGILANTE, 28/12/1833, 25/12/1833). A imprensa Caramuru de Minas Gerais já tinha sido calada. Foi assim em todo o Brasil:

...a imprensa caramuru sofre grande inflexão em fins de 1833, quando diversos jornais da facção interrompem a publicação, por conta de uma ofensiva desencadeada contra o grupo motivada provavelmente pela chegada da notícia de que Antônio Carlos havia viajado à Europa para se encontrar com D Pedro I e acertar, junto com ministros franceses e ingleses, a volta do ex-imperador (NUNES, 2010, p.103).

Em Minas Gerais existiram outros motivos, anteriores e mais palpáveis - a revolta de Ouro Preto - e é possível que essa “notícia” tenha feito parte da ofensiva contra os Caramurus, ao invés de ser o que a desencadeou.

A repressão não foi alarmante, mas foi prolongada. Em novembro de 1834, o governo expulsou dois portugueses, João Bonifácio Alves da Silva e Antônio José Pedrosa, e informou que “*está firmemente resolvido a mandar sair do território Brasileiro, todo o Estrangeiro, de qualquer Nação, que seja, que conspira contra a atual ordem de coisas*”, no que se incluía redigir “*periódicos anárquicos, e incendiários*”. Portugueses escreviam, no Rio de Janeiro, folhas cujos nomes eram *D Pedro I, Restaurador* e *Andradista* (O NOVO ARGOS, 15/12/1833). No mesmo número o *Novo Argos* comemorou mais medidas

74 Veríssimo Pereira dos Santos teria sido redator do *Noticiador Serrano*. Foi Major Ajudante do Comando Superior da GN do Serro em 1853. Era professor de 1^{as} letras no Serro em 1864.

repressivas - “Consta-nos que se nomeara novo Promotor, que nos dá esperanças de vermos em breve a repressão da escandalosa licença de Periódicos” (O NOVO ARGOS, 15/12/1833). Em uma carta apreendida pela polícia, Borges da Fonseca denunciou que no Rio de Janeiro “as duas Imprensas que imprimiam papeis da opposição, foram quebradas pelos Chimangos” (ASTRO DE MINAS, 10/4/1834).⁷⁵

A repressão derrubou a imprensa política em geral, pois não há necessidade de multiplicar as folhas situacionistas se a oposição está calada. *O Novo Argos* terminou no início de 1834. O *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* também não passou desse ano. É provável que algumas das muitas folhas nascidas em 1833 tenham sobrevivido até 1834, ano de repressão e carestia. Nasceram dois, o *Guarda Nacional Mariannense* em 1834, e em Sabará o *Espelho da Verdade* (1834-1836 ou 38), dos quais os arquivos públicos não têm exemplares (VEIGA, 1898, pp.205, 208). Feliciano Ferraz da Costa teria tido algum papel na publicação do *Espelho da Verdade*.⁷⁶

No final de 1834 chegou ao Brasil a notícia da morte de D. Pedro I, acabando com as esperanças e medos de sua restauração. Um importante combustível da luta política acabou, e a própria divisão partidária foi abalada, cindindo-se a força política dominante, os Moderados, que até então tinham em Minas Gerais uma grande rede de periódicos e de sociedades. Os Moderados já tinham perdido sua principal bandeira propositiva, quando consideraram reformada a Constituição, e com a morte de D. Pedro I perderam o inimigo em comum. Os dois artigos da Constituição que se viu acima que foram escolhidos pelo *Novo Argos* e pelo *Astro de Minas* como epígrafe em 1831 não diziam mais nada na conjuntura política de 1834.

A grande maioria dos periódicos aqui estudados ou foram Moderados ou inimigos deles, mas os inimigos, quase sempre, foram dissidentes. Quase todos os combatentes de 1842, dos dois lados, se tinham idade para isso, tinham militado no partido Moderado, lutando juntos contra o fantasma restaurador. A unidade dos Moderados era cimentada pela crença de que “a restauração é provável muito provável” (ASTRO DE MINAS, 3/10/1833), que “o duque de Bragança trata, decididamente de recolonizar o Brasil, engajando para isso tropas, e generais de diferentes nações” (O VIGILANTE, 26/6/1833). Na Câmara dos Deputados, o Deputado Paula Araújo disse que “Não pode haver dúvida que se trama a restauração, e que ela não está longe”. Como a Restauração era “recorrentemente negada pelos caramurus” os

75 Chimango é uma ave de rapina, um pequeno gavião, que caça em bandos. Foi o apelido dado aos Moderados por seus adversários.

76 Feliciano Ferraz da Costa é suspeito de ter sido redator do *Espelho da Verdade*. Devia ser um negociante com recursos, pois adiantou as cômputas de 3 meses do padre Antônio Isidoro da Silva Diniz.

Moderados respondiam que “os restauradores foram os primeiros, que nos anunciaram a vinda do Príncipe” (...) “e hoje querem capacitar, que isso é invento do partido Liberal!” (ASTRO DE MINAS, 20/8/1833; CANO, 2014, p.104.). Era fácil acreditar que existiam interessados em restaurar D.Pedro I porque todos “aqueles que devem a Pedro sua Patente, seu emprego, Brasões, e outras tais quimeras, foram feridos mortalmente pelo dia d’Abril, e no furor da sua dor, não cessam de praguejar”. Reforçando a crença no perigo restaurador, mesmo no arraial de Pouso Alegre, fortaleza Liberal, durante a posse do Pe. Aranha, redator do *Pregoeiro Constitucional*, como Tenente Coronel da Guarda Nacional, alguém vivou D. Pedro I em resposta aos vivas a D.Pedro II. Doze homens teriam se colocado ao lado acusado de restaurador, teria havido confusão, um morto, e o Pe. Aranha teria ficado ferido no braço (ASTRO DE MINAS, 20/8/1833, 13/3/1832). Com a morte de D. Pedro I sumiu o inimigo comum dos Moderados.

Para exemplificar a crise, no início de 1835 a *Aurora* e *O Universal* se desentenderam em torno da anistia dos revoltosos do Ano da Fumaça. Evaristo da Veiga não teria se animado a continuar contra a anistia depois que o perigo de restauração de D. Pedro I acabou (FILHO, Ageu, 2008, p.4). Acentuando a crise entre os Moderados, em 1835 aconteceram eleições para Regente Uno do Império.

Em 1835, em Sabará surgiu o *Diabo Coixo*, publicado aos Sábados, pequeno, na casa do redator Antônio Pereira da Fonseca. Prometia um “sortimento de Carapuças”, e que seu principal objetivo seria “a censura forte aos Empregados prevaricadores”. Ou seja, prometia ser de combate, como era comum nas folhas de dois vinténs (O VIGILANTE, 21/2/1835). Não existem exemplares dessa folha. Também em Sabará existiu em 1835 o *Estafeta*, que teria como redatores Antônio Gomes Baptista⁷⁷ e Padre Dr. José Marciano Gomes Baptista,⁷⁸

77 Antônio Gomes Batista foi um dos redatores do *Estafeta*. Era escrivão da Intendência (SILVA, 2018, p.75). Chegou a estudar Direito em São Paulo, mas não se formou. Foi presidente da Misericórdia de Sabará, vereador e juiz de paz. Antônio Gomes Baptista tem muitos homônimos, como o descobridor do até então maior diamante do mundo no século XVIII. Então é difícil saber se ocupou alguns outros cargos, como Coronel, Capitão Mor, ou se foi o dono de uma tipografia, músico e letrista. Em 1822 fez parte da Junta do Desejo do Bem Comum, em Sabará, cujo objetivo era comprar periódicos e fazer sua leitura em uma seção pública. Assinou um manifesto em Sabará durante a Revolta de 1842, quando essa cidade caiu sob poder rebelde. Foi nomeado pelos rebeldes de 1842 como Juiz de Órfãos de Sabará, e derrotada a revolta disse que foi obrigado a aceitar. Posteriormente ele subscreveu para o livro do padre Marinho sobre a mesma Revolta. Pode ter sido redator do *Estafeta* de 1835, mas não do *Estafeta* de 1842, que foi legalista enquanto ele foi rebelde.

78 Cônego José Marciano Gomes Baptista foi um dos redatores do *Estafeta*. Vigário de Sabará. Advogado, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo na turma de 1834. Era calouro quando Badaró foi assassinado, e escreveu sobre ele um poema. Foi vereador de Sabará por várias vezes entre 1847 e 1876. Foi deputado provincial de 1846 a 1847 e de 1874 a 1875.

chefe político local (ver notas de rodapé). O *Estafêta* teve outra fase em 1842, que é única da qual existem números nos arquivos públicos (VEIGA, 1898, p.209).

Às vésperas das eleições para Regente Uno, um correspondente do *Pão d'Assucar*, do Rio de Janeiro, denunciou que “*Não havendo em Minas liberdade de imprensa, porque se prendeu e perseguiu os empregados de uma Tipografia de oposição que lá havia*” (PÃO D'ASSUCAR, 15/5/1835) ele teria que escrever para folhas do Rio.

Mas a liberdade de imprensa já começava a retornar, na medida em que rachava o partido Moderado. Em São João Del Rei existiu a *Oposição Constitucional*, também redigido pelo Padre José Antônio Marinho. Sobre essa folha sabe-se que Vasconcelos escreveu para os primeiros números, mas depois Marinho informou que “*em a Oposição Constitucional principiamos a desmascarar o Sr. Vasconcelos*”. Ele não foi o único alvo da *Oposição Constitucional*, que tinha o hábito de “*denunciar nela ao público as versatilidades de uns, e imprestabilidade de outros*” (...) “*combatíamos pessoas acreditadas na opinião geral*” (ASTRO DE MINAS, 5/7/1836, 2/12/1836). Ainda existiram em Minas Gerais o *Reformista*, de Ouro Preto (O VIGILANTE, 14/3/1835) e provavelmente o *Coruja*, de Sabará. Foram todas folhas de curta duração, das quais os arquivos públicos não tem exemplares (VEIGA, 1898, p.208).

Em dezembro de 1835 foi anunciada a venda da Tipografia d'*O Universal*, e uma mudança na redação (O UNIVERSAL, 16/12/1835). No primeiro número de 1836 *O Universal* apareceu com novo cabeçalho e epigrafe, e o dono continuou sendo o conhecido José Pedro Dias de Carvalho (FILHO, Ageu, 2008, p.6). O que aconteceu? Teria Dias de Carvalho comprado parte da Tipografia de que ainda não dispunha? Teria trocado de associados? Essa venda seria da parte de Bernardo Pereira de Vasconcelos na empresa?

Em dezembro de 1835, ao mesmo tempo em que Vasconcelos estava deixando *O Universal*, Marinho assumiu a redação do *Astro de Minas* (dia 5), e não teria com o antigo aliado nenhuma contemplação, mesmo porque as ações de Vasconcelos tornavam-se mais ameaçadoras, e as eleições se aproximavam (AMARAL, 2003; SILVA, W., 2008, pp.5, 6.).

Sobre as relações das folhas desse período com folhas de outras províncias e destacadamente da Corte é importante salientar que não somente a *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, influenciava os Moderados, mas também *A Verdade* e o *Correio Oficial*,

Típico da época, apesar de padre teve filhos (o que não é proibido pelo direito canônico, embora casar seja, e ter filhos fora do casamento seja condenado). Durante a Revolta de 1842 foi preso pelos legalistas, e processado, tendo sido absolvido pelo júri de Pitangui. Marinho diz que foi maltratado (MARINHO, 1844/1978, p.299). Pode ter sido redator do *Estafêta* de 1835, mas não do *Estafêta* de 1842, que foi uma folha legalista enquanto ele foi preso.

ligados a Aureliano Coutinho, Paulo Barbosa, cônego Januário e Saturnino, o Club da Joana, que chegaram até a serem mais republicados que a *Aurora* em folhas como o *Astro* e *O Vigilante*. Não se pode esquecer o *Sete de Abril*, mais uma das folhas atribuídas a Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Com a vitória de Feijó para Regente Uno em 1835 mais uma vez o lado do *Astro de Minas* acreditou que a luta política estava terminada. D. Pedro I estava morto, a Constituição reformada, e o Regente era Feijó, um partidário de pulso firme. Quando assumiu a redação do *Astro de Minas* o padre José Antônio Marinho afirmou:

...convencido da não existência de partido algum avesso à Liberdade, cuidaremos d'ora em diante de desenvolver alguns artigos, que tratem do melhoramento do país, bem como de dar nossa opinião sobre aquelas leis, que reclamam pronta reforma... (ASTRO DE MINAS, 19/1/1836)

Estava confiante no futuro! Os votos de Minas Gerais foram decisivos para a eleição de Feijó, pois venceu com 2826 votos contra 2251 de Holanda Cavalcanti, mas em Minas Gerais teve 976 votos contra 95 de Holanda Cavalcanti (SOUZA, 1988b, p.217). Portanto, quando Bernardo de Vasconcelos afirmou: “*Eu direi ao nosso Governo – Filho da imprensa, e da imprensa só*” (ASTRO DE MINAS, 28/7/1836), estava fazendo grande elogio à força da imprensa mineira e à força da *Aurora Fluminense* em Minas Gerais. Contudo, “*hay una ley de la ciencia política según la cual, cuando un partido mantiene la hegemonia y se maneja casi con unanimidad, la oposición nace dentro del propio partido*” (LUNA, 2005, p.165) .

Feijó tomou posse 12 de outubro de 1835. Uma lei de 31 de outubro de 1835 aboliu isenção de taxas para periódicos, e taxou na quarta parte do porte das cartas (MOREIRA, 2011, p.234). O *Astro* republicou o *Indicador da Utilidade Pública*, folha feijoísta do Rio de Janeiro, que dizia sobre essa lei: “*um ato legislativo aparece (a imposição de pesados direitos sobre os jornais, e os outros impressos)*”, ou seja, não seria culpa do Regente, mas do parlamento. A nova taxa foi duramente criticada: “*Por aquela medida legislativa está se pagando no Correio direitos tão pesados pelo porte dos impressos*” que “*raras serão mesmo as folhas das Províncias, que circulem pelo Império*” e “*alguns há, que tem mandado parar com as subscrições das folhas das Províncias*” (ASTRO DE MINAS, 30/8/1836).

Tenham os feijoísta conseguido ou não afastar de Feijó a culpa pela Lei de 31 de Outubro, logo em abril de 1837 Feijó ordenou ao Juiz de Paz de Sacramento que chamasse à responsabilidade o redator d’*O Sete de Abril* (NUNES, 2010, p.105-106).

Um mês antes tinha tentado regular por decreto de 18 de março de 1837 o processo

contra abusos de liberdade de imprensa (MOREIRA, 2011, p.245). Para o *Jornal dos Debates Políticos e Literários* Feijó teria criado em março de 1837 uma lei de censura à imprensa (FERRETTI, 2014, p.66). Trata-se das “*Instruções sobre o processo e sentenças nos crimes por abuso de liberdade de imprensa*”:

O regente Feijó utilizou um decreto para modificar as instruções aos juízes dos crimes de abuso de imprensa, tornando mais rígidas as condições para que a responsabilidade por um impresso (inicialmente, do tipógrafo) fosse passada adiante (para o editor ou autor), numa tentativa de conseguir mais condenações, e com isso dissuadir os opositores (NUNES, 2010, pp.104, 164).

Também permitia processar responsáveis pelos periódicos em qualquer lugar onde circulassem mais de 15 exemplares. Mas “*a crer nas fontes, não conseguiu*” conter a imprensa, apesar de seus adversários afirmarem que “*...nunca se viu perseguição mais atroz contra a imprensa periódica!*” (O PARAHYBUNA, 6/8/1839). Holanda Cavalcanti disse que “*maior prova da falta de liberdade da Imprensa são os abusos da mesma Imprensa*” (RECOPIADOR MINEIRO, 9/7/1836), confessando que Feijó não conseguiu calar a imprensa. Mesmo assim, depois da renúncia de Feijó o Ministério das Capacidades “*revogou o polêmico decreto que restringia a liberdade de imprensa*” (BASILE, 2009, p.94).

A repressão de Feijó à imprensa oposicionista fracassou, a imprensa cresceu, quando até meados de 1835 estivera morta. Em maio de 1836 surgiu o primeiro periódico de Barbacena e primeiro periódico Regressista de Minas Gerais, *O Parahybuna*, com tipografia própria (O UNIVERSAL, 14/5/1836; SILVA, W., 2009b, p.7).⁷⁹ Em sua segunda fase durou até 1840. A tipografia se localizava na casa de José Bento da Costa e Azedias,⁸⁰ que devia

79 Regressistas, um dos lados da divisão dos Moderados. O termo foi criado pelos adversários, que também se autodenominaram Progressistas e Liberais, mas acabou sendo aceito pelos chamados Regressistas. Deve-se saber que embora para Holanda, José Murilo, Needel etc. o primeiro partido tenha sido o Conservador, as fontes aqui estudadas confirmam que “*...o problema da indefinição Regressista acompanhou a trajetória deste partido durante toda sua permanência no governo*” e por mais alguns anos (MARCIANO, 2013, p.72). Em outras palavras, um dos lados em que se dividiram os Moderados logo se assumiu como o Liberal, um dos nomes pelos quais os Moderados se autodenominavam, e assim foram reconhecidos. O outro lado dos antigos Moderados demorou bem mais para se decidir por um nome.

80 José Bento da Costa e Azedias foi redator do *Parahybuna*, cuja tipografia era na sua casa, e colaborou n’*A Ordem*. Era um cidadão de elevado prestígio político e econômico em Barbacena, onde residia e tinha importante casa de comércio (RESENDE, 2008, p. 259, 47, 89). Em seu inventário, de 1884, encontram-se 653 devedores. Foi vereador, e tenente coronel da Guarda Nacional. Foi demitido de seu posto na GN, que em 1842 era de major, pelos rebeldes, e seus bens foram confiscados. Subscreveu um exemplar do livro de Bernardo Xavier Pinto de Souza sobre a Revolta de 1842, e era na sua loja que se subscrevia para essa

escrever na folha, porque anos depois colaboraria com *A Ordem*, de São João Del-Rei, portanto não é concebível que não colaborasse com uma folha impressa em sua própria casa. João Gualberto Teixeira de Carvalho⁸¹ também colaborava, mas o redator era o já citado padre Justiniano da Cunha Pereira (ver nota de rodapé 57).

O *Parahybuna* levava como epigrafe um fragmento de um discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos, e seria “*um Periódico estabelecido por uma sociedade composta dos adoradores do Sr. Vasconcelos*” (ASTRO DE MINAS, 5/7/1836; RESENDE, 2008, p.261). Seus alvos principais eram o *Astro de Minas*, José Antônio Marinho, Baptista Caetano d’Almeida, Teófilo Ottoni, José Alcebíades Carneiro, Domiciano Leite Ribeiro⁸² mas também *O Universal*, José Pedro Dias de Carvalho, Herculano Ferreira Pena, José Bento, Joaquim Antão Fernandes Leão,⁸³ a quem *O Parahybuna* atribuía a redação d’*O Universal* naquela

obra em Barbacena.

- 81 João Gualberto Teixeira de Carvalho foi redator do *Parahybuna*. Era comerciante de fazendas secas (RESENDE, 2008, p.47). Senhor de escravos. Foi tesoureiro da Sociedade Tipográfica que existiu em Barbacena. No final da década de 1830 fora Regressista, mudou de lado, provavelmente por defender a Maioridade. É um dos poucos (vide pés de página) que fizeram essa trajetória e não o oposto. Foi um dos líderes da Revolta de 1842, nomeado Tenente Coronel da GN de Barbacena, e presidente interino da Câmara. Foi preso junto com os chefes rebeldes em Santa Luzia. Personagem de destaque no livro de José Antônio Marinho. Foi lembrado na circular de Ottoni de 1860.
- 82 Domiciano Leite Ribeiro, Visconde de Araxá (1872), foi redator do *Americano* e do *Despertador Mineiro*. Nasceu em 1812, em São João Del Rei, filho de um padre, e faleceu em 1881, em Vassouras, Rio de Janeiro, de febre amarela. Formou-se em Direito em São Paulo no ano de 1833, voltou para São João Del Rei e libertou o escravo que fora seu pajem durante os estudos. Começou então sua carreira política, com 23 anos. Foi Vereador, Deputado Provincial e Geral, Ministro, Presidente de São Paulo e do Rio de Janeiro, membro do Conselho de Estado e do Conselho do Imperador (BLAKE, 1893, p.186-187). Escreveu no *Astro de Minas*, no *Americano*, no *Despertador Mineiro* e diversos outros jornais de diferentes províncias. Em 1855 escreveu o *Manifesto Vassourense*. Escreveu *Trovas de um Quindan* e um livro de memórias chamado *Reminiscências e Fantasias*. É patrono da Cadeira número 1 da Academia Mineira de Letras. Foi membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento e da Sociedade Empresária do Teatro, ambas de São João del Rei. Seu neto disse que era “*um retraído, um modesto, um simples*” (CINTRA, 79). É nome de rua em São João del Rei (Visconde de Araxá, antiga Rua do Fogo) e em São Paulo (Domiciano Leite Ribeiro). Foi um dos vereadores suspensos e processados em 1842 por emitirem uma representação contra lei da reforma do Código do Processo e a lei que recriava o Conselho de Estado. Participou como um dos líderes da Revolta de 1842, tendo exercido o posto de Juiz de Direito interino de São João Del Rei por indicação do presidente rebelde. Foi ativo durante a revolta, a ponto de ir a Lavras buscar dinheiro, pólvora, chumbo e gente (NOGUEIRA (org), 1979, p.240, 245).
- 83 Joaquim Antão Fernandes Leão escreveu n’*O Universal*, no *Constitucional*, e na *Voz do Povo Oprimido*, e provavelmente no *Itacolomy* e no *Itamontano*. Nasceu em Queluz, em 1809, e faleceu em 1887. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Deputado, Senador, membro do Conselho do Imperador, comendador da Ordem da Rosa e cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi também Ministro de diferentes pastas e Presidente de do Rio Grande do Sul e da Bahia (BLAKE, 1898, p.83). Não chegou a tomar parte na Revolta de 1842 porque se entregou preso logo no início, e foi advogado de vários rebeldes.

altura (O PARAHYBUNA, 17/4/1838), Limpo de Abreu e outros.⁸⁴ Fazia oposição a Feijó. De todas as folhas estudadas é a que mais dedicou espaço a ataques diretos contra adversários:

Não sei porque causa o Deputado Vasconcelos tomou entre dentes os Srs. Gomes da Fonseca, Quadros Aranha, Alcebíades, Fernandes Torres e Baptista Caetano, e de forma tal que não há n. do seu Periódico *Parahybuna* em que estes Deputados não sejam mordidos (ASTRO DE MINAS, 20/9/1836).

Para atacar Marinho e outros adversários como José Alcebíades, o *Parahybuna* usou de preconceito contra pessoas negras (AMARAL, 2003). Herculano Ferreira Pinto, que tinha sido redator d' *O Novo Argos* até 1833, e Bernardo Jacinto da Veiga, que tinha sido redator do *Opinião Campanhense*, foram atacados até mudarem de lado político e se tornarem aliados, Herculano ainda em 1838, Bernardo em 1839. Ainda sob Feijó defendeu, apoiando a folha *Guayacurú*, a maioria de D. Pedro II, então com onze anos (O PARAHYBUNA, 18/5/1838, 10/5/1837). Um dos prováveis redatores do *Parahybuna*, João Gualberto se somou aos Liberais quando estes levantaram a bandeira da Maioridade, e do lado deles ficou, tendo participado da Revolta de 1842 até a Batalha de Santa Luzia, onde se entregou às tropas legalistas ao lado de Ottoni, Dias Carvalho etc. Foi a mesma trajetória de Maximiano Batista, do *Amigo da Verdade* – somou-se aos antigos adversário Liberais quando estes defenderam a maioria, foi perseguido pelos aliados de véspera, aferrou-se ao novo lado político ao ponto de participar da Revolta de 1842.

Em sua segunda fase *O Parahybuna* lançou praticamente um novo Prospecto onde explicou que “*havia interrompido sua carreira pela prematura morte de seu Redator*” (O PARAHYBUNA, 9/7/1839). A Epigrafe de Vasconcelos continuou, assim como os ataques ao *Astro de Minas* etc., mas o estilo mudou, tornou-se menos agressivo, mais afeito a artigos longos. Em setembro de 1839 recebeu a notícia da queda do Gabinete das Capacidades. Continuou apoiando o regente Araújo Lima, mas em outubro fez críticas à presença de Alves

84 Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté. Nascido em Portugal no ano de 1798, veio para o Brasil com a transmigração da família real e retornou para Portugal onde estudou direito na Universidade de Coimbra (1815 – 1820). De volta para o Brasil, foi nomeado Juiz de Fora e, depois, ouvidor interino da Vila de São João Del Rei entre 1821 até 1823. Nesse mesmo ano foi nomeado ouvidor na vila de Paracatu onde se casou com Luísa Carneiro de Mendonça, nascida na mesma vila e filha do português da Ilha da Madeira e tenente-coronel de Milícias João José Carneiro de Mendonça, fazendeiro e comerciante. Deputado Geral eleito já em 1824, foi Presidente do Senado, Presidente de Minas Gerais, Ministro várias vezes, inclusive presidente do Conselho de Ministros. Pela sua participação na Revolta de 1842 foi exilado por um ano em Portugal.

Branco no Gabinete. Ao fim dessa segunda fase Joaquim Manoel da Freiria⁸⁵ é quem se despede dos assinantes como responsável pelo *Parahybuna*, então “*não se achando apoiado pelo respectivo partido nem pela antiga Sociedade Tipográfica...*”. O *Parahybuna* seria “*influído então pelos Srs. Feliciano e Badaró...*” (O POPULAR, 24/4/1840, 7/5/1840), que devem ser o major Feliciano Coelho Duarte (não confundir com José Feliciano Pinto Coelho da Cunha), e o deputado Badaró.⁸⁶

Retrato 7 - Domiciano Ribeiro Leite – Visconde de Araxá



Fonte: Arquivos pessoais do autor

Em setembro de 1836 surgiu em Sabará *A Razão, Jornal Político e Literário*. Fazia oposição a Feijó e à maioria da Assembleia Legislativa Provincial. Era a favor de diminuir o número de escolas, e contra a abolição do quinto e do imposto sobre o sal. Não parece ter durado muito.

A imprensa oposicionista crescia, enquanto a situacionista sofria baixas. A *Aurora Fluminense* anunciou seu fim no número de 30 de dezembro de 1835 alegando que “*As tentativas de restauração frustraram-se com a morte de D. Pedro I, os sonhos da república esvaecem-se de todo; o homem da confiança da maioria da Nação está ocupando a cúpula do Edifício social*”, e portanto a *Aurora* não precisaria mais existir. Contudo, em carta para Bernardo da Veiga, seu irmão Evaristo disse que “*Razões tive que nem ao papel fechado de uma carta convém declarar-se*” (ANDRADE, 2010, p.263). Circularia uma nova *Aurora Fluminense*, mas sem a mesma influencia de Evaristo.

Em Minas Gerais parou de circular a folha feijoísta *Recopilador Mineiro*, que quase só republicava artigos do Rio de Janeiro. Assim como o *Astro* e o *Universal* não fez uma

85 Joaquim Manoel de Freiria foi redator do *Parahybuna*. Advogado, em 1864 foi vereador em Barbacena. Em 1872 era capitão da reserva da Guarda Nacional.

86 Em 1842 provavelmente o mesmo Badaró foi o primeiro a acudir Ouro Preto com forças legalistas, tendo formado uma coluna (MARINHO, p.123). Deve ser Francisco Coelho Duarte, que passou a assinar-se Badaró em homenagem a Líbero Badaró.

defesa eficiente do Regente Feijó. O último número d'*O Recopilador Mineiro* tem somente resultados eleitorais de Camanducaia e Campanha, em que os governistas venceram (O RECOPIADOR MINEIRO, 29/10/1836). Mas na maioria da Província venceram os opositoristas. Para Isaías Paschoal o *Recompilador* durou até 1837 (PASCHOAL, 2007, p.217).

Também em 1836 existiu o *Correio da Assembléia Legislativa de Minas Gerais*, da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. *O Universal* tinha contratado imprimir as atas da Assembleia Legislativa, e para isso decidiu ser diário. Porém, como não conseguiu ser diário, a tipografia de Dias de Carvalho lançou o *Correio da Assembléia*, em dias incertos, durando somente até acabarem as seções da Assembleia Legislativa. (O UNIVERSAL, 22/2/1836, 6/7/1836; ASTRO DE MINAS, 14/7/1836)

2.2.4 A terceira multiplicação de folhas periódicas (1837-1842)

Inspirado, assim como Evaristo da Veiga, no presidencialismo dos EUA, Feijó não quis governar com o parlamento, que lhe negou meios de governar. Como se viu, tentou reforçar os mecanismos jurídicos contra a imprensa. Enfrentando a maioria do parlamento, uma conjuntura adversa com revoltas no sul e no norte do Império, e a imprensa, Feijó não resistiu e renunciou.

Os partidos em Minas Gerais, surpreenderam-se com a renúncia de Feijó, e reorganizaram a sua imprensa que passou do número de três periódicos em 1837 para sete publicações em inícios de 1838. Em 1839 a província contava com sete publicações ao passo que em 1840, circularam dez publicações conhecidas após novo período de descontinuidade e reorganização dos títulos periódicos (MARCIANO, 2013, p.44).

Em setembro de 1837, logo que chegou a Ouro Preto a notícia da renúncia de Feijó, surgiu o *Guarda Nacional Mineiro*, que duraria até 1842, com uma interrupção entre 1841 e 1842. Folha de combate, odiada pelos adversários, teve forte atuação na campanha da Maioridade e na incitação da revolta de 1842. Embora o padre José Felicíssimo do Nascimento⁸⁷ tenha negado ter sido redator do *Guarda Nacional Mineiro* e d'*O Universal* (O

87 Monsenhor José Felicíssimo do Nascimento (1806-1884) foi redator do *Guarda Nacional Mineiro*, e provavelmente colaborou muito no *Universal*. Exposto, foi criado por uma escrava. Presidente da Câmara de Itabira. Teve destacado papel na construção da Igreja Catedral de Nossa Senhora do Rosário em Itabira. Foi provedor da Misericórdia, criador da Irmandade do Santíssimo Sacramento e da Irmandade de Nossa Senhora das Dores também em Itabira. Teve

UNIVERSAL, 16/2/1842), sua atuação na redação era conhecida (ver nota de rodapé). A maioria da Assembleia Legislativa Provincial em 1840 resolveu extinguir o emprego do qual era titular o padre. “*José Felicíssimo do Nascimento, a quem se atribui alguma parte na redação do Guarda Nacional*” (O AMERICANO, 20/2/1840). Disse *O Americano* (25/4/1840) que “*em Dezembro um Comissário do Governo foi se ter com o Sr. Padre José Felicíssimo, e lhe propôs, que se ele quisesse fazer calar o periódico Guarda Nacional, cuja redação se lhe atribui, ser-lhe-ia garantido o seu emprego.*” Outro redator teria sido um Eleitor Fortunato (MOREIRA, 2011, p.65). Provavelmente Luiz Fortunato de Souza Carvalho.⁸⁸ Teófilo Ottoni também foi acusado pelo *Unitário* (5/1/1839) de ser o redator do *Guarda*.

Ao lado do Gabinete das Capacidades O *Correio de Minas* nasceu em 5 de janeiro de 1838. Tinha sido diário, mas depois do fim da Regência foi para a oposição, perdeu rendas, e teve que reduzir sua tiragem a duas vezes por semana. Em 1841, depois de passar alguns dias anormalmente sem sair, o *Correio de Minas* noticiou a morte de Manoel Soares do Couto, principal nome da sedição de 1833, e que era o provável redator (Ver nota de rodapé 7). Depois do número com a Necrologia o *Correio* ficou mais duas semanas sem sair, atestando a importância do antigo redator. Com a morte de Soares do Couto o *Correio de Minas* se tornou quase somente um publicador de atas e ofícios do governo, até porque em julho de 1841 ainda estava publicando as atas de fevereiro desse ano. O *Correio* chegou a voltar a ser diário, embora seu cabeçalho não o dissesse, mas era para publicar as atas da Assembleia Legislativa Provincial, que continuavam atrasadíssimas. Manoel Soares do Couto confessou que redigiu “alguns periódicos”, entre os quais o já citado *Correio de Minas*, do qual teria deixado a redação em junho de 1840. Outro apontado como redator do *Correio* foi Honório P. de Azeredo Coutinho⁸⁹ (GUARDA NACIONAL MINEIRO, 10/3/1839). O deputado Antônio

uma fábrica de chapéus. Foi deputado geral em 1848 e em 1857. Foi agraciado com o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1/4/1845). Quando faleceu foi homenageado por um poema de Bernardo Guimarães e também aparece em um poema de Carlos Drummond de Andrade. É nome de praça em Itabira. Marinho denunciou que Felicíssimo foi perseguido após 1842, mesmo sem ter pego em armas, uma vez que os Liberais de Itabira não o fizeram.

88 Luiz Fortunato de Souza Carvalho foi redator do Guarda Nacional Mineiro. Foi professor dedicado de ensino mútuo em Ouro Preto até 1833. Em 1836 foi eleito para eleitor por Itabira. Foi eleito deputado provincial das famosas eleições de 1840, para o mandato de 1842 e 1843. Contador, em 1845 era chefe da primeira seção da Contadoria da Mesa de Rendas Provinciais. Em 1842 sua casa foi invadida pelos legalistas, e teria sido roubada em 6 contos de réis. Ele se entregou ao governo, acreditando na clemência prometida no edital de 19 de junho de 1842, mas foi preso, processado como cabeça de rebelião, e depois de dez meses de prisão absolvido pelo júri de Mariana (MARINHO, 1844/1978, p.304).

89 Honório Pereira de Azeredo Coutinho foi redator do *Correio de Minas* e do *Unitário*. Foi tenente coronel GN. Em 1841 era empregado da Secretaria de Governo de Minas Gerais. Foi

Gomes Cândido assinou a necrologia da Manoel Soares do Couto, e portanto deve ter colaborado na redação do *Correio de Minas* (17/6/1841).

Retrato 8 - Manoel Soares do Couto



Fonte: Arquivo Público Mineiro

Também em 1838, na tipografia do *Correio de Minas*, surgiu *O Unitário*, que existiria até 1840. Era o equivalente da tipografia governista ao que o *Guarda Nacional Mineiro* era para a tipografia d'*O Universal*, ou seja, uma folha mais agressiva. Para *O Universal* a mesma pessoa redigira *O Unitário*, *O Monarquista Leal* e o *Correio de Minas* (O UNIVERSAL, 8/10/1841).

Em maio de 1838 o governo contava em Minas com o *Parahybuna*, o *Correio de Minas* e *O Unitário* (O PARAHYBUNA, 8/5/1838). A *Razão* já não devia existir. Fica claro que:

o Regresso não foi uma mera imposição de uma 'coalizão de burocratas' da Corte, como define José Murilo de Carvalho, ou um desdobramento do 'poder do café', delineado em síntese recente e bem informada, como tem sóido ocorrer na historiografia. Foi necessária, além e como condição das forças repressivas, a construção de um consenso (SILVA, W., 2009b, p.3).

deputado provincial nos anos de 1844 e 1845, e presidente do Maranhão. É personagem no livro de Marinho, onde não figura muito bem – por exemplo, teria ido à cadeia provocar os rebeldes presos. Lutou ao lado legalista em Queluz, em 1842. Subscreveu a *História da Revolução de 1842* de Bernardo Xavier Pinto de Souza.

O Universal em 1837 tinha dito que “logo que alguém quer formar um partido, faz espalhar suas ideias por muitos periódicos, e daí a pouco declara que é a vontade geral” (SILVA, 2008, p.7). Ou seja, para *O Universal* a imprensa era instrumento privilegiado para a forção de um consenso.

Em São João Del Rei, dia 17 de janeiro de 1838, surgiu *O Monarchista*, que seria redigido por um estudante do Curso Jurídico de São Paulo ou por José Antônio Marinho. Teve ao menos 12 números (PARAHYBUNA, 27/4/1838, 26/6/1838, 29/5/1838). *O Monarchista* somou-se ao *Universal*, ao *Guarda* e ao *Astro de Minas* na oposição. Mas o *Astro de Minas*, nascido em 1827, terminou em 1839, menos de duas semanas antes do falecimento de Baptista Caetano d’Almeida, seu criador. O último *Astro* disponível na Biblioteca Nacional é o 1769, de 6 de junho de 1839, e o último que existiu foi o de 12 de junho de 1839 (O UNIVERSAL, 10/7/1839). Antes de desaparecer o *Astro de Minas* deixou sobre a relação entre imprensa e política a afirmação de que “...uma única voz independente se não faz ouvir neste momento na imprensa em favor do Poder, fato raro na história dos nossos Ministérios, sintoma infalível da sua próxima ruína” (ASTRO DE MINAS, 27/4/1839).

Também de oposição, em agosto de 1839 nasceu *O Popular*, primeira folha de São José Del Rei (atual Tiradentes), na Tipografia de Silva Lima & Veloso (O POPULAR, 23/1/1840). Foi a décima segunda localidade a ter uma tipografia em Minas Gerais, mas note-se que com o desaparecimento do *Astro* e aparentemente também do *Monarquista* a imprensa mineira estava reduzida a Ouro Preto, Barbacena e São José Del Rei. Esse Sr. Silva Lima⁹⁰ seria “*compadre*” de Limpo de Abreu, e comprou os tipos do *Amigo da Verdade*. Um correspondente de São José afirmou que “*Não há Correio, que não chegue aos influentes do Popular alguma remessa do Sr. Limpo; o que não acontecia antes da publicação desta folha*” (PARAHYBUNA, 6/8/1839, 1/10/1839). Silva Lima teria sofrido ameaças (O POPULAR, 16/4/1840). *O Popular* tornou-se um alvo frequente do *Parahybuna*. O primeiro redator teria se retirado ainda em 1839 (O PARAHYBUNA, 19/11/1839). Podia ser assinada em São João Del Rei tanto na casa de Martiniano Severo de Barros quanto na de José Maximiano Baptista, citados acima em lados opostos, quando o primeiro criou a tipografia do *Amigo da Verdade*

90 Lima e Silva foi dono d’*O Popular*. É de se supor que seja o escrivão tenente Cesário José Silva Lima, ou o procurador da Câmara de São José Simplício José Silva Lima. Cesário José Silva Lima, em 1842, foi um dos vereadores de São José Del Rei que assinaram o reconhecimento do governo rebelde (SOUSA, 1843, p.96). Em 1839 tinha 6 escravos e vários filhos. Em 1842 tinham 54 anos, foi nomeado pelos rebeldes Tenente Coronel da Guarda Nacional e lutou até Santa Luzia. Foi o oficial pagador das tropas rebeldes, motivo pelo qual é personagem do livro de Marinho.

para combater o *Astro de Minas*. *O Popular* ainda existia em maio de 1841. Na mesma tipografia surgiu *A Igualdade*, uma folha pequena, segunda de São José (O UNIVERSAL, 22/5/1841, 19/6/1840). E essa tipografia se propôs a publicar um livro, *História*, de Cleveland, em 8 tomos, que custariam 8\$000 (oito mil réis).

Em 16 de janeiro de 1840 a imprensa ressurgiu em São João Del Rei com *O Americano*, na Tipografia de Pimentel, que tinha, como notou Marciano, o mesmo endereço da tipografia do recém extinto *Astro de Minas*, além do mesmo redator (MARCIANO, 2013, p.62). Seu objetivo seria coadjuvar o periódico *Liga Americana*,⁹¹ do Rio de Janeiro, na defesa dos novos países da América contra as potências europeias. Essas duas folhas defenderam mesmo uma Liga dos Estados ao Sul da América. Na Câmara dos Deputados José Antônio Marinho afirmou que redigiu *O Americano* (O UNIVERSAL, 6/5/1840), e outro apontado como redator dessa folha é o já citado Domiciano Leite Ribeiro, futuro Visconde de Araxá (CARVALHO, BARBOSA, 1994, p.23). Ainda existia em novembro de 1840 (O UNIVERSAL, 20/11/1840).

Só em 24 de maio de 1840 *O Universal* iniciou a campanha da Maioridade, noticiando que a proposta foi feita no Senado. Depois disso, quase não há um número que não trate do assunto, até depois do dia 30 de julho de 1840 (saiu um dia antes do normal), quando *O Universal* deu a notícia da Maioridade, acontecida no Rio de Janeiro dia 22 de julho. Em Ouro Preto a guarda estava reforçada, fazendo rondas, temendo um movimento popular para aclamar D. Pedro II. Nas primeiras páginas desse número, que já estava sendo composto para sair no dia posterior, os redatores ainda não sabiam o que tinha acontecido dia 22, mas já tinham certeza da vitória da Maioridade, quando chegou um emissário “às 4 para 5 horas da tarde”. Mesmo no dia 30 as notícias ainda chegaram incompletas, pois “à hora da partida do emissário, que tão gostosa notícia nos trouxe, as tropas se reuniam no campo para a aclamação de S.M.” (O UNIVERSAL, 3/8/1840), ou seja, os parlamentares ainda não tinham votado, e os Maioristas já comemoravam.

O jovem D.Pedro II aprendeu a arte tipográfica, e imprimiu exatamente o soneto “*A imprensa, dedicado a S. Majestade Imperial, o Senhor Dom Pedro Segundo*”, dos quais um verso era “*Pedro a imprensa protege? É sua glória*” (O UNIVERSAL, 3/8/1840).

Vitoriosa a Maioridade, os novos opositores criaram o *Monarquista Leal* (O

91 Essa folha era ligada a Aureliano Coutinho, e também era redigida por Manoel Odorico Mendes (1799-1864), nascido no Maranhão, deputado por Minas Gerais, que foi redator d’*O Homem e a América* e presidente da Sociedade Defensora no Rio de Janeiro (BLAKE, 1900, p. 172-174).

UNIVERSAL, 31/8/1840), como folha de combate substituta do *Unitário*. Seus redatores seriam o já citado Manoel Soares do Couto e o deputado provincial Antônio Gomes Cândido (MOREIRA, 2011, p.204). Mas Manoel Soares do Couto negou ter sido redator do *Monarquista Leal*. O *Monarquista Leal* durou até o número 13. A partir de então o lado do *Monarquista Leal* passou a contar somente com o *Correio de Minas*. Em oposição ao Gabinete da Maioridade também existiu o *Setembrista*, enviado particularmente (O UNIVERSAL, 12/10/1840, 25/11/1840, 19/3/1841).⁹² Os redatores seriam Antônio Gomes Cândido⁹³ e o também deputado provincial Joaquim Dias Bicalho.⁹⁴ Teve curta duração (O UNIVERSAL, 2/4/1841; 19/7/1841).

Retrato 9 - Camilo Maria Ferreira Armond - Conde de Prados



Fonte: Galeria de Presidentes do Observatório Nacional.

O lado governista tinha o *Guarda Nacional Mineiro*, o velho *Universal*, o *Americano*, o *Popular* e dia 5 de setembro nasceu em Barbacena o semanário *Echo da Rasão* (O UNIVERSAL, 11/9/1840). Essa folha foi uma protagonista da Revolta de 1842. Foi

92 Setembrista era o nome dado ao lado político dos apoiadores do Gabinete das Capacidades, que se seguiu à renúncia de Feijó e iniciou o período conhecido como Regresso. Como de costume, acabou sendo adotado pelo lado assim apelidado. Os Setembristas também eram chamados de Caramurus e Restauradores.

93 Antônio Gomes Cândido (1802-1850) foi redator do *Correio de Minas*, do *Unitário* e do *Setembrista*, todos depois de ter abandonado os Liberais. Estudou no Seminário de Mariana, saiu e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Era fazendeiro (SILVA, 2018, p.75). Foi Deputado Provincial entre 1842 e 1847, e Deputado Geral. Juiz de Direito de Tamanduá. Também foi Chefe de Polícia de Minas Gerais.

94 Joaquim Dias Bicalho foi redator do *Setembrista*. Deputado provincial entre 1838 e 1841, e novamente em 1844 e 1845. Autor da lei que elevou Barbacena a cidade. Foi inspetor da Tesouraria de Minas Gerais. Existe uma rua com seu nome em São Paulo. Subscreveu o livro do padre Marinho sobre a Revolta de 1842, por mofa ou por civilidade.

fundada e dirigida por Camilo Maria Ferreira Armond⁹⁵ (VEIGA, 1898, p.210; RESENDE, 2008, pp.15, 46, 392).

Mas logo no início de 1841, o mais aguerrido entre eles, o *Guarda Nacional Mineiro*, depois de três anos, disse que “*tendo conseguido o triunfo das ideias, que sempre defendeu, tendo atingido o fim principal de sua aparição, julgou oportuna a ocasião de retirar-se...*” em seu número 149 (O UNIVERSAL, 18/1/1841). A luta teria acabado, mais uma vez, mais uma ilusão. O Gabinete da Maioridade durou somente 8 meses, e o lado d’*O Universal* voltou à oposição.

Exatamente quando o *Guarda Nacional Mineiro* cessou sua publicação, *O Universal* ficou uma semana sem sair. Depois, em 10 de fevereiro de 1841 *O Universal* anunciou que mudou de redatores. O redator que saiu foi José Pedro Dias de Carvalho, o proprietário. *O Universal* estaria “alugado” para os novos redatores (O UNIVERSAL, 20/12/1841, 8/10/1841). A pausa de uma semana d’*O Universal* coincidiu com a mudança do padre José Felicíssimo do Nascimento para Itabira, onde seria o novo vigário. A pausa indica que esse padre tido como redator do *Guarda Nacional Mineiro*, provavelmente também escrevia grande parte d’*O Universal*.

Quando chegaram as notícias da crise do Gabinete da Maioridade os redatores d’*O Universal* foram cautelosos. O *Correio de Minas* anunciou a mudança de ministério em 30 de março de 1841, mas só no dia 5 de abril de 1841 *O Universal* confirmou para seus leitores qual era a composição do gabinete de 23 de março, e não passou logo à oposição. Disse que queria o fim da “*guerra interminável de partidos, que não admite a mais ligeira conciliação, que tudo crimina, tudo intriga...*”. Disse que ia “*...esperar pelos fatos. Se nós virmos que o gabinete se apresenta reacionário; que não busca a conciliação dos partidos, que muda completamente a política...*” e perguntou: “*O que havemos nós colhido dessa guerra interminável, dessa oscilação contínua de todos os homens, e de todas as coisas?*” (O UNIVERSAL, 29/3/1841, 14/04/1841) Notem os termos “reacionário”, e “oscilação contínua de todos os homens”. Sabe-se que “reação” era o termo usado para demissões de funcionários

95 Camilo Maria Ferreira Armonde foi redator do *Echo da Razão*. Nasceu em Barbacena, em 1815, e faleceu no Rio de Janeiro em 1882. Foi deputado e conselheiro de Estado. Era um médico distinto, naturalista e astrônomo. (VEIGA, 1898, p.210). Estudou no Caraça desde os 13 anos, e depois na Academia de Medicina de Paris. Retornou para Barbacena em 1838 (PARAHYBUNA, 11/5/1838). Barão (1861), Visconde (1871) e Conde de Prados (1881). Em seu inventário constam 720 contos de réis, mas nenhum escravo. Colaborou com as pesquisas botânicas de Von Martius e com as pesquisas astronômicas de Liais. Dá nome a uma das principais praças de Barbacena (RESENDE, 2008, p.14, 173). Foi um dos líderes da Revolta de 1842 e como tal foi preso.

do partido da oposição, portanto compreende-se que a conciliação que se buscava era evitar uma “reação”.

Em maio um correspondente falou das “*liberdades públicas de novo ameaçadas...*” (O UNIVERSAL, 12/05/1841) e uma semana depois foram publicadas as primeiras críticas, leves, ao Ministério.

O Ministério estaria dividido entre dois lados, um:

conhecido pelo nome de reator, que parece não querer deixar pedra sobre pedra; e cuja máxima é não perdoar, guerrear até a morte tudo que não for criatura sua. Outro, que se intitula estacionário, ou conservador, que quer ver se é possível com brandura e prudência desarmar os partidos... (O UNIVERSAL, 25/05/1841)

E “...a questão da conservação , ou demissão do presidente de S. Paulo,” Rafael Tobias de Aguiar, que seria um ano depois presidente rebelde de São Paulo, “*parece ser uma das de mor valor, e cuja decisão trará o aniquilamento de um dos lados do ministério*” (O UNIVERSAL, 22/05/1841). Ainda em 2 de junho de 1841 *O Universal* noticiou que o Senado debatia a reforma do Código do Processo sem fazer grandes críticas.

Em 21 de junho o Ministério já era acusado de ser de “*um partido, que só está disposto a admitir conciliações sob a condição expressa de governar e desfrutar o país exclusivamente*”. Pouco depois que os presidentes de Minas Gerais e de São Paulo foram trocados começam acusações sérias. A demissão de Rafael Tobias de Aguiar da presidência de São Paulo foi vista como uma declaração de guerra partidária, e tornou mais aguerrida a imprensa oposicionista mineira. O deputado cônego Marinho fez um discurso denunciando que o Ministério “*tem tomado a peito perseguir todos aqueles que por qualquer sorte se pronunciaram a favor da declaração da maioria do monarca*” (O UNIVERSAL, 21/06/1841, 7/07/1841). Para perseguir, ou seja, para desempregar, para usar as tropas, para mandar prender e soltar, para distribuir cargos estratégicos para as eleições, a peça fundamental era o Presidente da Província.

A queda do Gabinete da Maioridade colocou de volta os até então oposicionistas no governo, e os Maioristas na oposição, dando início à conjuntura política que levaria à Revolta de 1842. Preso em 1842 por ter aderido ao movimento armado no sul das Minas Gerais, Joaquim Ignácio Villas Boas da Gama alegou que o fez por “*ler o Maiorista e outros periódicos*” (NOGUEIRA, 1979, p.63). *O Maiorista* era uma folha do Rio de Janeiro, que não nasceu para defender a maioria, como o nome sugere, mas para defender os Maioristas, que então se sentiam perseguidos. Foi muito republicada por várias folhas mineiras, e parece

ser a matriz do discurso rebelde. O “*Maiorista era mandado às carradas por todas as partes...*” (O COMPILADOR, 19/7/1843). Segundo o deputado provincial Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos⁹⁶ “*pela imprensa, nas sociedades dos invisíveis iludiram o povo com as máximas de liberdade, e o levaram ao degoladouro de Santa Luzia.*” (O CORREIO DE MINAS, 7/12/1842) A imprensa foi acusada de difundir as “*ideias que produziram a rebelião*” (A ORDEM, 8/10/1842).

Logo que surgiu *O Maiorista O Universal* se tornou seu republicador, e afinou com essa folha da Corte o seu discurso, passando a condenar a recriação do Conselho de Estado e a reforma do Código do Processo Criminal como se fossem causar, respectivamente, o domínio político de uma “oligarquia” e um quadro de “despotismo”.

Dia 9 de julho de 1841 *O Universal* anunciou que *O Guarda Nacional Mineiro*, que “*havia cessado de publicar desde dezembro do ano passado, observando a tortuosa marcha, que levam as coisas, reapareceu.*” O retorno do *Guarda* era necessário porque segundo *O Universal* “*O Guarda Nacional é mais lido que este periódico*” (O UNIVERSAL, 4/3/1842). *O Guarda* teria a função de ser mais agressivo que *O Universal*. Era comum as tipografias terem uma folha para bater e outra para assoprar, mas esse expediente era denunciado:

Todos sabem, que é o Sr. Dias de Carvalho o proprietário da Tipografia, em que se imprime o *Universal* e o *Guarda*: todos sabem que este Sr. é o redator em chefe destes jornais; e que assim como sem a vontade de Deus não cai uma folha de um Carvalho, assim nada se escreve n’aquela tipografia, nada se publica sem o – placet – do Sr. José Pedro (O CORREIO DE MINAS, 20/11/1841).

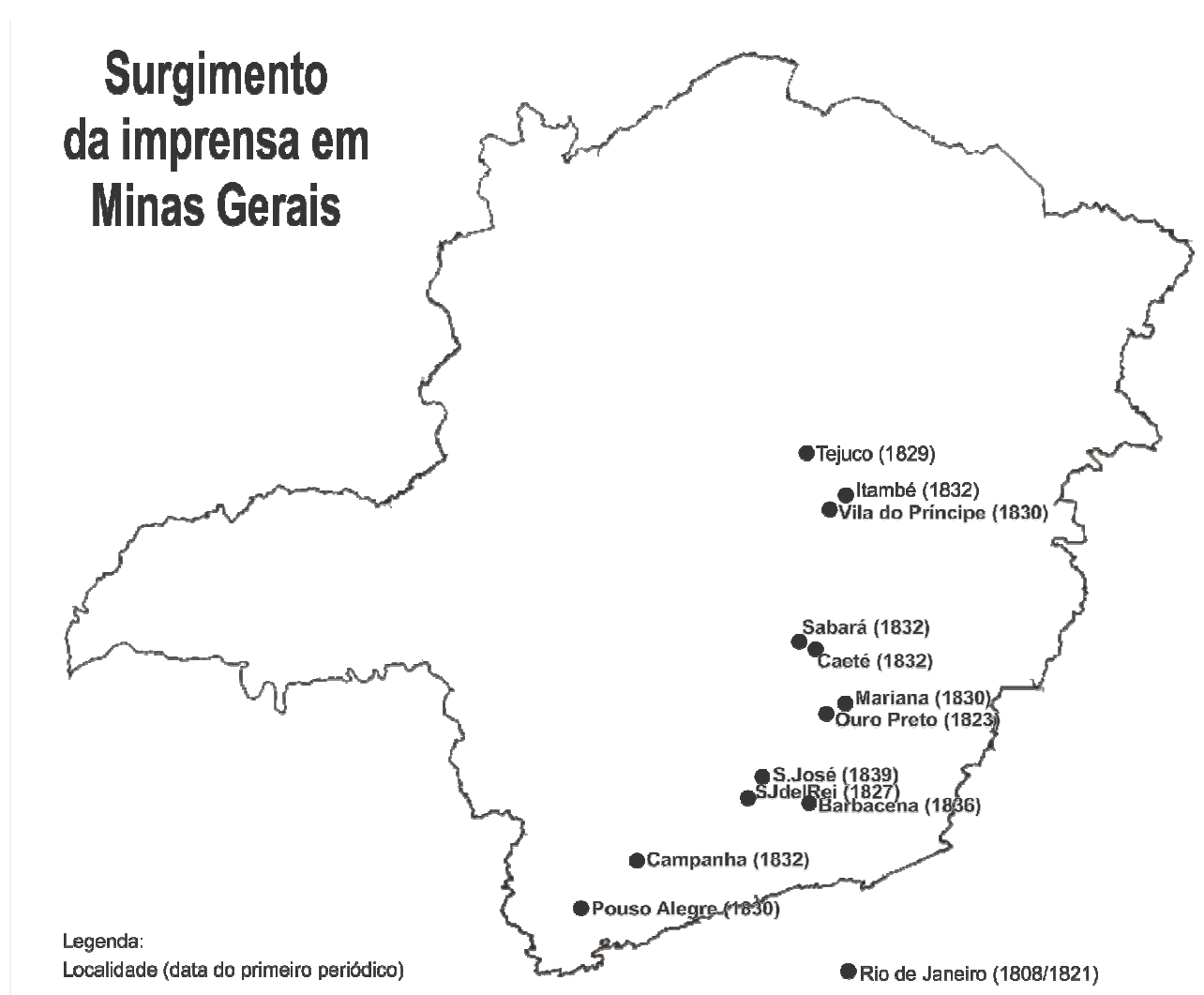
Dia 1º de novembro de 1841, depois de pular uma sexta-feira, *O Universal* anunciou um novo redator. Dias de Carvalho tinha retornado a Ouro Preto. Que tinha retomado a redação é uma pista o afirmar que “*não frequentou os cursos jurídicos, nem ostenta o título respeitável de advogado...*” (O UNIVERSAL, 24/11/1841, 10/1/1842). Na oposição, os chefes Liberais estavam retomando postos de combate.

Em dezembro de 1841 surgiu em São João Del Rei *O Despertador Mineiro*, que não deve ser confundido com o *Despertador Mineiro* que existiu em Caeté em 1833. Os

96 Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos (1812-1863) escreveu no *Publicador Mineiro*, e acusado de colaborar no *Correio de Minas*. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, irmão de Bernardo Pereira de Vasconcellos, também foi Deputado Provincial, Geral e Senador, e também é suspeito de ter redigido vários periódicos. Cavaleiro da Ordem de Cristo, foi presidente das províncias de São Paulo e de Minas Gerais. Antes e durante a Revolta de 1842, e em boa parte do período de repressão à mesma foi o Chefe de Polícia de Minas Gerais. Terminou sua vida como Liberal.

governistas contavam somente com o *Correio de Minas*, que nesse momento quase só publicava atas da Assembleia Legislativa e outros documentos oficiais, enquanto a oposição contava com o *Guarda Nacional Mineiro*, *O Universal*, o *Echo da Rasão* e *O Despertador Mineiro*, os dois primeiros em Ouro Preto, o penúltimo em Barbacena e o último em São João Del Rei. Portanto *O Popular*, de São José, devia ter desaparecido (O UNIVERSAL, 31/12/1841; O CORREIO DE MINAS, 8/1/1842) e a imprensa mineira estava reduzida a três localidades.

Mapa 1 – Surgimento da imprensa em Minas Gerais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Às vésperas da revolta a oposição ainda tinha suas quatro folhas, e o governo só contava com uma. Isso é muito significativo, porque nota-se que quando se estuda as folhas periódicas, estuda-se os lados políticos que disputavam o poder. Um lado tinha uma só folha, na capital, que gastava grande parte de seu espaço publicando atas, e instrumentalizava o

Jornal do Comércio, da Corte. O outro lado tinha várias pequenas folhas, espalhadas por diferentes localidades, todas politicamente muito ativas, ou seja, que quase não gastavam um centímetro quadrado com outra coisa que não fosse política. Os Liberais também tinham uma folha de referência na Corte, que em 1842 era *O Maiorista*. Mas enquanto o próprio *Jornal do Comércio* era o meio utilizado por um dos lados, e ele próprio chegava aos leitores, a influência do *Maiorista* chegava por meio da republicação de seus artigos nas folhas mineiras, embora seus números também chegassem à Província.

3 ANTECEDENTES E MOTIVAÇÕES DA REVOLTA DE 1842 EM MINAS GERAIS

“A vida humana parece de algum modo tríplice, quando refletimos que vivemos e sentimos em três tempos, no pretérito, no presente, e no futuro” Máximas do Marquês de Maricá.⁹⁷ (O UNIVERSAL, 17/08/1840).

A Revolta de 1842 explodiu em Minas Gerais em 10 de junho e terminou em 20 de agosto do mesmo ano. Seu desenrolar foram dois meses de conflito armado entre governistas e opositoristas, com inúmeras batalhas, conquistas de cidades, marchas, ataques guerrilheiros, propaganda de guerra etc., envolvendo dos dois lados mais de 10 mil homens. É talvez o episódio mais polêmico da história mineira, e suas motivações e seus antecedentes são boa parte dessa polêmica.

Talvez “antecedentes” seja um termo forte demais. Os antecedentes aqui tratados são quatro episódios que aconteceram pouco antes da revolta: as eleições de 1840, ou do Cacete, a sedição de Araxá, os conflitos de Tamanduá também em 1840 e a guerra de coleta de assinaturas de 1842. As eleições de 1840 estiveram diretamente ligadas à Revolta de 1842, enquanto os movimentos em Araxá e Tamanduá servem para observar o clima político das vésperas da mesma. Outros autores incluem o Golpe da Maioridade entre esses antecedentes, mas os principais eventos dessa reviravolta política aconteceram no Rio de Janeiro, de forma que passaremos adiante, sabendo que os até então designados Liberais fizeram questão de passarem a se designar também como Maioristas. Os movimentos de Araxá e Tamanduá são os principais exemplos do “*crescente acirramento dos conflitos no início dos anos 1840 a envolver grupos políticos rivais e autoridades em diversas regiões e localidades da província de Minas Gerais*” (BARATA, 2011). Para o presidente de Minas Gerais Sebastião Barreto Pereira ambos “*tiveram sua origem bem manifesta nas intrigas locais, e nos ódios, que*

97 Marquês de Maricá, Mariano José Pereira da Fonseca. Nasceu no Rio de Janeiro em 1773 e faleceu em 1848, como Senador por sua Província e Conselheiro de Estado. Era Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Formado em Coimbra em Matemáticas e Filosofia. Foi preso por ser membro da academia científica fundada no Rio de Janeiro por Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, ou seja, no processo conhecido como Inconfidência Carioca, que significa que era suspeito de ser um dos muitos fluminenses envolvidos com a Inconfidência Mineira e que nunca foram descobertos. Foi Ministro de D. Pedro I entre novembro de 1823 a novembro de 1825, período em que o Imperador governou sem Câmaras. A partir de certa idade até morrer lançou um livro de máximas por ano (BLAKE, 1900, 238.239).

desgraçadamente costuma gerar a diversidade de opiniões políticas” (O UNIVERSAL, 12/2/1841).

Por motivações entendemos os objetivos, o discurso adotado, o discurso motivador dos rebeldes, as justificativas etc. Esclarecer as motivações da Revolta de 1842 é indispensável para entender suas decorrências, e para colaborar com o debate historiográfico que perpassa a maioria das obras que tratam do assunto.

3.1 As eleições, os lados políticos e a Revolta de 1842

Antes de prosseguir se torna indispensável tratar das características das eleições e dos lados que se enfrentaram em 1842. Disse Nabuco de Araújo que *“O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis ai está o sistema representativo do nosso país”* (Apud CARVALHO, 1990, p.25). Essa frase se impôs à historiografia, pela sua força, sua elegância, abafando os estudos sobre as eleições imperiais. Se o governo fazia as eleições e a maioria, o que estudar? E o pior é que tendo sido a frase dita já no Segundo Reinado, não devia impactar os estudos sobre as eleições de época anteriores, mas impacta.

Faz parecer mesmo que os homens do Império não se importavam com as eleições, mas não era assim. As eleições eram a *“época das grandes esperanças nacionais”* (ASTRO DE MINAS, 20/10/1836) e o *“tempo da intriga”* (JORNAL. 15/12/1832). Tudo seria para ou devido às eleições. No final de 1841, quando os vereadores da Câmara de São João Del Rei foram suspensos e processados por terem assinado uma Representação ao Trono contra o governo, um correspondente concluiu que o objetivo era *“...arredar do colégio eleitoral os eleitores que estiverem compreendidos na suspensão...”*. Uma Representação de Minas Novas, alegou que *“...à derrota que o governo sofreu em Minas Novas, a despeito das solenes promessas de seus aliados que se deve toda a perseguição...”* (O UNIVERSAL, 16/02/1842, 8/04/1842). Quando, iniciando o Segundo Reinado, foi oferecida uma anistia aos Farrapos do Rio Grande do Sul, o Dep. Barbosa disse que o verdadeiro objetivo do governo era *“ganhar o tempo necessário para combater a Nação nas eleições”* (O CORREIO DE MINAS, 26/3/1841). Às vésperas da revolta de 10 de Junho de 1842, para explicar as ações do governo que em breve enfrentaria com as armas nas mãos, *O Universal* dizia *“...se trata de uma eleição em Minas...”* (9/03/1842). O *Brazil* acusou o deputado Franco de Sá de agir segundo a seguinte prioridade: *“parto já para a Paraíba, trate quem quiser da minha mulher e de meus filhos, que eu vou tratar das eleições”* (A ORDEM, 14/8/1844). Em resumo:

...hoje tudo no Brasil se dirige pelos cálculos eleitorais; desde o governo até o cidadão que vive afastado, mas não indiferente à política, tudo se regula pela influência que cada um se propõe a ter nas eleições desde as paroquiais até as gerais (O UNIVERSAL, 24/01/1840).

E “...até os homens mais sisudos estão prontos a sacrificar tudo a necessidade do triunfo do seu partido” (O UNIVERSAL, 23/06/1841). A imprensa dedicava-se o máximo possível à “febre das eleições” (O CORREIO DE MINAS, 2/3/1841), e algumas folhas existiram somente para isso, durando somente um trimestre que correspondia ao período eleitoral. Daí a provocação - o periódico “O Unitário diz-nos que o Americano, e Popular desaparecerão logo depois das eleições...” (O POPULAR, 15/2/1840).

As Instruções de 1824 regularam todas as eleições até 1842, pois governo após governo as invocou em cada decreto de convocação de eleições gerais, fazendo pequenas alterações. As eleições municipais tinham outro regulamento. As instruções a seguir eram para eleições gerais.

O Art. 2º das Instruções diz que em cada Freguesia devia ser feita uma Assembleia Eleitoral, presidida pelo Juiz de Fora, ou Ordinário, ou quem suas vezes fizesse, com assistência do Pároco (ABELHA DO ITACULUMY, 23/4/1824). Freguesias que não tinham juízes deviam ter suas Assembleias presididas por quem as Câmaras Municipais indicassem. Em 1830 os Juízes de Paz assumiram a presidência dessas Assembleias Eleitorais.

Os párocos deviam afixar nas portas das suas Igrejas editais com o número de fogos da freguesia, que elegia tantos Eleitores quanto 1% dos fogos. Os párocos também deveriam fazer listas de seus fregueses (ABELHA DO ITACULUMY, 23/4/1824). Note-se, porém, que nas eleições gerais a lista dos paroquianos não dava nem tirava de ninguém o direito de votar, não havia uma lista prévia de eleitores.

Eram excluídos de votar, assim como pela Constituição, as mulheres, os menores de 25 anos, com exceção dos casados e oficiais militares maiores de 21 anos; os que ainda vivessem com seus pais com exceção dos funcionários públicos; os criados de servir; os religiosos monacais; os que não tivessem renda anual de 100 mil réis, mas as Instruções não definiam os critérios para aferir essa renda. Nem a Constituição, nem as Instruções os citavam, mas os escravos também estavam excluídos. A Mesa decidia quem estava apto a votar ou não.

Os votantes deviam se reunir para uma missa, às 8 da manhã, e depois, na mesma Igreja, onde deviam estar desarmados e de portas abertas, procediam à eleição. Para formar a

mesa o presidente da Assembleia “*de acordo com o Pároco*”, propunha à Assembleia dois Secretários e dois Escrutinadores, que podiam ser aprovados ou rejeitados por “*aclamação do Povo*” (ABELHA DO ITACULUMY, 26/4/1824).

A mesa era toda poderosa decidindo logo no início do processo eleitoral sobre denúncias de “*suborno ou conluio*”. Resolvida essa etapa iniciava-se o recolhimento das cédulas, cada uma com tantos nomes quantos fossem os Eleitores de segundo grau da paróquia. Essas listas deviam ser assinadas. A votação era obrigatória, e quem não pudesse comparecer devia enviar sua lista por procurador, mas não havia multa para quem não votasse. Não podiam ser eleitos para Eleitores de segundo grau os libertos, os criminosos pronunciados, e quem não tivesse 200 mil réis de renda anual. No mesmo dia se apurava os votos e os Eleitores eleitos eram reunidos para uma nova missa (ABELHA DO ITACULUMY, 26/4/1824, 28/4/1824).

As reuniões dos Eleitores, para elegerem Deputados, Conselheiros e Senadores aconteciam nas cabeças dos distritos em que as Províncias foram divididas pelas Instruções, a princípio somente onze em toda a extensão de Minas Gerais, e duravam vários dias. No primeiro dia escolhiam comissões para reconhecerem seus diplomas, emitidos nas Assembleias Eleitorais das freguesias, e elegiam um presidente do Colégio Eleitoral. No segundo dia terminavam de avaliar os diplomas e acontecia uma missa. Nesse mesmo dia elegia-se as listas tríplices para Senadores. Cada Província tinha de Senadores metade do número de Deputados. Minas Gerais elegia vinte Deputados e dez Senadores, de forma que em 1824 teve que eleger trinta nomes, dos quais o Imperador devia escolher dez. Note-se que esse primeiro dia de eleição de Senadores foi exclusividade das eleições de 1824, porque a partir de então só aconteceriam em caso de morte de um dos dez Senadores por Minas. Como as pessoas reputadas com renda e idade para serem Senadores, 800\$00 (oitocentos mil reis anuais) e 40 anos, eram em menor número que as disponíveis para serem deputados, matematicamente foi muito mais fácil entrar nessa lista de 30, que na lista de 20 Deputados. Já ser escolhido pelo Imperador era outra história. O poder de escolha de D. Pedro I foi enorme em 1824. Embora pareça matematicamente igual escolher 1 entre 3, e 10 entre 30, na prática primeiro se escolhe 1 entre 30, depois 1 entre 29, assim por diante, até quando teve que fazer sua escolha em pior situação, escolher 1 entre 21 nomes. Nas próximas eleições quase sempre teria que escolher 1 entre 3. No terceiro dia aconteceriam as eleições de Deputados, que deviam ter 400 mil réis de renda anual, e no quarto dia de Conselheiros. Depois os resultados de cada distrito eram enviados à capital da Província, para serem contabilizados pela Câmara Municipal (ABELHA DO ITACULUMY, 5/5/1824, 7/6/1824,

10/5/1824).

A imprensa denunciava constantemente o suborno e as listas nas eleições. O suborno era um crime eleitoral previsto em lei. A mesa devia perguntar à Assembleia antes de iniciados os trabalhos se havia denúncia de suborno. O suborno aparece repetidamente nos artigos de jornais, de todos os lados, sobre todas as eleições. O *Amigo da Verdade* afirmava “*se não são capazes de serem subornados para reelegerem o Sr. Vasconcelos, também não são capazes de serem subornados para reelegerem o Sr. Lúcio*” (O AMIGO DA VERDADE, 2/6/1829), confirmando que essas acusações eram feitas de lado a lado. A *Estrella Mariannense* dava os subornos por coisa sabida, “*oxalá não tivéssemos já visto entre nós os grandes subornos nas Eleições*” (ESTRELLA MARIANNENSE, 14/8/1830).

Podia ser de vários tipos, por parte de vários atores. Por exemplo, um Eleitor “*ousou sustentar o haver de ser sempre eleitor, porque possuísse trinta, ou quarenta patacas para comprar outros tantos votos*” (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 29/12/1830). O *Guarda Nacional* “*disse que os negociantes do Rio coagiam os eleitores de Minas a votar nestes e naqueles...*”, e o *Parahybuna* acusou um José Batista de ter feito o mesmo com dois credores a favor de Holanda Cavalcanti (O PARAHYBUNA, 29/5/1838).

Contudo, em eleições nas quais cada votante ou Eleitor votava em toda uma lista, as denúncias de suborno eram normalmente relacionadas a listas, que seriam até provas do suborno. O *Amigo da Verdade* perguntou, “*Custará por ventura acreditar, que aparecendo imensas listas escritas com a mesma letra, e com os mesmíssimos nomes acima apontados, fossem estas forjadas com suborno?*” (AMIGO DA VERDADE, 26/6/1829). Ou seja, as listas, por terem aparentemente a mesma origem, seriam evidências de que os eleitores foram comprados para as apresentarem, ou mais fácil, as assinarem e enviarem pelo próprio agente da compra, poupando-se a esse trabalho.

Essas listas seriam “*acompanhadas sempre de uma apologia aos seus Candidatos, e de uma virulenta execração aos melhores servidores da Nação*” (JORNAL, 15/12/1832). Obviamente essas listas eram “*chapas*”⁹⁸, e tinham prestígio partidário quando organizadas pelos Senadores. No final da década de 1830 os Senadores José Bento e Manoel Inácio eram acusados de organizarem a chapa de seu lado político para Minas Gerais (O PARAHYBUNA, 5/11/1839). Ou seja, eles conseguiam organizar um “*conluio, ou cabala*” (...) “*o acordo prévio nas eleições, para centralizar votos, que dispersos deixariam a vitória a outras combinações*” (ASTRO DE MINAS, 15/10/1836).

98 Um termo que nasceu para se referir ao fato das listas serem repetidas, iguais até na letra, como se fossem impressas, ou seja, como se fossem uma chapa e não um manuscrito.

Mas é claro que não circulavam somente duas listas, uma da situação e outra da oposição. Pelo contrário, eram muitas, algumas misturavam “*alguns indivíduos bem conceituados, vêm-se outros, cujos princípios políticos não são abonados por a opinião pública*” (O VIGILANTE, 16/2/1833), ou seja, dos dois lados políticos, talvez para confundir mesmo o eleitorado. As listas variavam até porque algumas vezes os copistas incluíam o próprio nome nas listas que copiavam, como no caso das que foram enviadas de Tamanduá em 1833, cujo autor teria sido reconhecido pela caligrafia (ASTRO DE MINAS, 2/2/1833).

Condenava-se as listas, “*baldados sejam os esforços dos fabricantes de listas*” (O VIGILANTE, 16/2/1833); “*Desprezai inteiramente essas listas infames, que por ai correm, manuscritas: elas partem de infernais clubs*” (ASTRO DE MINAS, 15/11/1828). Mas dado o sistema eleitoral, no qual um eleitor de paróquia votava em toda uma lista de Eleitores, e um Eleitor de distrito votava em toda uma lista de deputados para toda a Província, e principalmente depois que se generalizaram as listas, o que acontecia era que “*...voto que não é de chapa é voto perdido...*” e portanto pedia-se ao eleitorado para “*sacrificar ao interesse da pátria as afeições, ou zangas particulares; ao triunfo do partido o capricho dos indivíduos*” (O POVO, 29/7/1849). Ou seja, para votar na lista mesmo não gostando de algum nome. É mais ou menos o mesmo que o *Astro* pregara, que um Eleitor Liberal “*não é capaz de ceder de um voto*”, de seus vinte, “*a não ser por **concordata** liberal, e em proveito comum*” (ASTRO DE MINAS, 16/7/1833, grifo do autor).

Em outras palavras, o candidato que não tivesse seu nome proposto em uma lista que circulasse toda a Província, ou grande parte dela, não tinha chances, e quem votasse nele “perderia” seu voto. A lista era composta somando líderes de diferentes regiões, de forma a somar as influências concentrando-as todas em uma lista. Nas eleições de 1824 os lados políticos ainda não combinaram listas, e lideranças despontaram de um só colégio eleitoral, destacadamente o padre Bento em Campanha. Também nas eleições de 1828 o padre Bento conseguiu que seu eleitorado seguisse uma lista inteira além do seu nome, e assim ele conseguiu uma influência eleitoral muito maior que outros líderes da Província, ou melhor, o colégio de Campanha teve mais influência que os outros colégios todos de Minas Gerais, por concentrar votos – Um Baptista Caetano não teria se destacado sem os votos que teve em Campanha. Já nas eleições de 1833 em todos os colégios todos os lados já aderiram à tática de votar em listas. É fácil notar quando todos começaram a votar em listas porque nos resultados surge um grande intervalo de votos, praticamente dividindo-os em duas listas, o que jamais poderia acontecer se os votos fossem aleatórios.

É indiscutível que o fato de grande parte do eleitorado ser analfabeto fortalecia os

“*fabricadores de listas*” e que estas eram usadas como instrumentos de conferir o “*suborno*”. Nas eleições de 1849 o Deputado Antão defendeu que Juízes de Paz não aceitassem listas marcadas, e *O Povo*, governista, perguntou em que lei ele se baseava (O POVO, 15/7/1849). Contudo, votos marcados por serem comprados não existem somente em eleições em listas.

A votação em listas praticamente impossibilita a política sem agrupamentos, fortalecendo os lados políticos, e impondo uma prática política partidária. A votação em listas era a lei eleitoral, a regra escrita do jogo, mas combinar listas, fabricá-las e distribuí-las foi uma tática desenvolvida pelos jogadores. Ao ter sucesso se generalizou, mudando a forma de jogar o jogo. Nota-se que a formação das listas eram momentos de articulações entre as lideranças políticas de diferentes regiões da Província. A formação de uma lista era a formação de uma chapa, de uma aliança, no caso mineiro entre 20 líderes políticos locais. É difícil aquilatar, mas fácil imaginar o grande papel da formação dessas chapas para o desenvolvimento histórico das forças, dos lados políticos, dos partidos.

Como nenhuma lei regulava a forma de aferir renda, e ao contrário das eleições municipais não havia, até 1842, lista de votantes, era prática que “...*as mesas paroquiais se atribuam o direito de admitir ou excluir os votantes, segundo as suas maiorias pensam desta ou daquela maneira desses mesmos votantes...*” (O UNIVERSAL, 25/06/1841) e era por isso que “...*os partidos políticos mostram um empenho tão decidido na formação das mesas*” (O UNIVERSAL, 23/06/1841). Eis o caso de Diamantina nas eleições de 1840:

Ignora-se por ventura que no momento em que se consegue com o terror a aprovação da Mesa, se expediu um próprio ao Ouro Preto, e Rio de Janeiro, participando-se a vitória? Não sabemos acaso que estes agitadores tem erigido em princípio eleitoral – que feita a Mesa, está feita eleição? (O CORREIO DE MINAS, 13/02/1841)

Em um caso, em Ouro Preto, a mesa teria deixado votar até um espanhol (O NOVO ARGOS, 26/1/1831). E como se ganhava a mesa? Em Assembleia dos eleitores, que aclamavam (ou não) dois Secretários e dois Escrutinadores indicados pelo Juiz de Paz. As pessoas iam armadas a essas Assembleias? Parece claro que sim:

se dois membros da Mesa viram a coisa mal parada, e julgaram dever ir armados para o que pudesse suceder, é mais que natural que os concorrentes pensassem da mesma maneira. (...) bem tolo seria eu, se indo lá não fosse preparado para dar, e tomar. (AMIGO DA VERDADE, 10/7/1829)

Nas eleições de 1824 e 1828 ainda não eram Juízes de Paz que presidiam as mesas.

Em 1824 os presidentes não tiveram nenhuma dificuldade em indicar os outros quatro membros das mesas. Em 1828 a mesa foi disputada em Ouro Preto, e em São João Del Rei a Assembleia chegou a ter debates, mas as mesas ainda foram as indicadas pelos presidentes. Mas de 1829 em diante as Assembleias Paroquiais, para eleger autoridades municipais ou Eleitores, tornaram-se mais disputadas, com maior número de pessoas.

As regras do jogo, nesse caso as eleições, não criaram a tática de ganhar a mesa, mas a propiciaram. A tática foi desenvolvida pelos jogadores, os lados políticos, e depois de provar sua eficiência se generalizou. Em outras palavras, as regras das eleições influenciaram os lados políticos, obrigando-os a buscar mais apoio para vencerem as Assembleias Paroquiais, e os lados políticos influenciaram as eleições, criando novas formas de vencê-las.

Assunto indissociável das Assembleias Paroquiais e do controle das Mesas era o desrespeito ao censo eleitoral, que era uma das principais formas como as Mesas manipulavam os resultados.

Praticamente era senso comum que “*O defeito capital de nossa lei de eleições é a falta de um censo das pessoas que podem votar nas assembleias paroquiais*” (O UNIVERSAL, 23/06/1841). Ou como diz Ferreira de Rezende, “...*havendo então de fato o sufrágio universal...*” porque não se avaliava a sério a renda mínima para se ser eleitor de paróquia (REZENDE, 1944, p.126). A *Ordem* denunciou que “*tem muitas vezes votado pessoas destituídas dessas habilitações, e até mesmo mendigos*” (A ORDEM, 23/11/1842). Também para Armitage “*no Brasil, a base do sistema eletivo é mais ampla [do que na Inglaterra e França] e a quase totalidade da população livre goza do privilégio de votar*” (Apud OLIVEIRA, 2009, p.39). De fato, entre 1832 e 1866 a participação eleitoral na Grã Bretanha era estimada em 3% da população, e em algumas paróquias brasileiras o índice se igualava ou aproximava do que então existia nos EUA (18%) e Portugal (18,5%) (MOTTA, 2013, p.115). Em outras palavras, até as eleições de 1840 o povo pobre tinha participação de peso nas eleições, pois era necessário para ganhar as Assembleias Paroquiais, base de todas as eleições. Para Ferreira de Rezende:

...a eleição era boa; porque ali não se via senão um único representante da autoridade, que era o juiz de paz; e o juiz de paz era um eleito do povo; de sorte que se havia violência; e muitas vezes havia; quem vencida era sempre a maioria; isto é, quem tinha mais gente e por consequência, mais força (REZENDE, 1944, p.124).

Confirma-se que não se avaliava a renda dos votantes porque em 1881, quando foram criados critérios rígidos para avaliação da renda anual o eleitorado foi drasticamente

reduzido (CARVALHO, 1990, pp.16-17). Mesmo assim, as folhas debatiam a renda anual de 100 mil réis. Para o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* “*Ora uma tal renda no nosso país possuem até os miseráveis, que mendigam pelas ruas*” (JORNAL. 21/1/1833).

Contudo, na prática, em Sabará, o Sr. Bento Rodrigues de Moura e Castro, distribuidor de folhas naquela vila (ver Apêndice A), onde era vereador e tinha sido Juiz de Fora, foi processado porque segundo seus acusadores ele não teria 100 mil réis de renda anual. Cem mil réis é a quantia que o presidente da Província, José de Araújo Ribeiro, enviou para Sabará para custear os presos e a condução dos mesmos por um ano inteiro (O VIGILANTE, 9/2/1833, 15/6/1833). Uma diária de 80 rs foi considerada insuficiente para voluntários do Exército, e elevada para 100 rs, 36\$500 ao ano. Mas era possível viver com menos que isso. Organizou-se em Sabará uma subscrição para auxiliar mães, viúvas e esposas de soldados que estavam há muitos meses afastados de seus afazeres devido à Guerra de Independência. Foram “*habilitadas*” 48 mulheres, recebendo entre 600 rs e 1\$500 ao mês, cinco vezes abaixo do censo eleitoral. Depois de um aumento concedido em 1825, um Sargento de Infantaria do Exército passou a receber 72\$000 anuais (ABELHA DO ITACULUMY, 25/6/1824, 11/3/1825, 11/4/1825).

O censo serviria, segundo seus defensores, para “*tolher as maquinações de alguma facção audaciosa e empreendedora*” (JORNAL. 21/1/1833), que comprasse os votantes. E raros eram aqueles que desprezavam esse argumento, como o caso de uma tradução do texto *Abolição do Censo Eleitoral*, que defendeu que “*O censo eleitoral divide a nação em dois campos inimigos, eis ai tudo.*” (O UNIVERSAL, 6/4/1840). Contudo, como só a partir de 1881 a renda passou a ser avaliada com rigor, o que valeu para o Brasil foi semelhante ao que Patrice Gueneffey concluiu para a França, “*o verdadeiro caráter censitário das eleições não consistiu na distinção que apartou os cidadãos ativos dos passivos, mas naquela que separou os eleitores dos elegíveis*” (Apud MOTTA, 2013, p.127). Mas no caso brasileiro não pela renda de 200 mil réis exigida para ser elegível, e sim pelo alto custo da política.

Nota-se que eleições eram importantíssimas para os protagonistas dessa história, que não compartilhavam da crença na invalidade do sistema representativo de seu tempo. Faziam críticas, propunham reformas, acreditavam que poderiam alcançar a “*verdade eleitoral*”, mas só em algumas ocasiões boicotaram os pleitos. A rotulação de todas as eleições sob o Brasil monárquico como ilegítimas, como não representativas, baseia-se na comparação com supostas eleições perfeitas, ou seja, na mesma “*verdade eleitoral*” que se buscava no início do século XIX.

As fontes tratam os lados, para usar um termo da época, que disputavam essas

eleições quase como naturais, e a Revolta de 1842 foi feita pelo lado que venceu as eleições de 1840 e viu essas eleições serem inutilizadas em 1842. Não existiram dois partidos dominando toda a história política do Império. Os autodenominados Liberais gostavam de reivindicar a herança dos Liberais do Primeiro Reinado, e até mesmo do Partido Brasileiro, mas não se deve acreditar nisso. Da mesma forma, seus adversários, que eles sempre tentavam ligar aos inimigos da independência do Brasil, ou no mínimo aos supostos restauradores, também não foram um só partido ao longo da história. Não é que as fontes estejam mentindo, era assim que eles construía suas identidades políticas. Eles não eram os mesmos agrupamentos políticos da década de 1820 ou da de 1830, mas tinham que carregar a herança dos mesmos, de onde provinha sua formação política, seus heróis, as vitórias supostamente suas. Também se deve saber que eles acreditavam, ainda em 1842, que existiam “*dois grandes partidos em que hoje o mundo culto se reparte*” (...) “*uns, arvorando a bandeira da liberdade, da honra nacional, dos progressos; os outros a do fanatismo, da retrogradação, do aviltamento da pátria*” (ASTRO DE MINAS, 15/3/1834), e naturalmente contavam sua história política, e nessa narrativa se encaixavam, conforme suas crenças.

José Murilo de Carvalho falou de “*uma exacerbação da luta partidária terminada em revolta armada dos liberais do Sul (1842)*” (CARVALHO, 1990, p.30). É impossível entender a Revolta de 1842 sem compreender esse fenômeno. Eis o relato de um homem que tinha 10 anos em 1842 e que viveu a polarização política dos anos 1860 e 1870, falando do início dos anos 1840:

Só quem viveu naquele tempo é que pode fazer uma verdadeira ideia dos ódios e da exaltação que dividia os partidos. Nem para mostrar é preciso mais do que o dizer – que um liberal, em regra, não comprava na loja de um conservador,⁹⁹ e vice-versa; que cada um dos partidos tinha o seu médico, a sua botica e tudo mais por esta forma; e que até na própria igreja era muito raro se confundissem (REZENDE, 1944, p.157).

Não faltam confirmações desse testemunho. *O Universal* disse que os deputados via de regra, quando recebiam um requerimento de qualquer origem, o enviavam a uma comissão para saber:

...que partido segue este povo, se é caramuru, ou chimango, largas delongas ocorrem, e por último se ele segue o partido oposto ao da Assembleia, lavra-

99 As *Recordações* de Ferreira de Rezende são do final do século XIX, e por isso usam “conservador”, assim como a *Circular* de Ottoni de 1860, mas nas fontes aqui estudadas, até 1849, não se encontra o termo “partido conservador” ou mesmo “conservador”. Ver Quadro 1.

se o muito lacônico parecer – Não tem lugar a pretensão dos Suplicantes... (O UNIVERSAL, 19/03/1841).

É impagável que *O Universal* confesse, embora como se falando de terceiros, a forma como ele e toda a imprensa política tratavam as personalidades políticas:

Se Pedro abraça a minha parcialidade, não há qualidade boa, que não tenha; mas se segue outra bandeira, prontamente lhe atribuo todos os vícios, e o julgo idôneo para perpetrar todos os crimes. (O UNIVERSAL, 15/07/1840)

Ainda escolheu Pedro, nome de quem o próprio *Universal* tinha tratado assim.

Os padres Marinho, Bhering, Felicíssimo, Roussin e José de Souza foram privados de empregos por seus adversários políticos (O UNIVERSAL, 10/02/1840, 24/03/1841, 29/03/1841, 18/05/1842). Os três primeiros foram redatores de periódicos, como se viu. Até o comando da Força Pública os deputados Setembristas¹⁰⁰ quiseram suprimir, por ser composta de Liberais (O UNIVERSAL, 10/03/1841).

Os casos são inúmeros. Em Ouro Preto alguns vereadores “*não se dignaram comparecer para dar posse aos*” Liberais (O UNIVERSAL, 8/01/1841). Um professor de Pouso Alto defendendo-se da perda de alunos alega que “*outros seus pais tiraram da escola por espírito de partido*”. Até verbas para reforma de igrejas “*ficava ao arbítrio do Governo, que os distribuía por aquelas Matrizes de sua afeição*” (O CORREIO DE MINAS, 26/05/1841, 12/02/1842). Para o Chalaça a “*guerra dos partidos*” seria constante ao ponto de que os “*Brasileiros se acham como que se fora o seu modo natural de existir*” (SILVA, F. 1939, p121).

Francisco Iglésias citou as representações que ambos os partidos pintavam de seus adversários, mas não foi bastante incisivo (1978, p.408). Os Liberais eram insistentemente chamados de republicanos. Já o outro lado seria o “*partido corcunda*”, ou “*partido anti brasileiro*”, ou “*partido da ladroeira, denominado setembrista*”, ou “*facção Africo-Lusitana*” (O UNIVERSAL, 27/01/1841, 20/08/1841, 29/01/1841, 1/09/1841) ou “*...Caramuru, e que os desse nome só querem roubar, incendiar, e pregar o Despotismo...*” (O CORREIO DE MINAS, 5/02/1842). Para um correspondente do *Astro de Minas* o Diabo era Caramuru. Os Caramurus seriam a “*escória da espécie humana*” (ASTRO DE MINAS, 26/3/1833, 24/10/1833). A Sociedade Defensora do Rio de Janeiro fez até um “*juramento de ódio à restauração*” (CANO, 2014, p.100). Em carta para sua mãe, um rebelde de 1842 mandou

100 Foram assim chamados os que apoiaram o governo iniciado em 19 de Setembro de 1837, dito o Gabinete das Capacidades.

recado para seus irmãos pequenos “*que andem com muita cautela por mode [sic] os caramurus*” (NOGUEIRA, 1979, p.48).

Quadro 1 – Denominações partidárias

	Auto representação	Representação dos adversários
1823	<i>Compilador Mineiro:</i> Constitucional moderado; liberal.	<i>Compilador Mineiro:</i> Pés-de-chumbo; servis; liberais andradinos; chumbeiros; corcundas.
1824		<i>Abelha do Itaculumy:</i> Partido anti-independente; partido desorganizador; partidos.
1825		<i>O Universal:</i> Absolutismo; Demagogo; Corcundas;
1826	<i>O Universal:</i> Constitucional; liberal.	<i>O Universal:</i> Partidos.
1827	<i>Astro de Minas:</i> Liberal.	<i>O Universal:</i> Inimigos da Constituição e da imprensa; Governo Absoluto; jesuítas; gazetas revolucionárias anti-políticas, anti- constitucionais; Corcundas.
1828	<i>O Universal:</i> Constitucional. <i>Astro de Minas:</i> Órgão da opinião pública; Constitucional; Liberal.	<i>Astro de Minas:</i> Facção absolutista; Corcundas. <i>O Universal:</i> Absolutismo (7/1/1828)
1829	<i>Astro de Minas:</i> Amigo do trono; Liberais. <i>O Mentor das Brasileiras:</i> Constitucional; liberal. <i>O Universal:</i> Liberalão; Constitucional; Liberal. X <i>O Amigo da Verdade:</i> Constitucional. <i>O Telegrapho:</i> Constitucional.	<i>Astro de Minas:</i> Liberticidas; absolutistas. <i>O Novo Argos:</i> Ministeriais. <i>O Mentor das Brasileiras:</i> Déspotas; antigo regime. <i>O Universal:</i> Carcundas; Ministério recolonizador, absolutista; Mandões; Sociedade Japônica; Colunas; Súcia telegráfica. X <i>O Amigo da Verdade:</i> Revolucionários; chamados Liberais; partido Democrático; partido desorganizador; oposição; ultras; Jacobinos; anarquistas; demagogos; inimigos da ordem; partido de Baptista Caetano; republicanos; liberalões. <i>O Telegrapho:</i> Partido demagógico; Liberalões.
1830	<i>O Universal:</i> Liberal. <i>Astro de Minas:</i> Liberal.	<i>O Universal:</i> Telegráficos; partido recolonizador. <i>Astro de Minas:</i> Corcundas; colunas; partido absolutista.

	<p><i>Estrella Mariannense:</i> Liberal.</p> <p><i>Pregoeiro Constitucional:</i> Liberal.</p> <p><i>Echo do Serro:</i> Liberal; Constitucional. X <i>O Telegrapho:</i> Moderado.</p>	<p><i>Estrella Mariannense:</i> Absolutistas; servis; telegráficos; despotismo; servis; partido absolutista; colunas japoneses.</p> <p><i>Pregoeiro Constitucional:</i> Corcundas; áulicos, telegráficos; partido recolonizador; partido dos servis; partido servilista; partido retrógrado. X <i>O Telegrapho:</i> Liberalões; Exaltados; liberais.</p> <p><i>Amigo da Verdade:</i> Ultra-liberais.</p>
1831	<p><i>O Universal:</i> Liberal.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Patriota Brasileiro; Partido Constitucional e Legal.</p> <p><i>O Novo Argos:</i> Liberal.</p>	<p><i>O Universal:</i> Partido lusitano; telegráficos; Partido desorganizador; anarquia; partido de exaltados.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Colunas; Rusguentos; Seita Petronista; absolutistas; anarquistas.</p> <p><i>O Novo Argos:</i> Servis; absolutistas; corcundas; carcunda; partido Português; partido Lusitano .</p> <p><i>Pregoeiro Constitucional:</i> Partido desorganizador; colunas.</p>
1832	<p><i>O Universal:</i> Verdadeiro patriota.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Patriota; partido liberal.</p> <p><i>O Novo Argos:</i> Constitucional.</p> <p><i>Estrella Mariannense:</i> Liberal.</p> <p><i>Sentinela do Serro:</i> Americano; liberal. X <i>O Constitucional Mineiro:</i> Constitucional; Patriota; Caramuru.</p>	<p><i>O Universal:</i> Corcundas; anarquistas; intitulado oposição; rusguentos.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Telegráficos; anarquistas, caramurus.</p> <p><i>O Novo Argos:</i> Colunas; rusguentos; partido anárquico; partido Colunático.</p> <p><i>Estrella Mariannense:</i> Partido anti nacional; partido anárquico; partido rusguento; povo farroupilha (sansculote); Anarquistas; Retrogrados; carcundas; partido restaurador; partido caramuru; exaltados.</p> <p><i>Jornal:</i> Caramurus; retrógrados; partido restaurador; partido retrogrado; partido anti-nacional.</p> <p><i>Opinião Campanhense:</i> Caramurus.</p> <p><i>Sentinela do Serro:</i> Despotismo do Senado; satélites do Tirano; turcos do Senado; partido absolutista. X <i>O Constitucional Mineiro:</i> Liberais; partido, que composto de uma família privilegiada;</p>

		<p>ministeriais; partido desorganizador; partido exaltado; sans-culottes; anarquistas; Club dos Jacobinos.</p> <p><i>O Despertador Mineiro:</i> Liberais, Federativos, ou Republicanos.</p>
1833	<p><i>O Universal:</i> Liberal.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Reformista; partido Nacional; Partido moderado; partido da ordem; liberal.</p> <p><i>O Novo Argos:</i> Partido Nacional; partido moderado; partido Liberal.</p> <p><i>Jornal:</i> Partido legal.</p> <p><i>Opinião Campanhense:</i> Escritores da ordem.</p> <p><i>A legalidade em Triumpho:</i> Partido liberal; partido moderado.</p> <p><i>O Recopilador Mineiro:</i> Liberal.</p> <p><i>O Vigilante:</i> Liberal; Constitucional; patriotas; moderado; partido da ordem; partido moderado; partido Constitucional.</p> <p>X <i>Tareco Militar:</i> Constitucional.</p> <p><i>O Mineiro:</i> Vencido.</p>	<p><i>O Universal:</i> Caramurus; retrógrados.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Caramurus; coluna; absolutistas; partido restaurador; partido desorganizador; partido caramuru; partido sedicioso.</p> <p><i>O Novo Argos:</i> Cativos; Caramurus; Telegráficos; facção anti-Brasileira; partido retrógrado; partido anti reformista; partido bourbonico; facção contra-revolucionária; partido restaurador; partido caramuru; partido sedicioso.</p> <p><i>Jornal:</i> Partido caramuru; partidistas do antigo regime.</p> <p><i>A legalidade em Triumpho:</i> Partido caramuru; sediciosos anarquistas.</p> <p><i>O Recopilador Mineiro:</i> Partido caramuru; partido anti-nacional.</p> <p><i>Noticiador Serrano:</i> Caramurus; restauradores.</p> <p><i>Opinião Campanhense:</i> Oposição; partido restaurador.</p> <p><i>O Vigilante:</i> Partidos extremos; partido caramuru; bando restaurador; Oposição; facção Européia; estacionários; anti-reformistas; pedristas; partido retrogrado; carangueijos; facção pedrista; progressistas fogosos; partido absolutista; partido desorganizador; jacobinos caramurus; facção restauradora.</p> <p>X <i>O Despertador Mineiro:</i> Jacobinos.</p> <p><i>Tareco Militar:</i> Chimangos; Súcia Moderada-ladra; Moderados.</p> <p><i>O Mineiro:</i> Anarquistas; Vencedor; Chimangos; moderados; Feijóismo.</p>
1834	<p><i>O Universal:</i> Chimango; partido da revolução de 7 de abril; liberais; constitucional.</p>	<p><i>O Universal:</i> Caramurus, retrógrados; facção recolonizadora e iliberal; Partidos exaltados.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Marcistas; Libórios.</p>
1835	<p><i>O Universal:</i></p>	<p><i>O Universal:</i></p>

	<p>Patriota; Liberais.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Patriotas; Partido moderado, partido nacional.</p>	<p>Sediciosos de março; Partido restaurador; partido absolutista; rusguentos; telegráficos; caramurus.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Partido retrógrado; terceiro partido; restauradores; Holandezes; facção caramuruana exaltada.</p> <p><i>Oposição Constitucional:</i> Partido restaurador; marrecos; Bernardo Pereira de Vasconcelos; horda restauradora.</p>
1836	<p><i>O Universal:</i> Liberais; progressivo.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Partido moderado; Liberal; partido do governo; partido dos progressos na ordem.</p>	<p><i>O Universal:</i> Regresso; oposição; Proteu (Bernardo Pereira de Vasconcelos).</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Oposição; súcia de Antônio Dias; defecção moderada; regressistas; januaristas; terceiro partido; partido da maromba.</p> <p><i>O Recopilador Mineiro:</i> Oposição. X <i>A Razão:</i> Chimangos; democratas.</p> <p><i>O Parahybuna:</i> Partido republicano.</p>
1837		<p><i>Astro de Minas:</i> Parahybuna; despotismo; oposição.</p> <p><i>O Universal:</i> Partido anti-nacional; partido centralista.</p>
1838	<p><i>O Universal:</i> Liberal; progressista.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Progresso; oposição patriótica.</p> <p><i>Guarda Nacional Mineiro:</i> Patriota. X <i>O Parahybuna:</i> Partido nacional, partido que só quer Constituição, Trono e Altar.</p>	<p><i>O Universal:</i> Anarquistas; partido ministerial; sediciosos; regressistas.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Ministério ominoso de 19 de Setembro; despotismo; administração setembrista; regresso.</p> <p><i>Guarda Nacional Mineiro:</i> Jornalistas ministeriais; regresso; Sociedade do Altar e do Trono; março-decembristas; Bernardo Pereira de Vasconcelos; Sediciosos; governo devorista. X <i>O Parahybuna:</i> Progressista; Partido chamando liberal; partido anarquista; separatista; rebelde, revolucionário; Chimangos.</p> <p><i>O Unitário:</i> Partido liberal; oposição; Astro de Minas; Pe. Marinho; Joaquim Antão Leão; Holandeses.</p>
1839	<p><i>O Universal:</i> Oposição; monarquista.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Oposição; Liberal.</p>	<p><i>O Universal:</i> Partido do governo; rebeldes.</p> <p><i>Astro de Minas:</i> Regressistas; setembristas; partido regressista; devoristas</p>

	<p><i>Guarda Nacional Mineiro:</i> Partido Nacional.</p> <p>X</p> <p><i>O Parahybuna:</i> Partido monárquico; partido sem nome; Constitucional.</p> <p><i>O Unitário:</i> Periódico monarquista; sustentador da ordem.</p>	<p>garimpeiros.</p> <p><i>O Popular:</i> Setembristas.</p> <p><i>Guarda Nacional Mineiro:</i> Facção de 19 de Setembro; Setembristas; regresso; facção garimpeira.</p> <p>X</p> <p><i>O Parahybuna:</i> Partido ou facção democrata; partido democrático; liberalão; moderados auroristas.</p> <p><i>O Unitário:</i> O Universal; intitulada oposição; anarquistas; atrapalhação.</p>
1840	<p><i>O Universal:</i> Partido moderado; partido nacional; chimango; partido liberal.</p> <p><i>Echo da Rasão:</i> Maiorista; Partido Nacional.</p> <p><i>O Americano:</i> Oposição; partido do povo.</p> <p><i>O Popular:</i> Anti-regressista; Partido Constitucional.</p> <p><i>Guarda Nacional Mineiro:</i> Oposicionista.</p>	<p><i>O Universal:</i> Partido regressista; setembristas.</p> <p><i>Echo da Rasão:</i> Setembristas; Apóstolos de reorganização e de futuro.</p> <p><i>O Americano:</i> Partido triunfante; regresso; governo da transação; partido da Coroa.</p> <p><i>O Popular:</i> Regresso; partido Democrata; Partido Absolutista; anarquistas; partido do regresso; gente da transação.</p> <p><i>Guarda Nacional Mineiro:</i> Traficantes do Correio; Dep. e Tesoureiro Bicalho; Dep. Paula Santos; Partido do governo; corcundas; gente garimpeira.</p> <p>X</p> <p><i>O Unitário:</i> Façanhoso Guarda Nacional Mineiro; Pe. Felicíssimo; O Americano; O Popular; republicano Ottoni.</p>
1841	<p><i>O Universal:</i> Partido propugnador da maioria.</p> <p>X</p> <p><i>O Correio de Minas:</i> Situação; Caramuru.</p>	<p><i>O Universal:</i> Partido corcunda.</p> <p>X</p> <p><i>O Correio de Minas:</i> Camarilha; gente do cacete e punhal; oposição; partido anárquico; partido Miquilino; chimangos; andradistas; caceteiros.</p>
1842	<p><i>Echo da Rasão:</i> Partido da maioria; Maiorista.</p> <p><i>O Despertador Mineiro:</i> Oposição; Liberal.</p> <p>X</p> <p><i>O Correio de Minas:</i> Partido da ordem.</p> <p><i>Estafeta:</i> Governista; monarquista;</p>	<p><i>O Universal:</i> Partido caramuru.</p> <p><i>Echo da Rasão:</i> Absolutistas; Oligarquia.</p> <p><i>O Despertador Mineiro:</i> ditadura ministerial; Caramurus sebastianistas; partido na nobreza; absolutistas; cascudos; Camundongos.</p> <p>X</p> <p><i>Buletin da Legalidade no Serro:</i> Sediciosos; rebeldes; Jacobinos.</p>

	partido monárquico.	<i>O Despertador:</i> Rebeldes. <i>O Correio de Minas:</i> Partido desorganizador. <i>Estafeta:</i> Oposição; conspiradores; rebeldes; partido democrático.
1843	Deputados: Partido nacional; rebelde. X Partido da ordem.	Deputados: Cascudos. X Partido Liberal, anarquia.
1844	<i>A Ordem:</i> Partido da ordem. Deputado oposicionista: Partido da ordem.	<i>Governista Mineiro:</i> Aristocratas. X <i>A Ordem:</i> Partido de Santa Luzia; republico-governistas.
1845	<i>O Itacolomy:</i> Liberal.	<i>O Itacolomy:</i> Gente da oligarquia; súcia oligárquica; facção bacamartista; cascudos; oligarquia.
1846	<i>O Constitucional:</i> Partido nacional; Santa Luzia; partido constitucional. X <i>O Publicador Mineiro:</i> Oposição; saquarema.	<i>O Constitucional:</i> Seita saquarema; partido da reorganização e do futuro; facção reorganizadora; partido saquarema; oposição; oligarcas. X <i>O Publicador Mineiro:</i> Joanas; homens do 10 de Junho.
1848	<i>O Itamontano:</i> Partido que sustenta o governo; partido liberal.	<i>O Itamontano:</i> Saquarema.
1849	<i>O Povo:</i> Cascudo; partido saquarema; partido constitucional; partido do governo.	<i>O Povo:</i> Anarquistas; Fariseus; catucás; Luzias; liberalão; domínio Mandioca; partido liberal; partido chimango.

Fonte: Periódicos publicados em Minas Gerais entre 1823 e 1849 (Ver Apêndice A).¹⁰¹

Nota-se pelo quadro acima que a identificação pela autorepresentação não daria certo porque todos seriam “constitucionais”, “moderados” etc. Um correspondente do *Astro de Minas* percebeu que era hábito de seus adversários contra o lado do *Astro* “alcunhá-los de republicanos, e ateus perante o tribunal da credulidade, eis o sistema dos perversos, eis a bússola dos Caramurus...” (ASTRO DE MINAS, 27/4/1833). Ou seja, para ele eram Caramurus aqueles que chamavam seus adversários de “republicanos” e “ateus”. Do que se

101 No caso em que os periódicos não existem nos arquivos públicos ou os números são poucos as fontes foram *O Universal* (para o *Telegrapho*), o *Astro de Minas* (para o *Sentinella do Serro*, o *Echo do Serro*, o *Opinião Campanhense* e o *Noticiador Serrano*), *O Novo Argos* e o *Vigilante* (para o *Despertador Mineiro* que existiu em Caeté), *A Ordem* (para o *Governista Mineiro*) e o *Pão d'Assucar*, do Rio de Janeiro, (para o *Oposição Constitucional*). No caso dos deputados a fonte foi *O Compilador*.

alcunhava aos adversários definia a posição política não do alvo da alcunha, mas de seus emissores.

É frágil qualquer tentativa de explicar por um só motivo o fanatismo, os ódios, ou mesmo a simples posição política dos variados personagens históricos. Melhor a variedade que as fontes apresentam. Motivos os mais pessoais e pitorescos podem levar diferentes pessoas à política. Quando o deputado Antunes se manifestou contra a criação de Vilas, porque essas tinham eleições, e as eleições dividiam o povo, indicou, como disse Ottoni que “*algumas vezes o antagonismo está nas rivalidades locais*” (1860, p.120). Por exemplo, Araxá, que estaria “*muito envolvido em intrigas particulares, e partidos de famílias*” (ASTRO DE MINAS, 13/3/1834). No extremo oposto desses exemplos em que as divisões políticas eram locais, ou familiares, ou pessoais, existe o termo “*amigos políticos*” (O UNIVERSAL, 24/11/1841), muito comum. A necessidade do adjetivo “políticos” para o substantivo “amigos” merece atenção. É como dizer que não se é necessariamente amigo pessoal da pessoa designada, visto que muitas vezes nem se a conhecia. Viu-se acima o exemplo da Assembleia Legislativa, que para saber se um requerimento vinha de “amigos políticos” ou não, precisava reunir comissões e se informar longamente.

Constata-se a existência de “*ódios, que desgraçadamente costuma gerar a diversidade de opiniões políticas*” (O UNIVERSAL, 12/02/1841). A simples divergência de ideias já pode gerar rancores, quanto mais os costumeiros “*sarcasmos, as invectivas, os baldões, que quase sempre vem a disparar em tremendíssimas descomposturas, em ódios, e inimizades implacáveis*” (ASTRO DE MINAS, 28/6/1836).

A maioria dos documentos é de um partido como vítima, autor do documento, e outro como algoz, mas em alguns poucos casos encontra-se a confissão que “*os partidos, que por causa de mútuas injustiças pareciam intratáveis*” (O UNIVERSAL, 28/12/1840, grifo do autor), ou que o Ceará “*tem sofrido de seus presidentes*” (...) “*eles pertençam a esta, ou aquela opinião política...*” (O UNIVERSAL, 20/12/1841).

Um dos motivos para as “*mútuas injustiças*” eram as eleições, “*é sabido que as épocas das eleições são aquelas em que os partidos mais se agitam, as intrigas mais fervem...*” (O UNIVERSAL, 24/01/1840), e que por causa delas “*tem-se cometido crimes horrorosos*” (O CONSTITUCIONAL, 6/8/1846) a ponto de que um deputado da Assembleia Legislativa adotou postura contra a criação de Vilas, pois isso acarretaria eleições daí:

...arengas, e progresso da chicana, porá aqueles povos na confusão em que se acham hoje muitas povoações que viviam em tranquilidade antes de serem

elevadas a categoria de vilas... (O CORREIO DE MINAS, 26/04/1841)

Portanto, as eleições seriam tão causadoras de desavenças que elevar Paróquias a Vilas, “... em vez de se fazer um bem aos povos, se lhes leva um sem número de desavenças, se lhes atira um pomo da discórdia...” (O CORREIO DE MINAS, 26/04/1841).

Para vencer eleições, ou como vingança por eleições passadas, o partido no poder perseguia a oposição, e daí os partidos “se tornam mais frenéticos um contra o outro pela perseguição, e pela falta absoluta de apoio, e proteção que encontra aquele que está fora do poder”. E “...raro é o ano em que uma província deixa de fazer eleições” (O UNIVERSAL, 31/01/1842, 24/01/1840), destacadamente Minas Gerais com a maior bancada. Meses depois da Revolta de 1842 A *Ordem* opinaria que :

O encarniçamento da luta eleitoral no país o empenho excessivo que transpõe as metas do justo e do honesto, com que as ambições individuais procuram alar-se ao alto cargo de deputado, todos os homens sensatos o reconhecem, tem sido a causa primária das rebeliões que entre nós tem sucedido com incrível rapidez (A ORDEM, 31/12/1842).

Em Minas Gerais as fontes alegam um motivo extra de ódios partidários, que teria sido a revolta de Ouro Preto em 1833:

...a parte vencida e derrotada, não fosse mui sincera em esquecer-se dos incômodos que por seus crimes, merecidamente havia sofrido; muito menos que os do partido vencedor, que fadigas não poupou para restabelecer o império da lei, não se quisesse sujeitar a sofrer as reações, a que nenhuma causa havia dado. Datam pois desses dias lutosos de março de 1833, todos os ódios, intrigas, e mesquinhas desavenças entre nós (O UNIVERSAL, 9/06/1841).

Depois da sedição o debate a respeito de anistiar ou não anistiar os implicados manteve o clima tenso. O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro expediu *Habeas Corpus* para os revoltosos de 1833, e diferentes autoridades de Minas Gerais se negaram a cumpri-los, sendo por isso processadas. O fato de legalistas serem processados por não soltarem revoltosos da cadeia alimentou os ódios, ou dito nas palavras da época, “*tem irritado sobremaneira os amigos da ordem*”. O *Astro de Minas* defendeu que em caso de nova revolta “*ali mesmo se estabeleça o tribunal da Justiça; não haverá lugar mais para anistias, e a Habeas Corpus*” (ASTRO DE MINAS, 8/10/1833, 12/10/1833).

Antes mesmo da sedição já se formava uma opinião de que “*a indulgencia com os inimigos do Brasil quando batidos, e derrotados, tem sido a causa, e motivo da obstinação, e*

ousadia com que eles ora se apresentam” (ASTRO DE MINAS, 16/3/1833) e os “*sediciosos*” de 22 de Março serviram como instrumentos da “pedagogia política” dos Moderados mineiros que queriam exemplificar a forma como se pune e evita revoltas (SILVA, W., 2009a, p.134). Antes mesmo de terminada a revolta em Ouro Preto o *Astro* já pregava “*nada de esquecimento do passado*” (...) “*Justiça e mais justiça. Castiguem-se os culpados*” (ASTRO DE MINAS, 18/4/1833). A proposta de anistia e os *Habeas Corpus* frustraram os planos pedagógicos dos Moderados mineiros.

Além de serem fanáticos por seus “lados políticos” (O CORREIO DE MINAS, 3/04/1841), a cultura política que prevalecia era a de “*guerra de morte, guerra de extermínio*” (ASTRO DE MINAS, 26/10/1833).

Já no início do período regencial o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* propunha “*esmagar para sempre o partido restaurador*”, e a direção dessa sociedade jurava “*guerra de extermínio a esse impotente, e nefando partido de escravos...*” (JORNAL, 13/10/1832, 5/4/1834). A *Estrella Mariannense* também propunha “*persegui-os como inimigos os mais cruéis*” (ESTRELLA MARIANNENSE, 7/11/1832). Não haveria lugar para a “*falsamente denominada oposição*”, e antes mesmo da revolta de 1833 o *Astro* pedia “*um só partido*” (ASTRO DE MINAS, 26/3/1833, 14/3/1833), assim como o *Jornal da Sociedade Promotora*, que queria que “*o partido único seja o da Lei*” (JORNAL, 7/9/1832), afinal o “*Partido Moderado, que tanto insultais, e provocais, é ou não a verdadeira Nação Brasileira?*” Além dos discursos, no Conselho Geral da Província de Minas o deputado Bhering, primeiro redator do *Novo Argos*, propôs exilar os restauradores. Depois da revolta do Ano da Fumaça continua a certeza de que o inimigo “*tem de ser esmagado, e completamente aniquilado...*”. Também o *Noticiador Serrano* falava de não empregar “*caramurus*” e “*dar cabo dos restauradores*” (ASTRO DE MINAS, 16/3/1833, 2/2/1833, 4/6/1833, 3/9/1833). O *Novo Argos* era mais moderado, “*Oxalá que nós os vejamos brevemente empregados nas obras públicas, ou povoando as Cadeias, que é o lugar próprio para gente tão indigna, e criminosa*” (O NOVO ARGOS, 20/11/1832). Quando o vento mudou e veio o Regresso, Wlamir Silva percebe que em 1838 “*a onda regressista inspirava nos progressistas-liberais o temor da exclusão da vida pública*”(SILVA, W., 2009b, p.6). Era o costume.

Às vésperas da revolta de 1842 os Liberais reclamavam que o governo “*...enche todos os dias a boca com o aniquilamento da oposição, o governo que jurou publicamente esse aniquilamento*”. Seria um governo que “*declara guerra de extermínio a todos os que não procuram a sua sombra*” (O UNIVERSAL, 1/04/1842, 24/12/1841).

Por sua vez, os opositores aos Maioristas acusavam Ottoni de ter dito que

“...prestaria todo o apoio ao Governo de Julho, saltando ainda mesmo por cima das leis, contanto que este esmagasse, reduzisse a pó o último Caramuru, isto é o último Monarquista” (O CORREIO DE MINAS, 21/05/1841).

Quando no governo, os inimigos dos Liberais se lembraram que durante o Gabinete Maiorista, o lado Liberal “*Quando governou com a menor oposição se irritava, fez guerra de extermínio aos que não eram de seu partido...*” (O CORREIO DE MINAS, 28/08/1841)

Em São Paulo os Liberais do “partido paulista” chegaram a tentar se emplacar como “*partido da ordem*” e depois isso chegou a ser feito em Minas Gerais, onde se fala de “*um governista, de um homem do partido da ordem*”. São tentativas de aniquilar o lado adversário, que compreendia isso, como se nota quando *O Universal* ironiza “*se afirma que roubamos a bandeira simbólica da monarquia*” (O UNIVERSAL, 6/11/1840, 22/03/1841, 10/05/1841). O sub-título de um artigo do *Jornal do Comércio* de 1º de Fevereiro de 1842, “*Os partidos supõem fraqueza pública*”, corresponde a um dos conceitos de partido que conviviam nas folhas dessa época. É a ideia de partido como facção, de partido como negativo, verdadeira reminiscência das ideias dominantes na década de 1820, supõe o aniquilamento partidário. Fazia parte da cultura política, “*Quem seu inimigo poupa nas suas mãos vem a morrer*” (ASTRO DE MINAS, 12/9/1833; O UNIVERSAL, 23/11/1840), e aí de quem caísse do governo, “*...neste andar que não lhes dou 3 meses, que não estejam em baixo, processados, em ferros, e muito feliz será quem escapar da forca...*” (O UNIVERSAL, 3/03/1841), dizia um Liberal para seus correligionários semanas antes de ficarem “por baixo”.¹⁰²

Às estratégias partidárias de aniquilamento somavam-se as ameaças físicas de aniquilamento. As eleições de 1840 no Serro geraram esse tipo de problema. Antes das eleições “*...pretendem acabar aqui com os chimangos, dizem eles.*”. Depois repetiu-se que “*...bravateava-se que no primeiro de novembro se daria cabo na cidade do Serro de todos os chimangos...*” e que “*...em seus clubs chegaram a decretar o assassinato dos 4 juizes de paz da cidade, do deputado Ottoni, e de mais 3 ou 4 cidadãos...*”. Em Baependi o juiz de paz Afonso Gomes Nogueira denuncia, “*Não se disse que a minha casaca havia ser rasgada, o meu sangue havia de banhar a igreja, haviam se quebrar braços e cabeça?*” e acrescenta que “*Isto tudo se dizia publicamente nesta vila*”. Também em Diamantina um Regressista teria dito que “*pretendia vir nesta ocasião com uma força de cerca de 80 homens para – peiar chimangos*” (O UNIVERSAL, 6/11/1840, 18/11/1840, 25/01/1841, 30/11/1840). O verbo

102 A frase “*quem seu inimigo poupa na mão lhe morre*” também pode ser lida em uma carta do Ministro Paulino José Soares de Souza para Firmino Rodrigues da Silva (MASCARENHAS, 1961, p.196).

“peiar” referia-se a capturar e escravizar, e é possível que tivesse um significado racial. Os Regressistas espalhavam os mesmo boatos, como em Minas Novas, onde estariam dizendo que *“um partido existe na cidade de Minas Novas o qual pretende obstar a publicação das reformas do código, por meio de assassinatos, e de outros crimes horrorosos”* (O UNIVERSAL, 8/04/1842).

Às vésperas da revolta, quando chegou o novo presidente, Bernardo Jacinto da Veiga, *O Universal* denunciou que *“seis dos cidadãos oposicionistas mais distintos já foram votados à morte em um club que imediatamente reuniu-se depois da chegada de S. Ex.”*(O UNIVERSAL, 18/05/1842).

O problema com a cultura de aniquilamento partidário é que *“Quando se trata de aniquilar, o direito da própria conservação é o mais poderoso, é o mais natural”* (O UNIVERSAL, 9/03/1842). Em outras palavras, gera um medo irracional de lado a lado. Para entender tanto amor e ódio é interessante saber que *“a política era a ocupação favorita dos chefes locais”*, uma espécie de jogo, um vício (CARVALHO, 1990, p.26). Com essas informações torna-se possível avançar na compreensão das motivações rebeldes.

3.1.1 Eleições do cacete?

Provavelmente a eleição mais famosa da história do Império é a eleição de 1840, indispensável para entender a Revolta de 1842, uma vez que esta esteve umbilicalmente ligada à dissolução da Câmara dos Deputados eleita nesse pleito. Reza a historiografia que ela *“ficou conhecida como a eleição do cacete, tal a violência empregada para vencê-la”* (CARVALHO, 1990, p.22).

Quando ainda estava na oposição, o lado que meses depois, no governo, seria acusado de empregar a violência, previa que o governo de seus adversários já estaria buscando *“os meios mais adequados que garantam ao partido dominante o triunfo infalível nas próximas eleições”*, o Presidente Veiga *“se jacta que há de fazer Deputados à Assembleia Geral aos que forem de seu agrado”*, e *“Digamos francamente; a guerra eleitoral está à porta; numerosas ambições demandam a ser satisfeitas; o partido triunfante, apoiado pelo atual governo, pretende a dominação exclusiva dos destinos públicos...”*. Dando um exemplo os Liberais acusaram seus adversários: *“de janeiro de 1838 a esta parte (por ocasião da reeleição do Sr. Vasconcellos) apareceu outro flagelo ainda maior, como seja a nenhuma confiança nos correios”* (O UNIVERSAL, 15/4/1840, 20/05/1840, 15/1/1841). Dois anos antes o *Astro de Minas* denunciou sobre eleições que então ocorriam:

A licença da imprensa, a violação dos correios, a espionagem, o patronato, a sedução, o terror das demissões, todo esse aparelho de expedientes dos governos imorais que ainda não tínhamos tido ocasião de ver tanto a descoberto em nosso país... (ASTRO DE MINAS, 4/5/1839)

O “tanto a descoberto” é de fazer rir. *O Popular* denunciou que as eleições eram “resultado duma cabala imoral; de violações de correios; de demissões injustas; de vexações iníquas; duma corrupção medonha” (O POPULAR, 8/2/1840). E já em novembro de 1840 *O Universal* lembrou da Regência de Araújo Lima: “foi nessa época, fatal que compravam votos, que em troca destes se davam empregos, e empregos se tiravam aos que não subordinavam sua vontade à suprema vontade do setembrismo” (O UNIVERSAL, 9/11/1840). E mesmo o Deputado Penido confessou que a polícia “só serve para manejar as eleições a favor deste ou daquele partido, e não para garantir a ordem pública” (O CORREIO DE MINAS, 20/11/1841, grifo nosso). Também o Deputado Barbosa, na Assembleia Legislativa Provincial fala não só das eleições de 1840, mas em geral que as “eleições, que tem causado mais males, que as pestes de Macacu, e Magé, que a mesma cólera morbus, quando assolou a Europa” (O CORREIO DE MINAS, 17/2/1841).

Curioso é que ao falar dos abusos de uma autoridade durante as eleições se confessa um traço da cultura política de então:

nos olhos ao menos da estupidez, e da ignorância era tudo isso desculpável, porque o Sr. Alves Araújo era chefe de Legião, e estando a facção Setembrista governando, era em parte o seu procedimento perdoável (O UNIVERSAL, 10/2/1841).

O lado Liberal foi acusado de ter dado o Golpe da Maioridade porque “não podia esperar uma sorte favorável nas eleições, que então se aproximavam, se não tivesse nas mãos o poder, para com ele combatê-la” (O CORREIO DE MINAS, 26/3/1841). Uma das primeiras medidas do Gabinete da Maioridade foi adiar as eleições de 1840 em alguns meses (O UNIVERSAL, 5/8/1842).

Por sorte existem muitos exemplares da folha oposicionista, porta-voz lado derrotado em 1840. As denúncias se concentram nas eleições primárias, ou mais precisamente, nas Assembleias Paroquiais. Observe-se o que o *Correio de Minas* tinha a apresentar.

No Serro, dizia o *Correio*, destacam-se os “grupos de valentões”, “dentro e fora da igreja homens de ponches, e armados”. O centro do conflito “era o J. de Paz quem se mostrava mais tranqüilo, quando baionetas ofendiam os cidadãos”. Ele “acoitou em sua casa

a valentões, e homens reconhecidamente capazes para tudo, mandados vir de propósito de fora do município”, utilizou “quantias a comprar votos e recrutar valentões”. Foi “ele que recusou fazer a separação, e por a votos a aprovação da Mesa” e “ameaçou por duas vezes mandar sair preso a um jovem cidadão, que se mostrava impávido, e que descobrindo o peito, e mostrando-se desarmado, invocava contra si as baionetas, e exortava aos do seu lado”. Essas ameaças repetidas, de prisão, foram a máxima violência registrada, porque os opositoristas cederam e aceitaram a mesa proposta pelo Juiz de Paz com “dois Caramurus, e dois Chimangos” (O CORREIO DE MINAS, 13/2/1841, 3/4/1841). Essas eleições geraram versos:

Eis o Juiz de Paz convulso e roxo
 C’o unhas e dentes listas rasga a centos
 (Só de Caramurus) e diz rasgando
 E’s – Voto – e desempato.
 O CORREIO DE MINAS, 26/3/1841.

Com uma mesa composta por dois membros de cada lado, ele sempre tinha a decisão final. Voto de Minerva que os opositores consideravam ilegal, como na Representação que os deputados do lado derrotado produziram, no qual falam desse “*voto de qualidade, desconhecido na legislação*” (O CORREIO DE MINAS, 8/5/1841).

A imprensa opositorista conta que em Diamantina os governistas “*foram comprando assinaturas de proletários por preços, que custa acreditar*”. Teriam espalhado “*que todo GN, que não votasse em sua chapa seria metido em ferros, e recrutado*”. Teriam sido apurados “*votos de Africanos, mendigos, meninos de escola, e até de mortos sepultados há 5, e 6 anos*”. Também haveria homens armados a começar pelo “*Promotor na Diamantina com um bacamarte na mão direita, uma pistola na esquerda, e uma catana ferrugenta debaixo do braço*” (O CORREIO DE MINAS, 20/3/1841).

Em Baependi a imprensa de oposição conta que foi feita uma Representação de “*três membros da Mesa Paroquial da Vila de Baependi queixando-se de infrações da Constituição, e das Leis, cometidas na eleição de Eleitores, a que ali se procedeu*” (O CORREIO DE MINAS, 7/8/1841).

O caso de Mariana não tem nada de cacete, e muito de Juiz de Paz:

certo Juiz de Paz, que, presidindo a uma Assembleia Paroquial, vendo que o lado dos que lhe pertenciam era metade do da oposição, desceu de sua alta cadeira, vem ao corpo da Igreja, e pega pelos peitos d’um, que lhe pareceu mais medroso, e diz-lhe – Você é inimigo do Imperador? O pobre responde-

lhe, tremendo, - não, Senhor. – pois então passe para aquele lado (O CORREIO DO POVO, 21/11/1842).

Em Araxá o Dep. Provincial Paula Santos denunciou que “*intervindo nelas a força da autoridade pública, demitindo Empregados, e oficiais da Guarda Nacional, suspendendo Juizes, e ameaçando-se os votantes*”, e “*os cidadãos industriais do partido oposto foram pela maior parte privados de votar, opondo-se-lhes uma coluna de votantes*” (O CORREIO DE MINAS, 17/2/1841). Mais uma vez temos o Juiz de Paz atuando, colocando os opositores no final da fila, que é só o que pode significar “*opondo-se-lhes uma coluna de votantes*”.

Deve-se prestar atenção às datas das denúncias. Só em 2 de abril de 1841 a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aprovou um documento denunciando eleições de novembro de 1840 e pedindo a anulação e “*que a Lei eleitoral seja reformada*”. Começa afirmando que “*A Província de Minas Gerais tinha até o presente escapado as cenas de escândalo, que em outras tem infelizmente aparecido em ocasiões semelhantes*”, e descreve esses escândalos, como o “*aumento de quase trezentos eleitores*”, que “*Em quase todas as Paróquias, em que algum dos quatro Juizes de Paz era afeiçoado ao partido ministerial (...) se lhe devolveia a jurisdição por ordem do Governo*”, e “*nomearam Párocos, quando os da Freguesia os não queriam acompanhar*”, o que teria acontecido em São Caetano (em Mariana), no Serro e em Baependi. Do ponto de vista do uso da força “*A Guarda Policial foi mandada para alguns pontos*” e a Guarda Nacional foi “*privada de mais de quarenta de seus Distintos Chefes*” (O CORREIO DE MINAS, 8/5/1841).

É similar ao que os deputados afirmavam individualmente. O Deputado Barbosa perguntou “*em que canto da Província não se empregou a força para oprimir o voto livre do cidadão onde é que o Poder não interveio com todos os seus meios para derrotar os seus adversários Políticos?*” E detalhou esse uso da força: Os governantes “*demitiram Juizes de Paz para que a eleição fosse presidida por pessoa que dando ao Partido conquistador uma Mesa sua, lhe desse também a vitória*”. Então os “*Juizes de Paz nomearam Párocos (cresce a atenção) para substituir os legítimos, que tinham a cautela de por em coação para apartá-los das Mesas*”. Acrescenta então uma denúncia de fraude, pois “*votaram Eleitores, que não votavam nos Colégios*” (...) “*foram votar em colégio de outro lugar, e para o 1º se chamaram suplentes duplicando-se assim o número de votantes de uma Paróquia*”. O Deputado Penido disse que “*o votante não tinha conhecimento e vontade; as ameaças regeram as eleições, elas foram coactamente feitas*” (O CORREIO DE MINAS, 17/2/1841, 12/2/1841).

As denúncias mais interessantes são as de que os Liberais envolveram “*As classes*

ínfimas da sociedade". O Deputado Badaró denunciou "*listas furtadas; admitidas a votarem crianças, e pessoas que não tinham a renda da lei*". O Deputado Roberto Sanches referiu-se a "*eles e seus populares*", ao falar das eleições no Serro. Para o *Correio* seus adversários "*chamavam a tomar parte nas votações, e mesmo nas questões de alta política aos proletários, vagabundos, e até, quem tal o dissera, a cativos*" e assim "*multiplicando os votantes a despeito das leis*" (O CORREIO DE MINAS, 19/2/1841, 13/2/1841, 2/3/1842, 14/8/1841, grifos nossos). Quem tinha mais gente vencia a escolha da Mesa nas Assembleias Paroquiais. Não interessava se eram muito pobres, ou mesmo escravos, porque a definição de quem era ou não apto a participar só acontecia posteriormente, pela Mesa eleita.

E o cacete? Em alguns lugares o governo é acusado de ter feito "*esforço em perturbar a eleição, a fim de que ela se não efetuasse, como se observou nas Cidades de Campanha, e Serro, Freguesia de Pouso Alto, e na Vila de Tamanduá, onde a ordem pública está ainda agora ameaçada*" (O CORREIO DE MINAS, 8/5/1841).

Ainda de violência existe a denúncia que "*os oficiais, e os soldados, que prevenidamente se dividiram por diversos lugares da Província para dar chapas de encomenda, para aterrar a parte sã*". Em Barra Longa "*o Vigário desta Paróquia foi ameaçado na Mesa Eleitoral, e por quem, até o ponto de obrigarem-no a deixá-la*". Por quem? Seria pelo presidente da Mesa, o Juiz de Paz? E o "*requerimento dos Povos da Ponte Nova, queixando-se da violência com que foram esbulhados de Direitos Políticos nas últimas eleições*" (O CORREIO DE MINAS, 28/2/1841, 6/10/1841, 22/4/1841).

É curioso que a imprensa Liberal, no governo, conta os mesmos fatos, até com mais detalhes, mas com julgamentos diferentes. Para o *Echo* as irregularidades foram todas da oposição:

na Campanha o ex-presidente Veiga, no Tamanduá o ex deputado Antunes, e na Diamantina o Cônego Joaquim Gomes perturbaram as Assembleias Paroquiais, e conseguiram que se não elegessem os Eleitores (...) no Serro o ex-Comandante Superior Carneiro fez o últimos esforços para o mesmo fim (ECHO DA RASÃO, 12/12/1840).

Sobre as eleições de Campanha existem as interessantes *Recordações* de Ferreira de Rezende, filho de um Luzia:

Bernardo Jacinto da Veiga tinha uma tal facilidade para contas, que segundo mais de uma vez eu ouvi dizer, ele lançava os olhos para uma extensa coluna de algarismos; e só com os olhos a somava com mais rapidez e exatidão do que qualquer outra pessoa com tinta e pena. Bernardo Jacinto, portanto,

apreciando bem o estado em que as coisas se achavam, e vendo que a perda da eleição na Campanha seria para o partido conservador, não simplesmente uma vergonha depois de tantas vitórias, mas ainda de um péssimo efeito moral para o resto da província; enquanto se tratava de formar a mesa e que se discutia uma questão de ordem que de propósito ou por acaso se havia levantado, ele sobe disfarçadamente a um dos púlpitos, consegue contar os votantes de um e do outro lado; verifica que os liberais dispunham de maioria, embora não muito grande; desce imediatamente do púlpito e dirige-se a meu tio Domingos Ferreira Lopes que era o juiz de paz que presidia a eleição; diz-lhe ao ouvido rapidamente algumas palavras; e sem mais demora aquele meu tio declarando à assembleia paroquial que a questão de que se tratava sendo extremamente intrincada, ele ia a respeito consultar o presidente da província; e que, portanto, adiava a eleição (REZENDE, 1944, pp.127-128).

Mais uma vez o Juiz de Paz e não o cacete aparece como protagonista nessas eleições. A imprensa Liberal da época também conta que em Campanha o Juiz de Paz adiou os trabalhos por um dia, e no dia seguinte, ao chegarem à igreja, Liberais viram um edital cancelando as eleições. O manifesto dos Liberais contra esse cancelamento teria tido 366 assinaturas. Em seguida “*consultado o governo, determinou este que ela se fizesse em outro dia. Já se procedeu a dita eleição*” (O UNIVERSAL, 20/11/1840, 30/12/1840). Pela diferença de votos entre Liberais e oposição fica claro que a oposição quase não votou dessa vez.

Sobre demissões de adversários a imprensa Liberal confirma a do Tenente Coronel da GN de Diamantina, Francisco Roberto, e diz que “*A oposição, que se servia da influencia deste homem para coagir os guardas nacionais a votar na sua chapa para eleitores ficou danada*”. Diante de manifestações dos opositoristas, os Liberais pediram o envio de tropas para o Serro (O UNIVERSAL, 6/11/1840). O Juiz de Direito, Stokler, chamou tropas de Diamantina e fez se demorar no Serro mais alguns permanentes que passavam por lá. No dia das eleições os opositoristas teriam atacado a igreja:

os escravos de Joaquim Antonio de Araújo mais sôfregos que outros não esperaram pelo sinal, e avançaram para a igreja de bacamartes, e dando – morras – ao juiz de paz; a guarda policial avançou, conseguiu prender um dos negros (O UNIVERSAL, 18/11/1840).

Mantendo o domínio da Mesa, os Liberais negaram um maço inteiro de listas opositoristas. Os representantes opositoristas deixaram a mesa e foram substituídos por outros opositoristas várias vezes. Finalmente, os opositoristas se retiraram todos da igreja. A imprensa Liberal tenta justificar afirmando que entre as listas opositoristas havia “*homens que haviam morrido a 2 e 3 anos, 7 assinadas por Manoel de Jesus, 5 por Manoel do Prado, 11 por Manoel Antonio Tardim, e umas poucas assinadas por Braz Satanaz, Papa Pio 5º etc.*”

(O UNIVERSAL, 18/11/1840).

A imprensa Liberal diz que no arraial de Santa Rita, no Presídio, “*na noite do 1º para 2 de novembro p.p.*” o “*partido infame*”, como o Juiz de Paz desse arraial chamava seus adversários não-Liberais, “*quis se apoderar da urna das eleições desta freguesia para o fim que ninguém ignora*” (O UNIVERSAL, 9/12/1840).

Em Baependi os opositores teriam tentado atrapalhar as eleições. Alguns opositores teriam feito pontaria sobre os Liberais. O vigário e seu irmão teriam subido na mesa e o choque armado teria sido evitado pelos 12 permanentes enviados pelo governo. Sobre o vigário subir na mesa, o Juiz de Paz afirmou que “*eu também subi sobre a mesa, e clamei pela ordem na ocasião do tumulto*”. O Juiz de Paz diz que não proferiu “*uma só palavra ofensiva, que não prendeu nem ao menos ameaçou*”, mas usou o voto de Minerva. Os opositores abandonaram a mesa, ou seja, as eleições (O UNIVERSAL, 20/1/1841, 25/1/1841, 15/11/1840).

Em Mariana, acusavam os Liberais, um opositor “*lançou mão dos últimos recursos a ver se conseguia por meio da anarquia atrapalhar a eleição*”. Os opositores se retiraram e nenhum foi eleito como Eleitor (O UNIVERSAL, 4/11/1840).

Em São João Del Rei não foi a oposição, mas a situação quem informou que Marinho, no posto de Juiz de Paz, só liberou 66 das 400 listas entregues por opositores (O UNIVERSAL, 15/11/1840). Às vésperas das eleições ocorreu uma tentativa de tomar de Marinho o posto de Juiz de Paz (VELLASCO, 2004, p.128). Confirma o quanto a presidência da mesa era decisiva.

Também em Ouro Preto é a folha Liberal que confessa que cinco policiais receberam baixa por terem participado das eleições ao lado da oposição. Teriam participado de um tumulto no qual não só “*eles se enfureciam, saltavam sobre os bancos, recorriam aos vigorosos pulmões, gritavam como feras, perturbavam a ordem, ameaçavam, desobedeciam, davam empurrões...*”. Depois os opositores teriam abandonado “*inteiramente o campo*” por se saberem minoritários (O UNIVERSAL, 15/2/1841, 4/11/1840). É que decidida a mesa estava decidida a eleição.

Em Minas Gerais não há registro de nenhum assassinato ligado às eleições do cacete. Só no Rio de Janeiro registrou-se o assassinato, mesmo assim de um governista, o Padre Froes “*assassinado com um tiro de bacamarte, do qual se vira ameaçado desde o dia 25 de outubro, por motivo de eleições*” (O UNIVERSAL, 9/12/1840). Para quem se esforçava por pintar a eleição de 1840 como o “*império do cacete, o domínio do bacamarte*” (O CORREIO DE MINAS, 30/10/1841), o *Correio de Minas* tinha pouco mais que a imagem de valentões

ameaçadores:

Com pistolas, punhais, e bacamartes,
De ponche curto valentões cobertos
Da igreja em torno, como de emboscada
Postavam carrancudos
(O CORREIO DE MINAS, 2/4/1841).

Sobre os resultados, o *Echo* comemorando que o Partido Nacional¹⁰³ “*excluiu das urnas eleitorais os nomes dos Setembristas*” publicou os resultados separados com os títulos “*governistas*” e “*oposicionistas*”, o que era uma novidade nas folhas mineiras. Em 41 Colégios eleitorais o mais votado, Limpo de Abreu, teve 1091 votos, e o vigésimo, único oposicionista, Herculano Ferreira Pena, ex-redator do *Novo Argos*, estava com 599 votos. Quase todos os governistas tiveram de 700 votos para cima, e quase todos os oposicionistas ficaram com menos de 500 votos (ECHO DA RASÃO, 12/12/1840, 19/12/1840), evidenciando que os lados políticos conseguiram combinar chapas.

Que Herculano tenha sido o único oposicionista a ficar entre os 20 mais votados parece confirmar, salvo o exagero, as acusações do *Universal* de que “*ditava a Lei na Presidência o Sr. Herculano*” dada “*a fraqueza e nulidade do Presidente*”, que teria agido “*contra os candidatos maioristas, empregando em favor da oposição todos os meios, todos os recursos, de que pode dispor um governo provincial, e protegendo esses abusos, e violências*” (O CORREIO DE MINAS, 8/9/1841). O *Correio de Minas* nega essas acusações, realmente difíceis de acreditar, sendo mais provável que Herculano, por sua defecção das fileiras Liberais ser recente, ainda tenha conseguido que alguns Eleitores Liberais incluíssem seu nome em suas listas.

Merece destaque que em Sabará e ao menos em partes de Queluz a oposição venceu, assim como em Pitangui, Oliveira e Conceição, Piumí, Itajubá, Três Pontas, Uberaba, São Domingos, São Romão, Barra do Rio das Velhas e Campo Belo. Em Queluz, para terem 9 de 37 eleitores, os oposicionistas teriam falsificado 300 listas (O UNIVERSAL, 23/11/1840, 2/12/1840, 9/12/1840, 14/12/1840, 18/12/1840, 4/1/1841, 15/11/1840).

As eleições de 1840 foram a decorrência lógica do desenvolvimento das táticas eleitorais, até sua quase aceitação. As exceções foram as eleições de 1836, porque os lados estavam se reorganizando. As denúncias referentes às eleições de 1840 foram semelhantes às de 1833, com mais repetição, embora e porque sem revolta, mas sobretudo porque havia um

103 O mesmo lado que se denominava Liberal gostava de designar seu lado como Partido Nacional, ou Grande Partido Nacional, assim como gostavam de se chamarem “patriotas”.

objetivo em denunciar, sobretudo a partir de 1841 – O lado que entrou no governo, para continuar no governo, precisava se livrar da Câmara dos Deputados eleita em 1840, que tomaria posse em maio de 1842. A fama de violenta das eleições de 1840 foi criada para possibilitar a dissolução. Foram feitos “*constantemente ataques por parte dos regressistas*”, por mais de um ano (observe-se as datas da maioria das denúncias elencadas acima), “*Fato que levou a mesma a ficar conhecida como as ‘Eleições do Cacete’, abrindo espaço para que se fomentasse a ideia de que aquela câmara não assumisse*” (SILVA, SILVA, 2010, p.8). É por isso que “*O elemento suspeito na lenda negra dessas eleições é que a apuração final esteve longe de revelar a mesma unanimidade que caracterizou outras eleições menos celebradas*” (CASTRO, 1978, p.66).

A imprensa Liberal perguntou, “*E qual foi a casa violada no meio destes horrores? Qual a família menoscabada? Qual o cidadão maltratado? Quais os bens roubados? Qual a interrupção do comércio? Qual o homem assassinado?*” E concluiu, “*Para eles as eleições foram feitas com cacetes e punhais, e no entanto nem um só nos consta que saísse ferido, ou espancado*” (O UNIVERSAL, 9/12/1840, 17/2/1841).

As eleições do cacete em Minas Gerais não tiveram nenhum morto para municiar a imprensa oposicionista. O que aconteceu, dos dois lados, foi o abuso de poder por parte dos juizes de paz como presidentes das Mesas. Foram as eleições dos Juizes de Paz. Por que a imprensa situacionista (desde março de 1841) transformou eleições dos Juizes de Paz em eleições do cacete? Porque os situacionistas queriam anular as eleições de 1840 e penadas de Juizes de Paz eram assunto batido, argumento insuficiente para comover a opinião pública.

3.1.2 Sedição de Araxá

Em Araxá um movimento explodiu na noite de 12 de julho de 1840:

Este movimento, que a princípio parecia particularmente dirigido contra o Juiz Municipal, que, por impedimento do Juiz de Direito da Comarca, presidia as Sessões do Júri, colocou em coação a Câmara Municipal, Juiz de Direito, Municipal e mais Funcionários públicos, que foram forçados a refugiar-se no Distrito do Desemboque, por não encontrarem apoio no Coronel Chefe de Legião, que não prestou o auxílio requisitado, ao mesmo tempo que o deu ao Juiz de Paz (O CORREIO DE MINAS, 16/4/1841).

Diz o Deputado Barbosa que:

houve uma reunião de mais de 400 pessoas, entrando neste número indivíduos de diversos Distritos, e alguns criminosos, concitados pelo Tenente Coronel João José Carneiro de Mendonça, e seus filhos (O CORREIO DE MINAS, 11/3/1842).

Além do Juiz de Paz e do comandante da Guarda Nacional, o Pároco também fez parte do movimento, cujo objetivo seria depor o Juiz de Direito interino, Antonio da Costa Pinto Junior (O CORREIO DE MINAS, 11/3/1842).

No código penal de então tentar depor autoridades era considerado como sedição, mas para os Liberais não existiu sedição alguma. O Juiz de Paz, Manoel Gonçalves Pinheiro da Cunha, diz que no dia 13 de julho de 1840 saiu para fazer um ronda, acompanhado de jurados, para averiguar uma “*reunião de povo*”. O Juiz de Direito Interino que também era o Juiz Municipal, Antonio da Costa Pinto Junior, o teria cercado com homens armados, rendido e insultado. Quando voltou para sua casa, o Juiz de Paz teria ouvido tropel de cavalos, e convocado “*pessoas para rondar*”. No dia seguinte, continua o Juiz de Paz:

apresentou-se em minha porta um numerosíssimo concurso de povo, trajado decentemente, e desarmado, e me foi entregue uma Petição em que o mesmo povo requeria para assinar termo de bem viver Antônio da Costa Pinto [o Juiz Municipal e Interino de Direito], ou sair para fora do município (O UNIVERSAL, 28/8/1840).

Esse Costa Pinto era acusado por seus opositores de uma série de crimes, perseguições, assassinatos etc. Sobre o povo, que seriam 600 a 700 pessoas, estar desarmado, diz que “*...constou que algumas pessoas entraram armadas de noite na vila, porém não é isto de admirar por ser costume inveterado nestes países andar-se armado ainda em pequenas viagens...*”. Sobre a Câmara e o Juiz de Direito terem saído também da sede da vila, o Juiz de Paz diz que “*não dei crédito por ser um fato que jamais se deveria praticar*”, e ainda diz que “*tudo isso tendo lugar depois que foi para a fazenda da serra o doutor juiz de direito*”, insinuando portanto que esse juiz era o culpado (O UNIVERSAL, 28/8/1840).

Uma das últimas medidas do presidente Bernardo da Veiga em 1840, quando já esperava um substituto, foi mudar a oficialidade da Guarda Nacional de Araxá, e enviar forças contra o lado político ao qual era oposto (O UNIVERSAL, 17/8/1840). Apesar do governo ter mudado o comandante da GN e mandado Câmara e Juizes voltarem, eles ficaram em Desemboque e “*Tal era o estado das coisas (...) quando chegou ao Araxá a notícia da declaração da Maioridade de SMP*” (O CORREIO DE MINAS, 11/3/1842).

Com a Maioridade, o lado dos sediciosos se tornou governo. O novo presidente,

“para proteger a seu cunhado, e parentes envolvidos em os movimentos de Araxá, removeu ao Sr. Dr. Teotônio Manoel Soares do lugar de juiz de direito de Paracatú, substituindo-o por seu cunhado Dr. João Carneiro” e reempossou o comandante da GN demitido por Bernardo da Veiga. Em Setembro de 1840, os vereadores de Araxá ainda estavam em Desemboque (O CORREIO DE MINAS, 19/3/1842, 22/4/1841). Em 1841 os Liberais elegeram e empossaram uma nova Câmara (O UNIVERSAL, 12/2/1841).

Não era a primeira revolta de Araxá depois da independência. Foi citada uma “sedição” em Araxá em 1832, da qual pouco se sabe (O UNIVERSAL, 28/8/1840).

3.1.3 Conflitos de Tamanduá

Em Tamanduá (atual Itapecerica) a violência foi resultado da luta pelo posto de Juiz de Paz, presidente da mesa eleitoral. A versão Liberal é que as eleições municipais teriam ocorrido em paz. Antes das eleições de eleitores, a Câmara Municipal deliberou substituir o Juiz de Paz Francisco José Soares por seu imediato, sob alegação de que Francisco acumulava esse cargo com o de Tenente Coronel da Guarda Nacional. Mas o líder oposicionista, padre João Antunes¹⁰⁴, não aceitou a deliberação da Câmara e fez Francisco Soares se manter no posto contra a lei. Cada Juiz de Paz era apoiado por um lado político (O UNIVERSAL, 12/2/1841).

Dia 30 de outubro de 1840 ocorreria uma audiência, e os dois juízes foram, e o padre João Antunes também. Naturalmente, aconteceu um tumulto, e “vários jovens aos empurrões o levaram [ao padre] até a rua, sem que viva alma tomasse a sua defesa” (O UNIVERSAL), ou dito com outras palavras, “a briosa mocidade, perdida a paciência, se arrojou contra ele, e o tocou da Sala para a rua a murros e pontapés” (O UNIVERSAL, 16/11/1840, 21/12/1840).

Dito pelo Presidente da Província, o Juiz de Paz efetivo teria sido:

acometido por um grupo, do qual faziam parte pessoas armadas, que depois de lhe haverem arrancado o distintivo de seu cargo, voltaram-se contra o Presidente da Câmara, que é também Pároco da Freguesia... (...) ...e dali o expeliram a força de ameaças e gritos anárquicos (O UNIVERSAL, 12/2/1841).

104 Padre João Antunes Correa. Em 1833 era Moderado, porque acusou outro padre local de ser Caramuru (ASTRO DE MINAS, 19/9/1833). Três anos depois ele era atacado pela mesma folha na qual acusara o outro padre, pois teria, como deputado da Assembleia Legislativa Provincial, chamado a Guarda Nacional de “*planta exótica*” (ASTRO DE MINAS, 14/7/1836). Ou seja, foi um dos muitos Moderados que se tornaram Regressistas.

Depois disso o padre pediu ajuda de seus partidários de Campo Belo, chefiados pelo coronel de legião Narciso Ferreira de Oliveira, que entraram armados na igreja no dia da eleição. A eleição foi presidida por um terceiro Juiz de Paz, indicado pela Câmara no dia 31 como forma de acordo entre as partes. Segundo os Liberais esse *tertius* também estaria ao lado do padre Antunes. Foi ele que dissolveu a Assembleia Paroquial.

Tamanduá ficou sem eleitores nas eleições de 1840, famosas “eleições do cacete”, e nesse caso quem usou de violência no dia das eleições teriam sido os opositores de Campo Belo. O que importa contudo é que a partir desses episódios essa localidade ficou praticamente em estado de guerra. Os vereadores Liberais foram acusados de sedição devido às pancadas dadas no padre e no Juiz de Paz que a Câmara tinha deposto, e processados por um Juiz Municipal substituto. O Juiz de Direito, quando se inteirou, primeiro mandou vereadores substitutos tomarem posse. Logo depois os vereadores foram presos, pediram *habeas corpus*, e o Juiz de Direito Manoel José Pinto de Vasconcelos “*soltou os membros da câmara municipal, que se achavam presos, e os declarou aptos para entrarem outra vez em exercício*”. A oposição condenou a atitude do Juiz, e insinuou uma ameaça de sedição, inclusive por meio de seus deputados na Assembleia Legislativa Provincial. Então o presidente da Província suspendeu os vereadores (O UNIVERSAL, 26/3/1841, 5/4/1841, 28/4/1841).

Como resultado das tensões políticas, a população teria se retirado da Vila “*desde a fatal época das eleições primárias*” (O CORREIO DE MINAS, 5/6/1841, 1/7/1841). Para o Presidente “*Era então evidente o perigo de um próximo rompimento, porque a irritação dos espíritos cada vez mais subia de ponto, e os contendores tratavam de reunir gente de parte a parte para baterem-se talvez como inimigos*”. A Guarda Nacional estava com a oposição (O UNIVERSAL, 12/2/1841, 21/12/1840). Então o Governo enviou um Destacamento de 14 Permanentes (O CORREIO DE MINAS, 5/6/1841) para manter a ordem, ou para proteger seus correligionários, diriam os opositores:

Partiu desta cidade para a vila de Tamanduá no dia 19 do corrente uma força de permanentes comandada pelo Sr. Tibúrcio Fernandes de Mello, a fim de pacificar as desordens que grassam naquela vila desde o dia 1º de novembro (dia das eleições primárias) (O UNIVERSAL, 21/12/1840).

Viu-se que as “desordens” começaram antes. Acrescente-se que os vereadores queriam que o Presidente lhes desse posse de seu novo mandato adiantadamente, e como ele se negou, deram-se “*mutuamente posse*” (O CORREIO DE MINAS, 9/2/1841).

Quando o Gabinete Maiorista caiu, o novo Presidente enviou mais soldados, mas dessa vez contra os Liberais. Um Liberal de Tamanduá reclamou que *”vem uma força de 20 ou 30 praças para ameaçar o partido maiorista”*. Em 1812 Tamanduá tinha 120 casas, e em 1840 os Liberais dessa Vila seriam 22 ou 23 famílias (O UNIVERSAL, 19/7/1841, 28/4/1841; CARRARA, 2001, p.150).

3.1.4 A Guerra de Assinaturas

Dois meses antes do conflito armado, as folhas de situação e de oposição travaram uma guerra de coleta de assinaturas. Eram assinaturas em documentos popularmente chamados Representações, oficialmente Petições. Fazia-se Representações por variados motivos, com variados destinos, por parte de variados autores. Em 1841 as Câmaras de Vereadores de diversos municípios mineiros enviaram Representações ao Trono e a outras instâncias governativas contra a aprovação da Reforma do Código do Processo e a recriação do Conselho de Estado, e três delas foram dissolvidas por isso, e os vereadores processados. Em 1842, a Assembleia Legislativa de São Paulo enviou uma delegação para entregar pessoalmente a D. Pedro II uma Representação com o mesmo conteúdo, mas a delegação não foi recebida. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais “representaria”, quando foi adiada. Chegou a ser escrita, aprovada em maio de 1842, e para Diogo de Vasconcelos *“de certo muito contribuiu para que a rebelião aparecesse nesta Província (apoiados)”*, porque a Assembleia *“fez remessa às Câmaras, e aos Juízes de Paz da sua representação anárquica, e incendiária, dessa declaração de guerra que ela dirigiu ao Supremo Chefe da Nação”*. O autor teria sido o deputado Olímpio Catão, que em 1842 não foi cassado porque não chegou a pegar em armas (O CORREIO DE MINAS, 18/10/1842).

Representar era um direito previsto na Constituição, mas também um dever político de quem queria enfrentar o governo, como se nota nessa admoestação aos rebeldes de 1833:

O § 30 do Art. 179 da Constituição permite o direito de petição, e queixa ao Poder Legislativo, e Executivo; permite a exposição de qualquer infração da mesma Constituição, e o requerimento perante a competente autoridade da efetiva responsabilidade dos infratores, como pois se não lançou mão de semelhante direito estabelecido, quando fossem verídicas as acusações? (ASTRO DE MINAS, 24/10/1833).

Claro que era uma forma de se medir forças, como sete anos depois da revolta de 1842 *O Povo* explicou:

o club central para comprometer os tolos manda assinar certos protestos, como em 1842 mandava assinar representações, não porque acreditassem nas ditas representações, como hoje não acreditam nos protestos, mas com o fim principal de verificar a força de que podem dispor para qualquer movimento (POVO, 1/7/1849).

Diria ainda que “*foi assim que principiaram em 1842*” (POVO, 1/7/1849).

Realmente, no início de 1842, sobretudo até maio, os opositores fizeram Representações contra o Ministério e contra “as duas leis de sangue” (recriação do Conselho de Estado e reforma do Código do Processo), enquanto a situação fez suas Representações a favor do Ministério e das “leis salvadoras”, e publicaram essas Representações pela imprensa. Estabeleceu-se uma disputa de demonstração de força, em que ambos os lados colheram assinaturas populares (JORNAL DO COMMÉRCIO, 23/1/1842, 1/2/1842, 20/2/1842, 27/2/1842, 1/3/1842, 2/3/1842, 4/3/1842, 6/3/1842, 7/3/1842, 11/3/1842, 12/3/1842, 13/3/1842, 14/3/1842, 20/3/1842, 24/3/1842, 25/3/1842, 26/3/1842, 30/3/1842, 31/3/1842, 2/4/1842, 3/4/1842, 4/4/1842, 8/4/1842, 10/4/1842, 12/4/1842, 13/4/1842, 14/4/1842, 27/4/1842, 2/5/1842, 19/5/1842, 21/5/1842, 22/5/1842, 26/5/1842, 29/5/1842, 8/6/1842; UNIVERSAL, 7/2/1842, 11/2/1842, 8/3/1842, 8/4/1842, 7/5/1842; MAIORISTA, 30/12/1841, 15/2/1842, 17/2/1842, 19/2/1842 1/3/1842).

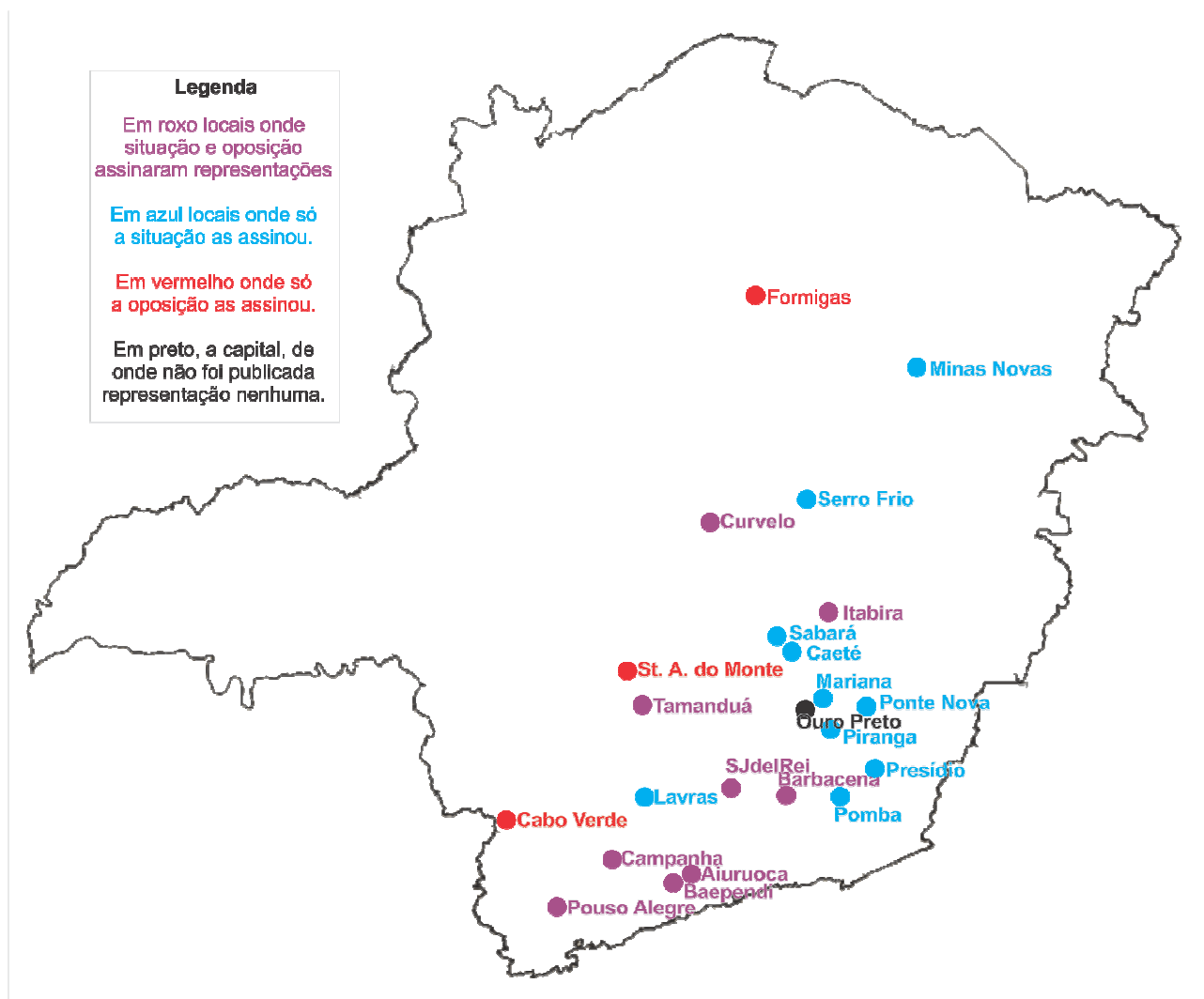
A princípio os governistas tentaram somente desacreditar as Representações. O *Correio de Minas* perguntava “*De que valem essas representações? (...) Exprimem elas ao menos a opinião dos signatários?*” (19/1/1842). Mas precisaram entrar em campo e publicar suas próprias Representações.

É importante observar nessas Representações as localidades e assinaturas, sobretudo nas de todo o povo, pois nelas, quase sempre, o nome é seguido de informações como “lavrador”, “guarda nacional”, “Juiz de paz, fazendeiro e negociante” etc. Portanto elas permitem estudar as bases de influência de legalistas e opositores às vésperas da revolta de 1842 como poucos outros documentos.

Interessam, primeiro, as localidades de origem delas. Existem muito mais listas governistas do que opositores, porque o *Jornal do Comércio*, diário e de tamanho grande para a imprensa brasileira da época, só publicava Representações dos governistas. São um total de 19 municípios dos quais existem informações governistas: Barbacena, São João Del Rei, Aiuruoca, Campanha, Itabira, Sabará, Serro, Mariana, Caeté, Minas Novas, Baependi, Lavras, Presídio, Pouso Alegre, Piranga, Curvelo, Ponte Nova, Nossa Senhora das Mercês (distrito de Pomba) e de Uberaba uma só com eleitores mas na qual nos fornecem mais informações. Dos Liberais somente as Representações de Barbacena, São João Del Rei,

Aiuruoca, Campanha, Tamanduá, Itabira, Formiga e do arraial de Santo Antônio do Monte. As cinco primeiras publicadas no *Maiorista*, e as três últimas n' *O Universal*.

Mapa 2 – Localidades de onde partiram petições populares



Fontes: *Jornal do Comércio*, *O Universal* e *Maiorista*. Elaborado pelo autor.

Existiram outras, publicadas em números de jornais que se perderam, ou não publicadas. É o caso de Curvelo e de Pouso Alegre. A Representação governista de Curvelo se refere à representação dos Liberais do mesmo município, mas não foi publicada ou se perdeu (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 26/5/1842). Já a Representação de Pouso Alegre aparece no *Maiorista* (8/3/1842), mas sem nenhuma assinatura, que segundo essa folha do Rio de Janeiro seriam 1359 registradas em cartório dia 3 de fevereiro de 1842. O *Correio de Minas* (23/2/1842) diria dessa lista dos opositoristas de Pouso Alegre ter somente “umas 400” assinaturas. Diz *O Universal* (13/4/ 1842) que os governistas tinham feito uma lista de

Tamanduá. O *Echo da Razão* (18/2/1842) ao começar a publicar a Representação dos Liberais de Tamanduá, diz que publicaria as de Aiuruoca, que ainda existe, e a de Baependi, que se perdeu, e de muitos outros municípios. A Representação de Baependi foi publicada no *Universal* de 7 de maio de 1842, mas sem as assinaturas, que seriam 478. Existiu também uma Representação do arraial de Cabo Verde, oposicionista, enviada à Assembleia Legislativa Provincial, em abril de 1842 (O CORREIO DO POVO, 17/10/1842).

É fácil descrever essas listas de assinaturas. Quase sempre o primeiro a assinar era um padre, normalmente um vigário, seguido de outras pessoas com postos de mando e vários títulos. O número de títulos, postos, profissões etc. cai até aparecerem nomes sem informação nenhuma.

Ambas as parcialidades enviaram “agentes” para recolherem o máximo de assinaturas que fosse possível (JORNAL DO COMMÉRCIO, 8/5/1842)¹⁰⁵. Acontecem portanto casos de pessoas que assinam as duas listas, e algumas que publicam pedidos para retirar sua assinatura de uma das listas, ou porque se sentiam enganadas, ou porque simplesmente mudaram de ideia. Algumas justificativas para se mudar de lista são interessantes. Um assinante diz que “*iludido, assinei, na capela da Mutuca, uma representação que não li e nem ouvi ler, dizendo-me que era para manter a Constituição e as leis...*”, e outro diz que “*me disseram que as reformas do código eram para nos forçar ao antigo despotismo, e agora me consta que o mesmo papel é contra o governo...*”. As acusações são diversas de lado a lado. Estaria em uso desde o medo do recrutamento até a simples alegação de ser “*para o fim de utilidade pública*” (JORNAL DO COMMÉRCIO, 22/3/1842, 8/5/1842, 19/5/1842), incluindo um vigário que estaria dizendo ter sido feito Bispo, e que o governo o teria pedido para recolher assinaturas (O UNIVERSAL, 7/5/1842). Em um desmentido um assinante se diz analfabeto (JORNAL DO COMMÉRCIO, 22/3/1842). Obviamente esses “desmentidos” eram peças de propaganda contra as Representações adversárias. Os Liberais também denunciaram, sobre a representação de Nazareth, que:

muitos indivíduos, que estavam ausentes trabalhando na Paraíba, alguns mortos não poucos, muitos meninos, que ainda não estão no gozo de seus direitos, muitos assinados, que não sabem ler nem escrever, representando como oficiais da GN alguns velhos de mais de oitenta anos (DESPERTADOR MINEIRO, 9/4/1842).

105 Existem os nomes de 4 homens que recolheram assinaturas em Santana do Sapucaí, acusados de iludirem 14 assinantes (JORNAL DO COMMÉRCIO, 6 de Abril de 1842).

Em cinco municípios é possível comparar as assinaturas das Representações oposicionistas e governistas.

Os números totais de assinantes confirmam que são quatro localidades de maioria oposicionista, incluindo Barbacena, onde a revolta de 1842 explodiu, e São João Del Rei que foi a capital dos rebeldes. Só uma apresentou maioria situacionista, Campanha, que resistiu à revolta. Fica fácil entender porque escolheram iniciar a revolta em Barbacena, uma vez que certamente também tinham feito essas contas.

Tabela 1 – Categorias que indicam poder local

	Barbacena		Itabira		Campanha		Aiuruoca		SJDR	
	Gov.	Opos.	Gov.	Opos	Gov.	Opos.	Gov	Opos.	Gov.	Opos
Totais	284	1122	28	943	1143	767	247	858	389	746
Juízes de Paz	11	44	03	13	29	09	02	35	06	23
Religiosos	02	17	01	07	10	07	02	10	09	08

Fontes: Fontes: *Jornal do Comércio, O Universal e Maiorista.*

Os juízes de paz são um indicativo de poder político local, visto que eram eleitos por paróquia. Sua soma total nem faz sentido. Eles confirmam o domínio dos Liberais em 4 das municipalidades e dos governistas em Campanha. Nota-se na Tabela 1 que o lado que tinha mais juízes de paz tinha mais assinaturas, confirmando a representatividade dos juízes de paz.

A porcentagem de religiosos é praticamente a mesma, 1,14% entre os governistas e 1,10% entre os oposicionistas. As Pessoas Instruídas somam 3,1% nas listas governistas e 2,4% nas listas Liberais, ensinando mais sobre essa sociedade que sobre os lados políticos. Porém, pode-ser notar que nos municípios em que um lado conseguiu mais assinaturas também tinha mais juízes de paz, mais padres, e outras pessoas instruídas. É interessante porque coloca em cheque a teoria de que as eleições não seriam representativas – os lados que colheram mais assinaturas foram os que elegiam os juízes de paz. Eram também os que tinham mais influenciadores, ou seja, padres e pessoas instruídas.

A Guarda Nacional se destaca em quase todas as listas, mas na Tabela 2 nota-se a supremacia dos Liberais na tropa cidadã. Essa preponderância fica mais evidente quando observamos que mais de metade dos Guardas Nacionais governistas dessa tabela estavam concentrados em Campanha. Os Liberais tinham 140 oficiais da Guarda Nacional nesses cinco municípios, um para cada 12 praças, e os governistas tinham 87, um oficial para cada 8,5 praças. Uma das folhas envolvidas com a Revolta de 1842 que foi processada sob a acusação de insuflá-la chamava-se *Guarda Nacional Mineiro*.

Tabela 2 – Categorias que tiveram mais peso nas listas oposicionistas

	Barbacena		Itabira		Campanha		Aiuruoca		SJDR		Totais	
	G.	O.	G.	O.	G.	O.	G.	O.	G.	O.	G.	O.
Sem informações	42	415	0	242	160	300	30	24	165	50	397 = 19%	1031 = 23%
Guarda Nacional	135	492	6	302	422	186	136	513	115	301	814 = 39%	1794 = 40%

Obs: As porcentagens são em relação ao total de assinantes de cada lado, ou seja, as porcentagens governistas são sobre 2019 assinaturas e as oposicionistas sobre 4436. Fontes: Fontes: *Jornal do Comércio, O Universal e Maiorista*.

Em porcentagens os assinantes sem informações são em quantidade semelhante entre os dois lados, mas grande parte dos sem informações da lista governista são da lista de Nazareth, importante baluarte dos governistas de São João Del Rei, e que só trás informações políticas, como postos militares. Nazareth gerou, portanto, uma distorção para cima na porcentagem de sem informações nas listas governistas.

Em alguns poucos casos é possível pelo nome identificar que um sem informações é filho de outro que assinou acima. Há duas listas governistas, de áreas rurais, que vêm só com os nomes, com exceção dos padres, e algumas outras trazem somente informações “políticas”, e não “econômicas”, mas são minoria. O normal era as pessoas se designarem com o que pudessem, como o caso dos “ex”, dos postos de corpos extintos como Ordenanças e Milícias, ou dos reformados (até um soldado), dos estudantes, e parece mesmo que essa era uma instrução dos chefes políticos, tanto que as listas começavam pelos que tinham mais a ostentar. Contudo, existiam exceções. No início de junho de 1842, como a revolta já tinha se iniciado em Sorocaba, os governistas fizeram uma subscrição para arrecadar dinheiro para as tropas do governo, que foi publicada no *Jornal do Comércio* de 17 de junho. Conseguiram 11 contos e 900 mil reis, de 25 pessoas, incluindo uma mulher, Mariana Candida de Jesus e Castro, citada por Marinho (1978, pp.90-91). Um desses doadores aparece na Representação sem designação nenhuma, um “sem informações”, que doou 300 mil réis. Os dois Desembargadores da Representação também estão nessa lista, e doaram 200 mil réis cada, menos que o “sem informações”, que era portanto um homem rico, o que se confirma aliás pelo nome de família.

Os artesãos, ou seja, trabalhadores urbanos com profissão declarada ou não, são muito raros. Isso contrasta com os dados de Saldanha sobre a GN de Mariana entre 1850 e 1873, onde estes eram quase 30% (SALDANHA, 2010, p.16). A ausência de agregados e o

número ínfimo de artesãos reforçam que essas listas trazem autorepresentações de seus assinantes, mais do que informações econômicas.

É nítido que os governistas tinham mais influência no campo que os Liberais, mas ainda assim é curiosa a baixa representação do campo em uma sociedade sabidamente rural.

Também não aparece um só capitão do mato, e sabe-se que existiam. Os fatores são raríssimos. Redatores de Periódicos também estavam com a reputação abalada, pois nenhum aparece, e alguns, como o cônego Marinho, estavam na lista e não se identificaram como redatores. Fora-se o tempo em que Nunan, redator da *Estrella Mariannense*, secretário da Câmara Municipal, apresentara-se na Lista Nominativa somente como “redator de periódico”.

Deve-se notar que dos dois lados a maioria das assinaturas eram de trabalhadores rurais, guardas nacionais e sem informações.

Tabela 3 – Categorias que tiveram mais peso nas listas governistas que nas oposicionistas

	Barbacena		Itabira		Campanha		Aiuruoca		SJDR		Totais	
	G.	O.	G.	O.	G.	O.	G.	O.	G.	O.	G.	O.
Proprietários	133	60	17	120	401	30	147	305	46	127	744= 36%	642= 14%
Negociantes	20	10	5	57	67	29	23	39	42	53	157=8 %	188= 4%
Títulos de Nobreza	2	1	5	1	10	0	2	0	8	6	28	8
Militares reformados	5	3	3	4	10	21	7	24	20	12	45	64
Lavradores, agricultores, roceiros, fazendeiros.	77	49	8	196	452	187	0	92	1	218	538= 26%	742= 17%

Fontes: Fontes: *Jornal do Comércio, O Universal e Maiorista*.

Na Tabela 3 nota-se que os governistas, com somente metade de assinantes, tinham não só em porcentagem mas em números absolutos mais proprietários. É por pouco que os governistas não ultrapassaram os Liberais em números absolutos de negociantes. Também se destaca a grande diferença entre governistas e Liberais em relação aos títulos nobiliárquicos. Essa informação não desmente que “*Os líderes destas revoltas [de 1842] eram os mais ricos proprietários das duas províncias*” (CARVALHO, 1990, p.20). José Feliciano que foi o Presidente dos rebeldes era considerado por alguns como o homem mais rico de Minas Gerais. Ser o lado com mais autoproclamados proprietários não é a mesma coisa que ser o lado que tem os indivíduos mais ricos.

Sobre as Milícias e Ordenanças Nelson Werneck Sodré nos explica que antes de

serem extintas quando foi criada a Guarda Nacional em 1831, eram a segunda e a terceira linha das forças armadas, embora praticamente desativadas. As Ordenanças, terceira linha, com farda verde, diferenciada das azuis da segunda e primeira linhas, eram os corpos mais antigos, e até o início do século XVIII seus capitães eram indicados pelas Câmaras Municipais. Mesmo depois que passaram a ser indicados pelos comandantes militares de cada capitania, os oficiais de Ordenanças continuaram sendo membros das elites locais. As Milícias, segunda linha, a partir do século XVIII tornaram-se os principais corpos militares das Minas Gerais, com grandes efetivos e embora sendo oficialmente segunda linha, sempre em atividade. Os brasileiros reclamavam da discriminação em proveito dos reinóis no preenchimento dos postos militares mais elevados. As Ordenanças significavam mais status que as Milícias. Todos os homens em idade militar serviam na 1ª linha (Exército e Marinha), ou na 2ª linha (Milícias) ou na 3ª linha (Ordenanças), de forma que era melhor ser das Ordenanças, que quase nunca servia. As Ordenanças foram muito ativas nos séculos XVI e XVII, quando eram a 2ª linha, mas foram colocadas de lado com a criação das Milícias, mais centralizadas. As Milícias faziam o trabalho de policiamento, com destaque para objetivos fiscais. Ser oficial de qualquer linha era obviamente sinal de *status*, e os soldados em todos os casos eram recrutados entre os pobres. Para esses, ser das Ordenanças era uma forma de fugir do recrutamento para a 1ª ou para a 2ª linha, e ser das Milícias (2ª linha) era uma forma de tentar fugir do recrutamento para o Exército ou para a Marinha, ou seja, para a guerra longe de casa (SODRÉ, 2010, p. 61-66, 73, 78, 79, 107, 114, 115, 150, 151). É conhecida a relação entre a criação da Guarda Nacional e a redução dos efetivos do Exército, destacada por Sodré, mas ele se esquece que localmente a GN substituiu Ordenanças e Milícias, inclusive como refúgio contra o recrutamento. Os Liberais conseguiram 36 (0,8% do total de assinaturas desse lado) Ordenanças e os governistas tinham 24 (1,1%), e milicianos foram respectivamente 20 (0,4%) e 18 (0,8%). Estavam divididos entre os dois lados, indicando que as antigas elites da década de 1820 tinham se repartido entre eles.

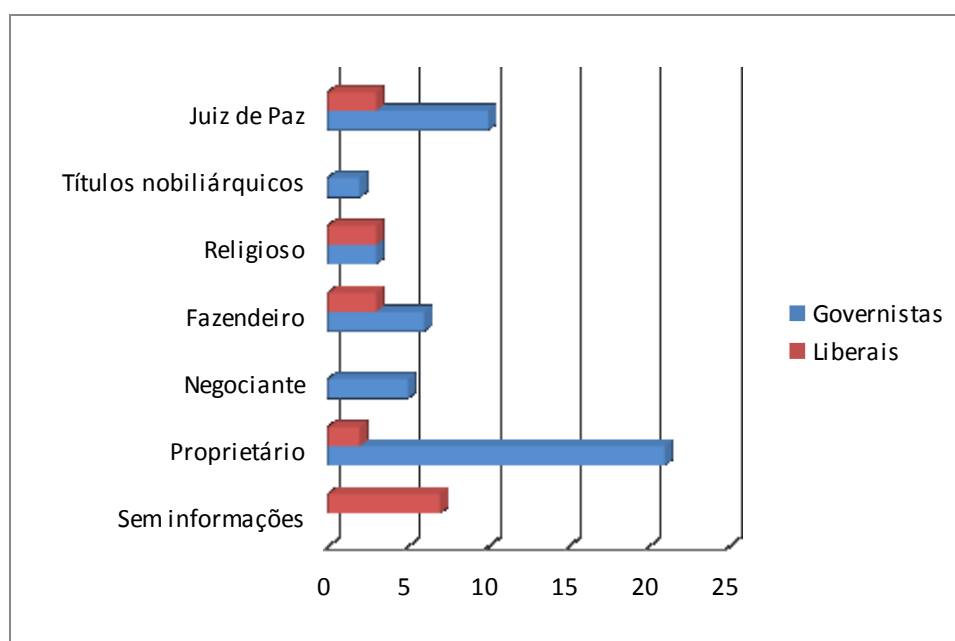
Essas cinco localidades confirmaram durante a revolta a tendência expressa nas listas de assinaturas, com exceção de Itabira, que foi ocupada por uma companhia de Caçadores de Montanha antes que os Liberais pudessem se insurgir. Segundo Marinho os Liberais preponderavam na Vila mas decidiram não se mover (MARINHO, 1844/1978, p.107). Porém, teriam continuado com suas convicções, não teriam ajudado a legalidade, e alguns teriam se juntado às forças rebeldes de Santa Bárbara. Segundo o *Jornal do Comércio* existiriam mais 440 assinaturas não publicadas na lista legalista de Itabira. É provável que os governistas tivessem mais de 28 apoiadores em Itabira, mesmo porque tinham juizes de paz e eleitores,

mas é preciso informar que mesmo entre os 28 nomes alguns já não eram da cidade, mas do distrito do Tanque, de onde aliás eram os 3 juízes de paz legalistas. Ou seja, a questão regional, ou micro regional, consegue aparecer até em Representações nas quais as assinaturas não estão divididas por distritos.

Aiuruoca aderiu logo no início à revolta, depois de ocupada por tropas de um de seus distritos, Turvo (MARINHO, 1844/1978, p.87). Campanha ficou sob controle legalista durante a Revolta, esperando constantemente um ataque rebelde que nunca aconteceu. Em Campanha os legalistas publicaram 1143 assinaturas, mas somando as que o *Jornal do Comércio* diz que existiam, seriam 3085 assinantes. Foi em Barbacena que se iniciou a Revolta, e São João Del Rei foi sua capital. Ou seja, com a exceção de Itabira a revolta confirmou a força que cada lado político mostrou ao colher assinaturas.

Nas Representações todas da Província é possível encontrar 190 Eleitores governistas e 126 Liberais, que são só uma parcela do Eleitorado total eleito em Minas Gerais, mas permitiram montar o gráfico abaixo, comparando porcentagens e não números absolutos. As autodesignações se repetem, de forma que as somas ficam acima de 100%.

Gráfico 4 – Eleitores Liberais e Governistas de Campanha - MG em porcentagens



Obs: As porcentagens são com base em 190 Eleitores governistas e 126 Liberais.
Fontes: Fontes: *Jornal do Comércio*, *O Universal* e *Maiorista*.

A guerra de coleta de assinaturas foi interrompida pela guerra de verdade, com o levante de Sorocaba em 17 de maio de 1842, seguido pelo de Barbacena em 10 de junho. Os motivos alegados pelos rebeldes foram os mesmos dos documentos para os quais se colhia

assinaturas. É chegada a hora de compreender esses motivos.

3.2 Motivações da Revolta de 1842

“...julgamo-nos assas autorizados pelos precedentes desse ominoso partido, a supor de sua parte toda, e qualquer traição...” (O UNIVERSAL, 16/08/1841).

Não é que as folhas sejam testemunhos fidedignos dos acontecimentos - o que interessa ao historiador é que elas foram protagonistas dos acontecimentos. Nelas não se procura informações do que então acontecia, mas sobretudo evidências de como as próprias folhas tentavam motivar as pessoas pró e contra a revolta. Antes de serem fontes elas são objetos de estudos, e nos ajudam a compreender a Revolta de 1842 mais como objetos de estudos do que como fontes.

Em poucas palavras, a Revolta de 1842 aconteceu contra o Ministério que tomou posse em março de 1841, que estaria tentando implantar um “despotismo” e o governo de uma “oligarquia” no país ao reformar o Código do Processo e recriar o Conselho de Estado. Porém, várias interpretações históricas revelam certa descrença nesses motivos:

envolveu um número elevado de cidadãos, muitos dos quais **alheios aos efeitos diretos das ditas leis** ou cuja aprovação **não seria um motivador suficientemente** forte para levá-los a uma ação tão extremada como abandonar suas lavouras, seus negócios, suas famílias e tomar em armas arriscando suas próprias vidas (HÖRNER, 2011, p.333, grifo nosso).

Esse autor considera ingênuo “*tentar mostrar os interesses de homens livres pobres representados nas bandeiras rebeldes*” (Idem). No mesmo parágrafo considera que a revolta “*foi capaz de congregar outras demandas e questões locais*” mas “*que não se evidenciaram na reação às ditas leis*” (Idem). Para Paulo Pereira Castro “*É principalmente a **pretexto** de resistir contra a aplicação da Reforma que São Paulo e Minas Gerais se levantarão em armas em 1842*” (CASTRO, 1978, pp.57-58). Outro autor, Aluísio de Almeida vai mais adiante (ALMEIDA, 1944, p.27, grifo nosso):

As leis da reforma dos códigos e do Conselho de Estado, tachadas de anti-constitucionais, foram o **pretexto** – digamos – **jurídico** para a Revolução. Mas, voltando ao poder após a anistia, o partido liberal jamais quis nem pôde ab-rogá-las.

Diz na mesma página que o objetivo era levar D.Pedro II a derrubar o governo. Na página 150 ele complementa esse objetivo, “*não o fizesse, que os acontecimentos por si indicariam o rumo a seguir, a república federativa...*” (ALMEIDA, 1944, p.150). Assim chega-se à República, que não está em nenhum documento rebelde. A descrença com os motivos alegados é antiga, pois já em 1842 o deputado Diogo de Vasconcelos, irmão de Bernardo Pereira, e que atuou como Chefe de Polícia antes, durante e depois da Revolta, dizia na Assembleia Provincial mineira que os rebeldes atuaram “**Figurando** que o movimento era dirigido contra a lei das reformas, e a do Conselho de Estado...” (O CORREIO DE MINAS, 29/10/1842, grifo nosso).

3.2.1 Separatismo, República, Oligarquia e Despotismo em 1842

Os legalistas acusaram os rebeldes de 1842 de separatistas e de republicanos. Embora sejam coisas diferentes, as duas acusações frequentemente eram feitas lado a lado, sobretudo para acusar os republicanos de separatistas. Poucos meses depois de derrotado o movimento armado, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o deputado Diogo de Vasconcelos afirmou que:

V.Ex. sabe, Sr. Presidente, que os rebeldes no seu furor de tudo destruir, em harmonia com os princípios de descentralização, que lhe aconselharam o emprego das armas, incendiaram a grande ponte do Paraibuna (O CORREIO DE MINAS, 19/10/1842).

O mesmo jornal acusava os rebeldes de terem “*olhos fitos na separação da Província, principiaram eles por arrancar das classes menos pensantes as convicções monárquicas*” (O CORREIO DE MINAS, 29/10/1842). Como foi dito, são duas acusações que eram normalmente associadas.

Contudo, essas afirmações são posteriores à revolta, de forma que essas acusações acima são interpretações do movimento, feitas por interessados, quando ainda se debatia as penas dos envolvidos.

De pistas de separatismo e republicanismos anteriores à revolta só se encontra a acusação de que os líderes Liberais, “*...aos mais exaltados vão falando em uma federação do sul da província de Minas com a de S. Paulo, para proclamarem sua independência.*” (O CORREIO DE MINAS, 5/01/1842). Além de isolada, essa acusação ainda indica que só os mais exaltados, e só do Sul de Minas, pensavam em separatismo. Trata-se da região que na

época se comunicava mais rapidamente com São Paulo do que com o Rio de Janeiro, e o plano seria exatamente se unir com São Paulo. Para essa região, que podia contar com o porto de Santos, o separatismo seria mais palatável. Os documentos oficiais rebeldes, porém, mesmo do Sul de Minas, não indicam esse caminho.

O discurso das folhas mineiras é bem pouco regionalista mesmo em comparação com seus aliados paulistas. Existia um dito “*partido paulista*”. O Barão de Monte Alegre, ex-redator do *Farol Paulistano*, foi chamado de “*baiano*” por esse “*partido paulista*”. Feijó em sua conhecida declaração fala do “*caráter paulistano*” (O UNIVERSAL, 8/04/1840, 4/02/1842). A folha dos rebeldes de São Paulo chamava-se *O Paulista*.

Em comparação, mesmo quando se refere aos Inconfidentes, dizendo “*Vós sois os legítimos herdeiros desse legado precioso, que nos outorgaram os Gonzagas, e os Alvarengas, os Tirandentes, e os Cláudios*”, *O Universal* conclui disso que “*...vós sois brasileiros...*” e não mineiros, como seria o comum na época. Em comparação com os paulistas que se indignavam com um presidente baiano, em Minas *O Universal* dizia que “*...não condenamos a nomeação de quaisquer outros brasileiros só por este motivo*” e que “*O cidadão brasileiro em qualquer província que seja nascido deve se considerar de todo o Brasil...*”. O correto seria defender um “*...bem entendido provincialismo...*” (O UNIVERSAL, 6/10/1841, 20/12/1841, 26/01/1842, 6/10/1841).

Sobre a acusação quase correlata de republicanism os governistas só tinham dois argumentos para isso em Minas Gerais. Primeiro o argumento puramente lógico reproduzido cem anos depois pelo historiador Aluísio de Almeida acima citado. Segundo, a reputação republicana de integrantes do movimento armado, dos Liberais como um todo, mas destacadamente de dois de seus chefes mais ativos, o padre Marinho, veterano da Confederação do Equador e acusado pelos adversários de ter relações com os farrapos do Rio Grande do Sul (O UNIVERSAL, 16/02/1842), e Theóphilo Ottoni, pois fora redator da *Sentinella do Serro*.

A folha que na Revolta de 1842 foi legalista dizia aos adversários “*...sua querida república...*”, e à folha que Ottoni redigiu em 1831 referia-se como a “*...republicana Sentinella do Serro.*” (O CORREIO DE MINAS, 15/09/1841, 30/10/1841). Um “*Sr. Joaquim Manoel de Moraes e Castro é aí [em correspondência no Correio de Minas] violentamente deprimido, talvez só por que é amigo do Sr. Ottoni. Pinta-se o como um furioso republicano...*” (O UNIVERSAL, 5/03/1841). Outro correspondente do *Correio*, “*Um Baependiano*” refere-se aos Chimangos como “*...um partido anárquico, que por vezes tem tentado agitar as massas, encaminhá-las para o republicanismo.*” (O CORREIO DE MINAS, 6/05/1841) Por sua vez os

Liberais de Baependi acusavam os seus adversários locais de durante as eleições terem inventado:

que se queria deitar a Religião abaixo, que o Sr. Olímpio se queria proclamar Rei da República, e derrubar a Matriz para fazer um Palácio para si que os bens iam ficar comuns, que se queriam roubar as donzelas aos seus Pais as mulheres a seus maridos, que o Sr. Vig. não confessava todo aquele que votasse nos chimangos, porque estavam excomungados. (O UNIVERSAL, 25/06/1841)

Seria até absurdo acreditar que não existiam republicanos em Minas Gerais. Seria igualmente absurdo imaginar que eles não tomaram parte na revolta. Mas fato é que, no muito, esperavam a vez do movimento republicano chegar, talvez compartilhando do raciocínio de seus adversários, acima descrito nas palavras de Aluísio de Almeida. Uma das folhas oficiais da Revolta, o *Despertador Mineiro*, chega a blasonar:

Digam agora esses infames caluniadores, que acusavam a Oposição de querer a República, matar, roubar, onde se proclamou a República, a quem se ofendeu, a quem se matou, a quem se roubou? (O DESPERTADOR MINEIRO, 25/06/1842)

Ou seja, existiam republicanos no movimento, mas o movimento não foi republicano. Os milhares de homens que pegaram em armas não queriam uma República, e para mobilizá-los era mister dar vivas a D. Pedro II.

Os rebeldes de 1842 disseram que lutavam contra o “despotismo” de uma “oligarquia”, como se vê detalhadamente adiante, mas antes é importante saber que esses vocábulos eram moeda corrente no debate político. *O Correio de Minas* ironiza, “*Há muitos anos, que se anuncia a chegada do despotismo; vem ano, passa ano, e nunca chega o profetizado pelos Bandarras da oposição*” (O CORREIO DE MINAS, 6/11/1841). Mas poucos meses antes eram deputados de seu “*lado político*” (O UNIVERSAL, 6/10/1841), em discursos estampados em suas páginas, como Antunes, que diziam “*não sei mesmo se ainda temos Leis, ou se estão todas revogadas (o Sr. Dr. Barbosa – estão revogadas)*” (O CORREIO DE MINAS, 2/03/1841) Esse mesmo que apoiou o deputado Antunes completaria o raciocínio:

...um Partido, que não contava com a maioria da Nação, e da Assembleia subiu ao Poder (...) não tem em si a verdadeira força de um Governo Constitucional, torna-se um Governo de fato, e fica na posição do poder despótico, que não vive se não pelo despotismo... (O CORREIO DE

MINAS, 10/03/1841)

Quando chegou a notícia da queda do Gabinete da Maioridade o *Correio de Minas* comemorou “*estamos livres do despotismo demagógico*” (5/04/1841), confirmando pela última vez suas palavras de ano e meio depois, “*O pobre absolutismo tem sido a arma de todas as oposições*” (O CORREIO DE MINAS, 6/11/1842).

Também foram deputados legalistas de 1842 que afirmaram que “*o Governo da Província não é Governo, é uma Oligarquia, e o Presidente uma nulidade, e nem ele tem culpa de coisa alguma do que fazem as cabeças de Medusa.*” (O CORREIO DE MINAS, 26/01/1842) Trata-se de uma ata de 1841 publicada em 1842, portanto de quando o governo da Província era ainda Liberal. Ou seja, a “oligarquia” também era arma de todas as oposições. Nesse caso o presidente não governaria de fato, quem governava seria um pequeno grupo, uma oligarquia, portanto, que o estaria manipulando. É o mesmíssimo raciocínio empregado em relação ao Conselho de Estado e D. Pedro II pelos Rebeldes de 1842, como se verá à frente.

Meses depois da revolta, o deputado Pe. Bhering, que não tinha perdido o mandato por não tomar parte na revolta, embora suspeito de a apoiar, acusava “*o Poder executivo vai pouco a pouco invadindo o poder Legislativo.*” (O CORREIO DE MINAS, 7/11/1842) e portanto “*nosso Poder Executivo compreende o poder judiciário, e o legislativo – ou o Governo do Brasil é a Monarquia absoluta. Esta linguagem é mais franca – é mais leal*” (O CORREIO DE MINAS, 7/11/1842).

Poucos meses antes da revolta diz *O Universal* que seus adversários têm o “*desejo de voltar ao governo monárquico forte, ou como se diz em frase vulgar, ao absolutismo*”. “Absolutismo” então seria uma metáfora, uma gíria, um termo vulgar. Na Máxima do Marquês de Maricá “*Aborrecemos o absolutismo nos outros por que o cobizamos para nós mesmos*”, absolutismo seria um comportamento pessoal. Um correspondente acusou uma Junta de ser despótica “*por ser suas seções secretas.*” (O UNIVERSAL, 7/02/1842, 24/06/1840, 18/12/1840).

O uso desses vocábulos, além comportar significados muito variados, tinha a finalidade de despertar a atenção, e o faz até hoje com os historiadores, que assim correm o risco de se deixarem convencer pelas fontes, feitas para isso. Mas deve-se saber que as mesmas folhas, com poucos meses de diferença, publicavam que o governo está implantando o “*absolutismo para melhor conservar a duração do mando*”, publicavam também que “*nos parece impossível, o reestabelecimento desse governo, que os povos mesmo do Velho Mundo,*

vão derrocando e em breve reduzirão a zero”, ou “não tememos a proclamação do despotismo: porque sabemos, que esta é absolutamente impossível” (O UNIVERSAL, 22/12/1841, 3/09/1841, 22/10/1841).

Consagraria-se outro uso do termo “oligarquia”, não tão restrito aos adversários do momento como era usado pelo *Maiorista* e seus reprodutores. Trata-se do uso do termo por Ottoni em sua *Circular* de 1860. Logo após o Ato Adicional “*um grupo de ambiciosos formou desde então essa oligarquia famosa, que no ministério ou fora dele tem sido o primeiro poder no presente reinado*”, seria uma “*oligarquia tenebrosa, que, apoiada no poder e no dinheiro dos traficantes da costa d’África, a cujas empresas se associara*”, com a ressalva de que a “*oligarquia do sul nunca foi um partido político, mas sim um grupo de homens que associaram a sua influência e a sua inteligência, para explorar em próprio proveito o segundo reinado*” (OTTONI, 1860, pp.39, 58, 85). Esses oligarcas de Ottoni são o núcleo Saquarema, mas o conceito de oligarquia dos rebeldes de 1842 era um pouco diferente, como se verá.

Concluindo, não é útil ater-se a esses termos, mas entender, em cada caso, a que eles se referem. As fontes não estão mentindo sobre suas crenças, mas estão usando vocábulos que então eram tão vulgarizados que deixaram de ter significado sem posterior explicação.

3.2.2 As duas “leis de sangue”¹

É um contrassenso, enquanto historiadores, fazer ouvidos mocos às fontes. Não se pode substituir as milhares de folhas escritas antes, durante e depois da revolta por motivações secretas, que ninguém escreveu, que ninguém se lembrou de colocar em memórias ou discursos posteriores, que são portanto imaginadas pelos historiadores e anacrônicas. As folhas, por sua vez, foram instrumentos de convencimento dos homens que pegaram em armas. E o que dizem repetidas vezes as folhas, discursos parlamentares etc.? Dizem que era necessário lutar contra duas leis e o governo que as aprovou. Essas duas “*leis de sangue*” eram a lei das reformas do Código do Processo e a lei que recriava o Conselho de Estado, que, segundo os vereadores de Itabira, eram “*...leis que encadeiam conjuntamente as liberdades do povo, e as prerrogativas da coroa imperial*” (O UNIVERSAL, 6/04/1842, 25/02/1842).

Contra as “*leis matricidas*” (O ECHO DA RASÃO, 18/02/1842), “*anárquicas*” (O UNIVERSAL, 30/03/1842) “*leis inconstitucionais*” etc. foram produzidas dezenas de “representações” (petições), de vereadores, de eleitores ou de pessoas em geral, já estudadas acima (OTTONI, 1860, p.104). Na “representação” dos vereadores de Pouso Alegre o

argumento está bem resumido:

lei do conselho de estado, que veda a ação do monarca, estabelecendo a oligarquia no país, e contra a chamada lei das reformas judiciárias, que planta o despotismo com todos os horrores inerentes a ele quando disfarçado com as roupas da legalidade (O UNIVERSAL, 9/05/1842).

Os governistas também fizeram suas petições às dezenas, em que defenderam “*as Leis salvadoras da liberdade*”, e tentaram desmentir a oposição que “*...na Tribuna, e na Imprensa descreve esses dois projetos como trazendo ao mesmo tempo a escravidão para o Povo, e ao Monarca...*” (O CORREIO DE MINAS, 23/02/1842, 20/11/1841). Mas o clima de “*...desconfiança que lavra na atualidade por entre todos os brasileiros em consequência da luta encarniçada de partidos...*” fazia a oposição denunciar cada movimento do governo como tentativa de aniquilar a oposição. Para dar crédito a suas denúncias, publica que “*...um ministro da coroa diz que a oposição será aniquilada por essas leis...*” (O UNIVERSAL, 2/02/1842, 9/03/1842). Seria o Ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana, a quem se dirige:

Vê s. exc. nas leis que são o seu ídolo o aniquilamento da oposição. Que elas foram feitas para esse fim não precisávamos nós de que s. exc. o revelasse com uma simplicidade bem pouco própria de um estadista... (O UNIVERSAL, 9/03/1842)

Outras ações do governo aguçaram as desconfianças. Por mais de uma vez “*...as câmaras serão prorrogadas até que se concluem as leis do conselho de estado, das reformas do código, das relações, e orçamento.*” Extravagante, porém, é que o governo “*...para obter a estada dos seus servos da maioria [deputados e senadores governistas], mandou **suspender a partida dos paquetes de vapor...***” (O UNIVERSAL, 25/08/1841, 20/10/1841, Grifo nosso). Haveria a necessidade de:

...obter a conclusão das Leis das Reformas do Código, do Conselho de Estado, e das Relações, porque entendeu o Governo, que com estes auxiliares poderia com certeza de triunfo, dissolver a Câmara dos Deputados... (O UNIVERSAL, 4/10/1841)

Ou seja, quanto mais o governo quis aprovar as duas leis, mais a oposição as temeu.

3.2.3 O Conselho de Estado e a Oligarquia

Quando em campanha pela maioria *O Universal* pedia “*a MAIORIDADE E UM CONSELHO*”. A proposta de maioria quase aprovada no Senado em maio de 1840, assinada por alguns envolvidos na revolta de 1842, previa “*um conselho privado da coroa, composto por dez membros*” (O UNIVERSAL, 19/06/1840, 26/05/1840). Quando chegou às Minas Gerais a notícia da maioria de D. Pedro II, *O Universal* também publicou essa notícia:

Conselho de Estado

Na mesma seção [24 de julho] o Sr. Marinho apresentou o Projeto de lei criando um conselho de Estado de 10 membros para aconselhar o Monarca nos casos em que ele julgue conveniente (O UNIVERSAL, 5/08/1840).

Claro que um projeto de Conselho de Estado pode ser muito diferente de outro, mas mesmo assim é magnífico ver Marinho, um dos líderes rebeldes de 1842, propondo uma lei que nominalmente era semelhante à que menos de dois anos depois ele combateria com armas nas mãos. Essa notícia contraria Ottoni, que atribuiu a Marinho o Club da Maioridade ter desistido de apresentar o projeto da Maioridade em uma mesma lei recriando o Conselho de Estado, pois “*Marinho era um aliado prestimoso, de quem o club não podia prescindir*” então “*o club deliberou destacar as duas ideias e apresentá-las em projetos separados*” (OTTONI, 1860, p.61). Como se vê, o próprio Marinho apresentou um projeto exclusivo para o Conselho de Estado, talvez tentando moldá-lo de acordo com interesses e princípios de seu lado político.

Ainda em novembro de 1841 uma correspondência inserta no *Universal* se referia “*...a necessidade que a coroa tem de um conselho de estado...*” (O UNIVERSAL, 22/11/1841), enquanto para os rebeldes de 1842 “*a criação de um conselho de estado, que nada menos implica do que o estabelecimento de uma verdadeira oligarquia*” (O ECHO DA RASÃO, 18/02/1842). Mais detalhadamente:

...se a um partido é dado cercar desde já o monarca de 24 criaturas suas, se ele pode dispor das suas atribuições sem o intermédio do ministério, então em breve tempo o nosso governo deixará de ser aquilo que a constituição quis que fosse, e se converterá em uma terrível e perigosa oligarquia. (O UNIVERSAL, 9/08/1841)

Trata-se de uma republicação do *Maiorista*, do Rio de Janeiro. Praticamente afirma

que o Imperador seria substituído pelo Conselho de Estado, pois este poderia “*dispor de suas atribuições*”, então seria “*uma oligarquia que governe de fato em nome do monarca...*”. Mas o mais importante é que se trata de “*...um conselho de estado, cujos membros serão todos desse partido que pretende perpetuar-se no mando*” (O UNIVERSAL, 9/03/1842, 3/01/1842). Está claro portanto, a “oligarquia” a que se referiam os Liberais quando fizeram a revolta eram os chefes adversários se encastelando em postos estratégicos, tomando os poderes do Imperador.

O termo “oligarquia” também foi usado para se referir aos mesmos homens que compunham o Ministério de 23 de Março, ricos cafeicultores fluminenses, os mesmos que *A Ordem* (17/7/1844) chamava de “*círculo de Saquarema*”, e dizia que eram o núcleo do Partido da Ordem. É o momento de informar que o discurso dos rebeldes de 1842, defensivo, foi muito específico do período entre meados de 1841 e a derrota da Revolta em meados de 1842, embora, como aqui se debate, completamente mergulhado na cultura política regencial. O segundo reinado ainda tinha somente dois anos, e reforçando a dificuldade de compreender que já eram novos tempos, o Imperador era ainda muito jovem. A Revolta de 1842 e principalmente as suas consequências é que ensinariam aos mineiros as novas regras do jogo político, mesmo porque o aprendizado político exige prática.

Apesar de também afirmar que o Conselho de Estado “*fundava-se em proveito da oligarquia, e era o terrível reduto em que ela ia acastelar-se*”, em 1860 Ottoni apresentou uma outra explicação, não encontrada nas folhas dos meses anteriores à revolta. O poder moderador não existiria sem o Conselho de Estado, “*Reabilitado por uma lei inconstitucional, a do conselho de estado, o poder moderador ressurgiu com pretensões que ninguém se atreveu emprestar-lhe no primeiro reinado*”. Seria assim porque a “*audiência do conselho de estado, como aí [na Constituição] se vê, é obrigatória, salvo para a nomeação dos ministros*”. A lei que o recriou teria tornado facultativa a sua audiência. Curioso é que não seria uma leitura somente dele (OTTONI, 1860, pp.89, 32, 34, 35, 37):

Quem se der ao trabalho de ler as discussões do ato adicional reconhecerá que a câmara constituinte compreendia perfeitamente a íntima ligação que se dava entre o poder moderador e o conselho de estado, que ficou suprimido pelo art. 32.

Todos os rebeldes, portanto, estariam a par deste assunto, que no entanto não levantaram em suas Representações, nem em suas folhas, nem em suas gritos de guerra. Por que? Seria por que não podiam reclamar naquele momento contra a ampliação dos poderes do

Imperador? Seria por que diziam que ele estava coacto? Seria por que acusavam, exatamente ao contrário, o Conselho de Estado de tomar as prerrogativas do Imperador? Era o clima político que não permitia? Fato é que não fizeram esse discurso de 1860 em 1842. O discurso dos rebeldes de 1842, como se vê, foi datado, não é o mesmo que as mesmas folhas faziam ainda em 1841, e nem o mesmo que os veteranos da revolta fariam depois. O que disseram em 1842 foi que seus adversários usariam o Conselho de Estado para se perpetuarem no poder, tornando-se assim uma oligarquia.

3.2.4 As Reformas do Código do Processo e o Despotismo

Em suas memórias Francisco de Paula Ferreira de Rezende, que em 1842 tinha 10 anos e visitou seu pai em um acampamento rebelde, diz que foi a “*a lei de 3 de dezembro a causa principal daquela revolução*” (REZENDE, 1944, p.138). Ferreira de Rezende foi deputado pelo Partido Liberal, tinha vários familiares além de seu pai que se envolveram na Revolta de 1842, e também do lado legalista, de forma que sua opinião não era uma especulação leviana, não correspondia às memórias de um menino, mas é sim uma conclusão resultante de muitos anos de conversas com envolvidos. É como dizer que muitos anos depois da revolta alguns envolvidos ainda sustentavam que essa tinha sido a causa principal. Também para Ivan Vellasco a reforma do Código “*constituiu-se no estopim da revolta liberal de 1842*” (VELLASCO, 2005, p.146).

A proposta de reformar o Código Criminal era antiga. Quatro anos depois de promulgado o *Atlante* dizia que “*há muito que se não ouvem senão clamores contra as nossas leis criminais, e sobretudo contra o Código do Processo, que se diz não dar garantia alguma à ordem pública*”. Também o *Paquete do Rio* acusou o Código do Processo de ser “*origem, e causa da anarquia, em que vivemos*” (ASTRO DE MINAS, 9/7/1836, 20/9/1836).

A primeira denúncia contra a reforma do Código do Processo é ainda de 1836, quando os então feijoístas já sabiam que tinham perdido as eleições e que a futura Câmara dos Deputados seria composta quase somente por seus adversários:

se pretende na futura Legislatura ensaiar o premeditado golpe sobre o Código do Processo, não só naquilo que ele realmente tem de reformável; mas ainda nas disposições mais garantidoras da Liberdade individual (ASTRO DE MINAS, 2/12/1836).

Nessa frase está resumida toda a confusão que as folhas Liberais faziam sobre o

assunto nos anos seguintes. Não negavam a necessidade de reformas, mas a forma como os adversários a fariam. Quando ainda imaginavam que teriam maioria na Câmara, estavam dispostos a fazê-la eles mesmos.

Por isso Mônica Dantas pergunta “*Se então, desde a Regência, percebia-se a necessidade de interpretar o Ato Adicional e também de reformar o Código do Processo Criminal, o que teria levado à eclosão da revolta Liberal em 1842?*” (2009a, pp.1, 3, 17) Porém o Ato Adicional pouco foi citado pelas folhas Liberais/Rebeldes mineiras em 1841 e 1842, e o problema com a reforma do Código do Processo era quem e como o faria.

Com o movimento da Maioridade os Liberais “*buscaram assumir o poder antes que a lei fosse aprovada, pois temiam, mais tarde, ser alijados do poder se os outros estivessem no poder com o 3 de dezembro nas mãos*” (NEEDELL, 2009a, p.61). Durante o Gabinete Maiorista as folhas Liberais quase se esqueceram, para não dizer que quase apoiaram a lei das reformas do Código, que tramitava lentamente. Quando esse gabinete foi substituído pelo gabinete de 23 de Março de 1841 vieram as críticas, reclamando da “*...clientela numerosíssima que elas vão dar ao governo...*”, e que isso iria “*...custar à nação cerca de mil contos de réis*”. Logo as denúncias cresceram de tom, pois além da clientela o governo teria um “*...poderoso meio de perseguição...*” (O UNIVERSAL, 21/06/1841, 25/08/1841), portanto “*as reformas do código, que destroem uma por uma todas as garantias do Cidadão livre*” (O ECHO DA RASÃO, 18/02/1842), seriam, para o senador padre José Bento um “*despotismo legal*”. Não demoraram a aparecer artigos onde transborda a certeza de que “*...daqui a pouco cada um se contará feliz por não ir povoar as salas da cadeia...*”, “*...apenas posto em execução o código de 1841 será preciso cavar novas masmorras...*” (O UNIVERSAL, 25/10/1841, 20/12/1841, 6/01/1842).

Deve-se observar os detalhes para começar a entender essas certezas apocalípticas. Segundo as folhas Liberais:

Dá-se aos chefes de polícia um arbítrio excessivo sobre todos os cidadãos; franquea-se-lhes a casa do cidadão sem outra desculpa mais que a própria desconfiança, ou a informação de qualquer abjeto espião (O UNIVERSAL, 19/07/1840).

O governo passou a indicar “*quase todos os magistrados, desde desembargadores até juízes municipais e de órfãos*” (BASILE, 2009, p.89). Os Juízes de Direito passaram a poder processar, julgar e condenar funcionários públicos sem necessidade dos jurados, aumentando muito o poder do governo sobre os empregados (DANTAS, 2009a, p.20). Os Liberais

“acusavam a Reforma do Código do Processo de destruir todas as garantias sociais e objetivar o aniquilamento da oposição e acabar com a liberdade de imprensa” e o que acontecia na prática é que se “*você pertencesse a ala governista, estaria salvo e protegido, se pertencesse a ala opositora estaria em constante perigo...*” (SILVA, SILVA, 2010, p.11).

Mais uma vez a “*...triste divisão dos partidos fomentada pelas cabalas eleitorais*” (O UNIVERSAL, 8/04/1842) criou situações que reforçaram os medos Liberais, pois:

...os amigos do governo, os seus agentes, longe de inspirarem confiança à população, ameaçarem os cidadãos pacíficos com a execução do tal código, prometendo uns que se hão de vingar de seus inimigos, apregoando outros que serão logo processados, e metidos na cadeia fulanos e fulanos etc. (O UNIVERSAL, 13/12/1841)

Daí que “*...a execução do novo código derrama o susto por toda a parte...*” (O UNIVERSAL, 13/12/1841) entre outros motivos porque as folhas Liberais, como as acusou o *Correio*, falavam das reformas como “profetas” (O CORREIO DE MINAS, 12/01/1842).

Depois da Revolta, quando os Liberais voltaram ao governo em 1844, os Luzias afirmaram que os adversários “*já unem suas vozes às nossas para pedir a revogação dele [a reforma do Código], sim que hoje os fere a arma com que feriram os seus adversários*” (CONSTITUCIONAL, 18/6/1846). Mas o Código do Processo só seria novamente reformado em 1871.

3.2.5 Jurados, Juízes de Guerra e Vereadores

Para os Liberais “*três instituições. 1. Convocação anual da Assembleia Geral, 2. Liberdade de Imprensa, e 3. Jurados, eis arraigado entre nós o Sistema Constitucional, e manifesta impossibilidade de revertermos ao antigo despotismo*”. Ou seja, os Jurados seriam tão importantes quando a liberdade de imprensa e o respeito à Constituição. Bentham, muito citado na época, dizia que “*onde existe Júri, o governo não pode emprender ataques à Liberdade pública*”, ou seja, seria uma arma de resistência ao governo. É curioso que as críticas que então se avolumavam contra a prática dos Jurados no Brasil são idênticas a um elogio de Bentham à mesma prática, “*vê-se frequentemente, o Júri absolver acusados notoriamente culpáveis, antes do que entregá-los à severidade das Leis*” (ASTRO DE MINAS, 21/2/1828, 29/11/1828). Uma garantia, isso eram os Jurados para os Liberais.

Quando fizeram a Lei Nefanda, que buscava facilitar a pena de morte para escravos que matassem seus senhores, os Deputados tentaram substituir o julgamento por jurados por

uma junta de Juízes de Paz, proposta que não passou pelo Senado, mas indica a reputação que o júri já tinha (ANDRADE, 2017, p.277). Considera-se que “*em razão de práticas clientelistas e de suborno, havia ampla impunidade*” (BASILE, 2009, p.88). Deve-se acrescentar o partidarismo dominante, que certamente impediu muitas condenações.

Desde 1836 foram relacionadas “*as reformas do Código do Processo, ou antes da total aniquilação do Juízo por Jurados*” (ASTRO DE MINAS, 3/9/1836). Depois de aprovadas em dezembro de 1841 o *Libertador*, da Bahia, explicou que as reformas do Código aboliram:

o primeiro conselho de jurados, deixando-se o segundo, que é na realidade um simulacro de júri. Porquanto: sendo os juízes de fato qualificados por o juiz de direito, e promotor público, que são criaturas do governo, e dele dependentes, necessariamente os juízes de fato, por eles escolhidos, são outros tantos comissários do governo (O UNIVERSAL, 21/03/1842).

Antes da reforma a lista de cidadãos aptos a serem jurados era feita por uma Junta composta pelo Juiz de Paz, o Pároco e o Presidente da Câmara Municipal (DANTAS, 2009a, pp.5, 4, 12). Ao primeiro Conselho de Jurados, ou Júri de Acusação, cabia decidir se havia ou não matéria de acusação. Era composto por 23 membros, escolhidos entre 60 que eram sorteados do total de cidadãos aptos a serem jurados. Foi abolido pela reforma de 1841 e os Juízes de Direito passaram a decidir sobre isso. Os jurados passaram a ter que saber ler e escrever, e a renda mínima para ser jurado dobrou, da de votante para a de Eleitor. As sentenças do Júri tornaram-se passíveis de apelação, se o Juiz de Direito assim considerasse necessário (BASILE, 2010, p.90).

É curioso notar que Bentham acertou quando disse que a instituição dos Jurados “*tende a criar este sentimento de segurança natural*” (ASTRO DE MINAS, 29/11/1828), pois quando o governo mudou as leis existentes a respeito criou um forte sentimento de insegurança.

A reforma também atacou diretamente o poder dos juízes de paz. Foi o *Universal*, no início do Gabinete Maiorista, quando eram os adversários que se refugiavam nos poderes locais, quem disse que alguns Juízes de Paz deviam ser chamados de “*...juízes de guerra, que só tratam de atropelar as leis...*” (O UNIVERSAL, 28/08/1840) Muitos Juízes de Paz pegaram em armas e convocaram tropas durante a Revolta de 1842, atribuição que tinham perdido com as reformas do Código do Processo. Folhas defensoras e opostas às reformas do código concordam em que:

...as justiças de paz vão ficar aniquiladas, nas atribuições, que mais importância lhes davam e mais lucros lhes facilitavam agenciar, as atribuições policiais e criminais, e pois escrivães de paz, juizes de paz, e até meirinhos estão dispostos a bradar... (O CORREIO DE MINAS, 5/01/1842)

Também nessa folha legalista em 1842 encontram-se acusações do abuso do poder por parte dos juizes de paz:

Os juizes de paz, os potentados dos lugarejos, que atualmente gozam do direito de vida e de morte sobre os seus concidadãos, não podem querer perder o meio de proteger amigos, de perseguir inimigos, em que hoje assenta sua influência... (O CORREIO DE MINAS, 5/01/1842)

Uma petição dos legalistas de Pouso Alegre reclamava de “...*vexações a que ficaram seus habitantes entregues às autoridades locais...*” (O CORREIO DE MINAS, 23/02/1842). As acusações dos defensores das reformas contra os juizes de paz são semelhantes às acusações dos Liberais contra os então recém criados delegados. A diferença é a origem do poder de repressão - local ou indicado pelo governo central.

Na oposição *O Universal* detalha a perda de poderes dos Juizes de Paz, porque então era o seu “*lado político*” (O UNIVERSAL, 31/01/1840) que estava precisando se refugiar nos poderes locais, e eles estavam sendo podados:

aos mesmos já não pode competir a formação de culpa, que passou aos delegados, e subdelegados da polícia com recurso para os juizes municipais; nem o julgamento das contravenções municipais, e dos crimes, a que estão impostas as penas marcadas no art. 12 & 7 do código do processo; e nem conceder fiança aos pronunciados (O UNIVERSAL, 29/12/1841).

Também foi suprimida a parte do código “*que dava aos juizes de paz a atribuição de separar os ajuntamentos ilícitos, e fazer vigiá-los; podendo requisitar a força armada para separá-los.*” Aos juizes de paz não cabia mais “...*nem mesmo notificar as testemunhas, e apresentar os processos aos jurados*”. Deixaram de nomear até inspetores de quartirão, continuando a nomear somente aos oficiais de justiça (O UNIVERSAL, 29/12/1841, 31/12/1841).

Contudo, se muitos Juizes de Paz foram rebeldes, muitos outros foram legalistas. Da mesma forma, Paulo Pereira Castro diz que a “*magistratura estava interessada quase em peso na realização do programa do retrocesso...*”, o que é até lógico dado que com as reformas do Código até Juizes Municipais, por exemplo, passaram a ser indicados pelo governo e precisar de diplomas (CASTRO, 1978, p.527). Mas, mesmo assim, vários juizes de carreira e

bachareis participaram da revolta.

Muitas Câmaras Municipais aderiram à revolta em Minas Gerais. Antes das reformas do código do processo, segundo a folha legalista:

As câmaras municipais eram tudo em nossas vilas, nomeavam juizes comissários para um ou outro processo em que o juiz municipal se houvesse dado por suspeito, escolhiam a essa autoridade e tinham destarte os vereadores sempre em suas mãos a justiça civil... (O CORREIO DE MINAS, 5/01/1842)

Para o deputado provincial Gomes de Carvalho a maioria das Câmaras era constituída por “fazendeiros, negociantes, proprietários, e poucas vezes de alguns homens de letras” (O CORREIO DE MINAS, 7/11/1842).

Contudo, dos Vereadores é preciso dizer o mesmo que dos Juizes de Paz e de carreira, ou seja, pegaram em armas dos dois lados, apesar dos interesses diretamente ligados a suas funções.

O que deu errado com o juizado de paz? Para Flory os Juizes de Paz eram “dependentes dos poderes locais” (Apud BASILE, 2009, p.88). Mas o que parece é que eles eram os próprios poderes locais. Na Bélgica, Jean-Pierre Nandrim percebeu críticas à elegibilidade dos Juizes de Paz franceses, “que não traduzia o desejo da nação, mas sim de partidos” (Apud MOTTA, 2013, p.131). De forma semelhante o *Astro de Minas*, comentando as eleições para Juizes de Paz perguntava:

quais as qualidades que se procuram para apoiar esta ou aquela candidatura? Foram as virtudes, o gênio conciliador, e bom conceito dos indivíduos? Não: foram suas **opiniões políticas**, e sua facilidade em **deixar-se convencer pelos pedidos** (ASTRO DE MINAS, 9/7/1836, grifo nosso).

Os juizados de paz, por sua importância política, eleitoral, judiciária e policial eram disputados pelos lados políticos violentamente. Partidarizados, não poderiam cumprir com eficiência certas funções que exigiriam algum distanciamento das lutas partidárias. Mas nunca se pode esquecer, como lembravam os defensores dos Juizes de Paz, que “quando os Desembargadores ainda governavam, a impunidade era já escandalosa” (ASTRO DE MINAS, 2/8/1836). Também é importante lembrar que a reforma de 1841 não lhes retirou uma série de poderes, eleitorais (presidência da mesa eleitoral) e na administração local.

3.2.6 Recrutamento de Guardas Nacionais

Os cidadãos que eram da Guarda Nacional estavam isentos do recrutamento, e nem mesmo podiam ser destacados para fora da Província a não ser em casos muito excepcionais. José Clemente Pereira, então lembrado pelos Liberais como “*ministro absolutista de 1828*” (O ECHO DA RASÃO, 18/02/1842) aproveitando a revolta farroupilha como um caso excepcional conseguiu “*destacar até 5 mil homens das guardas nacionais de todo o império, em quanto não for concluída a pacificação do Rio Grande do Sul, a fim de suprir a força de 1ª linha onde for precisa*” (O UNIVERSAL, 15/12/1841).

O *Universal* imediatamente notou que essa medida “*deposita nas mãos dos presidentes das províncias, e de seus agentes um poder ilimitado sobre os cidadãos guardas nacionais*” pois poderiam “*mandar os guardas nacionais de que não gostar, ou que pretender arredar de seus domicílios, e províncias*” (O UNIVERSAL, 2/02/1842, 15/12/1841) e explica o método - “*basta que o designe para formar um destacamento, que tenha de ir daqui por exemplo para o Pará, e se o guarda nacional recusar, assenta-se-lhe praça, e vai logo servir no Rio Grande*” (O UNIVERSAL, 15/12/1841).

Por que duvidaria disso “*...quem vê um juiz de direito removido da Minas Novas para o Grão Pará, e outro do Amazonas para Pouso Alegre...*”? Dentro da lógica d’ “*a impunidade para os partidistas do governo, e a perseguição a mais tirânica contra seus adversários*” (O UNIVERSAL, 15/12/1841, 15/04/1842) os opositores que dadas as suas rendas até então se sentiam seguros contra o recrutamento perderam essa confiança. Se algum leitor ainda duvidava, *O Universal* dava o exemplo do Ceará, onde antes mesmo dessa nova medida “*As levas de recrutadas são numerosas, e entre elas se acham maridos que deixaram suas mulheres e seus filhos, velhos septuagenários, viúvos com filhos, e tantos outros cidadãos a quem a lei excetua deste pesado imposto*” (O UNIVERSAL, 31/12/1841).

Também existiam exemplos da Paraíba onde “*Na vila do Ingá foi preso para recruta o Sr. João Nepomuceno Rego, casado, com quatro filhos, procurador da câmara municipal, proprietário...*” e também o “*Sr. José Tavares, advogado provisionado, juiz municipal, e secretário da câmara, e seu destino é o recrutamento.*” Portanto, ninguém estava seguro. Na Corte mesmo o próprio ministro José Clemente Pereira teria ido pessoalmente recrutar um trabalhador do arsenal da marinha, e o mandar para o Rio Grande do Sul como soldado (O UNIVERSAL, 18/10/1841).

Deve-se saber que o Gabinete Maiorista também tentou destacar e recrutar Guardas Nacionais (O CORREIO DE MINAS, 10/3/1841).

3.2.7 Augusto Prisioneiro

Chama a atenção de todos que estudam a Revolta de 1842 que os rebeldes diziam que iriam libertar o Imperador da “*prisão da Boa Vista*” onde o “*augusto prisioneiro*” viveria “*...quase como um preso incomunicável, com sentinelas a vista noite e dia, vigiado em todos os seus movimentos, impossibilitado de ouvir os queixumes de seus súditos...*” (O UNIVERSAL, 10/09/1841)

Parece inacreditável que as folhas tenham repetido, por meses, que “*aprisionaram o Sr. D. Pedro II em seu próprio palácio*”. O “*...carcereiro o Sr. Araújo Viana*”, ministro, teria por objetivo “*...proibir expressamente a todos os que o cercam, que lhe falem sobre negócios políticos...*”, e se dá veracidade a essa denúncia com um caso pitoresco no qual Araújo Viana “*...fizera sentir nos termos os mais desrespeitosos e grosseiros à uma das augustas Princesas, que não lhe era permitido falar sobre política*” (O UNIVERSAL, 10/09/1841, 13/10/1841).

Às vésperas da revolta *O Universal* afirmou que “*Uma força oligárquica esmaga o Brasil. O Monarca está coacto; libertemo-lo...*” (O UNIVERSAL, 5/05/1842). Cinco dias depois do início da revolta, *O Echo da Rasão*, de Barbacena publicou a seguinte proclamação:

Illm, e Exm. Sr. – Havendo a Guarda Nacional, e povo deste Município se reunido hoje e proclamado a V. Ex. Presidente Interino desta Província, a fim de dirigir os esforços da mesma Província no empenho de livrar o Nosso Adorado Monarca da coação, em que o tem posto a Oligarquia hoje dominante... (O ECHO DA RASÃO, 15/06/1842)

Não há outro motivo nessa que é a primeira proclamação da Revolta. O assunto começa a ficar mais claro quando voltamos ao tempo do Gabinete da Maioridade e é um adversário dos Liberais, futuro legalista em 1842, deputado Paula Santos na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais que reclama do “*...sítio, que os atuais Srs. Ministros de Estado tem posto ao Paço Imperial.*” Tanto existiria “*...o sítio, que tem obstado a que o General Andrea obtenha uma Audiência particular de S.M.I.*”. Outro deputado que defenderia o governo em armas, em Tamanduá, em 1842, o padre Ribeiro de Andrade, disse na seção de 20 de fevereiro de 1841, “*...o Imperador está sempre debaixo das chaves que andam pendentes da algibeira, e circulado ou do cordão, ou dos espias...*”. Então, poucos meses depois da queda do Gabinete da Maioridade e da ascensão dos adversários, sua folha reclamou que “*...a oposição já começou a declarar como que em coação o augusto monarca...*” (O CORREIO DE MINAS, 17/02/1841, 28/07/1841, 15/09/1841). Os leitores atentos deviam perguntar, mudou de carcereiro vosso “*...coacto, porém constitucional*

Monarca” (O UNIVERSAL, 20/05/1842)? De nada adiantavam os desmentidos, como a notícia de que D. Pedro II e suas irmãs teriam visitado a Academia de Belas Artes (JORNAL DO COMMÉRCIO, 15/12/1841).

Mas então, do tempo de D. Pedro I, no *Pregoeiro Constitucional*, de Pouso Alegre, veio a resposta. Durante os últimos meses de reinado de D. Pedro I o *Pregoeiro* lhe fazia forte oposição, e ao final chamava os leitores às armas. Um desses chamados, de um Coronel de segunda linha de Pouso Alegre afirmou que “*O nosso adorado Monarca se acha coacto pelos infames que o cercam, é mister libertá-lo se a desordem continuar...*” (PREGOEIRO CONSTITUCIONAL, 9/4/1831).

Antes de ser considerado “coacto”, foi D. Pedro I quem introduziu esse uso no Brasil, ao falar de seu irmão, D. Miguel:

O Monarca, diz a Proclamação [de D. Pedro I sobre a situação em Portugal], não pode atentar contra o sistema Constitucional senão no estado de completa coação, e o Infante D. Miguel está coacto, quando falta aos seus mais sagrados deveres, procurando abolir a Constituição da Monarquia (ASTRO DE MINAS, 2/9/1828).

A folha Liberal fez questão de explicar que quando monarcas constitucionais, que por lei e pelos dogmas políticos a ela ligados não poderiam fazer mal, voltam-se contra a Constituição, “*é porque estão presos, estão coactos, termos, em que é lícita, é mesmo um dever a resistência*” (ASTRO DE MINAS, 2/9/1828).

Fica claro que se trata de uma fórmula monarquista para as revoltas. Ao ser necessário enfrentar o governo, e não se pretendendo levantar a bandeira republicana, afirmava-se que o monarca está coacto, mesmo que seja velho e barbado, mais fácil ainda se ele tiver 16 anos. Se restam dúvidas, então é só ler um trecho do *Maiorista*, republicado no *Universal* quase um ano antes da revolta, em que já se prevê o uso desse discurso:

para por em liberdade o Monarca de que uma facção tão astuta e audaz como ávida **se teria** apoderado, e defender a si mesmos das tiranias incalculáveis de uma ditadura, **arvorariam** a bandeira da resistência no meio dos vivas à constituição violada e ao Imperador coacto (O UNIVERSAL, 25/08/1841, destaques do Autor).

O uso do futuro do pretérito é impagável. Uma facção “teria se apoderado”, teria. É assombroso como o parágrafo é a previsão da forma adotada pela revolta tanto em São Paulo quanto em Minas Gerais. Ademais, o discurso do “monarca coacto” combina bem com o discurso de que o Conselho de Estado estaria tomando suas atribuições.

3.2.8 A reescravização dos “homens de cor”

Desde antes da revolta os governistas acusavam os Liberais de estarem afirmando que o governo queria escravizar os “homens de cor”:

estes novos Gracos foram à Cidade proclamar guerra aberta – já, e já – contra a Lei das Reformas do Código, contra o despotismo premeditado pelo atual Governo, e contra o Cativoiro dos Homens de cor, pois, segundo aquele Soldado, assim está decidido (O CORREIO DE MINAS, 5/02/1842).

Depois de sufocada a revolta, deputados legalistas reunidos na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais denunciaram que até um padre:

da Cadeira da Verdade pregara a seu Povo, que S.M.I. estava preso, os homens pardos cativos, e que daqui a pouco teria ele o horror, quando fosse a Batizar o filho de algum pardo lançar no livro do assento – Batizei a F. filho de F. ontem livre, hoje cativo (O CORREIO DE MINAS, 14/10/1842).

Também para *A Ordem* “*se espalhou geralmente, e foi estupidamente acreditado, que uma vasta conspiração se tramava pelo governo, e seus amigos para se reduzir a escravidão todos os homens de cor*” (A ORDEM, 16/11/1842).

Um deputado Liberal presente, o padre Bhering, que não fora cassado porque não pegou em armas, tentou explicar os motivos que levavam o povo a acreditar nesse tipo de coisas. Seria primeiro porque “*A Constituição, é muito pouco respeitada, e daqui vem toda essa desconfiança, em que vive o povo, de que há um plano para escravizá-lo...*” e acrescenta que “*O Povo não pode acreditar que é livre, quando suas garantias são calcadas aos pés com tanta sem cerimônia: e até com tanta crueldade*”, e ainda lembra o recrutamento, “*...carregam de ferros – Velhos – Pais de família – doentes a título de recrutas...*” (O CORREIO DE MINAS, 6/01/1843). Ou seja, inverteu as coisas e transformou a denúncia contra “*seu lado*” em denúncia contra o governo.

Trinta e cinco anos depois, o *Arauto de Minas*, de São João Del Rei, ainda acusaria os rebeldes de “*para armarem contra o governo as classes menos ilustradas da sociedade propalavam que ele queria escravizar os homens de cor...*” (ARAUTO DE MINAS, 6/1/1878).

A Revolta Liberal pode ter sido o último movimento em Minas Gerais a engrossar fileiras com esse rumor, mas não foi o primeiro (PANDOLFI, 2014, p.318). Desde a independência, passando pela Carta das Liberdades Brasileiras, pela revolta de Santa Rita do Turvo etc. esse boato fez história em Minas Gerais.

As folhas legalistas tentavam relativizar o discurso de diferença “de cor” entre os lados políticos, mas as folhas Liberais respondiam com a repetição. Por exemplo, no dia 22 de outubro de 1841, *O Universal* noticiou 4 recrutamentos ilegais na Paraíba, todos de homens pardos. Outro método era republicar artigos de outras folhas, mostrando que em outros pontos do Império se acreditava na mesma coisa. Era o caso do *Libertador*, da Bahia, segundo o qual “...querem subjugar o povo mais pobre que eles, que o querem, como em outros tempos, escravizar” (O UNIVERSAL, 21/03/1842). Ademais, se alguns Regressistas se esforçavam por desmentir as acusações dos Liberais, alguns as confirmavam, como denuncia *O Popular*, de São José, e foi republicado pelo *Universal*, que Carlos Carneiro de Campos¹⁰⁶, “corifeu do regresso na província de S. Paulo”, teria dito que “O povo brasileiro é aristocrático e conseqüentemente é necessário afagar suas tendências vedando que os homens de baixa extração e de cores diversas possam aspirar aos empregos de estado” (O UNIVERSAL, 6/07/1840).

Claro que se generaliza a intenção da fala: “No seu partido é que existe o plano, revelado pelo Sr. Carneiro de Campos, de ceifar quanto antes a raça cruzada, a fim de não ocupar emprego algum no Estado”. Fica fácil concluir “...por esta amostra se veja quais são a intenções dos atuais governantes, dos nossos homens do regresso” (O UNIVERSAL, 14/08/1840, 6/07/1840). Note-se que é um uso pioneiro do termo “raça”, que só mesmo nessa época tornou-se usual com seu sentido pseudo-científico e pseudo-biológico (AZEVEDO, 2005, p.298).

Alguns “homens do regresso” estariam diretamente envolvidos em tentativas de escravizar homens livres, a crer n’*O Universal* segundo o qual um Liberal estaria sendo perseguido por ter processado um chefe governista com o fim de “...libertar um seu cunhado, que injustamente esteve no cativo do Sr. Damaso”. Dos processos submetidos aos conselhos de jurados no ano de 1839, três eram por “Reduzir pessoas livres à escravidão” (O UNIVERSAL, 19/04/1841, 28/02/1840). Há o caso de “José Crioulo, homem livre, do qual se quer constituir Sr. – Vicente Cardoso Amado”. E “O Amigo dos forros que querem se livrar” contou o caso de Bernardino, que teria comprado sua própria liberdade em um leilão, por meio de um intermediário, que o traiu e “ia amarrado, e para ser surrado e vendido novamente”. O leitor ou ouvinte de folhas conheceria ainda um caso de escravidão ilegal no

106 Carlos Carneiro Campos nasceu na Bahia em 1805, e faleceu em 1878 no Rio de Janeiro. Formado em Direito na França, foi nomeado Lente da Faculdade de Direito de São Paulo, Província pela qual foi eleito Deputado Provincial e Geral. Foi presidente de Minas Gerais por três vezes, inclusive entre 1841 e o início de 1842. Foi um dos redatores da *Revista*, da Sociedade Filomática, que existiu na Faculdade de São Paulo (BLAKE, 1893, p.58).

Pomba, onde Manoel Joaquim da Rosa teve que indenizar Francisco José Corrêa por cárcere privado e redução à escravidão (ASTRO DE MINAS, 28/2/1828, 23/9/1828, 20/3/1834). Já seria suficiente para exclamarmos, como o deputado Bhering, “*E queremos, que o povo se convença que é livre...*” (O CORREIO DE MINAS, 6/01/1843).

É nítido que aconteceu em Minas Gerais uma “politização da cor” (GRINBERG, 2009). Para uma folha de Portugal, a *Revolução de Setembro*, o Brasil seria “...um país onde a diferença das raças excita animosidades invencíveis...” (O UNIVERSAL, 20/08/1841). Lembremo-nos de que:

Mais de três séculos de dominação portuguesa haviam concorrido para erigir uma estrutura social de racialização explícita na forma de regimentos militares de pretos, pardos e brancos, de irmandades religiosas segregadas, de cemitérios separados, de estatutos clericais de pureza de sangue e também das restrições ao acesso de cargos públicos imposta àqueles com “defeitos de cor” (AZEVEDO, 2005, p.301).

Durante o século XIX estava em desmonte essa estrutura, já descartada na Constituição do Império, mas ainda vigente, por exemplo, em Irmandades, ou seja, nos costumes. Dessa forma a “politização da cor” era uma tática com a qual se intervinha na construção do Estado, na medida em que desconstruía valores do Antigo Regime.

Somando a questão racial com a questão partidária toda a gravidade da questão aparece. Observe-se do ponto de vista de um negro livre que se informasse pelos jornais Liberais aqui usados como fontes. Com as reformas do código sendo aplicadas ele leria frases que diziam que todos “...os brasileiros passam desde já à condição de escravos...” e que “*Quer-se a todo custo escravizar o povo brasileiro...*”. Veria os Juízes de Paz de seu “lado político” destituídos de seu poder, a polícia e a justiça sob controle dos adversários. A imprensa estaria sendo calada e homens conhecidos e instruídos da capital espancados. Mesmo que fosse membro da Guarda Nacional, não estaria mais livre do recrutamento ou ao menos de ser destacado ainda como GN para alguma lonjura, afinal isso acontecia até com Juízes de Direito de famílias poderosas. Até o Imperador estaria preso, escravizado. Por fim, sendo esse homem livre negro conhecido como Liberal, contando com o “...cego espírito de partido...” (O UNIVERSAL, 25/04/1842, 27/04/1842, 18/08/1841) já se imaginava, se não escravo, ao menos no Rio Grande do Sul, passando frio e fome.

Em seu famoso livro o padre Marinho negou que os Liberais tenham espalhado o rumor de reescravização dos homens de cor (1978, p.114). Mas esse rumor era, para usar um termo da época, cediço, usado já nas décadas de 1820 e 1830 com variadas intenções

políticas. Porém se é verdade que os Liberais contavam com mais negros em suas fileiras, então é de se esperar que fossem mais acreditados quando usassem desse rumor. É possível notar que o rumor sempre vinha acompanhado de explicações, como o fim do tráfico, as reformas da Constituição, ou a criação da Guarda Nacional. A verossimilhança que as explicações forneciam ao rumor certamente o fazia mais ou menos influente.

Portanto, por um lado, conforme acusou o governo, “*houve abuso da boa fé e da credulidade da população*” (HÖRNER, 2011, p.345). Mas por outro lado a escravização dos negros livres era um medo que já permeava a sociedade e se desenvolvia por qualquer motivo. Mas sobretudo, os motivos que levavam líderes opositores a temerem as reformas do código eram os mesmos que levavam os negros a temerem essas reformas, que era o poder concentrado nas mãos de agentes do governo dos quais não se era aliado. Na medida em que um rumor pode prover o “*fornecimento de categorias e conceitos que lhes permitissem entender as disputas políticas*”, a reescravização dos homens de cor era uma forma de “entender” a reforma do Código do Processo (PANDOLFI, 2014, p.314). Embora tenha sido uma reforma judiciária, ao atingir as autoridades locais, atingia interesses pessoais de pessoas simples, como os que temiam ser recrutados, os que estavam em disputa judicial por sua liberdade etc. De uma longa explicação desde a aprovação das leis no Rio de Janeiro até as possíveis consequências que poderiam resultar para um simples homem pobre, é natural que algumas pessoas só se lembrassem de uma simplificação exagerada e generalizada.

3.2.9 Dissolução da Câmara e as Instruções Eleitorais de 1842

Como se sabe, o estopim da revolta foi “*a dissolução prévia da Câmara, ocorrida em 1º de Maio*” de 1842 (CARVALHO, 1990, p.20; HÖRNER, 2011, p.336). Nos dizeres de Marinho os Liberais estavam resignados mas “*A notícia porém da dispersão violenta da Câmara dos Deputados, o adiamento da Assembleia Provincial, incandesceram os ânimos, e o aparecimento da nova e anticonstitucional lei eleitoral acabou de os irritar*” (MARINHO, 1844/1978, p.65).

Foi um conflito marcado com mais de um ano de antecedência. As folhas governistas começaram a pregar insistentemente a dissolução, criando para as eleições de 1840 o rótulo de “eleições do cacete”, que perdura até hoje, e as folhas da oposição avisaram que isso “*...irritaria a tal ponto os ânimos dos partidos, que não duvidamos afirmar, que muito sangue correria; e talvez a guerra civil sacudisse os seus brandões em todas as províncias*”. Disseram claramente que “*A dissolução, não cessaremos de repeti-lo, é a desordem, e a*

guerra civil”, e instigaram seus leitores à revolta quando a dissolução se desse, “...*deve-se não a obediência, mas a resistência, em nome mesmo da ordem, do direito, e da constituição*” (O UNIVERSAL, 16/07/1841, 25/08/1841).

Mas os governistas, que tinham uma bancada mínima na Câmara eleita em 1840, insistiam, lembrando ao Ministério que não poderia sobreviver contra uma maioria de Liberais, “...*enquanto o ministério não dissolver, ninguém acreditará nele; todos o terão por um ministério efêmero, cuja duração não pode ir longe, cujos princípios mesmo não governarão o país por muito tempo...*”. Às vésperas da dissolução essa folha não tinha dúvidas, “...*e ainda há quem pergunte – haverá ou não dissolução? O ministério não pode recuar agora...*” (O CORREIO DE MINAS, 15/09/1841, 27/04/1842).

Apesar de Ottoni ter relativizado seu discurso em sua *Circular*, o que as folhas publicaram em 1841, quase um ano antes da revolta, foi que ele dissera na Câmara dos Deputados que “*O primeiro efeito da dissolução prévia seria colocar o governo fora da órbita legal, revestido do caráter de uma facção revolucionária, e desligar conseqüentemente o país da obediência, que antes lhe era devida...*” (O UNIVERSAL, 25/08/1841; OTTONI, 1860, p.95). Por assim dizer, era o limite, era a senha para o combate, até porque “...*constituindo em si mesma um golpe de estado, exigiria para ser levado a efeito muitos outros golpes de estado...*” (O UNIVERSAL, 25/08/1841), ou seja, mais repressão.

Ademais, Liberais e governistas tinham “se jurado”, pela imprensa, na tribuna, e não duvidamos que nas ruas, e eram homens “de honra”, de orgulho sensível. “*A violência interpessoal era um fato recorrente e se reproduzia de forma endêmica nas relações sociais, estreitamente associada a noções de honra e com forte conteúdo ritual*”. A valentia era “*uma premissa da honra*” (VELLASCO, 2004, pp.232, 246). Estavam se medindo, e se encarando, como na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em Março de 1841, “*O Sr. Doutor Barbosa, querem levar tudo à força. O Sr. Costa Pinto, são os Srs. que querem levar tudo à força*” (O CORREIO DE MINAS, 2/3/1842). De uma feita *O Universal* disse que “...*a dissolução importa o perigo eminente do estado, e lança uma nódoa na reputação dos deputados eleitos*” (O UNIVERSAL, 16/07/1841, grifo do autor). Diante dos preparativos militares do governo que visavam ou intimidar ou se preparar para a revolta, o que se imaginava em Barbacena era que “*quereis muito de propósito instigar os ânimos com os vossos burlescos aparatos bélicos*” (O ECHO DA RASÃO, 18/02/1842). Esse sentimento “de honra” era conhecido - “...*os homens que mais podiam prestar-lhe, por qualquer coisa, por uma grosseria, por um mal modo, que experimentem, se arrufem, e larguem barcas e redes.*” (O UNIVERSAL, 1/10/1841). Portanto, terem todo o esforço de vencerem as disputadíssimas

eleições de 1840, mesmo contra as leis, o que também exige esforço, e se verem esbulhados na hora de colherem os frutos não era qualquer coisa para essas pessoas. Um rebelde que nem era deputado, em carta para sua esposa, afirmou que estava em armas “*porque quem foi tão injuriado e tão perseguido assim o deve fazer*” (NOGUEIRA, 1979, p.61). Não nos esqueçamos que, como disse Francisco Iglésias, “*A causa já estava perdida para os paulistas, embora houvesse ainda ilusão a respeito, quando os mineiros entraram na luta, por fidelidade à palavra*” (IGLÉSIAS, 1978, p.407).

Por fim, a dissolução implicava em novas eleições, e esse assunto era central para esses homens. Meses antes da dissolução *O Universal* já falava de “*...eleições que tem em vistas fazer a seu jeito, quando se der esse golpe fatal, e preconizado da dissolução da câmara de 42...*” (O UNIVERSAL, 22/12/1841). Nota-se que a dissolução foi muito mais que um “*pretexto imediato*” (IGLÉSIAS, 1978, p.396) para a revolta.

Ao mesmo tempo em que dissolveu a Câmara o governo criou “*novas instruções para as futuras eleições...*” que foram imediatamente marcadas decidindo a “*...mudança das autoridades encarregadas de presidir as mesas eleitorais...*”(O UNIVERSAL, 25/05/1842, 30/05/1842), ou seja, extinguindo o poder da Assembleia na escolha da Mesa. Foi uma revolução eleitoral, as maiores mudanças desde as já tratadas instruções eleitorais de 1824. Francisco Iglésias incluiu as novas instruções eleitorais entre as motivações para a Revolta de 1842. A Mesa seria formada pelo Juiz de Paz, pelo Pároco, dois Secretários e dois Escrutinadores. Os dois Secretários e dois Escrutinadores seriam escolhidos por uma comissão de 16 votantes escolhidos por sorteio dentre a lista dos que podiam ser Eleitores (JOBIM, PORTO, 1996, pp 29-93).

Além disso, não seria mais a mesa que decidiria quem era e quem não era votante:

....nenhum cidadão poderá votar, se não tiver sido incluído na lista dos votantes, nem ser votado, se não houver sido contemplado como elegível na mesma lista. Esta lista é formada por uma junta composta do juiz de paz, do pároco e do subdelegado da polícia. (O UNIVERSAL, 30/05/1842)

Decidiu-se também “*...que as listas dos votantes sejam entregues pessoalmente por cada um deles à proporção que se for lendo o seu nome...*” (O UNIVERSAL, 30/05/1842) acabando com o voto por procuração, na qual um eleitor levava as cédulas eleitorais de vários eleitores que nem apareciam na igreja.

Somadas às reformas do Código, essas Instruções tornaram as eleições de 1842 completamente dominadas pelo governo (IGLÉSIAS, 1978, p.407). Mais do que isso,

aniquilaram o poder das Assembleias Paroquiais, que não elegiam mais a Mesa. E a Mesa não decidia mais quem votava ou não votava. O objetivo era acabar com a tática de vencer as eleições usando o povo com renda abaixo da exigida por lei para ganhar a Mesa.

No país todo os Liberais boicotaram as eleições de 1842. Para *A Ordem* “*a rebelião de Sorocaba não teria aparecido se os homens de julho [maioristas] não contassem com a derrota iminente nas eleições*” (A ORDEM, 31/12/1842).

3.2.10 A Revolta de 1842 e a Interpretação do Ato Adicional

A Interpretação do Ato Adicional tem sido incluída entre as motivações da revolta:

Conforme destacaram esses mesmos líderes, o movimento de 1842 foi consequência direta do processo regressista e, principalmente, da chamada Lei da Interpretação do Ato Adicional, de maio de 1840, que muito além do que seu nome sugere, significou completa transformação do que anteriormente se pretendia com a reforma descentralizadora de 1832-1834 (ARAÚJO, 2014, p.119).

Mas as folhas Liberais de Minas Gerais durante o ano e meio anterior à Revolta Liberal pouco trataram da Interpretação do Ato Adicional, aprovada em 12 de Maio de 1840. O Manifesto rebelde de Feliciano logo depois de se iniciar a Revolta cita a Interpretação do Ato Adicional, mas como um primeiro passo de seus adversários, e não como um motivo em si da revolta (MARINHO, 1844/1978, p.74). A Interpretação foi pauta até ser aprovada, e depois foi quase deixada de lado. Para falar da Interpretação depois que ela foi aprovada seria necessário denunciar casos que confirmassem os prognósticos feitos antes. Mas talvez o motivo dessa ausência seja que com a Maioridade os até então adversários do Ato Adicional entraram no governo dois meses depois de aprovada a Interpretação, e se beneficiaram com a mesma, de forma que não podiam denunciar seus próprios atos. Já o lado que aprovou o Ato Adicional também não o atacaria frontalmente.

Para Paulo Pereira de Castro aconteceu com a Interpretação “*uma verdadeira reforma da lei através da praxe*”, pois “*A ação independente das bancadas demonstrou que a Lei de Interpretação do Ato Adicional não era basicamente contraditória com as autonomias provinciais, pois a guarda dessa autonomia podia transferir-se para as bancadas provinciais na Câmara dos Deputados*” (CASTRO, 1978, p.527).

Trata-se de um caso em que não foi a Interpretação que motivou a revolta, mas a revolta que foi posteriormente utilizada para fazer propaganda da “*Bandeira das Franquezas*

Provinciais”, que o Partido Liberal por “*largos anos conservou*” (OTTONI, 1860, p.43).

A guisa de conclusão sobre as motivações da revolta, a reforma do Código do Processo abrangia uma série de assuntos daquela sociedade, e compreendida dentro da cultura política regencial de medo partidário (os políticos de 1842 ainda não tinham se desfeito dos ódios, dos hábitos políticos etc. da década de 1830) era capaz, como foi, de mobilizar grande número de pessoas, de ricos a pobres. Atingiu os líderes políticos (e logo se verá que também a imprensa), as autoridades jurídicas e policiais locais, interferindo nas eleições, no recrutamento e na constante luta dos negros pela liberdade. Em resumo “*da justiça cidadã de 1832 não sobrara quase nada*” (DANTAS, 2009a, p.14). Atingiu sobretudo porque amedrontou, mas atingiu. Nas palavras de Bentham, um dos nomes mais respeitados de então:

Entre a segurança real e o sentimento de segurança, há uma ligação natural e íntima, mas essas duas coisas podem existir separadamente.

Considerando-se como distintas, o **sentimento de segurança é o mais importante**; porque o número das pessoas expostas a sofrer por um estado de opressão, pode estender-se à todas as classes das Sociedade (ASTRO DE MINAS, 29/11/1828, grifo do autor).

As duas leis, destacadamente a reforma do Código do Processo, derrubaram o sentimento de segurança. O problema da reforma não era ela em si, era o lado adversário. Não estavam mentido. As reformas não eram um “pretexto”, eram a arma que temiam nas mãos dos adversários. A luta não foi exatamente contra a arma, mas para decidir quem a manejaria.

Pode parecer incoerente que Marinho, que tantas vezes discursou contra a Reforma do Código, tenha dito na Câmara dos Deputados em 1845 que:

Não foi a lei de 3 de dezembro de 1841 que pôs as armas nas mãos das pacíficas e industriosas províncias de Minas e S.Paulo (...), porém outras muitas causas, anteriormente acumuladas, lançaram as duas províncias nos males da revolução (RODRIGUES, 2015, p.122).

Também na exposição de motivos da Anistia se explica que “*a revolta de São Paulo e Minas foi o resultado infalível e previsto de causas por muito tempo acumuladas de paixões por muito tempo exacerbadas*” (MARINHO, 1844/1978, p.383).

A lei de 3 de dezembro de 1841 em si, em outra sociedade, não teria o mesmo significado. Os pavores causados por essa lei eram todos relacionados com as “causas” e “paixões” por muito tempo acumuladas. Se as relações políticas não fossem tensas e altamente partidarizadas não haveria o temor da concentração de poderes em Delegados governistas; Se não acontecessem reescravizações de pessoas livres, os negros não temeriam a

reescrevização etc. etc.

Em síntese, a propaganda rebelde, antes, durante e depois da revolta, era de que lutaram “*em apoio da liberdade pública*”, o que se viu que era uma variedade de coisas (MARINHO, 1844/1978, p.134). Ou como dito por Dias de Carvalho, “*Os mineiros que como eu tomaram parte no movimento de 10 de junho, estavam persuadidos da existência de um partido, cujos esforços se encaminhavam para cercear a parte democrática da constituição*” (Apud ARAÚJO, 2014, p.122).

4 MINAS GERAIS EM ARMAS

Para entender o papel da Revolta de 1842 na história da imprensa mineira, e suas outras consequências, é necessário responder algumas perguntas. Durante a luta armada, o que fez a imprensa e o que aconteceu com ela? A Revolta, em si, explica alguma coisa do que veio a acontecer com a imprensa? Qual a envergadura do conflito? Quem combateu? Quais as estratégias e táticas? Por que foi tão marcante para as gerações das décadas seguintes? A opção por seguir a ordem cronológica se deve à grande quantidade de batalhas, levantes, marchas e contra-marchas que quando somadas a uma narrativa também complexa impedem a compreensão da revolta. Esse é o único capítulo em que a imprensa não é a fonte mais numerosa, e o leitor notará os motivos disso ao longo do mesmo.

4.1 Vésperas

Nos meses que precederam a revolta a oposição denunciou a repressão contra sua imprensa e diretamente contra as pessoas dos opositores, e preparou o levante.

4.1.1 Perseguição à imprensa

Uma das acusações mais sérias que os rebeldes fizeram ao governo foi que com a reforma do Código “...puseram debaixo da jurisdição dos seus esbirros, desses escravos obedientes, a maior parte dos crimes usuais que podem ser cometidos pela imprensa”, que assim teria sido calada. O Chefe de Polícia da capital “pode daqui fulminar uma sentença condenatória contra os redatores, editores, compositores...” (O UNIVERSAL, 15/04/1842).

É importante saber que meses antes, quando no governo, os Liberais, pelo *Despertador* do Rio de Janeiro, pediam em artigo republicado pelo *Universal*: “...uma lei verdadeiramente repressiva dos abusos da imprensa, uma lei que faça efetiva a responsabilidade dos crimes, no abuso de exprimir os pensamentos por este meio...” (9/09/1840)

Quando os Liberais caíram, foram seus adversários que, com as reformas do Código, tentaram obter esse poder. Já existiam leis de imprensa, prevendo dezenas de proibições, mas dificilmente uma denúncia contra um redator passava sequer pela primeira reunião de jurados, dificilmente o verdadeiro redator aparecia, e mesmo quando acontecia uma punição,

difícilmente era dura, embora a lei previsse até o exílio. Portanto, as reformas do Código apavoraram os redatores. Se não existisse uma constante tensão entre governos e imprensa, além de leis duras contra a imprensa, os redatores não temeriam um Código do Processo mais governista.

Disse o *Despertador Mineiro* que “*por toda a parte a Polícia desdobrou toda a sua satânica perseguição: logo fez calar a imprensa*” (O DESPERTADOR MINEIRO, 28/06/1842). A perseguição teria se iniciado no Rio de Janeiro ainda em 1841:

...o ministério, cada vez mais sombrio e suspeito, mandou fazer prisões. Várias pessoas tem sido presas esta manhã pela polícia, e entre elas o Sr. Ignácio Ferreira do Maranhão, moço honesto e pacífico, mas suspeito de ter parte na publicação do *Maiorista*... (O UNIVERSAL, 6/09/1841)

Teria acontecido o “...*espancamento do cidadão Inácio José Ferreira na corte do Rio de Janeiro*...” e o *Universal* concluiu “...*a liberdade de imprensa está acabada, porque a pessoa, e a vida dos escritores estão à mercê do cacete dos assassinos*...”. Não interessa se realmente esse espancamento teve motivos políticos ou motivos pessoais como alegou o *Jornal do Comércio* de 11 de Janeiro de 1842. O que interessa é que se dizia em Minas Gerais que redatores eram espancados. Poucos dias depois seria outro redator, do *Maiorista*: “...*sendo agarrado o Sr. Torres Homem*¹⁰⁷ *pelo ordenança do Sr. Rangel, pôde este satisfazer nobremente a sua vingança, enquanto a vítima estava com os braços presos para trás*...” (O UNIVERSAL, 17/01/1842, 21/01/1842)

Poucos meses depois essa folha seria calada. O governo resolveu “...*fazer prender os proprietários da tipografia Mad. Ogier, e seu filho menor, os quais, segundo nos informam, já foram soltos depois de haverem prometido que não imprimirão mais jornal algum da oposição*” (O UNIVERSAL, 1/04/1842).

Passados alguns dias o *Universal* noticiou o fechamento do último jornal de oposição da Corte, o *Constitucional* (O UNIVERSAL, 13/04/1842). Logo chegaria a vez d’*O Universal*, e como José Pedro Dias de Carvalho estava na Corte, o chefe de polícia “...*manda intimar um simples operário da tipografia (...) Está pois a ser calcado na masmorra um*

107 Francisco de Salles Torres Homem nasceu no Rio de Janeiro em 1812 e faleceu em Paris em 1876. Médico pela Faculdade do Rio de Janeiro e formado também em Direito em Paris. Foi um dos redatores da folha da Sociedade Defensora, retomou a publicação da *Aurora Fluminense* depois da morte de Evaristo da Veiga, redigiu o *Despertador* e *O Maiorista*, todos periódicos muito influentes e republicados na Província de Minas Gerais. Em 1842 *O Maiorista* foi fechado e Torres Homem preso e exilado. Defendeu a Conciliação, e terminada esta, ligou-se ao Partido Conservador (BLAKE, 1895, p.114-118). Para quem estuda as motivações da Revolta de 1842 é notório o enorme papel de Torres Homem e d’*O Maiorista*.

inocente...”. O último *Universal* justificou sua suspensão pela “...perseguição sistemática, a que se deve a cessação absoluta dos periódicos da oposição na corte”, reclamou que o governo continuava processando trabalhadores da tipografia e que tinha sido multado por não declarar nas folhas o nome do impressor. Em meio à revolta o *Despertador Mineiro* se lembraria, “*O Despertador viu-se na necessidade de calar-se para não sofrer a sorte do Maiorista, Universal, Guarda Nacional etc.*” (O DESPERTADOR MINEIRO, 25/04/1842, 30/05/1842, 25/06/1842).

Retrato 10 - Francisco Salles Torres Homem



Fonte: Ministério da Fazenda.

O assunto foi polêmico na Assembleia Legislativa Provincial nos meses posteriores à Revolta, pois um deputado Luzia que não foi cassado porque não pegou em armas, Olímpio Catão, de Baependi, disse dirigindo-se ao deputado que era também chefe de polícia, Diogo de Vasconcelos, irmão de Bernardo Pereira “...o nobre deputado não ignora a perseguição que houve contra a imprensa do Rio de Janeiro (...) as tipografias da província já começavam a ser perseguidas, sabido é que foi imposta uma multa às tipografias desta Cidade...” (O CORREIO DE MINAS, 21/10/1842).

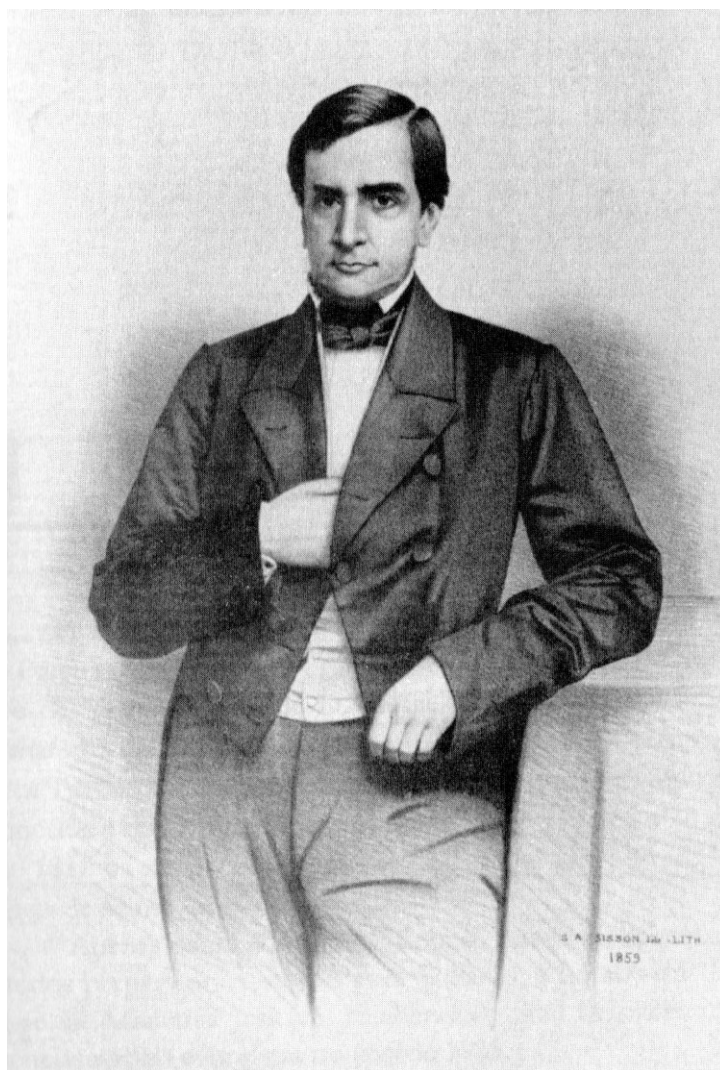
Na seção do dia seguinte Vasconcelos respondeu. Sobre a imprensa da Corte, confirmou a repressão e justificou “...não podia imprensa ser mais descomedida do que foi ultimamente a da oposição na Corte: escritos incendiários, que só tinham por fim subverter a ordem pública deviam ser reprimidos (apoiados)...” (O CORREIO DE MINAS, 24/10/1842).

Em Ouro Preto, disse que “...se organizou senão um processo contra a imprensa...”, esquecendo-se do tipógrafo do *Universal* pois “*Um processo se formou contra o periódico Guarda Nacional: eu o determinei ao Juiz Municipal.*” O motivo seria que:

...o periódico *Guarda Nacional* publicou um artigo, concitando às armas esta Província, a de S. Paulo, Bahia, e outras (...) dizia mui claramente, que não devia ser obedecido o Decreto de S.M.I. (...) que a Província de Minas não pagasse impostos... (O CORREIO DE MINAS, 24/10/1842)

É ainda ele que nos informou que “...continuaram nela [Província de Minas Gerais] ainda alguns órgãos da oposição na cidade de Barbacena, e S. João Del-Rei: calando-se em fins de Maio...”. Afirmou que “...esses escritores propalaram boatos de prisão contra si ordenada” (O CORREIO DE MINAS, 24/10/1842).

Retrato 11 - Diogo Pereira de Vasconcellos



Fonte: SISSON. Galeria dos Brasileiros Ilustres.

Diante do fato de que a imprensa de oposição tinha sido realmente calada, Diogo de Vasconcelos se exasperou e atacou abertamente a imprensa:

Quer o nobre Deputado que continuem os gritos dessas imprensas desmoralizadas, que não respeitam a vida privada do cidadão, que não conhecem limites na sua depravação, que em fim não respeitam nem o sagrado, nem o profano, dessa imprensa da anarquia, que servia de eco de um partido desorganizador, e que **acabou por levantar o estandarte da rebelião ensanguentando vários pontos da Província até que foram sepultar-se em Santa Luzia?** (O CORREIO DE MINAS, 26/10/1842, grifo nosso).

A multa que a tipografia d'*O Universal* recebeu (a do *Correio de Minas* também recebeu) era prevista desde 1830, mas não era cumprida. Prender os tipógrafos foi a intenção das Instruções de Feijó, de 1837, e também não se cumpria. O que alarmou jornalistas e tipógrafos, fazendo calar a imprensa oposicionista, foram sinais de que a lei seria cumprida. A reforma do Código do Processo, de 3 de dezembro de 1841, multiplicou as forças do governo, permitindo que este fizesse valer as leis que restringiam a liberdade de imprensa.

Desde a lei de imprensa de 1830 a “*aposta não estava mais na legislação sobre a imprensa, já fartamente discutida e reformada*”. Tratava-se agora de “*tornar eficientes, do ponto de vista governamental, as instancias judiciárias encarregadas de punir os infratores*” (NUNES, 2010, p.106). Os redatores perderam por algum tempo a confiança nos “*juízes de fato*”, os jurados, que seriam a partir da reforma do Código “*qualificados por o juiz de direito, e promotor público, que são criaturas do governo, e dele dependentes...*” (O UNIVERSAL, 21/3/1842).

4.1.2 O início da aplicação do novo Código do Processo

Quando Ferreira de Rezende culpou as reformas do Código do Processo como instigadoras principais da Revolta de 1842, ele deu como exemplo a inabilidade do delegado de polícia nomeado para Campanha, que provocou os Liberais e acabou levando a que muitos deles abandonassem a vila e pegassem em armas, como aconteceu com o pai do memorialista (REZENDE, 1944, pp.145, 146).

Campanha não era caso isolado. Na vila vizinha, Pouso Alegre, os governistas começaram com “*...ameaça a muitos cidadãos distintos de Pouso Alegre de os perseguir, logo que se publiquem as tais reformas, e de levá-los à cadeia...*” (O UNIVERSAL, 22/12/1841) Com base na “*...suspeita de que a oposição quisesse tentar algum movimento mais sério...*”:

...o juiz de direito teve a imprudência de reunir à sua porta o povo, e

distribuir ele mesmo espingardas, facas, pistolas, azagaias & por entre os da multidão; e entregando essa gente armada a dois meirinhos os mandou percorrer as ruas da vila, e nesse giro andaram até a noite (O UNIVERSAL, 26/01/1842).

O município ficou sob armas, e o resultado teria sido o mesmo de Campanha, “...achar-se a vila quase deserta; e terem se retirado dela, e das roças para mais de 800 pessoas...” (O UNIVERSAL, 16/03/1842) Também afirmaram que “*Tamanduá ficou deserto com as perseguições, estando refugiados todos os cidadãos, que não foram presos.*” (O DESPERTADOR MINEIRO, 28/06/1842) Essa Vila estava conflagrada ao menos desde as eleições de 1840. Em 1841 “...resignaram-se os Vereadores a prisão e dela requereram, e obtiveram soltura por habeas corpus...” que conseguiram de um Juiz de Paz Liberal como eles, o que não seria mais possível depois das reformas do código, pois os juizes de paz perderam o poder de dar *habeas corpus*. Em 1842 um ferreiro teve que fugir para não ser preso, “e outros, receosos da mesma sorte, vão se ocultando como foragidos.” (O UNIVERSAL, 28/04/1841, 13/04/1842).

Uma representação de Baependi reclama da “*mais cruenta perseguição*” (O DESPERTADOR MINEIRO, 9/04/1842). Os vereadores de Itabira reclamaram da “...perseguição geralmente voltada contra todos aqueles que promoveram, e aderiram à antecipada elevação de V.M.I...”. Uma Representação com mais de 800 assinantes de Aiuruoca denunciou a “...perseguição mais escandalosa, e de que não oferece exemplo a história Brasileira”. Em Minas Novas aconteceram “...tiros, pedradas, e outros insultos (...) ameaças às pessoas que seguem o partido da oposição”. Em Diamantina “...trazem a cidade em contínuo alarma; espalham rondas numerosas por toda a parte; dão buscas acintosas em indivíduos da oposição...” (O UNIVERSAL, 25/02/1842, 28/02/1842, 23/03/1842, 1/04/1842) e depois que um taberneiro foi espancado as autoridades indicadas pelo governo resolveram:

fazer percorrer as ruas uma aparatosa ronda, cuja principal missão era desfeitear adrede todos aqueles, que se não curvam diante dos podres ídolos do dia (...) Não se pejando esses imprudentes, de para aumentar o número dos seus valentões, armarem escravos (O UNIVERSAL, 18/04/1842).

Com exceção de Tamanduá e da região do Triângulo, convulsionadas desde 1840, as primeiras municipalidades atingidas foram Barbacena, Presídio (atual Visconde do Rio Branco) e logo depois São João Del Rei: “*Por decretos de 10 de dezembro corrente foram suspensos do exercício de suas funções, e mandados responsabilizar os vereadores das câmaras municipais da cidade de Barbacena, e da vila de S. João Baptista do Presídio*” (O

UNIVERSAL, 24/12/1841).

Deve-se saber que essas suspensões não foram completa surpresa pois era o mesmo Ministério que “*repreendeu a câmara de Mariana por ter pedido o perdão de uma ré, estabelecendo o precedente de que era isso contra a lei do 1º de Outubro de 1828*” (O UNIVERSAL, 24/12/1841). Havia, portanto, o objetivo de fazer cessar a participação das Câmaras Municipais na política geral do Império. Vinte dias depois:

Por decreto de 30 de dezembro último foram suspensos os vereadores da câmara municipal da cidade de S. João d’el Rei pelo gravíssimo atentado de representarem ao trono contra a política do gabinete atual (O UNIVERSAL, 24/01/1842).

A folha governista aprovou, acreditando que “*...atos de prudência e vigor provarão à oposição que não lhe é lícito agitar o país...*” (O CORREIO DE MINAS, 5/01/1842) Mas “*...as representações continuam subindo ao trono...*”, e a tensão crescendo com boatos como o que se espalhou em Presídio de que chegariam “*...burros carregados de correntes, para processar e conduzir presos os vereadores...*”, e não raro espalhados pelos governistas. Boatos que reforçavam o que as folhas oposicionistas tinham dito ao afirmarem que “*enchendo todo o país de seus agentes de policia, ele [o governo] vai impor a sua dominação*” e “*com a reforma judiciária ninguém se pode considerar seguro. A mais pequena desafeição dará lugar a um processo*” (O UNIVERSAL, 24/01/1842, 23/02/1842, 24/12/1841, 27/04/1842).

Além dos vereadores “*No Presídio foram processados muitos cidadãos só por terem dirigido representações à S.M.I...*” (O DESPERTADOR MINEIRO, 28/06/1842) e “*Espalham que esta vila está em armas, e outras quejandas calúnias, quando uma só espingarda talvez não exista preparada em todas as casas*”. Mas apesar de afirmar que estava desarmada a Vila, aconselha que o Juiz de Direito indicado segundo o código reformado “*fizesse a sua entrada antes da força pública (...) para evitar quaisquer insultos...*” (O UNIVERSAL, 23/02/1842).

Em São João Del Rei, depois de suspensos os vereadores Liberais “*Preparou-se uma força de 60 guardas nacionais; a gente do corpo policial foi posta em armas; os suplentes convocados para irem tomar posse...*” (O UNIVERSAL, 16/02/1842). O indicado para Delegado também em São João seria “*inteiramente baldo de instrução*” (MARINHO, 1844/1978, p.91). Em maio, quando a Câmara dos Deputados foi dissolvida, a Assembleia Legislativa adiada, mas sobretudo quando São Paulo se levantou, “*...deram muitas buscas em diversas casas, vigiavam constantemente os membros da oposição...*”:

Não se podia falar, escrever, rir, nem passear, que já daí não tirassem uma conspiração, um rompimento... rondas e patrulhas de Pedestres circulavam a Cidade, todas as suas entradas ficaram tomadas; ninguém podia entrar ou sair sem Passaporte; as comunicações particulares e cartas eram interceptadas e violadas; o comércio ficou paralisado e os víveres subiram de preço (O DESPERTADOR MINEIRO, 25/06/1842).

O redator do *Despertador Mineiro*, dois anos depois, detalhou em seu livro sobre a Revolta de 1842 que em São João Del Rei:

O segredo das cartas era violado com irritante zombaria, a ninguém era permitido sair da cidade sem prévia licença da Polícia, ou entrar sem ser revistado pelos destacamentos, que se achavam postados em diferentes lugares. Pessoas de qualidade foram conservadas em cárcere privado em casa do Delegado. (...) as casas que se diziam suspeitas foram varejadas brutalmente, em busca (dizia-se) de armamentos e munição (MARINHO, 1844/1978, p.91).

Por fim, em Barbacena, onde a revolta explodiria em 10 de junho de 1842, os Liberais reclamavam que os “*empregados foram quase todos demitidos, e substituídos pela gente menos grada do país, e que tem o ferrete da reprovação pública...*”. Um mês antes da revolta, fortalecendo os temores Liberais, o governo ordenou um “*...novo processo contra os vereadores suspensos da câmara de Barbacena, na forma determinada pela lei, e regulamento que alteraram a forma do processo...*” (O UNIVERSAL, 5/05/1842, 9/05/1842). Usando dos restos de poderes locais que ainda não tinham sido suprimidos posto que as reformas estavam no início de sua execução, os vereadores processados tinham conseguido uma absolvição. Insatisfeitos, os governistas mandaram processá-los novamente, dessa vez por autoridades todas indicadas, como se tivessem dito “queremos mesmo reprimir e a reforma do código foi feita sim para isso.”

Observe-se que as questões locais são partidárias e não bairristas. Por exemplo, Barbacena e Paracatu, a primeira e a última localidades a se levantarem, foram ambas elevadas a cidades por Bernardo Jacinto da Veiga, presidente contra o qual se levantaram em 1842 (O UNIVERSAL, 4/05/1840). Ou seja, não se encontra entre as motivações da Revolta de 1842 assuntos locais, como limites, status legal da localidade etc.

4.1.3 Os Patriarcas Invisíveis e a preparação final

Já no dia 23 de maio chegou a Ouro Preto a notícia do levante de Sorocaba, o que significa que o Barão de Monte Alegre, presidente legal de São Paulo, estava bem informado dos movimentos de seus adversários. Bernardo da Veiga, presidente legal de Minas Gerais, enviou a seus subordinados ordens para tomarem providências contra uma possível revolta em Minas Gerais (O CORREIO DE MINAS, 18/10/1842). Havia no ar a desconfiança de que se preparava a revolta.

Apesar de José Antonio Marinho, memorialista que contou a versão dos rebeldes, ter dito que a revolta de Minas Gerais não foi fruto de uma conspiração em comum com os paulistas, o que o estudo das fontes confirma são os argumentos de Paulino, então Ministro da Justiça, para a Assembleia Geral, sobre a revolta de 1842:

a uniformidade da linguagem, e dos meios adotados pela rebelião nos diversos e tão distantes pontos onde rebentou, em S. Paulo e Minas, indica suficientemente que o plano da conspiração fora com muita antecedência e vastidão preparado...¹⁰⁸

Também o primeiro cronista da revolta, Bernardo Xavier Pinto de Sousa, observou a “*vastidão do seu plano*”. O presidente de Minas Gerais, Bernardo da Veiga, escreveu no dia 6 de julho de 1842 que “*a oposição traçou um plano de revolta, não para Barbacena, mas para todos os pontos da Província, onde conta com qualquer apoio*”.¹⁰⁹ Para o Ministro da Guerra, José Clemente Pereira, a revolta foi “*filha de plano antigo, que a ordem dos conhecimentos felizmente fez precipitar*” (PEREIRA, 1843, p.22). O Dr. José Jorge da Silva¹¹⁰, ex-deputado provincial, chefe rebelde lavrense, teria dito para uma testemunha do inquérito de Lavras que o “*movimento era geral, que vinha tramado do Rio de Janeiro*” (NOGUEIRA, 1979, p.263).

A revolta “*começou a ser discutida, em janeiro de 1842, e planejada no interior da sociedade secreta Patriarcas Invisíveis*” (BARATA, 2011, p.2). Os Invisíveis foram citados já em 1835 em uma negativa d’*O Universal* (23/1/1835) e em 1839 pela folha Regressista de

108 Extrato do Relatório da Repartição de Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza, em data de 1 de janeiro de 1843 (SOUSA, 1843, p.320).

109 Estão no Proêmio e no Ofício do Presidente da Província de Minas dando parte dos combates de Queluz, Caeté e Mendanha etc. (SOUSA, 1843, p.129).

110 José Jorge da Silva estudou em Coimbra, depois terminou sua formação em São Paulo. Foi Juiz de Direito e Deputado Provincial e Geral. Irmão do Dr. Quintiliano José da Silva, que foi presidente de Minas Gerais. Foi sócio correspondente do IHGB.

Barbacena, *Parahybuna* (10/12/1839). Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o Deputado Gomes Cândido afirmou que “*pela imprensa, nas sociedades dos invisíveis iludiram o povo com as máximas de liberdade, e o levaram ao degoladouro de Santa Luzia*” (O CORREIO DE MINAS, 7/12/1842).

Nos inqueritos dos rebeldes do sul de Minas o bacharel Honório Rodrigues de Faria e Castro foi acusado de ser um dos chefes da Sociedade dos Invisíveis. Dois documentos foram encontrados com sua letra. Uma carta e o juramento que se fazia para entrar na sociedade. Eis a carta:

A Sociedade a que vai pertencer acha-se estabelecida no Brasil e ramificada em todas as Províncias em número prodigioso, sendo a Corte do Rio de Janeiro o centro dela, seus fins são sustentar a Religião do Estado, o Trono do Sr. Dom Pedro Segundo e Constituição do Império e empenhar todos os seus esforços para não se estabelecer jamais no Brasil o Governo absoluto para o qual propende decididamente o Partido denominado Caramuru é mais outro fim desta Sociedade tomar a defesa de qualquer dos seus sócios que forem vexados, ou perseguidos em razão de seus princípios. Esse símbolo é idêntico de membro da Sociedade, pela combinação ou confrontação dos símbolos se conhecerão os sócios (NOGUEIRA, 1979, pp.95, 102).

Infelizmente não se publicou detalhes sobre “*esse símbolo*”. Quando entrava na Sociedade o novo membro fazia um juramento:

Eu te prometo perante Deus a todos os Patriarcas Invisíveis sustentar e defender debaixo deste novo laço social a independência do Brasil, a Constituição que ele tem jurado, e o Trono do Sr. D. Pedro Segundo cumprindo com as obrigações que para esse fim me são impostas, e que desde já livremente aceito. Outrossim prometo da mesma sorte guardar com inviolável segredo tanto existência dessa sociedade conquanto me for comunicado. Assim Deus me ajude (NOGUEIRA, 1979, p.101).

Juramentos e sinais de reconhecimento entre os membros são características de sociedades secretas, supostamente formas de proteger os segredos da organização. Mas “*os segredos não se guardam por muito tempo*” (BARATA, 1999, pp.46-47), e no processo de Lavras se lê que o Dr. José Jorge da Silva teria:

entrado em um clube no Rio de Janeiro ou em caminho onde estiveram cinquenta e dois Deputados Chimangos e o amigo Joaquim Breve[s], onde tratavam fazer a Rebelião ou Sedição geral em que tocou a ele Jorge em partilha sublevar esta Vila [de Lavras], Tamanduá, Araxá e Uberaba (NOGUEIRA, 1979, p.251).

Também se sabe que para o norte de Minas teriam se responsabilizado pela revolta o Dr. Antônio Tomás de Godoy¹¹¹ no Jequitinhonha, Dr. João de Salomé Queiroga pelo Serro, Dr. Pedro de Alcantara Machado por Diamantina e o Vigário Antonio Gonçalves Chaves por Forminga (Montes Claros). Dr. Godoy foi preso ao passar por Sabará, e passou mais de um ano de cadeia em cadeia. Dr. Salomé nem pode organizar a revolta no Serro, nem sair desse município, vigiado que foi o tempo todo pelos legalistas, que não lhe deram passaporte para sair da sede do município (O COMPILADOR, 28/6/1843; FILHO, 1980, pp.136-137). Deviam fazer parte da mesma combinação de José Jorge. Todos saberiam que “*O senador José Bento não foi estranho à revolução. Em sua casa*” no Rio de Janeiro “*reunia-se o clube de deputados e senadores de S. Paulo e Minas, que concertava os planos do movimento*” (SISSON, 1999, p.426). Devia ser o local de reuniões desses rebeldes todos.

O próprio Marinho, no mesmo livro em que nega a preparação, confessa que tinham planejado que “*...se não fosse possível operar-se o rompimento no Ouro Preto, nos concentraríamos para Barbacena, onde se faria o movimento*”.

Também é claro que uma revolta, mesmo organizada por uma sociedade secreta, não se faz sem publicidade. Os conspiradores precisam usar os espaços públicos, como a imprensa e a tribuna. Em fevereiro de 1842 um dos poucos *Echo da Rasão*, de Barbacena, existentes nos arquivos públicos, publicou um artigo com título “*Iminência da guerra civil*”, no qual alegava os motivos já estudados no capítulo sobre as motivações dos rebeldes, e praticamente ameaçava com a guerra civil (O ECHO DA RASÃO, 18/2/1842). Sobre a imprensa o próprio Marinho confirma que “*o movimento de 10 de Junho fora reclamado pela opinião pública, e por ela fortemente sustentado*” (MARINHO, 1844/1978, p.119).

Em 11 de outubro de 1842 o deputado Penido afirmou na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais que:

Foi nesta casa no começo da Seção em Maio que se principiou a fermentar o germen da discórdia, a preparar os povos para a revolta (...) eles mandaram a sua representação aos Juizes de Paz, às Câmaras Municipais para excitar o rancor, e propalar o germen da revolta (O CORREIO DE MINAS, 21/10/1842).

Também foi apreendida uma carta do presidente rebelde de São Paulo, Tobias de

111 Dr. Antônio Tomás de Godoy (1812-1858) foi Juiz de Direito, Deputado Provincial e Geral, Chefe de Polícia do Espírito Santo e da Corte (FILHO, 1980, p.142-143). Em 1842 era presidente da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Ficou preso até 10 de julho de 1843 (HÖRNER, 2010, p.296).

Aguiar, datada de 19 de maio de 1842, para um chefe político do sul de Minas, em que pedia “caodjuvar-nos, fazendo romper igualmente em todos os lugares, onde a Constituição conta defensores, e auxiliando-nos conforme as ciscustâncias, e principalmente impedindo, que dessa Província se mandem forças sobre esta” (NOGUEIRA, 1979, p.7).

No mesmo dia em que a revolta explodia em Barbacena, o presidente Bernardo da Veiga em carta para o Ministro da Justiça revelou que o governo estava relativamente bem informado do perigo de:

um movimento sedicioso, que tenha princípio em Barbacena, onde me consta terem-se reunido alguns ex-Deputados da oposição com todos os indícios de que combinam um plano, cuja execução possa animar os agitadores daquela Província [de São Paulo], e distrair ao mesmo tempo as forças do Governo.¹¹²

Na iminência da revolta, em Ouro Preto, o presidente Bernardo da Veiga observou a “retirada de uma meia dúzia de famílias de pessoas da oposição”.¹¹³

Seria falso que “*Em Minas, porém, nada se havia anteriormente disposto*”? Ou que os mineiros se levantaram pela “*consideração de que os paulistas se haviam comprometido, e uma maior demora da parte dos mineiros os poderia perder*”? Todos os argumentos de Marinho de que não havia preparo são de fato de que não havia preparo **militar** (1978, p.66-68):

homens considerados de diversos pontos da Província haviam escrito e instado com alguns influentes, mostrando-lhes a necessidade de romperem quanto antes. Não havia porém armamento, nenhuma munição, nenhum oficial... (...) ...não havia dinheiro, enfim, faltava tudo.

Havia um plano, mas “*Não se queria porém a guerra civil*”. Os rebeldes estavam convencidos de que “*quando muito, marchariam sobre Minas algumas Guardas Nacionais da Província do Rio de Janeiro*”. Mesmo porque as tropas imperiais já não davam conta do Rio Grande do Sul, e São Paulo tinha se levantado. Tinham “*segurança na fortaleza da Província de S. Paulo, e a ideia fixa de que o Monarca faria cessar a luta pela demissão do Gabinete*”. Seriam simples paradas militares, e o Ministério cairia: “*Julgava-se mesmo que uma manifestação de espírito público que aterrasse o Ministério, o obrigaria a pedir sua*

112 Trata-se de ofício do Presidente da Província de Minas Gerais participando o estado de agitação em que se achava a mesma Província (SOUSA, 1843, pp. 1-2).

113 Trata-se de ofício do Presidente da Província de Minas Gerais dando parte das notícias que corriam na Capital sobre a revolta de Barbacena (SOUSA, 1843, p. 18).

demissão, aconselhando a Coroa a formação de um Gabinete conciliador” (MARINHO, 1844/1978, pp.67, 103, 123, 139).

Também para o presidente Bernardo da Veiga, nem rebeldes, nem legalistas tinham armas ou oficiais habilitados.¹¹⁴ De fato, dois anos antes *O Americano* pediu ao governo que armasse a Guarda Nacional (AMERICANO, 6/2/1840). Marinho concorda que “*não tinham eles ideias algumas de tática militar*” (MARINHO, 1844/1978, p.107). Dos dois lados muito pouca gente tinha a mais mínima noção do assunto, como provam os vários ataques a cidades, as tentativas de cortar todas as rotas de fuga etc.

O então coronel José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, irmão de Caxias, referiu-se aos rebeldes como “*hordas indisciplinadas da rebeldia*”, e algumas batalhas provam que o eram.¹¹⁵ Mas claro que os rebeldes tentaram se organizar. Tinham uma “*Bandeira de baeta amarela*”. Também existiu um “*hino da revolução mineira de 1842 – que nunca vi nem me consta que fosse impresso*” (BLAKE, 1902, p.230). Ao menos a coluna Junqueira usava um distintivo - “*todos os nossos companheiros trazem para a divisa ativa de baeta amarela, de meio palmo de largura, e outra para cima, verde, de dois dedos, laçada no lugar do braço direito*” (NOGUEIRA, 1979, pp. 62, 215, 239). Não era exatamente uma novidade, pois em 1833, durante a luta contra a Revolta do Ano da Fumaça, José Alcebiades Carneiro propôs que sócios da Defensora de São João Del Rei usassem o laço nacional, os homens no peito e as mulheres no pescoço (ASTRO DE MINAS, 5/4/1833).

Também os legalistas não eram exemplos de disciplina. Honório Hermeto Carneiro Leão, que em 1842 era presidente do Rio de Janeiro, afirmou que “*cada fazendeiro pretende que as operações se dirijam para a parte da sua fazenda, e que se lhe dê uma guarnição ou armamento. Em uma palavra, cada um dos Legalistas quer dirigir como general*” (Apud. MATTOS, 1987, p.252).

Os soldados rebeldes, conforme as leis sobre a Guarda Nacional, recebiam soldos. No norte de Minas Gerais “*marcou-se um soldo de 480 rs. por dia para todo o Guarda Nacional que o quisesse*”. Havia um tesoureiro-pagador, Cesário José da Silva e Lima, que

114 Trata-se de ofício do Presidente da Província de Minas dando parte da reunião de forças na Capital, e outros pontos etc. (SOUSA, 1843, p. 37).

115 José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, Visconde de Tocantins. Depois que deu baixa, dedicou-se à lavoura e ao comércio, e à Guarda Nacional. Foi presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e do Banco do Brasil. Foi deputado geral várias vezes, uma por Minas Gerais e as outras pelo Rio de Janeiro, como membro do partido que adotou oficialmente o nome de Conservador. Seu pai, o ex-regente Francisco de Lima e Silva, estava ao lado dos rebeldes em 1842 enquanto ele e seu irmão Caxias comandavam as forças legais (CASTRO, 1978, p. 67).

entregava o dinheiro aos comandantes de corpos e colunas (MARINHO, 1844/1978, pp.154, 193). Havia, porém, casos fora da lei, como os “Pedestres” (os legalistas chamaram de capangas) de Perdões que foram contratados por um rebelde de Lavras a mil réis por dia (NOGUEIRA, 1979, p.238). Todos os rebeldes conseguiram receber esses soldos? Marinho diz que sim, mas no caso dos Guardas Nacionais legalistas, ainda em 1844 muitos estavam sem receber por seus serviços de 1842 (O COMPILADOR, 20/4/1844). É necessário comentar que Marinho (1978, p.193) diz que no dia da batalha de Santa Luzia, como não havia notas miúdas, os soldados rasos gritaram “*não queremos dinheiro; dêem-nos cartuchame; cartuchame, cartuchame unicamente.*” Sobre gente que ainda estava em armas em Santa Luzia, é bem possível.

A revolta em Minas Gerais foi organizada em seus detalhes finais, “*Segundo consta, na célebre fazenda do Registro Velho – local de encontro dos antigos inconfidentes*”, em Barbacena (ARAÚJO, 2014, p.121). Era a residência do padre Manoel Rodrigues da Costa, antigo Inconfidente que ali morava desde que retornou do exílio (RESENDE, 2008, p.66).

Dia 4 de junho de 1842 já estavam em Barbacena Feliciano, Marinho e Dias de Carvalho (MARINHO, 1844/1978, p.67). Barbacena era um centro comercial, que ao lado de São João Del Rei concentrava a maior parte do comércio entre a Corte e as Minas Gerais. Barbacena controlava sobretudo o comércio de algodão para a Corte (LENHARO, 1979, p.89, 90). Trinta anos antes tinha 265 casas pagando impostos, mas a mudança da Corte para o Rio de Janeiro alterou muito Barbacena nessas décadas. Em 1818 João Emanuel Pohl disse que Barbacena tinha umas 300 casas e “*os habitantes da cidade vivem mais de comércio; quase todas as casas têm um armazém de secos e molhados*” (POHL, 1951, p.196-197). Além de entreposto comercial, em 1812 Barbacena, então com um grande território incluindo até a atual Juiz de Fora, tinha a terceira maior produção agrária de Minas Gerais. Para comparação, também em 1812 Ouro Preto tinha 1.651 casas (CARRARA, 2001, pp.149, 150). O Rio de Janeiro nessa mesma época tinha 7.548 imóveis urbanos, estando 7.047 em condições de uso (CAVALCANTI, 2004).

4.2 A Revolta de Barbacena e a primeira semana de revolta

Na manhã do dia 10 de junho os Liberais reuniram a Guarda Nacional na praça central de Barbacena, depuseram as autoridades resultantes da nova lei que reformára o Código do Processo, e proclamaram um Presidente Interino, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha.¹¹⁶ Quase 500 Guardas Nacionais de Barbacena tinham assinado a Representação oposicionista meses antes, contra 135 que assinaram a Representação situacionista. Dia 11 Veiga já sabia “*ter rompido, ou estar a romper em Barbacena um movimento revolucionário...*”. No dia 13 ele já tinha certeza. Dias 14 e 15, o governo de Ouro Preto iniciou sua reação, ordenando a reunião da Guarda Nacional. Para Veiga, o objetivo dos rebeldes era impor um ministério ao Imperador.¹¹⁷

Marinho diz que os legalistas foram pegos de surpresa “*tomando-se desde o dia quatro em uma Chácara vizinha, todas as medidas para o rompimento, convocando-se Guardas Nacionais, mandando-se próprios, estavam eles de tudo na completa ignorância*” (1978, p.68). Diz ainda que “*alguns quiseram evadir-se, estavam porém cercados dentro da Cidade*”. No mesmo dia o governo rebelde mandou cancelar a Reforma do Código:

Sendo o objetivo principal do movimento político, que acaba de ser feito nesta Cidade sustentar a Constituição Política do Império, e o Trono do Senhor D. Pedro II, e defender estes sagrados objetos dos ataques, que lhes são feitos diretamente pela lei das reformas dos Códigos Criminal, e do Processo, que anulam a Constituição em suas bases essenciais; e convindo por isso que se reestabeçam os ditos Códigos em seu inteiro vigor até que o Poder Legislativo Geral resolva a este respeito (...) nenhuma obediência se deve prestar às Autoridades criadas em virtude das mesmas reformas (DESPERTADOR MINEIRO, 2/7/1842).

Os redatores do *Echo*, que era de Barbacena mesmo, do *Universal*, de Ouro Preto, e do *Despertador Mineiro*, de São João Del Rei, estavam em Barbacena, de forma que falavam

116 José Feliciano Pinto Coelho da Cunha. Foi Deputado Provincial e Geral. Em julho de 1841 recebeu, como parte das honrarias distribuídas durante a coroação de Pedro II, o título de Veador Honorário de Pedro II (O CORREIO DE MINAS, 31/7/1841). Durante a revolta de 1842 esse título lhe foi cassado. Era sobrinho do Marquês de Itanhaém, tutor do Imperador, e que tinha demonstrado influencia sobre este no episódio da Maioridade (CASTRO, 1978, p. 519). Já em 1844 era o Barão de Cocais. Foi arrematador das malas de correio para Barbacena (O UNIVERSAL, 26/8/1840). Era considerado por alguns como o homem mais rico de Minas Gerais.

117 Trata-se de ofício do Presidente da Província de Minas Gerais dando parte das notícias que corriam na Capital sobre a revolta de Barbacena; 2ª Proclamação, do Governo Provincial, 15 de junho (SOUSA, 1843, p. 16, 18, 25).

deles mesmos quando escreveram no Manifesto rebelde que “*os escritores refugiaram-se*” (SOUSA, 1843, p.9). O padre Manoel Rodrigues da Costa, antigo Inconfidente, fez parte do movimento (ofereceu a própria casa, como se viu) e enviou uma carta a D. Pedro II (MARINHO, 1844/1978, p71). O portador das cartas do Pe. Manoel Rodrigues e do presidente interino José Feliciano para D. Pedro II, José Furtado Plariano Pizza, foi aprisionado pelas forças legais e os dois documentos não chegaram a seu destino (BARBOSA, 1979, p.579).

“*Nesse mesmo dia retirou-se a maioria da Guarda Nacional que de fora havia concorrido ao ato da aclamação. Foi esse o primeiro e inqualificável erro que cometeram os insurgentes.*”, reclama Marinho, que queria que se marchasse logo sobre São João Del Rei. Mas foram criados destacamentos para dominar os caminhos para o Rio de Janeiro, na estrada do Paraibuna, na do Rio Preto e em Pomba (MARINHO, 1844/1978, p.83). É por isso que o coronel Souto Maior¹¹⁸ disse que os rebeldes até o dia 12 de junho não teriam mais que 100 homens.¹¹⁹

Até marchar sobre São João, uma semana depois, o Presidente interino ficou em Barbacena expedindo ofícios, enviando nomeações e demissões. “*Estava pois o Presidente interino na intenção de não agredir alguma povoação*” porque “*entendiam eles que a manifestação das localidades, sem alguma espécie de coação, convenceria melhor ao Monarca de que o País repelia a desastrosa política de seus Ministros*” (MARINHO, 1844/1978, pp.83, 84). Ou seja, o plano até então era vencer no grito, sem dar um tiro.

No dia 13 o governo interino proibiu reuniões dos seus adversários políticos. Para o *Correio de Minas* “*Um dos primeiros atos do governo de José Feliciano foi ordenar a prisão de todo aquele que fosse desafeto ao movimento político operado em Barbacena, ou que murmurasse de seu governo*” (29/10/1842). O governo rebelde confiscou os bens de José

118 Coronel F.V. Souto Maior. Segundo seu testemunho foi enviado como comandante militar de Barbacena do dia 2 de junho de 1842, mas não chegou a esta cidade antes de estourar a revolta. Informado da mesma, tentou voltar ao Rio de Janeiro, mas foi aprisionado pelos rebeldes, ocasião na qual quase teria sido fuzilado. Ficou preso, com mais alguns companheiros de armas. Feliciano o prendeu na Câmara e seus colegas da cadeia. Quando ele protestou, foi também para a cadeia, onde esteve por 37 dias. Enviados para a cadeia de São João Del Rei, o Juiz de Direito, provavelmente Domiciano, não quis se responsabilizar por tal prisão, e os enviou ao exército rebelde. Antes de saírem de São João Del Rei receberam a visita de Severo Martiniano, que lhes ofereceu dinheiro para subornarem a escolta, que não aceitaram. (SOUSA, 1843). Marinho disse sobre ele que tinha “*maneiras agradáveis e polidas*”, “*porte militar e cavalheiro*”, e incutia temores nos insurgentes ordinários, seus carcereiros (MARINHO, 1979, 0.221).

119 Trata-se de ofício do Coronel F. V. Souto Maior narrando a sua prisão, e outros acontecimentos que tiveram lugar na Província de Minas (SOUSA, 1843, p.266).

Bento da Costa Azedias, que tinha se retirado da cidade (O CORREIO DE MINAS, 29/10/1842). A tipografia do *Parahybuna* talvez estivesse incluída nesses bens.

Proclamações, ofícios, ordens etc. enviadas pelo governo de Barbacena correram o mais rápido possível para a época, de forma que nesse mesmo dia 13 já tinham chegado a Baependi.¹²⁰

Poucos inquéritos sobraram da Revolta de 1842, e somente os que se iniciaram em Campanha. Em Campanha, já no dia 11, o delegado registrava “*notório ajuntamento de pessoas armadas que tem aparecido em vários pontos desse Município*”, e começou a fazer prisões por puras suspeitas. Os oposicionistas de Campanha estavam então concentrados nos arraiais de Lambari e Rio Verde, e no lugar chamado Galinhos, na casa do Juiz de Paz João Ribeiro, entre esse último arraial e Baependi. Também parece ter acontecido um rompimento no arraial do Carmo. É possível perceber por esses inquéritos referentes a Campanha que as casas dos oposicionistas estavam sendo vigiadas. Dia 12 uma testemunha já afirmava que seus parentes saíram da cidade em direção a Galinhos, passaram alguns dias, e voltaram. Outra testemunha, também testemunhando no mesmo dia do levante de Barbacena, diz que os rebeldes já tinham se deslocado de Galinhos para São Tomé das Letras, onde, como contou outro rebelde, soube-se da revolta de Barbacena. Os rebeldes da coluna Junqueira reconheceram a presidência de Feliciano portanto depois que estavam em armas há alguns dias, e no dia 20 de junho publicaram um manifesto. Possivelmente cumpriam um plano comum.

Em Galinhos os rebeldes montaram uma escola, sendo professores o suíço Boaventura Bardy¹²¹, Amaro Gonçalves de Mendonça¹²² e Antonio Joaquim Francisco. Em Campanha uma mulher apareceu nos inquéritos como líder rebelde local, em uma carta escrita para outro chefe rebelde, apreendida, e incluída no processo contra João Abreu de Mira. Trata-se de uma Quitéria, que escreve em nome de seu marido. Ela porém comete os atos falhos de escrever “*eu mandei*” e “*me trair*”, indicando que mandava ela mesma (NOGUEIRA, 1979, pp.5, 6, 8, 12, 13, 22, 25, 28, 31, 35, 63). Em 1812 Campanha tinha 377 casas e não deve ter crescido muito até 1842, e era uma das mais importantes cidades da província (CARRARA,

120 Trata-se de uma Circular a algumas Câmaras Municipais para que se não consintam reuniões de pessoas suspeitas; Resposta do Sargento Mor Damaso Xavier de Castro a uma Portaria em que se lhe comunicava a sua demissão (SOUSA, 1843, pp. 21-22).

121 Joaquim Boaventura Bardy. Nascido na Suíça, tinha 42 anos durante a revolta. Era casado, taberneiro, professor de francês, geografia e história.

122 Amaro Gonçalves Mendonça Coelho, escrivão de órfãos, casado, tinha durante a revolta 38 anos.

2001, p.150).

Pomba parece ter sido a primeira cabeça de municipalidade a se somar a Barbacena, e logo ali se reuniram 500 rebeldes, mas não conseguiram reunir vereadores suficientes para reconhecer o Presidente Interino (DESPERTADOR MINEIRO, 25/6/1842; MARINHO, 1978, p.86). Dia 14, a Câmara Municipal de Queluz (atual Conselheiro Lafayete, tinha 114 casas em 1812) reconheceu o governo rebelde.¹²³ Para Marinho foi a segunda a aderir. Como foi comum, o lado político mais fraco, nesse caso o governista, já tinha se retirado da Vila. No mesmo dia, em Lavras, o povo tomou armas, e no dia 15 a Câmara reconheceu o governo rebelde. Essa Vila tinha 160 casas em 1812 (CARRARA, 2001, p.150). Essa Câmara correu a retomar seus poderes, nomeado juízes e depondo as autoridades criadas pela reforma de 1841. Em seu manifesto foi clara em afirmar que seu objetivo era derrubar o Ministério, e disse que estava “*a título de instruções perdido o direito de votar*”. Os legalistas de Lavras refugiaram-se no distrito de Traíras.¹²⁴ Sobre a revolta de Lavras *A Ordem* nos diz que se testemunhou “*rebentar com terror, violência e medo, uma perfeita rebelião debaixo de vozerias, aleives e ameaças no sempre infausto dia 14 de Junho do corrente ano*” (A ORDEM, 23/11/1842). Segundo as testemunhas do inquérito sobre a revolta de Lavras, um dos poucos inquéritos já encontrados, cerca de duzentos e cinquenta homens estiveram em armas durante a revolta, sendo eles GNs, paisanos e alguns criminosos. Os rebeldes tramaram a revolta em reuniões fora da sede do município, apesar de terem nele um local de reuniões constantes, a casa de Tomaz de Aquino Alves de Azevedo, onde a polícia sabia que aconteciam reuniões inclusive “*de noite*”. Um dos principais líderes foi o vigário Diniz.¹²⁵ Os rebeldes de Lavras teriam feito subscrições às quais algumas pessoas teriam sido coagidas a contribuir (NOGUEIRA, 1979, pp. 263, 267, 266, 23, 239, 242).

Dia 15, Santa Bárbara, terra do presidente rebelde, levantou-se “*em uma grande reunião de povo e Guarda Nacional*”, e dia 16 a Câmara reconheceu Feliciano como presidente interino. Foi, “*dos que ficam ao norte da Província, o primeiro que se declarou*” (MARINHO, 1844/1978, p.107). Também Aiuruoca logo no início da revolta aderiu, depois de ocupada por tropas de um de seus distritos, Turvo (atual Andrelândia), dia 15, e sua

123 Vide ofício da Câmara Municipal de Queluz participando haver reconhecido o governo rebelde (SOUSA, 1843, p. 22).

124 Vide ofício da Câmara Municipal de Lavras declarando haver reconhecido o governo rebelde; e Proclamação da Câmara Municipal de Lavras (SOUSA, 1843, pp. 27-29).

125 Vigário Francisco de Paulo Diniz foi ativo, recrutou e fardou alguns soldados para revolta (NOGUEIRA, 1979, p.244).

Câmara reconheceria o governo rebelde no dia 28 de junho.¹²⁶ Santa Bárbara tinha 271 habitações em 1812, já Aiuruoca e seu distrito do Turvo tinham quase o mesmo tamanho, com respectivamente 44 e 43 imóveis urbanos (CARRARA, 2001, p150).

Um *Echo* com somente duas páginas publicado dia 15 de Junho parece ser o primeiro depois do levante, posto que publicou as primeiras peças oficiais dos rebeldes, nas quais o objetivo que aparece em destaque é a libertação do monarca. Já noticia a adesão de Pomba e Santa Rita do Turvo no dia 12, e de Queluz no dia 13. Também Carrancas, em São João Del Rei, já teria aderido. Líderes governistas estariam sendo presos (O ECHO DA RASÃO, 15/6/1842).

Nesse mesmo dia 15 a notícia do levante de Barbacena chegou à Corte. Segundo Paulino, Ministro da Justiça:

O torpor que aquela notícia causou nesta Capital foi extraordinário, e aumentou consideravelmente nos dias seguintes (...) diretores, agentes, e cúmplices da rebelião se apresentavam nesta Corte, reunindo-se sem o menor reboço, ameaçando, inventando e espalhando as notícias as mais aterradoras.

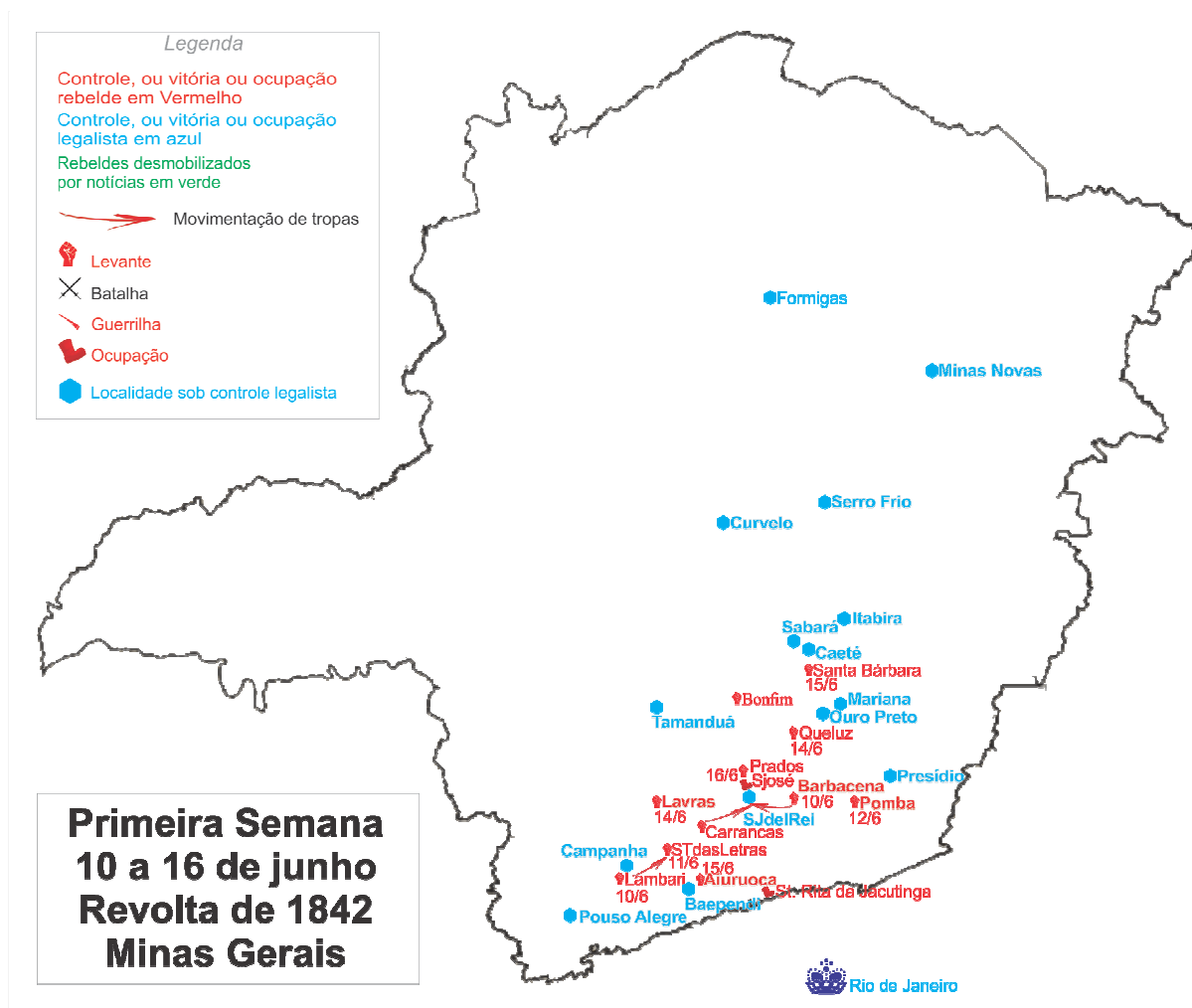
O rompimento de Barbacena seguido logo depois pela Pomba e outros Municípios que cercam toda a Província do Rio de Janeiro até onde limita com a de S. Paulo (...) Acreditava-se (e o tempo demonstrou o quão fundados eram esses receios) que iguais movimentos teriam de aparecer em algumas Províncias do Norte, e especialmente Ceará e Pernambuco.¹²⁷

O governo central “*Achava-se exausto de forças por haver enviado todas as que podia dispor para a Província de São Paulo*” então “*mandou vir forças do Rio Grande do Sul, e das Províncias do Norte*” e ainda deixou “*a Capital inteiramente desguarnecida*”, enviando todas as forças possíveis para a ponte do Paraibuna. Essa força foi depois elevada a cerca de mil homens (PEREIRA, 1843, p.28). Em carta para Firmino Rodrigues da Silva, o Ministro da Justiça, Paulino Soares, contou que “*mandou-se buscar um batalhão de linha de 700 praças a Porto Alegre e 200 a São Paulo*”. No Rio de Janeiro “*somente temos guarda nacional e 200 permanentes*” (MASCARENHAS, 1961, p.49).

126 Vide Ata da Seção em que a Câmara Municipal de Santa Bárbara reconheceu o governo intruso e Ofício da Câmara Municipal de Ayuruoca participando haver reconhecido o governo rebelde (SOUSA, 1843, pp. 31-32, 78-79).

127 Esse extrato é do Relatório da Repartição de Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza, em data de 1 de janeiro de 1843 (SOUSA, 1843, p. 324).

Mapa 3 – Primeira Semana da Revolta de 1842



Fonte: SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **História da Revolução de Minas Gerais em 1842**. Rio de Janeiro: Tipografia de J.J. Barroso e Comp. 1843. MARINHO, José Antônio. **História da Revolução de 1842**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1978. Elaborado pelo autor.

Havia, porém, um município na fronteira de Minas com o Rio de Janeiro onde as coisas não corriam tão bem para os rebeldes. Era Presídio (atual Visconde do Rio Branco), cuja Câmara, ocupada por suplentes desde que os vereadores eleitos foram suspensos, negou apoio ao governo rebelde no dia 15 de junho.¹²⁸ Durante todo o movimento, os legalistas de Presídio resistiram e enfrentaram os rebeldes. Logo Presídio: “*aquela vila tem sempre feito oposição aos princípios administrativos, que nos tem infelizmente dirigido de 19 de setembro de 1837 para cá*” (O UNIVERSAL, 5/8/1841).

Dia 16 de junho o governo legal em Ouro Preto reagiu à difusão da revolta por vários municípios ordenando aos funcionários públicos que não mais respeitassem as Câmaras que

128 Vide Ofício da Câmara Municipal de Presídio declarando que não reconhece o governo rebelde (SOUSA, 1843, p.26).

tinham declarado apoio aos rebeldes, e orientando os legalistas a juntarem suplentes e reunirem Câmaras paralelas às rebeldes em algum ponto do município que dominassem. Acima se viu que os legalistas de Lavras se refugiaram em Traíras. Os de São João Del Rei se refugiariam em Tamanduá. Os de Pomba, no Kagado (sic).¹²⁹ São três exemplos de um fenômeno comum em 1842, o lado mais fraco se retirava para outra localidade. A proposta de Bernardo da Veiga, portanto, foi realista.

Nesse mesmo dia 16 de junho rebeldes de Prados marcharam sobre São José Del Rei (atual Tiradentes), sede de seu município, cuja Câmara foi forçada a reconhecer o governo rebelde no dia 17 ou 18.¹³⁰ Em 1842 São José tinha 168 imóveis urbanos, e Prados, seu arraial, tinha 29 (CARRARA, 2001, p.150). Os vereadores legalistas de São José, depois de terminada a revolta, relatariam esse episódio, em reunião no dia 17 de Setembro de 1842, mas como se nota, a data por eles indicada é um pouco diferente:

dia 18 de junho do corrente ano, pelas duas horas da tarde, pouco mais ou menos, entrou nesta Vila uma força armada dos rebeldes, comandada por Manuel Felipe Nery, que intitulava-se Major dos mesmos rebeldes, cujo numero era de sessenta e tantas praças, fora uma porção de guerrilheiros (VALE, 2000, p.163).

O presidente legalista da Câmara diz ter tentado resistir e foi levado à força.¹³¹ É um dos muitos casos em que rebeldes e legalistas disputaram a sede política e mesmo a representação política do município, característica da Revolta de 1842 em Minas Gerais.

4.2.2 Levante da Guarda Nacional de São João Del Rei

São João Del Rei era importante centro comercial de Minas Gerais, um porto seco de sal, sua principal mercadoria. Além do sal, recebia grande variedade de mercadorias do Rio de Janeiro para vender nas Minas, e os produtos mineiros para enviar à Corte. Sua posição privilegiada, servida por várias estradas, permitia que tivesse esse papel na economia mineira.

129 É o que se colige da Portaria declarando que se não deve prestar obediência às determinações das Câmaras Municipais que reconheceram o governo intruso, e da Carta dirigida ao Juiz de Paz do Distrito da Vila da Pomba por Antonio Pires do Carmo, queixando-se de o haverem iludido para que tomasse parte na revolução (SOUSA, 1843, pp. 30, 102).

130 Vide Ofício do Presidente da Província de Minas dando parte de alguns movimentos em favor dos rebeldes nos Municípios de Santa Bárbara, Bom Fim, e Mariana etc (SOUSA, 1843, p. 41).

131 Isso se encontra em uma nota de rodapé da página 96 do livro cuja organização é atribuída a Bernardo Xavier Pinto de Sousa (1843).

São João del Rei era também um centro financeiro e creditício (FILHO, 2002, pp.39, 80). Em 1812 tinha 768 imóveis urbanos pagando imposto de décima, e em 1828 eram 832 imóveis. Se Ouro Preto (1.651), Sabará (785) e Diamantina (768) tinham mais imóveis que São João em 1812 não significa que eram maiores economias, pois com seus 768 imóveis São João Del Rei pagou quase tanto imposto predial quanto Ouro Preto, quase 900 mil réis, em uma média de 1\$163 por imóvel, quando Ouro Preto pagou 1 conto e 100 mil réis, em uma média de 671 réis por imóvel (CARRARA, 2001, pp.147, 150). Em 1818, assim como de Barbacena, Pohl disse que “*vivem os habitantes da cidade, em geral, do comércio (pois quase cada casa, aqui, tem um armazém, uma venda) e da lavoura...*” (POHL, 1951, p.202).

Segundo Feliciano foi “*a parte dos mineiros sobre quem mais pesou o jugo da escravidão, que maiores vexames, e perseguições experimentou*”.¹³² Os governistas perseguiram e vigiavam porque os boatos de levante eram constantes. Os legalistas passaram a se concentrar na casa do delegado José Coelho de Moura, preparando-se para o pior (A ORDEM, 19/10/1842). Que aconteceu quando “*constou que a heróica Cidade de Barbacena havia proclamado Presidente interino da Província ao Exm. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha*” (DESPERTADOR MINEIRO, 25/7/1842).

Dia 17 os governistas “*tocaram a rebate*” para convocar um Conselho, convocado pelo Juiz de Paz interino, Manoel Antonio Fernandes (A ORDEM, 19/10/1842):

Neste Conselho o Juiz de Direito interino e mais alguns oficiais foram de opinião que se resistisse até a última gota de sangue, porque eles não eram os que se haviam de sacrificar; porém a maioria opôs-se, nada se decidiu e o Conselho se levantou tumultuariamente (DESPERTADOR MINEIRO, 25/7/1842).

A maioria da Guarda Nacional de São João del Rei tinha assinado o manifesto da oposição poucas semanas antes, e segundo a imprensa rebelde:

Vendo que a grande maioria do povo e Guarda Nacional não lhes eram afetos, tiveram o descoco (sic) e impolítica de desarmá-la, e guardar as armas na casa do Delegado, pondo então toda a sua confiança nos Pedestres e até nos escravos, que imprudentemente armaram (DESPERTADOR MINEIRO, 25/7/1842).

Não foi suficiente para conter a GN:

132 Vide Proclamação aos Habitantes de São João del Rei (SOUSA, 1843, p. 33).

À tarde tocam a novo rebate, e então porque um dos chefes de Pedestres declarou, que tinha ordens de resistir e fazer fogo, cai a Reserva sobre eles, e logo foi acompanhada da ativa, que todas juntas começaram a enxotar os Pedestres, e ao mesmo tempo a dar vivas ao novo Presidente (DESPERTADOR MINEIRO, 25/7/1842).

Para *A Ordem* isso teria sido feito com “*vozerias de – morras. – e gritos de – foras*” (A ORDEM, 19/10/1842). Os Guardas colocaram no comando o Sargento Mor Alvarenga,¹³³ que enorme papel teria na Revolta até depois da batalha de Santa Luzia (DESPERTADOR MINEIRO, 25/7/1842). Marinho fez outra descrição do levante:

Atreveu-se então um Guarda Nacional a soltar um viva o Presidente interino, e tanto bastou para que os oligarcas, lançando ao chão as armas, se arremessassem uns aos pés, outros aos pescoços dos homens da oposição... (...) Cada um dos mais notáveis dentre estes conduziu à casa alguns dos oligarcas que mais se haviam comprometido com a população (MARINHO, 1844/1978, p.94).

Isso apesar da Guarda Nacional estar desarmada, e de existirem na cidade 200 pedestres bem armados. Depois do levante Feliciano entrou com 600 homens em São João Del Rei e a Câmara cassada pelo Ministério foi reempossada (DESPERTADOR MINEIRO, 25/7/1842). Uma “*banda de música percorria as ruas*” e:

era imenso o concurso do povo reunido no largo chamado de São Francisco, arrebadoras foram também as aclamações com que fora recebida a coluna insurgente; todas as casas estavam ainda abertas e a cidade com brilhantismo iluminada (MARINHO, 1844/1978, p.95).

O padre Dr. Luiz José Dias Custódio, reconhecido governista, antigo anti-Liberal, foi obrigado a dar missa. Um dos redatores do *Despertador Mineiro*, o Dr. Domiciano Leite Ribeiro, futuro Visconde de Araxá, foi nomeado Juiz de Direito substituto (MARINHO, 1844/1978, p.96).

Ao invés de ordenar marchar sobre qualquer outra localidade, Feliciano ordenou que a GN de Barbacena retornasse a essa cidade, onde 300 rebeldes ficaram então estacionados

133 Francisco José de Alvarenga foi considerado por Marinho como “*um dos melhores oficiais que tinham os insurgentes*”. Era Alferes reformado. Em 1831 era membro da diretoria da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência do Brasil, de São João del-Rei. Foi vereador eleito em 1836. Em 1842 ele tinha esposa e filhos pequenos em São João Del Rei (MARINHO, pág.99, 146). Em 1859 foi um dos assinantes do livreto do também veterano rebelde de 1842, capitão (durante a revolta) José Antonio Rodrigues, dono de tipografia, redator de vários periódicos e autor de alguns livros, e que ao contrário de Alvarenga, foi processado pela revolta (RODRIGUES, 1859). O inventário de Alvarenga é de 1870.

até a retirada mais de um mês depois (MARINHO, 1844/1978, p.96).

A imprensa legalista depois da revolta denunciou que sob o poder dos rebeldes padres “*eram arrastados à cadeia por entre as vaias e chufas da população em delírio*” (A ORDEM, 8/10/1842). Porém, também é uma folha legalista que diz que em São João del Rei “*os insultos eram dirigidos não às pessoas da legalidade, porque não se achavam na Cidade, mas as suas propriedades*” (O CORREIO DE MINAS, 29/10/1842). Em uma carta apreendida pelos legalistas, um rebelde que assinou como “*Um Chimango forte*” confirmou que “*Vários cascudos de S. João existem em a casa de pouco pau, e procura-se pelo resto*” (A ORDEM, 14/12/1842). No original é “*pouco pau*”, mas talvez significasse “*pouco pão*”, de qualquer forma, era a cadeia. Falando da província como um todo, o deputado legalista Paula Santos afirmou que a revolta “*instaurou o mais cruel despotismo entre nós*” (O CORREIO DO POVO, 17/10/1842). Porém, nem todos os legalistas fugiram de São João Del Rei para Tamanduá, pois mesmo durante os dias da revolta “*bradava o seu venerável vigário, Sr. dr. Luiz José Dias Custódio,*” um dos prováveis redatores d’*A Ordem*, “*contra as atrocidades de que era testemunha*”. Também “*O Sr. Coronel Martiniano, fez todo o possível para apressar a restauração da legalidade nesta Cidade, entretendo ativa correspondência com o governo da província...*” (A ORDEM, 8/10/1842, 9/11/1842).

Além da repressão aos legalistas, dia 13 de julho, quase um mês depois do levante da GN, Feliciano aumentaria o “*empréstimo*” dos capitalistas de São João Del Rei para o governo interino, de 40 para 100 contos de réis. Os “*encarregados*” da “*comissão de completar o referido empréstimo*” foram José Maximiano Baptista Machado (do *Amigo da Verdade*) e Antonio Fernandes Moreira.¹³⁴

4.2.3 A ponte do Paraibuna

No mesmo dia do levante da GN de São João Del Rei, dia 17 de junho, no Rio de Janeiro um panfleto rebelde foi colado nas ruas. Dia 18 os direitos civis foram suspensos, quinze pessoas foram presas na Corte e cinco fugiram. Dia 19 de junho, o governo central emitiu uma primeira proclamação aos rebeldes, sem promessas ou ameaças. Dia 20 de Junho, o governo central colocou as províncias de Minas Gerais e São Paulo sob leis marciais.¹³⁵

134 Vide Portaria declarando ter-se elevado a cem contos de reis o empréstimo para despesas da Província (SOUSA, 1843, p.158).

135 Vide Proclamação de S. M. o Imperador; Extrato do Relatório da Repartição de Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado

Otoni, que tinha então um filho nascido em Janeiro de 1842 (BLAKE, 1902, p.267), teria fugido do Rio de Janeiro poucos dias antes:

na noite de 15 para 16 de junho de 1842, arrostando perigos, e com o fim de partilhar a sorte de meus amigos, parti do Rio para Minas, quando aqui já se festejava a derrota da Venda Grande, a retirada da Ponte dos Pinheiros, e consequentemente a queda da revolução de S. Paulo (MARINHO, 1844/1978, 189; OTTONI, 1860, p.104).

Diz que foi perseguido por uma patrulha até o rio Paraibuna. Otoni provavelmente chegou a Barbacena de 19 para 20 de junho, pois *O Echo* publicou, datadas do dia 20, “notícias” que ele, como hoje se sabe, manipulou no sentido de estimular a revolta. Dizia que só 90 soldados estariam marchando contra Minas Gerais. Tropas mineiras estariam atacando o Rio de Janeiro (O ECHO DA RASÃO, 22/6/1842). Marinho diz que ele sabia das derrotas rebeldes em São Paulo desde que saiu do Rio de Janeiro, mas não contou nada para não desanimar os rebeldes. Assim Marinho o elevou a herói (MARINHO, 1844/1978, pp.158, 259).

Como se sabe, os legalistas acusaram Otoni de ter mandado incendiar a ponte do Paraibuna, o que os rebeldes sempre negaram. Para Marinho a ponte foi queimada depois do dia 18, e Otoni já estaria em Barbacena no dia 20, e portanto não seria o responsável (MARINHO, 1844/1978, p.219).

Segundo o ministro Paulino o assunto foi muito mais sério que essa fofoca sobre quem mandou por fogo em que, pois “*O primeiro cuidado dos rebeldes de Minas foi cortar toda a comunicação com a Corte e Província do Rio de Janeiro*”. Um engano quanto a ser o “*primeiro cuidado*”. Quando Feliciano foi nomeado Presidente interino “*não foi ordenado o imediato impedimento do trânsito de gado e tropa de muares*” (HÖRNER, 2010, p.242). Para Paulino, só teria escapado uma ponte entre as duas províncias, a de Sapucaia, guardada a tempo por forças legalistas.¹³⁶ Também segundo *A Ordem*, de São João Del Rei:

contavam os rebeldes desta cidade, para conseguirem o triunfo de sua causa, era o obrigarem a corte a bater palmas, assim se exprimiam eles, por coagida pela fome – Basta que vocês não mandem por espaço de 15 dias, papagueava um pobre de espírito aos seus comparces, bois, toicinho e queijos para o Rio,

Paulino José Soares de Souza, em data de 1 de janeiro de 1843 (SOUSA, 1843, pp.39, 40, 326).

136 Ver Extrato do Relatório da Repartição de Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza, em data de 1 de janeiro de 1843 (SOUSA, 1843, p.325).

que tudo lá morre de fome (A ORDEM, 16/11/1842).

A cidade portuária morreria de fome por ser bloqueada pelas montanhas. Marinho nega que existisse essa intenção (1878, p.84):

só depois que as forças da Legalidade ocuparam a Vila da Paraíba e o Arraial do Rio Preto, que os comandantes respectivos tomaram o acordo de impedirem a passagem de gados e tropas; isto quando os Legalistas retinham presos todos os Mineiros (...) [que] regressavam à sua Província.

De volta a Minas Gerais e ao dia 18, o presidente Bernardo da Veiga, ainda sem saber do levante de São João Del Rei, já encontrava dificuldades para enviar correspondência à Corte. Nesse mesmo dia a Câmara de Itabira, que se esperava que aderisse à revolta, optou pela legalidade.¹³⁷ Itabira estava ocupada por uma Companhia de Caçadores de Montanha. Os opositores mais decididos dessa Vila retiraram-se para Santa Bárbara (MARINHO, 1844/1978, p.107). Itabira contribuiu com 6 contos de réis para legalidade (O CORREIO DE MINAS, 21/10/1842). Mas a revolta continuava crescendo. No dia 20 a Câmara de Bomfim reconheceu o presidente rebelde, depois de alguma movimentação armada. Nesse mesmo dia o presidente rebelde, em São João Del Rei, já sabia que os rebeldes do sul de Minas tinham se concentrado em São Tomé das Letras com cerca de 900 homens.¹³⁸

Na fronteira com o Rio de Janeiro, Presídio, que já se viu que não aderiu à revolta, recebeu reforços legalistas do Rio de Janeiro no dia 20. Forças do Rio Preto e do arraial de Santo Antônio do Rio Bonito marcharam sobre Santa Rita da Jacutinga, de onde os rebeldes se retiraram sem lutar. A praça foi ocupada por 300 legalistas.¹³⁹ Foram as primeiras derrotas dos rebeldes.

No dia 22, 12 dias depois de iniciada a revolta em Minas Gerais, o Ministério enviou para Ouro Preto a notícia de que a rebelião estava quase derrotada em São Paulo. Segundo o

137 Convém saber que de seis vereadores que assinaram a adesão de Itabira à legalidade, três tinham assinado em dezembro de 1842 uma petição opositora da Câmara de Itabira ao governo, de forma que os outros três que assinam esse documento não eram vereadores no final de 1841 (O MAIORISTA, 26/02/1842). Talvez tenham sido suplentes. Protesto de Adesão à Causa da Legalidade da Câmara Municipal de Itabira; Ofício do Presidente da Província de Minas dando parte da reunião de forças na Capital, e outros pontos etc (SOUSA, 1843, pp.35, 37).

138 Ver Ofício da Câmara Municipal de Bom Fim participando haver reconhecido o governo rebelde e Resposta a uma felicitação de Gabriel Francisco Junqueira, e outros (SOUSA, 1843, p.45).

139 Ver Ofício do Comandante Superior da 8ª e da 13ª Legião da GN da Província do Rio de Janeiro participando as providências que dera para a reunião de Forças no Rio Preto etc. (SOUSA, 1843, p. 47).

próprio ministro da justiça, Paulino, o “*governo imperial esgotou todos os meios que tinha à sua disposição nesta Corte*” para sufocar a revolta de São Paulo, usando até os marinheiros como tropas terrestres.¹⁴⁰

A revolta ainda crescia. No mesmo dia 22 a Câmara de Oliveira, depois de um movimento armado, reuniu-se composta por suplentes, e reconheceu o governo rebelde. Em 1812 Oliveira tinha 43 casas (CARRARA, 2001, p.150). Os rebeldes se surpreenderam porque nessa Vila “*se supunha preponderar o partido da oligarquia, que na eleição de 1840 conseguira colocar na Câmara Municipal uma maioria sua*”. Em Cláudio, arraial de Oliveira, uma coluna de 550 rebeldes se reuniu e ficou estacionada até depois do fim da revolta (MARINHO, 1844/1978, p.103-104).

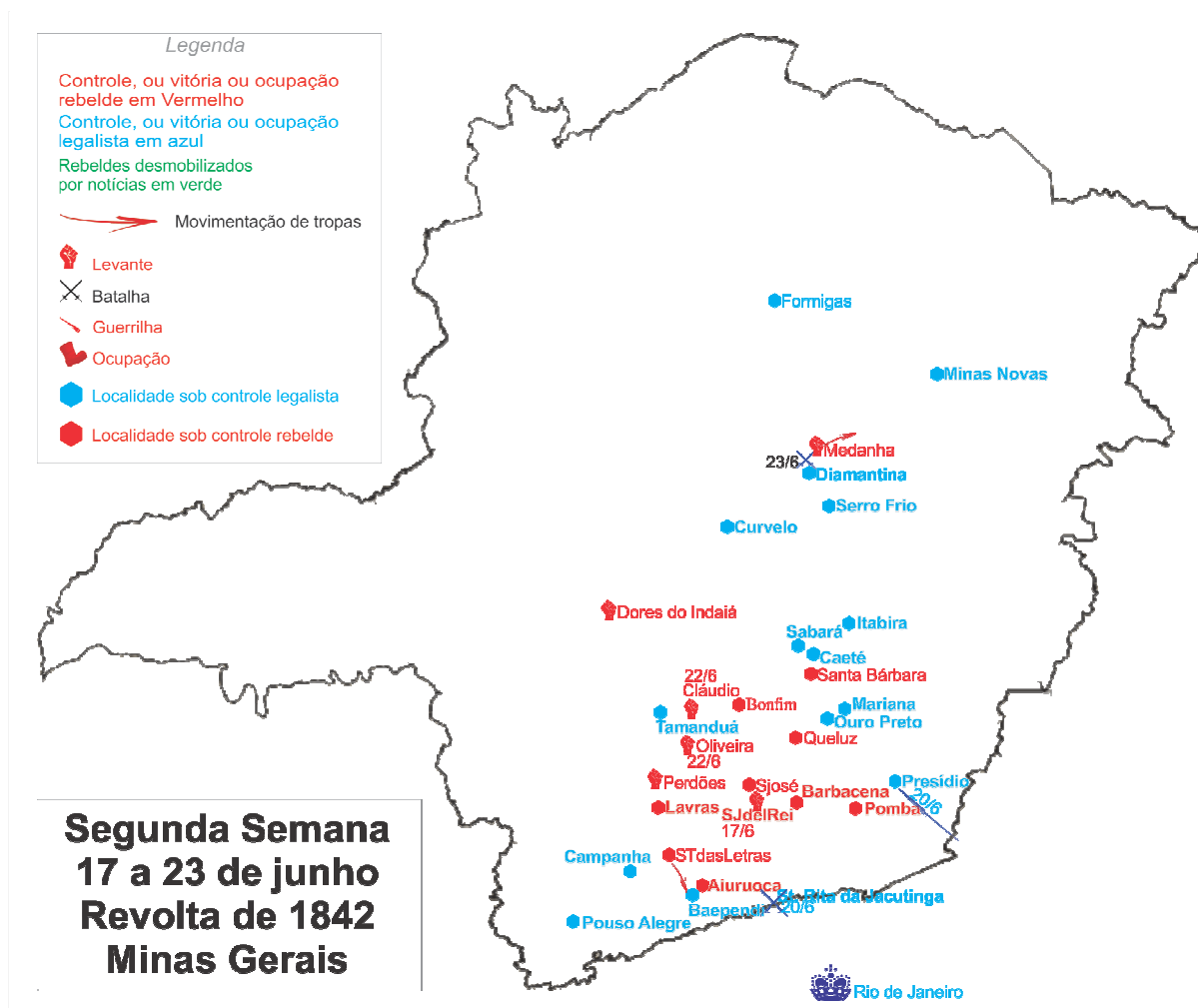
No norte de Minas, mais ao norte que Curvelo e Santa Bárbara (que Marinho chama de norte) dia 23 de junho aconteceu uma batalha na ponte do Medanha. O Dr. Pedro de Alcantara, encarregado de levantar Diamantina (779 casas em 1812), foi para um arraial chamado Medanha, onde recebeu, no dia 22, a notícia do rompimento de Barbacena. Os habitantes desse arraial, entusiasmados, levantaram-se em armas (FILHO, 1980, p.137). Forças legalistas do Serro, com cerca de 300 homens, teriam desalojado da ponte do Madenha as forças rebeldes, com algo mais que 100 homens. Os rebeldes emboscaram os legalistas, mas se retiraram depois de 15 minutos de combate.¹⁴¹ Ao menos quatro legalistas de Diamantina foram feridos nesse combate (O COMPILADOR, 9/6/1843).

Marinho diz do mesmo combate que os rebeldes seriam menos de 70. Para ele os legalistas seriam cerca de 40 homens somente, mas bem armados. Confirma que o combate durou 15 minutos. Os rebeldes teriam feito retroceder a coluna legalista, mas teriam perdido um homem (teria ficado ferido e teria sido assassinado no dia seguinte), e depois se retirado do arraial. O recuo dos legalistas teria sido obra de um embuste, de um corneteiro rebelde, que tocou avançar, assustando os legalistas. Para Aires da Mata as forças legalistas, com mais de 300 armas, tinham muita munição, e receberam reforços de vários arraiais. Confirma o combate de 15 minutos. Seriam 20 rebeldes que se ofereceram para emboscar as forças legalistas, que chegaram a 135 durante o combate, e a 185 depois (FILHO, 1980, p.138).

140 Ver Aviso ao Presidente da Província de Minas remetendo-lhe a Proclamação de S. M. o Imperador e Extrato do Relatório da Repartição de Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza, em data de 1 de janeiro de 1843 (SOUSA, 1843, pp.49, 322-323).

141 Ver Extrato do ofício do Coronel da Legião da Diamantina em que deu parte do encontro com os rebeldes no sítio do Medanha (SOUSA, 1843, pp. 61-62).

Mapa 4 – Segunda Semana da Revolta de 1842



Fonte: SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **História da Revolução de Minas Gerais em 1842**. Rio de Janeiro: Tipografia de J.J. Barroso e Comp. 1843. MARINHO, José Antônio. **História da Revolução de 1842**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1978. Elaborado pelo autor.

Os rebeldes que se retiraram do Medanha desceram o Jequitinhonha em direção norte, juntaram-se a forças rebeldes dos arraiais de Vassouras e Rio Preto, depois foram para o local conhecido como Pé do Morro, onde chegaram a somar 300 homens (600 para Aires da Mata). No Pé do Morro publicaram uma Proclamação e assinaram um Manifesto dia 6 de julho. Desse local decidiram marchar sobre Formigas (atual Montes Claros, que em 1816 tinha 124 casas), mas antes que isso acontecesse chegaram notícias da derrota de S. Paulo, e das proclamações do Imperador, e nenhuma notícia favorável à revolta, e aos poucos os rebeldes desertaram quase todos. Finalmente, os remanescentes se retiraram para a fazenda de Felipe Alves, depois se refugiaram no sertão da Bahia, ou tentaram se juntar às forças de Curvelo e foram presos (MARINHO, 1844/1978, pp. 148-149, 154-155, 156; FILHO, 1980, pp.138-142).

Analisando as duas primeiras semanas confirma-se que “*as fileiras da legalidade em*

alguns pontos ou se acharam desertas, ou se foram reforçando com tibieza” (A ORDEM, 29/10/1842). Mas por sua vez, “*o sistema de evitar choques, e o derramamento de sangue, deixando tudo a cada uma das povoações, comprometia diariamente a causa dos insurgentes”*. Já tinham se declarado a favor da revolta os municípios de Queluz, Bom Fim, Pomba, Barbacena, S. José, S. João Del Rei, Lavras, Aiuruoca e Oliveira (MARINHO, 1844/1978, pp.99, 104).

4.2.4 A guerra de informações

Dizia o príncipe Metternich, da Áustria, que “*para Napoleão as gazetas equivalem a um exército de 300 mil homens...*” (ALBERT, TERROU, 1990, p.26). No mesmo dia da batalha de Medanha o Ministério emitiu um aviso de que os bens dos rebeldes poderiam ser sequestrados para ressarcirem os cofres públicos dos prejuízos causados pela revolta.¹⁴² Essa publicação foi uma das mais poderosas armas do conflito, pois abalou o ânimo de muitos rebeldes, valendo sozinha por muitas batalhas, gerando inúmeras deserções na medida em que se espalhou. Dizia literalmente: “*expeça ordens aos magistrados territoriais para que ponham em arrecadação e boa guarda todos os bens pertencentes a rebeldes que, empenhados na revolta, se tiverem ausentado de seus domicílios*” (MARINHO, 1844/1978, p.241).

Acrescente-se que “*A proclamação e o aviso acima referido, com o Jornal do Comércio que consignava a notícia da pacificação de São Paulo, foram conduzidos para Minas por emissários que cruzavam a província em todas as direções*” (MARINHO, 1844/1978, p.242). Também do *Brasil* o Ministro da Justiça mandou tirar mais de cem cópias para enviar para São Paulo e Minas Gerais (MASCARENHAS, 1961, p.51).

A guerra de informações também foi praticada pelos rebeldes. Em Barbacena, o *Echo da Rasão* contando as vitórias da revolta incluiu como rebeldes municípios que não se rebelaram – Presídio, Itabira e Três Pontas. Também o *Despertador Mineiro*, de São João Del Rei, incluiu Três Pontas entre as localidades rebeldes. Espalhou boato de queda do Ministério. A revolta teria se espalhado por cinco municípios do Rio de Janeiro, por Pernambuco, Ceará e Maranhão (DESPERTADOR MINEIRO, 8/7/1842). Paracatu, que só aderiu à revolta no dia 20 de julho, já foi citada como rebelde pelo *Despertador Mineiro* de 2 de julho. Também o

142 Sem dúvidas uma das mais influentes publicações da história da Revolta de 1842 foi o *Aviso aos Presidentes das Províncias de Minas, S. Paulo, e Rio de Janeiro, ordenando-lhes que façam público por Editais o teor do artigo 27 do Código Criminal que obriga os bens dos rebeldes* (SOUSA, 1843, p.55).

Despertador Mineiro disse que o deputado Paula Santos, governista, aderiu à revolta (O CORREIO DO POVO, 17/10/1842). São Paulo teria se levantado em peso. Tamanduá estaria prestes a cair. As mentiras não eram só da imprensa mineira, mas da oposição como um todo, pois disse Paulino que “*Desta Corte se mandava dizer para os pontos rebelados de Minas, que vários Municípios da Província do Rio de Janeiro já se haviam revoltado*”. A imprensa rebelde não dizia só mentiras. O *Despertador Mineiro* de 28 de junho disse que os legalistas de São João Del Rei tinham fugido para Tamanduá, e que Ouro Preto estava cercada, dois fatos. Fazia apologia da Revolução Francesa de 1789, da Independência em 1822 e do 7 de Abril de 1831. Naturalmente, como contrapartida da guerra de notícias “*os rebeldes*”, na verdade os dois lados, “*interceptavam as cartas e impressos levados por próprios, ocultavam as notícias, e, quando transpiravam, faziam crer que eram embustes do Governo inventados para os aterrar*”.¹⁴³

O uso das folhas como munição de guerra não era uma novidade para os mineiros. Já em 1833 na luta contra a Sedição de Ouro Preto, José Alcebíades Carneiro propôs que a Sociedade Defensora de São João del Rei comprasse exemplares de todas as folhas impressas em São João del Rei e as enviasse para todas as sociedades com as quais ela se correspondesse (ASTRO DE MINAS, 5/4/1833).

Os rebeldes foram acusados de terem divulgado que as dívidas dos mineiros com a praça do Rio de Janeiro seriam canceladas, mas isso não foi bem uma mentira, ou foi uma mentira praticada, se é que isso existe, porque foram os próprios legalistas que em 1846 denunciaram que “*Ninguém ignora que a rebelião não consentiu, que se fizesse cobranças enquanto durou, e que por muitos meses depois ficaram elas paralisadas*” (O PUBLICADOR MINEIRO, 31/1/1846).

4.2.5 O recuo do presidente rebelde

Dia 24 de junho, enquanto na Corte se comemorava a derrota de São Paulo, a Câmara de Curvelo, reunida pelo seu vice-presidente, aderiu à revolta.¹⁴⁴ Os rebeldes tinham se levantado na Vila, segundo Marinho, “*pacificamente*”, uma vez que os governistas seriam

143 Encontra-se em Bernardo de Sousa (1843, pp. 73, 80-85, 329, 332) Extratos do *Echo da Rasão*, do *Despertador Mineiro* e do *Relatório da Repartição de Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza*, em data de 1 de janeiro de 1843.

144 Ver *Ata da Câmara Municipal de Curvelo* em que reconheceu o governo rebelde (SOUSA, 1843, pp.56, 60).

muito fracos. Teriam fugido, os governistas, para as fazendas de Buenos Aires e Laranjeiras, ou para Pitangui (400 casas em 1812), onde se reuniu uma coluna governista. Os rebeldes de Pitangui refugiaram-se sobretudo no arraial de Patafufó (MARINHO, 1844/1978, p.117, 119). Para os governistas que redigiram o *Buletim da Legalidade no Serro*, os rebeldes de Curvelo seriam apenas 200 a 250 rebeldes mal armados, e com armas de diversas qualidades, ou seja, nem todas de fogo. Sofriam muitas deserções, falta de dinheiro e alimentos. Ao se aproximarem forças legais do Serro, com cerca de 800 homens, os rebeldes retiraram-se (BULETIN. 31/7/1842). Marinho não confirma essa fuga. A coluna de Curvelo, composta dos “*homens do sertão*”, teria marchado para se somar a outras forças, como se verá, e lutado até Lagoa Santa.

Dia 26 Bernardo da Veiga já sabia da movimentação de Feliciano e tropas rebeldes para Queluz. Essa movimentação seria uma preparação para atacar a capital, Ouro Preto. As tropas legalistas seriam 500 homens em Ouro Preto e 500 em Mariana (HÖRNER, 2010, p.249). Na década de 1830 a cidade de Mariana tinha a maior concentração de pessoas livres de Minas Gerais (37 mil), e a segunda maior de escravos, perdendo somente para São João Del Rei (SALDANHA, 2010,p.5). Veiga considerava que as tropas rebeldes de Santa Bárbara eram as mais temíveis. A adesão de São João Del Rei à revolta dificultou a comunicação com a Corte e com ampla região das Minas Gerais. O deputado provincial Gomes Cândido, que ficou em Ouro Preto durante a revolta, relatou que os rebeldes “*tendo feito sair desta cidade suas famílias, nos cercaram pelos altos destas montanhas*” (O COMPILADOR, 19/7/1843).

Mas dia 27 de junho, frustrando os planos da maioria dos rebeldes e os medos dos legalistas de Ouro Preto, Feliciano recuou, com tropas, de Queluz para São João Del Rei, com a justificativa, na *Proclamação às Forças de Queluz* (SOUSA, 1843, p.68), de adiar e reconvocar a Assembleia Legislativa Provincial. Para Marinho esse recuo “*foi um golpe mortal descarregado sobre o movimento; em todos os lugares a que chegava essa notícia produzia ela geral desânimo*”, e de todos os erros cometidos pelos chefes rebeldes “*nenhum fora tão fatal ao movimento*”, resultando em muitas deserções (MARINHO, 1844/1978, p.124). Para Hörner, metade da tropa rebelde estacionada em Queluz desertou (HÖRNER, 2010, p.250). Um exemplo de rebelde que desistiu da luta por esse motivo foi o deputado Antão Fernandes Leão, que se entregou em Ouro Preto e, ao contrário das promessas, foi recolhido à cadeia dia 2 de julho, onde passou 5 meses.¹⁴⁵ Diga-se de passagem, isso aconteceu com muitos dos que se entregaram – meses de cadeia.

145 Ver *Ofício do Presidente da Província de Minas* participando a marcha do Comandante das Armas sobre os rebeldes de Queluz etc (SOUSA, 1843, pp.99-100; HÖRNER, 2010, p.299).

Por toda a sua atuação como presidente rebelde parece claro que a disposição de Feliciano era semelhante à de outro rebelde, que em uma carta para um terceiro rebelde, publicada n'A *Ordem* como prova de sua rebeldia, afirmou: "*perca-se tempo, mas não vidas*" (A ORDEM, 9/11/1842). Essa predisposição combina com o comportamento adotado em todo canto pelos rebeldes que "*se contentavam com a manifestação de adesão prestada ao movimento, deixando-se ficar algumas vezes reunidos em fortes colunas de guarnição nos lugares que habitavam*". Pode-se confirmar que "*cada um julgava ter tudo feito, quando essa manifestação tinha lugar em seu respectivo Município*" (MARINHO, 1844/1978, p.114, 140).
Porém:

conservar grandes reuniões de forças estacionárias – dava lugar a que os legalistas, fingindo-se do partido dos insurgentes, se introduzissem no meio delas para espalharem a intriga e o desânimo, tendo o cuidado de fazer-lhes ver a pacificação de S. Paulo (MARINHO, 1844/1978, p.154).

Sendo o plano uma manifestação política armada, não se contando com uma guerra de verdade, era natural o "*desejo de não derramar sangue*" (MARINHO, 1844/1978, p.123). Em carta, um chefe local rebelde diz que "*seria uma barbaridade, se, pais, filhos, genros e irmãos se matassem uns aos outros por causa nenhuma*" e mais adiante que "*não quero sangue de ninguém*" (NOGUEIRA, 1979, p.256). Claro que se ele estava em armas não se deve levar ao pé da letra a expressão "*por causa nenhuma*", mas fica claro que o plano não era uma guerra civil. Era para ser só política. Tomar Ouro Preto custaria uma grande batalha.

É curioso que nenhum historiador tenha discutido esse plano de atacar Ouro Preto, pois do ponto de vista militar ele não fazia nenhum sentido. Era uma praça difícil de conquistar e cuja única importância era política. Os rebeldes debateram a respeito de dar grandes batalhas ou evitá-las, mas não a respeito de quais seriam os alvos, que foram quase todos de importância puramente política. Os líderes eram políticos de carreira, e as bases tinham uma experiência política sobretudo local.

4.3 Início do Conflito Armado: Primeiros combates

Dois dias antes de Feliciano recuar para São João del Rei, dia 25 de junho aconteceram dois pequenos combates em locais entre as vilas de Presídio e Pomba, respectivamente sob controle de legalistas e rebeldes, sendo um deles resultante de uma emboscada de rebeldes contra legalistas. No dia 27, os legalistas de Presídio atacaram e desalojaram rebeldes na fazenda de Geraldo Rodrigues de Aguiar. Os rebeldes foram para Campestre, de onde ameaçavam tanto Presídio como Ubá. No dia 1 de julho cerca de 100 rebeldes se retiraram de Presídio para Pomba. Legalistas de Presídio teriam recebido reforços de Ponte Nova, Anta, Arripiados, Santa Rita do Turvo, Barra do Bacalhau, Conceição, Dores, Paraopeba, S. José do Barroso e Ubá.

Às 23 horas do dia 27 de junho as primeiras tropas imperiais invadiram o território mineiro, em um local não vigiado 3 quilômetros e meio ao norte dos restos da ponte do Paraibuna (HÖRNER, 2010, p.267). Marinho acusou os rebeldes responsáveis por “*plano ou descuido*” (MARINHO, 1844/1978, p.126). Os rebeldes, acampados em Rocinha da Negra, passaram a fazer ataques de guerrilhas. Dia 29 de junho aconteceu um combate de cinco horas na Rocinha da Negra. Os rebeldes eram 252, e tinham pouca munição. Dia 1º chegaram mais cerca de 50 homens de Chapéu d’Uvas, e o comandante contou com 320 praças, indisciplinados. O Alferes Zeferino e o ajudante Severino se destacaram nos combates pelo lado dos rebeldes. O comandante legalista, dia 30, registrou que há dias eram constantes os tiroteios com os rebeldes aquartelados na Rocinha da Negra. Os legalistas enviavam para os rebeldes as proclamações do Imperador e jornais noticiando a queda de São Paulo, usando para isso um “*preto velho*”.¹⁴⁶ Os rebeldes também enviavam suas publicações para as tropas governistas, como nos conta o *Despertador Mineiro*:

Dizem que o Coronel Andrade remetera aos Ministerialistas papéis e impressos, que davam exatas notícias do movimento político nesta

146 Todas essas ações militares foram documentadas em ofícios de comandantes rebeldes e legalistas a saber: Ofício do Capitão Francisco de Assis Ataíde dando parte de um tiroteio que houve com os rebeldes no Município de Presídio; Ofício do Tenente Coronel do 2º. Batalhão da GN do Presídio participando a fuga dos rebeldes daquele Município; Ofício ao governo rebelde de Geraldo Rodrigues de Aguiar participando a retirada que fez do Município do Presídio com a Força do seu Comando; Ofício do Comandante da 1ª Coluna participando haver desalojado os rebeldes postados na margem do Rio Paraibuna, e achar-se no território de Minas; Ofício do Comandante da 1ª. Coluna enviando outro que recebeu do Chefe das Forças rebeldes na Rocinha da Negra em que pedia suspensão de hostilidades...; Ofícios das forças rebeldes na Rocinha da Negra para o Comando Superior rebelde da GN de Barbacena (SOUSA, 1843, pp. 66, 75, 76, 87, 90, 92-94; HÖRNER, 2010, p.267).

Província, o qual não se limitava, como eles supunham, somente a Barbacena, e que depois disto eles haviam esfriado alguma coisa, e cessado o fogo (DESPERTADOR MINEIRO, 4/7/1842).

Nesse mesmo dia 30 o comandante das forças rebeldes de Rocinha da Negra, Manoel Francisco Pereira de Andrade, pediu trégua às forças legalistas.¹⁴⁷ Findava a terceira semana da revolta, e as forças legalistas do Rio de Janeiro não conseguiam passar pelas forças rebeldes pois “*Fosse em consequência deste ofício*”, em que o comandante rebelde pediu uma trégua, “*ou que outros motivos tivesse ele, o comandante da força Legalista não arriscou por alguns dias uma nova tentativa*” (MARINHO, 1844/1978, p.128).

Em 1 de julho Feliciano chegou de volta a São João Del Rei “*para tomar diversas providências tendentes a guarnecer a Província*”. Convocou para São João Del Rei a Assembleia Legislativa Provincial, que deveria se reunir no dia 17 de julho (DESPERTADOR MINEIRO, 2/7/1842). Logo no dia seguinte ao levante de Barbacena, 11 de junho, Feliciano tinha convocado a Assembleia Legislativa para se reunir dia 1º de julho em Ouro Preto (HÖRNER, 2010, p.250). Como não quis atacar Ouro Preto, remarcou a Assembleia para São João Del Rei. A guerra tinha começado, mas Feliciano continuava pensando o movimento como político, buscando legitimidade por meio do apoio parlamentar.

Embora as forças legalistas tivessem começado a obter alguns resultados favoráveis, os legalistas ainda estavam alarmados. Firmino Rodrigues da Silva, indicado como Juiz de Direito da Comarca do Paraibuna, viajava para assumir seu posto em Barbacena quando se iniciou a Revolta e ele se somou às tropas legalistas. Escreveu em 2 de julho para o Ministro da Justiça, Paulino Soares, que “*A nossa posição do Rio Preto é insustentável se as coisas continuarem como vão*”. A província do Rio de Janeiro estaria defendida somente por este posto, e “*os rebeldes entupiram os caminhos dos arredores, e conservam-se hoje, segundo as notícias que temos, com grande força na distância de sete léguas, comandados por um Alvarenga de São João e o Galvão de Ouro Preto*” (MASCARENHAS, 1961, p.48).

4.3.1 Acordo de Baependi

Em Baependi a legalidade tinha grande apoio, e dominava “*uma das mais frequentadas estradas que comunicam a de Minas com a Província do Rio de Janeiro e com a de S. Paulo*” (MARINHO, 1844/1978, p.99). Em 1812 tinha 130 imóveis urbanos, mas foi

147 Ver Ofício dos rebeldes estacionados em Rocinha da Negra para o comandante das forças governistas (SOUSA, 1843, pp.87-89).

uma das localidades que se beneficiaram com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro (CARRARA, 2001, p.150). No dia 24 de junho mais de mil rebeldes da coluna Junqueira, que somou forças desde as concentrações de Galinhos e São Tomé das Letras, aproximaram-se de Baependi. Eram muitos, mas segundo Marinho a Coluna Junqueira estava “*mal armada, e não tinha um oficial*” (MARINHO, 1844/1978, p.101). Joaquim Boaventura Bardy, que no acampamento de Galinhos foi professor em algum tipo de escola improvisada, disse que nessa fazenda não eram mais de 40, que receberam reforços de Lambari e outras localidades, e em São Tomé das Letras eram já uns 400. No “*cercos de Baependi*” teriam se reunido exatamente 1217 homes, que tomaram as posições mais elevadas. No dia 25 de junho os rebeldes tocaram suas cornetas, demonstrando força, e enviaram nova proposta de acordo, que dessa vez foi aceita. Conforme o mesmo, dia 26 a Câmara de Baependi reconheceu o governo rebelde (DESPERTADOR MINEIRO, 8/7/1842).¹⁴⁸ Ainda em 28 de junho os rebeldes estariam, segundo um rebelde, com mil e quatrocentos homens em Baependi (NOGUEIRA, 1979, p.34). A Coluna Junqueira,¹⁴⁹ depois de tomar Baependi, pouco se moveu (MARINHO, 1844/1978, p.103). Segundo Bardy, ficou ali por sete ou oito dias (NOGUEIRA, 1979, p.80).

No dia 2 de julho foi assinado o Acordo de Baependi (DESPERTADOR MINEIRO, 2/7/1842). Posteriormente os legalistas renegaram esse acordo. Já em 17 de julho de 1842 um legalista, Aleixo Ferreira Tavares de Carvalho, chamou o acordo de “*capitulação*” dos legalistas diante dos rebeldes.¹⁵⁰

Os governistas assinam como “*forças constitucionais*” e os rebeldes como “*movimento nacional*” (DESPERTADOR MINEIRO, 2/7/1842). Os governistas prometeram:

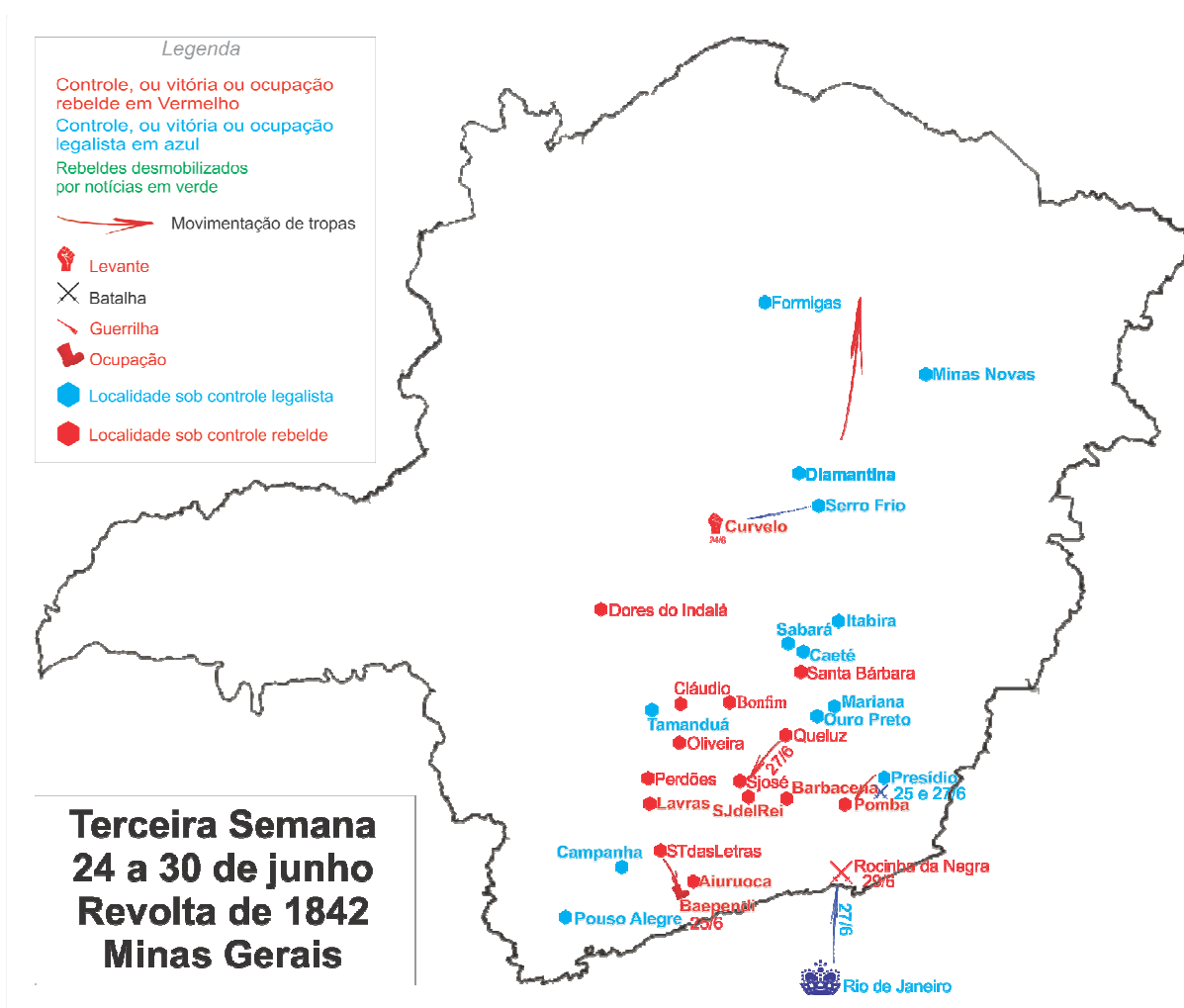
nós os que temos feito resistência ao movimento revolucionário, querendo evitar derramamento de sangue, nos obrigamos a dispersar todo o povo, que se acha reunido em nossas fileiras, entregando o armamento nacional, e cartuxame, que houver, e protestamos reconhecer a autoridade do novo Presidente interino uma vez, que esteja apoiado na maioria da Província (...) não faremos oposição alguma à suspensão da Lei das reformas (DESPERTADOR MINEIRO, 2/7/1842).

148 Vide Ofício do Juiz de Direito de indicação rebelde da Comarca de Rio Verde declarando que a Cidade de Campanha seria tomada; Ofício da Câmara Municipal de Baependi reconhecendo o governo rebelde (SOUSA, 1843, pp.86, 67; MARINHO, 1978, p.103; NOGUEIRA, 1979, pp. 32-33, 61, 80; BARBOSA, 1979, p. 581).

149 É curioso que Gabriel Junqueira no dia 3 de julho de 1842 ainda estava em Aiuruoca, com cerca de 200 homens, para se reunir à coluna que recebeu seu nome (NOGUEIRA (org.), 1979, p.45-46). É sinal do prestígio de Junqueira, que deu nome a uma coluna à qual se somou só depois de formada. Gabriel Francisco Junqueira tornou-se Barão de Alfenas em 1848.

150 Vide Ofício do Juiz Municipal e de Órfãos do Termo da Vila de Baependi dando parte da capitulação, retirada dos rebeldes, e restauração da mesma Vila (SOUSA, 1843, p.169).

Mapa 5 – Terceira Semana da Revolta de 1842



Fonte: SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **História da Revolução de Minas Gerais em 1842**. Rio de Janeiro: Tipografia de J.J, Barroso e Comp. 1843. MARINHO, José Antônio. **História da Revolução de 1842**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1978. Elaborado pelo autor.

Os rebeldes ficaram com o armamento sob a condição de “*se por ventura for requisitado para um outro ponto, nunca deixará de pertencer a este Município*” (DESPERTADOR MINEIRO, 2/7/1842). E ainda: “*entregando-se de parte a parte os presos por motivos políticos, não servindo de suspeita para hostilidades aquela força que o Juiz de Direito julgar conveniente a fim de dar expediente e execução a todas as suas ordens*” (DESPERTADOR MINEIRO, 2/7/1842).

Se os rebeldes ficaram 7 ou 8 dias em Baependi, e se chegaram dia 25, o acordo aconteceu quanto estavam se retirando. Nota-se que os rebeldes reconheceram, ainda que provisoriamente, o Juiz de Direito indicado pelo governo em função da reforma do Código do Processo.

De Baependi os rebeldes se dividiram, indo uns para o arraial de Lambari, e outros

para a fazenda de Antonio Faxardo¹⁵¹. Alguns foram para o arraial de Mutuca. Ao deixarem Baependi alguns grupos rebeldes tiveram contato com “o Jornal do Comércio, de 19 de junho que trazia a Proclamação de Sua Majestade o Imperador”. O agrupamento em que estava Boaventura Bardy, na fazenda do Ribeirão, dispersou-se ao ter contato com esse jornal, e o próprio Bardy foi se entregar, e foi preso (NOGUEIRA, 1979, pp.42, 81).

Segundo um rebelde, João Ferreira Brito, que deu depoimento em Campanha um mês depois do acordo de Baependi, as forças rebeldes da coluna Junqueira já tinham dado “fogo à legalidade, por cinco vezes, duas no Distrito da Conceição, outra no Ponto de Baependi, outra no Morro do Cavaco e outra na fazenda do Ribeirão” (NOGUEIRA, 1979, p.50).

Para o deputado legalista, Pereira de Souza, o acordo de Baependi teria sido útil à legalidade, que ganhou tempo para se reorganizar (O COMPILADOR, 23/4/1844). No dia do Acordo de Baependi, 2 de julho, o presidente legal, Bernardo da Veiga, em Ouro Preto, estava isolado, não conseguia sequer receber notícias da Corte.¹⁵²

4.3.2 Batalhas de Caeté e Queluz

Caeté em 1833 foi o único município mineiro a aderir à revolta de Ouro Preto. Em 1842 foi legalista. No dia 2 de julho, tropas de Santa Bárbara, que tinham se aproximado dia 1º, intimaram Caeté a se render. Caeté recusou a rendição. Teria acontecido uma “*conferencia que tiveram a frente das Forças contrárias*”, mas os legalistas teriam atraído os rebeldes, resultando no início da troca de tiros.¹⁵³ Marinho descreveu que:

Fizeram os insurgentes avançar uma linha de atiradores que rompeu o fogo sobre as forças da legalidade. Este fogo não durou porém um quarto de hora; mas os governistas retirando-se, entricheiraram-se nas casas e na Matriz, e desses pontos dirigiram sobre os insurgentes um vivíssimo fogo que sustentaram por um espaço de tempo, e com uma coragem que os honra (MARINHO, 1844/1978, p.111).

O combate durou cinco dias. Apesar do reforço de legalistas de Conceição do Serro, Caeté caiu em poder dos rebeldes. A água foi cortada, e uma casa incendiada. A retirada dos

151 Antônio Faxardo da Costa, dono da fazenda denominada Galinho, e da fazenda da Bocaina. Tinha 39 anos.

152 Vide Ofício do Presidente da Província de Minas participando a marcha do Comandante das Armas sobre os rebeldes de Queluz etc (SOUSA, 1843, pp.99-100).

153 Intimação rebelde ao chefe das forças legalista de Caeté (SOUSA, 1843, pp.104, 151).

legalistas, dia 7, foi para Roças Novas. Tropas de linha, os Caçadores de Montanha, estacionados em Itabira, aproximavam-se, marchando a partir do dia 4, mas não chegaram a tempo de evitar a queda de Caeté, nem de encontrar as forças rebeldes. Essa Companhia depois participaria dos combates de Lagoa Santa, Sabará e Santa Luzia (O CORREIO DE MINAS, 24/10/1842). Após a tomada, os Liberais reuniram suplentes de vereadores e reconheceram o governo de Feliciano. Mas nem sobre esses suplentes tinham muita influencia, pois poucos dias depois alguns deles já escreviam ao governo legal afirmando terem sido forçados.¹⁵⁴ A Câmara legalista de Caeté:

se transferiu para o distrito de Roças Novas naqueles dias de sangrentas batalhas, e os legalistas de Caeté, após recuarem, coadjuvaram com os irmãos Lemos na batalha de Sabará e seguiram para Lagoa Santa e Santa Luzia para engrossar as forças do Duque de Caxias naquela memorável e decisiva batalha (VITORIANO, 1985, p.43).

A folha rebelde de São João Del Rei noticiou sobre a batalha de Caeté que os rebeldes “*de S. Barbara entraram em Caeté, e sendo resistidos deram aos Cascudos um ataque furioso, no qual eles perderam 350 homens, e de nossa parte somente 15 e poucos mais feridos*” (DESPERTADOR MINEIRO, 12/7/1842). Mas em 1844 Marinho criticou a decisão dos rebeldes de Santa Bárbara como inútil, dizendo que essa coluna “*acreditou fazer melhor serviço, indo primeiro desbaratar a força de Caeté*”. Depois os rebeldes voltaram para Santa Bárbara, onde ficaram parados por 21 dias (MARINHO, 1844/1978, pp.111-112). Para Hörner os rebeldes de Santa Bárbara precisaram atacar Caeté para impedir que os legalistas dessa localidade reforçassem Ouro Preto (HÖRNER, 2010, p.270). Em duração, com seus cinco dias, foi a maior batalha da Revolta de 1842.

A batalha de Caeté ainda estava na metade quando aconteceu a primeira batalha de Queluz (Conselheiro Lafayete), dia 4 de julho. Queluz, com suas cento e poucas casas, estava ocupada por cerca de 240 rebeldes, segundo fontes governamentais. Como de costume, só tinham “*espingardas caçadeiras*”. Os governistas atacaram com duas colunas, uma de Ouro Preto, outra de Congonhas,¹⁵⁵ com a manhã já avançada. As forças de Ouro Preto tinham uma

154 Essas informações podem ser conferidas em: Ofício do Presidente da Província de Minas dando parte dos combates de Queluz, Caeté e Mendanha etc. Ofício do Coronel da Legião da GN de Caeté participando o combate que teve lugar naquela Vila por espaço de cinco dias; Ata da Seção em que a Câmara Municipal rebelde de Caeté reconheceu o governo rebelde; Nota de rodapé (SOUSA, 1843, p.129, 145-148, 150, 152).

155 Congonhas do Campo, então um arraial, se posicionou pela legalidade, e seus GNs lutaram nas duas batalhas de Queluz (O COMPILADOR, 25/4/1844).

peça de artilharia, mas apesar disso não tomaram a cidade, e se retiraram por volta das 17 horas. Foram feitos 4 prisioneiros de cada lado. Não teria morrido nenhum rebelde, e estes calculavam as perdas governistas em 6 a 7 mortos.¹⁵⁶ Os rebeldes acusaram as tropas legalistas por queimarem carros de milho e uma casa, matando um idoso (DESPERTADOR MINEIRO, 8/7/1842).

É importante observar os incomuns gritos de guerra que antecederam esse combate. Segundo Marinho (1978, p.125) o chefe legalista gritou:

um viva ao Imperador, e os insurgentes o corresponderam com os chapéus nas mãos, outro à Constituição, igual resposta, um terceiro ao Ministério e à reforma judiciária, e este é correspondido com uma descarga cerrada que foi respondida pelos governistas. Repetidas mais duas descargas, principiou a atirar a artilharia que continuou até quase ao anoitecer, sem causar o menor dano nas fileiras insurgentes.

O legalistas teriam abandonado dois cadáveres, que teriam sido sepultados pelos rebeldes. Ao menos um legalista morto foi Joaquim da Silva Durães, Guarda Nacional legalista de Boa Vista, cuja viúva recebeu pensão pela Mesa das Rendas Provinciais (A ORDEM, 17/7/1844). Até esse momento os rebeldes estavam confiantes (MARINHO, 1844/1978, pp.112, 125).

4.3.3 As quedas de Rocinha da Negra e Pomba

Os rebeldes resistiam às forças imperiais do Rio de Janeiro desde o dia 28 de junho. As tropas legalistas não conseguiam avançar, mas os rebeldes o tempo todo precisavam poupar cartuchos. O comandante das forças em operações por parte dos rebeldes, no mesmo ofício que conta suas vitórias, preocupa-se em mencionar que “*de nossa parte gastamos mil e tantos cartuchos*”, e confessa “*Tenho me esforçado para que não haja fogo inútil*” (DESPERTADOR MINEIRO, 4/7/1842).

No dia 2 de julho o comandante rebelde em Rocinha da Negra já se queixava de falta de munição, e informou que não podia enviar tropas para Rio Preto. Que os rebeldes careciam de tropas prova o fato de dia 3 terem emitido uma Portaria (SOUSA, 1843, p.116) com a decisão de recrutar uma Guarda Municipal em S. J. Del Rei. Quem não fazia parte da Guarda

156 Ver Ofício do Comandante das Armas dando parte do 1º. Combate que teve lugar na Vila de Queluz; Ofício do Comandante das Forças rebeldes em Queluz dando parte do 1º. Combate que ali teve lugar (SOUSA, 1843, pp. 116-117, 123-124).

Nacional, já mobilizada até a exaustão, eram os homens sem renda suficiente para serem eleitores.

Os rebeldes tinham ainda que temer a artilharia que só os governistas tinham - “*Não fiz nessa ocasião carregar sobre eles, para não expor a tropa ao fogo da artilharia, tanto da Ponte, como a colocada do outro lado*” (DESPERTADOR MINEIRO, 4/7/1842). Os rebeldes fabricaram pólvora, e tentaram fabricar uma peça de artilharia em Chapéu d’Úvas, sem sucesso.¹⁵⁷ Os governistas então “*trataram de postar convenientemente a sua artilharia para obrigarem os insurgentes a abandonarem o reduto em que se haviam fortificado*” (MARINHO, 1844/1978, pp.128-129).

Finalmente, no dia 6 de julho, Rocinha da Negra foi ocupada por tropas legalistas, sem resistência. Somente três rebeldes foram presos. Os rebeldes culpavam o comandante, que teria sido conivente com as tropas imperiais.¹⁵⁸ Marinho explica que o comandante tinha proposto uma mudança de posicionamento das tropas, para protegê-las da artilharia, mas isso gerou “*uma geral desconfiança*”. O comandante sob suspeita das tropas saiu para conferenciar com um governista, e estava demorando a voltar, quando aconteceu um ataque legalista. As tropas rebeldes teriam então se dispersado. Claramente não eram tropas profissionais, disciplinadas, preparadas para imprevistos. O comandante da coluna rebelde realmente a tinha traído, entregando-se às tropas legais, e ao contrário das promessas, foi preso e assim ficou por 16 meses (MARINHO, 1844/1978, pp.129, 279).

Os rebeldes logo recobriram ânimo, reagruparam-se, e iniciaram uma resistência ao avanço das forças governistas, claramente superestimado por Marinho (1978, pp.129-130):

Bem que não fosse possível aos insurgentes embargar inteiramente o passo à coluna governista, todavia, não podia esta avançar senão muito vagarosamente, sempre incomodada pelas guerrilhas insurgentes, dirigidas por Severino e Zeferino (...) as retiveram [as forças do governo] por quanto tempo lhes aprouve demorá-las, e foi só depois que receberam ordem para que se concentrassem para Barbacena, que os bravos do Paraibuna cederam o passo às forças do Governo.

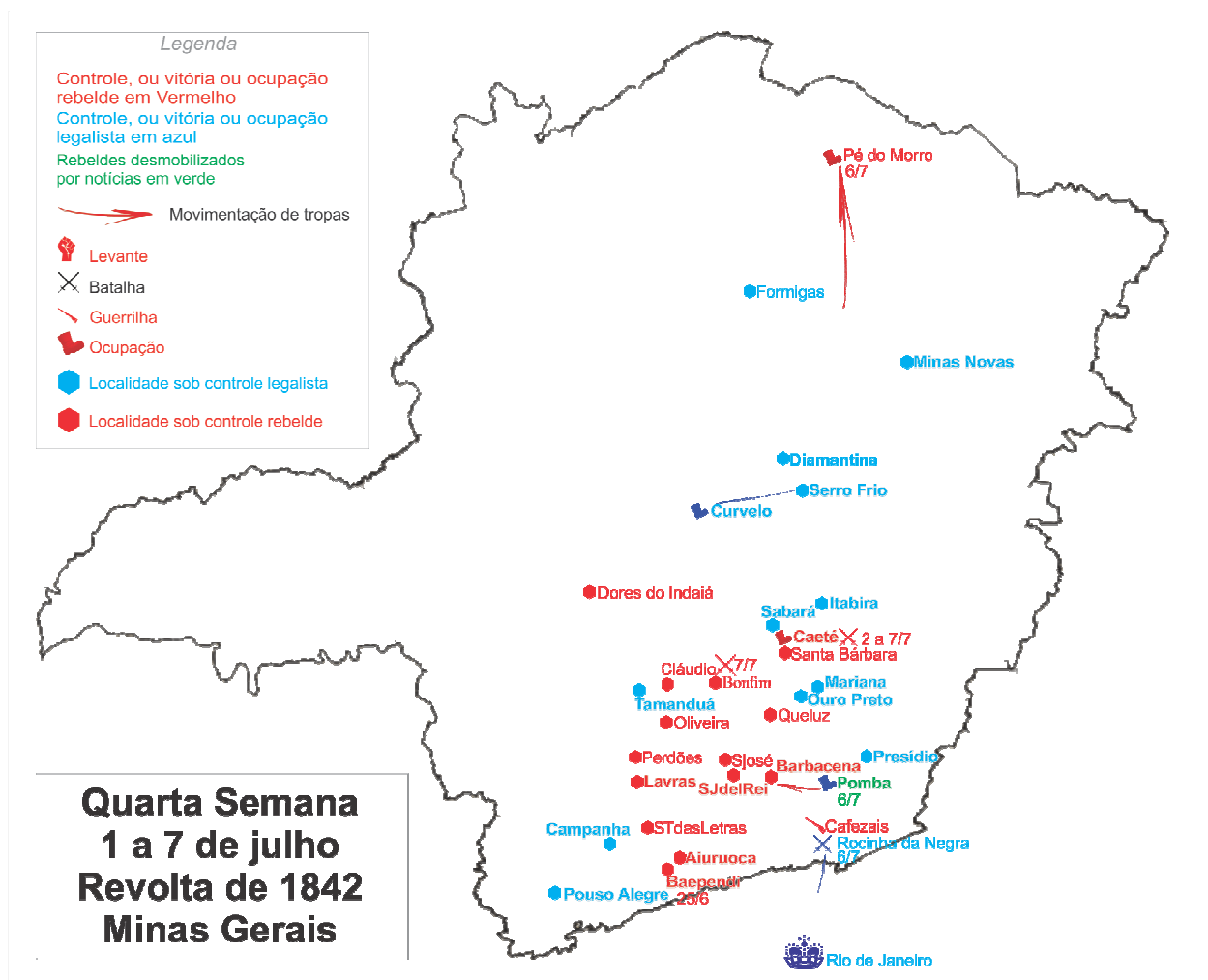
No mesmo dia 6 de julho, Pomba caiu sob poder dos legalistas. Cerca de 600 a 800 rebeldes, segundo ofício legalista, teriam fugido sem oferecer combate (SOUSA, 1843,

157 Isso pode ser conferido em um Ofício rebelde ao Comandante Superior rebelde da GN de Barbacena (SOUSA, 1843, pp.97-98).

158 Vide Ofício do Comandante da 1ª. Coluna participando haver desalojado os rebeldes do acampamento da Rocinha da Negra; Ofício de Antonio Francisco dos Reis Barros participando a derrota das forças rebeldes na Rocinha da Negra ao governo rebelde (SOUSA, 1843, pp.126, 152).

p.130). Segundo Marinho, a força legalista postada no arraial de Rio Novo, com menos de 200 homens, espalhava notícias da queda de São Paulo e do decreto de confisco dos bens dos rebeldes. Em alguns lugares os confiscos já estavam mesmo sendo executados. Bastou o boato de que a Vila seria atacada no dia 5 e os rebeldes se dispersaram. Pouco mais de cem rebeldes de Pomba continuaram em armas e recuaram para Barbacena. É ao falar da dispersão da coluna rebelde de Pomba que Marinho escreveu sua famosa frase: “*O Jornal do Comércio, que noticiava a perfeita pacificação de S. Paulo, a proclamação Imperial de 19 de Junho, e o Aviso de 23 do mesmo mês, valeu ao Governo por mais de 10 mil homens.*” (1978, p.130).

Mapa 6 – Quarta Semana da Revolta de 1842



Fonte: SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **História da Revolução de Minas Gerais em 1842**. Rio de Janeiro: Tipografia de J.J, Barroso e Comp. 1843. MARINHO, José Antônio. **História da Revolução de 1842**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1978. Elaborado pelo autor.

A queda de Pomba reabriu as comunicações entre o Governo Geral e o Provincial. A notícia da queda da Rocinha da Negra e de Pomba chegou a Barbacena em um mesmo dia, mas não chegou a notícia de que as forças rebeldes tinham se reagrupado e atrasavam a

marcha dos legalistas. Começou a se espalhar o pânico. Marinho atribui grande papel na manutenção do moral dos barbacenenses durante essa crise aos redatores do *Echo de Rasão*, João Gualberto e Dr. Camilo (futuro Conde de Prados), e ao líder que a Guarda Nacional de São João Del Rei escolhera no dia 17 de junho, Francisco José de Alvarenga. No final do dia, reanimando os rebeldes, chegaram a Barbacena os rebeldes de Pomba e Presídio que não tinham desertado (1878, pp.132-133).

4.3.4 Batalha de Bom Fim e primeira ocupação de Sabará

Dia 7 de Julho de 1842 aconteceu um combate em Bom Fim. Essa Vila tinha reconhecido o governo rebelde logo no início da revolta, mas os dois padres que dirigiam os rebeldes da Vila foram presos em uma armadilha, e os governistas retomaram o controle. Os rebeldes deixaram a Vila, e prepararam o contra ataque. “*No dia 23 de Junho partiu a coluna*” do arraial do Rio do Peixe “*para a Vila de Queluz por ordem do Exm. Presidente, e a pouca distância encontrou outro ofício do mesmo Sr. mandando que a coluna fosse tomar o ponto da Itabira do Campo, o que se observou imediatamente*”.

Mandados espíões a “*Itabira a saber quais as forças, que haviam para nos coadjuvar, e como não tivéssemos resposta favorável*”, uma Companhia de Caçadores, tropa de linha, tinha ocupado a Vila, “*deliberou-se que nos incorporássemos com as forças de Santa Quitéria*” (DESPERTADOR MINEIRO, 12/7/1842). Nesse vai e vem “*soubemos que os absolutistas tinham retomado a Vila do Bom Fim, e aí reuniram a Câmara com Suplentes*” e os rebeldes se decidiram a retomar Bom Fim. Note-se o desgoverno das tropas rebeldes, carentes de um plano de guerra.

Os governistas seriam “*trezentos e tantos da Piedade das Gerais, Santa Ana e S. Gonçalo da Ponte*”, sob o comando de Fortunato Penido e estavam na Vila desde o dia 4 de julho (DESPERTADOR MINEIRO, 15/7/1842). “*A força inimiga tinha se apinhado no Adro, e tinha umas poucas trincheiras*”, então os rebeldes contam que:

fizemos alto, e pusemo-nos em movimento de cerco. Os entricheirados insultavam-nos com palavras, dançavam a Jaca, e chamavam-nos. Fez a nossa força fogo sobre as trincheiras, e poucos instantes depois deixaram-nos os covardes o ponto livre (DESPERTADOR MINEIRO, 12/7/1842).

No total foram presos 28 legalistas, incluindo o vigário de Piedade dos Gerais, o Cap.

José Ferreira Gomes, um Padre Ferreira, um Padre Nunan¹⁵⁹, e o Padre Francisco do Engenho (DESPERTADOR MINEIRO, 12/7/1842, 15/7/1842).

Ao findar a quarta semana de revolta, para o *Despertador Mineiro* teriam acontecido até então dois combates, um no Paraibuna, outro em Queluz. Com os rebeldes estariam “3 Cidades de primeira ordem, e 15 Vilas importantes” e “em armas mais de 16 mil homens” (DESPERTADOR MINEIRO, 8/7/1842). Os combates já eram em muito maior número, e as localidades rebeladas em pouco menor número. Se a imprensa rebelde não sabia das batalhas que tinham vencido, não sabia de quase nada. Estava às escuras, publicando o que calculava, desejava e precisava.

Ao invés de 18, os rebeldes controlaram, não ao mesmo tempo, pois algumas localidades só se levantaram quando outras já tinham caído, sedes de 15 municípios, dos 42 que a Província tinha (HÖRNER, 2010, p.244). Mas a região dominada pelos rebeldes era a mais populosa e era a rota de comunicação com o Rio de Janeiro.

Um dia depois da batalha de Bom Fim, os rebeldes ocuparam Sabará. Dos baluartes do lado governista, “ao norte da Província, era o de Sabará em que o Governo contava acharia maior força” (MARINHO, 1844/1978, p.113). Em 1812 tinha 785 imóveis urbanos, perdendo somente para Ouro Preto (CARRARA, 2001). No dia 19 de junho o arraial sabarense de Santa Quitéria (Esmeraldas) reconheceu o governo rebelde e marchou para Santa Luzia, arraial sabarense também rebelde, unido aos batalhões dos arraiais de Patafufo (Pará de Minas) e Santa Ana (Itaúna). Os governistas de Sabará não teriam conseguido reunir nem 200 homens, e teriam se retirado quando souberam que tropas de Santa Quitéria engrossaram as forças rebeldes de Santa Luzia (MARINHO, 1844/1978, p.113-114).

Tendo se retirado as forças legalistas de Sabará na noite entre 3 e 4 de julho, as forças rebeldes entraram dia 8, e os suplentes de vereadores reconheceram o governo interino. O documento reconhecendo o governo rebelde tem 170 assinaturas. A Câmara rebelde de Sabará disse em seu documento de adesão que os cidadãos estavam “inteiramente privados de liberdade de imprensa, e da Tribuna Nacional.”¹⁶⁰

Pouco depois de conquistado o objetivo político os rebeldes se retiraram de Sabará. As forças de Santa Quitéria receberam ordens de Feliciano para se unirem às de Santa Bárbara, para cercarem a capital, mas essas forças unidas em Santa Bárbara acabaram ficando

159 Será o redator da *Estrella Mariannense*?

160 Ver Ata da Seção em que a Câmara Municipal de Sabará reconheceu o governo rebelde; Ofício da intrusa Câmara Municipal de Sabará pedindo que o Presidente da Província abandone este cargo (SOUSA, 1843, pp.131-137, 140).

estacionadas, apesar das ordens emitidas da capital rebelde (MARINHO, 1844/1978, p.115-116).

4.3.5 Batalha de Tamanduá

Dia 4 de julho, rebeldes de Oliveira e Lavras intimaram os legalistas de Tamanduá, onde tinham se refugiado vários legalistas de São João Del Rei. Enviaram junto um número do *Despertador Mineiro*. Mas só atacaram mesmo no dia 11, com 300 a 400 homens. A *Ordem* diria depois que eram 600 (A ORDEM, 31/12/1842). A batalha aconteceu no local chamado Cajú, e durou cerca de uma hora.¹⁶¹ Os rebeldes foram derrotados, retiraram-se, então os legalistas de Tamanduá animaram-se a atacar Oliveira.

Sem saber da batalha do dia anterior, o *Despertador* publicou que Tamanduá tinha se rendido. Três dias depois teve que confessar que “*Pelo lado de Tamanduá houve um tiroteio por ocasião de uma surpresa que os Absolutistas fizeram à Coluna de Oliveira, que marchava para dar o assalto na Vila de Tamanduá*” (DESPERTADOR MINEIRO, 12/7/1842, 15/7/1842). Dos rebeldes que atacaram Tamanduá, cerca de 80 eram de Lavras, inclusive o que morreu, o jovem Francisco Campelo. Os feridos teriam sido de 10 a 11 (NOGUEIRA, 1979, pp. 240, 243).

Tamanduá se tornou para os legalistas um símbolo de resistência, e depois da revolta só foi ofuscada por Santa Luzia como batalha preferida pelos legalistas como símbolo de sua vitória, “*Tamanduá, a vila leal por excelência, a vila que não foi manchada pelo contato da rebelião*” (A ORDEM, 8/10/1842).

Curiosamente, só no dia 9 de julho, quase um mês depois do início da revolta, as garantias foram suspensas por Bernardo da Veiga. No mesmo dia chegou a Ouro Preto a notícia da derrota completa dos rebeldes de São Paulo. Derrotados os paulistas, dia 10 o então Barão de Caxias¹⁶² foi oficialmente ordenado a comandar as tropas imperiais contra os

161 Ver Intimação dos rebeldes da Oliveira aos Legalistas de Tamanduá; Ofício do Presidente da Província de Minas participando a marcha dos rebeldes de Santa Bárbara sobre o Inficionado etc.; Ofício do Coronel da Legião da GN de Tamanduá dando parte do combate, que teve lugar no sítio do Cajú (SOUSA, 1843, pp.105, 204-205).

162 Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. Quando combateu os rebeldes de Minas Gerais já tinha derrotado os rebeldes do Maranhão, ganhando o baronato, e os de São Paulo (BARRETO, 2008). Seu pai, ex-regente Francisco de Lima e Silva, estava ao lado dos rebeldes, espalhando na Corte boatos de derrotas de seus filhos em Minas (CASTRO, 1978, p. 67).

rebeldes de Minas Gerais.¹⁶³ Ele pedira esse comando dia 2 de julho, em carta ao Ministro da Guerra, e embora só tenha recebido a ordem no dia 16, já começou a tomar providências, ainda em São Paulo, para enfrentar os rebeldes de Minas (SOUZA, 2008, p.374). Chegaria ao Rio de Janeiro dia 22, onde só permaneceria por 2 dias, partindo logo para Minas Gerais, uma vez que já tinha colocado suas tropas em marcha (HÖRNER, 2010, p.176).

4.3.6 A intervenção do bispado de Mariana e o clero em 1842

Há vários anos Minas Gerais estava sem o Bispo de Mariana. Então o presidente Bernardo da Veiga pediu ao Vigário Capitular de Mariana, maior autoridade do bispado enquanto um Bispo não fosse indicado, que enviasse aos Párocos de Minas Gerais orientações para que divulgassem notícias governistas, desmentissem as propagandas rebeldes etc. Em 1842 existiam 173 paróquias em Minas Gerais (O CORREIO DE MINAS, 8/12/1842). O Vigário Capitular publicou uma Circular aos Párocos do Bispado (SOUSA, 1843, p.155) nesse sentido no dia 12 de julho. A notícia da derrota da revolta em São Paulo e a Proclamação do Imperador deveriam ser afixados nas portas das Igrejas.

As fontes e a historiografia registram grande número de padres rebeldes em 1842 (O CORREIO DE MINAS, 6/12/1842). Até um de seus principais líderes, e seu memorialista mais famoso, José Antonio Marinho, foi Cônego. Diz *A Ordem* que “...no ataque de Santa Luzia se viram Sacerdotes de espingarda na mão fazendo fogo sobre as fileiras da legalidade” e “um se acharam nos matos vizinhos, morto das feridas recebidas, tendo ainda ao pé de si a arma fraticida”. Exclama, “...que escândalos, meu Deus. Não deram tantos de nossos Padres na passada revolta.” (A ORDEM, 26/10/1842). Ainda “Consta que um chegou a dar (valha a verdade) o sino da igreja para fazer balas, e sua casa foi a Fábrica do cartuxame para a rebelião”. Talvez tenha contribuído para tal rebeldia o fato de que estavam há dois anos com pagamento de cômputos atrasados (O CORREIO DE MINAS, 14/10/1842, 8/12/1842, O COMPILADOR, 2/8/1843).

O fim da revolta não fez todos esses padres se arrependem, consta que

um desses padres capelão cura, para as partes de Santa Rita, exprobrara a seus fregueses a indiferença ou apatia que mostraram por ela, dizendo que se tivessem ajudado a José Feliciano na grande luta em que se achou

163 Edital declarando a suspensão de garantias na Província de Minas, por espaço de 5 meses; Decreto nomeando o Barão de Caxias Comandante em Chefe das Forças de operação da Província de Minas (SOUSA, 1843, pp.153-154).

empenhado com o Governo Imperial, não teria morrido tanta gente (A ORDEM, 19/11/1842).

Os legalistas também denunciaram que “*a mor parte deles, sendo eclesiásticos, vivem pública e escandalosamente em mancebia*”.¹⁶⁴ O que só deixaria de ser normal nas décadas que se seguiram.

Já para o padre Bhering, que era aliado dos rebeldes mas estava em Mariana durante a revolta e não pegou em armas, a raiz do problema era a falta de um Bispo, e em seus discursos a favor de que Dom Viçoso fosse elevado a tal posto perguntou “*Se o Clero Mineiro não estivesse há tantos anos privado da presença, e das exortações do Episcopado, teria chegado a este ponto de relaxação?*” (O CORREIO DE MINAS, 14/10/1842). Bhering atuou como advogado dos rebeldes, de forma que é necessário ler nas entrelinhas de seus discursos a defesa de seus aliados. Seriam inocentes, porque estavam sem pastor.

Registre-se que o lado legalista também contou com muitos padres. Como se vê nas Representações enviadas ao Trono nos meses que antecederam a revolta, 106 padres assinaram ao lado do governo (que teve muito mais Representações publicadas devido ao *Jornal do Comércio*), e 53 ao lado da oposição. Mas como disse Jonh B. Bogart em 1877 “*se um cachorro morde um homem, isso não é notícia, mas se um homem morde um cachorro, aí sim, isso é notícia*”. Padres serem legalistas não chamou a atenção de ninguém, e *O Brasil* pôde afirmar incontestemente que havia um “*divórcio (...) entre o clero e as doutrinas da ordem e paz*” (MATTOS, 1987, p.266).

A presença do clero dos dois lados na Revolta de 1842 se deve à sua presença na vida política, e essa se explica pelo mesmo motivo que foram fortes no cenário eleitoral, “*um natural desdobramento da sua longa tradição de inserção na vida pública e civil*” (SOUZA, 2010, pp.42-47).

4.3.7 Vitórias legalistas dia 12 de julho

No dia 12 de julho um *Despertador Mineiro* foi publicado, com a notícia favorável à revolta de que forças rebeldes entraram em Sabará, tradicional colégio adversário, notícia antiga para os dias que corriam (DESPERTADOR MINEIRO, 12/7/1842). Nesse mesmo dia Feliciano teve que responder ao comandante Francisco José de Alvarenga, que comandava as forças que resistiam às tropas imperiais que marchavam a partir do Rio de Janeiro, que

164 Vide *Viva o Imperador: Manifesto* (SOUZA, 1843, p.112).

fogo contra os legalistas quando estes se aproximaram da margem oposta. Os rebeldes seriam cerca de 30 homens. Para os legalistas, os rebeldes teriam se retirado, mas é fato que os legalistas não avançaram nesse dia. Uma típica batalha inconclusa.

Em Formigas, 12 de Julho de 1842, foi feita uma proclamação legalista pelo Coronel de Legião da Guarda Nacional (O CORREIO DE MINAS, 21/10/1842). Dias antes os legalistas de Campanha chegaram à fazenda de Antonio Fajardo da Costa, que tinha sido abandonada pelos rebeldes.¹⁶⁷

Ao final da quinta semana de Revolta, a reação ganhava corpo. Um dia depois, em Barbacena, foi publicado o último exemplar da folha barbacenense *Echo da Rasão* existente nos arquivos públicos, de uma só página, só com propaganda de guerra.

4.4 Segunda fase do conflito armado: Queda de Serra Negra e nova estratégia rebelde

As decisões tomadas no dia 16 de julho de 1842 pelos chefes políticos rebeldes em São João Del Rei iniciaram uma nova fase do conflito armado. Na primeira fase aconteceram revoltas em diversos municípios por conta dos líderes Liberais locais. O governo rebelde pouco fez além de política e medidas defensivas. As forças legalistas se mobilizaram aos poucos, foram reforçadas não só por tropas, mas por notícias da Corte, destacadamente o *Jornal do Comércio*, e começaram a obter importantes vitórias, que levaram os rebeldes a mudar de estratégia.

No dia 15 de julho o último *Despertador Mineiro* existente nos arquivos, e possivelmente o último a ser impresso, pois seus redatores seriam enviados em missões militares no dia seguinte, ameaçou os adversários, “*vos calei, e recolhais a vosso canto quietos e sossegados*” (...) “*Não sabeis, que estamos em revolução, e que neste estado podemos exorbitar da lei, e tudo fazer para nossa conservação?*” Mostra que o clima não estava bom para os rebeldes, e que os legalistas estavam animados. Para falar do recuo das forças rebeldes da Rocinha Negra, diz que o “*Coronel Alvarenga acaba de atrair para o centro da mata do Paraibuna os Galés, que ousaram ameaçar-nos pela estrada da Estrela*”. Para amedrontar a população de São João Del Rei contra as tropas legalistas afirmou que “*Em Catas Altas estão roubando às claras; em Tamanduá, segundo consta, saquearam a casa do Tenente Andrade*”. Em outras palavras, “*lutem por suas posses contra as tropas imperiais*”. O *Despertador* precisou desmentir que Baependi tivesse caído nas mãos dos legalistas. Disse

167 Ver Ofício do Juiz Municipal e de Órfãos do Termo da Vila de Baependi dando parte da capitulação, retirada dos rebeldes, e restauração da mesma Vila (SOUSA, 1843, p.171).

que sob o comando do “*venerando Junqueira*” 500 Liberais “*tornaram a entrar na Vila, e não acharam um Caramuru par remédio*” (DESPERTADOR MINEIRO, 15/7/1842). Mas nesse mesmo dia cerca de mil legalistas que tinham se aproximado de Baependi no dia 12 retomaram essa Vila. Foram disparados poucos tiros. Os rebeldes avistados foram cerca de 200, no dia 16, mas não deram combate.¹⁶⁸

Forças legalistas, depois de tomarem Rio Preto, marcharam três dias para enfrentarem rebeldes que tinham se entrincheirado na Serra Negra. Grupos de reconhecimento dos rebeldes vigiaram a tropa legalista a partir do segundo dia de marcha. Na Serra Negra os rebeldes tinham se fortificado em uma garganta por onde a estrada passava. Diante do ataque legalista, os rebeldes pediram para dialogar, e no diálogo pediram 6 dias de trégua. O negociador legalista não concedeu a trégua, mas como já era noite, adiou o ataque para o dia 16, quando o acampamento rebelde foi encontrado vazio. Muitos rebeldes desertaram na noite de 15, e a retirada dos poucos que restaram foi às pressas.¹⁶⁹

A revolta tinha parado de crescer, e os rebeldes queriam finalizá-la vitoriosamente. Com esse objetivo, no dia 16 de julho, antes mesmo de saber das derrotas que a revolta sofrera nesse mesmo dia em Baependi e Serra Negra, o comando rebelde deu ordens para suas tropas se aproximarem da capital. Os deputados provinciais que quiseram e conseguiram comparecer à Assembleia Legislativa Provincial marcada para dia 17 certamente já estavam em São João Del Rei, e participaram dessas decisões. Os rebeldes decidiram, no dia 16, unirem suas tropas em um só exército, sob o comando do coronel Antonio Nunes Galvão, não para impedirem o avanço dos adversários, mas para atacarem Ouro Preto.¹⁷⁰ Tropas de Sabará, depois de ocupada novamente essa localidade, deveriam marchar para Cachoeira do Campo, onde fariam contato com as tropas do centro, sob o comando do Coronel Antonio Nunes Galvão. Este marcharia com suas tropas sobre Ouro Preto. Os rebeldes de Mato Dentro deveriam se aproximar da capital pelo lado de Mariana. Não se sabe se os rebeldes realmente acreditavam nisso ou se só blasonavam, mas disseram que cercando a capital tinham forças em Santa Quitéria, Santa Bárbara, Mariana e Sabará (DESPERTADOR MINEIRO,

168 Vide Ofício do Juiz Municipal e de Órfãos do Termo da Vila de Baependi dando parte da capitulação, retirada dos rebeldes, e restauração da mesma Vila (SOUSA, 1843, p.172).

169 Ver Ofício de João Nepomuceno Nunes Bandeira participando a deserção e retirada das Forças rebeldes da Serra Negra ao Comando rebelde; Ofício do Comandante da 3ª Coluna participando a fuga dos rebeldes da Serra Negra (SOUSA, 1843, pp.168, 179-180).

170 Antonio Nunes Galvão foi um dos principais comandantes rebeldes, desde o início da revolta até a batalha de Santa Luzia. Era veterano da Guerra da Independência, e sob governos Liberais foi comandante da polícia em Ouro Preto. Perdeu um filho no segundo combate de Queluz. Esteve foragido junto com o cônego Marinho (MARINHO, 1979, p.203).

15/7/1842). Porém, nesse mesmo dia Feliciano precisou mandar recrutar os GNs que não obedecessem ao governo rebelde, revelando que tinha dificuldades para arremeter mais tropas.¹⁷¹

4.4.1 A reunião da Assembleia Legislativa em S. J. Del Rei e recuos rebeldes

Como se viu, Feliciano, presidente rebelde, recuou de Queluz para São João Del Rei, onde no dia 1º convocou a Assembleia Legislativa Provincial para o dia 17 nessa mesma cidade, elevada a capital rebelde. Somente 13 dos deputados provinciais compareceram, sendo que vários já estavam presos, e uns poucos eram governistas. Nenhum dos que compareceu era da mesa eleita no início do ano.¹⁷² O próprio presidente da Assembleia Legislativa, Antonio Tomás de Godoy, estava preso. Eles levaram ao presidente interino a mensagem de que “*não é possível a reunião da Assembleia Provincial, e assegurar-lhe a sua franca, leal e decidida cooperação e aprovação a todos os atos que tem praticado, e houver de praticar para salvar a Constituição e o Trono*”. Para Marinho, “*era tempo de combater, não de deliberar*” (MARINHO, 1844/1978, pp.136, 137).

Muitos desses treze deputados que assinaram a mensagem ao presidente rebelde “*não tinham ainda assinado um papel, não tinham praticado um ato, que juridicamente os pudesse comprometer*”. Era o caso de Ottoni, que demorou a assinar a mensagem porque “*dizia ele, não tinha ainda um ato que o compromettesse juridicamente*” (MARINHO, 1844/1978, p.130).

Se do ponto de vista de uma reunião da Assembleia Legislativa Provincial o plano fracassou, é certo que realizaram um conselho de guerra, dia 16, que mudou completamente a estratégia rebelde. Em seguimento ao novo plano de somar todas as colunas rebeldes em um só exército, Ottoni foi enviado para Barbacena, e Marinho para Baependi. Estava dissolvida a Assembleia Provincial.

Enquanto Feliciano reunia deputados em São João Del Rei, tropas legalistas ocuparam o acampamento de Rio do Peixe, abandonado pelos rebeldes. Dias antes, Marinho

171 Ver Portaria dando providencias para marcharem Forças sobre a Cidade de Ouro Preto; Portaria mandando recrutar para a 1ª. Linha os Guardas Nacionais do Município de S. José, que se não prestarem ao serviço do destacamento; Portaria ordenando a junção de todas as Forças rebeldes (SOUSA, 1843, pp.162, 168).

172 Ver Ata de uma Seção preparatória que teve lugar em S. João del Rei em virtude da convocação do Presidente rebelde (SOUSA, 1843, p.173).

fora animá-los, e levou uma proclamação impressa, da qual os legalistas colheram cópias.¹⁷³ Ele conta que já fora problemático estabelecer uma coluna nessa posição, que ficou aberta para forças governistas que resolvessem passar por ali até o dia 28 de junho. Reestabelecida ali uma coluna, com cerca de 700 praças, foi preso pelos legalistas um filho do comandante rebelde, que voltava do Rio de Janeiro. Os governistas tentaram obrigar o pai a dissolver a coluna rebelde ameaçando enviar seu filho recrutado para a guerra contra os Farrapos. Nada conseguiram. Então:

...teve por mais acertado o Desembargador Honório enviar o filho ao pai, recomendando-lhe a catequese deste, bem como de outros influentes. Munido de alguns exemplares da proclamação de 19 de Junho, do Aviso de 23 do mesmo mês, e do *Jornal do Comércio* em que se publicava a relação dos festejos celebrados na Corte em aplauso da pacificação de S. Paulo (MARINHO, 1844/1978, p.135).

Também chegou ao Rio do Peixe a notícia das derrotas em Pomba e na Rocinha Negra. Dispersaram-se quatro quintos da coluna. Os restantes tentaram resistir no alto de uma Serra, e ainda iludiram os governistas por alguns dias. Dia 16 a coluna rebelde de Rio do Peixe estava reduzida a três lideranças, duas das quais foram se juntar aos rebeldes de São João Del Rei. O comandante que recebeu seu filho junto com a propaganda legalista se entregou, e foi preso (MARINHO, 1844/1978, p.135-136, 279).

Dia 18, tropas imperiais ocuparam, sem encontrar rebeldes, Chapéu d'Úvas e a fazenda de Pedro Alves. Reinaria em Barbacena “*o terror, e grande desmoralização entre os rebeldes*”.¹⁷⁴ Nesse mesmo 18 de julho, diante da aproximação das forças governistas, o comandante Alvarenga resolveu abandonar Barbacena na manhã do dia 20, e dirigir-se para Queluz, onde reuniria suas forças com as comandadas por Galvão, conforme a decisão rebelde de dias antes.¹⁷⁵ Mas os rebeldes ainda se mantiveram em Barbacena até dia 22.

Em São João Del Rei, sem saber que Alvarenga já se preparava para abandonar Barbacena, e contrariando mesmo as decisões do dia 16, Feliciano publicou uma proclamação encorajando os rebeldes a marcharem contra as tropas imperiais, para impedi-las de tomarem São João Del Rei. Trocou o comando das forças que defendiam o caminho do Paraibuna,

173 Vide Ofício do ex-Comandante da 3ª. Coluna participando haver entregado o comando dela ao Coronel Cid, e remetendo uma Proclamação dos rebeldes (SOUSA, 1843, pp.181-182).

174 Vide Ofício do Comandante da 1ª Colina participando a fuga dos rebeldes da povoação de Chapéu d'Uvas e fazenda de Pedro Alves (SOUSA, 1843, p.183).

175 Ver Ofício de Francisco José de Alvarenga participando a retirada que tencionava fazer na Cidade de Barbacena (SOUSA, 1843, p.182).

culpando o comandante pelas retiradas, e determinando que o novo comandante usasse a tática das guerrilhas.¹⁷⁶ Não havia mais quem cumprisse essas ordens. Os rebeldes de Barbacena e portanto do caminho do Paraibuna estavam se preparando para marchar para Queluz. No dia 19 de julho estavam abertas todas as estradas que ligavam Minas Gerais ao Rio de Janeiro (MARINHO, 1844/1978, p.136).

Nesse mesmo dia o governo prometeu, em nome do Imperador, anistia àqueles que se entregassem. Essa notícia chegaria em Ouro Preto já no dia 21.¹⁷⁷ Essa foi talvez a proclamação legalista que mais gerou deserções. Eis um exemplo - Convocado a apresentar-se em Santa Barbara, Joaquim Martins da Costa, “*no dia 29 de Junho apresentei-me levando em minha companhia algumas Praças do meu Batalhão, e ali demorei-me acompanhando o movimento revolucionário*”. Diante da “*Paternal Proclamação do 19 de Julho*” (...) “*abandonei o campo da rebelião*”, e se entregou ao Delegado de Itabira no dia 4 de agosto de 1842 (O CORREIO DE MINAS, 14/10/1842).

4.4.2 Levante no Arraial do Mutuca e outros casos

Nem o livro de Marinho, nem a coletânea de documentos de Bernardo de Sousa sequer citam o levante no arraial do Mutuca, de Campanha. Só pela publicação dos inquéritos se sabe que a revolta se estendeu a esse arraial.

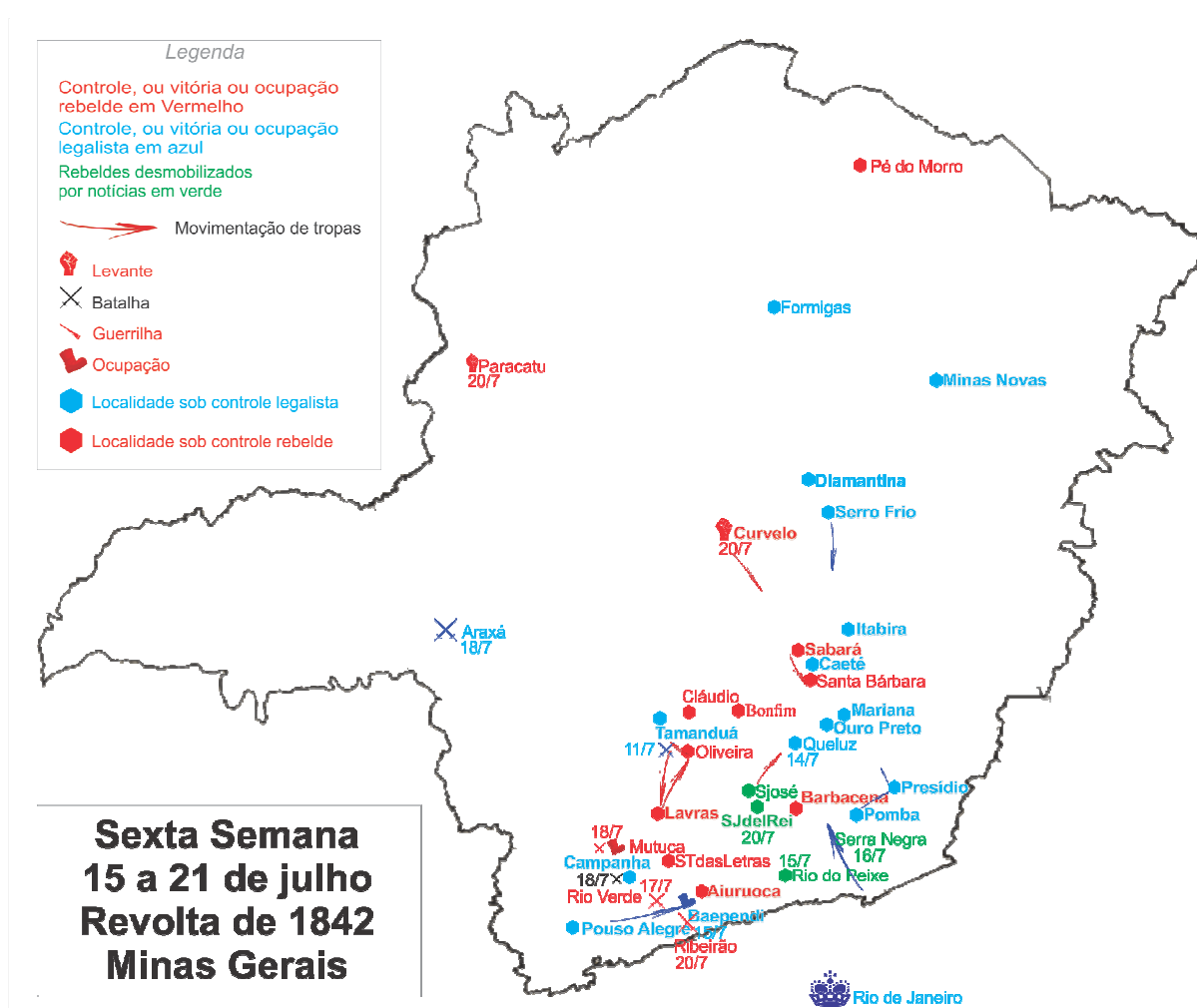
Dia 18 de julho entre 50 a 80 homens armados se reuniram em uma fazenda das redondezas e marcharam sobre o arraial do Mutuca, onde dominaram por um ou dois dias, prendendo e ameaçando as autoridades legais. O chefe parece ter sido o Juiz de Paz Cyrino Hortêncio Goulart, que reuniu povo para ler a proclamação de Feliciano, “*com algumas penas a aqueles que não quissem obedecer*”. Aconteceu um tiroteio, às 17 horas do dia 18, na fazenda de um João Ignácio, ao que tudo indica (os testemunhos não são muito claros) antes da tomada do arraial, que foi sem resistência. No inquérito de Mutuca fica claro que os rebeldes se autodenominavam Chimangos e aos seus adversários de Caramurus. Também parece que as forças que tomaram Mutuca voltavam de Baependi, exemplificando a falta de coordenação militar entre os rebeldes (NOGUEIRA, 1979, pp.135-139, 141-142).

176 Ver Proclamação aos GN de S. João del Rei ao aproximarem-se as Forças Imperiais a esta Cidade. Portaria encarregando Joaquim Leonel de Azevedo e Paiva do comando da Força que abandonou o Rio Preto (SOUSA, 1843, p.185-186).

177 Ver Edital declarando que gozariam os efeitos da Imperial Clemência manifestada na Proclamação de S. M. o Imperador os que iludidos tivessem acompanhado os rebeldes, e se apresentassem com armamento (SOUSA, 1843, p.197).

Assim como em Mutuca, ocorreram diversos outros levantes em que os rebeldes não saíram de seus próprios arraiais, e têm sido esquecidos. Existiu uma coluna rebelde em Dolores do Indaiá, organizada pelo Dr. Manuel Jacinto Rodrigues Vêu e pelo Pe. Francisco de Souza Coelho, que parece não ter se movido (MARINHO, 1844/1978, p.280).¹⁷⁸ Também existiu revolta em “*Perdões e Cana Verde*,” que “*tem aderido e sustenta[m] a mesma causa*” (A ORDEM, 9/11/1842). A coluna de Cláudio só é conhecida porque Marinho comentou que ela só se dissolveu em Setembro.

Mapa 8 – Sexta Semana da Revolta de 1842



Fonte: SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **História da Revolução de Minas Gerais em 1842**. Rio de Janeiro: Tipografia de J.J, Barroso e Comp. 1843. MARINHO, José Antônio. **História da Revolução de 1842**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1978. Elaborado pelo autor.

178 Foi o centro do movimento na região, e os chefes teriam sido presos de armas nas mãos (BARBOSA, 1979, p.580).

4.4.3 Retirada de São João Del Rei e revoltas em Paracatú e Curvelo

No dia 20 de julho, Feliciano deixou São João Del Rei acompanhado de 200 homens. Os Guardas Nacionais de São João achavam que iam resistir às tropas governistas que marchavam sobre São João Del Rei, mas foram enviados para Queluz. Diz Marinho que nenhum desertou por isso (MARINHO, 1844/1978, p.146). Era o dia marcado para as forças rebeldes abandonarem também Barbacena, o que só aconteceu no dia 22. A sexta semana da revolta, para os rebeldes, até então fora quase somente de derrotas. No dia 21, o presidente Veiga atribuiu os sucessos legalistas à “*Proclamação de S. M. o Imperador,*” que chegaram no mesmo dia em Ouro Preto, de forma que já se espalhara pelo caminho “*e às satisfatórias notícias que sucessivamente tem chegado da Corte, e da Província de São Paulo.*”¹⁷⁹

Posteriormente o Ministro da Guerra acusou o “*Coronel José Leite Pacheco, que, entrando em Barbacena no dia 23 de Julho, ali se conservou inativo até o dia 30, contra ordens positivas de perseguir os rebeldes até onde pudesse...*” (PEREIRA, 1843, p.28). Se tivesse feito isso, teria encontrado São João Del Rei já deserta. Mas só no dia 1 de agosto as tropas legalistas chegaram a essa cidade abandonada pelos rebeldes no dia 20.

No mesmo dia em que os rebeldes abandonaram São João del Rei, aconteceu a batalha de Araxá. Dia 18 de julho os rebeldes de Araxá, reunidos nos distritos de Conceição, S. Pedro d’Alcantara e S. Francisco do Campo Grande, aproximaram-se da sede do município. No dia 20 de julho os rebeldes intimaram Araxá a reconhecer o governo rebelde. Os legalistas, que eram entre 400 e 500 homens, não se renderam. A batalha do dia 20 durou das 4 horas da tarde ao anoitecer, e os rebeldes se retiraram em duas colunas. Sobre baixas só se sabe que morreram, do lado legalista, o tenente GN Antonio do Amaral Tenreiro e um Guarda Nacional Provisório.¹⁸⁰ Os rebeldes teriam tido muitos mortos e feridos, segundo as fontes governistas (BARBOSA, 1979, p.584). Segundo Marinho, “*preparavam-se os insurgentes para voltarem à carga quando receberam um expresso, que lhes levou a notícia a pacificação de S. Paulo*” (MARINHO, 1844/1978, p.106).

No dia 20, da batalha de Araxá, da retirada dos rebeldes de São João Del Rei, e

179 Ofício do Presidente da Província de Minas participando que se tratava de atacar os rebeldes de Santa Bárbara; qual o estado de Sabará, Caeté; Ofício do Comandante da 1ª. Coluna participando a retirada dos rebeldes da Cidade de Barbacena; Ofício do Presidente da Província de Minas participando a marcha dos rebeldes de Santa Bárbara sobre o Inficcionado (SOUSA, 1843, pp.198-199, 202).

180 Intimação do Comando das Forças Rebeldes aos Legalistas de Araxá; Resposta à intimação; Ofício de três Autoridades do Araxá dando parte do ataque, que os rebeldes dirigiram àquela Vila (SOUSA, 1843, pp.190-192, 243).

enquanto ocorria a batalha de Rio Verde, rebeldes e legalistas começaram a se enfrentar dentro de Paracatú (758 imóveis urbanos em 1812), apesar de terem chegado aos chefes legalistas dessa localidade notícias das vitórias das forças legais (CARRARA, 2001). As tropas legalistas, Guardas Nacionais, desertaram, passaram-se para o lado rebelde, restando somente 26 homens do lado governista. Os chefes legalistas então se retiraram para a freguesia do Alegre.¹⁸¹ Os chefes rebeldes só souberam da revolta em Paracatú quando já estavam em Santa Luzia às vésperas da batalha final. Era tarde demais, e Paracatú só era vista então como possível refúgio.

Também em Curvelo, depois de um movimento armado, no mesmo dia 20, a Câmara enviou ofício ao presidente Veiga, pedindo que ele renunciasse.¹⁸² É provável que só depois desse segundo movimento rebelde a Coluna de Curvelo tenha começado sua marcha em direção à capital.

4.4.4 Dissolução da Coluna Junqueira

Depois do acordo de Baependi foram licenciados dois terços das forças rebeldes que haviam promovido o cerco e tomada desse município. Já se viu que algumas dezenas desses licenciados tomaram seu próprio arraial, da Mutuca, o que também indica que eles se dividiram.

Enquanto os rebeldes refluíam, “*notícias de S. Paulo tiraram aos governistas de Pouso Alegre todo o receio de que a oposição ali se insurgisse, e uma forte coluna*” foi formada (MARINHO, 1844/1978, p.141). Antigo baluarte Liberal, Pouso Alegre estava dividida desde o início de 1842. Quando os Liberais começaram a fazer “*frequentes reuniões*” da GN “*a pretexto de revista*”, e o Juiz de Direito mandou parar as reuniões. Antes de se iniciar a Revolta havia gente armada dos dois lados. O Juiz contaria com 400 homens em armas (O CORREIO DE MINAS, 20/1/1842). A tensão estendeu-se para Borda da Mata e Ouro Fino, arraiais considerados Liberais.

Os legalistas de Pouso Alegre marcharam para a Bocaina, para a fazenda do Fajardo, mas os rebeldes não estavam mais lá. Dia 12 de julho se aproximaram de Baependi, onde aconteceu troca de tiros já citada nas proximidades do arraial de Rio Verde, tendo os rebeldes,

181 Ofício do Coronel da Legião de GN de Paracatú participando os acontecimentos que naquela Cia de precederam ao reconhecimento do Governo intruso (SOUSA, 1843, pp. 194-196).

182 Ofício da Câmara Municipal do Curvelo pedindo que o Presidente da Província abandone este cargo (SOUSA, 1843, p.188).

que tinham destruído a ponte, atacado os legalistas a partir do outro lado do rio. Os rebeldes que eram de 30 a 40 fugiram quando mais de 100 legalistas conseguiram atravessar o rio pelo vigamento da ponte, mas teriam tido 4 mortos. No dia 15 cerca de mil legalistas entraram em Baependi, e os rebeldes se retiraram, como já foi dito. No dia 16 os legalistas residentes em Baependi puderam voltar do Picú, onde tinham se refugiado junto com os legalistas de Aiuruoca. Os rebeldes por sua vez foram para o arraial de Conceição do Rio Verde, cortando a comunicação com Campanha. Na noite de 16 para 17 aconteceu um combate de meia hora novamente em Conceição do Rio Verde, e os rebeldes se retiraram. No dia 18 um piquete legalista foi atacado no alto da serra de Campanha.¹⁸³ Os legalistas contaram esses dois combates como vitórias, porque os rebeldes não mantiveram suas posições.

Sobre o combate de Ribeirão a data é incerta, pois o comandante rebelde escreveu uma carta contando-o e a datou do dia 19, enquanto Marinho diz que foi dia 20 de julho. Os cerca de 400 rebeldes que continuaram em armas teriam se retirado de Baependi para a fazenda do Ribeirão, a uma légua de distância, por ser essa posição mais defensável:

no fim de dez dias fomos agredidos audaciosamente por uma força de seiscentos a setecentos homens, e conquanto me achasse apoiado em quatrocentos homens todavia esta força foi mais que suficiente para repelir os escravos do Ministério absolutista: As horas do meio dia pouco mais ou menos apresentou-se o inimigo nas fronteiras do nosso aquartelamento e imediatamente travou-se um fogo vivo que aturou para mais de quatro horas (NOGUEIRA, 1979, p.99).

Para os legalistas seus efetivos seriam de 580 homens, e o combate teria durado somente três horas. Os rebeldes não teriam seguido os legalistas por falta de munição. Teriam feito um prisioneiro, e os legalistas teriam tido dois ou três mortos (NOGUEIRA, 1979, p.99). Legalistas e rebeldes cantaram vitória.

Os legalistas teriam sido rechaçados por um “*fogo vivo e aturado*”, mas as notícias não podiam ser repelidas a bala. Além das promessas de perdão imperial, das notícias das derrotas em S. Paulo e mesmo em Minas Gerais, os rebeldes ainda recebiam notícias de que as propriedades deles estavam sendo saqueadas e destruídas, e os escravos roubados. Havia ainda o medo de uma insurreição de escravos, como a que em 1833 massacrou duas fazendas da família Junqueira. No dia 26 de julho Gabriel Junqueira e outros chefes influentes “depuseram” as armas e se retiraram. Quase toda a Coluna Junqueira então se dissolveu.

183 Ofício do Coronel da 1ª. Legião da GN de Pouso Alegre dando conta dos encontros que teve com os rebeldes, e da completa pacificação do Município do Baependi (SOUSA, 1843, pp.235-239).

Alguns poucos não quiseram depor armas, caso dos irmãos Brandão, que foram se reunir à Coluna de Cláudio, que só se dispersou em Setembro.

Marinho diz que foi depois da dissolução da Coluna Junqueira que Lavras também foi abandonada e seus chefes se refugiaram (MARINHO, 1844/1978, pp.142,144). Mas foi dias antes. Se os últimos rebeldes de Lavras só se desmobilizaram depois do fim da Coluna Junqueira, certamente antes disso muitos já tinham desertado. A Câmara de Lavras, por exemplo, rebelde, só se reuniu até o dia 9 de julho. Documentos rebeldes de Lavras do final de julho revelam que muitos GNs estavam desertando das fileiras rebeldes, e muitos outros nunca se apresentaram (NOGUEIRA, 1979, pp.220, 228).

O que desmobilizou Lavras também foram as notícias. A Proclamação do Imperador chegou a Lavras no início de julho. Mas foi no dia 22 de julho, provavelmente por confirmação de Marinho, que as notícias espalhadas pelos legalistas foram aceitas por todos. Logo que as notícias se confirmaram, os chefes tomaram a decisão de encerrar o movimento. Segundo uma carta inclusa no inquérito de Lavras, a decisão dos chefes de fugirem teria sido tomada no dia 22, quando já chegara a notícia de que São João Del Rei fora abandonada pelas forças rebeldes, e o batalhão de guardas nacionais de Lavras inteiro teria se apresentado às autoridades legais, que o dissolveram dia 24 (NOGUEIRA, 1979, pp. 252, 254, 259-260).

A *Ordem* diria que em Lavras começava a “*reação, que teve lugar no dia 22 de Julho*” comandada pelo major José Pereira da Silva Guimarães que promoveu uma subscrição e organizou as tropas (ORDEM, 22/10/1842), dando a entender que os legalistas reagiram aos rebeldes. Pelas datas, porém, fica claro que não.

4.4.5 Batalha de Inficionado e Segunda Batalha de Queluz

Segundo Bernardo da Veiga, dia 22 de julho, primeiro dia da sétima semana da Revolta, os rebeldes de Santa Bárbara tomaram Inficionado (297 casas em 1811), perto de Ouro Preto, com cerca de 600 a 700 homens mal armados, ameaçando atacar a capital, mas se retiraram dia 23, antes de serem atacados por forças governistas. Segundo Marinho os rebeldes estacionados em Santa Bárbara desbarataram os governistas de Inficionado em menos de 2 horas. Ele recrimina que a coluna rebelde mais uma vez voltou para Santa Bárbara. Mas Bernardo da Veiga explica que ao tomarem Inficionado os rebeldes tiveram contato com as publicações legalistas, destacadamente a promessa de perdão emitida poucos

dias antes, “*o que motivou desde logo algumas deserções*”.¹⁸⁴

Em Queluz o comandante rebelde Galvão, avisado de que seria atacado novamente e por forças muito superiores, retirou-se para o arraial de Santo Amaro, e daí para Engenho de Cataguazes, de onde poderia socorrer tanto São João Del Rei quanto Barbacena, e aí ficou parado, e recebeu forças de Bomfim e de São João Del Rei. O governo legal então ocupou e fortificou Queluz em uma data incerta entre 12 e 15 de julho.¹⁸⁵

Mas no dia 22 as forças rebeldes de várias localidades já estavam unidas em um exército, com o presidente rebelde, e sob o comando de Galvão, no Engenho de Cataguazes, perto de Queluz (MARINHO, 1844/1978, p.156).

Dia 25 de julho os rebeldes cercaram Queluz, tentando cortar a fuga das tropas legalistas, que é um absurdo do ponto de vista militar. Cerca de 700 homens defendiam a cidade, e cerca de 1300 (na versão rebelde 1200) a atacaram, porém com no máximo 500 boas espingardas. Na manhã de 26, os rebeldes atacaram com três colunas, iniciando a segunda batalha de Queluz, agora como atacantes. Os legalistas resistiram até ao anoitecer, em um combate de cerca de 12 horas, e se retiraram. O plano rebelde era empurrar os legalistas para dentro da Vila e depois cortar a água, mas uma das colunas rebeldes atacou com tanta impetuosidade que entrou Vila a dentro, e o combate acabou acontecendo dentro da Vila, com os legalistas cercados na praça da Matriz, e igualmente sem água. Diz o documento rebelde que contaram-se 50 mortos entre os legalistas, e mais de 200 prisioneiros. Mas os números são sempre diferentes entre documentos dos rebeldes e dos governistas, que dizem ter perdido 3 ou 4 homens. Marinho confirmou os números rebeldes em seu livro em 1844, e o coronel Souto Maior, prisioneiro dos rebeldes, também os repetiu perante um Conselho de Guerra (SOUSA, 1843, pp.159-160). O Comandante Galvão perdeu seu filho Fortunato Nunes Galvão nessa batalha, que teria sido o único morto rebelde.¹⁸⁶ Do lado legalista sabe-se que morreu Antonio Damaso, pedestre de Congonhas (A ORDEM, 17/7/1844).

Para o coronel Souto Maior a batalha de Queluz “*podia ter acabado com a revolução*

184 Ofício do Presidente da Província de Minas participando a marcha dos rebeldes de Santa Bárbara sobre o Inficcionado (SOUSA, 1843, p.202).

185 Ofício do Presidente da Província de Minas participando que se tratava de atacar os rebeldes de Santa Bárbara; qual o estado de Sabará, Caeté; Ofício do Comandante da 1ª. Coluna dando parte de um tiroteio que houve no sitio dos Cafezais (SOUSA, 1843, pp.157, 198).

186 Portaria descrevendo o 2º. Combate que teve lugar na Vila de Queluz; Ofício do Brigadeiro Manoel Alves de Toledo Ribas dando parte do 2º combate que teve lugar na Vila de Queluz; Ofício do Presidente da Província de Minas participando o combate que teve lugar em Queluz no dia 26 de julho, a aproximação dos rebeldes da Capital (SOUSA, 1843, pp.207-209, 211-213, 220; MARINHO, 1844/1978, p.161).

a colocar fim à revolta, e só esperava um momento apropriado. O deputado Mello Franco teria começado a procurar o coronel Souto Maior no dia mesmo da segunda vitória em Queluz. Já achava a causa perdida e procurava um caminho para se render, segundo Souto Maior dá a entender. Mello Franco e Feliciano teriam evitado o ataque a Ouro Preto já como um serviço ao governo. Feliciano já tinha tentado evitar o ataque a Queluz (MARINHO, 1844/1978, pp. 164, 158).

O exército rebelde ficou estacionado em Queluz até 28 de julho. Ao invés de marchar contra Ouro Preto, marchou para Bocaina, no caminho de Sabará. Isso desanimou muitos rebeldes. O Dr. Camilo, redator do *Echo*, futuro Conde de Prados, retirou-se nesse momento, dizendo que “*os panos quentes haviam de perder a revolução*” (MARINHO, 1844/1978, p.165).

Bernardo da Veiga, que tendo recebido dia 26 de julho 400 tropas legais que vinham do Presídio e de Pomba, e que seriam usadas para atacar Barbacena, se os rebeldes não tivessem se retirado, e já planejava atacar Santa Bárbara, conteve-se em Ouro Preto diante da notícia de que o exército rebelde estava novamente em Queluz às portas da capital.¹⁸⁹ Também Caxias mudou seus planos. Planejava ir com o grosso de suas tropas para São João del Rei, mas sabendo que o exército rebelde estava às portas de Ouro Preto marchou rapidamente para essa capital com uma das cinco colunas em que havia dividido seu exército (SOUZA, 2008, p.378).

4.4.6 Dissolução da Culuna de Curvelo

No dia 30 de julho Caxias publicou sua própria promessa de perdão, “*com exclusão dos Chefes*”, a quem abandonasse as fileiras rebeldes, e também prometeu o recrutamento para os que resistissem.¹⁹⁰ Essa publicação certamente gerou mais baixas entre os rebeldes que várias batalhas.

No dia 1 de agosto as tropas do governo chegaram a São João Del Rei, abandonada pelos rebeldes. O então coronel José Joaquim de Lima e Silva, irmão de Caxias, em sua *Proclamação* (SOUSA, 1843, p.214) valorizou o fato de ter entrado na “*Capital*” dos rebeldes. A folha legalista o exaltaria ao pedir votos para ele dizendo que “*adiantando-se no*

189 Ofício do Coronel da Legião de GN de Tamanduá dando parte do combate que teve lugar no sítio do Cajú (SOUSA, 1843, pp.203-204).

190 Edital declarando que poderiam voltar a seus domicílios e continuar em sua vida doméstica os que, não sendo Chefes da revolta, se apresentassem com armamentos (SOUSA, 1843, pp.210).

meio de perigos com um troço da tropa pacificadora, veio no memorável dia 1º de Agosto passado levantar aqui o estandarte da legalidade” (A ORDEM, 14/12/1842).

Em Sabará, os legalistas fugidos se fortaleceram em Rio de Pedras e marcharam de volta sobre a sede do município. Os poucos rebeldes que restaram em Sabará retiraram-se então em direção à fortaleza rebelde do município, Santa Luzia. No caminho, no local chamado Capão, a coluna que se retirava de Sabará se encontrou e unificou com a coluna de Curvelo no dia 1 de agosto. No dia 2 as guardas avançadas dos rebeldes e dos legalistas que perseguiram os rebeldes desde Sabará trocaram tiros. Para Marinho esse tiroteio foi no Capão, e para o comandante legalista, Manoel Antonio Pacheco, futuro Barão de Sabará, foi em Corrego Sujo. Para Barbosa foram dois combates, nos quais os rebeldes foram recuando para Lagoa Santa (BARBOSA, 1979, p.584). Esse encontro em si teria sido insignificante, mas entre os rebeldes que ouviram os tiros muitos desertaram. Segundo Marinho, companhias inteiras (1844/1978, p.166). Para o comandante legalista, um rebelde teria morrido.¹⁹¹ Os legalistas de Sabará não organizaram somente tropas. No dia 4 de agosto publicaram o primeiro número d’*O Estafêta*, folha legalista, que publicou uma oferta de perdão para aqueles que se entregassem (ESTAFÊTA, 4/8/1842).

Para compreender melhor os rebeldes é interessante notar que depois que as colunas de Sabará e Curvelo chegaram dia 3 em Lagoa Santa, um chefe, de Sabará, resolveu ir para Santa Bárbara, e marchou naquela direção, e outro, de Curvelo, resolveu ficar, e ficou. Não tinham um comando ou plano a seguir (MARINHO, 1844/1978, p.167).

Em Lagoa Santa a população apoiava ativamente os rebeldes. A coluna de Curvelo preparou uma emboscada para as tropas legalistas que se sabia que viriam. Cerca de 14 horas do dia 3 de agosto os legalistas caíram na emboscada rebelde, iniciando a batalha de Lagoa Santa. O chefe legalista, Coronel Pacheco, ficou seriamente ferido logo no início do combate, mas o ataque continuou.¹⁹² Os rebeldes em menor número foram apossados dentro da casa de Adriano José de Moura, onde estava guardada a munição e alojados os comandantes. Mas: *“os homens do Sertão, entrincheirados como estavam, não davam um tiro de balde, e tão terrivelmente repeliam os contrários, que cada bala por eles despedida levava consigo uma morte ou uma ferida. O combate cessou com a noite”* (MARINHO, 1844/1978, pp.168-169).

191 Ofício do Coronel Comandante das Forças de Sabará dando parte do tiroteio que houve com os rebeldes no sítio do Córrego Sujo (SOUSA, 1843, p.217).

192 Manoel Antônio Pacheco (1783 ou 1779 a 1862), Barão de Sabará, título que recebeu em 1843. Teria sido comandante legalista e feito *“despesa enorme, com que sustentou a guerra”* (ESTAFÊTA, 20/8/ 1842). Depois da Revolta tornou-se defensor dos rebeldes (MARINHO, 1979, p.289). O padre Bhering também o elogiou (O COMPILADOR, 16/7/1843).

Retrato 12 - Manoel Antonio Pacheco, Barão de Sabará



Fonte: Museu Histórico Nacional.

Os legalistas se retiraram de Lagoa Santa, mas contando vitória em seus documentos.¹⁹³ Segundo as fontes legalistas a batalha de Lagoa Santa teria sido importante porque *“ali dispersou-se, além de mortos e feridos, grande número de rebeldes”* (ESTAFÊTA, 20/8/1842, 7/11/1842). Já para Marinho só no dia 6 de agosto o Coronel Luiz Eusébio dissolveu a coluna de Curvelo porque: *“faltavam ao chefe munições de boca e de guerra (...) havendo o chefe da coluna do Curvelo sacrificado quanto pôde mais do que permitiam seus haveres, com a sustentação e soldo de quatrocentos homens, desde o dia 24 de Junho”* (MARINHO, 1844/1978, pp.169-170).

Isso responde à questão - de onde vinha o dinheiro? Vinha sobretudo dos chefes. Como no exemplo de Lavras, onde chefes compraram todo armamento, pólvora e chumbo que existiam na Vila, distribuíram fardamento e dinheiro entre os soldados rasos. É o caso de João Pinto da Fonseca, de Lavras, com mais de 60 anos, lavrador, senhor de escravos, que foi um recrutador rebelde, ou melhor, juntou seus homens e foi fazer fogo a favor da revolta, ainda deixou uma *“forte guarda em casa”* (NOGUEIRA, 1979, pp.38, 239, 249). Os rebeldes algumas vezes fizeram compras com vales, e segundo Marinho *“nenhum desses vales tem deixado de ser resgatado por aqueles que os firmaram”* (MARINHO, 1844/1978, p.154). Também fizeram *“subscrições”*, para as quais *“muitos concorreram constrangidos”*

193 Ofício do Coronel Comandante das Forças de Sabará dando parte do combate que teve lugar na Alagoa Santa (SOUSA, 1843, p.218).

4.5 Conclusão do conflito armado

Ao final da oitava semana desde o início da revolta, a capital rebelde já estava sob controle legalista, mas a capital legal estava sob ameaça direta das tropas rebeldes, que estavam à vista da mesma.¹⁹⁴ Caxias:

entrando na Província de Minas no dia 30 de Julho, pôs a 3 de Agosto em movimento a Coluna do Coronel Leite estacionada em Barbacena, e fazendo-se seguir das quatro Companhias do 8º Batalhão de Caçadores, entrou com ela na Cidade do Ouro Preto a 6 de Agosto, devendo-se a tão apressada marcha a salvação da Capital da Província ameaçada de ser atacada por mais de dois mil rebeldes que se achavam acampados a meia légua de distância (PEREIRA, 1843, p.30).

Disse Caxias, Marinho nega, que logo que perceberam sua chegada à capital os rebeldes se retiraram em direção a Sabará. Com essa desistência os rebeldes sofreram várias deserções. Bernardo da Veiga chegou a pensar que não seria necessária nenhuma batalha para vencer os rebeldes, que já estariam se dispersando.¹⁹⁵

Para Marinho (1844/1978, pp.179-180) a chegada de Caxias não teve influencia sobre a decisão dos rebeldes, que seria fruto da vacilação de Feliciano e outros chefes que já não queriam continuar em armas. Uma guarda avançada rebelde estaria em Bocaina, bem perto da capital, mas não teria sido incomodada. Teria se retirado somente para cumprir ordens de marchar.

Tanto faz. De qualquer forma a estratégia adotada pelos rebeldes dia 16 de julho, que era unir todas as forças possíveis e atacar Ouro Preto, foi abandonada.

Além da chegada de Caxias a Ouro Preto, dia 6 de agosto, a nona semana da Revolta não teve eventos de destaque, mas foram dias de intensa guerra de informações. Os legalistas sabiam que podiam desbaratar muito mais rebeldes espalhando as notícias de suas vitórias, e os editais com promessas e ameaças do Imperador e de Caxias, do que nos campos de batalha. Marinho acusa Caxias de ter tido tropas para perseguir os rebeldes desde o dia 6, mas não o ter feito. Mas Caxias movia uma guerra de informações e fazia o exército rebelde sangrar o máximo possível antes de uma grande batalha. Ele era “*afeito*” ao “*emprego de espias*”, e a “*tática policial*” que “*se tornava uma marca registrada do barão*” era “*evitar, inicialmente,*

194 Ofício do Presidente da Província de Minas participando o combate que teve lugar em Queluz no dia 26 de julho, a aproximação dos rebeldes à Capital (SOUSA, 1843, p.221).

195 Ofício do General Barão de Caxias participando a sua entrada na Cidade de Ouro Preto (SOUSA, 1843, pp.223, 226-228).

as lutas”, “prometia-se anistia”, “então, era só esperar” (SOUZA, 2008, p.383).

4.5.1 Batalha de Sabará

Depois da segunda vitória em Queluz, os chefes rebeldes mais obstinados insistiram em que se atacasse Ouro Preto, a capital, mas o presidente rebelde, Feliciano, e o chefe militar, Galvão, recusaram-se obstinadamente. Na opinião dos dois, tomar a capital seria “*uma vantagem momentânea, donde, aliás, poderiam resultar embaraços mais sérios e mais graves para os insurgentes*” (MARINHO, 1844/1978, p.174).

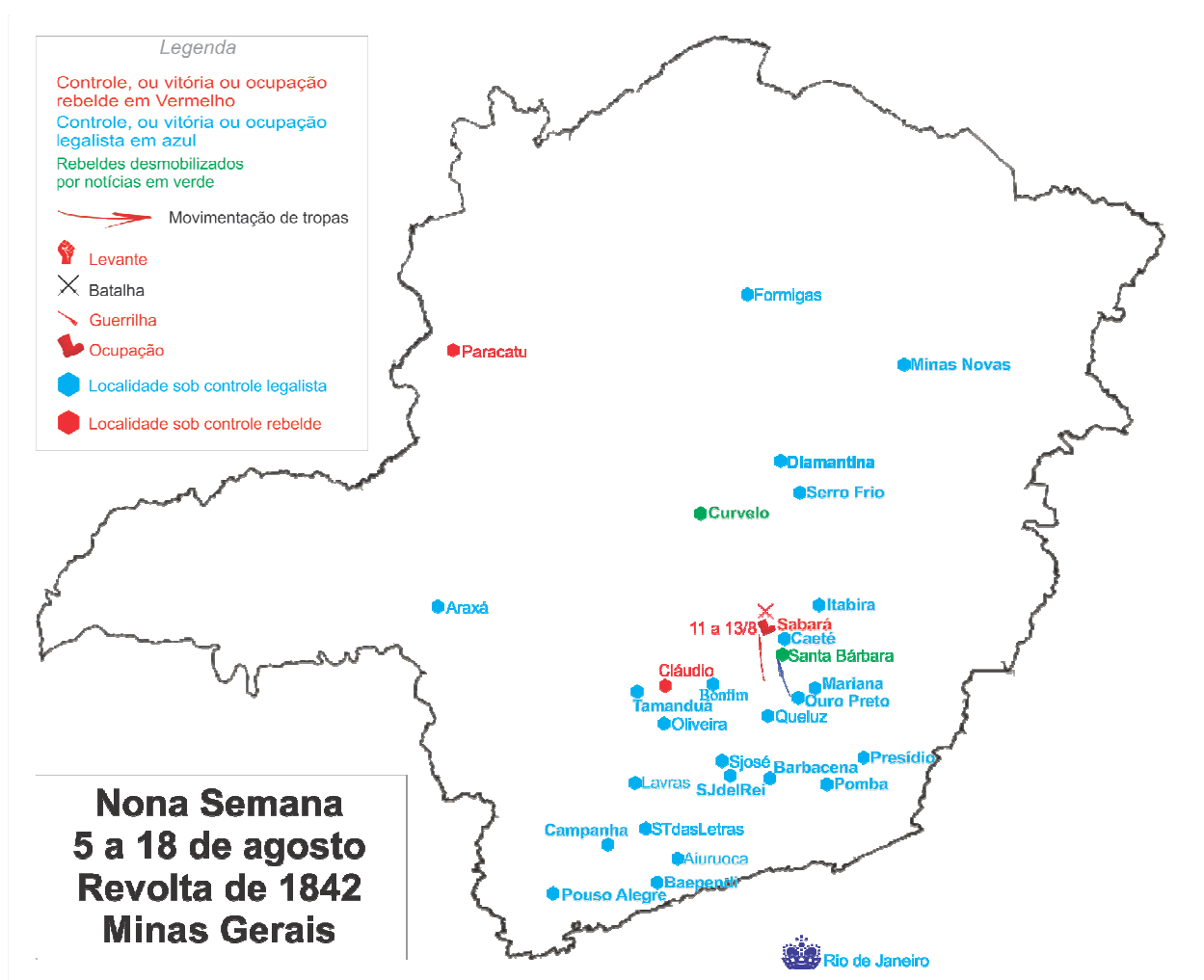
Dia 5, antes portanto de Caxias chegar a Ouro Preto, chegaram ao acampamento rebelde exemplares do *Jornal do Comércio*, e cartas particulares. Essas cartas diziam que o Barão de Caxias dissera em Barbacena que não atacaria os rebeldes antes de conferenciar com Feliciano, e que os rebeldes seriam anistiados já em outubro de 1842, quando acontecesse o casamento de D. Pedro II. Os rebeldes começaram a pensar em rendição. Já estavam até discutindo o procedimento que adotariam. O presidente rebelde emitiria uma proclamação informando a deposição das armas, posto que a derrota em São Paulo tornava inútil o movimento feito em Minas Gerais, que seria somente uma distração para auxiliar os rebeldes paulistas. Enviaria essa proclamação imediatamente ao Barão de Caxias, valorizando a vitória que tinham obtido em Queluz. O terceiro ponto, que era os chefes se entregarem ao Barão de Caxias, não obteve a aceitação de Feliciano, que de fato nunca se entregou (MARINHO, 1844/1978, pp.175-176).

Estariam mesmo a ponto de se renderem, quando chegou a coluna de Santa Bárbara, com 1.800 homens, reanimando os rebeldes, que então se mantiveram em armas.¹⁹⁶ Essa união de forças rebeldes era um dos receios de Bernardo da Veiga. A animação renasceu entre os rebeldes, mas outra vez os chefes principais, Feliciano à frente, negaram-se a atacar a capital (MARINHO, 1844/1978, p.177, 220).

Como o presidente rebelde vacilasse a olhos vistos, surgiu a ideia de elevar Ottoni a vice-presidente e licenciar Feliciano. Mas grande parte do exército rebelde, a coluna de Santa Bárbara, era diretamente ligada a Feliciano, e poderia se desgostar. Ottoni ainda alegou que outros chefes tinham precedência na sucessão. Só às vésperas da Batalha de Santa Luzia é que Ottoni finalmente disse que, depois da batalha, ou seja, só se vencessem, se Feliciano quisesse se retirar, aceitaria o posto de Vice-Presidente Interino (MARINHO, 1844/1978, pp.179, 195).

196 Ofício do Coronel F. V. Souto Maior narrando a sua prisão, e outros acontecimentos que tiveram lugar na Província de Minas (SOUZA, 1843, pp.268-269).

Mapa 11 – Nona Semana da Revolta de 1842



Fonte: SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **História da Revolução de Minas Gerais em 1842**. Rio de Janeiro: Tipografia de J.J. Barroso e Comp. 1843. MARINHO, José Antônio. **História da Revolução de 1842**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1978. Elaborado pelo autor.

Os chefes rebeldes, políticos atuantes, apegavam-se ao poder dos símbolos, como tomar a capital e as sedes dos municípios. Assim também tinham a convicção de que era melhor se entregarem depois de uma grande vitória, mostrando-se fortes. Só por isso Feliciano foi convencido a não enviar um emissário ao Barão de Caxias – para não se mostrar fraco. Marinho ainda acreditava nisso em 1844, quando publicou que “*o meio mais seguro e razoável de obterem os insurgentes uma anistia da política dominante então, era hostentarem-se fortes*” (1844/1978, pp.178, 188).

Feliciano continuou no comando, o exército rebelde quase se dispersou diante da ordem de marchar sobre Sabará, mas continuou reunido e marchou, lentamente. Para chegar a Sabará os rebeldes demoraram seis dias, nos quais não foram incomodados por Caxias a não ser com papéis e boatos. O argumento que convenceu os rebeldes da necessidade de atacarem

Sabará foi militar. Se não tomassem Sabará e dispersassem os 1500 legalistas ali estacionados, ficariam cercados entre dois exércitos, o dos legalistas de Sabará e o de Caxias. Marinho diz que sem esse motivo os rebeldes não atacariam Sabará, e que “*Quanto se fazia, não era já pela revolução, mas sim, para se ganhar tempo*” (MARINHO, 1844/1978, pp.182, 187).

Entre a tarde do dia 11 e as duas da madrugada do dia 13 de agosto aconteceu a batalha de Sabará. A cidade foi atacada por três colunas. Tropas legalistas do Serro e de Caeté ajudaram na defesa. Os legalistas tentaram ocupar o morro Cabeça de Boi, mas foram repelidos, e os rebeldes conseguiram entrar na cidade no início do dia 12. Entre as tropas do Serro muitos eram oposicionistas, simpáticos aos rebeldes, e “*mordiam o cartuchame pelo lado da bala, deixavam-na cair e atiravam com pólvora seca*” (MARINHO, 1844/1978, p.199). Com a retirada das forças legalistas para Caeté, Sabará foi ocupada pela segunda vez pelos rebeldes (SOUSA, 1843, pp.229,231; MARINHO, 1844/1978, p.181; LIBÂNIO, 2009, p.24).

Na primeira tomada de Sabará “*os Sabarenses não sofreram maiores ultrajes em suas pessoas, e propriedades*”, porque “*a Cidade estava desguarnecida e quase erma de suas mais distintas capacidades*” e não ofereceu resistência. No segundo ataque houve resistência, “*então os campeões da usurpação vendo-se senhores da povoação segunda vez inerme, e abandonada ao seu furor, correram ao saque, e  violência*”, e prenderam os padres Antonio Alves Pacheco e João Alves Pacheco (ESTAFÊTA, 24/9/1842). Os vitoriosos não se demoraram:

os rebeldes entraram, ou antes, passaram por esta Cidade, aonde apenas se demoraram algumas horas do infausto dia 13 do corrente; e depois da pilhagem, que de muitos  já sabida, se retiraram para Santa Luzia (ESTAFÊTA, 20/8/1842).

Já no dia 13 foram para Santa Luzia, onde aconteceria a batalha decisiva.¹⁹⁷ O Dep. Provincial Badaró não explicou os motivos, mas denunciou que em Sabará Feliciano condenou um legalista  morte, e em comutação dessa pena esse legalista teria sido açoitado e torturado (O COMPILADOR, 31/7/1843). Entre o dia 13 e o dia 20 de agosto “*Santa Luzia tornou-se território livre para 'todos os emissários e portadores de cartas*” e o “*presidente José Feliciano não tomava qualquer providência*”, ou seja, Os rebeldes sofreram uma semana de guerra de informações movida pelo Barão de Caxias (SOUZA, 2008, p.386).

197 Ofício do Coronel Comandante das Forças de Sabará participando o combate que teve lugar naquela Cidade (SOUSA, 1843, pp.234-235).

4.5.2 A deserção do presidente rebelde

Já há algum tempo Feliciano e Ottoni não se davam bem. Feliciano procurava se afastar de Ottoni, porque quando reclamava de falta de dinheiro Ottoni respondia “*faça-me V. Ex. Inspetor interino, e aparecerá dinheiro*”. Ele queria confiscar bens dos legalistas em represaria aos confiscos dos bens dos rebeldes. Eles se afastaram e em Santa Luzia nem se hospedaram, como vinham fazendo antes, na mesma casa (MARINHO, 1844/1978, pp.188-189).

Nesse mesmo dia da segunda tomada de Sabará e marcha para Santa Luzia, então arraial de Sabará, o presidente rebelde, José Feliciano, secretamente (para com os rebeldes mais obstinados, como Ottoni, que só foi saber na cadeia) confabulou com o coronel Souto Maior para levar ao Imperador um pedido de anistia, mas estava disposto a esperar pela mesma em armas. Souto Maior foi então solto para cumprir essa missão, e escolheu como companheiro de viagem o deputado Dr. Manoel de Mello Franco, que já o chamara para fugir.¹⁹⁸ A decisão de não atacar Ouro Preto já teria sido tomada no sentido de terminar a guerra civil. Tanto essas confabulações aconteceram em segredo que dia 15 Feliciano ainda enviou cartas pedindo 30 contos de réis a apoiadores ricos.¹⁹⁹

Souto Maior e seus acompanhantes não chegaram à Corte, tendo sido capturados em Cachoeira do Campo. Ao contrário das promessas de anistia, Manoel de Mello Franco foi preso, enviado para Ouro Preto, e Souto Maior chegou a Caxias no dia 18 de agosto. Souto Maior teve que responder a um Conselho de Guerra, sob a acusação de colaborar com os rebeldes, mas foi absolvido.²⁰⁰

Marinho acusa Caxias de ter preferido a batalha à proposta de Feliciano. Desejaria vencer sua primeira batalha de monta (MARINHO, 1844/1978, p.184). Mas deve-se entender

198 Diz Marinho que o Dr. Mello Franco prestou à “*revolução relevantes serviços, servindo-a com zelo infatigável, e sustentando-a com uma coragem a toda a prova*” (MARINHO, 1978, Pág.175). Mascarenhas o acusa de ter matado na estrada de Queluz um homem de sua escolta pessoal (MASCARENHAS, 1961, p.108).

199 Ofício do Coronel F. V. Souto Maior narrando a sua prisão, e outros acontecimentos que tiveram lugar na Província de Minas; Ofício do Dr. Manoel de Mello Franco pedindo em nome do Presidente intruso uma anistia geral; Ofício do Dr. Mello Franco sobre a anistia; Ofício a diversas pessoas afim de que concorressem por empréstimos pecuniários para as despesas do exército rebelde; Portaria encarregando Joaquim Leonel de Azevedo e Paiva do comando da Força que abandonou o Rio Preto (SOUSA, 1843, pp.186, 232-233, 241, 270).

200 Ofício do Coronel F. V. Souto Maior narrando a sua prisão, e outros acontecimentos que tiveram lugar na Província de Minas; Nota de rodapé (SOUSA, 1843, pp.271-273).

que Marinho e Caxias eram de partidos adversários, e que o livro de Marinho também tinha a função de atrair votos para seu lado e tirar votos dos chefes adversários.

No dia 18, já preparando a deserção, Feliciano tinha dito a Joaquim Martins²⁰¹ que “*fizesse o que quisesse, porém que por sua causa não se comprometesse mais*”. Finalmente, na noite de 19 de agosto, que antecedeu a batalha de Santa Luzia, ele fugiu do acampamento rebelde levando muitos de seus homens. Terá chegado alguma resposta de Caxias aos pedidos de Feliciano? Qual o papel de Caxias na deserção de José Feliciano? Não se sabe. Mas Caxias foi hábil em promover deserções. Além dos já exaustivamente citados *Jornal do Comércio* e outros periódicos, dos decretos prometendo perdão, confisco de bens, recrutamento, ele se valeu de cartas particulares das famílias para os rebeldes, gerando deserções diversas (MARINHO, 1844/1978, pp.190, 196, 199-200). O tempo entre a batalha de Sabará e a batalha de Santa Luzia foi uma “*longa semana de agonia, ação de emissários de Caxias e deserções*” (HÖRNER, 2010, p.255).

O presidente rebelde ter desertado na véspera mesmo de um grande combate certamente prejudicou muito o moral e a eficiência dos rebeldes. Marinho quase o desculpa, Feliciano “*nenhum outro pensamento tivera senão o de fazer uma manifestação armada em apoio do de Sorocaba*” (MARINHO, 1844/1978, p.165). Sobre o ato da deserção em si:

...pensando que devendo o combate engajar-se ao romper do dia, sua retirada só seria conhecida depois do resultado dele, e então nenhum mal pudera causar, julgou conveniente não revelar a ninguém o seu segredo. (...) era alta noite, quando mandou ele chamar do ponto da Lapa a Lemos, seu filho, sobrinhos, e as pessoas de sua intimidade e, fazendo ver a José Pedro que de coração desejava o triunfo dos insurgentes, mas não os podia mais acompanhar (...) retirou-se pelo lado da ponte grande (MARINHO, 1844/1978, p.197).

Porém o combate não começou pela madrugada, porque a coluna legalista da Lapa recusou combate, tentando esperar o dia marcado, e a guarnição rebelde que controlava a ponte grande pressentiu que Feliciano fugiu. Deu tempo para a notícia se espalhar entre os rebeldes. Ottoni e outros chefes que sabiam da deserção para alguns a ocultavam, para outros a explicavam de maneira satisfatória. Apesar dessa deserção que pode ter sido decisiva a favor da legalidade, Feliciano e Lemos, que com ele desertou, foram perseguidos afoitamente pelos legalistas nos meses seguintes (MARINHO, 1844/1978, pp.198, 291).

201 Joaquim Martins ficou famoso por ter sido um dos que desertou logo antes da batalha por instigação de Caxias. Caxias fez chegar a ele no acampamento rebelde cartas de seu irmão, com promessas para o caso de desertar (BARBOSA, 1979, p.591).

Não foi ao tratar sobre a deserção, mas Marinho, veterano da Confederação do Equador, desabafou do alto de sua experiência sobre outro recuo de Feliciano que:

O que mais concorre para a queda das revoluções é, sem dúvida, a falta de dedicação e de sincera franqueza em muitos dos que as aprovam, mas que desde o princípio, como que contando com a derrota, sem que toquem ao grau de traidores, vão todavia ajuntando cabedais para uma futura defesa deles (MARINHO, 1844/1978, p.136).

4.5.3 Vinte de agosto de 1842: Batalha de Santa Luzia

Nos dias 18 e 19, Caxias esteve com suas tropas em Sabará, da qual Santa Luzia era um arraial,²⁰² o “*primeiro foco*” de revolta no município de Sabará (ESTAFÊTA, 4/8/1842). Com 217 imóveis urbanos em 1812, Santa Luzia era maior do que muitas sedes de municípios de Minas Gerais. A batalha de Santa Luzia quase coincidiu com o local da última batalha de 1833, José Correia, que em 1833 foi anexado ao arraial de Santa Luzia (VIGILANTE, 29/6/1833). Santa Luzia fora no dia 1 de agosto retomada por forças legalistas saídas de Sabará, incluindo tropas de Caeté (ESTAFÊTA, 4/8/1842). No dia 13 de agosto, depois de tomar Sabará, os rebeldes marcharam para Santa Luzia e a retomaram aos legalistas.

É curioso, mas os dois lados concordaram que em Santa Luzia se decidiu a sorte do Império. Apesar de todas as cidades e vilas perdidas pelos rebeldes e ocupadas por forças legalistas, apesar de todas as batalhas já vencidas ou perdidas, se o rebeldes vencessem em Santa Luzia, teriam derrotado o principal exército imperial, e seu melhor e mais famoso general. Nas palavras de Ottoni, chefe rebelde depois da deserção de Feliciano:

Dentro de três dias, dizia eu aos meus amigos, estamos no palácio do Ouro Preto, dentro de quinze dias um ministério liberal terá suspenso a lei inconstitucional de 3 de dezembro e a do conselho de estado, e terá anulado o decreto inconstitucional que dispersou os representantes da nação (OTTONI, 1860, p.104).

Para Caxias seriam cerca de 3300 rebeldes, concentrados em Santa Luzia “*pela grande defesa que ele oferece*”. As fortificações rebeldes não estavam prontas. Nos cálculos rebeldes, precisariam de dois dias a contar de 19 de agosto.²⁰³ O objetivo de Caxias era atacar

202 Portaria louvando a conduta das Forças do Araxá no combate que ali teve lugar (SOUSA, 1843, p.244).

203 Ofício de F. Wiesner de Montenegro declarando que no lugar de Alcobaça, entre Santa Luzia e Sabará, se podem construir três Linhas de trincheiras inexpugnáveis (SOUSA, 1843, p.244).

no dia 21. Caxias dividiu suas tropas em três colunas, duas que partiram de Sabará, seguindo caminhos distintos para Santa Luzia, e uma que partiu de Caeté.²⁰⁴ As tropas imperiais teriam tido um desertor, que teria, segundo Caxias, contado aos rebeldes quais eram as forças legalistas e suas posições. Para Marinho eram espíãs que informavam os rebeldes, e que dia 18 já sabiam dos números das forças legalistas, do dia e do plano de ataque.

O Estafêta, de Sabará, publicou seu número 2 no mesmo dia 20 de agosto da Batalha de Santa Luzia, e publicou as Ordens do Dia de Caxias, de forma que foi uma arma nessa batalha.

Os rebeldes, sabendo que Caxias só estaria pronto dia 21, e com pressa de começar o combate antes que a deserção de Feliciano se espalhasse pelas tropas, decidiram atacar as forças legalistas assim que elas aparecessem, antecipando o combate. Tentaram ainda pela madrugada, mas as forças comandadas pelo irmão de Caxias, coronel José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, futuro Visconde de Tocantins, não aceitaram o combate.

Diz Marinho que a batalha se iniciou por ordem de Galvão, o comandante de uma das três colunas em que estava dividido o exército rebelde, que perdera um filho na segunda batalha de Queluz, que soube da notícia da deserção de Feliciano e ficou abalado. Teria então falado sozinho, “...pois essa gente confia em mim, acompanha-me ao campo de batalha para eu comandá-la, e ei de entregá-la toda amarrada ao inimigo? – continuou em voz mais alta – companhias da direita, fogo” (MARINHO, 1844/1978, p.203).

Para Marinho Caxias poderia ter vencido a batalha antes das 10 horas da manha, quando fez a coluna de Galvão, que o atacara, recuar para dentro do arraial em debandada. Galvão tivera uma vertigem, e um desmaio, derrubando o moral de suas tropas, que pensaram que ele tinha morrido. Caxias poderia ter cortado o exército rebelde pelo meio, mas teria parado seu ataque inesperadamente. Vendo a debandada da coluna Galvão, batalhões inteiros teriam começado a desertar. O comandante do batalhão de Santa Bárbara chegou a dar ordem de retirada e suas tropas chegaram a atravessar a ponte grande. Galvão se recuperou, muitos de seus homens voltaram ao combate, mas ele não. Ele ficou na ponte grande, guardando-a até às 20 horas, bem depois do fim da batalha, posto que era a única rota de fuga para toda aquela gente que confiara nele (MARINHO, 1844/1978, pp.201-203, 210, 211). Contudo, no início da batalha os rebeldes tinham perdido o presidente interino, único comandante em chefe de todo o exército, e agora perdiam Galvão, o principal comandante, com mais prestígio, vencedor já de várias batalhas.

204 Caxias somou todas as tropas de que dispunha, mineiras, fluminenses e paulistas (BARBOSA, 1979, pp.589-590).

Fotografia 1 - Munição de artilharia usada na Batalha de Santa Luzia



Fonte: Museu Aurélio Dolabella, de Santa Luzia.

Caxias conta a batalha somente a partir de 10 horas de manhã. Os rebeldes atacaram primeiro a coluna que tinha vindo de Caeté, fazendo-a recuar. Marinho o confirma, mas diz que foram somente 40 rebeldes os que fizeram essa coluna recuar. É bem possível que as ordens dessa coluna legalista fossem mesmo para recuar, de forma a deixar aberta aos rebeldes uma rota de fuga, pois Caxias era um general experiente. Caxias diz que essa coluna tinha o objetivo de aparentar ser o ataque principal, mas de só se empenhar em combate depois que as outras duas colunas legalistas estivessem fazendo fogo, mas ela não voltou ao combate, e deixou a Ponte Grande sob controle rebelde. Voltando à narração de Caxias, depois de se livrarem da coluna que vinha de Caeté os rebeldes atacaram a coluna comandada pelo próprio Caxias, não sem antes a atacarem em sucessivas emboscadas. Depois de algum combate Caxias resolveu “*tomar posições, a fim de amanhã empenhar o combate formal*”, ou seja, recuou. Marinho detalha que desde 13 horas os legalistas cediam terreno, e das 14 para as 15 horas, quando foram franqueados e começaram a ser atingidos pela artilharia rebelde, “*a retirada tornou-se geral e quase em debandada*”. Tanto que os rebeldes “*...davam-se já os parabéns pela vitória alcançada, o êxito do combate já não era duvidoso, pois que o General da legalidade já se retirara há mais de uma hora, perdendo bagagens e artilharia*” (MARINHO, 1844/1978, pp.190, 196, 210).

Rebeldes avançavam sobre a coluna de Caxias quando chegou à batalha a terceira coluna legalista, comandada pelo coronel Lima e Silva, que pela madrugada não tinha aceitado o combate. Caxias então diz que atraiu os rebeldes “*para maior distância, a fim de os*

fazer descer das alturas, que ocupavam, facilitando assim a entrada da 3ª Coluna no Arraial". A *Ordem* reforçaria essa explicação para o recuo, dizendo que "*Para arrancá-los às suas posições, é que o general em chefe mandou tocar a retirada*" (A ORDEM, 16/11/1842). Recebendo o ataque da terceira coluna enquanto perseguia a segunda, os rebeldes teriam se desorganizado. A batalha então foi decidida, segundo Caxias, por uma "*carga de baioneta, que em pessoa dirigiu*".²⁰⁵ Marinho nega que tenha acontecido essa carga de baioneta, assim como discute vários detalhes do relato de Caxias sobre a batalha (1844/1978, pp.191-193, 217). Se cada soldado escrevesse seu relato de uma batalha, seriam todos diferentes.

Retrato 13 - Conde de Tocantins



Fonte: Álbum de Lino Paiva Torres.

Muitos rebeldes teriam queimado até o último cartucho antes de serem presos, ou mortos, ou fugirem. Finda a batalha, enquanto os chefes que quiseram ficaram em uma casa de Santa Luzia esperando que os fossem prender, Alvarenga juntou-se a Galvão na ponte grande, garantindo a retirada da grande maioria das tropas, "*à vontade*". Os chefes rebeldes que quiseram ser presos ficaram esperando desde o final da tarde até às 20 horas (MARINHO, 1844/1978, pp.212, 217, 259).

Ainda para Marinho (1844/1978, p.218):

Os prisioneiros destinados ao recrutamento foram encarcerados na Igreja Matriz, e aí detidos, sem que se lhes desse comer e água, sem se poderem deitar até o dia 22. A perda dos insurgentes, pelo que respeita aos mortos, não passou de nove homens, entrando neste número os valentes Guerra e Agripa.

205 Ver *Ordem do Dia* contendo os pormenores do combate de Santa Luzia (SOUSA, 1843, pp.245-250).

Fotografia 2 - Casa que serviu de quartel general rebelde em Santa Luzia

Atual Museu Aurélio Dolabella



Fonte: Museu Aurélio Dolabella, de Santa Luzia.

Na *Ordem do Dia contendo os pormenores do Combate de Santa Luzia* (SOUSA, 1843, pp.245-250) Caxias fala do “*campo juncado de cadáveres*”. Depois diz que os mortos foram 18 legalistas e 49 rebeldes, fora os gravemente feridos e outros que seriam encontrados posteriormente. Foram feitos cerca de 300 prisioneiros. Ainda fazendo um balanço Caxias avaliou que foi “*um renhido combate de mais de oito horas, no qual tivemos vinte soldados mortos, oito oficiais feridos, dois contusos, e setenta soldados igualmente feridos, dez dos quais gravemente*” (ESTAFÊTA, 19/9/1842). A *Ordem* falaria d’*esse vasto cemitério de Santa Luzia*” (A ORDEM, 19/10/1842). Em poucos meses os números de mortos e prisioneiros já tinham se multiplicado de boca em boca, de forma que segundo Wenceslau Alves Branco, Coronel de Legião da Guarda Nacional de Formiga em 1842, os rebeldes teriam tido em Santa Luzia “*mais de 300 mortos*” e “*400 prisioneiros*”, contrariando completamente os números fornecidos por Caxias, muito mais confiáveis (O CORREIO DE MINAS, 21/10/1842). Ao menos uma viúva de um legalista morto em Santa Luzia recebeu pensão pela Mesa Provincial,

a de Carlos José do Valle, de Ouro Preto (A ORDEM, 17/7/1844).

Como a vitória legalista foi por pouco, a deserção de Feliciano pode ter sido o diferencial entre a vitória e a derrota, mesmo porque

Os comandantes porém das três colunas, Galvão do centro, Alvarenga do Sul e Lemos do Norte, eram inteiramente independentes, e o Presidente interino era o único General em chefe, o único elo entre os três comandos; mas ele já não existia, e a retirada de Lemos deixou também independentes os comandantes dos batalhões de Santa Bárbara, Santa Quitéria e Santa Luzia (MARINHO, 1844/1978, pp.190, 196, 201).

E como Galvão ficou fora do combate desde a manhã, só uma das três colunas se manteve com um comando unificado, e já não havia coordenação de uma coluna com outra.

As dificuldades do governo eram tantas que até marujo foi recrutado para marchar sobre Minas Gerais e lutou do lado legalista em Santa Luzia (O CORREIO DE MINAS, 16/11/1842). Para Marinho “*Muitos desses soldados não sabiam pronunciar uma só palavra de nossa língua*”, pois eram africanos recém chegados (MARINHO, 1844/1978, p.243). Daí teria acontecido o saque de Santa Luzia e, segundo Marinho, os assassinatos de civis inocentes. Os legalistas confessaram que “*Os soldados da legalidade desmandaram-se em Santa Luzia; desertaram alguns, que inquietaram, e roubaram*” (A ORDEM, 30/11/1842).

Segundo Ottoni, “*podíamos continuar a revolução com chances de sucesso, também é fora de dúvida que só o conseguiríamos assolando os belos campos de Minas e anarquizando a província*” (1860, p.105). Ou como disse Marinho, “*uma mais porfiada resistência poderia comprometer a província e degenerar em uma guerra igual à do Rio Grande do Sul*” (MARINHO, 1844/1978, p.256). Forças armadas para isso ainda existiam:

Galvão e Alvarenga sustentaram-se na Ponte Grande até as 8 horas da noite, para que os insurgentes que se achavam no arraial se pudessem retirar; e depois puseram-se a essa hora em marcha e, sem que fossem incomodados, chegaram ao arraial da Lagoa Santa, ainda em número de mais de dois mil homens armados e suficientemente municados (MARINHO, 1844/1978, p.255).

Só dia 21 Galvão e Alvarenga “se entregaram”, no arraial de Matosinhos, ainda no comando de 700 homens. As aspas é porque não se entregaram de fato à prisão, nem as armas. Só assinaram um documento de que reconheciam as duas leis e o governo, e que “*nos dirigimos às nossas casas com mais de setecentos homens, depois de termos feito dispersar os mais que conosco se achavam unidos*” (MARINHO, 1844/1978, p.256). Eles foram de fato

ainda juntos no caminho da Santa Quitéria.²⁰⁶

Cerca de 300 rebeldes evadidos de Santa Luzia foram se entregar em Santa Bárbara, e seu chefe foi preso. No dia 26 de 900 a 1000 homens ainda na prática sob o comando de Alvarenga dormiram no Brumadinho. Sabendo disso, o coronel Lima e Silva enviou tropas para capturá-los, e ainda encontrou 316, com 216 espingardas, 11 pistolas, 6 espadas e de 7 a 8 mil cartuchos. Alvarenga não foi preso, já tinha se encaminhado para São João Del Rei. Vários batalhões rebeldes foram se apresentar aos comandantes designados pelo governo legal (MARINHO, 1844/1978, pp.257, 262-263).

Sobre a importância da batalha de Santa Luzia, diz *A Ordem* que:

apesar das mais horrorosas privações, e nos últimos arrancos da rebelião, ninguém quase se apresentou ao general em chefe antes da derrota de Santa Luzia em menoscabo do seu providente Edital, e da Proclamação do Imperador, que o mesmo general teve o cuidado de fazer espalhar em grande cópia pelo meio das coortes rebeldes (A ORDEM, 29/10/1842).

Não é bem verdade que “ninguém quase se apresentou”. O que não faltou foram desertores, como era de se esperar, mas realmente a batalha de Santa Luzia dispersou os vários milhares que ainda estavam em armas, acima citados. A notícia da derrota de Santa Luzia só não desarmou imediatamente as colunas de Cláudio e Paracatú (MARINHO, 1844/1978, p.257). *A Ordem* também disse que “*Geralmente se pensa que esse grande feito das armas imperiais contra as forças da rebelião, firmou nossas instituições, deu ao trono base sólida e perdurável*” (ORDEM, 8/10/1842). Ao trono, não, mas ao reinado de D. Pedro II, pode-se dizer que sim.

No dia 29 de agosto, o Ministro da Guerra elevou Caxias ao posto de Marechal, em decorrência de sua atuação contra as revoltas de Minas e São Paulo, e destacadamente pelos resultados da batalha de Santa Luzia. Em 1 de Setembro, aconteceu em Ouro Preto um baile em comemoração da vitória legalista e homenagem a Caxias, no Palácio do Governo, em frente à prisão onde estavam quase todos os chefes rebeldes.²⁰⁷ Até um licor foi vendido no Rio de Janeiro com o busto de Caxias, o “*licor dos valorosos*”. Ele tinha feito 39 anos no dia 25 de agosto, e firmou em Minas Gerais sua reputação, tornando-se o “*pacificador de três*

206 Ver Ofício do Subdelegado de Polícia do Distrito de Matosinhos, remetendo o Protesto dos Comandantes de Forças rebeldes, Galvão, e Alveranga, e o mesmo Protesto (SOUSA, 1843, pp.251-252).

207 Aviso mandando louvar aos Oficiais e Soldados que tomaram parte no combate de Santa Luzia, e comunicando a promoção do General Barão de Caxias ao Posto de Marechal de Campo; Extrato do *Correio de Minas* (SOUSA, 1843, pp.252-253, 273-274).

províncias” (SOUZA, 2008, pp.390-391). Embora Santa Luzia tenha sido chamada pelos próprios legalistas de “degoladouro”, os rebeldes não denunciaram essa prática. Apesar de não ter cumprido a palavra de deixar livres os rebeldes que se entregassem, Caxias também não permitiu que fossem massacrados. Depois da vitória Caxias teria negado salvo conduto somente para uma pessoa, um padre que pregou que homens de cor seriam reescravizados (O CORREIO DE MINAS, 14/10/1842).

4.5.4 O prolongamento da Revolta no Triângulo Mineiro

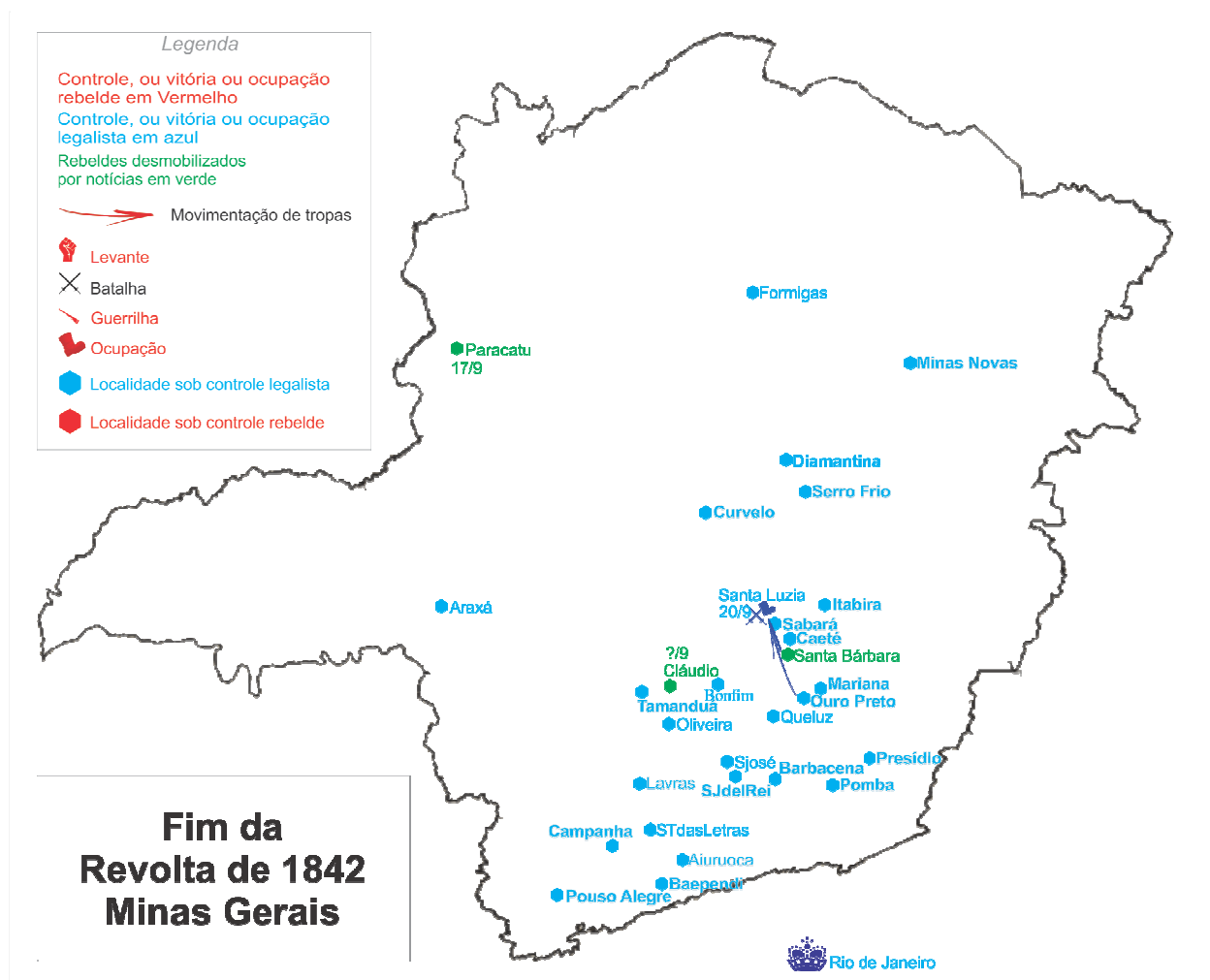
As notícias demoravam mais a chegar ao sertão da farinha podre, portanto a Revolta, e sua repressão, também demoraram mais a começar e a acabar. Já se viu que Paracatu só aderiu à revolta dia 20 de julho de 1842 (O CORREIO DE MINAS, 13/10/1842). Mas para José Carneiro de Mendonça Franco, vereador de Paracatú, a revolta se iniciou nessa localidade dia 6 de agosto, com cerca de 300 homens armados, que se dispersaram até o dia 17 de agosto. Existem dois documentos, com datas diferentes, em que a Câmara de Paracatu reconhece o governo rebelde, um do dia 2, e outro do dia 7 de agosto. Na primeira os autores chamam as notícias que chegavam contra a revolta de “*falsos boatos*”. Na segunda é dito que o povo em armas, cercando a Câmara, exigiu a aprovação de uma petição, que estava assinada por 320 cidadãos. Os rebeldes de Paracatú ainda enviaram propaganda rebelde para outros municípios.²⁰⁸

Nota-se que as informações são contraditórias, inclusive sobre o fim. Foi dito que “*a notícia do glorioso combate de 20 de Agosto foram bastantes para que os rebeldes fugissem*” (ESTAFÊTA, 31/10/1842; O CORREIO DE MINAS, 13/10/1842), supostamente em 17 de Setembro (HÖRNER, 2010, p.255). Em novembro Paracatú já estaria com a legalidade, mas corriam boatos de que grupos armados continuavam atuando (O CORREIO DE MINAS, 29/11/1842). No dia 2 de dezembro de 1842 tropas partiram de São João Del Rei para Lavras, com o objetivo de obstarem a possível expansão da revolta em Paracatu. Em uma carta de 4 de dezembro de 1842 ainda se dava notícia de que “*o Pimentel aqui se acha reunindo gente para ir sobre Paracatú a fim de conter os desordeiros*” (A ORDEM, 24/12/1842, 21/12/1842). Ou seja, a revolta no Triângulo não terminou de fato com a chegada da notícia da Batalha de

208 Nota de Rodapé da página 261; Ofício da Câmara Municipal do Paracatu participando haver reconhecido o Governo rebelde e pendido à Câmara de Patrocínio que também se levante; Ata da Seção da Câmara Municipal de Paracatu em que reconheceu o governo rebelde (SOUZA, 1843, pp.261, 215-216, 224).

Santa Luzia, porque “grupos armados” continuaram atuando.

Mapa 12 – Décima Semana da Revolta de 1842



**Fim da
Revolta de 1842
Minas Gerais**

Fonte: SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **História da Revolução de Minas Gerais em 1842**. Rio de Janeiro: Tipografia de J.J. Barroso e Comp. 1843. MARINHO, José Antônio. **História da Revolução de 1842**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1978. Elaborado pelo autor.

Tratando da Revolta de 1842 no Triângulo, acrescenta-se que segundo o deputado provincial vigário Antônio José da Silva “*assim como em outras partes da província, no Uberaba se deram passos a favor da rebelião, e houve um ajuntamento de 120 e tantas pessoas*”. Como de costume em 1842, um padre era um dos chefes desse ajuntamento (O COMPILADOR, 7/7/1843). Ao lado da legalidade teriam sido 600 homens que se juntaram às tropas de Araxá e Patrocínio, sob o comando de Carlos José da Silva (O PUBLICADOR MINEIRO, 31/1/1846). No total as forças legalistas no triângulo teriam chegado a 1600 homens (O CORREIO DE MINAS, 13/10/1842; ESTAFÊTA, 31/10/1842).²⁰⁹

209 Fala do Presidente de Minas Gerais à Assembleia Legislativa Provincial (SOUSA, 1843,

Ainda sobre a Revolta no Triângulo Mineiro, os:

Presidentes de São Paulo e Goiás apressaram-se a socorrer os Mineiros, aquele fazendo entrar no Araxá um reforço de quase 200 praças, bem municadas, e armadas, e este dirigindo-se pessoalmente à frente de força para a extrema da Província próxima a cidade de Paracatú (O CORREIO DE MINAS, 13/10/1842).

4.5.5 Números

Os números de mortos e feridos são muito imprecisos, porque variam muito de fonte para fonte, como se viu no caso da Batalha de Santa Luzia. Para o Presidente Bernardo da Veiga na Revolta inteira foram somente 35 mortos e 50 feridos (RIBEIRO, 2011, p.10). Como se percebe, quase metade dos 67 que Caxias registrou só em Santa Luzia. Já o Ministro da Guerra informou em seu relatório que (1843, pp.30, 49, 51):

o total enviado para ambas as Províncias de 3124 homens da 1ª linha. Tem regressado das mesmas Províncias apenas 1409 praças como mostra o Mapa Nº 17, existindo apenas nelas 200 praças, o que dá em resultado a perda de 1515 homens entre mortos, desertores e extraviados.

Especificamente para Minas Gerais marcharam 832 homens, e somente 507 retornaram à Corte. O deputado legalista Azeredo Coutinho diz que foram “*milhares de vidas*” sacrificadas. A Assembleia Legislativa Provincial decidiu criar uma pensão para viúvas dos legalistas mortos mas “*por hora só tem aparecido requerimentos de seis, ou oito viúvas*” (O COMPILADOR, 24/7/1843, 3/7/1843). Melhor é confessar, como uma voz, na Assembleia Legislativa Provincial, que “*não se sabe quantos GNs morreram*” (O CORREIO DE MINAS, 25/11/1842). Mas dos menores aos maiores números, as mortes foram em menor número que na Cabanagem e na Sabinada. Na primeira, só em 1839, morreram cerca de 2500 pessoas, e cerca de 1500 foram presas. Na Sabinada foram mortos 594 legalistas e 1091 rebeldes, e foram feitos 2989 prisioneiros (RIBEIRO, 2011, p.7).

O que explica as poucas baixas? Foi uma revolta de somente 2 meses, e se alguma de suas batalhas terminou em luta corpo a corpo, foi só Santa Luzia. A artilharia, sobretudo do lado rebelde, foi pouca. As armas de fogo ainda faziam poucas baixas na Guerra do Paraguai, 25 anos depois. O que mais matava nas guerras do século XIX eram as doenças, que não se desenvolveram em 2 meses. Como disse um rebelde em carta para sua mãe, na coluna que

tomou Baependi “*ainda não tivemos um enfermo, trazemos médicos*” (NOGUEIRA, 1979, p.34).

Ainda aconteceriam mortes no período de perseguição aos rebeldes. Em seu livro Marinho detalhou oito assassinatos, e dois casos em que não fica claro se as vítimas sobreviveram ou não. Marinho não incluiu o padre Bento, assassinado já depois da anistia (1844/1978, pp.322-325).

Todas as fontes, como o deputado Paula Santos, indicam que “*os rebeldes puderam reunir um número não pequeno de homens*” (O CORREIO DO POVO, 17/10/1842). A folha legalista *A Ordem*, confirmou:

blasonavam publicamente de ter em armas para mais de 16 mil homens. Havia nisso sem duvida grande exageração; mas todos viram, que ainda em Santa Luzia na última desesperação da causa rebelde se achavam reunidos perto de 4 mil (A ORDEM, 29/10/1842).

O primeiro cronista da Revolta de 1842, Bernardo de Sousa, confirma “*o grande número dos comprometidos*” (1843). Para o Ministro José Clemente, “*pôde a revolução criar corpo espantoso em grande parte da Província de Minas*” (1843, p.29). Depois da revolta Marinho reduziu os dezesseis mil do *Despertador Mineiro* a “*doze a quatorze mil homens estiveram em armas por parte dos insurgentes*”. Também disse que “*O movimento de 10 de junho tinha posto todos os mineiros em armas: eram irmãos contra irmãos*” (1844/1878, pp.245, 242). Mas é importante saber que também do lado legalista muita gente foi mobilizada. Para o então presidente, Bernardo da Veiga, ficaram do lado legalista em Minas Gerais “*a grande maioria dos seus filhos*”.²¹⁰ Também o militar legalista José Thomaz Henriques falou de “*massas da legalidade*”.²¹¹ Diz o deputado Azeredo Coutinho,²¹² que lutou ao lado legalista, que “*durante a rebelião quase todos os empregados saíram para o serviço militar, ficou inteiramente paralisado o experiente ordinário*” (O COMPILADOR, 9/6/1843). Para se ter uma base de comparação, em 1841 a força policial se reduzia a menos de 400 praças, mas Minas Gerais tinha 47 mil guardas nacionais, mal armados (O UNIVERSAL, 15/2/1841). Em toda a Província, na GN:

210 Fala do Presidente de Minas Gerais à Assembleia Legislativa Provincial (SOUSA, 1843, p.276).

211 Ofício do Comandante da 1ª. Coluna participando a fuga dos rebeldes da Povoação de Chapéu d’Uvas... (SOUSA, 1843, p.183).

212 Azeredo Coutinho lutou ao lado legalista em 1842. Como a maioria de seus colegas de partido, tinha sido do outro lado (O COMPILADOR, 10/7/1843).

Em 1842 tudo quanto tinha relações com a oposição foi demitido, mas aparecendo o movimento de Barbacena, o governo achou-se completamente isolado apesar da imposição de oficiais antipatizados à guarda cívica, e somente onde as ideias então dominantes tinham partidistas, foi que a voz do governo foi atendida, a guarda nacional prestou serviços (CONSTITUCIONAL, 24/8/1846).

Existe uma confusão entre a Revolta de 1842 ter sido uma revolta das massas, de forma autônoma, ou seja, um movimento popular, e ter tido apelo de massas, ou seja, ter sido de massas mas dirigida pelas elites. Há quem, negando a primeira conclusão, negue as duas, dando a entender que foi um movimento de uma minoria. A Revolta de 1842 foi um movimento de massas, mas dirigido pelas elites políticas que já o eram.

Sobre as pessoas envolvidas nos diz *A Ordem* que:

fez a hidra revolucionária aparecer milhares de cabeças, sendo de ver a competência, com que da classe ínfima da população (...) se corria para as fileiras da rebelião (...) grande parte constou sem duvida de vadios, de homens perdidos por seus vícios, e devassidões, que o recrutamento tem poupado (A ORDEM, 29/10/1842).

Do lado governista certamente também existiam muitos pobres pois tanto soldados governistas quanto rebeldes andavam mal vestidos, alguns sujos (O CORREIO DE MINAS, 26/11/1842). Existe o exemplo de um rebelde, Guarda Nacional, Florentino José Alves, que salvou a vida de um legalista e não pegou seu dinheiro, era “*homem de cor, pobre e descalço*” (MARINHO, 1844/1978, p.161, grifo nosso). Outro rebelde afirmou: “*temos gente de toda qualidade*” (NOGUEIRA, 1979, p.34). Os rebeldes denunciaram que do lado legalista teriam combatido escravos. Estes teriam aprendido a usar a revolta para escapar da escravidão, e “*raro o dia em que não apareciam esses soldados, declarando às autoridades que se vinham oferecer ao serviço do rei, e que seus senhores eram rebeldes*” (MARINHO, 1844/1978, p.244).

Sabendo que a maior parte das tropas rebeldes e legalistas eram Guardas Nacionais, convém saber que entre 1850 e 1873, Saldanha encontrou 82,5% dos GNs de Mariana na faixa de renda mais baixa, que desde 1846 era de 200 a 400 mil réis. Francisco Pinto encontrou em idêntica faixa de renda 73,4% dos GNs de São João Del Rei (SALDANHA, 2010, pp.19-20). Para o deputado Penido os GNs eram gente que “*ganha em um dia o que tem de despende no seguinte, que vive para assim dizer, de sua cultura, dos seus ofícios, dos seus jornais, que não acumula*” (O COMPILADOR, 25/4/1844).

Por outro lado a mesma *Ordem* confessou que “*muitos dos chefes da rebelião eram pessoas conceituadas nos seus municípios*” (A ORDEM, 26/10/1842) e é um fato indiscutível “*se haverem envolvido na rebelião dois terços pelo menos*” dos deputados provinciais. Também deputados e suplentes governistas se envolveram, embora do lado governista (O CORREIO DE MINAS, 19/10/1842, 29/11/1842). Para Marinho os rebeldes seriam “*quase todos os homens de letras da Província, a maioria do clero, e os que têm servido todos os cargos públicos, compreendidos os deputados Provinciais e os representantes da Nação*” (1844/1978, p.85).

Pode-se dividir a Revolta em 4 regiões cujas tropas não chegaram a se encontrar, ou seja, que tiveram início e fim próprios, apesar de fazerem parte do mesmo movimento e se animarem mutuamente: A principal, de Barbacena e São João Del Rei, desde a fronteira com o Rio de Janeiro até Santa Luzia; A região Sul, da Coluna Junqueira, que tomou Baependi e lutou várias batalhas; No Norte as tropas de Santa Bárbara conseguiram se unir aos rebeldes que lutaram em Santa Luzia, mas mais ao norte, na região do Serro, os rebeldes não conseguiram nem se comunicar com os das outras regiões; O Triângulo, onde a revolta começou quando já estava em decadência no resto da Província. Além disso, o ministro Paulino disse que além dos municípios citados nas narrações existentes da Revolta, “*em quase todos os municípios se manifestou uma agitação mais ou menos violenta*”.²¹³ A divisão não foi somente entre municípios controlados pelos legalistas e municípios controlados pelos rebeldes, mas também dentro de cada município.

A título de conclusão, apesar de sua pequena duração e correspondente número de baixas, a Revolta de 1842 em Minas Gerais gerou um conflito armado que envolveu grande parte da força armada existente na Província. Em uma primeira fase os rebeldes esperavam uma vitória política, e ainda não era guerra. Em seguida as forças legalistas reagiram, e os dois lados começaram uma guerra sem planos, cujos objetivos militares eram as sedes políticas dos municípios. Ao sofrerem derrotas, os rebeldes elaboraram um plano militar geral, cujo objetivo militar era tomar a capital da província, Ouro Preto, depois de unificar todas as forças rebeldes em um só exército. Quando o ataque a Ouro Preto foi descartado os rebeldes passaram a lutar por tempo e por uma melhor posição para conquistar uma anistia. O governo já estava exaurido pela guerra dos Farrapos e pela Revolta de 1842 em São Paulo, mas ainda teve recursos, a acreditar nos seus ministros, os últimos, para enviar a Minas Gerais,

213 Extrato do Relatório da Repartição de Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza, em data de 1 de janeiro de 1843 (SOUSA, 1843, p.328).

destacadamente depois da vitória sobre São Paulo. É impossível adivinhar quais seriam as consequências de uma vitória rebelde em Santa Luzia, mas seriam gigantescas e nacionais.

Como se viu, antes de começar a guerra com primitivas armas de fogo, aconteceu uma guerra de assinaturas apoiando análises conjunturais nas folhas periódicas. Como as folhas de cada lado só publicavam as Representações com listas de assinaturas de seu lado, foi uma guerra entre os periódicos, a oposição com várias pequenas folhas, e o *Jornal do Comércio* quase sozinho pelo governo, e mesmo assim venceu em números de Representações publicadas. Pelo planejamento rebelde, apesar de estarem em armas, os periódicos e manifestos é que fariam o grosso do trabalho, pois o governo devia cair abalado pela simples notícia da revolta. Não deu certo, e as armas foram usadas, mas as publicações, periódicas e manifestos, além de recrutadoras, conquistaram mais cidades e fizeram mais baixas que os canhões. Os rebeldes tomaram várias cidades pelas armas, e os legalistas tomaram Santa Luzia, mas ambos os lados tomaram mais cidades por meio da propaganda. A vitória, mais uma vez, foi do *Jornal do Comércio*. A derrota das pequenas folhas das pequenas cidades de Minas Gerais para o grande jornal da Corte, duas vezes no mesmo ano, não foi a única causa do que veio a acontecer com a imprensa mineira, mas foi uma delas. Por vinte anos as pequenas folhas das pequenas cidades de Minas Gerais foram importantes protagonistas na política nacional, e em 1842 foram derrotadas dentro da própria Província.

Sobre o quanto a Revolta de 1842 foi significativa para diferentes protagonistas políticos nas décadas seguintes podem-se notar três “detalhes”. Primeiro, que o número de participantes, dos dois lados do conflito, foi muito grande. Segundo, que embora todos os objetivos, discursos, motivações etc. tenham abordado assuntos nacionais, o desenrolar do conflito foi regional e muitas vezes local, de forma que muitos municípios foram palcos do mesmo. Terceiro, que grande número de pessoas ilustradas participou do conflito, a exemplo dos padres.

5 PÓS 1842

Além dos assuntos diretamente relacionados à revolta, como os julgamentos e a anistia, os anos posteriores a 1842 colocaram a prova os discursos políticos de rebeldes e de legalistas, assim como as duas leis em torno das quais se lutou. É necessário comparar o que se viu em Minas Gerais antes de 1842 com o pós 1842, para aferir as consequências da revolta. Existem as consequências da revolta em si, as perseguições e os julgamentos por exemplo, e consequências de maior envergadura, iniciando um novo período da vida política do Império.

5.1 Os primeiros meses

A Revolta de 1842 teve resultados imediatos, concernentes a uma repressão a rebeldes derrotados, que não devem ser confundidos com as consequências políticas maiores.

5.1.1 As consequências imediatas sobre a imprensa

Um dos relatos mais marcantes da história da imprensa mineira e da história da Revolta de 1842 é a memória colhida por Xavier da Veiga (1898, p.190):

Dos tipos d'*O Universal* mandou o seu proprietário fazer balas, que forneceu em quantidade para a rebelião. Deu-nos notícia disto um velho tipógrafo, em 1842 empregado na oficina d'*O Universal* e há pouco falecido com cerca de 77 anos de idade em Ouro Preto, tipo muito popular sob a alcunha decorativa de – Gutemberg.

Porém, isso só aconteceu se Dias de Carvalho levou os tipos consigo para Barbacena em maio de 1842, quando *O Universal* deixou de circular, antes da revolta, pois o Cônego Marinho nos conta que (1844/1978, p.304):

tomou o chefe de polícia uma tipografia, propriedade do ex-deputado Dias de Carvalho, e a entregou a um especulador para dela usar em apoio da legalidade; fato este tanto mais escandaloso quando é certo que a tipografia sequestrada pelo chefe de polícia, havia sido depositada, depois de selada, em poder de Carlos de Assis Figueiredo, de quem a mandou tomar o chefe de polícia, para a converter em uso da legalidade.

Ou seja, se os tipos foram transformados em balas é mais fácil que tenham sido para

as tropas governistas que defendiam a capital.

Recapitulando, a imprensa Liberal fez forte propaganda contra o governo desde meados de 1841 até ser calada em maio de 1842. Durante a revolta o *Echo da Razão* e o *Despertador Mineiro* ressurgiram e foram órgãos oficiais do governo insurgente. Foram calados logo que a revolta foi derrotada.

Mas a revolta também gerou uma série de folhas legalistas. Antes mesmo de chegar em Ouro Preto a notícia da revolta em Barbacena, pois somente um dia depois da explosão da mesma, que foi em 10 de Junho de 1842, surgiu *O Legalista*, redigido pelo Brigadeiro Jacques Augusto Cony,²¹⁴ e que ainda existia no final do ano de 1842 (A ORDEM, 26/10/1842; VEIGA, 1898, p.197; MOREIRA, 2011, p.205).

Além de periódicos a revolta provocou os legalistas a publicarem avulsos. Esses impressos não tinham periodicidade, nem preço, nem local de assinaturas, nem editorial. Dia 5 de julho de 1842, logo que chegou a notícia da revolta, publicou-se em Ouro Preto, do tamanho de um jornal, *Viva a Legalidade*. Seu autor teria sido o mesmo d'*O Legalista*, Jacques Augusto Cony. Também legalista, dia 18 de julho de 1842 a Tipografia Patriótica Sabarense publicou *O Despertador*, que embora venha numerado não tem o formato de um jornal, mas de um pequeno panfleto, convocando à defesa da legalidade e reivindicando, em disputa com os rebeldes, a memória dos legalistas de 1833. Não deve ter tido um número 2. Ambos foram propaganda de guerra, não tinham outro assunto.

Pode-se aceitar como periódico o *Buletim da Legalidade no Serro*, pois chegou ao menos ao número 3. Era impresso na Tipografia de Veríssimo P. dos R & Sócios, no arraial do Gambá, cidade do Serro. Fez propaganda de guerra contra os rebeldes de sua região. Francisco Assis Medina²¹⁵ e Bento Ferreira Carneiro²¹⁶ seriam redatores (ver notas de rodapé).

Em Sabará, como se viu, o *Estafêta* apareceu dia 4 de agosto de 1842, no final do conflito, rodado na Tipografia Patriótica Sabarense, combatendo os rebeldes. Mais propriamente, renasceu, pois existiu em 1835 e afirma que “*reaparece na cena pública*” e que “*é escrito com a mesma pena*”. Contudo o *Estafeta* foi legalista, e os redatores de 1835, o Pe.

214 Brigadeiro Jacques Augusto Cony foi redator d'*O Legalista*, escreveu para o *Correio de Minas* e para o *Unitário*. Foi membro da Sociedade Militar no início dos anos 1830. No Exército serviu na Artilharia.

215 Francisco Assis Medina foi relacionado ao *Buletim da Legalidade no Serro*. Em 1844 foi eleito Eleitor pelo lado que fora legalista em 1842.

216 Bento Ferreira Carneiro foi relacionado ao *Buletim da Legalidade no Serro*. Em 1844 foi eleito Eleitor pelo lado que fora legalista em 1842. Foi suplente de Delegado. Foi um dos assinantes do livro de de Xavier da Veiga sobre a Revolta de 1842.

José Mariano Gomes Baptista, e seu irmão Antonio Gomes Batista, foram rebeldes. O padre foi inclusive preso. Resta como possível redator o dono da tipografia, Pedro Gomes de Nogueira, que foi Liberal até a revolta, quando rompeu e mudou de lado. Teria sido o criador da folha (JINZENJI, 2008, p.4).

O *Estafêta* passou pela segunda queda de Sabará durante a revolta de 1842, no dia 13 de agosto, e tem um número, o 2, do dia da mais famosa batalha da revolta, 20 de agosto, que aconteceu em um então arraial de Sabará, Santa Luzia. Esses dois números justificam o nome da folha, pois são de propaganda de guerra, incluindo ordens dos comandantes legalistas. Os números posteriores contam sobre o conflito, pedem a punição exemplar dos rebeldes e tratam de eleições. Pena que são poucos. O número 3 apareceu somente dia 19 de setembro. P. G. Nogueira, antigo redator d'*O Vigilante*, apareceu como dono da Tipografia e ao explicar um mês de ausência afirmou que “*agora tem imprensa própria*” e seria semanal, como já indicava o preço. Mas na verdade o número 4 saiu somente dia 24 de outubro, a partir de quando a periodicidade passou a funcionar. O último que os arquivos públicos têm é o 12, de 14 de dezembro de 1842, duas semanas depois dos primeiros resultados eleitorais. Dados os atrasos, estavam se completando os números equivalentes a um trimestre, o que é explicado no final da folha. É um típico caso em que ou a folha durou somente um trimestre, ou a coleção era de um assinante que só assinou o primeiro trimestre, dois casos bem comuns na imprensa da época.

Quase todas essas folhas surgidas em 1842, apesar de governistas, não sobreviveram à Revolta, e quando o conseguiram, dificilmente passaram das eleições do final de 1842. *O Correio de Minas* continuou circulando por alguns meses de 1843, publicando quase somente as atas da Assembleia Legislativa Provincial, ricas em informações, mas muito atrasadas.

5.1.2 O tempo da perseguição aos rebeldes

Afonso Arinos, no livro *Pelo Sertão*, ambientou um dos contos, *Joaquim Mironga (tipo do sertão)*, na “*era amaldiçoada*” do “*tempo das guerras bravas da era de quarenta e dois*”. Mas ele trata mesmo é do tempo das perseguições, quando o “*Patrão velho andava amoitado. Amoitado é um modo de dizer, porque ele dormia, lá de vez enquanto, num rancho de palmito no meio do mato*” e “*entraram lá na cidade as forças do defunto coronel Joaquim Pimentel para agarrarem os rebeldes, patrão velho teve aviso*” (1981, pp.85-86).

Os legalistas espalharam a promessa de que só seriam punidos José Feliciano, o chefe máximo, Dias de Carvalho, Ottoni e Marinho, três redatores e deputados. Porém:

Mandaram, pois prender centenas de indivíduos, fizeram deportações, ordenaram degredos, mandaram dar buscas por toda a província (...) deram causa a que muitos cidadãos, que se conservavam mansos e pacíficos em suas casas, fossem barbaramente assassinados por patrulhas legais (...) A indisposição de algum delegado ou subdelegado (...) conduziu muitos indivíduos para as cadeias, e nunca deixavam de ir acorrentados (MARINHO, 1844/1978, pp.293, 247).

Oficialmente foram reestabelecidas as garantias constitucionais no dia 7 de setembro de 1842 (O CORREIO DE MINAS, 13/10/1842; ESTAFÊTA, 31/10/1842), mas a caça aos rebeldes continuou. Buscava-se os cabeças para serem presos, e os rebeldes de menor influencia para serem recrutados. É a folha legalista de São João Del Rei que diz que “*Os municípios de Sabará, e Pitangui, acabam de ser varridos em todos os pontos e direções atrás de alguns dos referidos cabeças*” (A ORDEM, 12/11/1842). E que:

acabam de ser visitados em diferentes direções os municípios de Pitangui, Sabará e Santa Bárbara, onde se supunham estarem acoitados, José Feliciano, Lemos, Galvão, Pedro de Alcantara, e outros chefes da rebelião (...) foram presos vários cabeças de alguma importância (A ORDEM, 23/11/1842).

Também o *Estafêta* nos dá um exemplo:

Chegando em Santa Quitéria a força legalista ao Comando Militar do Major Mariano Joaquim da Cerqueira, este foi a Fazenda do meu Compadre, e amigo Manoel Ferreira da Silva, dar uma busca com 200 e tantas praças: este ato fez grande estrondo no Arraial (ESTAFÊTA, 24/10/1842).

Os opositoristas de Itabira, memos aqueles que não pegaram em armas, também foram perseguidos e tiveram que se refugiar, caso do conhecido redator vigário José Felicíssimo do Nascimento e de João Baptista Drumond (MARINHO, 1844/1978, p.111).

A folha legalista de São João Del Rei colaborava com a perseguição denunciando supostos rebeldes. Antônio José Ferreira Maciel foi acusado de ser um “*rebelde violentíssimo*”. Luiz Fortunato seria “*conhecidíssimo*” como rebelde. Em Oliveira o Juiz de Direito José Jorge da Silva, chefe rebelde de Lavras, teria fornecido armas aos rebeldes. Manoel Fernandes Airão também seria chefe rebelde de Lavras. E “*Um Godoy, que conspirou no Serro, um Pedro de Alcantara, que subverteu Sabará, um Fernandes Torres, Costa Pinto...*” (A ORDEM, 17/8/1844, 28/8/1844, 22/10/1842). Ao mesmo tempo, dentro das

próprias oficinas d'A *Ordem*, trabalhava escondido um tipógrafo rebelde.²¹⁷

Para se prender um homem em São João Del Rei alegou-se que “*Está preso porque esteve na cidade enquanto nela estiveram os insurgentes, e deixou-a quando aqueles a abandonaram*”. Os oficiais e muitos praças do batalhão rebelde de São João Del Rei foram presos. Diz Marinho que teriam sido assassinados se o coronel Manoel Antônio da Silva não o impedisse. Teriam sido enviados para o Rio de Janeiro acorrentados. Nessa mesma cidade, segundo o deputado Catão, na quinta-feira santa de 1843, “*as ruas foram cercadas, e os cidadãos presos indistintamente, embora alguns fossem logo soltos, ninguém ignora o alarma produzido por tão insólito procedimento*” (O COMPILADOR, 7/7/1843). Também em São João foram processados quatorze Guardas Nacionais por apedrejarem algumas casas. A acusação foi “*tentativa de morte e roubo*”. Enquanto isso toda uma lista de comprometidos abastados que não foram processados é citada por Marinho. Marinho denunciou que o promotor Florêncio, em São João Del Rei, “*vendia*” (...) “*o direito de apelar ou não apelar das sentenças de despronúncias.*” (1844/1978, pp.280, 286-288, 327).

O comandante da coluna do Pé do Morro se entregou acreditando nas promessas de anistia, foi preso. O “*respeitável Junqueira foi preso, remetido para a corte, e duas vezes processado na província, bem que absolvido houvesse sido na primeira, por via de recurso*”. Em Santa Quitéria “*os indivíduos que se haviam apresentado ao major Mariano, e dele obtido guias, foram em uma noite dada procurados, e muitos deles presos*” (MARINHO, 1844/1978, p.280).

Não por coincidência as repressões teriam sido maiores exatamente nos dois municípios que já estavam mais tensos antes da Revolta, que foram os de Tamanduá e Araxá: “*Em toda a parte as mesmas buscas, os mesmos atentados, mas na vila de Tamanduá subiram eles de ponto (...) Tudo, porém, era pouco em vista do que na vila do Araxá suportava uma senhora sexagenária*” (MARINHO, 1844/1978, p.249-250).

Justiniano José da Rocha, em carta para o também legalista Firmino Rodrigues Silva, escreveu “*Dizes-me que a reação que aí se desenvolve é extrema*” (...) “*tenho aqui na Corte*

²¹⁷ José Maria Ferreira Garcia, nascido em 1810, foi tipógrafo do *Amigo da Verdade*, onde aprendeu a arte com o francês Antônio Maria Jourdan. Depois foi tipógrafo do *Astro de Minas*, d'A *Ordem* (1842-1844), do *Cinco de Janeiro*, do *Escolástico*, do *Clarim*, d'O *Povo* (de São João del Rei na década de 1860), do *S.Joanense*, do *Situação*, do *Imparcial Semanário*, da *Tribuna do Povo*, do *Luzeiro*, do *S. João del Rei*, do *Opinião Liberal*, do *Gazeta Mineira*, todos de São João del Rei, e por um período do *Lavrense*, de Lavras. Em 1842 foi rebelde e lutou até Santa Luzia. Estava escondido da justiça na época que trabalhou n'A *Ordem*, que era a folha legalista que pregava a prisão e punição dos rebeldes, enquanto escondia um em suas oficinas (A ORDEM, Ouro Preto, 20/2/1892).

visto o grande número de presos que as autoridades nos remetem de todos os pontos dessa província, não poucas vezes sem o menor motivo...”. Na condição de Juiz, apesar de legalista, Firmino teve problemas com um promotor, que foi afastado pelo Ministro da Justiça Paulino José Soares de Souza, que confessou ter o promotor “*muito abusado da força, do dinheiro e da confiança que a legalidade se viu na precisão de dar-lhe*” (MASCARENHAS, 1961, pp.55, 63).

O resultado foi a fuga da população para o campo. Disse o Deputado Bhering que “*As mesmas ruas desta capital estão desertas...*” (O COMPILADOR, 28/6/1843). Com isso a economia foi duramente afetada. O Deputado Salomé reclamou:

Não é só por Baependi, que se observa a paralisação do comércio, e o desanimo espalhado entre a população industriosa, que larga espavorida a lavoura, refugia-se nas matas; o mesmo se vê em Paulo Moreira, St. Bárbara, Cocais, Presídio e outros lugares (O COMPILADOR, 14/6/1843).

A folha legalista de São João Del Rei confirmou que “*muitas de nossas cidades, e vilas se acham desertas*” (...) “*os comprometidos mais, ou menos no movimento rebelde acham-se refugiados*” (A ORDEM, 19/10/1842). Mais de 300 pessoas teriam deixado essa cidade (O COMPILADOR, 7/7/1843). Alguns saíram mesmo de Minas Gerais, como Domingo Gonçalves da Fonseca, rebelde, que se mudou com a família para o Rio de Janeiro em 1843 (BLAKE, 1883, p.369). O Dr. Francisco de Assis e Almeida, irmão de Baptista Caetano d’Almeida, advogado, vereador de São João Del Rei, que se envolveu na revolta, fugiu para Vassouras, onde acabou ficando.

Além das prisões e recrutamentos, Bernardo da Veiga teria intimado “*ao vigário capitular a ordem de perseguir, com as penas canônicas, àqueles eclesiásticos que aderiram ao movimento, mas cujos atos não eram tais que os pudesse qualificar cabeças de rebelião*” (MARINHO, 1844/1978, p.282).

O professor Modesto Antonio da Silva Bessa teria sido demitido por ter sido rebelde (O COMPILADOR, 4/8/1843). Até um Juiz de Direito, Tristão Antônio de Alvarenga, foi castigado com uma remoção por não se prestar a perseguir os rebeldes (MARINHO, 1844/1978, p.143). Observe-se que o Segundo Reinado foi marcado pelas “derrubadas” – as demissões em massa de funcionários públicos ligados ao lado político que perdia o poder.²¹⁸

218 Já em 1841 *O Universal* reclamava da “*oscilação contínua de todos os homens, e de todas as coisas?*” (O UNIVERSAL, 14/04/1841). Em 1879 o Senador Ribeiro da Luz denunciou que na “derrubada” que então se dava estavam sendo demitidos até os porteiros das escolas (ARAUTO DE MINAS, 21/8/1879).

Como Juizes de Direito não podiam ser demitidos, eram removidos para algum lugar ermo, de forma a pedirem demissão. Uma derrubada era justificada pela derrubada anterior, ou seja, o novo partido no poder dizia precisar fazer uma derrubada para reconduzir aos seus empregos os funcionários demitidos (ou removidos) pelo partido que tinha ocupado o poder antes. As repressões à Revolta de 1842 foram um passo importante para a consolidação dessa prática.

Se não podiam ser punidos em suas pessoas, os rebeldes eram punidos em seus bens. Em Baependi “*todo o gado e mantimento, que se consumiu, parte foi dom gratuito de diversos cidadãos, e parte trazido das fazendas dos rebeldes*” (A ORDEM, 3/8/1844). A palavra “legalizar” teria se tornado sinônimo de “roubar”. Como já foi dito em outra parte, a tipografia d’*O Universal*, que a lenda dizia ter sido fundida em balas, foi presa de uma dessas “legalizações”: “*mui desembaraçadamente tomou o chefe de polícia uma tipografia, propriedade do ex-deputado Dias de Carvalho, e a entregou a um especulador para dela usar em apoio da legalidade*” (MARINHO, 1844/1978, pp.304-305).

Os deputados provinciais mineiros denunciaram como inexato o relatório sobre buscas e prisões em Ouro Preto e Mariana no período de suspensão das garantias constitucionais. Para essa lista do governo teriam sido somente 18 buscas e 14 prisões, 5 das quais de padres (O COMPILADOR, 19/6/1843; MARINHO, 1844/1978, p.253). Um dos deputados, o padre Roussim esteve preso, segundo ele mesmo, “*em um enxovia, entre escravos e assassinos, e sofrendo insultos*”, mas não estava na lista de presos publicada pelo governo (O COMPILADOR, 19/6/1843). Diziam que:

nós todos sabemos, por que muitos fomos testemunhas, que as prisões e buscas se fizeram nos dois termos em muito maior escala. (...) só ao xadrez da cadeia de Ouro Preto (não falando nas enxovias) estiveram por diversas vezes presos 129 indivíduos. (O COMPILADOR, 19/6/1843).

Os deputados provinciais publicaram sua própria lista dos presos, com 129 nomes só na cadeia de Ouro Preto, entre os quais se nota tanto os presos em Santa Luzia, quanto os presos “preventivamente”. De Mariana a lista não é completa, tem 13 nomes, entre os quais “*A mãe do sobredito*”, Antônio Jorge Monteiro de Moraes. Segundo o deputado padre Bhering Mariana teria tido mais de cem presos políticos (O COMPILADOR, 21/6/1843, 28/6/1843). Também:

as enxovias de Tamanduá estiveram cheias de pessoas de distinção, que ali sofreram tratos violentos, que estiveram carregados de ferros. Na Diamantina, no Araxá, e finalmente em quase todos os lugares dominados

pela legalidade as prisões estiveram constantemente cheias (O COMPILADOR, 12/6/1843).

Em 31 de Maio de 1843 um deputado provincial reclamou, “*até hoje existem pessoas em prisão sem culpa formada*”. Um deputado governista respondeu que tal era necessário porque o perigo ainda existiria, pois corriam boatos de que Marinho estava reunindo tropas, e já estaria com cerca de 80 homens. O próprio padre Bhering, advogado de alguns rebeldes, levantava a hipótese, “*se por ventura tiver lugar nesta província outro movimento, como o do ano passado*” (O COMPILADOR, 21/6/1843, 5/7/1843).

Um episódio que fez parte do período de repressão aos rebeldes foi a Sedição do Senhor dos Passos. Em São João Del Rei, diz Marinho que (1844/1978, p.286):

inventou a polícia uma nova rebelião no dia do depósito do Senhor dos Passos, e foram pronunciados José Theodoro Moreira, Joaquim José de Almeida, José Antonio Rodrigues, Joaquim de Medeiros e até um francês de nome Morel.

A suposta Sedição da Procissão do Senhor dos Passos começou devido a um desentendimento entre o vigário Dr. Luiz Dias, redator e antigo inimigo de diversos chefes políticos e redatores de diversas folhas Liberais, e a Irmandade dos Passos a respeito de por qual rua a procissão passaria. A Irmandade conseguiu um despacho do Juiz Municipal, e o vigário conseguiu o apoio da tropa. Quando a procissão chegou ao local da dúvida, a tropa cercou a procissão, com baionetas armadas, e a obrigou a seguir o caminho desejado pelo vigário. O comandante teria gritado “*fora farrapos, isto não é governo de José Feliciano*”, e integrantes da procissão teriam gritado coisas em resposta, como “*os farrapos não eram ladrões*”.

Na versão legalista, do Dep. Azeredo Coutinho, se o comandante das tropas:

não se tivesse portado com a energia e coragem que mostrou por essa ocasião, certamente teria havido algum acontecimento desagradável (...) a questão suscitada por causa do depósito do Sr. dos Passos não era mais que um pretexto para o rompimento (...) a voz de – armar baionetas (...) fê-los dispersar todos, e assim cessou o tumulto, e gritaria que era o prelúdio de cenas mais desagradáveis (O COMPILADOR, 10/7/1843).

Depois disso os legalistas acusaram 17 indivíduos como cabeças de sedição, reconhecidos opositoristas, mas arraiá miúda que não pudera ser acusada de cabeça pela Revolta de 1842, a exemplo de um caixeiro e um taberneiro. Alguns desses processados

tinham sido recrutados, e conseguiram voltar do Rio de Janeiro isentos, como Joaquim Luiz de Medeiros (o taberneiro) e Marciano Eugênio de Sousa. Já José Theodoro fora preso em 1842, solto por não ser cabeça, não foi recrutado, e foi processado pelo mesmo episódio (O COMPILADOR, 10/7/1843). Se não podiam ser cabeças da revolta, nem recrutados, podiam ser cabeças ao menos de uma sedição.

5.1.3 O recrutamento dos rebeldes de 1842

O padre e deputado Bhering, oposicionista, denunciou o recrutamento de rebeldes, na Assembleia Legislativa Provincial, dia 19 de novembro de 1842. Então o deputado Badaró, governista, confirmando os recrutamentos, disse que “*não pode haver melhores recrutadas, do que aqueles que foram achados com as armas na mão fazendo fogo contra os defensores da Lei*”. Bhering denunciou que também idosos e homens casados estavam sendo recrutados, o que Diogo de Vasconcellos, Chefe de Polícia, negou (O CORREIO DE MINAS, 4/1/1843, 5/1/1843). Também o deputado Azeredo Coutinho defendeu que deviam ser recrutadas, sim, as “*notabilidades turbulentas*”:

há certos homens sem influência política, sem fortuna, sem qualidade alguma recomendável, mas que por isso mesmo têm um certo jeito para a desordem, para ajeitar, seduzir, promover a insubordinação. Pela lei das reformas do código só são punidos os cabeças de qualquer movimento; enquanto os agentes secundários, os instrumentos do crime voltam para seus lugares, e continuam a agitar as massas, a pregar ideias perniciosas, faltando ao respeito, e insultando mesmo as autoridades (O COMPILADOR, 12/6/1843).

O deputado Badaró também defenderia esse método de pacificação social dizendo que “*quando presidiu a esta província o Sr. Costa Pinto dando conta do estado da pacificação da província disse, que era devida ao recrutamento*” (O COMPILADOR, 30/4/1844).

O Juiz de Direito Affonso Cordeiro de Negreiros Lobato fez publicar edital ameaçando de prisão e multa quem ocultasse indivíduos sujeitos ao recrutamento (A ORDEM, 17/12/1842). Isso significa que acoitar indivíduos sujeitos ao recrutamento tornara-se uma prática digna de nota. Marinho denunciou que acoitar possíveis recrutadas nem sempre era uma prática desinteressada - “*Espantam com ele [o recrutamento] a população; ofereceram porém suas casas para nelas abrigarem os perseguidos, e os empregam no serviço de suas lavouras*” (MARINHO, 1844/1978, p.329). O deputado Ribeiro de Andrade,

defendendo o recrutamento, afirmou sobre Itaverava que antes havia ali muita gente vadia, nas tabernas, e que com o recrutamento “*estavam desertas as tavernas, mas não as fazendas; porque os vadios trataram de ajustar-se para o trabalho*” e depois confirmou que “*para os fazendeiros o recrutamento é um socorro, é uma alegria (risadas, e apoiados).*” (O COMPILADOR, 2/5/1844). Isso confirma o que disse Marinho, embora por uma perspectiva otimista.

O deputado e padre Bhering denunciou que:

cercam-se povoações inteiras ora a pretexto de prender rebeldes, ora a pretexto de recrutamento, ora a pretexto de se arrecadar armamento... Foram cercadas a cidade de Sabará, a vila de Sta. Bárbara – Ouro Fino – Cocais – Paulo Moreira (O COMPILADOR, 12/6/1843).

Sabará, duas vezes ocupada pelos rebeldes, ainda sofreu um “cerco” do próprio governo.

Para o deputado provincial Pereira de Souza, em fevereiro de 1844, recrutados “*têm saído centenas ou milhares de pessoas e continuam a sair*”. Como se sabe 200 rebeldes foram presos em Santa Luzia destinados ao recrutamento, e enviados presos a Ouro Preto, mas Diogo de Vasconcelos diria em 1844 que só 100 realmente foram recrutados, e que muitos já tinham desertado (O COMPILADOR, 16/3/1844, 14/5/1844). Todo o batalhão Guarda Nacional de São João Del Rei teria sido recrutado (MARINHO, 1844/1978, pp. 274, 326-327, 334). O Dep. Paula Santos, que foi legalista em 1842, confirmou “*um rigoroso recrutamento, que ainda dura, e que de envolta compreende os próprios legalistas; e um grande número de pessoas foi pronunciado como cabeças de rebelião*” (O COMPILADOR, 28/7/1843).

Por outro lado, o deputado Ribeiro de Andrade, favorável ao recrutamento, opinou que não foram recrutados “*nem quatrocentos, porque os nossos Mineiros são muito espertos para caírem em laços, e ainda depois que caem, desertam*” (O COMPILADOR, 2/5/1844). Pelo ponto de vista do governo central Minas Gerais quase não enviou recrutas, “*apenas algumas dezenas de mineiros formaram unidades contra os republicanos rio-grandenses*” (RIBEIRO, 2011, p.9). Segundo o relatório do Ministro da Guerra, entre Março de 1841 e Dezembro de 1842 foram recrutados em Minas Gerais somente 152 homens, nenhum deles voluntário. Nesse mesmo período, excluídos voluntários, foram recrutados no país todo 6.938 homens, sendo 1213 no Maranhão, 965 na Bahia, 718 em Pernambuco, 668 no Piauí, 577 em Alagoas, e 521 no Rio de Janeiro e 500 no município da Corte. Em São Paulo foram

recrutados nesse período 355 homens, mais do dobro de Minas Gerais (PEREIRA, 1843, p.47). Só no ano de 1842 o Pará enviou 407 recrutas para a Corte, todos presos políticos. Pernambuco e Alagoas juntos enviaram 260 recrutas. Antes o Pará já enviara 157 presos políticos como recrutas. Na Bahia, depois da Sabinada, foram recrutados 1809 homens. O Maranhão, até 1840, tinha enviado cerca de 1500 recrutas, e enviaria nesse ano mais 150 (RIBEIRO, 2011, pp.6, 7, 9).

Como se explica isso? Duas coisas barravam recrutamentos – redes de clientela e poder das elites locais de controlarem a própria Província (RIBEIRO, 2011, p.7). Obviamente, são complementares. As redes de clientela só conseguiam evitar recrutamentos se tivessem influência, via poder provincial, sobre os chefes dos responsáveis pelo recrutamento, mais especificamente – ou sobre o Presidente em Ouro Preto, ou sobre o Chefe de Polícia em Ouro Preto (depois da Reforma de 1841), ou mesmo sobre o Ministro da Guerra. As elites provinciais, por sua vez, tinham as redes clientelares como parte das bases de seu poder.

Examinando um caso específico da Revolta de 1842, nota-se outro motivo que livraria os réus do recrutamento. Dos presos em Campanha e no arraial de Mutuca, somando 41 homens, somente 4 eram solteiros, 1 viúvo e 4 sem informações a esse respeito (NOGUEIRA, 1979). Portanto, na hipótese em que todos fossem recrutados 32 deles poderiam pedir a dispensa pelo motivo de serem casados, que era só um dos requisitos de isenção. Também se podia pedir dispensa do recrutamento por idade, por ser o filho único e arrimo de família etc.

A *Ordem* protestou que Joaquim José d’Almeida e Joaquim Luiz de Medeiros (envolvido na sedição da procissão do Senhor dos Passos), que teriam exercido postos de confiança no exército rebelde, foram recrutados e remetidos para a Corte, de onde deviam ir para a guerra no Sul, mas “*por cartas que daqui foram, e que os puseram tão santos como os anjos, foram ai soltos, regressando a esta cidade, não como réus da alta gravidade; mas como heróis que se haviam coberto de glória em uma expedição arriscada e gloriosa*” (A ORDEM, 7/12/1842). A *Ordem* omitiu que eram ambos casados.

O deputado provincial Azeredo Coutinho reclamou que “*os soldados rebeldes apanhados com armas na mão, e que podiam ser utilmente empregados no Sul, apenas chegados ao Rio de Janeiro, são mandados em paz para as suas casas*”. Já o deputado Paula Santos, que foi legalista em 1842, disse que já em Ouro Preto eram soltos “*homens velhos, casados, pais de família*”, recrutados contra a lei (O COMPILADOR, 7/8/1843, 14/5/1844). Confirma-se que o recrutamento tinha enorme efeito sobre a população e a economia, mas pouco resultado em número de recrutas. Os homens eram perseguidos, presos, pois assim se

procedia ao recrutamento não só durante a repressão às revoltas, arrastados até o Rio de Janeiro ou no mínimo até Ouro Preto, e então soltos por alguma incompatibilidade ou por influência política. O estrago estava feito, mas o número final de recrutas era pequeno.

5.1.4 Os julgamentos dos rebeldes

Segundo Ottoni, depois da batalha de Santa Luzia “*Por toda a parte debandaram as forças rebeldes, e cada qual recolheu-se para os seus lares mansa e pacificamente. O conflito dos liberais com o governo ia entrar em nova fase perante os tribunais*”, tanto que, continua Ottoni, em 1843, a Assembleia Legislativa Provincial composta de aliados dos rebeldes “*se absteve de representar ao poder moderador pedindo anistia para os presos e comprometidos*” (1860, pp.107-108).

Sabe-se que “*Houve apenas em Minas 16 processos de rebelião*” (A ORDEM, 10/7/1844), mas foram tumultuados sobretudo por confusões advindas de ter sido renovado recentemente o código do processo, e ainda existirem dúvidas sobre como se proceder. Ainda em novembro de 1842 A *Ordem* explicava que Ouro Preto não seria o “*distrito da culpa*” e por isso:

não se tem processado o Ottoni por não residir em Ouro Preto, nem lá ter dominado a rebelião, e pelo mesmo motivo, não se tem processado José Feliciano, Galvão, Alvaregas, Marinhos, João Gualberto, Pedro Teixeira, e pela mesma razão foi solto o audaz Antonio Teixeira (A ORDEM, 23/11/1842).

Esses processos ainda devem ser melhor estudados no futuro, na medida em que forem encontrados os processos de outras regiões mineiras além daqueles que foram centralizados em Campanha. Nenhum dos presos a que se referem esses inquéritos de Campanha foi de lideranças provinciais, mas somente locais.

Em Campanha foram presas 23 pessoas. O critério adotado foi ouvir testemunhas e presos, e prender as pessoas que fossem sendo citadas como incentivando ou agindo ativamente pela Revolta. Isso explica porque um Inocêncio Ferreira de Souza, analfabeto, que servia de emissário entre sua patroa e os rebeldes, apesar de preso foi considerado somente como testemunha (NOGUEIRA, 1979, p.51). Entre os 23, somente 6 eram analfabetos, o que está muito abaixo da média brasileira de 30 anos depois, de mais de 70% de analfabetos. Também é interessante que a idade média dos presos era de 35,5 anos, quando se acreditava em uma expectativa de vida de 33 anos (O UNIVERSAL, 30/8/1841). No arraial de Mutuca

foram presas 18 pessoas, das quais 8 analfabetas. A média etária era de 35,3 anos. O mais velho de Campanha só sabia ter mais de 60 anos, e dois tinham 19 anos. Em Mutuca o mais velho tinha 69 anos, e o mais novo 18 anos. A grande maioria dos presos, nos dois casos, tinha entre 30 e 50 anos. A alfabetização acima da média e essa faixa etária podem indicar que os delegados realmente tentaram prender os cabeças locais. Essa faixa etária também indica pessoas que já acompanhavam a política há dez ou vinte anos, ou seja, desde o início da Regência ou mesmo desde a Independência (NOGUEIRA, 1979, p.51).

Diz Marinho que os líderes de Lavras “*foram perseguidos duma maneira atroz e, bem que uma vez absolvidos, foram com todo o despotismo segunda vez presos e processados*” (1844/1978, p.279). Porém, nos inquéritos publicados de Lavras nenhum dos procurados foi preso, de forma que não temos a idade e dados sobre alfabetização. Também não existe o final do processo, nem da primeira absolvição. Mas os últimos documentos são de maio de 1843, de forma que posteriormente pode ter acontecido o que disse Marinho. Porém, merece destaque que os nove homens indiciados como cabeças eram brancos, o que não corresponde ao padrão da população da época, muito menos aos Liberais (NOGUEIRA, 1979, pp.272-273). Nesses três casos, de Campanha, Mutuca e Lavras, fica claro que os presos e procurados eram lideranças, o que dependia de serem alfabetizados e não tão jovens.

Poucos resultados aparecem nesses três inquéritos publicados, mas sabemos que Francisco de Paula Beltrão Duarte, acusado de usar arma de fogo sem licença, foi absolvido porque obteve um empate do Júri. No caso de Mutuca o principal chefe, que seria Cirino Hortêncio Goulart Brum, não chegou a ser preso, e já em outubro de 1842 foi despronunciado, como quase todos os envolvidos desse arraial. Também em Mutuca Domiciano Pinto foi absolvido pelo júri, que apesar de todos os testemunhos negou que ele tenha cometido os atos apontados no libelo. No inquérito de Mutuca existe a prisão de Francisco de Assis Teixeira, porque “*costumava espalhar boatos aterradores*” (NOGUEIRA, 1979, pp. 128,135, 153, 161, 170). Existiam de fato leis contra espalhar boatos aterradores, nas Posturas Municipais de Mariana “*adotadas por todas as Câmaras, por recomendação do poder provincial*” (SILVA, 2009a, p.285). Ou seja, obra dos Moderados, de quem os Luzias pretendiam ser herdeiros.

Os processos foram assunto de folhas de situação e de oposição. Em Sabará, um dos distritos da culpa, existia uma folha, que informou que “*a inquirição de testemunhas marcha em uma lentidão aprofundada, como o caso pede, e a prudência recomenda*” nos “*processos contra os conspiradores que neste Município desgraçadamente trabalharam para fazer triunfar a revolta de Barbacena*” (ESTAFÊTA, 24/10/1842). Nessa cidade a princípio 25

pessoas foram processadas como cabeças (MARINHO, 1844/1978, p.282).

Em meio aos processos, foi indicado um novo Chefe de Polícia para Minas Gerais, Estevão Ribeiro de Rezende, que passou a tocar os processos dos principais chefes rebeldes pessoalmente, incluindo o que lhe entregou o Delegado de Sabará (ESTAFÊTA, 7/11/1842).²¹⁹ Ele se deslocou para esse município (O CORREIO DE MINAS, 16/11/1842). Posteriormente o Chefe de Polícia instaurou outro processo e fez reverter o antigo, feito pelo Delegado, no mesmo estado, para Sabará (ESTAFÊTA, 21/11/1842). Ele adiou a conclusão dos processos, de forma a ganhar votos dos Luzias nas eleições de 1842 (MARINHO, 1844/1978, p.238). Na época governo e réus mandaram imprimir os processos, os últimos na tipografia do *Diário*. Ainda em novembro de 1842 “*Acha-se ele enfim publicado*” (ESTAFÊTA, 21/11/1842).

Uma das polêmicas em relação aos processos era a respeito de quem era ou não era cabeça da revolta. Já em 15 de julho de 1842, prevendo a confusão, o Ministério da Justiça tentou definir os critérios para se considerar ou não alguém como cabeça de rebelião.²²⁰ Só os cabeças eram processados, deixando indignada *A Ordem* para quem foram “*soltos rebeldes prisioneiros de guerra em Santa Luzia sem se lhes formar culpa sequer*” (A ORDEM, 29/10/1842).

Em seu número 3 o *Estafêta* tentava estender ao máximo a abrangência do termo “*cabeças*”. Para essa folha a anistia prometida por Caxias seria somente para militares. Reclama que vários rebeldes “*ainda são conservados em liberdade*” (ESTAFÊTA, 19/9/1842, 24/9/1842). Também *A Ordem* disse que “*A rebelião fica impune em nossa terra, Porque é monstro com pés, mas sem cabeça*”. Um correspondente dessa folha opinou que “*todos são culpados*”. *A Ordem* perguntava “*qual a razão porque se não instauram processos contra o José Feliciano, Marinho, Lemos, Galvão, e outros cabeças da rebelião, que se acham ausentes?*” (A ORDEM, 26/10/1842, 29/10/1842).

Porém também existiam legalistas a favor de restringir o número de cabeças, “*estreitando, quanto for compatível com a justiça, e bem do Estado, o círculo dos comprometidos*” (...) “*removendo-se o perigo de uma anistia*”. Ou seja, “*o número dos culpados obriga o Soberano à clemência. Despovoará este, acrescenta Vatel, uma Cidade, ou uma Província para punir a rebelião?*” (A ORDEM, 22/10/1842), portanto seria melhor

219 Extrato do Relatório da Repartição de Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza, em data de 1 de janeiro de 1843 (SOUSA, 1843, p.335).

220 Aviso declarando os que devem ser considerados cabeças de rebelião e nota de rodapé (SOUSA, 1843, pp.163-164).

processar somente os principais.

As fontes comprovam o que disse o ministro Paulino José Soares de Souza, que “*Em alguns lugares não eram processados pelas Autoridades locais indivíduos que deviam ser considerados como cabeças*”, enquanto foram processadas pessoas que “*não podiam de modo algum ser consideradas como cabeças*”. A justiça atuava imbuída da “*decidida proteção, ou da vingança*”.²²¹

Um exemplo é Francisco José de Alvarenga, de São João Del Rei, aclamado comandante pelos Guardas Nacionais que em 17 de junho se levantaram em São João Del Rei, que comandou os combates que detiveram as tropas legalistas do Rio de Janeiro por semanas, que não só lutou em Santa Luzia, como não se rendeu no dia 20. Só no dia seguinte “se entregou” com seus homens, não tendo de fato se entregue como prisioneiro nem às armas, e nem mesmo dispersado a tropa toda, se não oficialmente, mas marchou ainda no comando da mesma para São João Del Rei. Em São João Del Rei, não foi processado. Para provar que ele era cabeça *A Ordem* publicou documentos em que ele dava ordens, como soltar recrutas da cadeia ou dando ordens a tropas rebeldes (A ORDEM, 26/10/1842, 26/11/1842, 3/12/1842).

As primeiras absolvições foram de dois redatores de periódicos, o Dr. Antão e Dias de Carvalho. Dr. Antão foi absolvido por onze votos contra um, em dezembro de 1842. Bernardo da Veiga, presidente da Província, teria então se esforçado para que Dias de Carvalho também não fosse absolvido, “*chamou a sua presença muitos dos jurados, ameaçou a uns, com outros despendeu promessas e até insultou grosseiramente muitos*” (MARINHO, 1844/1978, pp.296, 298).

Os juízes apelaram das absolvições. Já no início de 1843 a Relação do Rio de Janeiro mandou cumprir as absolvições do Dr. Antão e de Mariano José Bernardes²²². O Dr. Antão tomou posse como deputado provincial no dia 10 de junho de 1843, comemorando um ano do início da revolta. Dias de Carvalho e Torres foram mandados para outro julgamento, e novamente absolvidos. O governo apelou outra vez, e eles ainda continuaram presos até a Relação mandar soltá-los (MARINHO, 1844/1978, pp.297, 299, 300).

O presidente Bernardo da Veiga teria então designado os locais onde os rebeldes

221 Extrato do Relatório da Repartição de Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza, em data de 1 de janeiro de 1843 (SOUSA, 1843, pp.334-335).

222 Mariano José Bernardes foi “*um dos mais valentes oficiais, que tiveram as forças rebeldes em 1842... foi pronunciado como cabeça de rebelião por seus feitos notáveis dessa época*” (O POVO, 24/6/1849).

deviam ser julgados, assim escolhendo os juízes. Bernardo da Veiga planejou que grande número de cabeças fossem julgados em Caeté, que tinha sofrido cinco dias de combate sob cerco rebelde. Ottoni era um deles, assim como Cerqueira Leite.²²³ Os comprometidos que não era possível relacionar à região de Caeté, Veiga teria tentado processar em São João Nepomuceno, que prestara serviços à legalidade. Marinho era um deles. Mas ao mesmo tempo desses processos em Ouro Preto, Caeté e São João Nepomuceno, aconteceram processos em outros municípios, como Mariana, Bom Fim, Lavras (em Campanha, onde também foi feito o do Mutuca), Araxá, Paracatú, Curvelo e Diamantina (MARINHO, 1844/1978, p.283-286). Em Tamanduá Antonio José Ferreira foi processado como cabeça de rebelião (A ORDEM, 12/10/1844).

Quando o general Andréa substituiu Bernardo da Veiga na presidência de Minas Gerais revogou o Júri de Caeté, criação do último. O segundo julgamento de Dias de Carvalho foi já sob presidência do General Andréa, que portou-se com neutralidade, segundo o Dep. Catão (O COMPILADOR, 12/7/1843, 26/7/1843). Andrea também “ordenara houvessem de formar um processo em que fossem pronunciados de uma vez todos os que devessem ser” (MARINHO, 1844/1978, p.287). Ou seja, marcou data para terminar a sangria.

A Revolta de 1842 tornou Teófilo Benedito Ottoni famoso, e seu julgamento era esperado por todos. Primeiro Ottoni foi designado para o Júri de Caeté, que acabou cancelado (O COMPILADOR, 10/7/1843). No fim das contas foi julgado em Mariana. Não só foi absolvido como recebeu solidariedade de jurados e público (MARINHO, 1844/1978, p.301).

Ottoni comemorou que “*Todos os chefes de alguma importância levados a júri obtiveram absolvição e em muitos casos apoteose*”, ainda disse que “*os jurados que absolviam os rebeldes e com eles fraternizavam nos tribunais eram os legalistas da véspera*” (1860, p.110).

Até os jurados de Caeté, que sofreram um ataque rebelde de cinco dias, absolveram “*o mesmo indivíduo que, na Câmara Municipal, fizera a proposta para que fosse reconhecida a autoridade insurgente*”. Os processados em Barbacena foram julgados por jurados de Piranga, que absolveu todo mundo por unanimidade, declarando mesmo “*que uma rebelião não tivera lugar na província*”. Curiosamente também foram absolvidos na onda de absolvições da Revolta de 1842 os processados pelas rusgas de Tamanduá de 1840, acima

223 Pedro de Alcantara Cerqueira Leite, que em 1881 seria Barão de São João Nepomuceno. Natural de Simão Pereira. Foi sócio principal da Companhia de Ferro União Mineira. Cafeicultor, juiz, foi também presidente de Minas Gerais entre 1864 e 1865 (MEDINA, 2018, p.80).

estudadas (MARINHO, 1844/1978, pp.111, 300-301, 303).

Mas nem todos foram absolvidos. O vigário Tristão e o padre Paula Teixeira foram condenados. Teriam sido atraídos pelo advogado, segundo Marinho. Devem ser o Vigário de Bomfim e o outro religioso citados pelo deputado provincial Cunha de Mello, um condenado a 20 anos e o último a 10 anos (O COMPILADOR, 16/6/1843). Também foi condenado Vicente Francisco de Araújo, em Caeté (MARINHO, 1844/1978, p.296, 299). Ficaram presos até a anistia. Para Barbosa foram os únicos três condenados (BARBOSA, 1979, p.595).

É curioso que uma das alegações rebeldes para a revolta era a de que o júri teria sido dominado pelo governo, mas (OTTONI, 1860, p.112):

O júri, mutilado pela lei de 3 de agosto, posto debaixo da tutela humilhante do juiz de direito, pela absurda faculdade de apelação que se lhe deixou, e pelo arbítrio no formular os quesitos (...) o júri mesmo assim estropiado não servia às exigências dos dominadores.

Há que se pensar no aspecto oposto da questão – os rebeldes foram desmentidos em uma de suas bandeiras pelas suas próprias absolvições. Além de desmentir os Luzias a respeito do Júri, seus julgamentos permitiram que o STJ e o Senado também se mostrassem benevolentes para com os rebeldes. O Supremo Tribunal de Justiça deu *habeas corpus* e revogou a pronúncia de Limpo de Abreu. O Senado decidiu não continuar o processo contra o padre Bento e outros senadores (MARINHO, 1844/1978, p.246).

Porém, nem rebeldes nem legalistas se atentaram a esse aspecto da questão. O que os legalistas queriam era punição, não vitória de suas opiniões, e reclamavam que “*os nossos Juizes do Júri os julgam inocentes, como se anjos foram?..*” (A ORDEM, 21/8/1844). Revoltado com as absolvições, o deputado Azeredo Coutinho, que lutou ao lado legalista em 1842, afirmou que “*a instituição dos jurados não está a par da civilização do Brasil*”. Para ele a população seria também pequena para fornecer em número suficiente pessoas devidamente instruídas para serem jurados (O COMPILADOR, 24/7/1843). Acontece que os vencedores não estavam tão preocupados em vencer na questão do Júri quanto em liquidar os adversários - “*resta-nos agora ver punidos os criminosos para então se formar a nova categoria da Província, com Membros puramente amantes da Monarquia, estabilidade, e Integridade do Império*” (ESTAFÊTA, 24/9/1842).

Uma explicação legalista seria que “*o ouro aviltante dos rebeldes é a muralha que se ergue ante a ação salutar da justiça*”. Um exemplo, segundo Aleixo Ferreira Tavares de

Carvalho, seria Francisco de Paula Pereira. Em Baependi, “*Este homem em 1842 depois da rebelião sufocada, agenciou dos rebeldes coisa de 12:000\$000 de réis, ou mais pelas despronúncias, sendo delegado da Polícia*” (A ORDEM, 23/11/1842, 11/9/1844). Já se viu que o promotor de São João Del Rei foi acusado por Marinho de vender despronúncias.

Por outro lado o legalista Paulo Santos, deputado, pouco antes de chegar a Minas a anistia, opinou que “*essa gente tem de ser absolvida; não há mais força humana, que a isso obste*” (O COMPILADOR, 4/5/1844). Ou seja, seria a opinião pública à qual era impossível resistir.

Um dos artífices das vitórias rebeldes nos tribunais foi o deputado e padre Bhering, que foi advogado de alguns rebeldes. Como deputado voltou-se contra o direito de resistir às autoridades, e foi elogiado por isso pel’*A Ordem* (A ORDEM, 10/12/1842). Mas ele estava usando a tribuna para embasar sua argumentação como advogado, dizendo que “*o Código autoriza a qualquer Cidadão a examinar uma ordem, se é, ou não legal antes de cumpri-la*”. A culpa, portanto, não seria dos rebeldes, mas do Código Criminal “*que autoriza a resistência às ordens ilegais, e pune aqueles que as cumprem. Por esta disposição qualquer cidadão é juiz competente da legalidade, ou ilegalidade das ordens superiores*” (O CORREIO DE MINAS, 10/12/1842, 1/11/1842). Os rebeldes, portanto, só estariam tentando cumprir a lei, na medida em que entendiam ilegais as decisões do Ministério.

5.1.5 Anistia

A *Ordem* era contra a anistia, mas também afirmava que os rebeldes deviam ser condenados para que o Imperador pudesse anistiá-los. Condenava “*As anistias de que tem sido tão pródigo o nosso governo (...) que o rebelde contava sempre, quando entrava em combates, levar na mochila o decreto de anistia*” (A ORDEM, 29/10/1842, 5/11/1842).

Havia toda uma cultura pró anistia. Ainda em 1823, Antônio Carlos de Andrada, durante a Constituinte, disse sobre os crimes políticos que “*Tais crimes são crimes dos tempos, filhos do fogo das nossas ideias e das nossas paixões*” (NUNES, 2010, p.62). O próprio Pinto Madeira só não foi anistiado pelo Senado por um voto (NOVO ARGOS, 20/11/1832). Os anistiados de 1844, os Luzias, diriam em defesa própria que:

Todo o partido que em um estado qualquer toma as armas contra o governo constituído corre o risco de passar pelas penas legais (...) mas se ganha a face do quadro é inteiramente outra; os vencedores são heróis (...) Daqui nasce a diferença com que são tratados em toda a parte do mundo os comprometidos

em movimentos revolucionários, e os autores de crimes individuais, daí vem que quase sempre acabam as punições por meio de uma anistia (CONSTITUCIONAL, 24/8/1846).

Pode-se considerar que o único exemplar que os arquivos públicos têm do *Athenêo Popular*, na medida em que publicou um texto sobre os Inconfidentes, vítimas da punição por uma revolta, estava lutando em defesa da anistia (ATHENÊO POPULAR, 18/11/1843).

É curioso que o lado derrotado em Santa Luzia fora até então contrário à vitaliciedade do Senado, que só não foi assunto da reforma constitucional de 1834 porque em 1832 a Assembleia Geral decidiu por maioria de 1 voto que a vitaliciedade do Senado não seria pauta da mesma reforma. Mas nas condições de 1843, em que a Câmara toda era governista, só a vitaliciedade do Senado é que permitiu que opositoristas continuassem no parlamento, de onde defenderam a anistia, revelando-se, como disseram seus defensores, uma “*barreira ao formidável poder do Monarca*” (CONSTITUCIONAL MINEIRO, 16/10/1832, 15/1/1833). Também o Conselho de Estado votou a favor da Anistia, por 4 a 2, sendo que 4 conselheiros faltaram e os dois ministros não votaram. A “oligarquia” votou pela anistia? Assim como ao serem absolvidos, ao serem anistiados os Luzias foram desmentidos em suas acusações, e purgados de seus medos, mas nenhum dos dois lados se ocupou com isso. Os Luzias não tocariam mesmo no assunto, e seus opositores estavam indignados demais com a anistia para se sentirem vitoriosos. Os Luzias comemoraram, e os vitoriosos (no debate de ideias) sentiram-se traídos. O medo dos Luzias era a esperança de seus adversários, e ambos se desfizeram ao acender das luzes.

Segundo Ottoni, sobre o decreto de anistia, “*Para ganhá-lo o Sr, Alves Branco,*” um senador, “*que na ocasião não estava ligado a partido algum*” (...) “*impôs como condição para entrar no ministério a anistia aos rebeldes de S. Paulo e Minas*” (1860, p.116). Essa versão de Ottoni coincide em parte com a versão d’*A Ordem*:

o ministério deu-se pressa de aprontar no partido de Santa Luzia o apoio que lhe parecia faltar no partido da ordem. Mas, convinha desafrontá-lo dos comprometimentos do crime. Convinha desatar-lhe as mãos para poder manejar as armas em defesa dele, e para isso o ministério forjou o seu arrasado, e arranca ao Imperador a muito conveniente medida da anistia (A ORDEM, 17/8/1844).

Merece comentário que Alves Branco não lutou pela anistia somente nos bastidores, como fica parecendo por essas duas opiniões sobre a anistia, mas também na tribuna. Seu discurso a favor da anistia foi incluído já em 1844 na obra do Cônego Marinho sobre a

revolta, e “*era por quase todos os mineiros conhecido, e havia sido decorado por eles*” (MARINHO, 1844/1978, p.373). Alves Branco não foi chamado a chefiar um Ministério sem que um discurso desses fosse levado em conta.

Quando a anistia finalmente saiu *A Ordem* disse com indignação que “*Os cúmplices são fáceis e prontos em anistiar os culpados*” (A ORDEM, 4/9/1844), acusando obviamente o Ministério, e não D. Pedro II. Para o deputado Euzébio de Queiroz foi incorreto dar a anistia porque ela teria sido “*em altas vozes exigida*” (Apud RODRIGUES, 2015, p.49). Segundo os Liberais, os seus adversários ainda nos postos de poder provinciais “*proibiram, que o povo manifestasse a seu (ilegível) regozijo, pelo ato de clemência*” (ITACOLOMY, 5/7/1845).

É importante lembrar que Dom Pedro II, desde o Gabinete da Maioridade, oferecia uma anistia aos rebeldes farroupilhas do Rio Grande do Sul. Anistiar os rebeldes de Minas e São Paulo era um bom sinal para os gaúchos, até porque estes já tinham sido traídos, com diz Bento Gonçalves, “*Quando depus as armas na ilha da Fanfa, foi por meio de uma convenção que me prometeu um absoluto esquecimento do passado*”, mas ele foi preso, apesar de ter recebido uma promessa de Feijó por escrito (O UNIVERSAL, 12/8/1842, 2/11/1840).

5.2 Quinquênio Liberal

Quinquênio Liberal é o nome dado pelos historiadores e adversários políticos ao período que se iniciou com o Gabinete de Alves Branco, que exigiu, para aceitar o posto, a anistia dos Luzias. Um debate sobre esse período é que “*De acordo com S. A. Sisson, os anos de 1844 a 1848 formaram um quinquênio, mas que não era liberal. Para o autor, este período foi marcado pela presença de um poder que estava acima dos liberais*” (RODRIGUES, 2015, p.86). Os Liberais governaram seus cinco anos com minoria no Senado, e sabendo que D. Pedro II firmou no arraial de Santa Luzia um poder de dissolver parlamentos maior que o de seu pai, embora de maneira alguma absoluto.

Sobre a origem do Quinquênio, para Ottoni foi uma aliança entre duas forças, “*Era insignificante o partido palaciano, e por isso mal estaria o ministério sem apoio liberal*” e por sua vez “*Esmagados sob a tirania ministerial, os liberais não podiam ser difíceis de chegar a acordo*” (1860, pp.115-116). O que Ottoni chama de “*partido palaciano*” era o grupo de Aureliano Coutinho, que entre 1841 e 1844 esteve aliado aos inimigos dos Liberais, no Gabinete contra o qual estes últimos pegaram em armas. O Gabinete de 23 de Março de 1841 e o de curta duração que o substituiu caíram por se dividirem as forças que o compunham. Um dos motivos da divisão era que uma das partes da aliança se recusava a anistiar os rebeldes, enquanto essa seria a vontade do Imperador (MASCARENHAS, 1961, pp.59, 111). Factualmente, o Imperador se negou a demitir da direção da Alfandega Saturnino Coutinho, irmão de Aureliano Coutinho, que tinha escrito um panfleto contra o governo. Diante da recusa o governo se demitiu. O “*partido palaciano*” teve então que buscar novos aliados, e os achou, como disse Ottoni, nos Liberais.

Pouco depois da revolta de 1842 um deputado disse que “*quase todos os Deputados da então Assembleia Geral, e Provincial, se acham comprometidos na rebelião, uns presos, e outros fugidos...*” (O CORREIO DE MINAS, 20/10/1842). A carreira política desses rebeldes, porém, não acabou, e a grande maioria voltou ao palco menos de dois anos depois, agora sob a alcunha de Luzias:

as influencias santas-luzias reuniram-se, agora por último, e declararam-lhe [ao governo Liberal] que somente aceitariam oito candidatos seus, completando eles a lista, e que o governo, tratando com eles de potência a potência, aceitaria os seus 12 candidatos (A ORDEM, 10/7/1844).

Como se nota, *A Ordem* faz diferença entre Liberais no governo e Luzias. Os Luzias

seriam uma facção que pegou em armas. Já estavam livres e participando das eleições, ao lado do governo.

Entre os 20 deputados eleitos por Minas Gerais em 1844, estiveram, envolvidos na Revolta, Limpo de Abreu, Antônio Tomás Godoy, Francisco de Sales Torres Homem, Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, Joaquim Antão Fernandes Leão, Marinho, José Jorge da Silva, Dias de Carvalho, Manoel de Melo Franco, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite e até o Presidente interino, Feliciano, e um juiz que em 1842 não perseguiu os rebeldes e foi perseguido pelo governo, Tristão Antonio de Alvarenga (HÖRNER, 2010, p.330). O quinto e último Gabinete do Quinquênio teve dois rebeldes de 1842 como Ministros, José Pedro Dias de Carvalho e Joaquim Antão Fernandes Leão. Tentou reformar a Lei de 3 de dezembro de 1841. Entrou no assunto das incompatibilidades eleitorais, rachando a própria base aliada. Novamente elegeu Minas Gerais em 1848 uma bancada cheia de rebeldes de 1842 ou envolvidos de uma maneira ou de outra. Lá estavam os irmãos Ottoni, Marinho, Antão Fernandes Leão, Dias de Carvalho, os irmãos Cerqueira Leite, Godoy, Assis, Felicíssimo do Nascimento, José Jorge da Silva, Melo Franco, e novamente o presidente interino Feliciano e o juiz que absolveu vários deles, Tristão Antônio de Alvarenga (RODRIGUES, 2015, p.69, 136).

Em 29 de setembro de 1848 D. Pedro II convocou um Gabinete Saquarema, e em fevereiro de 1849 o Parlamento eleito pelos Liberais em 1848 foi dissolvido. Além da Coroa, os Luzias acusaram o Senado por não lhes permitir fazer as reformas que pretendiam, ou mais precisamente, não lhes permitir cancelar as reformas que tinham sido feitas (O POVO, 27/5/1849).

5.2.1 A vingança dos Luzias

Pouco depois da anistia os Liberais tornaram-se governo, e em Minas Gerais, no controle dos empregos públicos, passaram a demitir legalistas de 1842 e a empregar rebeldes.²²⁴ De forma que para um Epaminondas, de Ouro Preto, “*Os homens, que em 1842 se sacrificaram pelo governo de SMI, sofrem hoje perseguição por ordem do governo de SMP*” (A ORDEM, 31/7/1844). Para outro legalista de 1842:

224 Trata-se de uma “derrubada”, que provavelmente atingiu todo o país. Contudo para se ter certeza de que uma “derrubada” atingiu o país todo é necessário estudar Província por Província.

Os rebeldes mais incorrigíveis tem sido nomeados para vingar-se de nós da grande ofensa de os haver vencido no campo da batalha (...) a maior parte de indivíduos novamente nomeados são aqueles mesmos, que com as armas na mão gritavam, e empregavam todos os seus esforços para derrubarem leis, cuja execução hoje lhes é confiada (A ORDEM, 17/8/1844).

Os novos senhores dos empregos não poupavam deboches, como dizer que “*deliberei em data de hoje aliviar a V. S. do Emprego de Inspetor*”. Vários dos legalistas de 1842, vendo-se na oposição, demitidos ou prestes a serem demitidos, responderam com ironia, ou com vigor. Joaquim Gonçalves Ferreira, de Campanha, Subdelegado de Rio Verde disse que “*Com sumo prazer recebi a demissão, que V. Ex. se dignou dar-me, e com que muito me honro*”. João Baptista da Fonseca disse que a demissão “*é a prova mais manifesta de minha adesão aos princípios de Ordem, e da monarquia constitucional*”. Francisco Antonio de Carvalho e Mello disse que “*é uma manifesta prova, de que não militei nos campos de Santa Luzia às ordens de El Rei de Cocais*”. José dos Reis Silva Rezende, segundo suplente de Subdelegado em Campanha pediu demissão (A ORDEM, 17/8/1844, 21/8/1844, 7/9/1844, 14/9/1844, 28/8/1844). O Delegado José Coelho de Moura, de São João Del Rei, demitido, respondeu que “*não era decente continuar eu no serviço público, quando vejo reabilitados e nele empregados todos esses contra quem há tão pouco tempo tive de lutar, a quem tive que punir por seus crimes políticos*” (A ORDEM, 14/8/1844). A regra seria, como em Oliveira, onde “*Foi demitido de delegado de polícia Antônio José de Castro pelos esforços que fez contra a rebelião, e substituído por Francisco de Paula Justiniano da Gama em remuneração dos serviços prestados a rebelião*” (A ORDEM, 14/9/1844).

Sobre os demitidos em São João Del Rei A *Ordem* disse que “*Todos esses cidadãos são Fazendeiros, e proprietários e serviram até o presente seus empregos com honra, e probidade*” (A ORDEM, 17/8/1844). Em poucos anos esse aviso não seria mais necessário. Todos se acostumariam com as “derrubadas”, e entenderiam que os demitidos não eram demitidos por terem faltado com suas obrigações, nem os empregados eram mantidos nos empregos por se comportarem “com honra, e probidade”, mas por serem de tal ou tal lado político. Era o início de uma nova época.

Sabará continuou contrária aos Liberais durante o Quinquênio Liberal. A Guarda Nacional desse município elegeu oficiais que o governo Luzia não aceitou. Em mais duas eleições os mesmos nomes foram eleitos. A 1ª Cia. de Guardas Nacionais de Sabará foi então dissolvida (CONSTITUCIONAL, 21/1/1846).

A vingança dos Luzias não se reduziu a demitir adversários e substituí-los por ex-rebeldes. Em São João Del Rei deve-se acrescentar os “*grupos que por aí vagam dando*

bordoadas”, as “*esperas noturnas que se nos fazem*” e “*ameaças de prisão e de morte, e de processos que andam pela boca do povo*”. Em Lavras, quando o Delegado e Subdelegados Liberais foram empossados em 1844, teriam se vingado em dois legalistas, com “*boas facadas*” e “*rasgarem-lhes a farda e mais fato*”. Depois “*continuam a falar em um recrutamento sem reserva*”. Em Baependi, “*alarme, de noite andam batendo em portas de famílias e já arrombaram uma janela de minha casa e outra do negociante Antonio José Pacheco Penna*”. O Coletor Joaquim Ignácio de Mello e Souza teve que abandonar a Coletoria de Baependi porque “*me não é possível voltar para aquela Vila, enquanto estiver ali como autoridade Francisco de Paula Pereira e Souza*”. Também o ajudante de Escrivão teve que sair de Baependi (A ORDEM, 7/9/1844, 17/8/1844, 11/9/1844, 14/9/1844). Em Estrella, Carlos José da Silva em 1844 teve a casa cercada por 16 pedestres, por ordem do delegado, e fugiu para não morrer (PUBLICADOR MINEIRO. 31/1/1846). Em Ingaí, Francisco Eleutério de Souza, segundo ele mesmo:

um dos que em 1842 mais me expus neste Distrito em defesa do governo legal (...) dois dias depois de minha demissão, passando pelo caminho de minha casa: de um lado do mato se dispararam 2 tiros sobre mim (A ORDEM, 7/9/1844).

5.2.2 A derrota política dos Luzias

Já em sua época o Quinquênio Liberal era considerado um fracasso, porque:

Em 1842 acendendo o facho da revolta em Minas e S. Paulo a propósito da lei de 3 de Dezembro, talaram campos, perturbaram o sossego das famílias, paralisaram todas as fontes de produção e riqueza... chegados ao poder, serviram-se da mesma lei e nunca se lembraram de a revogar. (O ARAUTO DE MINAS, 12/3/1878)

A historiografia confirma - “*...depois que os conservadores saem do poder e os liberais, convocados, não tomam providências para a reforma das leis pelas quais diziam ter-se levantado em armas*” (IGLÉSIAS, 1978, p.441). Ou seja, elevadas as duas leis a objetivo principal do jogo, quem não marcou, perdeu. Mas não só o Quinquênio foi muito mais que isso, como mesmo a derrota dos Luzias foi bem mais.

Os Luzias aceitaram a obrigação de tentar reverter ao menos a reforma do Código do Processo, para provarem coerência, que não tinham pego em armas por coisa nenhuma. Ao aceitarem essa regra, aceitaram a derrota no caso, que se deu, de não o conseguirem. O

próprio Ottoni, mais de dez anos depois, referiria-se ao período como o “*lamentável quinquênio*” (1860, p.121).

Mas isso é porque para Ottoni interessavam reformas políticas estruturais, a forma do Estado, tanto que afirmou sobre o Quinquênio que a nova lei eleitoral, de 1846, foi “*o único padrão que a legislatura de 1845 a 1848 levantou às ideias liberais*” (1860, p.123). Porém, as fontes mostram um país cansado por 20 anos debatendo a sua estrutura política, e como notou Isaiás Paschoal, a partir de meados dos anos 1840 as questões dos anos 20 e 30 pareciam superadas por novos problemas – questões platinas, fim do tráfico de escravos por pressão inglesa, necessidade de um código comercial e de uma lei de terras etc (PASCHOAL, 2008). Realmente já em 1843 *O Itacolomy*, folha ligada aos rebeldes presos, abordou o início das questões platinas (8/5/1843). Até Marinho, em 1844, disse que o partido Luzia estava satisfeito “*com as instituições existentes, nada mais espera que a fiel sustentação e consolidação das mesmas*” (1844/1979, p.134).

Como se operou essa transformação? *O Povo* denunciou que “*quanto mais se aproximam as eleições, menos as folhas da oposição tratam de desenvolver o seu programa de Constituinte, e de Federação*” (O POVO, 24/6/1849). Primeiro é interessante perceber que os Luzias estavam defendendo bandeiras que não eram as de 1842, quando pelo contrário, “*na defensiva, postulavam a defesa intransigente da Constituição, na forma do Ato Adicional*” (SILVA, 2018, p.188). Mas voltando à pergunta, essa afirmação de *O Povo* significa influência das eleições sobre os partidos. Em busca de votos, os partidos tendem a se acomodarem às ideias que sentem estar mais em voga. Insistir em certas bandeiras colocaria em risco até a unidade dos Liberais, “*melhor conservá-lo unido para a questão dos empregos, e dos ordenados, do que fracioná-lo por amor da Federação*” (O POVO, 24/6/1849):

ver as chapas de eleitores governistas por esta província, quantos nomes não encontram nelas, que ainda há pouco tempo figuravam nas listas dos vossos aliados? Vede as chapas de deputados, quantos nomes não encontrareis de pessoas notáveis, que militaram convosco, que **se horrorizaram das vossas federações?** (O POVO, 2/9/1849, destaque nosso).

Desde o final dos anos 1830 dominava um anseio por “*estabilidade do trono, e da constituição*” (O POVO, 19/8/1849), e os Liberais perderam força enquanto esse anseio durou, pois as ideias que alimentavam o lado Liberal eram ideias de transformação, não de estabilidade. O partido Liberal quase sempre foi o partido que propunha as reformas (que acabavam sendo realizadas pelos adversários). Consolidada uma forma de estado, os Liberais tiveram tempos ruins, como se não fossem muito úteis.

Para Ottoni os Liberais foram obrigados, nessa época, a recuar diante da “*influência inconstitucional da coroa, ou então a guerra civil, e desmoronamento do país*” (1860, p.129). Essa dramaticidade esconde que os Liberais se dividiam. Principalmente, surgia uma ala não reformista. Mas também se dividiram em outros assuntos. Por exemplo, a folha *O Constitucional* manifestou-se contra a lei aprovada pela Câmara de maioria Liberal que reformou a Guarda Nacional, tornando vitalícios seus postos (O CONSTITUCIONAL, 24/8/1846). Curiosamente, em 1848 foi a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, composta de deputados não só do lado mas redatores d'*O Constitucional*, que aprovou a vitaliciedade dos postos da Guarda Nacional – Já se sentiam fracos, e já temiam sofrer seus adversários nos postos de comando da GN. As questões programáticas, de princípios, sediam terreno à autopreservação.

Outro exemplo de divisão era que entre os Deputados Liberais “*a maioria dos magistrados apesar de serem governistas, uniu-se à oposição para procrastinar a discussão da lei que reforma a célebre lei de 2 de Dezembro de 1841*” (O CONSTITUCIONAL, 17/8/1846). O motivo é que haveria tentativa de aproveitar essa reforma para incompatibilizar a magistratura com o exercício dos cargos de Deputado e Senador. Eleito, o juiz teria que optar por não assumir, ou por se aposentar. Isso foi uma dupla derrota, porque os:

membros da oposição condenando sem cessar o procedimento daqueles, que em 1842 empunharam as armas, exijam deles que, colocados nos bancos de legisladores, destruam todas as leis contra as quais se pronunciaram (O CONSTITUCIONAL, 31/8/1846).

Os Liberais, sobretudo os Luzias, caíram nessa armadilha, e colocaram como ponto de honra derrubar a reforma do Código, dado que tinham pego em armas contra a mesma. Não a derrubaram, e essa derrota marcou seus cinco anos de governo que, no entanto foram pródigos em outros assuntos.

A retirada de Teófilo Ottoni é sempre lembrada como um marco do início do ostracismo Luzia. Ele teria preferido os “botocudos” aos Saquaremas. Contudo o que ele mesmo diz é que (1860, p.139):

em 1851, quando, com razão ou sem ela, pareceu-me que os chefes liberais, candidatos às pastas de ministros, se mostravam na imprensa e no parlamento dispostos a fazer ao governo pessoal mais concessões do que aquelas que eu julgava admissíveis, retirei-me da política.

Ou seja, é 1851 e não 1848, ano em que os Liberais foram derrubados do ministério.

Mas ainda mais importante é que não foi contra o poder dos adversários que ele se retirou, que ele já tolerava há dois anos, mas devido a divergências internas. De fato, já em 1847 os Ottonis estavam isolados entre os deputados Liberais de Minas Gerais, e fizeram oposição ao Ministério que tinha dois importantes chefes rebeldes de 1842 entre seus integrantes, José Pedro Dias de Carvalho e Joaquim Antão Fernandes Leão. Com esse ministério os Luzias tentaram liderar o parlamento, dividiram-se, fracassaram, e sofreram “*uma verdadeira debandada*” (CASTRO, 1978, p.68). Agora, sim, os Luzias estavam politicamente derrotados.

Sobre seus adversários dos anos 1850 Ottoni diz que “*O Sr. Carneiro Leão de 1853 era o panfletista para quem não há na constituição poder algum absoluto, nem mesmo o poder moderador quando nomeia os ministros*”, e que “*pareceu desejar sinceramente a fusão dos dois grandes partidos políticos, para assim regenerar o sistema representativo*”. Embora fora de nosso recorte temporal, é interessante notar que quando Ottoni retornou, em 1857, foi com um programa de reformas (1860, p.147).

Diz Francisco Iglesias que os Luzias ao chegaram ao governo “*...percebem que elas [as reformas contra as quais pegaram em armas] são essenciais para a defesa da ordem, cuidando de conservá-las*” (IGLÉSIAS, 1978, p.412). Porém antes, já durante a Revolta de 1842, alguns Luzias propuseram ao Presidente rebelde que adotasse a Lei da Reforma e nomeasse para Delegados e Juizes Municipais “*homens capazes de apoiar vigorosamente o movimento; houve quem tivesse essa lembrança; mas entendeu o Presidente interino que o ódio do público era demasiadamente manifesto*” (MARINHO, 1844/1978, p.82). Também é importante observar que o que realmente os governos defendiam com os poderes adquiridos com a reforma do Código era seu próprio lado político, nos quais eram fanáticos.

Recapitulando, não foi bem o fato de não cancelarem “as duas leis” que derrotou os Luzias, nem somente o fato de reconhecerem a derrota por não terem cumprido esse objetivo que sacralizaram, mas o fim de uma época, de 20 anos de agitações políticas, uma vez que no período de 1837 a 1842 se consolidou a forma de estado, não só encerrando-se as reformas da Constituição, mas também desenvolvendo-se uma prática política que legitimava o desenho resultante. Mais que um projeto, o que foi derrotado foi um comportamento político, foi grande parte da cultura política que levou a 1842. Os debates formativos do Estado cederam terreno a diversos outros assuntos, a exemplo de questões de política externa e de economia. O retorno de Ottoni em 1857 marca o início da retomada do ânimo de alguns setores da sociedade para propostas transformadoras do Estado.

5.2.3 Outros aspectos do Quinquênio Liberal

Não parece correto afirmar, embora seja o que digam também as fontes primárias, que pouco pôde ser feito. O que não pôde ser feito eram as reformas políticas estruturais às quais os Luzias se aferraram até por questão de honra, uma vez que fizeram fogo por isso. Mas o Quinquênio foi muito mais que isso. O Quinquênio Liberal teve pontos que pela posteridade foram considerados positivos, mas não são normalmente relacionados ao Quinquênio. Os oposicionistas não faziam questão de lembrar deles, e os próprios Liberais não lhes deram importância, apegando-se ao que não tinham feito.

Por exemplo, foi criado o posto de Presidente do Conselho de Ministros. Antes já se sabia que entre os cinco Ministros sempre havia um líder, mas só a criação do sexto membro do ministério escudou o monarca, ao criar outro chefe de governo. Para Paulo Pereira de Castro a criação da presidência do Conselho de Ministros teria sido uma resposta ao panfleto *A Facção Áulica*, de Firmino Rodrigues da Silva (1978, p.531). Ottoni reclamou, já em 1860, que o Imperador não se afastou, que tinha “*política pessoal*”. O resultado é chamado de “parlamentarismo invertido”, com base na idealização do parlamentarismo inglês, onde supostamente o monarca não teria poderes para impor um Ministério sem maioria no parlamento. Mas a Grã-Bretanha era mais complexa que a idealização que dela era feita: “*em plena ‘Fúria Revolucionária da França, Jorge III, da Inglaterra, fez questão de manter esta prerrogativa diante de Fox, ‘Corifeu do Partido da oposição’ que lhe requeria a demissão dos seus ministros*” (CANO, 2014, p.97).

Foi durante o Quinquênio, e certamente por influência da anistia dos rebeldes de 1842, que se conseguiu a pacificação do Rio Grande do Sul, depois de 10 anos de Farroupilha. A consequência é que “*o império pacificou-se todo: as rendas públicas tem tido crescimento*” (CONSTITUCIONAL, 18/6/1846).

Também a Tarifa Alves Branco e outras leis protecionistas podem ter contribuído para os bons resultados econômicos. Há praticamente consenso de que a Tarifa Alves Branco foi criada com funções mais tributárias que protecionistas. Mas deve-se saber que além da Tarifa Alves Branco, de agosto de 1844, que tributou em 30% grande parte dos artigos estrangeiros, os Liberais criaram outras leis protecionistas. Em agosto de 1846 o Decreto 386 concedeu vários privilégios à indústria nacional. Depois foram aprovadas novas taxas de ancoragem para navios estrangeiros, de forma a forçar esses países a reduzirem suas taxas para navios brasileiros, no que se obteve êxito. A Lei Orçamentária de 1848 aumentou os impostos de alguns itens (que concorriam com a produção nacional) em 80%. Outras medidas

protecionistas foram tomadas por esses Liberais (BARBOSA, 2014).

As medidas protecionistas adotadas no Quinquênio perduraram até a aprovação, em 1857, da Tarifa das Alfândegas do Império do Brasil (AZEVEDO, 2015, p.6). Ou seja, coincidiram com o período considerado o auge de prosperidade do Império (um surto de crescimento industrial), ainda mais se levar em conta que os resultados de tais políticas são a médio prazo, ou seja, a reforma de 1844 só teve efeito quase nos anos 1850, e a reforma de 1857 só teve efeito nos anos 1860.

Novidade que salta aos olhos de quem se acostumou com as reclamações econômicas do Primeiro Reinado e da Regência, as notícias de economia do Quinquênio são boas, “*o império pacificou-se todo; as rendas públicas tem tido crescimento...*”, e “*O Sr. ministro declarou à câmara que havia desaparecido o déficit, e que a receita do estado era suficiente para suas despesas*”. Também em Minas Gerais “*a despeito da inesperada resolução do corpo legislativo de suprimir uma grande parte da renda da província*” (...) os “*empregados provinciais estão pagos quase em dia...*” (O CONSTITUCIONAL, 18/6/1846, 23/7/1846, 4/2/1847), quando ainda em 1840 as reclamações de atraso de pagamento eram generalizadas (O POPULAR, 14/3/1840). A conclusão é que o Brasil “*poderá embicar a carreira dos melhoramentos materiais de que tanto carece*” (O CONSTITUCIONAL, 23/7/1846). São notícias que se esperam do que seria o auge do Império, que normalmente se data da década seguinte.

Também lembrando características que se atribui à década de 1850, destaca-se a preocupação do governo com os melhoramentos materiais. A preocupação do presidente Quintiliano José da Silva²²⁵ com a difusão do cultivo do chá, da apicultura e outros assuntos agrícolas, era a tônica das folhas governistas. *O Constitucional* louva “*o zelo com que s. exc. tem promovido os melhoramentos da indústria agrícola, já fazendo distribuir pelos fazendeiros memórias instrutivas sobre o cultivo do anil, cachonilha, baunilha, bicho de seda, e chá...*”. O presidente Quintiliano propôs um banco de Minas Gerais e consultou capitalistas de diferentes lados políticos de vários municípios (O CONSTITUCIONAL, 24/12/1846, 7/12/1846). Destaque-se que a conciliação estava em pauta. Todos falavam da conciliação

225 Dr. Quintiliano José da Silva (1807-1889) é acusado de ter participado na redação d’*O Constitucional*. Era nessa época presidente de Minas Gerais. Estudou em Coimbra e terminou os estudos na Faculdade de São Paulo. Foi Juiz, Desembargador, Conselheiro de Estado. Eleito Deputado Provincial e Geral (1848). Irmão do rebelde de 1842, José Jorge da Silva. Foi um dos deputados provinciais que não compareceu à seção da Assembleia Legislativa Provincial rebelde em São João del-Rei. É nome de rua em Esmeraldas e bairro em Campo Belo. Foi nomeado em 1842 pelos rebeldes como Juiz Municipal de Sabará. Assinou o livro de Marinho sobre a revolta de 1842.

entre os partidos como necessária, e o debate é o que seria essa conciliação, quais seus termos. Fortalecendo os desejos de conciliação, assuntos internacionais dominaram os debates parlamentares, pois a Inglaterra aumentava suas pressões sobre o tráfico de escravos ao ponto de afetar as relações diplomáticas, e o Brasil se envolvia nas questões platinas.

O assunto que Honório Hermeto encontrou para acusar Quintiliano foi a aprovação de um tributo proibido pouco antes por uma lei geral. Quintiliano se defendia afirmando que aprovou antes de receber a notícia de que era ilegal (O CONSTITUCIONAL, 31/8/1846). Não eram mais acusações de republicanismismo ou absolutismo. Note-se também que esses ataques ao presidente Quintiliano acontecem primeiro no *Jornal do Comércio*, e não no *Publicador Mineiro*, que era a folha de oposição que então existia em Minas Gerais.

N’O *Itamontano*, do qual mais da metade do número 42 do ano 1 era literatura, na primeira página foi publicada a Parte Oficial, ou seja, que o governo de Minas Gerais publicava para sustentar a imprensa situacionista e por lei. Predominam os assuntos econômicos: Era a época da entrada de bestas; O Luzia Marcelino José Ferreira Armonde²²⁶ tinha consertado a estrada da Mantiqueira e outras coisas do tipo (O ITAMONTANO, 8/4/1848).

5.2.4 Tentativas de conciliação dos anos 1840 e reforma política de 1846

Por fim, tratemos do único assunto em que o Quinquênio foi elogiado por Ottoni e pelos opositores, a reforma eleitoral de 1846. Segundo Ottoni “*era indispensável subtrair as eleições aos esbirros de polícia, sob cuja tutela haviam sido postas pelas instruções do 1º de maio de 1842*”, e por isso foi feita a Reforma Eleitoral de 1846 (1860, p.123). Contudo essa reforma manteve as Mesas de Qualificação e não restituiu o poder das Assembleias Paroquiais de aclamarem a Mesa Paroquial. Os outros membros dessas duas Mesas (podiam ser os mesmos, mas podiam não ser) eram escolhidos entre os Eleitores (ou seja, entre os eleitos como Eleitores para votarem em deputados e senadores) de forma razoavelmente

226 Marcelino José Ferreira Armonde (1783-1850), homem riquíssimo, seria, depois da revolta, o primeiro Barão de Pitangui, pai de Camilo Maria Ferreira Armond (Conde de Prados), participou da revolta, e não quis abandonar Barbacena quando as tropas rebeldes se retiraram. Tanto Bernardo Pereira de Vasconcelos quanto Honório Hermeto Carneiro Leão, dos quais tinha se tornado adversário, intercederam por ele perante o Juiz de Direito da Comarca do Paraibuna, que então era Firmino Rodrigues da Silva. Marcelino Armonde foi inocentado, segundo Firmino, o juiz, por “*não existir prova legal*” contra ele. Ou seja, foi rebelde, chefe, mas não existia um papel, uma testemunha, que para Firmino servisse de prova (MASCARENHAS, 1961, p.57, 104).

aleatória, que em uma minoria de casos podia até dar a maioria de alguma dessas mesas à oposição. Não é a toa que a oposição votou a favor dessa lei sem quase nenhuma resistência (O CONSTITUCIONAL, 20/7/1846).

A Junta de Qualificação passou a ser composta pelo Juiz de Paz e dois Eleitores. A escolha desses Eleitores permitia alguma aleatoriedade em alguns Colégios Eleitorais. No dia marcado para se formar a Junta, reunidos os Eleitores, contados os presentes, eram divididos em duas listas iguais. Se seu número fosse ímpar o mais votado não era contado, para que as duas listas ficassem iguais. A primeira lista dos Eleitores mais votados, e a segunda dos menos votados. O último da primeira lista, e o primeiro da segunda lista eram os escolhidos para comporem a Junta de Qualificação com o Juiz de Paz. Eram os Eleitores do meio da lista. Se o Colégio desse 20 Eleitores e todos os 20 fossem à reunião, o 10º e o 11º mais votados comporiam a Junta. Portanto, a maior chance era que o lado vencedor de cada Colégio dominasse a Junta de Qualificação e perpetuasse seu domínio. Contudo, algum opositor sempre podia por acaso conseguir ficar no meio da lista, e mais que isso, os Eleitores certamente faltavam a essas reuniões, aumentando a aleatoriedade, apesar de existir uma multa para os faltosos. O Pároco participava como informante, sem votos, assim com outros juizes de paz. Todo ano a Junta de Qualificação se reunia novamente, para rever as qualificações. Existia um Conselho ao qual se fazia recursos, composto do Juiz Municipal, do presidente da Câmara Municipal e do Eleitor mais votado. Ainda se podia apelar ao Tribunal da Relação, que para Minas Gerais era o da Corte (O CONSTITUCIONAL, 21/9/1846). Merece destaque que os Párcos, incluídos nas Instruções de 4 de Maio de 1842, foram excluídos nessa Reforma, ficando somente como consultores das Juntas de Qualificação.

A Mesa das Eleições Paroquiais era composta da mesma maneira. O Juiz de Paz presidia, e um mês antes das eleições convocava os Eleitores para realizar o mesmo processo acima descrito. Portanto, se os Eleitores presentes fossem os mesmos, a Mesa de Qualificação e a Mesa da Assembleia Paroquial teriam a mesma composição (O CONSTITUCIONAL, 21/9/1846).

A lei eleitoral de 1846 duplicou todo o censo eleitoral que passou a ser contabilizado em prata, cujas moedas valiam 100% mais que o valor nominal (existia todo um câmbio entre moedas do próprio Império). Portanto para ser votante o mínimo passou a ser uma renda anual de duzentos mil réis (200\$000), para ser eleitor 400\$000, para ser deputado 800\$000 e para ser senador 1:600\$000, um conto e seiscentos mil réis (O CONSTITUCIONAL, 21/9/1846). José Murilo de Carvalho diz que os Deputados e Senadores dobraram a renda “*matreira e ilegalmente*”. Talvez tenha sido ilegalmente, mas a duplicação foi feita muito publicamente, e

praticamente sem vozes contrárias. Porém, na prática somente em 1881, como Carvalho também notou, a renda passaria a ser avaliada de forma rígida (1990, pp.16-17). Existiram exceções, mas no geral os Liberais concordavam com a opinião então dominante de que para votar a pessoa devia ter completa independência econômica, e de que se os muito pobres votassem seus votos seriam comprados ou manipulados de outra maneira.

A forma de definir o número de Eleitores por Paróquia mudou provisoriamente. Segundo a lei os Eleitores eram 1% dos fogos, ou seja, para ter 20 Eleitores a Paróquia precisava ter entre 1950 e 2049 fogos. Mas enquanto não se realizasse um Censo, o que não aconteceu antes dessa lei ser substituída, cada Paróquia daria 1 Eleitor para cada 40 votantes, arredondando para cima. Ou seja, para ter 20 Eleitores uma Paróquia precisaria ter 800 votantes, ou mais precisamente 780, pois se arredondava para cima (O CONSTITUCIONAL, 21/9/1846). Claro que essa regra estimulou os lados políticos a buscarem maior presença de votantes nas Assembleias Paroquiais, inclusive para as disputas internas dos lados políticos.

Os votantes não foram mais obrigados a assinarem suas listas, mas os Eleitores, sim, e aconteceriam novas eleições de Eleitores quando se fossem eleger Senadores. Foram proibidos de votar os praças de Pret (O CONSTITUCIONAL, 21/9/1846).

José Murilo de Carvalho afirma que “*O primeiro ataque à influência do governo foi a introdução de inelegibilidades, ou de incompatibilidades eleitorais, na lei dos círculos*” de 1853 (1990, p.23). Primeiro, que toda a Reforma Eleitoral de 1846, em comparação com as Instruções de 1842, reduziu a influência do governo, tanto que teve os votos da oposição, “*os conservadores não puseram embaraço a esta lei, que ao contrário procuraram melhorar*” (OTTONI, 1860, p.123). Segundo, que durante os debates da lei de 1846 iniciou-se o debate sobre as incompatibilidades, ao ponto de rachar a base governista (RODRIGUES, 2015, p.137). Terceiro, as incompatibilidades não limitaram propriamente o governo, mas seus agentes. Não os impediu de atuarem em prol de candidatos governistas, mas de se elegerem eles mesmos.

A reforma de 1846 inaugurou uma série de reformas eleitorais que marcariam o Segundo Reinado (se não se contar as instruções de 1842). Para José Murilo de Carvalho as reformas teriam como objetivos principais “*a definição de cidadania, isto é, de quem pode votar e ser votado; a garantia da representação das minorias, isto é, a prevenção da ditadura de um partido ou facção; e a verdade eleitoral, isto é, a eliminação de influências espúrias, seja da parte do governo, seja da parte do poder privado*” (1990, p.15). Só em 1846 e em 1881 se debateu a restrição da cidadania ativa, em 1846 passando a calcular a renda anual em prata, e em 1881 fazendo avaliar a renda com critérios mais rígidos. As reformas de 1853,

1860 e 1875 não trataram do assunto. Nas demais reformas foi restrita a elegibilidade de algumas categorias que tinham funções públicas. Oficialmente, todas as reformas eleitorais eram feitas em busca da “verdade eleitoral”, ou seja, de impedir o falseamento dos resultados por parte do poder do governo. Contudo, na prática, os governos tomaram constantes medidas para se fortalecerem. A reforma de 1846 é uma exceção, pois o governo tinha se atribuído tanto poder com as Instruções de 1842 que tinha afastado a oposição e deslegitimado as eleições.

José Murilo de Carvalho diz que “*A representação das minorias surgiu como preocupação, não por acaso, durante o período chamado da Conciliação*” (1990, p.19). Contudo, várias características na Conciliação, atribuídas aos anos 1850, já se encontram em Minas Gerais no pós-1842.

Paulo Pereira de Castro notou que “*Desde 1843, que se reclama por uma conciliação*”, mas já o Gabinete da Maioridade falou explicitamente de conciliação em seu programa político (1978, pp.522-523).²²⁷ Pela ironia do *Echo* parece que o Gabinete de 23 de Março também pretendeu ser “*o ministério conciliador*” (ECHO DA RASÃO, 18/2/1842). Para dissolver a Câmara em 1842 a justificativa foi conter “*o embate de facções*”.²²⁸ Durante o Quinquênio Liberal “*o gabinete de 2 de fevereiro foi sempre fiel aos princípios que proclamou de moderação e de conciliação*” pretendia *O Constitucional* (15/6/1846, grifo nosso). Para Paulo Pereira de Castro e Erik Hörner o início do Quinquênio teria sido a primeira tentativa de conciliação (HÖRNER, 2010, p.179). Para Bruno Fernandes Estefanes D. Pedro II não pretendia uma mudança de situação política, quando se iniciou o Quinquênio Liberal, mas sim a conciliação. Procurava um político que aceitasse formar um Gabinete com o programa expresso de anistiar os rebeldes. Nomes ligados aos legalistas de 1842, como o Barão de Monte Alegre, não aceitaram, então ele chamou Alves Branco (RODRIGUES, 2015, p.42). Como lembra José Murilo “*O principal acusado pela fraqueza dos partidos era, como sempre, o Rei*”, e “*A própria ideia de conciliação foi atribuída ao Imperador que deste modo buscaria desmoralizar os partidos e enfraquecê-los*” (1990, p.33). Nesse momento, se D. Pedro II realmente tinha por objetivo a conciliação partidária, e parece que sim, ele estava em consonância com a opinião pública. É natural, uma vez que ele lia jornais e era uma necessidade pública, depois de 20 anos de conflitos. Era um anseio geral, expresso pelo

227 A rigor, já em 1834 o *Astro de Minas* publicou um artigo falando da necessidade e também das dificuldades de uma “*conciliação dos partidos*” (ASTRO DE MINAS, 4/3/1834).

228 Relatório apresentado a S. M. o Imperador, pelo Ministério, pedindo a dissolução da Câmara dos Deputados (SOUSA, 1843, p.312).

Deputado Barbosa, “*Eu sempre entendi, que a época da Maioridade de SMI fosse assinalada pela conciliação dos Partidos*” (O CORREIO DE MINAS, 26/3/1841). Duas décadas de choque partidário geraram o desejo da conciliação. O que os lados discutiam não era mais se deveria haver conciliação ou não, mas como ela seria, “*Ocupa a atenção geral a polêmica sustentada pelos 2 jornais o Mercantil e o Tempo a cerca do modo por que deve ser encarada a política de conciliação*”. Os opositoristas desejariam “*aquela que chamasse indistintamente os homens de todos os partidos, de todas as crenças a tomarem parte no governo*” e os Liberais queriam uma conciliação que “*impõe o dever de respeitar todas as opiniões, sem constranger a nenhuma, de distribuir justiça a todos, de buscar o mérito e as virtudes onde elas estiverem*” mas, atenção, “*jamais exigir do governo que ele empregue nos lugares de confiança a homens adversários de sua política*” (O CONSTITUCIONAL, 30/7/1846, 18/6/1846).

Também nas propostas de reformas eleitorais os Liberais já adiantaram o que se faria no período conhecido como Conciliação. Durante os debates de 1846 os deputados Luzias fizeram a proposta de substituir o voto em listas pelo voto distrital, que seria o núcleo da reforma eleitoral de 1853, e ainda de acabar com o voto em duas etapas, que seria o núcleo da reforma de 1881. Propuseram realizar essas reformas eleitorais por meio de uma reforma constitucional, mas só tiveram apoio de um terço da Câmara de Deputados (O CONSTITUCIONAL, 20/7/1846). Também a reedição da Sociedade Defensora projetada pelo *Itamontano* e pela *Voz* em 1849 defendeu as eleições diretas e por círculos (distritos). Já existia a preocupação com a representação das minorias, mas sobretudo a lei dos círculos tinha por objetivo facilitar a conciliação pois “*O voto distrital daria mais força aos chefes locais em detrimento dos chefes nacionais dos partidos e em detrimento dos presidentes de província*” (CARVALHO, 1990, p.20). Já sei viu que o voto em listas praticamente forçava a existência de partidos, na medida que forçava a combinação de listas. Os círculos extinguíam essa dependência.

5.2.5 A luta pela memória da Revolta de 1842

Já se notou “*a preocupação tanto dos insurgentes quanto daqueles que lutaram em nome do governo imperial em dotar esse evento de uma carga simbólica a demarcar as identidades políticas em disputa*” (BARATA, 2011, p.6). As memórias históricas elaboradas pelos partidos mineiros até o final da monarquia se alicerçaram na Revolta de 1842. Até os republicanos escreveram suas versões, tentando tomá-la para a causa republicana.

A luta pela memória da Revolta de 1842 iniciou-se ainda nesse ano, não somente com a publicação da primeira história desse movimento, a coletânea de documentos de autoria incerta, atribuída a Bernardo Xavier Pinto de Sousa, mas também nas páginas d'*A Ordem*, de São João Del Rei, pois estavam “*receosos de que os cabeças da rebelião, esmagada em Santa Luzia readquiram de novo (sic) a influencia perdida*” (A ORDEM, 26/10/1842).

O livro de Bernardo de Sousa foi impresso somente na quantidade de pessoas que subscreveram, conforme era comum na época, ao preço de 4\$000, recolhidos por chefes governistas de toda a Província. Diziam as folhas legalistas:

Acha-se concluída e entrará no prelo com brevidade, a – História da Revolução de Minas de 1842, ou coleção cronológica de peças oficiais, tanto das autoridades legítimas, como dos rebeldes, e outros artigos publicados nas folhas de ambos os partidos, com documentos importantes, e curiosos sobre a mesma revolução (A ORDEM, 10/12/1842; O CORREIO DE MINAS, 23/11/1842).

Sobre a obra publicada por Bernardo de Sousa diria Marinho, no ano seguinte no segundo livro sobre a revolta, que foi publicada sob os auspícios de Bernardo Jacinto da Veiga, mas também diz que ela “*apresenta com fidelidade todos os documentos do arquivo insurgente*”, o que a posteridade deveria a Ottoni, “*que, nos Henriques, se opusera a que fosse queimado o arquivo insurgente*” (1844/1978, p.207).

Além de lembrarem das culpas óbvias, como as mortes, como *O Povo* que acusou um adversário político de ser “*aquele que matou o Angelino em Queluz*” (POVO, 13/5/1849), os governistas lembraram que “*A rebelião de 10 de junho apoiou-se principalmente na mentira*”. Muitos “*combateram na rebelião intimamente convencidos de que José Feliciano era o presidente legítimo*” (A ORDEM, 26/10/1842, 19/10/1842), porque rebeldes espalharam que Bernardo da Veiga fora demitido pelo Imperador e não queria entregar o cargo a José Feliciano (BULETIM, 31/7/1842). Os rebeldes “*princiariam por dar como falsas e mentirosas todas as participações oficiais*”. Diziam que “*a rebelião lavrava por todas as províncias*”. Outro exemplo, “*Todo aquele, dizia o discípulo do Otoni, fingindo que lia, que passando por um delegado não lhe tirar o chapéu, será enforcado – querem esta lei?*” (A ORDEM, 26/10/1842, 19/10/1842). E:

...propalaram que o imperador estava mais coacto no seu palácio da Boa Vista, que Napoleão no desterro de Santa Helena, que a lei das reformas, lei que nunca leram, restabelecia o absolutismo, que o conselho de estado tinha o mesmo fim, e classes inteiras da sociedade iam ser votadas a escravidão, e ao extermínio (A ORDEM, 26/10/1842).

Acima foram estudadas as motivações e as propagandas de guerra, e é possível concluir que as mentiras eram verossímeis. Pessoas eram mesmo reescravizadas, adversários políticos eram mesmo cruéis e autoritários, havia o que temer.

Pelo lado legalista deve-se lembrar que a reputação de Caxias foi em grande parte construída sobre a Revolta de 1842. Ele é idolatrado desde o número 1 d'A *Ordem* (A ORDEM, 28/9/1842).

Ainda no final do Império o Partido Conservador, pretendo herdeiro dos legalistas de 1842, contaria a sua versão da “*A história horrível do ano de 1842*”, em uma citação um tanto quanto longa:

nossos adversários (...) buscam na falta de desculpa plausível, lembrarmos as eleições de 1849, (...) A história imparcial com efeito ao registrar essa época lançará a nossa conta, alguns desvairamentos, mas na sua severa imparcialidade os assinará como filhos do desforço (sic.) vítimas do partido liberal, que, nesta Cidade, sete anos antes, tinha tido o mais censurável procedimento para com os seus adversários (...) Quando lhes são exprobradas as tropelias e os atentados de 1863, época em que a prepotência, com o cortejo de tudo quanto o mais revoltante arbítrio pode inventar, campeava ufana, espezinhado a lei e escarnecendo da opinião, usam do sempre repetido chavão: Foi a pena de talião exercida contra os fatos que praticastes em 1849. (...) Bem, e quem nos responderá pelos vossos crimes de 1842? (...) Enquanto para armarem contra o governo as classes menos ilustradas da sociedade propalavam que ele queria escravizar os homens de cor (...) Açulando os instintos ferozes da multidão deixavam-na correr a rédea solta pela estrada dos desatinos. Turba de cacetistas percorriam as ruas insultando com chufas as mais abjetas os cidadãos amigos da ordem. No meio de infernal alarido de gritos de morras, de pedidos de cabeças, quebravam as vidraças e caixilhos das casas dos seus contrários, davam tiros nas portas e janelas, levaram o terror e o susto no interior das famílias (...) Para excitar o ódio do pobre contra o rico, asseveraram em alto e bom som que o triunfo do revolta saldaria as contas com a praça do Rio, e de então em diante não se pagariam mais juros. (...) Mas não há mal de que não resulte um bem mais ou menos remoto. Os canibais fizeram a esta cidade durante o seu reinado de barbaria conhecer a diferença que vai de um governo legítimo e regular ao império da multidão. (...) Aqueles que mais bradaram contra a lei das reformas poo haver ampliado o direito das buscas, exerceram esse direito de uma maneira assombrosa. Recrutaram a laço os mesmos que vociferavam contra o recrutamento, e as correntes, as algemas, os aninhos (Um legalista de S. José sofreu este suplício, porque disseram aos canibais que ele andava seduzindo guardas.) foram armados em instrumentos do poder pelo partido que inscrevia nos seus estandartes – Constituição e Liberdade.

E ainda isto não é tudo. A ferocidade dos Vândalos chegou a ponto de dar ordens de prisão recomendando o assassinio daqueles a quem elas se dirigiam, e dois ministros do altar não se envergonharam de mandar engatilhar as armas contra presos inermes, contra os infelizes oficiais que arrastados pelos miseráveis por essas estradas sorveram até a última gota o

cálice de amargura. (...) No segundo ou terceiro dia do reinado da constituição de Cacaes, os facciosos desobedeciam as suas autoridades, já bradavam contra elas porque não mandaram decepar incontinentemente as cabeças dos mais distintos legalistas (...)

Se acossada de longe pelas forças imperiais em razão da ocupação da Serra Negra e Rio do Peixe os rebeldes não se vissem obrigados a evacuar esta cidade, esses próprios que os facciosos tinham amotinado e chamado para as praças públicas teriam sido vítimas da sua desobediência às leis.

Tal há sido constantemente a consequência inevitável das revoluções. (O ARAUTO DE MINAS, 6/1/1878)

Os Conservadores de 1878 ainda se apegavam à contradição entre as motivações rebeldes de 1842 e os governos Luzias do Quinquênio, lembrando que:

Em 1842 os liberais pegaram em armas, fizeram correr o sangue brasileiro em diversas províncias do Império, por causa da lei de 3 de Dezembro de 1841, entretanto o partido conservador é que fez desaparecer essa lei desde que reconheceu não ser a mais favorável à liberdade... (O ARAUTO DE MINAS, 8/2/1880)

Mas os rebeldes também divulgavam a sua versão da Revolta. O livro de Marinho foi publicado em 1844, logo após a anistia, indicando que foi escrito em grande parte nos quatorze meses que o autor passou refugiado, ou como disse Erik Hörner, depois de sua absolvição, mas nos dois casos como peça de luta pela anistia.²²⁹ Por que mesmo depois da Anistia ele foi publicado? Os Luzias estavam lutando pela memória da Revolta de 1842.

Antes mesmo do livro de Marinho ser publicado, ou mesmo de nascer o *Itacolomy*, embora os Luzias tenham dito que “*quaisquer que sejam as culpas, que tenhamos tido na revolução de 1842, aliás muito provocadas pelos saquaremas, nós estamos delas profundamente arrependidos*” (O ITAMONTANO, 20/12/1848), a verdade é que logo começaram a fazer apologia da revolta.

A *Ordem*, indignada já gritava que em Barbacena:

o rebelde Antonio Teixeira passeia as ruas com o seu competente tope no chapéu. Os nossos leitores estarão lembrados que nas suas exagerações de ofendida nacionalidade o partido que foi batido em Santa Luzia, adotou esse sinal por distintivo (A ORDEM, 9/11/1842).

229 Atualmente existem publicações dessa obra com os dois nomes. O Senado Federal em conjunto com a editora da UNB publicou simplesmente com o nome de *História da Revolução de 1842*. Já na coleção Reconquista do Brasil, da Editora da USP e Itatiaia, o nome é o mais antigo, *Historia do Movimento Político que em Minas houve no ano de 1842*, e existem outras edições.

Tratava-se de fitas verde e amarelas, ou folhas dessas cores, o chamado laço nacional, muito usado nos anos da independência pelos partidários desta, em 1831 contra D. Pedro I, e em 1833 contra os rebeldes de Ouro Preto.

Dias antes *A Ordem* já tinha reclamado que “*segundo muita gente, não envergonha ser criminoso político*” e que “*geralmente se acredita, que ser criminoso político é sinônimo de herói. Hoje em dia no Brasil, a rebelião é um meio de adquirir celebridade*” (A ORDEM, 5/11/1842). De fato, fazia parte da cultura da época, segundo uma folha mais antiga, para “*abrilhantar sua carreira derramar o inocente sangue de seus irmãos d’armas*” (ABELHA DO ITACULUMY, 13/12/1824).

Ainda em 1842, o padre Bhering, na Assembleia Legislativa Provincial, dia 20 de outubro de 1842, quando um governista citou Santa Luzia para provocá-lo, exatos dois meses depois da lendária batalha, respondeu dando à causa rebelde conteúdo positivo:

para que o povo, de quem somos procuradores, fique entendendo, que ainda mesmo depois do ataque de Santa Luzia, há quem tenha a coragem de defender a Constituição, e as Leis, dos ataques do Poder Executivo, não com armas na mão, mas com a palavra, não em Santa Luzia, mas na tribuna (O CORREIO DE MINAS, 7/11/1842).

Quando a história escrita por Marinho finalmente foi ao prelo *A Ordem* provocou - “*há poucos dias, que o Rev. Marinho anunciou no Rio de Janeiro, que está a entrar no prelo por instantes a sua história da Revolução de Minas (já não é movimento?...)*...” (A ORDEM, 13/7/1844, 17/7/1844). É, sem dúvidas, a principal referência sobre a revolta. Já em sua primeira edição, que foi, conforme o costume editorial brasileiro da época, impressa na quantidade certa para os assinantes, teve 3.078 exemplares, de todas as províncias, sendo 76% dos exemplares para Minas Gerais (HÖRNER, 2010, p.12). Xavier da Veiga, parente de Bernardo da Veiga que foi um dos alvos principais de Marinho, diz que essa obra descreve “*uma série só de heroísmos e de martírios de um partido, e como um acervo só de monstruosidades e de infâmias de outro partido*” (Apud RODRIGUES, 2015, p.25). De fato, Marinho chama os combatentes de Santa Luzia até de “*heróis*” (1844/1978, p.213). O livro de Marinho não é o único responsável por isso, mas nele Ottoni já aparece como o grande herói do movimento, e depois de seu retorno à política até sua morte em 1869 seria o principal chefe Liberal do país.

Anderson Luiz Venâncio observou que os Liberais defenderam o patrimônio político e simbólico do movimento armado com a proposta de elevação do arraial de Santa Luzia a vila, à qual os adversários resistiram. Eis como o deputado Salomé defendeu essa sua

proposta na Assembleia Legislativa Provincial em 1846:

Sr Presidente, vou mandar a Mesa uma pequena emenda sobre o primeiro artigo do Projeto: e lê a seguinte, aonde se lê nesse artigo Vila de Santa Luzia diga-se Vila Eterna de Santa Luzia. (...)Esse nobre deputado de certo quer dar bom testemunho sobre ao movimento que teve lugar em Santa Luzia em o memorável dia de 20 de Agosto de 1842 (...). Srs, quando os antigos queriam eternizar algum acontecimento memorial, levantavam-lhe um monumento e nós que devemos eternizar o maior acontecimento ocorrido nessa Província para encomendar à lembrança dos vindouros, não podendo agora o fazer de outra maneira, consegui-mo-lo por força de acto desta Assembléia que atesta nossa gratidão para com os briosos Mineiros, que não duvidarão de expor sua vida, e fortuna, apoiando-se numa força armada aos inimigos da Constituição e do Imperador (apoiado) (...) Já se foi o tempo em que a palavra Santa Luzia era pronunciada com horror, medo e repugnância: Já se foi o tempo em que por ella se designava tudo quanto de pior no Mundo, que era sinônimo de infâmia e perversidade. Hoje porém felizmente já nos achamos bem longe desse tempo (...) Hoje o nome de Santa Luzia se dá ao homem reconhecido partidista da nacionalidade Brasileira (apoiado) (...) Eu abraço meu aparte, porque Srs eu desejo perpetuar a memória do generoso movimento de 42 (Apud VENÂNCIO, 2005, p.93).

Na mesma época os Liberais referiam-se à “*proteção de Santa Luzia*” (O CONSTITUCIONAL, 21/1/1846), como se ela fosse uma santa protetora dos Liberais.

O deputado Rezende reclamou que um rebelde tinha dito “*que tinha muita honra em ser rebelde, em haver militado entre os rebeldes até Santa Luzia*” (O COMPILADOR, 18/5/1844). Para conseguir favores do governo sob o Quinquênio Liberal Sebastião Pereira Garro teria se apresentado ao presidente Quintiliano como “*capitão da guarda nacional que militei na coluna patriótica de St. Luzia*” (O POVO, 22/7/1849).

Em 3 de julho de 1866 o *Diário de Minas*, de Ouro Preto, publicou:

Este povo, desgraçado como o Polaco, enganado como o Húngaro, perseguido como o italiano, ainda tem vida e fogo; ainda não perdeu a flama da liberdade, do progresso e da civilização, prova me seja a revolução de quarenta e dois (Apud CLAUDINO, 2011).

O Barão de São João Nepomuceno, pedindo votos aos Liberais mineiros em 1881, lembrou que fez parte do parlamento ao lado de Domiciano (Barão de Araxá), Dias de Carvalho, Ottoni e Marinho, todos envolvidos em 1842 (TRIBUNA DO POVO, 18/11/1841).

Mesmo décadas depois, os Santa Luzias eram aclamados como heróis. Para um Carlos Sussekid de Mendonça, “*Os seus ídolos não eram os portadores de pastas do regime imperial – eram os mártires da Inconfidência, os revolucionários de Pernambuco de 1817, 24*

e 48, os fundadores da República de Piratini e os vencidos de Santa Luzia” (Apud SODRÉ, 1966, p.67).

A folha do Partido Conservador de São João Del Rei, ao denunciar que José Antonio Rodrigues, autor de alguns livros e vários periódicos, e dono de uma tipografia, ainda tinha “o instinto atrabiliário do rebelde de 1842” acrescentou que ser veterano de 1842 era “*muito o recomenda no pensar do Sr. Galdino [Emiliano das Neves]*”, que era o chefe Liberal da cidade (O ARAUTO DE MINAS, 22/1/1881).

O periódico S. João D’El Rei, do Partido Liberal, em seu editorial fez questão de “*lembrar hoje em Minas o sangue do grande inconfidente de 1792, as torturas de seus companheiros, e bem assim a hombridade dos revolucionários de 1842.*” (S. JOÃO D’EL REI, 15/12/1885).

Os republicanos de São João Del Rei em 1889 tentariam tomar para seu partido a memória da “*briosa revolução de 1842*”. A derrota da Revolta de 1842 para os “*soldados da coroa de Bragança*” teria submergido São João Del Rei “*dessa data em diante nas trevas mais profundas da abjeção monárquica* (A PÁTRIA MINEIRA, 16/5/1889). Comemorando adesões em Santa Bárbara, diria que “*Entre as assinaturas vêm os nomes de algumas representantes das famílias Bruzzi e Horta que sempre (se no)bilitaram pelos sentimentos (cív)icos e pela parte que to(maram) na revolução de 1842*” (A PÁTRIA MINEIRA, 14/4/1889).

Já na República, Rui Barbosa, ao buscar uma comparação para o que significara a campanha Civilista em Minas Gerais lembrou-se de 1842 (1910/1967, p.409-413):

Tão profunda vibração política de balde se procurará em toda a história mineira. A este só se poderá comparar o movimento de 1842 (...). Minas como que resume o povo brasileiro, refletindo as mais altas aspirações da pátria na majestade de uma síntese gloriosa.

As autocríticas dos Luzias, em grande parte, como na correspondência de Ottoni aos eleitores em 1860, eram como os elogios que se fazem antes das críticas mais severas para amaciá-las, uma preparação, mas ao inverso, eram críticas que se faziam para amaciar os elogios que se faria de atitudes fora da lei.

A memória de 1842 foi evocada, por todo o segundo reinado, pelos mais diversos políticos, contra ou a favor, como um mito fundador. Vencedores e perdedores ostentavam louros de heróis, e se lembravam com orgulho de terem combatido em Santa Luzia.

5.3 A imprensa política pós 1842

Na própria imprensa se lê que um “...longo período de decepções, de esperanças malogradas, de sacrifícios inúteis...” (ASTRO DE MINAS, 11/5/1839) gerou “um amortecimento dos ânimos e a busca de uma nova forma de educação política”, até porque “a guerra dos partidos” teria sido “ateada por escritores algum tanto imprudentes” (JORNAL, 12/4/1834). Já em 1834, segundo o *Astro de Minas*, estavam “os indivíduos, os partidos, toda a nação cansados, e aborrecidos de política” (Apud SILVA, 2018, p.185). Imagine-se depois da Revolta. Acusava-se a “...imprensa com que destruíram os costumes, as tendências monárquicas, inspirando nas massas ideias, e convicções excêntricas, contrárias à unidade, e integridade do Império” (O CORREIO DE MINAS, 29/10/1842). As repetidas decepções resultaram em que “...artigos do jornalismo que, em verdade, bem pouca atenção já merecem...” (ESTAFÊTA, 3/12/1842), o povo “procura melhoramentos, e só encontra tributos e periódicos” (ASTRO DE MINAS, 10/12/1836). O *Manual do Bom Tom*, publicado em 1845, aconselhava evitar a política, que em vez de trazer a paz, conduzia a atrocidades (SANTOS, 2011, pp.73, 125). Em 1849 *O Povo*, refletindo a alta das ideias religiosas explicou que:

A imprensa aproveitada pelo Diabo para perdição do Povo, foi desviada do seu sublime destino como a 1ª mulher. O Povo iludido pela mágica força, e atrativo das lisonjas da imprensa tem sido perturbado, escravizado, roubado, fuzilado, desmoralizado pelo Diabo, que não cansa de tentar o Povo para que não sirva a Deus como deve (O POVO, 20/5/1849).

Nesse clima, dia 28 de setembro de 1842 surgiu em São João Del Rei *A Ordem*, que podia ser assinado na Tipografia própria, ou na casa de Martiniano Severo de Barros. Em Barbacena podia ser assinada na casa de Bento da Costa Azedias, que antes já tinha vendido assinaturas do *Parahybuna*. Os números de 1842 exigiam a punição dos rebeldes, e tentaram influenciar as eleições. Nos números de 1844 as assinaturas em São João Del Rei deixaram de ser feitas na casa de Severo de Barros e passam a ser feitas na casa de José Coelho de Moura. *A Ordem* era dirigida por Gabriel Mendes dos Santos.²³⁰ Outro redator seria o Padre Luiz José

230 Gabriel Mendes dos Santos (1795-1873) escreveu para *A Ordem*. Natural de São João del Rei. Filólogo e jurista. Foi Juiz de Fora de Santos, Intendente dos Diamantes interino em 1830, Juiz de Direito, Desembargador, Ouvidor em São João del Rei de 1830 a 1832, Deputado Geral e Senador. Presidiu a Câmara dos Deputados quando foi aprovada a Lei Euzébio de Queiroz, na legislatura 1850-1852. Foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia, e também foi da mesa da Ordem Terceira do Carmo, ambas de São João del Rei. Assinou dois

Dias Custódio, que fora um dos redatores do *Amigo da Verdade* (1829-1832) (MOREIRA, 2011, p.205). O principal redator era o já conhecido Firmino Rodrigues Silva (ver nota de rodapé),²³¹ posto que fora redator, ao lado de Justiniano José da Rocha, do *Brasil*, no Rio de Janeiro, e enviava seus artigos de Barbacena, onde então exercia o posto de Juíz de Direito (MASCARENHAS, 1961, p.60). Em 1892, outra folha chamada *A Ordem*, de Ouro Preto, afirmou que *A Ordem* que existiu 50 anos antes em São João del Rei teve também um redator chamado André (A ORDEM, Ouro Preto, 20/2/1892). Nas listas de jurados de 1844 só existe um André, de sobrenome Ferreira Martins, coimbrão, pista mais que suficiente para dar algum crédito à afirmação.²³²

Em 7 de setembro de 1844, *A Ordem* denunciou que as reuniões de opositoristas estavam sendo proibidas. Tinha se iniciado o período conhecido como Quinquênio Liberal, e *A Ordem* agora era oposição. O último número que os arquivos públicos têm é de 13 de outubro de 1844, e nele um correspondente denuncia que o agente dos correios “foi substituído por um heróico santa luzia” e “Há mais de um mês que não recebemos o Publicador Mineiro; a Ordem de S. João Del Rei recebemo-la com a maior irregularidade” (A ORDEM, 12/10/1844).

Enquanto *A Ordem* enfrentava problemas com o governo, na mesma cidade de São João Del Rei “*Gemeram os prelos do Pimentel, e saiu a lume um novo campeão do Ministério Vatapá com o rótulo – Governista Mineiro.*” Seria da mesma linha do *Itacolomy* e do *Nacional*, do Rio. A Tipografia do Pimentel era onde foram impressos o *Despertador Mineiro* e o *Americano*. Para *A Ordem* o *Governista Mineiro* era um “*órgão republicano*” que teria atacado Martiniano Severo de Barros em seu primeiro número (A ORDEM, 11/9/1844, 12/10/1844).

exemplares dos *Apontamentos*, de José Antonio Rodrigues, em 1856 (VIEGAS, 1953, p.163).

231 Firmino Rodrigues da Silva (1816-1879) foi redator d’*A Ordem* e do *Publicador Mineiro*. Nascido em Niterói, de família pobre. Estudou direito em São Paulo entre 1833 e 1836. Juiz de Direito em Barbacena a partir de 1842, quando foi ativo legalista. Indicado em 10 de maio, a revolta explodiu antes que ele chegasse a Barbacena (BLAKE, 1893, p.362; MASCARENHAS, 1961, p.10, 45). Em Minas casou-se com a filha do deputado Francisco Coelho Duarte Badaró, já citado, D. Elisa Belarmina Coelho Duarte Badaró. Firmino também foi Juiz em várias outras comarcas de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, e se aposentou como Desembargador com honras de ministro do STJ. Foi deputado provincial e geral por Minas Gerais, e chefe de polícia dessa província por duas vezes. Redigiu em Minas Gerais, além d’*A Ordem*, o *Publicador Mineiro*, o *Conciliador* e o *Bom Senso*. Foi correspondente em Minas do *Jornal do Comércio*, sob anonimato exigido pela folha. Foi além disso autor do famoso panfleto *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio e a Facção Áulica*, de 1847 (MASCARENHAS, 1961, p.63, 107, 201, 208).

232 André Ferreira Martins (1786-1847) estudou em Coimbra. Membro da Ordem Terceira do Carmo. Homem rico. Sua residência oficial em 1842 era em Nazareth (Nazareno) então distrito de São João del Rei. Assinou o livro de Bernardo Xavier sobre a revolta de 1842.

Retrato 14 - Firmino Rodrigues da Silva



Fonte: antoniomiranda.com.br

Carvalho e Barbosa falam d' *O Século*, de São João Del Rei, como se fosse de 1844, mas é um erro de digitação pois essa folha existiu em 1894 (VIEGAS, 1953, p.64).

Os Luzias não precisaram voltar ao governo para ressuscitarem sua imprensa. Bem antes do *Governista Mineiro*:

Os comprometidos que se achavam na cadeia do Ouro Preto haviam feito aparecer logo em o princípio do ano de 1843 um jornal, *O Itacolomy*, por meio do qual começaram a levar ao conhecimento do público os massacres, os roubos e os escândalos praticados pela legalidade durante a luta, e depois dela; tão importantes e tão valiosos foram os serviços prestados por esse jornal que não hesito em afirmar que a ele se deveu a pronta e espantosa reação do espírito público contra os vencedores em Santa Luzia (MARINHO, 1844/1978, p.346).

O que Ottoni um dos presos que redigiam o *Itacolomy* disse a seu respeito é ainda mais interessante (1860, p.108):

...era indispensável um centro e curadoria geral dos acusados, que sistematizasse a discussão, reunisse em um feixe os casos julgados que deviam compor a jurisprudência da questão, e que enfim, resumindo os debates, tornasse bem patente o julgamento definitivo do poder judiciário e da opinião pública acerca do movimento de junho. Tal foi a missão do *Itacolomy*, publicado logo que se levantou o sequestro da tipografia liberal do Ouro Preto.

Marinho diz ainda que “o periódico publicado sob os auspícios dos presos não interrompeu sua carreira, nem mudou de linguagem” (1844/1978, p.352). Infelizmente os arquivos públicos só têm um número de 1843, o 43 de 8 de maio. Tinha um tamanho grande, maior que o comum da época, mas o preço se mantinha a 80rs. Saía três vezes por semana e só podia ser assinado na própria Tipografia, que ficava na praça central de Ouro Preto. Quase todo o número traz o relato de Teófilo Ottoni sobre a prisão dos derrotados em Santa Luzia, o mesmo que um ano depois entraria para o livro de José Antônio Marinho. Seus adversários o chamavam de “*órgão dos Santos-Luzias em Minas*” (A ORDEM, 21/8/1844) e de “*o periódico da cadeia*” (O COMPILADOR, 31/7/1843). Os editores foram o padre Antônio de Souza Braga, Florentino Carlos Prudente²³³ e João Nepomuceno Nunes Bandeira (ver notas da rodapé).²³⁴ Seriam redatores os deputados Teófilo Ottoni, Joaquim Antônio Fernandes Leão e José Pedro Dias de Carvalho, todos já citados (RODRIGUES, 2015, p.22). *O Itacolomy* terminou em 15 de agosto de 1845 (O CONSTITUCIONAL, 20/7/1846).

Retrato 15 - Joaquim Antônio Fernandes Leão



Fonte: ihgb.org.br.

Ao fim das contas, a reforma do Código do Processo não conseguiu calar a imprensa

-
- 233 Florentino Carlos Prudente foi editor do *Itacolomy* e do *Constitucional*. Provavelmente nasceu em 1799, e foi herdeiro universal do padre Manoel Moreira Prudente. Na Revolta de 1842 foi Alferes Secretário da Coluna do Centro das forças rebeldes (SOUZA, 1843, p.299).
- 234 João Nepomuceno Nunes Bandeira foi editor do *Itacolomy*. Era ajudante de contador na administração dos correios em 1846. Foi administrador do *Correio Oficial de Minas Gerais* até 1857. Na Revolta de 1842 foi Major Ajudante de Ordens do Comandante Superior da GN de Barbacena, ao lado rebelde.

de oposição para sempre. Ela mais assustou os redatores, e os obrigou a se adaptarem, cumprindo ao menos as leis mais explícitas, a exemplo de publicar o nome do Editor. Mas no fim foi como a experiência estrangeira, que revelava a impossibilidade de derrotar a imprensa:

A Convenção declarou-se contra os Escritores, mas a Convenção acabou (...), e continuaram os Escritores; o Diretório fez deportar em um dia cento e vinte Escritores; o Diretório acabou; Bonaparte fez calar não só a França, mas a Europa inteira, Bonaparte foi para a Santa Elena, e continuaram os Escritores (ESTRELLA MARIANNENSE, 20/5/1830).

Experiência não exatamente nova que se iniciou em 1843 foi *O Compilador*, folha oficial da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, que publicava somente as atas desse parlamento, e portanto não circulava o ano todo. Assembleias Legislativas não podiam ser dissolvidas, de forma que em 1843 se manteve a maioria eleita para o biênio 1842-1843, dos quais dois terços se envolveram na Revolta de 1842. Os suplentes tomaram posse e, apesar de estarem na oposição a nível nacional, mantiveram a maioria da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais. Portanto foi a Tipografia do *Itacolomy* que ficou responsável por imprimir *O Compilador* em 1843. Os rebeldes estavam presos em um canto da praça, seus correligionários eram maioria da Assembleia no outro extremo, e entre eles havia a Tipografia do *Itacolomy*, rodando também *O Compilador* e *O Athenêo*. Não aconteceu uma disputa entre as tipografias. Pelo contrário, tanto em 1843 quanto em 1844 só uma tipografia aceitou, das duas que existiam em Ouro Preto em 1843 e das três que existiam em 1844, que foram aquelas ligadas à maioria da Assembleia (O COMPILADOR, 31/7/1843, 2/3/1844). As tipografias sem essa garantia certamente temiam problemas, como falta de pagamento. Em 1844 tomaram posse os deputados eleitos em 1842, para o biênio 1844-1845, e *O Compilador* passou a ser impresso na Tipografia do *Correio de Minas*. Começou a sair em 17 de fevereiro e terminou em 8 de Julho. Em 1845 a Tipografia era a do *Publicador Mineiro*, do mesmo lado político do então extinto *Correio de Minas*. *O Compilador* não era uma novidade pois existiu um *Diário do Conselho de Governo*, quando os ânimos partidários ainda não estavam tão acirrados, em 1825, além do *Diário do Conselho Geral* no início dos anos 1830 e o *Correio da Assembleia* em 1836. Em 1850 a folha da Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais se chamaria *Diário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. O *Bolletim Oficial* (1845), impresso na Tipografia Imparcial, e o *Expediente do Governo Provincial* (1845) são também publicações oficiais. Essas folhas são um indicativo de que o governo provincial se estruturava, como resultante de um processo de 20 anos de formação do estado brasileiro.

Existiu entre o fim do *Itacolomy* e o início d'*O Constitucional o Correspondente*, com três números (O CONSTITUCIONAL, 11/2/1847), dos quais os arquivos públicos não têm nenhum exemplar.

Já citamos *O Publicador Mineiro*, surgido em 1 de janeiro de 1844. Seu redator era o já citado Firmino Rodrigues da Silva (MASCARENHAS, 1961, pp.46-47). Diz Marinho que “*O chefe de polícia,*” provavelmente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, “*para reanimar os ânimos abatidos de seus amigos, comprou, sem dúvida com o dinheiro da polícia, uma tipografia, que consigo conduziu para a província, e publicou um periódico destinado a levantar as decaídas esperanças da facção*”. Tinha tipografia própria, único lugar onde podia ser assinado, ao preço normal. É provável que quando Marinho disse que eram “*por um jornal designadas as vítimas que deviam cair debaixo do ferro dos assassinos*” se referisse a essa folha, que o nega (1844/1978, p.347; O PUBLICADOR MINEIRO, 31/1/1846). Para *O Itacolomy* outro redator teria sido Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos (RODRIGUES, 2015, pp.22, 47). O editor era Rufino Dias Pereira (O PUBLICADOR MINEIRO, 31/1/1846). Seu objetivo seria enfrentar o *Itacolomy* (MASCARENHAS, 1961, p.109).

Em 14 de outubro de 1846 o *Publicador* anunciou que interromperia temporariamente sua publicação, até que “*em janeiro reaparecerá o jornal escrito por outra pessoa, que ainda se ignora quem seja.*” (O CONSTITUCIONAL, 19/10/1846). O *Constitucional* tinha proposto ao *Publicador Mineiro* que se retirasse de cena e sinalizado com a “*esperança de ver combater ainda em nossas fileiras o principal redator do Publicador*”, que afinal era o “*único jornal da oposição, que se imprimia nesta província...*”. Mas quando ele terminou disse que lamentava muito, que o governo “*tolera, e protege mesmo os jornais da oposição*”, e que o motivo do fim do *Publicador Mineiro* seria “*ter o Sr. dr. Firmino de retirar-se desta província para S. Catarina, onde deve ir ocupar o lugar de juiz de direito...*” (O CONSTITUCIONAL, 24/8/1846, 27/8/1846, 19/10/1846). Firmino, que já era juiz de direito, tinha sido removido para a comarca de Itapemirim, em Santa Catarina, que era como os governos puniam juízes opositores, e nesse caso um juiz jornalista. Note-se que a remoção é anterior à publicação, por Firmino, do panfleto *Facção Áulica*, de meados de 1847 e que abalou profundamente o governo (MASCARENHAS, 1961, p.113).

O Constitucional surgiu em janeiro de 1846, na Tipografia Imparcial. Se *O Itacolomy* fora chamado de “*periódico da cadeia*”, o *Publicador Mineiro* chamava *O Constitucional* de “*periódico da polícia*”, pois agora os Liberais estavam no governo (O PUBLICADOR MINEIRO, 31/1/1846). Era impresso em tamanho grande, como foi o *Itacolomy* e como seria o *Itamontano*. O editor era Florentino Carlos Prudente. O redator seria Joaquim Antão

Fernandes Leão e para o *Publicador* outro redator seria o padre José Antonio Marinho (RODRIGUES, 2015, p.22; O PUBLICADOR MINEIRO, 31/1/1846).

O Constitucional publicou as Posturas Municipais de Ouro Preto, de 1830, por números inteiros. Depois publicou as Posturas de Patrocínio. Era uma forma de ocupar espaço, mas também revelava uma preocupação com questões municipais. Publicou o balanço da tesouraria provincial; Números seguidos de notícias de uma revolta em Portugal; Regulamentos de escolas, um modelo de boletim escolar, modelo de lista de chamada; Publicou atas da Assembleia Legislativa Provincial apesar de existir então *O Compilador*, folha oficial dessa Assembleia só com essa função (O CONSTITUCIONAL, 1/10/1846, 15/10/1846, 17/12/1846, 9/11/1846, 4/2/1847); Por fim estava publicando anúncios repetidos. A imprensa estava sem assunto. O último exemplar que os arquivos públicos têm d'*O Constitucional* é de 11 de janeiro de 1847. Sacramento Blake (1898, p.83) diz que o último exemplar que existiu foi de 15 de janeiro de 1857, mas pode ser um erro de datilografia e a data ser 15 de janeiro de 1847.

O auge do Quinquênio Liberal, por falta de polêmicas, foi o pior período para a imprensa política na década de 1840, sendo possível que a província tenha ficado sem nenhuma folha política por alguns meses quando *O Constitucional* deixou de circular.

O porte dos correios para folhas, que foi zerado em 1831, e aumentado para metade do porte de uma carta comum em 1835, foi reduzido a 10 rs., mas isso não reanimou a imprensa política. Faltava paixão. As folhas que existiam já não polemizavam como antes. De um comentário da *Sentinela da Monarquia*, que deveria fazer oposição, o situacionista *Constitucional* disse que “*não há conselho mais acertado*” (O CONSTITUCIONAL, 29/10/1846, 11/11/1846). É de dar sono. Nessa época até na maçonaria “*um comportamento mais radical dos maçons brasileiros foi aos poucos cedendo espaço a uma atuação mais preocupada com a ‘beneficência’, distanciando-se dos grandes debates políticos*” (BARATA, 1999, p.67).

No intervalo entre *O Constitucional* e *O Itamontano*, existiu em Ouro Preto *O Echo de Minas*, em 1847 (VEIGA, 1898, pp.197, 198). No final desse ano surgiu *O Itamontano*, em tamanho grande. Publicado na Tipografia Social. Já no cabeçalho se diz “*político, industrial e literário*”. Enquanto estava no governo e sem atas para publicar, metade do que se pode consultar no número 42, de 8 de abril de 1848, era folhetim francês, e na última página ainda eram publicados poemas. Que diferença da época em que o *Vigilante* se desculpava por não imprimir todas as poesias que lhe foram enviados de Congonhas por ocasião do aniversário de 7 anos de D. Pedro II “*por serem muitas, e não caberem no espaço da folha*” (O

VIGILANTE, 9/1/1833). Ainda em 1848 *O Itamontano* recebeu o contrato para publicar as atas da Assembleia Legislativa Provincial, e números inteiros não têm outra coisa. Quando acabou o Quinquênio Liberal *O Itamontano* ganhou assunto – as demissões de “*seus correligionários*” (O ITAMONTANO, 13/12/1848). Para os adversários *O Itamontano* seria “*órgão do partido que fez a rebelião de 1842*”. O deputado Antão Leão seria seu mecenas e redator (O POVO, 20/5/1849, 1/7/1849). Mas o proprietário da Tipografia Social, onde ele foi rodado era Joaquim Carlos Figueiredo.²³⁵ Outro acusado de ser o redator foi José Rodrigues Duarte,²³⁶ que também seria redator da *Voz do Povo Oprimido* e para isso teria ganho uma pensão pública (O POVO, 13/5/1849). Para Werneck Sodré (1966, p.213) quem criou e redigiu *O Itamontano* (1848-1849) foi Domingos Soares Ferreira Pena²³⁷, que posteriormente fundou *O Apóstolo* (ver notas de rodapé). Para Xavier da Veiga tanto José Rodrigues Duarte quanto Domingos Soares Ferreira Penna foram redatores d’*O Itamontano* (1898, p.197). Ottoni (1860, p.141) foi seu correspondente no Rio até sua retirada da política em meados de 1851. *O Itamontano* também teve a colaboração de José Antônio Rodrigues,²³⁸ de São João Del Rei (BLAKE, 1898, p.307). Para a história da imprensa os acervos do *Itamontano* são evidência de que a política não estava oferecendo assunto.

Assim como *O Constitucional*, *O Itamontano* manteve viva a polêmica contra a lei de 1841, que reformou o Código do Processo. Lorn Rodrigues diz que os Luzias mantiveram seus posicionamentos de 1842 (2015, pp.135, 144). No caso do Código do Processo, sim, mas

²³⁵ Joaquim Carlos Figueiredo foi dono da Tipografia Social, onde foi impresso o *Itamontano*. Era um abastado capitalista. Irmão de outros dois grandes prestamistas de Ouro Preto, Carlos de Assis Figueiredo, que aparece no livro de Marinho como depositário da tipografia de José Pedro Dias de Carvalho, e de José Baptista Figueiredo.

²³⁶ José Rodrigues Duarte Foi redator do *Itamontano* e da *Voz do Povo Oprimido*. Trabalhou na Secretaria de Governo de Minas Gerais em 1835. Em 1838 era Delegado do Primeiro Círculo Literário de Minas Gerais. Tem tantos homônimos que é nome de rua em diferentes cidades do Brasil. Subscreveu, em Itabira, o livro do padre Marinho sobre a Revolta de 1842.

²³⁷ Domingos Soares Ferreira Martins Penna foi redator do *Itamontano* e do *Apóstolo*. Era natural de Mariana, foi secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais até 1850. Membro do Instituto Histórico e Geográfico, foi professor na Escola Normal do Pará, onde faleceu em 1888. Sobre *O Apóstolo*, diz Blake que seria “*órgão do partido republicano*” (BLAKE, 1893, p.233, 234; VEIGA, 1898, p.198), mas é provável que nesse caso Blake tenha simplesmente reproduzindo a propaganda dos adversários dos Liberais, que os acusavam de republicanos.

²³⁸ José Antonio Rodrigues foi colaborador do *Itamontano*. Nascido em 1791, faleceu em 1887. Fora do recorte temporal dessa tese ele publicou em sua tipografia, em São João del Rei, *O Clarim* (BLAKE, 1898, p.307), *O Imparcial Semanário* (1854-1855), o *Paquete Mineiro* (1855-1856), *O Povo* (1861-1865), *O São-Joanense* (1876-1878), *O Escolástico* (1878), *O Cinco de Janeiro* (1878-1879), e *O Situação* (1879-1880). Escreveu os livros *O Casamento do Padre Pontes e Apontamentos*. Foi Vereador e Promotor. Era Capitão da Guarda Nacional em 1842 e aderiu à Revolta. Foi processado pela suposta Sedição da Procissão do Senhor dos Passos.

o Conselho de Estado eles aceitaram, e o tema só voltou cerca de 20 anos depois.

No *Itacolomy* e sobretudo no *Itamontano* vemos nascer a “*conjugação entre imprensa e literatura, que se firma então e vai dominar até quase o nosso tempo*” (SODRÉ, 1966, p.210). Essa conjugação foi de suma importância para literatura brasileira, para a qual os periódicos “*foram não só o espaço de divulgação, mas muitas vezes o único local possível para isso*” (SANTOS, 2011, p.64).

Entre 1849 e 1850 existiu *A Voz do Povo Opprimido. O Povo* (13/5/1849, 20/5/1849) afirmou que José Rodrigues Duarte estaria sendo pago para redigi-lo e ao *Itamontano*. O deputado Antão Leão seria mecenas da folha, e outro dono seria o sr. Mello. *O Itamontano* seria federalista (O POVO, 19/8/1849) e estaria propondo uma Constituinte, como Ottoni.

Para enfrentar *O Itamontano* e a *Voz do Povo* surgiu *O Povo* em Maio de 1849, na Tipografia Imparcial. Custava a metade do preço normal. Semelhante ao *Parahybuna* (1836-1840), *O Povo* vinculava seu lado político ao catolicismo, e o oposto ao ateísmo. A princípio tinha outra semelhança com a folha de Barbacena, que era o preconceito de cor contra alguns adversários, mas posteriormente passou a se defender dessa acusação, e dizer que seu lado também tinha “*homens de cor*” e a dar exemplos de que os adversários também tinham preconceito contra negros. Ainda existiam seus adversários *O Itamontano* e a *Voz do Povo*. Os editores foram Silvério Ribeiro de Carvalho²³⁹ e depois Francisco de Paula Alves de Azevedo²⁴⁰ (SANTOS, 2011, p.102). A *Voz* teria acusado de serem redatores d’*O Povo* os senhores Barboza, Paula e Teixeira. Possivelmente são os deputados gerais Luiz Antônio Barboza,²⁴¹ Francisco de Paula Santos²⁴² e Manoel Teixeira de Souza (ver notas de rodapé).²⁴³

239 Capitão Silvério Ribeiro de Carvalho foi editor d’*O Povo*. Foi Eleitor em 1872 em Ouro Preto, indicado para suplente de Delegado e aposentado como oficial do Corpo Policial (MARTINS, 1872). Não confundir com o padre e famoso trovador de mesmo nome, nascido em 1767 e falecido em 1843, que combateu com seus versos a primeira Junta Provisória em 1822. Como o parentesco entre os dois é provável, pois além de terem o mesmo nome residiam na mesma cidade é importante informar que o padre era minerador e fazendeiro com mais de 80 escravos.

240 Francisco de Paula Alves de Azevedo foi editor d’*O Povo*. Foi membro da Câmara Municipal de Lavras em 1832, 1849 etc. e novamente em 1859, e coletor das redas provinciais no mesmo município em 1873. Foi da mesa da Santa Casa. Outro, em 1873, era porteiro da Seção de Estatísticas, da Secretaria de Governo de Minas Gerais. Em 1842 foi processado como uma das lideranças rebeldes em Lavras (Autos, p. 238, 241).

241 Luiz Antônio Barbosa (1815-1866) foi um dos possíveis redatores d’*O Povo*. Tem homônimos. Formado em Coimbra. Magistrado, Deputado Provincial e Geral (1843-1844, 1857-1860). Membro do Conselho do Imperador. Presidente de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Homem de posses.

242 Comendador Francisco de Paula Santos (?-1881) foi um dos possíveis redatores d’*O Povo*. Negociante de grosso trato, um dos maiores de Ouro Preto. Coronel da Guarda Nacional. Diretor do Banco do Brasil. Deputado Provincial e Deputado Geral entre 1850 e 1869. Em

Em 1849 existiu em Ouro Preto o *Conciliador*, do qual os arquivos públicos só têm exemplares de 1851, mas já foi citado pel’*O Povo* quanto atacou Antão Fernandes Leão (SANTOS, 2011, p.101; O POVO, 8/7/1849). Tinha tamanho grande, e existia para enfrentar o *Itamontano*. E em 1850 surgiu *O Apostolo*, que duraria até 1852. Seria redigido por Domingo Soares Ferreira Pena, a quem se atribuía a redação do *Itamontano* e da *Voz* (VEIGA, 1898, p.198). É dito que *O Apóstolo* era republicano, mas isso não é visível no número a que se tem acesso.

Ou seja, quando terminou o Quinquênio Liberal a imprensa da capital chegou a ter, não por muito tempo, mais de uma folha por lado político. Existia o *Itamontano* quando surgiu *A Voz do Povo Oprimido* em 1849. Estariam se diferenciando, pois *O Itamontano*, sob influencia de Ottoni, estaria defendendo o federalismo e propondo uma Constituinte (O POVO, 19/8/1849). Do outro lado também existiram duas folhas, que também expressam uma diferenciação. *O Povo* foi uma folha de combate, eleitoral, que fustigava os Luzias em cada um dos números. A outra se chamava *O Conciliador*, e também batia, mas expressava em seu nome um programa. Além dessas quatro folhas existiu *O Noticiador*, que esteve dos dois lados, e das duas vezes ao lado do governo, ou seja, deixou os Luzias em 1848 quando estes caíram do governo (RODRIGUES, 2015, p.23). Iniciavam-se outros tempos na imprensa e na política. Esse limitado renascimento da imprensa esteve relacionado às incertezas e disputas de poder que se deram entre o Quinquênio Liberal e a primeira Conciliação. Comprova-se que a imprensa política florescia nos períodos conflitivos.

É um exemplo de que a imprensa mineira não morreu. Em 1865, ano incluso nos trinta anos de baixa do periodismo (meados dos 1840 a meados dos 1870), Richard Burton ainda podia dizer que:

Como os livros e revistas ainda são raros e caros, o jornal é o mais importante alimento literário em toda Minas. Em qualquer loja ou armazém, desde o nascer do dia, seu dono ou seus caixeiros podem ser vistos perdendo tempo – como dizem os estrangeiros – com a leitura de periódicos (Apud SANTOS, 2011, p.93).

Embora fora de nosso recorte cronológico, é importante mostrar um exemplo de folha da década de 1850, o *Imparcial Semanário*, de São João Del Rei, da qual a Biblioteca

1842 foi comandante da polícia de Ouro Preto, e da Guarda Nacional (ANDRADE, 2015).
243 Manoel Teixeira de Souza (1811-1878) foi um dos possíveis redatores d’*O Povo*. Barão de Camargos, natural de Ouro Preto. Foi Deputado Provincial, Geral e Senador. Presidiu Minas Gerais como Vice-Presidente.

Municipal dessa cidade, a mesma que foi fundada por Baptista Caetano, tem o número 27, de 11 de janeiro de 1855. A tipografia era na mesma rua do Tejuco onde fora a do *Astro* e depois a do Pimentel, mas a partir de 1854 tornou-se de José Antônio Rodrigues, que seria dono dessa tipografia até o início da década de 1880, e nela imprimiu diversos periódicos e livros. Mas da década de 1850 só sobrou esse exemplar. O assunto principal é São João Del Rei. Não se trata de política, não se ataca nenhum chefe político:

A primeira página é um edital do Juiz Francisco Soares Bernardes de Gouvêa, informando que Marcolino de Azevedo Coutinho devia comparecer diante da justiça posto que fora condenado. A segunda página traz um artigo de Antônio Simões de Souza sobre higiene, “*As águas potáveis de S. João del-Rei*”, que **não** é um ataque à Câmara Municipal, embora o assunto se prestasse a essa função, mas tão somente uma doutrinação higiênica, ou assim precisou se apresentar. O artigo propôs que a Câmara construísse mais chafarizes e vendesse anéis de água. Também “*Um carreiro de botas brancas*” escreveu um artigo, sobre São João del-Rei, mesmo assunto do “*Amigo da Verdade*” e do “*Galo da Torre do Carmo*” (AMARAL, 2008, p.13).

A epígrafe do *Imparcial Semanário*, além de seu nome, explica essa linha editorial:

Esforcemo-nos pois em obter o concurso de todos para o bem de todos, preferindo à discussão de princípios abstratos de política a dos remédios para as primeiras e imediatas necessidades do nosso país... Ext. da Fala com que S. M. I. O SENHOR D. PEDRO 2 ° abriu a Seção do Corpo Legislativo em 1851.

Trata-se de um extrato da Fala do Trono de um ministério do qual fazia parte a Trindade Saquarema. Um veterano de 1842 imprimia uma folha com uma Fala do Trono de pessoas contra as quais pegou em armas nessa revolta. A luta partidária estava adormecida, e isso desanimava a imprensa política. Não havia necessidade de nenhuma outra folha para combater o *Imparcial Semanário*. Parece que o *Imparcial* mesmo não durou muito, pois já em 1856 a Tipografia de José Antônio Rodrigues imprimia o *Paquete Mineiro*, sob sua própria responsabilidade, que dá outro exemplo da baixa vida pela imprensa visto que sequer era periódico, saía em “*dias indeterminados*” (CINTRA, 1982, p.109).

5.3.1 Crescimento da imprensa não partidária

Nas décadas de 1820 e 1830 a política dominou a imprensa, tomando espaço à literatura - “*Com a lição destas folhas políticas pouco a pouco se vai desterrando de entre nós o gosto de insulsas Novelas, ou de grosseiras obscenidades e se derrama o amor da leitura...*” (O UNIVERSAL, 19/3/1828). Na década de 1830 algumas folhas tratavam “só em Política” porque:

A necessidade a tanto obriga aos segundos, sob pena de não serem lidos. Tão acostumados estamos com a chicana periódica, que apenas aparece um Jornal, ocupando-se de artigos concernentes a instrução, é tido por muita gente, que aliás deve ter senso comum, como insonso, e desagradável (JORNAL, 28/2/1833).

Na década de 1840, pelo contrário, surge toda uma imprensa que tenta fugir à definição partidária, com a ressalva de que mesmo a imprensa literária, religiosa etc. “*Tornou-se cultural, sem, contudo, perder suas raízes políticas*”. Até as folhas partidárias dessa época renderam-se ao folhetim. O folhetim a princípio era “*espaço destinado a piadas, charadas, receitas, novidades, historietas e cartas*”, depois “*modificou-se até o ponto em que passou a ser o local de publicação de pedaços progressivos de uma narração*” (SANTOS, 2011, pp.37, 62). Desde antes da Revolta de 1842 a tendência literária se mostrava forte:

Está tão generalizado o (ilegível) romântico, que os Periódicos deram também em romancistas; e depois que a Política tornou-se um objeto indiferente para muita gente; à chegada dos Correios já se não pergunta, que novas, trazem os jornais; mas antes se trazem algum romance, ou novela bem sentimental.. (O AMERICANO, 23/1/1840)

A baixa das lutas políticas ampliou o espaço dos folhetins:

Os chefes (da oposição) em ambas as câmaras prestam seu voto ao ministério, fazendo-lhe elogios, e o órgão principal (da oposição) na imprensa disse em um de seus últimos ns. que passava a ocupar-se de folhetins por ter passado a lei de eleições... (O CONSTITUCIONAL, 24/8/1846)

Após a aprovação dessa lei *O Constitucional* também ficou sem assunto. A imprensa política decaía porque “*o clima político – que fora o seu grande estímulo – declinava*” (SODRÉ, 1966, p.206):

Nesta quadra de letargia produzida pelo amortecimento das paixões, e dos interesses políticos, vivamente debatidos no parlamento, a imprensa dos partidos encontra muitos embaraços em alimentar a voracidade de suas folhas periódicas. (O CONSTITUCIONAL, 1/10/1846)

Logo em 1843 aconteceu uma primeira tentativa conhecida de folha literária em Minas Gerais. Na Tipografia do *Itacolomy* foi impresso *O Athenêu Popular*, do qual a Biblioteca Nacional tem o número 3, de 18 de novembro de 1843. Diferente de quase todas as folhas de então, tinha 8 páginas. Propunha-se a ser um “*periódico literário*” e seu conteúdo lembra o de um Ateneu, ou seja, uma escola, com filosofia, história e literatura. Talvez seja a primeira folha mineira em que aparece o nome de Victor Hugo. Seria o primeiro jornal literário de Minas Gerais (SANTOS, 2011, p.21). Teria existido até 1844, quando teria anunciado que passaria a ter 32 páginas e a ser mensal, igual seria o *Recreador Mineiro*, que o sucedeu (BN, 1973, p.68). A existência dessa folha pode ter a mesma motivação da escola criada no acampamento rebelde de Galinhos durante a Revolta de 1842, no sul de Minas. Ambas as experiências indicam a constatação da necessidade de instrução básica, realidade constatada e enfrentada de diferentes maneiras desde a década de 1820. É também um sintoma de que se constatava os limites da imprensa política como se praticava até então.

Foi um dos primeiros sinais de que a imprensa mineira se transformava, finalmente saindo do binarismo aguerrido de 20 anos. Apesar de impresso na tipografia dos Luzias, era muito diferente de uma folha política, era mesmo a tentativa de um outro tipo de imprensa. Outras províncias já tinham imprensa literária. *Varietade ou Ensaio de Literatura* teve dois números na Bahia em 1812. *O Patriota* durou dois anos no Rio de Janeiro a partir de 1813. A *Revista da Sociedade Filomática* da Faculdade de São Paulo surgiu em 1833 e em 1836 vieram à luz os dois famosos números da *Nitheroy*, em Paris. De qualquer forma, os criadores do *Atheneu* estavam entre os pioneiros pois “*os periódicos literários multiplicaram-se somente após 1860*” (SANTOS, 2011, pp.60, 62, 64). Para Xavier da Veiga (1898, p.197) e Luciano Moreira (2011, p.204) o redator seria o editor Padre Antônio de Souza Braga,²⁴⁴ mas para Fernando Santos (2011, p.65) seria Bernardo Xavier Pinto de Sousa.²⁴⁵

244 O padre Antônio de Souza Braga foi editor do *Itacolomy* e do *Atheneu Popular*. Em 1841 era empregado da Secretaria de Governo de Minas Gerais. Em 1864 era vigário de Lamim. Subscreveu, em Ouro Preto, para o livro do padre Marinho sobre a Revolta de 1842.

245 Bernardo Xavier Pinto de Sousa é considerado redator do *Atheneu Popular* e do *Recreador Mineiro*. Era português, de Coimbra, nascido em 1814, veio para o Brasil em 1835 e naturalizou-se em 1839, ano em que mudou-se para Ouro Preto, Minas Gerais, para ocupar o cargo de primeiro oficial da Secretaria do Governo Provincial. Foi também gerente dos

Dia 1 de janeiro de 1845 começou a circular *O Recriador Mineiro*, que era como se dizia um “*periódico literário*”, mais de acordo com o que chamaríamos de revista literária. De quinze em quinze dias era publicado com 16 páginas, mas seguindo um programa pré-estabelecido, enviado Apêndice ao primeiro número, com o índice dos 12 números que compunham um semestre. *O Recriador* “*listou 723 assinantes, de várias localidades, no ano de 1846*”. Era impresso na Tipografia Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Sousa, possivelmente mesmo redator d’*O Atheneu Popular*. Para Santos o *Recriador* teria somente um redator, apesar de sempre assinar “*redatores*”. Para se engajar nessas duas experiências Pinto de Sousa “*deve ter considerado que a formação da população era insuficiente ou ineficaz*” (SANTOS, 2011, pp.15, 20, 23, 66, 85).

Sua Tipografia Imparcial, situada na rua do Jiló, hoje rua Paraná, imprimiu diversas folhas, dos dois lados políticos: os últimos anos do *Itacolomy*, provavelmente o *Correspondente*, *O Constitucional*, *O Povo* etc. Era mesmo uma tipografia imparcial entre os lados políticos, o que não deixava de ser mais um sinal dos tempos.

Outra experiência de imprensa não partidária foi a *Selecta Cathólica*, impressa na Tipografia Episcopal, outra tipografia de Mariana, entre 1846 e 1847 (MOREIRA, 2011, p.270). A *Selecta Cathólica* era uma revista quinzenal de 32 páginas, sob a direção do Bispo Antônio Ferreira Viçoso.²⁴⁶ O mesmo Bispo, ao lado do padre Luiz Antônio dos Santos,²⁴⁷

Correios em Minas Gerais. Casou-se com Maria Rita Pinto de Toledo Ribas, filha de quem talvez tenha sido o principal chefe da sedição militar de 1833, o já citado Manoel Alves de Toledo Ribas. Em 1846 tornou-se bibliotecário voluntário de Ouro Preto, guardando os livros em sua casa, que antes estavam abandonados. Eram os livros da biblioteca criada em 1831 pela Sociedade Promotora da Instrução Pública. Em 1 de Janeiro de 1845 já era dono da Tipografia Imparcial. Em 1847 começou a anunciar os livros de sua livraria, que eram produzidos em sua maioria na sua tipografia, que portanto era uma editora. Ele já contava então com dezenas de títulos (O CONSTITUCIONAL, 21/1/1847, 25/1/1847, 28/1/1847). Bernardo de Sousa emprestava livros de sua editora como se fossem da biblioteca. Em 1850 foi para o Rio de Janeiro, e continuou seu trabalho com os livros. É possível que sua mudança para o Rio de Janeiro tenha motivado o fim do gabinete de leituras em Ouro Preto (SANTOS, 2011, p. 98-102). Merece destaque que ele foi o autor da primeira história da Revolta de 1842, *História da Revolução em Minas*, publicado ainda em janeiro de 1843, no Rio de Janeiro.

246 D. Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana, criou a *Selecta Calólica*. Nasceu em Peniche, Portugal, em 1787, e faleceu em Mariana em 1875. Autor de *O Romano*. Ensinou Filosofia no Seminário de Évora, Portugal. Foi diretor dos Colégios do Caraça e de Jacuecanga. Ávido pregador, chegava a subir no púlpito três vezes ao dia (BLAKE, 1883, p. 166-168). Era considerado Ultramontano e reformou o Seminário de Mariana para seguir as decisões do Concílio de Trento. Recebeu a comenda da Ordem de Cristo, era oficial da Ordem da Rosa e o título de Conde da Conceição. Em 1842 estava à frente do Colégio do Caraça, e por medo de que a Revolta de alguma forma atingisse alunos e professores, transferiu alunos, professores, livros etc. para Campo Belo e para Congonhas do Campo. A viagem para Campo Belo, a cerca de 700 quilômetros, durou uns 40 dias.

247 Luiz Antonio dos Santos (1817-1891) era natural de Angra dos Reis, foi reitor do Seminário de

redigiu a revista *O Romano*, em 1851, fora de nosso recorte temporal (VEIGA, 1898, p.205).

Em resumo, a década de 1840, tida como de decadência da imprensa, foi realmente de decadência da imprensa partidária e da imprensa das urbes interioranas, mas também foi a década do nascimento da imprensa não partidária em Minas Gerais. Em números aconteceu uma queda, que não foi compensada pelo surgimento da imprensa não partidária, ainda no berço e concentrada na capital e no bispado.

5.3.2 Os redatores

As informações sobre redatores, editores, colaboradores etc., são lacunares, e em vários casos incompletas ou até conflituosas. Há casos em que os redatores são somente supostos, outros em que há muitos homônimos. Com informações que se espera serem muito complementadas e retificadas em trabalhos futuros foi feita a Tabela 4. Não tem valor estatístico, de algumas folhas não existe um só nome e de outras existem vários. A própria existência de dados, mesmo o conhecimento do nome dos redatores, é influenciada pela carreira e pelas propriedades. Ou seja, de políticos de influencia nacional existem biografias, foram preservadas memórias etc, e portanto sabe-se de suas contribuições jornalísticas enquanto outros redatores desapareceram. Mas a Tabela 4 permite reflexões.

Foram encontrados 95 nomes de redatores, colaboradores, editores e até de tipógrafos das folhas estudadas. De três não existe informação alguma com exceção da posição política da folha à qual foram relacionados. Dois do *Amigo da Verdade*, contados portanto como apoiadores de D.Pedro I, e um do *Tareco Militar*, considerado Caramuru.²⁴⁸

Dos tipógrafos na maioria das vezes só se sabe o nome. Só três receberam notas de rodapé e entraram na Tabela 4 – Antonio Maria Jourdan, seu aprendiz José Maria Ferreira Garcia, e Francisco José Salles. Jourdan não era só tipógrafo, parece ter sido da parcialidade da folha que editou, tanto que se responsabilizou por ela em juízo. Garcia teve uma longa carreira de tipógrafo e lutou ao lado rebelde em 1842. Francisco José de Salles tanto era politicamente ativo que usava a sede do *Astro de Minas* para reuniões políticas (OLIVEIRA, VELLASCO, 2007). Foram incluídos porque tiveram atuação política.

Os então chamados editores foram todos incluídos. Primeiro, porque eles respondiam

Mariana, cargo de indicação do Bispo, e posteriormente foi ele mesmo Bispo do Ceará e Arcebispo da Bahia.

²⁴⁸ Manoel Corrêa Gomes foi sócio na tipografia do *Amigo da Verdade*. O padre Verruga foi redator nessa mesma folha. João Martins de Moura Duque Estrado foi redator do *Tareco Militar*.

em juízo pelo que era publicado, de forma que tinham um envolvimento político. Segundo porque existem casos em que se sabe de sua influência, como Francisco de Assis Costa, que foi editor do *Conciliador*, do *Noticiador* e do *Bom Senso* e seria o responsável pela veia literária de folhas que editou (SILAMI, DRUMMOND, 2008, p.61). Ou o caso dos “impressores” das folhas Liberais e Moderadas de Diamantina, dos quais se sabe que continuaram líderes políticos Liberais por décadas a fio.

A posição política dos redatores conta uma história só de ser descrita. Muitas vezes a única fonte para sabermos as posições políticas que tiveram são as próprias folhas em que escreveram. Claro que essas informações são lacunares. Outra imprecisão é que, também por falta de informações suficientes, não foram diferenciados os centristas, como Herculano Ferreira Penna e Francisco de Paula Santos. Mas mesmo assim os dados contam uma história.

Antes de 1831 os que apoiavam D. Pedro I foram 16, e os opositores, denominadas desde a época como Liberais, foram 26.²⁴⁹ Entre os 16 “pedristas”, ao menos 8 continuaram atuando após 1831, quando ficaram conhecidas como Caramurus.²⁵⁰ Porém, desses oito, dois, os pai e filho Soares do Couto, estiveram com os Moderados até 1833. Dos 26 nomes Liberais, todos se tornaram Moderados, todos, mesmo os que por algum tempo foram considerados Exaltados, caso de Ottoni. Portanto a divisão dos Liberais após 7 de Abril de 1831 não se aplicou se não temporária e minoritariamente aos redatores de Minas Gerais. O núcleo considerado pelos demais Liberais mineiros como Exaltado se limitou à região do Serro.

No total foram encontrados 45 nomes relacionados às folhas Moderadas, contra 14 Caramurus. Ou seja, os escritores Liberais, agora todos Moderados, quase dobraram numericamente, e os seus adversários ficaram na mesma. Dos 45 Moderados sabe-se que quando se dividiram 23 foram Progressistas, ditos e tidos por Liberais, e 14 foram Regressistas.²⁵¹ Dos 14 Caramurus 5 foram Regressistas, e dois tornaram-se Liberais, mas não se sabe se antes esses dois foram Regressistas. Por um lado está retratada a divisão dos Moderados, com mais de um terço de seus membros criando o agrupamento que seria

²⁴⁹ José Alcebíades Carneiro e José Maria Ferreira Garcia estiveram a princípio ligados à folha Amigo da Verdade, pedrista, e depois passaram-se para o lado Liberal, e foram contados entre ambos.

²⁵⁰ Nicolau Soares do Couto, Manoel Soares do Couto, Frei José Joaquim Viegas de Menezes, José Maximiano Baptista Machado, Vigário Luis José Dias Custódio, José Gonçalves Côrtes, Brigadeiro Francisco de Assis Lorena, Mello Franco.

²⁵¹ Pedro Gomes Nogueira e Herculano Ferreira Penna primeiro foram Liberais, depois Regressistas. Já Manoel e Nicolau Soares do Couto antes de serem Regressistas foram contados entre os Caramurus.

apelidado de Regressista. Por outro, muitos dos que foram Caramurus desapareceram da vida política após 1835 ou 1833. A contribuição dos Caramurus para o Regresso em escritores parece ter sido menos de metade da Moderada.

Entre 1836 e 1850 foram encontrados 38 Liberais e 33 Regressistas, ou como então mais se designavam, do Partido da Ordem.²⁵² Estabeleceu-se um equilíbrio pela primeira vez.

Três redatores, embora se conheça um pouco de suas vidas políticas, não se enquadram, do ponto de vista de suas publicações, nesses lados políticos. O Bispo Dom Viçoso produziu periódicos religiosos, os primeiros de Minas. Em 1842 retirou-se com os alunos do Caraça, onde era ainda Reitor, para longe do conflito. Luiz Maria da Silva Pinto produziu periódicos somente com atas, e de lavra própria Dicionários, sendo um dos primeiros dicionaristas do Brasil. Esteve 30 anos na secretaria de governo, sob os mais diversos governos. Manoel José Barbosa Pimenta e Sal praticamente franqueou sua tipografia para quem a mantivesse viva, e defendeu a liberdade e as prerrogativas da imprensa.

Foi possível encontrar 41 desses escritores diretamente envolvidos com a Revolta de 1842, 24 do lado rebelde e 17 do lado legalista. Dentre os 95 estudados sabe-se que 10 já tinham falecido e um retornara para Portugal antes da Revolta de 1842.²⁵³ Alguns outros devem ter se envolvido, sem deixar pistas.

Ainda no terreno da política, 26 foram eleitos para postos nacionais, 7 chegaram a postos eletivos provinciais, e 21 foram eleitos para postos municipais, somando 54 eleitos. O fato de somente 7 terem atingido cargos provinciais enquanto mais de vinte atingiram ou somente postos municipais, ou postos nacionais, deve-se a que um político que tinha poder para se eleger a nível provincial também o tinha para cargos nacionais, pois ambas as eleições tinham o mesmo universo de eleitores - a Província. A diferença de votos era pequena, e a lei permitia o acúmulo das deputações provinciais e geral.

Transitando entre questões políticas e sócio-econômicas, foram encontrados também 51 escritores que tiveram cargos públicos não eletivos, que então eram praticamente todos por indicação política. São 35 de baixo escalão e 16 de alto escalão, dos quais respectivamente, 16 e 3, somando 19, não tiveram nenhum cargo eletivo que tenha sido encontrado. Deve-se notar que 54 eleitos, mesmo os que não tiveram nenhum cargo por indicação política, como Ottoni, somados aos 19 que nunca tiveram posto eletivo mas cargos públicos não eletivos são 73, entre 95. É impressionante, ainda mais quando já foi dito que sobre alguns não há informação

²⁵² Mais uma vez, Pedro Gomes Nogueira e Herculano Ferreira Pena foram contados dos dois lados.

²⁵³ Francisco Freire de Carvalho lançou um dos seus livros em 1840, já em Lisboa.

absolutamente alguma.

Também é significativo que 58 ou nasceram ou se tornaram homens de posses. De alguns se sabe que foram ricos. Os detentores de títulos de nobreza, a começar por cavaleiros, foram 19, sem incluir Lorena, que não recebeu nenhum título mas era filho do Conde de Sarzedas, que foi Vice-Rei da Índia. Embora isso não lhe conferisse nobreza segundo a Constituição de 1824, por certo a conferia aos olhos de muitos de seus contemporâneos.

Sobre a formação escolar, 21 estudaram em alguma Faculdade ou Universidade, sendo 10 em Coimbra, 8 em São Paulo (incluindo nos dois casos um que começou seus estudos em Coimbra), um em Paris, um em Farmácia não se sabe onde, e dois bachareis também não se sabe onde. Ao menos 20 tiveram ensino religioso. Os de formação militar foram quatro, incluindo Ottoni, que estudou direito mas quando já era um jornalista experiente. Sobram 50 sem dados, dos quais vários foram autodidatas. Quantos não terão estudado no Caraça, em Mariana sem se ordenarem etc.? É digno de nota que ao contrário do que se observa para lideranças políticas e intelectuais de alcance nacional, esses redatores escolhidos por um recorte regional tinham formação diversificada, na qual os coimbrões representavam somente 10%.

A trajetória escolar, na medida em que estudos têm custos, é um indicativo sócio-econômico. A diferença entre 21 que fizeram cursos superiores e 58 que se sabe terem tido posses retrata algo que se percebe lendo as notas de rodapé sobre os redatores – que muitos se fizeram sozinhos, ou seja, tornaram-se ricos durante a vida. Como intelectuais, muitas portas se abriam para esses homens, no serviço público ou na vida política.

É fácil prever e desejável que pesquisas posteriores enriqueçam os dados dessa tabela.

Quadro 2 – Redatores, Editores, Tipógrafos e Donos de Tipografias

	Trajatória partidária	Cargos públicos Eletivos e Indicados	Formação	Informações econômicas
José Antonio Marinho (1803-1853) <i>Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública,</i> <i>Novo Argos,</i> <i>Astro de Minas,</i> <i>Oposição Constitucional,</i> <i>Americano,</i> <i>Despertador Mineiro</i> (1842), <i>Itacolomy,</i>	Liberal no Primeiro Reinado, depois Moderado, depois Liberal. Rebelde em 1842.	Eleito Vereador, Juiz de Paz, Deputado Provincial e Geral. Professor público.	Religiosa. Chegou a Cônego.	Nasceu pobre, faleceu dono de colégio (posses).

<i>Itamontano, Monarquista, Constitucional.</i>				
Manoel José Barbosa Pimenta e Sal (? - +-1842) <i>Compilador Mineiro (?)</i> ²⁵⁴ <i>O Universal</i>	Brasileiro.		Autodidata.	Artesão e imigrante português.
José Joaquim Viegas de Menezes (1778-1841) <i>(?)</i> ²⁵⁵ <i>Compilador Mineiro</i>	Parece ter apoiado D.Pedro I (Pedrista), e esteve com os Caramurus em 1833.	Capelão militar.	Religiosa, em Portugal. Era Frei.	
Manoel Soares do Couto (1801-1841) <i>Abelha do Itaculumy (?)</i> <i>Correio de Minas, Unitário (?)</i> .	Pedrista, depois Moderado, depois Caramuru, depois Regressista.	Eleito Vereador e Deputado Provincial.		Homem rico desde o nascimento. Comerciante.
Nicolau Soares do Couto (1761-1840) <i>Abelha do Itaculumy (?)</i>	Pedrista, depois Moderado, depois Caramuru, depois Regressista.	Eleito Vereador. Administrador do Correios, Almotacé.		Homem rico. Comerciante.
João de Deus Magalhães Gomes <i>Abelha do Itaculumy (?)</i>	Pedrista.	Procurador da Câmara de Ouro Preto.		Homem de posses. Comerciante.
Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) <i>O Universal, Companheiro do Conselho, Oposição Constitucional, Sete d'Abril (RJ) Parahybuna.</i>	Liberal, depois Moderado, depois Regressista.	Eleito Deputado Provincial, Geral e Senador. Juiz de Fora, Desembargador, Conselheiro de Estado, Ministro.	Coimbra.	Sabe-se que enriqueceu durante a vida.
José Pedro Dias de Carvalho (1805-1881) Comendador <i>O Universal. Diário do Conselho Geral da Província de Minas. Guarda Nacional Mineiro. O Parlamentar (RJ).</i>	Liberal, depois Moderado, depois Liberal. Rebelde em 1842.	Eleito Deputado Provincial, Geral e Senador. Conselheiro de Estado, Ministro, Presidente do Banco do Brasil e de Minas Gerais.	Autodidata.	Foi um homem de posses.
Luiz Maria da Silva Pinto (1773-1869) <i>Diário do Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, Semanário Oficial da Província de Minas Gerais, Atas das Seções do</i>	Fez parte de vários governos.	Eleito Conselheiro de Governo e Deputado Provincial. Secretário da Presidência de Minas Gerais por mais de 30 anos.	Militar. Foi Major.	Homem de posses. Foi dono de uma tipografia.

²⁵⁴ A interrogação em frente a um periódico significa dúvida de que o redator escreveu nesse periódico.

²⁵⁵ A interrogação em frente ao nome do redator significa dúvida de que ele tenha mesmo sido redator. Ao longo do texto e nas notas de rodapé foram explicados os motivos.

<i>Conselho de Governo.</i>					
Baptista Caetano d'Almeida (1797-1839) <i>Astro de Minas.</i>	Liberal, depois Moderado, depois Liberal.	depois depois	Eleito Vereador, Juiz de Paz, Deputado Provincial e Geral.	Autodidata.	Homem rico.
Francisco de Assis Braziel (? – 1834) <i>Astro de Minas.</i>	Liberal, depois Moderado.	depois	Secretário da Câmara de Lavras e Promotor na mesma Vila.	Religiosa. Era Padre.	Aparentemente vivia do seu trabalho. Bibliotecário.
Francisco José de Salles <i>Astro de Minas.</i>	Liberal, depois Moderado.	depois		Autodidata.	Além de Editor, Tipógrafo. Vivia do seu trabalho.
José Alcebiádes Carneiro (? – 1840) <i>Amigo da Verdade, Astro de Minas, Mentor das Brasileiras.</i>	Escreveu o primeiro número de uma folha Pedrista, depois Liberal, depois Moderado, depois Liberal.		Eleito Vereador, Deputado Provincial e Geral (1834-1839). Professor, Promotor.		
Manuel Sabino Sampaio Lopes <i>Echo do Serro</i>	Liberal, depois Exaltado, depois Moderado.	depois depois		Autodidata.	Ourives. Dono de Tipografia.
João Nepomuceno Aguilar. <i>Echo do Serro, Diamantino, Exorcista.</i>	Liberal, depois Exaltado, depois Moderado, depois Liberal.	depois depois depois	Juiz substituto e Delegado de polícia.	Bacharel.	Homem de posses.
Bento de Araújo Abreu (1797-1841) <i>Echo do Serro.</i>	Liberal, depois Moderado, depois Liberal.	depois depois	Eleito Vereador tanto de Diamantina quanto do Serro e Deputado Provincial.	Religiosa. Era Padre.	Homem rico desde o nascimento.
Benedito Teófilo Ottoni (1807-1869) <i>Sentinella do Serro, Echo do Serro, Diamantino, Universal, Astro de Minas, Guarda Nacional Mineiro, Despertador Mineiro (1842), Itacolomy, Itamontano.</i>	Liberal, depois Exaltado, depois Moderado, depois Liberal. Rebelde em 1842.	depois depois depois	Eleito Deputado Provincial, Geral e Senador.	Militar. Estou na Escola Naval. Já adulto estudou na Faculdade de Direito de São Paulo.	Tornou-se rico durante a vida.
Rodrigo de Souza Reis <i>Echo do Serro, Diamantino, Exorcista.</i>	Liberal, depois Exaltado, depois Moderado, depois Liberal.	depois depois depois			Homem rico.
Manoel Ciríaco de Abreu	Liberal, depois	depois	Tabelião.		Tabelião.

<i>Echo do Serro, Diamantino, Exorcista.</i>	Exaltado, depois Moderado, depois Liberal.			
José Maximiliano Baptista Machado - Comendador e Cavaleiro. <i>Amigo da Verdade.</i>	Pedrista, depois Caramuru, depois Liberal, talvez depois de ter sido Regressista. Rebelde em 1842.	Eleito Vereador. Tabelião.		Homem rico.
Luiz José Dias Custódio (17??-1854) Cavaleiro <i>Amigo da Verdade, Constitucional Mineiro (?) A Ordem.</i>	Pedrista, depois Caramuru, depois Regressista. Legalista ativo em 1842.	Secretário de Governo em Mato Grosso.	Coimbra. Religioso.	
“Verruga” <i>Amigo da Verdade.</i>	Pedrista.		Religiosa. Foi padre.	
José Pedro Borges de Carvalho <i>Amigo da Verdade.</i>	Pedrista	Eleito Camarista.		Homem de posses. Comerciante.
Manoel Corrêa Gomes <i>Amigo da Verdade.</i>	Pedrista			Homem de posses. Sócio da tipografia.
Antônio Maria Jourdan <i>Amigo da Verdade, Diário do Rio de Janeiro.</i>	Pedrista			Vivia de seu trabalho.
José Maria Ferreira Garcia (1810-pós 1892) <i>Amigo da Verdade, Astro de Minas, A Ordem etc.</i>	Pedrista (folha à qual esteve ligado), depois Liberal, Moderado e Liberal. Rebelde em 1842.		Autodidata.	Tipógrafo. Vivia de seu trabalho.
José Gonçalves Côrtes <i>Telegrapho, Grito do Povo (?)</i>	Pedrista, depois Caramuru, depois Regressista.	Aposentado pela Recebedoria do Paraibuna. Administrador dos Correios.		Homem rico.
João José Lopes Mendes Ribeiro (1774-1852) <i>O Telegrafo (?)</i>	Pedrista, posteriormente Regressista.	Eleito membro do Governo Provisório de Minas Gerais e Deputado Geral. Conselheiro. Ministro e Presidente de Minas Gerais.	Coimbra (?)	Homem de posses.
Francisco de Assis Lorena (? – 1835) <i>O Telegrafo, O Soldado.</i>	Pedrista, depois Caramuru	Comandante das Armas de Minas Gerais.	Militar. Chegou a Brigadeiro.	Homem de posses.
Francisco (?) de Mello Franco <i>O Telegrapho, Semanário Mercantil,</i>	Pedrista, depois Caramuru.	Eleito Deputado Geral (1854-1856). Escrivão de várias	Coimbra.	Homem de posses.

<i>Relâmpago</i> (?), <i>Cidadão Livre</i> (?) falso <i>Athleta Sabarense</i> (?)		Capelas de Resíduos.		
Antônio José Ribeiro Bhering (1803-1856) Comendador. <i>O Novo Argos,</i> <i>Homem Social,</i> <i>Revisor.</i>	Liberal, depois Moderado, depois Liberal, depois Conciliador ou Conservador. Advogado dos rebeldes de 1842.	Eleito Vereador, membro do Conselho Geral da Província, Deputado Provincial e Geral.	Religiosa. Chegou a Cônego.	Origem pobre.
Herculano Ferreira Penna (1811-1867) Cavaleiro e Dignatário da Rosa <i>O Novo Argos.</i>	Moderado, depois Liberal, depois Regressista. Foi legalista ativo em 1842.	Eleito Deputado Provincial, Geral, e Senador. Secretário da Província. Foi Presidente de 8 Províncias e Conselheiro do Imperador.		Origem pobre (controversa)
Florêncio Antônio da Fonseca (? - +- 1857) <i>Constituição em Triumpho.</i>	Considerado Liberal pelos Caramurus, mas não parece ter se aliado aos Liberais. Foi Regressista. Foi Promotor em 1842.	Eleito Vereador. Promotor.	Direito em São Paulo (?)	
Manuel Berardo Acúrsio Nunam <i>Estrella Marianense.</i>	Liberal, depois Moderado, depois Regressista. Foi legalista ativo em 1842.	Secretário da Câmara de Mariana. Empregado da Secretaria do Governo de Minas Gerais.	Religiosa (?)	Origem pobre.
José Bento Leite Ferreira de Mello (1785-1844) <i>Pregoeiro Constitucional.</i> <i>Recompilador Mineiro.</i>	Liberal, depois Moderado, depois Liberal. Conspirador da Revolta de 1842.	Eleito membro da primeira Junta Provisória de Governo, do Conselho Geral da Província, Deputado Provincial, Deputado Geral e Senador.	Religiosa. Chegou a Cônego.	Homem rico desde o nascimento.
João Dias de Quadros Aranha (1784-1865) <i>Pregoeiro Constitucional,</i> <i>Recompilador Mineiro.</i>	Liberal, depois Moderado, depois Liberal. Conspirador da Revolta de 1842.	Eleito Vereador, Juiz de Paz, Deputado Provincial e Geral.	Religiosa. Chegou a Cônego.	Homem de posses.
Modesto Antônio Mayer (1804-1864) Hábito da Rosa <i>Recompilador Mineiro.</i>	Moderado, depois Regressista. Legalista atuante em 1842.	Eleito Vereador. Delegado.	Farmacêuti co.	Nasceu pobre e tornou-se um homem de

				posses.
Venâncio Ribeiro Mourão (1795-1880) <i>Echo do Serro.</i> <i>Exorcista.</i> <i>Diamantino.</i>	Liberal, depois Exaltado, depois Moderado, depois Liberal, possivelmente negociando com o Regresso.	Coletor dos Diamantes por 24 anos, até 1841. Então demitido, e readmitido poucos anos depois.		Homem rico.
Clementino Rabelo Campos <i>Diamantino.</i> <i>Exorcista.</i>	Exaltado, depois Moderado, depois Liberal.			Homem de posses.
Mizael Felicíssimo Aguillar <i>Diamantino.</i> <i>Exorcista.</i>	Exaltado, depois Moderado, depois Liberal.			
Giraldo Pacheco de Melo <i>Liberal do Serro.</i> <i>Buletim da Legalidade no Serro (?)</i>	Liberal, depois Exaltado, depois Moderado, talvez depois editor Regressista. Legalista em 1842 (?)		Autodidata.	Ourives e mecânico. Dono de tipografia.
Manoel Joaquim d'Oliveira Cardozo <i>Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública</i>	Moderado.	Funcionário da Junta da Fazenda.		
Justiniano da Cunha Pereira (1798-1838) <i>Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública.</i> <i>Parahybuna.</i>	Liberal, depois Moderado, depois Regressista.	Eleito Eleitor.	Religiosa. Era padre, formado em Mariana.	Provavelmen te vivia de seu trabalho.
Pedro Gomes Nogueira – Comendador <i>Vigilante.</i> <i>Athleta Sabarense (?)</i> . <i>Estafeta (?)</i>	Liberal, depois Moderado, depois Liberal, depois Regressista. Foi atuante e teria mudado de lado na Revolta de 1842.			Homem rico.
Mariano de Souza Silvino <i>Vigilante.</i>	Liberal, depois Moderado.		Religiosa. Era padre, chamado de “doutor”.	Homem de posses.
Antonio Pereira da Fonseca <i>Vigilante.</i> <i>Diabo Coixo.</i> <i>Miscelânea.</i>	Moderado, depois Liberal. Rebelde em 1842.		Militar. Chegou a Major do Exército.	
Manoel de Freitas Pacheco - Cavaleiro <i>Miscelânea.</i>	Moderado.	Eleito Vereador. Juiz de Fora.		Homem de posses.

Francisco Andronico Ribeiro (? – 1835) <i>Athleta Sabarense.</i> <i>Semanário Mercantil (?)</i> <i>Cidadão Livre (?)</i>	Moderado.		Religiosa. Foi padre.	
Bernardo Jacinto da Veiga (1806-1863) <i>Opinião Campanhense.</i>	Liberal, depois Moderado, depois Regressista. Presidente legal de Minas Gerais durante a Revolta de 1842.	Eleito Deputado Provincial e Geral. Presidente de Minas Gerais.	Autodidata.	Filho de um pequeno comerciante. Tornou-se homem de posses.
Lourenço Xavier da Veiga (1806-1863) <i>Opinião Campanhense.</i>	Liberal, depois Moderado, depois Regressista. Legalista atuante em 1842.	Eleito Vereador.	Autodidata.	Filho de um pequeno comerciante. Tornou-se homem de posses.
Francisco Freire de Carvalho Figueiredo (1779-1852) <i>Constitucional Mineiro.</i>	Caramuru.	Professor do Colégio Pedro II e Reitor de Colégios em Portugal.	Coimbra. Religiosa. Chegou a Cônego.	
Luiz Joaquim Nogueira da Gama (1793-1853) Cavaleiro <i>O Papagaio.</i>	Caramuru.	Eleito Vereador e Juiz de Paz. Tesoureiro da Intendência. Oficial da Secretaria de Estado da Marinha.		Homem de posses.
Francisco Joaquim de Araújo Pereira da Silva (1803-1863) Comendador <i>O Papagaio.</i>	Caramuru, depois talvez Liberal (?). Talvez rebelde em 1842.	Eleito Vereador. Promotor.		Homem Rico.
Jacinto Rodrigues Pereira Reis (1768?-1872) Cavaleiro, Comendador e Dignatário <i>Despertador Mineiro (1833).</i>	Moderado, depois Caramuru.	Eleito Vereador no Rio de Janeiro.	Coimbra. Era Médico famoso.	Homens de posses.
João Martins de Moura Duque Estrada <i>Tareco Militar.</i>	Caramuru.			
Francisco de Magalhães Gomes. <i>Tareco Militar.</i>	Caramuru.			Homem de posses.
Antônio Gomes Batista <i>Estafeta (1835)</i>	Moderado, depois Liberal. Aceitou posto rebelde em 1842.	Eleito Vereador e Juiz de Paz. Escrivão da Intendência.	Estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas	Homem de posses.

			não completou o curso.	
José Marciano Gomes Baptista <i>Estafeta (1835)</i>	Moderado, depois Liberal. Preso e processado em 1842.	Eleito Vereador, Juiz de Paz e Deputado Provincial.	Faculdade de Direito de São Paulo. E Religiosa. Chegou a Cônego.	Homem de posses.
Feliciano Ferraz da Costa <i>Espelho da Verdade (?)</i>	Moderado.			Homem de posses.
Veríssimo Pereira dos Santos <i>Noticiador Serrano.</i>	Moderado.	Professor de Primeiras letras.		
José Bento da Costa e Azedias <i>Parahybuna. A Ordem.</i>	Regressista.	Eleito Vereador.		Homem rico.
João Gualberto Teixeira de Carvalho <i>Parahybuna.</i>	Regressista, depois Liberal. Rebelde em 1842.	Vereador.		Homem de posses.
Domiciano Leite Ribeiro (1812-1881) Visconde de Araxá <i>Astro de Minas, Americano, Despertador Mineiro (1842)</i>	Moderado, depois Liberal. Rebelde em 1842.	Eleito Deputado Provincial e Geral. Foi Conselheiro de Estado e do Imperador, Ministro, Presidente de São Paulo e do Rio de Janeiro.	Faculdade de Direito de São Paulo.	Homem rico.
Joaquim Antão Fernandes Leão (1809-1887) Comendador e Cavaleiro <i>O Universal, Constitucional, Voz do Povo Oprimido, Itacolomy, Itamontano.</i>	Moderado, depois Liberal. Advogado dos rebeldes em 1842.	Eleito Deputado Provincial, Geral e Senador. Conselheiro do Imperador. Presidente do Rio Grande do Sul e da Bahia. Ministro.		Homem de posses.
Joaquim Manoel de Freiria <i>Parahybuna</i>	Regressista.	Eleito Vereador.		Advogado.
Luiz Fortunato de Souza Carvalho <i>Guarda Nacional Mineiro.</i>	Liberal. Rebelde em 1842.	Eleito Deputado Provincial. Funcionário da Contadoria Provincial.		Homem de posses.
Honório Pereira de Azeredo Coutinho <i>Correio de Minas, Unitário.</i>	Regressista. Legalista ativo em 1842.	Eleito Deputado Provincial. Funcionário da Secretaria do Governo de Minas Gerais.		

		Presidente do Maranhão.		
Cesário José Lima e Silva (?) <i>O Popular</i>	Liberal Rebelde em 1842.	Eleito Vereador. Escrivão.		Homem de posses.
Antônio Gomes Cândido (1802-1850) <i>Correio de Minas.</i> <i>Unitário.</i> <i>Setembrista.</i>	Moderado, depois Regressista. Legalista atuante em 1842.	Eleito Deputado Provincial e Geral. Juiz de Direito, Chefe de Polícia de Minas Gerais.	Faculdade de Direito de São Paulo. Antes estudou no Seminário de Mariana, mas não tomou ordens.	Fazendeiro.
Joaquim Dias Bicalho <i>Setembrista.</i>	Regressista.	Eleito Deputado Provincial. Inspetor da Tesouraria de Minas Gerais.		
Camilo Maria Ferreira Armonde (1815-1882) Conde de Prados. <i>Echo da Rasão.</i>	Liberal. Rebelde em 1842.	Eleito Deputado Geral. Conselheiro de Estado.	Caraça e depois Academia de Medicina de Paris.	Homem rico.
José Felicíssimo do Nascimento (1806-1884) Cavaleiro. <i>Guarda Nacional Mineiro.</i> <i>O Universal.</i>	Liberal. Perseguido como se tivesse sido rebelde em 1842	Eleito Deputado Geral. Secretário da Assembleia Legislativa Provincial.	Religiosa. Chegou a Monsenhor.	Nasceu pobre e tornou-se um homem de posses.
Francisco de Assis Medina. <i>Buletim da Legalidade no Serro.</i>	Regressista/Partido da Ordem. Legalista ativo em 1842.	Eleito Eleitor.		
Bento Ferreira Carneio <i>Buletim da Legalidade no Serro.</i>	Regressista/Partido da Ordem. Legalista ativo em 1842.	Eleito Eleitor. Suplente de Delegado.		
Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos (1812-1863) Cavaleiro. <i>Publicador Mineiro.</i> <i>Correio de Minas.</i>	Liberal, depois Moderado, depois Regressista/Partido da Ordem, depois Liberal fora do recorte temporal desse trabalho. Legalista Chefe de Polícia de Minas Gerais durante a Revolta de 1842.	Eleito Deputado Provincial, Geral e Senador. Presidente de São Paulo e de Minas Gerais.	Faculdade de Direito e São Paulo.	Enriqueceu durante a vida.
Jacques Augusto Cony <i>O Legalista,</i>	Regressista/Partido da Ordem.		Militar. Chegou a	

<i>Correio de Minas, Unitário.</i>	Legalista atuante em 1842.		Brigadeiro. Era da Artilharia.	
Firmino Rodrigues da Silva (1816-1879) <i>A Ordem, Publicador Mineiro, Consiliador, O Bom Senso.</i>	Regressista/Partido da Ordem. Legalista atuante em 1842.	Foi Deputado Provincial e Geral. Juiz de Direito, Desembargador, Chefe de Polícia de Minas Gerais.	Faculdade de Direito de São Paulo.	Nasceu pobre e tornou-se um homem de posses.
Gabriel Mendes dos Santos (1795-1873) <i>A Ordem.</i>	Regressista/Partido da Ordem	Eleito Deputado Geral e Senador. Juiz de Fora, Intendente dos Diamantes, Juiz de Direito, Desembargador, Ouvidor.	Coimbra (?) Filólogo e jurista.	Homem de posses.
André Ferreira Martins (1786-1847) (?). <i>A Ordem.</i>	Regressista/Partido da Ordem.		Coimbra.	Homem Rico.
Florentino Carlos Prudente. <i>Itacolomy. Constitucional.</i>	Liberal. Rebelde em 1842.			Homem de posses.
João Nepomuceno Nunes Bandeira <i>Itacolomy.</i>	Liberal. Rebelde em 1842.	Administrador do Correio Oficial de Minas Gerais.		
José Rodrigues Duarte <i>Itamontano, Voz do Povo Oprimido.</i>	Liberal.	Funcionário da Secretaria de Governo de Minas Gerais.		
Domingos Soares Ferreira Martins <i>Itamontano. Apóstolo.</i>	Liberal.	Funcionário da Secretaria de Governo de Minas Gerais.		
José Antônio Rodrigues (1791-1887) <i>Itamontano, Imparcial Semanário, Pacote Mineiro, O Povo, São-Joanense, Escolástico, Cinco de Janeiro, Situação.</i>	Liberal. Rebelde em 1842.	Eleito Vereador. Promotor.		Homem de posses. Dono de tipografia.
Joaquim Carlos Figueiredo <i>Itamontano</i>	Liberal.			Homem rico. Dono de tipografia.
Quintiliano José da Silva (1807-1889) <i>O Constitucional (?)</i>	Liberal. Há polêmica sobre 1842.	Deputado Provincial e Geral. Juiz, Desembargador,	Coimbra. Terminou em São Paulo.	Homem Rico.

		Conselheiro de Estado, Presidente de Minas Gerais.		
Silvério Ribeiro de Carvalho <i>O Povo</i>	Regressista/Partido da Ordem.	Eleito Eleitor. Suplente de Delegado e oficial da Força Pública ou Corpo Policial.		Homem de posses.
Francisco de Paula Alves de Azevedo <i>O Povo</i>	Liberal, depois partido da Ordem. Rebelde em 1842.	Eleito Vereador. Coletor de Rendas Provinciais.		
Luiz Antônio Barbosa (1815-1866) (?) <i>O Povo</i>	Regressista/Partido da Ordem.	Eleito Deputado Provincial e Geral (1843-1844, 1857-1860). Conselheiro do Imperador. Ministro da Justiça. Presidente de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.	Coimbra.	Homem de posses.
Francisco de Paula Santos (?-1881) (?) – Comendador. <i>O Povo</i>	Moderado, depois Regressista/Partido da Ordem. Legalista atuante em 1842.	Eleito Deputado Provincial e Geral. Diretor do Banco do Brasil.		Homem rico.
Manoel Teixeira de Souza (1811-1878) (?) – Barão de Camargos. <i>O Povo.</i>	Regressista/Partido da Ordem.	Eleito Deputado Provincial, Geral e Senador. Funcionário Público.		Homem de posses.
Francisco de Assis Costa <i>Conciliador;</i> <i>Noticiador;</i> <i>Bom Senso.</i>	Regressista/Partido da Ordem.			
Antônio de Souza Braga <i>Itacolomy;</i> <i>Atheneu Popular;</i> <i>Recreador Mineiro.</i>	Liberal	Funcionário da Secretaria de Governo de Minas Gerais.	Religiosa. Era Padre.	
Bernardo Xavier Pinto de Sousa (1814-?) <i>Atheneu Popular (?)</i> <i>Recreador Mineiro.</i>	Regressista/Partido da Ordem	Funcionário da Secretaria do Governo de Minas Gerais. Gerente dos Correios.		Dono de Tipografia.
Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875) - Conde da Conceição.		Bispo.	Religiosa. Chegou a Bispo.	

6 CONCLUSÕES

As motivações dos rebeldes de 1842 foram defensivas, uma vez que julgavam em perigo as suas próprias liberdades políticas. Derrotados no campo de batalha, nem por isso aconteceu o que temiam. Pelo contrário, de dentro da cadeia de Ouro Preto escreveram um jornal que era impresso em uma tipografia que ficava na mesma praça, o *Itacolomy*. A grande maioria dos rebeldes foi absolvida pelos tribunais, e os poucos condenados foram anistiados em 1844, voltando muitos a ocupar cargos públicos quase imediatamente. Só então começaram a ser politicamente derrotados, em cinco desgastantes anos.

A participação popular na Revolta de 1842 em Minas Gerais foi por convencimento político, e o próprio boato de reescravização dos negros libertos e livres prova isso. Revela ainda que os mais pobres soldados rebeldes acreditavam lutar pela própria liberdade. A imagem dos capangas ou agregados lutando por fidelidade a seus patrões, alienadamente, não se revelou na documentação dos anos 1820, 1830 e 1840. Só em Lavras aparecem “capangas” na documentação, mas não eram a massa dos soldados rebeldes, e sim a elite da tropa, um punhado, recebendo o dobro do soldo por já terem batismo de fogo. Pelo contrário, por mais rico, prestigiado e cheio de terras que fosse um chefe político, para toda revolta que se viu nessas décadas foi necessário convencer os pobres de que lutavam por uma causa justa, como a liberdade.

Muita coisa se definiu sobre o futuro do Segundo Reinado no período entre a Revolta de 1842 e o fim do Quinquênio Liberal. A Revolta de 1842 pode ser entendida como o momento no qual os Liberais do Sul, a partir de então Luzias, mediram forças com o imperador D. Pedro II. Eles o tinham empossado. Quem era o verdadeiro poder? Isso se decidiu em Santa Luzia. Observe-se a suposição de Ottoni, já citada acima e repetida aqui (1860, p.104, grifo nosso):

Dentro de três dias, dizia eu aos meus amigos, estamos no palácio do Ouro Preto, dentro de quinze dias um ministério liberal terá suspenso a lei inconstitucional de 3 de dezembro e a do conselho de estado, e terá **anulado o decreto inconstitucional que dispersou os representantes da nação**.

Ou seja, a relação entre parlamento e Imperador teria se estabelecido de outra maneira. Os rebeldes exigiam a anulação da dissolução da Câmara dos Deputados. Isso dificultaria futuras dissoluções de Câmaras de Deputados, pois seria um precedente bem oposto do que se deu. Como se sabe, embora somente cerca de metade das dissoluções de

Câmaras do Segundo Reinado tenham tido relação direta com alternâncias partidárias, essas alternâncias seriam quase impossíveis sem esse recurso. Portanto, mais uma característica do Segundo Reinado, a alternância partidária no governo, relaciona-se diretamente com a Revolta de 1842, embora nenhum de seus protagonistas pudesse então sequer imaginar tal coisa, visto que tal providência teria tornado a revolta desnecessária. Deve-se fazer a ressalva de que a Coroa se impôs aos Liberais do Sul, os Luzias, mas ainda teria que reafirmar em 1848 essas prerrogativas sobre os Liberais do Norte, os Praieiros.

Caxias surgiu como grande nome da legalidade. Foi enviado pouco depois ao Rio Grande do Sul, para conseguir a paz com os Farrapos, no que muito ajudaria a sua reputação reforçada em Minas Gerais, e o exemplo da anistia dos Luzias. Do lado oposto, Ottoni ficou famoso como líder Liberal no país inteiro. É o herói do livro de Marinho. Esses talvez tenham sido os principais nomes de seus respectivos lados políticos durante o Segundo Reinado, e se fizeram, sobretudo Ottoni, na Revolta de 1842.

Com a Anistia em 1844 o imperador D. Pedro II ganhou reputação de não ser sanguinário, não ser déspota, o que o ajudaria na pacificação do Rio Grande do Sul. Em 1889 os republicanos mineiros se lembrariam de que os Liberais tinham se esquivado de combater a monarquia durante o Segundo Reinado alegando que “*o príncipe não é déspota, e nem sanguinário*” (A PÁTRIA MINEIRA, 27/6/1889). A primeira vez em que D. Pedro II pôde demonstrar essa imagem foi em relação aos rebeldes de 1842.

O estudo da imprensa mineira até o final da monarquia indica que a disputa pela memória da revolta de 1842 foi contínua. Não era um debate gratuito. Por exemplo, a disputa pela classificação da Revolta de 1842, se fora rebelião ou simples perturbação da ordem pública, tinha importância na fixação dos limites do direito de resistência (BARATA, 2013, p.95). A Revolta de 1842 tornou-se um mito fundador para diversas forças políticas mineiras até o final do Segundo Reinado.

As forças políticas que lutaram em 1842 eram as oriundas da Regência. Essas forças ainda pensavam o jogo político, ainda lutavam seguindo os mesmos procedimentos, seguindo as mesmas regras políticas não escritas da Regência, e apesar de D. Pedro II já ter sido coroado, sabiam que ele ainda tinha 16 anos. Em fins de 1840 o Barão de Daiser escreveu que “*essa maioria não era no fundo senão uma ficção*” (...) “*o Imperador não saíra duma tutela senão para cair em outra*” (Apud CASTRO, 1978, p.510). Por isso a Revolta de 1842, embora posterior à Regência, enquadra-se em características de algumas revoltas regenciais, tais como: não ser separatista; nem republicana; ser condicionada; e ter caráter provisório (BASILE, 2009, pp.71-72). Só os 2 anos posteriores à revolta ensinaram aos mineiros que

tinha se iniciado um novo período político, que não era nem o que temiam os rebeldes, nem o que planejaram os governistas. O início do Segundo Reinado não era um prolongamento da Regência, ou seja, a Maioridade não fora um simples ato burocrático dissimulando o governo de adultos que manipulavam o Imperador. Desmentindo a propaganda rebelde, o jovem reinava e, quando queria, governava. Em 1860 Ottoni o disse (p.133):

O imperador não é nem foi dominado pela facção áulica ou por favoritos e validos, que nunca teve, e que parece fazer estudo de ostentar que não tem. O Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho foi sacrificado em 1843 e 1848 às exigências dos conservadores (...) mas Sua Majestade o Imperador tem política pessoal, e a política dos monarcas constitucionais outra não deve ser se não a do parlamento.

Nos julgamentos entre 1842 e 1844, na medida em que os rebeldes foram em sua maioria inocentados, consolidou-se a reforma do código, contra a qual os rebeldes tinham empunhado armas. Que despotismo é esse, que inocenta rebeldes que se levantaram contra ele? Que júri controlado pelo governo é esse que inocenta rebeldes?

Na propaganda pela anistia caiu a bandeira histórica dos Liberais de fim da vitaliciedade do Senado, que só seria novamente levantada décadas depois. Ficou claro que como os governos às vezes, como no final de 1842 quando os Liberais boicotaram o pleito, conseguiam eleger parlamentos quase sem opositor nenhum, a vitaliciedade do Senado era uma garantia para a oposição, contra a situação e contra o Poder Moderador. Também o Conselho de Estado, durante a luta pela Anistia, não se mostrou instrumento de uma oligarquia. Pelo contrário, somente 2 conselheiros votaram contra a anistia, 2 eram Ministros e não votaram, 4 se ausentaram e 4 votaram a favor (HÖRNER, 2010, p326).

Durante o Quinquênio Liberal os Liberais não cancelaram as duas leis contra as quais pegaram em armas, mesmo porque não teriam a maioria do Senado, nem apoio do Imperador. Os Luzias (a parte sulista dos Liberais, então influenciada por Ottoni) até tentaram revogar a reforma do Código, mas os deputados Liberais se dividiram. Para os Liberais do Norte não era um assunto tão importante, tanto que não se levantaram em 1842. E mesmo entre os Liberais do Sul aconteceram divisões a esse respeito. Mais do que não revogar, os Liberais usaram os poderes conferidos ao governo pela reforma de forma impiedosa contra os adversários, e ainda diziam jocosamente que era para mostrar que o código não era bom. O Código só foi novamente reformado na década de 1870. O próprio Vasconcellos, seu autor, antes de morrer propôs reformá-lo.

É consenso nos documentos da época que a Revolta “*reduziu muita gente à miséria,*

principalmente na última Província [Minas Gerais], e nas classes menos abastadas, cujas plantações e criação em grande parte foram perdidas”.²⁵⁶ Mas não se conclua daí que a economia sofreu por muitos anos. Sofreu enquanto os Luzias estiveram escondidos nos matos, a acreditar nas fontes, mas logo se mostrou próspera, como se observa pela imprensa do Quinquênio Liberal. Ademais, a Revolta aconteceu na entressafra, quando os agricultores mineiros tradicionalmente deixam os campos em pousio. O rebanho, sim, há acusações de lado a lado que indicam que foi afetado, mas nesse caso não se tratava dos mais pobres. Em São João del Rei, um importante centro econômico da época, não se constata perda de poder econômico nem mesmo por parte das famílias rebeldes (FILHO, 2002, p.40). Mas são necessárias mais pesquisas de história econômica de Minas Gerais para se obter um quadro geral sobre os impactos econômicos da revolta de 1842.

Em quase todas as revoltas regenciais as lideranças:

perceberam o perigo da falta de uma autoridade central para garantir a manutenção da sua condição de elite e abandonaram seus liderados. A exceção do quadro ocorreu entre os farroupilhas que não perderam a liderança do movimento e subordinaram os não proprietários (RIBEIRO, 2011, p.2).

Em Minas Gerais também, os Luzias não perderam a liderança sobre os não proprietários. Talvez por isso é possível dizer de Minas Gerais o mesmo que já se disse do Rio Grande do Sul e de Pernambuco: “*apesar de vitorioso, o Estado imperial teve de manter certa autonomia das elites rio-grandenses. Algo semelhante ao acontecido em Pernambuco depois da Guerra dos Cabanos*” (RIBEIRO, 2011, p.12). Contudo a Revolta durou somente dois meses e dez dias. Quando o presidente interino desertou seu substituto seria, em caso de vitória em Santa Luzia, Teófilo Ottoni, que talvez fosse então considerado uma liderança popular, e certamente ainda não era um proprietário.

E os escravos? Minas Gerais tinha então a maior parte dos escravos do Brasil. Chegou a acontecer “*uma iminente insurreição de pretos*” no arraial de Santo Antônio do Machado, então parte de Campanha, que parece não ter passado de “*reuniões ilícitas de homens suspeitos*” (HÖRNER, 2010, p.261). E como já se viu, os escravos aprenderam a usar o movimento armado para se alistarem e fugirem à escravidão.

Ainda é necessário lembrar que:

256 Extrato do Relatório da Repartição de Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Paulino José Soares de Souza, em data de 1 de janeiro de 1843 (SOUSA, 1843, p.333).

o grande marco simbólico da derrocada político eleitoral do clero no Império foi a frustrada Revolução liberal de 1842 feita em reação ao regresso conservador. Embora esta tenha contado somente com uma pequena parcela dos padres parlamentares, estes últimos corresponderam aos mais participativos, influentes e destacados religiosos do Império. Foi o suficiente para “manchar” o nome de toda uma classe (SOUZA, 2010, p.70).

Por uma percepção militar um pouco exagerada:

A vitória do governo imperial nas Revoltas Liberais representou a consolidação do Império e, com exceção da Revolta Praieira, ocorrida em Pernambuco (...) o Brasil experimentou um longo período de estabilidade política e calma interna (DARÓZ, 2014, p.10).

A rigor essa “estabilidade política” se resume ao fim das lutas em torno do formato do Estado, porque os Ministérios caíam em poucos meses, e as eleições se tornaram ainda mais violentas. Quando se diz que a partir da década de 1840 o sistema político imperial, incluindo as eleições e os partidos, consolidou-se não se deve entender no sentido de que teria se tornado estático. Não haveria estabilidade entre 1824 e 1842, quando as regras eleitorais duraram duas décadas, e haveria depois, quando mudaram drasticamente em 1842, 1846, 1853, 1860 para só então durarem um período razoável de 15 anos, depois mudarem drasticamente outra vez em 1875 e 1881? Pelo contrário, parte da estabilidade do Segundo Reinado parece se basear na flexibilidade do sistema eleitoral, tamanha que mudava as regras do jogo partidário. A história dos partidos depois de 1840 não confirma uma consolidação partidária. Não existia em Minas Gerais um Partido Conservador com esse nome nos anos 1840 (ver Quadro 1). Ambos os “lados” desapareceram na década de 1850 nas seguidas Conciliações. No final dos anos 1860 surgiram outros partidos Liberal, Conservador e Republicano, apegados à memória pró e contra a Revolta de 1842, mas não eram os mesmos que a tinham lutado.

O sistema partidário renasceu após 1842. Quase todos os combatentes de 1842, dos dois lados, se já tinham idade para isso, estavam juntos no início dos anos 1830, como Moderados. A história da imprensa mineira se confunde com a história do desenvolvimento dessa força política. O baluarte dessa força política durante seu auge foi a província de Minas Gerais, com seus 20 deputados, 10 senadores e várias tipografias. Pode-se relativizar a primazia de Minas como *locus* da formação do domínio nacional Moderado lembrando que Minas Gerais e Rio de Janeiro (e São Paulo) foram quase um só conjunto político, e que Evaristo, grande chefe Moderado, dirigiu essa força política a partir do Rio de Janeiro, onde

estava a Corte e o maior porto da América Latina. Mas deve-se lembrar também que o partido Moderado no Rio de Janeiro nunca foi tão forte como em Minas Gerais e São Paulo. Também é importante lembrar que Minas Gerais tinha 20% dos dois parlamentos. São Paulo e Rio de Janeiro juntos tinham somente 17 deputados. Que o quadro político mineiro tivesse grande influência sobre o resto do país era, portanto, natural. Não é a toa que para explicar a maneira como as denominações dos partidos do Segundo Reinado surgiram e se impuseram Ilmar Rohloff de Mattos tenha considerado indispensável estudar a Revolta de 1842, posto que o nome Luzia ultrapassou as fronteiras mineiras (MATTOS, 1987, pp.104-105). Diz Wlamir Silva ainda sobre o período dos Moderados que em Minas Gerais “*Fez-se, portanto, o consenso em nível regional, na contramão do conjunto das províncias*” (2009a, p.231). Foi o primeiro, foi “*protótipo de governo central*”, ponto de onde os Moderados construíram seu domínio nacional.

Já que foi citado *O Tempo Saquarema*, o que a imprensa mineira revela é que se existiu uma hegemonia foi a criada pelos Moderados, e que por isso os Moderados se esfacelaram. Sem adversários, suas diferenças sobre aspectos parciais vieram à tona. É um fruto amargo da hegemonia. Depois de 1834, todos os grupos que surgiram até 1870 respeitaram certas fronteiras, estavam dentro de um mesmo universo político, falavam uma mesma língua política. Saquaremas e Luzias eram dois grupos que lutavam dentro desse universo político “criado” pelos Moderados.

A crise dos Moderados deu sinais de existência desde 1831, com particularidade em 1832 quando os deputados Moderados racharam na tentativa de golpe parlamentar para impor a Constituição de Pouso Alegre. O agrupamento se esfacelou de vez entre 1834 e 1836, com o desaparecimento de seu inimigo em comum, D.Pedro I. A partir daí dois lados políticos começaram a se forjar, ambos filhos dos Moderados, embora um entusiasta dessa origem e outro que em partes a renegava. Em Minas Gerais, em 1842, esses dois lados renasceram, deixaram para traz seus casulos confusos e reapareceram mais coerentes. Desde a revolta de Ouro Preto em 1833 as folhas Liberais brindavam os envolvidos na revolta com o título de “sediciosos”. Como os nomes mais proeminentes da revolta de 1833 se ligaram ao novo agrupamento anti-Liberais (uma parte dos Moderados se autodenominou Liberal e assim foi aceita pelos adversários), todo ele passou a ser relacionado à “sedição”, e chamado de rebelde. Até 1842 temos então em Minas Gerais, na imprensa, os Liberais como legalistas, e inimigos das reformas em pauta, e sem propostas de reformas alternativas. Já o lado que se diz que era desde fins dos anos 1830 o Partido Conservador (chamado pelos Liberais de então de Regressista) era em Minas Gerais o dos “sediciosos” e tinha um programa de reformas. A

Maioridade remexeu mais um pouquinho os lados, pois alguns Regressistas entraram de cabeça na campanha da Maioridade e desses alguns acabaram ficando nas fileiras Liberais, até por serem hostilizados por seus antigos aliados. Contudo, a Maioridade não resolveu a inversão, só a intensificou, pois a partir de 1840 os Liberais se pretenderam mais monarquistas que seus adversários. Nas palavras do *Correio de Minas*, a Maioridade conseguiu “*tornar Monarquistas todos aqueles, de cujo amor a este princípio do nosso sistema muito se suspeitava*” (O CORREIO DE MINAS, 9/3/1841). Simbolicamente, porque o mundo real é mais complexo, a Revolta de 1842 colocou as coisas nos seus lugares. Só a partir dela o autodenominado Partido da Ordem pôde fazer jus a esse nome, recuperando o direito de se dizer legalista, e o autodenominado Partido Liberal se beneficiou da fama de ter sido rebelde em 1842.

A derrota militar não destruiu os a partir de então chamados Luzias, “*o Partido Liberal resistiu e recuperou sua força*” (NEEDELL, 2009a, p.55). Depois de descobrir que os partidos não morrem nos campos de batalha, *A Ordem* concluiu que “*Os partidos morrem pela morte das ideias que os produziram*” (A ORDEM, 8/10/1842). A batalha de Santa Luzia teve as imensas consequências vistas acima, mas não arranhou as ideias Luzias. Foram os julgamentos em que venceram, a anistia que receberam, os cinco anos em que governaram, o esgotamento público por décadas de incertezas políticas e a resolução da questão do estado que derrotaram os Luzias.

Não é possível concordar completamente que “*A delimitação da identidade dos partidos Conservador e Liberal tornou a luta política mais intensa*” (CARVALHO, 1990, p.22). Pelo contrário, até 1842 a luta política foi mais intensa, desembocando em várias revoltas, inclusive na de 1842. Depois as forças políticas, em Minas Gerais, conformaram-se com o jogo político com as regras que existiam, e a violência política se limitou às eleições. Embora o ódio partidário não tenha diminuído, tinha desaparecido a crença na possibilidade de aniquilar completa e fisicamente os inimigos, substituída pelo objetivo mais prático de lhes esbulhar eleições. Antes de 1842 a violência política era em torno do desenho do Estado, e lutava-se nas eleições como parte dessa luta maior. A partir de 1842 a luta política, inclusive a violência, por cerca de 40 anos, foi para vencer as eleições.

Note-se que as eleições não entraram em baixa junto com a imprensa e nem mesmo com a “*pacificação*” dos lados políticos. O momento de redução na participação eleitoral em Minas Gerais foi 1836, quando a luta política ainda vivia seu auge. Deve-se considerar que, por mais interferências que as eleições sofressem, o fato de não registrarem queda na participação indica a legitimidade atingida pelo sistema político. O caso de São João

Nepomuceno em 1849 é exemplar da violência eleitoral pós-1842. O delegado entrou na igreja com 200 homens armados e “substituiu” a Mesa, mas para o periódico *O Povo* tudo bem, porque o Juiz de Paz e os outros dois membros da Mesa foram expulsos “*ilesos*”. A violência passou a fazer parte do jogo eleitoral, que tornou-se arena de quase toda a violência política.

Mônica Dantas (2009b, p.44) pergunta “*se a reforma do Código do Processo não viria justamente para avaliar as fraudes sem a necessidade de recorrer à violência empregada pelo primeiro gabinete da maioria?*” Se foi esse o objetivo, não foram obtidos os resultados esperados. Needell afirmou algo que contraria os fatos, que “*A nova lei facilitou a fraude eleitoral, evitando os escandalosos níveis de violência que eram tão anormais, que o novo Conselho de Estado pressionaria o imperador a anular os resultados*” (2009a, p.61). As fontes de Minas Gerais não indicam mais violência nas eleições de 1840 que nas de 1833, e muito menos que nas eleições posteriores. O maior poder do governo gerou mais violência. Depois da Revolta de 1842 os dois lados perderam as esperanças de aniquilarem o lado adversário, mas por outro lado naturalizaram a violência eleitoral.

Mas sim, a reforma do Código aumentou o poder do governo, inclusive a nível local, para reprimir a oposição e vencer eleições, “*colocando doravante nas mãos dos futuros gabinetes um poder, até então inexistente, de patronato, autoritarismo e controle, que partia da Corte e chegava ao nível mais local nas províncias...*” (DANTAS, 2009b, p.44). Esse poder não era antes de 1841 inexistente, só era menor. Governo após governo, desde o Primeiro Reinado, vinha se esforçando por aumentar seu próprio poder de intervir nas eleições. Portanto o que existe não é uma “*relação entre o 3 de dezembro e a ‘eleição do cacete*” (NEEDELL, 2009a, p.61). Era muito mais que isso, era uma relação entre o 3 de dezembro de 1841, dia da lei da reforma do Código do Processo, e as eleições em geral.

É necessário ficar claro que quando se diz que o “governo” intervia, fraudava etc., de fato devia-se dizer o “partido”, ou mais precisamente o “lado político” com poder de governo. É a soma dessas duas forças, lado político e governo, e não somente uma ou outra, pois um lado político só podia governar mobilizando seus integrantes, desde os deputados e senadores até os fiscais de quarteirão. Isso nos remete à ideia de que em 1842 o lado centralista venceu o lado que defendia autonomia provincial, o que não se encontra na documentação estudada. Existe uma falsa polêmica entre:

a principal vertente historiográfica, representada por nomes como Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho, é aquela que confere ao

governo central maior interferência no momento de escolha dos representantes nacionais. Ao passo que, a outra corrente, defendida por Richard Graham, considera os poderes locais como os responsáveis pela deturpação dos pleitos (RODRIGUES, 2015, p.76).

Essa falsa polêmica se estende aos outros assuntos políticos. O governo central e os poderes locais eram complementares, o que se dava sobretudo no processo eleitoral. O governo central simplesmente não podia vencer sem o concurso de lideranças locais espalhadas por todo o país, e as lideranças locais precisavam das benesses do governo para garantirem sua base eleitoral. Em Minas Gerais, durante os processos eleitorais (e quase sempre) não existia a polarização entre governo central e poderes locais, mas entre oposição e situação. A maioria dos atritos entre poderes locais e poder central aconteceram quando os poderes locais eram controlados pela oposição, e por esse motivo. Diga-se de passagem, o regime político, na letra da Constituição de 1824, foi sim centralizado. Teriam os legisladores pensado em compensar a descentralização, existente por motivos históricos e geográficos, atribuindo poderes ao governo central? Pela própria geografia, mas principalmente pela formação histórica, cada Província já tinha vida política própria, o que a Constituição só consagrou. As tentativas de concentrar poder na Corte não puderam transpor essas fronteiras.

Os principais agentes do poder central nas províncias eram os Presidentes de Província e os Chefes de Polícia. O governo podia indicar políticos locais ou de outras províncias. No primeiro caso, estavam as elites políticas provinciais no poder provincial por meio de um companheiro de política, e no segundo caso o “alienígena” precisava do apoio dos situacionistas, de suas informações, de sua militância para governar. Por exemplo, para indicar cada Subdelegado, o Chefe de Polícia precisava que seus correligionários o informassem quem eram seus aliados na região. Ou seja, os mais poderosos instrumentos do poder central nas províncias só garantiam mesmo o poder do lado político então governista na mesma província. Há exceções, mas os presidentes duravam pouco. Chegando as eleições, que eram muitas, o governo central logo enviava um presidente para vencê-las, ou seja, para fortalecer seus correligionários daquela província contra os opositores, e estava outra vez o poder nas mãos de um dos lados das elites políticas provinciais.

Observando do futuro é fácil perceber que o 7 de Abril de 1831, embora tenha sido o marco final do processo de independência, iniciado em 1808, foi somente o auge do processo revolucionário iniciado pela Revolução do Porto de 1820, que se espalhou pelo Brasil em 1821. Também para Flory o período efetivamente revolucionário da independência brasileira se dá entre os anos 1827 e 1837, quando se desmontam as estruturas coloniais para dar lugar a

novas (Apud NUNES, 2010, p.70). Em Minas Gerais foi a Revolta de 1842 o último episódio desse período. É por isso que a historiografia em geral percebe que 1842 foi uma “*espécie de divisor de águas, que põe fim ao acirrado debate ideológico dos anos anteriores*” (ARAÚJO, 2014, p.112). Não que em algum momento ninguém discuta o Estado, mas a demanda a partir dos anos 1840 era sobretudo por progressos materiais, porque nos 20 anos de Revolução (1821-1842) o legado para São João Del Rei teria sido “*Nem cadeia, nem pontes, nem calçadas, nem cais, nem praças de mercado, nem rendas, nem... mas uma afilhadagem numerosa, bailes e passatempos*” (A ORDEM, 19/11/1842).

Sobre a questão que deu origem a toda essa pesquisa, se existem e quais são as relações entre a decadência da imprensa no final dos anos 1840s e a Revolta de 1842, parece claro que as relações existem. Porém, menos que de causa e efeito são relações de causas em comum.

Dizer que a imprensa refluíu porque aconteceu uma mudança na forma de fazer política é só recolocar a questão com outros termos. A imprensa refluír, em si, já é uma mudança desse tipo. Ou seja, não se responde à questão, embora seja verdade.

Necessário é explicar o que mudou de forma a modificar a prática política. Completou-se, com a Revolta de 1842, o processo iniciado com o Regresso. As elites políticas e sociais conseguiram um grau de unidade que lhes permitiu soluções negociadas para suas questões (destacadamente quando ficou claro que haveria uma rotatividade dos partidos nos ministérios). A luta em torno do formato do Estado não terminou, mas limitou-se aos fóruns legais. As atenções voltaram-se para questões econômicas e locais, nas quais muitas vezes os diferentes lados políticos não divergiam.

Embora as fontes indiquem, como se viu, que a imprensa política refluíu principalmente devido à calma política, é possível atribuir um pouco dessa decadência, ou ao menos um maior autocontrole por parte dos redatores, à Lei da Reforma do Código do Processo. No interior os principais chefes políticos do lado governista eram indicados como Delegados, e concentravam poderes judiciais além dos policiais. Só em 1871 uma reforma separou a polícia da justiça, reformando o Código reformado em 1841 (DANTAS, 2009b, p.18). A baixa da imprensa acabou exatamente na década de 1870. Mais uma vez, se é esse o caso, temos uma causa em comum, porque na maioria das opiniões, de rebeldes, legalistas, historiadores etc. essa reforma foi a causa principal da Revolta de 1842.

Em menor medida a imprensa mineira sofreu algumas consequências diretas da Revolta. Só o desaparecimento d’*O Universal*, folha mais antiga da Província, foi uma consequência e tanto. A derrota da Revolta foi uma vitória também do *Jornal do Comércio*

sobre a pequena imprensa local que até então dominara o cenário político. A pequena imprensa rebelde ficou ainda desmoralizada pelo desmascaramento de suas mentiras.

Sobre a questão oposta – o papel da imprensa na Revolta de 1842, ficou claro que foi preponderante, desde sua fomentação por meses a fio de propaganda n’*O Universal*, no *Echo da Rasão*, no *Despertador Mineiro* e no *Guarda Nacional Mineiro*. Durante os dois meses de conflito armado a imprensa, e não a artilharia, é que foi a rainha das batalhas. O *Jornal do Comércio* foi a mais eficiente arma da Corte contra os rebeldes.

Finalizemos com as conclusões sobre a questão geral a que toda a historiografia política sobre as primeiras décadas do Império se debruça – A formação do Estado Nacional brasileiro. A importância histórica da imprensa nesse assunto foi muito além de construir uma cultura política, o que em si não era pouco. A opinião pública “*contrariava frontalmente as prerrogativas que o sustentavam [o Antigo Regime], como a da legitimidade do governo oriunda da origem divina do monarca e o segredo de Estado*”. Acontece que:

o reconhecimento da necessidade de dirigir-se ao público e responder às suas intervenções, por parte do poder absolutista, indica que as mudanças por que passava o sistema político não poderiam ser ignoradas, nem o Antigo Regime restaurado em sua plenitude (NUNES, 2010, pp.13-14).

Dito de forma mais clara, “*se o imperador persistisse em antagonizar a opinião pública caracterizar-se-ia caso claro de despotismo e o sistema entraria rapidamente em crise*” (CARVALHO, 1990, p.26). É por isso que para Du Prat a imprensa era “*órgão da revolução*” (ASTRO DE MINAS, 6/10/1828), e para a *Estrella Mariannense* era “*o verdadeiro sustentáculo da liberdade civil, e política.*” (20/5/1830).

Apesar de todos os conflitos acontecidos e do eminente papel da imprensa para fomentá-los, Basile e Santos merecem apoio em que “*os periódicos contribuíram mais para reforçar que para minar os laços nacionais*” (SANTOS, 2011, p.42). Mais que unificar as elites, os periódicos permitiram um diálogo de norte a sul do Brasil, forjando a nação. As tipografias não eram só emissoras de folhas, mas também receptoras, e nos mais ermos arraiais as pessoas ouviam que em terras distantes outras pessoas que falavam a mesma língua, professavam a mesma religião, juravam pelo mesmo Imperador, tinham as vezes problemas semelhantes, ou anseios semelhantes. A imprensa, em sua multiplicidade, é para uma sociedade a auto consciência, ou como disse M. Alletz, na obra *Democracia nova, ou Governo das Classes médias*, “*A imprensa não é mais que a municipalidade pensante*” (ASTRO DE MINAS, 14/5/1839), e a nação pensante, acrescente-se. A transição de lealdade

ao Rei, à família, à cidade, para lealdade a uma nação só pôde ser forjada pela imprensa. Vários historiadores, como Morel, Mariana Monteiro de Barros e Wlamir Silva (2018, p.189) têm defendido que “*imprensa e nação brasileira são praticamente simultâneas*”. O são no tempo e completamente entrelaçadas.

Mas nada deixa a questão tão nítida quanto essa comparação da *Estrella Mariannense* - “*Se em nenhum dos governos da antiguidade houve representação nacional, se nem sequer sabiam o que ela fosse, é porque ignoravam a arte da Tipografia*” (2/10/1830). De fato, a imprensa permite que pessoas espalhadas por todo um país “dialoguem”, daí percebiam semelhanças de ideias, e confiem a pessoas de ideias supostamente semelhantes o papel de seus representantes. Por exemplo, nas vésperas das eleições de 1828 um correspondente argumentou, “*qual será o meio de se obterem bons Deputados para a seguinte Legislatura? Não vejo outro se não o debate por meio dos Periódicos*” (ASTRO DE MINAS, 23/8/1828).

O tipo de Estado Nação que se formou, não só no Brasil, no rescaldo das Revoluções da França e dos EUA não seria praticável sem imprensa. A imprensa, essa pequena imprensa opinativa, foi a própria Revolução. Por isso quando os tempos revolucionários passaram, a imprensa também entrou em uma nova fase de sua própria história. Ao surgirem em Minas Gerais periódicos culturais, literários, religiosos etc. é como se os assuntos relacionados à constituição histórica da nação estivessem avançados a ponto de que já era possível dedicar atenção a outros assuntos, ou mais exatamente, atenção a características na nação até então deixadas de lado. É razoável afirmar que embora a imprensa mineira na década de 1840 tenha decaído em números, cresceu em variedade.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Pierre; TERROU, Fernand. **História da Imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALMEIDA, Aloísio de. **A Revolução Liberal de 1842**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.

AMARAL, Alex Lombello. **O Astro de Minas contra a correnteza**. 2003. Monografia de Especialização em História de Minas Gerais, UFSJ, São João Del Rei, 2003.

AMARAL, Alex Lombello. **Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João Del Rei (1876-1884)**. 2014. Dissertação de Mestrado em História, UFJF, Juiz de Fora, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo Cultura Econômica, 1993.

ANDRADE, Leandro Braga. Um representante da “classe dos homens práticos”: negócios e política na trajetória do comendador Francisco de Paula Santos durante o Império. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 2015, Vitória. **XI Congresso Brasileiro de História Econômica**, Vitória, UFES, 2015.

ANDRADE, Marcos Ferreira. Família e Política nas Regências: Possibilidades interpretativas das cartas pessoais de Evaristo da Veiga (1836-1837). In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (Orgs). **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. A pena de morte e a revolta dos escravos de Carrancas: a origem da “lei nefanda” (10 de junho de 1835). In: **Revista Tempo**, Vol.23, N.2, Mai/Ago, 2017.

ARAÚJO, Maria Marta. Movimento político de 1842 em Minas Gerais: contestação ou resistência? In: BARATA, Alexandre Mansur; MARTINS, Maria Fernanda Vieira; BARBOSA, Silvana Mota (Orgs.) **Dos Poderes do Império: Culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2014.

ARINOS. Afonso. **Pelo Sertão**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

AZEVEDO, Celia Maria de. A recusa da “raça”: Anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Ano 11, N. 24, Jul/dez. 2005.

AZEVEDO, Djalma Alves de. **A imprensa do Brasil nasceu em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2000.

AZEVEDO, Jussara França de. Considerações iniciais sobre as Tarifas das Alfândegas do Império no Segundo Reinado – O caso da Revisão de 1844. In: XXXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras: A ação da maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BARATA, Alexandre Mansur. *Cultura Política e Sociabilidades: Minas Gerais (1822-1831)*. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005.

BARATA, Alexandre Mansur. Política provincial e a construção do estado nacional brasileiro: Minas Gerais (1834-1844). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo**, São Paulo, 2011.

BARATA, Alexandre Mansur. “A Revolta do Ano da Fumaça”. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, v.50, 2014.

BARATA, Alexandre Mansur; GOMES, Gisele Ambrósio. Imprensa, política e gênero. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Vol.44, N.1, 2008.

BARATA, Alexandre Mansur. A revolta armada de 1842 em Minas Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs). **História de Minas Gerais: A Província de Minas. 2**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Companhia do Tempo, 2013.

BARATA, Alexandre Mansur. FERNANDES, Bruno Henrique. Um Liberal de batina: A trajetória do Monsenhor Felicíssimo e a questão religiosa. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DO OITOCENTOS, 2018, Natal. **Anais do III Seminário Internacional da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos**, Natal, 2018.

BARBOSA, Pedro Henrique Batista. As Tarifas Alves Branco: entre o protecionismo e a preocupação fiscal. In: **Em Tempo de Histórias**, Brasília, Jan-Jun. 2014.

BARBOSA, Rui. **Obras Completas**. 1910, Vol. XXXVII, Tomo I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1967.

BARBOSA, Silvana Mota. Autoridade e Poder Real: Benjamin Constant e a Carta Constitucional Portuguesa de 1826. In: **Lócus**, V.10, N.8, Juiz de Fora, 2004.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Volume 3. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Vol.II. 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Regência e imprensa: percursos historiográficos. In: **Almanack**, Guarulhos, n.20, Dez. 2018.

BETTENCOURT, Luis M.A.; LOBO, José; HELBING, Dirk; KÜHNERT, Christian; WEST, Geoffrey B. *Growth, innovation, scaling, and the pace of life in cities*. In: **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**. Vol.104, N.17, Abril. 2007.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro. Vol. I.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro. Vol. II.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1893.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro. Vol. III.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro. Vol. IV.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro. Vol. V.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro. Vol. VI.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro. Vol. VII.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

CANO, Jefferson. A revolução entre a razão e a fúria: linguagens políticas e identidades partidárias no Rio de Janeiro regencial. In: BARATA, Alexandre Mansur; MARTINS, Maria Fernanda Vieira; BARBOSA, Silvana Mota (Orgs.) **Dos Poderes do Império: Culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX.** Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2014.

CARRARA, Angelo Alves. Espaços urbanos de uma sociedade rural. Minas Gerais, 1808-1835. In: *Vária História*, Belo Horizonte, n. 25, jun/01, p.144-164, 2001.

CARVALHO, André; BARBOSA, Waldemar. **Dicionário Biográfico: Imprensa Mineira.** Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 1994.

CARVALHO, José Murilo. Sistemas eleitorais e partidos do Império. In: BASTOS, Aurélio Wander; DINIZ, Eli; CARVALHO, José Murilo (orgs) **O Balanço do Poder.** Rio de Janeiro: Iuperj, 1990.

CASTRO, Paulo Pereira. A “Experiência Republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. CAMPOS, Pedro Moacyr. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. O Brasil Monárquico. 2º Volume. Dispersão e Unidade.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. **Efemérides de São João Del Rei.** Volume I. 2a edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

CHALOUB, Sidney. Os conservadores no Brasil Império. In: *Afro-Ásia*, N.35, 2007.

DANTAS, Monica Duarte. O Código do Processo Criminal e a Reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação). In: IV CONGRESSO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO, 2009, São Paulo. **Anais do**

IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito – Autonomia do direito: configurações do jurídico entre a política e a sociedade, São Paulo, Faculdade de Direito, USP, 2009.

DANTAS, Monica Duarte. Partido, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: **Almanack Braziliense**. São Paulo, N.10, Nov. 2009.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs). **Revolução Impressa: A Imprensa na França (1775-1800)**. São Paulo: EdUSP, 1996.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. As Revoltas Liberais de 1842: o Império consolidado. In: **Revista Militar**. N.2549/2550, pp. 565-575, Jun-Jul. 2014.

DIAS, José Carlos. **As ideias políticas de Diamantina do Século XIX**. Disponível em: <http://padbetch.blogspot.com.br>.

EMERY, Edwin. **História da Imprensa nos Estados Unidos**. Tradução: Alkimin da Cunha. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

FERRETTI, Danilo José Zioni. *O Cônego, a escravidão e o futuro da nação: Os usos da profecia por Januário da Cunha Barbosa (1816-31)*. In: 6º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 2012, Ouro Preto. **Caderno de resumos & Anais do 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia**, Ouro Preto, EdUFOP, 2012.

FERRETTI, Danilo José Zioni. Projeto intelectual e inserção política dos primeiros românticos brasileiros: o Jornal dos Debates Políticos e Literários (1837-1838). In: BARATA, Alexandre Mansur; MARTINS, Maria Fernanda Vieira; BARBOSA, Silvana Mota (Orgs.) **Dos Poderes do Império: Culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2014.

FILHO, Afonso de Alencastro Graça. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

FILHO, Ageu Quintino Mazilão. **A memória marcista e a cisão moderada no Universal de Ouro Preto (1835-1836)**. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 2008, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos do XVI Encontro Regional de História da Anpuh**, Belo Horizonte, 2008.

FILHO, Aires da Mata Machado. **Arraial do Tijuco Cidade Diamantina**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. Contribuição para o estudo da imprensa federalista e republicana no Império do Brasil: Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia (1820-1840). In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (Orgs). **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010.

GHERARDI, Fernanda Chaves. A Maioridade e o Movimento Armado de 1842: dois pontos de vista. In: XXVIII SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ

DE FORA, 2011, Juiz de Fora. **Anais da XXVIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, 2011.

GONÇALVES, Andréa Lisly. A “fidalguia escravista” e a constituição do Estado Nacional Brasileiro (1831-1837). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME, 2008, Lisboa. **Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades**, Lisboa, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das Províncias: Rio de Janeiro (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRINBERG, Keila. “A sabinada e a politização da cor na década de 1830”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Vol. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HÖRNER, Erik. **Em defesa da Constituição: A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)**. Tese de Dissertação de Doutorado, São Paulo, USP, 2010.

HÖRNER, Erik. Cidadania e insatisfação armada: a “Revolução Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. In: DANTAS, Monica Duarte. **Revoltas Motins Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. CAMPOS, Pedro Moacyr. **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. O Brasil Monárquico. 2º Volume. Dispersão e Unidade**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

INÁCIO, Marcilaine Soares; SANTOS, Marileide Lopes dos. *Spirito patriótico e sentimento filantrópico: as associações mineiras e seus estatutos na década de 1830*. In: V CONGRESSO DE ENSINO E PESQUISA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, Montes Claros, 2009. **V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais**, Montes Claros, Unimontes, 2009.

JINZENJI, Mônica Yumi. SÁ, Carolina Mafra de. *O teatro, a sociedade política e filantrópica, a imprensa, a Santa Casa, e a Guarda Nacional: Instituições em conexão pelo ordenamento de Sabará, Minas Gerais (1830-1850)*. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008, Aracaju. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação. Aracaju - SE: Sociedade Brasileira de História da Educação**, Aracaju, 2008.

JOBIM, Nelson; PORTO; Walter Costa. **Legislação Eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias**. Brasília: Senado Federal, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 3, n. 10, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006a.

KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre a Geschichtliche

Grundbegriffe. In: JASMIN, Marcelo Gantus; JÚNIOR, João Feres (Orgs.). **História dos Conceitos: Debates e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Loyola: IUPERJ, 2006b.

LAZZARINI, Júlia Lopes Viana. **O clero para além do sagrado: atuação política dos padres em Minas Gerais (1833-1837)**. Dissertação de Mestrado em História, UFSJ, São João del Rei, 2020.

LENHARO, Alcir. **As tropa da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBÂNIO, Clarice de Assis (Org). **Sabará: Aspectos Históricos, Geográficos e Socioeconômicos**. Sabará: Prefeitura de Sabará, 2009.

LIMA, Rafaela Gomes. Impressão de livros na Fortaleza oitocentista: Os frutos da produção literária local. In: VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, Teresina, 2012. **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural**, Teresina, 2012.

LUZ, Estevão de Melo Marcondes. **Incendiárias Folhas: ação política e periodismo na trajetória do padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829-1849)**. Dissertação de Mestrado, FCHS, Franca, 2016.

LUZ, Estevão de Melo Marcondes. O Novo Argos se apresenta em campo: Embates políticos e conceituais nas páginas de um defensor da Pátria e da Constituição. In: **Historia e Cultura**. V.6, N.3, Franca, Dez-mar. 2017.

MACULAN, Carlos Eduardo. *“Revolução de 1829”: o processo eleitoral e a disputa pelo poder na vila oitocentista de São João Del Rei*. In: XXVIII SEMANA DE HISTÓRIA DA UFJF, Juiz de Fora, 2011. **Anais da XXVIII Semana de História da UFJF**, Juiz de Fora, 2011.

MARCIANO, Alexandre. **O Regresso em Minas Gerais: “Despotas e Republicanos” na imprensa mineira (1837-1840)**. Dissertação de Mestrado em História, UFSJ, São João del-Rei, 2013.

MARENDINO, Laiz Perrut. **O Diário do Rio de Janeiro e a Imprensa brasileira do início do oitocentos (1808-1837)**. Juiz de Fora, Dissertação de Mestrado em História, UFJF, 2016.

MARENDINO, Laiz Perrut. As transformações do Diário do Rio de Janeiro no contexto político e social do Império. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, Juiz de Fora, 2014. **Anais da XIX Encontro Regional de História**, Juiz de Fora, UFJF, 2014.

MARINHO, José Antônio. **História da Revolução de 1842**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.

MARTINS, Antônio de Assis. **Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais do ano de 1872**. [S.I. s.n. 1872?].

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Tradições coloniais, aspirações imperiais: redes de poder, estratégias e ascensão política de elites no Rio de Janeiro (1750-1820). In: BARATA, Alexandre Mansur; MARTINS, Maria Fernanda Vieira; BARBOSA, Silvana Mota (Orgs.)

Dos Poderes do Império: Culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2014.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema.** São Paulo: Hucitec, 1987.

MASCARENHAS, Nelson Lage. **Um jornalista do Império (Firmino Rodrigues da Silva).** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **A Política em Minas.** Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2018.

MEIRA, Erick Johan. **Teatro Santa Isabel – Arraial do Tejuco – Diamantina – MG.** Disponível em: <https://contosdediamantina.webnode.pt/news/teatro-santa-isabel-arraial-do-tejuco-diamantina-mg/>. Acesso dia 11/12/2020.

MELLO, José Barboza. **Síntese Histórica do Livro.** Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1972.

MELO, Carlos Augusto. O ensino de literatura brasileira no Império. In: **Travessias**, V.3, N.3, Unioeste, Cascavel, 2009.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Opinião Pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826-1842).** Tese de Doutorado em História, Belo Horizonte, UFMG, 2011.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840).** São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOTTA, Kátia Sausen da. O Juiz de Paz sob perspectiva: O início da participação político eleitoral no Brasil e na França do Oitocentos. In: **Confluências**. Vol.13, N.1, Niterói, PPGSD-UFF, 2012.

MOTTA, Kátia Sausen. **Juiz de Paz e Cultura Política no início dos Oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827-1842).** Vitória, Dissertação de Mestrado, UFES, 2013.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império.** Vol. 1. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NEDELL, Jeffrey D. Formação dos Partidos Brasileiros: questões de ideologia, rótulos partidários, lideranças e prática política, 1831-1888. In: **Almanack Braziliense**, São Paulo, N.10, P. 54-63, Nov. 2009.

NEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. In: **Almanack Braziliense**. São Paulo, N.10, p.5-22, Nov. 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822).** Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Independência: contextos e conceitos. In: **História**. Porto Alegre, Unisinos, Vol 14, Ano 1, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Folhinhas e Almanques: História e Política no Império do Brasil (1820-1836). In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (Orgs). **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010.

NOGUEIRA, Octaviano (org.). **Autos dos Inqueritos da Revolução de 1842 em Minas Gerais**. Brasília: Senado Federal; UNB, 1979.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. PAULA, Dalvit Greiner de. De professor público a presidente de província: anotações sobre a trajetória política de Herculano Ferreira Penna (1811-1867). In: **Anais da Sociedade de Estudos do Oitocentos, V.2**, 2017.

NUNES, Tassia Toffoli. **Liberdade de imprensa no Império brasileiro: Os debates parlamentares (1820-1840)**. São Paulo, Dissertação de Mestrado em História, USP, 2010.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Repercussões da Revolução: Delineamento do Império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Vol.1. 1808-1831. Civilização Brasileira, 2009.

OLIVEIRA, Kelly Eleuterio Machado. *Em busca de Ordens portuguesas num Brasil independente: o caso de Antônio José Ribeiro Bhering*. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Natal, 2013. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, 2013.

OTTONI, Theophilo Benedicto. **Circular dedicada aos Srs. Eleitores**. Rio de Janeiro: Tip. do Correio Mercantil, 1860.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Rumores e política no Rio de Janeiro e em Minas Gerais no final do Primeiro Reinado. In: **História**, São Paulo, V.33, N.2, Jul/dez. 2014.

PASCHOAL, Isaías. José Bento Leite Ferreira de Melo, padre e político: o Liberalismo moderado no extremo sul de Minas Gerais. In: **Vária História**, Vol.23, N.37, Jun-jan. 2007.

PASCHOAL, Isaías. Fundamentos econômicos da participação política do sul de Minas na construção do Estado brasileiro nos anos 1822-1840. In: **Economia e Sociedade**, V.17, n.2, Campinas, Agosto. 2008.

PASCHOAL, Isaías. Construção do referencial político: A prática salvacionista-nacionalista como elemento de coesão social e política no sul de Minas (1831-1840). In: **Fênix, revista de história e estudos culturais**. Vol.8, Ano 8. n.2, Maio-Agosto. 2011.

PEREIRA, José Clemente. **Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, apresentado à Assembleia Geral Legislativa**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843.

PILAR, Gonzales Bernardo de Quiróz. **Civilidad y política em los orígenes de La Nación Argentina: las sociabilidades em Buenos Aires, 1829-1862**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

PINSK, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005

POHL, João Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil: Empreendida nos anos de 1817 a 1821**. Volume 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

POMBENI, Paolo. **Introduzione alla storia dei partiti politici**. Bologna: Il Mulino, 1985.

RESENDE, Edna Maria. **Ecossistema do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial. Barbacena (1831-1840)**. Belo Horizonte, Tese de Doutorado em História, UFMG, 2008.

REZENDE, Francisco da Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944.

REZENDE, Irene Nogueira. *O Universal: Um jornal mineiro no tempo da Regência (1825-1842)*. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza, 2009. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009.

REZENDE, Irene Nogueira. Um estudo de caso: a história do Barão do Pontal: Mineiros da Zona da Mata na construção do Estado Nacional (1821-1841). In: *Lócus*, V.15, n.2, Juiz de Fora, 2009b.

RIBEIRO, José Iran. O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar no contexto da guerra dos farrapos. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo, 2011. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH. São Paulo. 2011.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A radicalidade dos Exaltados em questão: Jornais e panfletos no período de 1831 a 1832. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (Orgs). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

RODARTE, Claus. Os liberais de Minas e o 'regresso'. In: *Dossie: O Parlamento Mineiro e a construção do Estado Nacional. Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 2015.

RODRIGUES, Lorn dos Anjos. *Do estigma da revolução ao fazer "o que estava em nós": Os liberais mineiros em seu Quinquênio (1844-1848)*. São João Del Rei, Mestrado em História, UFSJ, 2015.

SA, Carolina Mafra; JINZENJI, Mônica Yumi. O teatro, a sociedade política e filantrópica, a imprensa, a Santa Casa e a Guarda Nacional: Instituições em conexão pelo ordenamento de Sabará, Minas Gerais (1830-1850). In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Aracajú, UFS/UNIT, 2008. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**, Aracajú, UFS/UNIT, 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo**. 1822. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1974.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Manter e Defender a Ordem: O perfil socioeconômico da Guarda Nacional de Mariana/MG, 1850-1873. In: XIV CONGRESSO SOBRE A ECONOMIA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte, UFMG, 2010. **ANAIS do XIV Congresso sobre a economia mineira**, Belo Horizonte, UFMG, 2010.

SALDANHA, Michel Diogo. **A ordem na barriga do progresso: o Partido Conservador e as relações de poder em Minas Gerais (1860-1868)**. São João del-Rei, Dissertação de Mestrado em História, UFSJ, 2020.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Fernando Marcelo Seabra de Oliveira. **Lições de Civilidade: A didática de bem viver e regras de sociabilidade em um periódico de Ouro Preto (1845-1848)**. São João Del Rei, Mestrado em História, UFSJ, 2011.

SANTOS, Marileide Lopes dos. “*Serviço a humanidade desvalida*” em Sabará na primeira metade dos oitocentos: Regulamentação e ordenamento do atendimento a criança abandonada. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Uberlândia, Colubhe, 2006. **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, Uberlândia, Colubhe, 2006.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império nas Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata Mineira (1853-1893)**. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2008.

SILAMI, Maria Francisca; DRUMMOND, Ibrahim. Primeiras luzes nas letras. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ano XLIV, N.1, Belo Horizonte, Jan. 2008.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Identidade em construção. O processo de politização das identidades coletivas em Minas Gerais, de 1792 a 1831. In: **Almanack Braziliense**, N.1, Guarulhos, Maio. 2005.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. De Comunidades a Nação. Regionalismo do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). In: **Almanack Braziliense**, Guarulhos, Nov. 2005.

SILVA, Francisco Gomes da. **Memórias do Conselheiro Francisco Gomes da Silva (O Chalaça)**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde e Irmãos Pongetti Editores, 1939.

SILVA, Lucas Eduardo Pereira. **De “Sacra Camarilha” a “Joana Triunfante”: A atuação política da Facção Áulica em periódicos da Corte (1832-1845)**. Dissertação de Mestrado, São João Del Rei, UFSJ, 2015.

SILVA, Marizélia Gontijo, SILVA, Wlamir. O Regresso, a Maioridade e a Revolta Liberal de 1842 no Universal de Ouro Preto. In: IX CONGRESSO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UFSJ, São João Del Rei, 2010. **Anais do IX Congresso de Produção Científica da UFSJ**, São João Del Rei, 2010.

SILVA, Rodrigo Fialho. O tom e o traço: Apontamentos historiográficos sobre a imprensa no Brasil e em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. In: **Escritas**, V.7, N.1, 2015.

SILVA, Rodrigo Fialho. Nos arquivos e pelas fontes: A trajetória incompleta de Luiz Dias Custódio. In: **Verbo de Minas**, Juiz de Fora, CES-JF, 2017.

SILVA, Wlamir. *A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842)*. In: NEVES, Lúcia Maria B.P. MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia Maria B. da C. **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

SILVA, Wlamir. *Ser ou não ser liberal, eis a questão: a cisão da moderação mineira no contexto do Regresso (1834-1837)*. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, Belo Horizonte, 2008. **Anais Eletrônicos XIV Encontro Regional de História**. Belo Horizonte, 2008.

SILVA, Wlamir. *“Liberais e Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: HUCITEC, 2009.

SILVA, Wlamir. *O Regresso na Província de Minas Gerais*. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza, 2009. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009.

SILVA, Wlamir. O protótipo dos toucinheiros: a experiência da moderação mineira. In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. **A Província de Minas**. Volume 2. São Paulo: Companhia do Tempo; Autêntica, 2013.

SILVA, Wlamir José. Luz e nevoeiros: a imprensa periódica mineira no período regencial (1831-1840). In: **Almanack Braziliense**, N.20, Guarulhos, Dez. 2018.

SISSON, S. A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Vol. I. Brasília: Senado Federal, 1999.

SISSON, S. A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres**. Vol. II. Brasília: Senado Federal, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2010.

SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. **História da Revolução em Minas Gerais em 1842**. Rio de Janeiro: Tipografia de J.J. Barroso e Comp., 1843.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988a.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Diogo Antônio Feijó**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988b.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. **Evaristo da Veiga**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988c.

SOUZA, Adriana Barreto. **Duque de Caxias: O Homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **Do Altar à Tribuna: Os Padres Políticos na formação**

do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro, UERJ, 2010.

VALE, Dario Cardoso. **Memória Histórica de Prados.** Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2000.

VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, ano III, 1898.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19.** São Paulo. ANPOCS; EDUSC, 2004.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais Século XIX.* In: **Tempo**. Vol .9, N. 18, Niterói, Jan/jun. 2005.

VELLASCO, Ivan de Andrade. OLIVEIRA, Gabriel Nicolau. Clientelismo e Patronagem: redes de influencia medindo forças através da justiça. In: VI CONGRESSO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UFSJ, São João Del Rei, 2007. **Anais do VI Congresso de Produção Científica da UFSJ**, São João Del Rei, 2007.

VENÂNCIO. *Anderson Luiz.* **A força do centro: Influencia Conservadora na Província de Minas Gerais (1844-1853).** Dissertação de Mestrado em História, Franca, Universidade Estadual Paulista, 2005.

VIEGAS, Augusto. **Notícia de São João Del Rei.** 2ª Edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1953.

VITORIANO. João Nicodemos. **Compilação da História de Caeté através dos Autores.** Contagem: Multipress Indústria Gráfica, 1985.

WALSH, Robert. **Notices of Brazil in 1828 and 1829.** Vol. II. London: Frederick Westley and A.H. Davis, 1830.

APÊNDICE A - Fichário dos periódicos impressos em Minas Gerais (1823-1849)

1 _____ 1823_1824

*Compilador Mineiro*²⁵⁷ 2 números por semana

Tip. Patriótica de Barboza e Cia. Ouro Preto

Preço: Sem informações, mas os Extraordinários custavam 5\$000 a.a.

Anúncios: Nenhum anúncio nos 4 números da Biblioteca Nacional.

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Redatores supostos:

Manoel José Barboza – era dono da tipografia. O redator teria encerrado a publicação “*por incômodos de saúde, como por ocupado no louvável, e patriótico empenho de um Estabelecimento de primeira necessidade no País*”. Se esse Estabelecimento era a Tipografia, então o redator seria o próprio dono da mesma, Manoel José Barboza, e parece que sim, pois a *Abelha*, falando do encerramento do *Compilador Mineiro*, lembra de “*quanta fadiga, quanto dispêndio tem custado a seus Autores a Tipografia Patrícia*” (ABELHA DO ITACULUMY, 12/01/1824).

Frei José Joaquim Viegas de Menezes – ajudou a construir a tipografia. Djalma Azevedo sugeriu que ele foi o redator, pois o *Compilador* teria cessado quando ele, como capelão militar, precisou viajar para o Rio de Janeiro (AZEVEDO, 2000, p.214).

Epígrafe: Não tinha.

2 _____ 1824_1825

Abelha do Itaculomy 3 números por semana

Tip. Patriótica de Barboza e Cia. Ouro Preto

Duração: 1824 a meados de 1825.

Preço: 10\$000 a.a.

Anúncios: Publicações Oficiais da Câmara de Ouro; Escravos e outros.

Locais de distribuição: Tipografia e casas de Nicolau Soares do Couto e João de Deus Magalhães Gomes.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem uma coleção quase completa, digitalizada.

Redatores supostos:

Manoel Soares do Couto – líder civil da revolta de 1833 em Ouro Preto, filho de Nicolau Soares do Couto, vereador e distribuidor da folha. Na necrologia de Manoel Soares do Couto

257 Não foi feita uma ficha em separado para o *Compilador Mineiro Extraordinário*.

se lê que foi redator desde os tempos da independência, e ao lado de D. Pedro I, situação na qual só a *Abelha do Itaculumy* se enquadra.

Pistas – A Abelha sempre se referia a seus redatores no plural. Para um correspondente os redatores seriam “*afetos à Grande Hierarquia, para o que tem fundados motivos...*” (ABELHA DO ITACULUMY, 24/03/1823). Existe a possibilidade de que os redatores da *Abelha*, ou um deles, fossem membros do primeiro Conselho de Governo, pois em 1826, em luta contra esse Conselho, *O Universal* (segundo redator) atacou a *Abelha* gratuitamente, debochando de seus redatores, que seriam “*alguns dos sete sábios da Grécia*”, mas não teriam obtido o mesmo sucesso do redator sem estudos e pobre d’*O Universal* (O UNIVERSAL, 13/3/1826). “*Um dos Redatores*” confessa que tinha um emprego público, e diz que não o procurou, mas foi procurado para ele (ABELHA DO ITACULUMY, 15/3/1824). Também sabemos que esse emprego o isentava de pagar impostos (ABELHA DO ITACULUMY, 9/7/1824).

Epigrafe:

Vence o trabalho tudo; o que cansou Seu espírito, e seus olhos algu’hora Mostrará parte alguma do que achou. Fer. à Bern.

3 _____ 1825_1825

*O Companheiro do Conselho**²⁵⁸

*

Tip. Patriótica de Barboza e Cia.

Ouro Preto

Preço: 40 rs. o exemplar.

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Redatores supostos:

Bernardo Pereira de Vasconcelos – era acusado disso mas negava.

Pistas - Um correspondente d’*O Universal* insinuou que o redator do *Companheiro* teria ocupado o cargo de tesoureiro de ausentes (O UNIVERSAL, 23/07/1825).

258 Os asteriscos marcam periódicos das quais os arquivos públicos não têm exemplares.

4 _____ 1825_1842

O Universal

3 números por semana²⁵⁹

Tip. Patriótica de Barboza e Cia., que foi comprada em 1827 e em 1832 mudou de nome para Tip. Patriótica do Universal. Ouro Preto

Preço: 70 réis o exemplar, ou 8\$400 ao ano (a.a.) até compra da tipografia, e depois 80 rs o exemplar, 10\$000 a.a.

Anúncios: Publicações Oficiais; Escravos e outros.

Distribuição: Só na tipografia até compra da tipografia. Depois, na nova fase, além da tipografia (Ouro Preto), nas casas de Baptista Caetano d'Almeida (São João Del Rei), Custódio Amâncio de Magalhães (Sabará), José Ferreira Carneiro²⁶⁰ (Vila do Príncipe).

Acervos: A Biblioteca Nacional tem a coleção quase completa. No final dos anos 1830, só na loja de Carvalho e Figueiredo.

Redatores:

José Pedro Dias de Carvalho – foi oficialmente o redator desde 1827 até 1842.

José Manoel Barboza – foi o quase confesso redator da segunda fase, entre 1826 e 1827. Acrescente-se que ele se diz “*falto de luzes, e de conhecimentos...*” (O UNIVERSAL, 9/12/1825), e também seria pobre (O UNIVERSAL, 21/12/1825), teria nascido em “*um lugar populoso*” (O UNIVERSAL, 23/6/1926). Barboza era autodidata, não era rico, e nasceu em Lisboa.

Bernardo Pereira da Vasconcelos – foi amplamente reconhecido como o verdadeiro principal redator até meados dos anos 1830, e talvez tenha sido o redator da primeira fase, em 1825.

Joaquim Antão Fernandes Leão - chegou a ser sócio da tipografia.

Benedito Theophilo Ottoni, Pe. José Felicíssimo do Nascimento – colaboraram ativamente em diferentes períodos.

Francisco Chagas Pinheiro – esteve à frente da Tipografia (20/4/1835).

Epígrafes:

Até de Outubro de 1828:

Rien n'est beau que le vrai; le vrai seul est aimable. Voltaire.

259 Em 1836 chegou a ser diário para publicar as atas da Assembleia Legislativa, mas não conseguiu e voltou a circular 3 dias por semana.

260 Em 1842 foi legalista, eleito deputado quando os Luzias estavam presos ou foragidos.

29 de outubro de 1828 até julho de 1831:

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem do exercício deste Direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar.

(Art. 179. Parágrafo 4 da Constituição)

1 de Julho de 1831 a janeiro de 1836:

Le peuple seul a le droit incontestable, inahenable et imprescriptible d'instituer le gouvernement, et aussi de le reformer, le corriger, ou le changer totulement, quand sa protection, sa sureté, sa propriété et son bonheur l'exigent. Bonnin. Doctrine Sociale.

1 de Janeiro de 1836 a janeiro de 1841:

A Ordem é banida dos lugares onde habita a tirania; a Liberdade se desterra dos países onde a desordem reina: estes dois bens deixam de existir, quando se separam. Droz.

1 de Janeiro de 1841:

In medio positas est virtus.

5 _____ 1825_1825

Diário do Conselho de Governo da Província de Minas Gerais

Dias incertos

Tip. Patriótica de Barboza e Cia.

Ouro Preto

Preço: 60 rs para assinantes, 80 rs avulso (O UNIVERSAL, 8/8/1825).

Anúncios: Sem anúncios nos números disponíveis.

Locais de distribuição: Nas lojas de Ten. Cel. Anacleto Antônio do Carmo, e Cap. João Teixeira Soares (O UNIVERSAL, 8/8/1825).

Acervos: A Biblioteca Nacional tem a coleção completa de 1825.

Redatores: Só se publicava as atas das reuniões da Assembleia Legislativa Provincial.

Epígrafe: Não tinha.

6 _____ 1825_1825

*O Patriota Mineiro**

Semanal

Tip. Patriótica de Barboza e Cia.

Ouro Preto

Preço: 80 rs o exemplar. 840 rs por trimestre.

Locais de distribuição: Tipografia e loja de Luiz Ventura Fortuna (O UNIVERSAL,

19/09/1825).

Redator suposto:

José Pedro Dias de Carvalho.

7 _____ 1826_1826

*Semanário Oficial da Província de Minas Gerais**

Incerto

Ouro Preto

Redator provável:

Luiz Maria da Silva Pinto – secretário do Conselho da Presidência. Provavelmente só publicava atas.

8 _____ 1827_1839

Astro de Minas

3 números por semana²⁶¹

Tip. do Astro de Minas.

São João Del Rei

Preço: 80 rs o exemplar. 10\$000 a.a.

Anúncios: Publicações Oficiais da Câmara de São João Del Rei, autoridades judiciais etc.; Escravos e outros.

Locais de distribuição: Tipografia, Evaristo Ferreira da Veiga (Rio de Janeiro); Nicolau Soares do Couto (Ouro Preto); Bento Rodrigues de Moura (Sabará). Já em 1831 esses locais deixaram de ser citados no cabeçalho do *Astro*.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem uma coleção razoável, quase completa até 1835, bastante lacunar nos três anos finais.

Redatores:

Pe. Francisco de Assis Braziel – redator semi-oficial.

Pe. José Antônio Marinho – redator oficial a partir de 1836.

Baptista Caetano d’Almeida – dono da tipografia, seria redator de fato.

Francisco José de Salles – Editor, e respondeu em juízo pelo *Astro de Minas*.

José Alcebiades Carneiro – publicamente reconhecido como redator por um período.

Teóphilo Ottoni – confessou que colaborou.

Epígrafes:

Plus... l’instruction deviendra commune a tous lês hommes, plus aussi les delicts serom rares

261 Em 1833 o *Astro de Minas* chegou a circular diariamente por alguns dias.

dans la scieté. Bonnin

A partir de 31 de Janeiro de 1829:

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem do exercício deste Direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar.

(Art. 179. Parágrafo 4 da Constituição)

9 de Abril de 1831:

Povos livres lembrai-vos desta máxima – a liberdade pode-se adquirir mas depois de perdida, não se pode recobrar. Rousseau.

14 de Abril de 1831:

Cabeçalho igual do *Novo Argos*.

3 de Janeiro de 1832: *Independência ou Morte* é substituído por *Independência Lei ou Morte*.

25 de Novembro de 1834 o Art 174 da Constituição é substituído por:

A verdade, odiada pelos tiranos, é a única salvaguarda dos Governos livres.

9 _____ 1828_18289?

*Atas das Seções do Conselho de Governo**

*

Ouro Preto

10 _____ 1829_1832

*Echo do Serro**

*

Tipografia do Echo do Serro

Tejuco (Diamantina)

Redatores:

Manoel Sabino de Sampaio Lopes – construtor da tipografia.

Pe. Bento de Araújo Abreu – redator oficial.

João Nepomuceno de Aguillar.

Teophilo Ottoni – colaborou.

Rodrigo de Souza Reis

Manuel Ciriaco de Abreu

Epígrafe:

Falai em tudo a verdade

A quem em tudo a deveis.

(Sá de Miranda)

(VEIGA, 1898, p.203)

11 _____ 1828_1828

*Precursor das Eleições** *

Tipografia Patriótica do Barboza.

Ouro Preto

12 _____ 1829_1832

O Amigo da Verdade

2 números por semana

Tip. de Maximiano Baptista e Comp.

São João Del Rei

Preço: 8\$000 a.a.

Anúncios: Publicações Oficiais de autoridade judiciárias (poucos). Escravos e outros.

Locais de distribuição: Tipografia; casa do redator (só primeiro número); Tipografia do *Telegrapho*.

Acervos: O Arquivo Público Mineiro tem números de 1829, digitalizados.

Redatores:

José Alcebíades Carneiro – teria sido redator somente no primeiro número, quando deu seu endereço na cabeçalho.

Pe. Luiz José Dias Custódio – foi o redator reconhecido por todos.

Pe. Verruga – Deste nada se sabe.

José Pedro Borges – Recebia as assinaturas em casa.

Antônio Maria Jourdan – Francês, tipógrafo, respondeu em juízo pelo *Amigo da Verdade*. Polemizou com o *Astro de Minas*.

Manoel Corrêa Gomes – teve parte a tipografia, que ofereceu à venda em 1831.

José Maximiano Baptista Machado – proprietário da tipografia.

Epígrafe:

C'est le choc des idées qui produit la vérité; comme le choc des corps durs produit la lumière. Philosophie de la nature. Tom. 7 pag. 88.

13 _____ 1829_1831

O Telegrapho 2 números por semana

Tip. de Côrtes e Cia. Ouro Preto

Preço: 80 rs o exemplar. 8\$000 a.a.

Anúncios: Publicações oficiais (ASTRO DE MINAS, 26/12/1829).

Locais de distribuição: Tipografia, casa de Maximiano Baptista (São João Del Rei, tipografia do Amigo da Verdade). Cel. Inácio Gonçalves Lopes (Pouso Alegre) por pouco tempo.

Acervos: O Arquivo Público Mineiro tem os números 169 e 171, de 1830.

Redatores:

José Gonçalves Côrtes – dono da tipografia. Confessou ter sido o redator.

Francisco de Assis Lorena – foi Governador das Armas. Também confesso.

João José Lopes – era ao mesmo tempo Presidente de Minas Gerais.

Cel. Francisco de Mello Franco.

Epígrafe:

Neque quisquam hominem libidin simul, et usui paruit.

14 _____ 1829_1834

O Novo Argos Semanal

Tip. do Universal. Ouro Preto

Preço: 80 rs o exemplar.

Anúncios: Publicações oficiais do governo provincial (poucas); Escravos e outros.

Locais de distribuição: Tipografias do *Universal*, do *Astro de Minas* e do *Echo do Serro*, casa do redator e casa de Patrício Pereira Campos.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem um acervo razoável, digitalizado.

Redatores oficiais:

Pe. Antônio José Ribeiro Bhering.

Herculano Ferreira Pena.

Pe. José Antônio Marinho.

Epígrafes:

Le genre humain est en marche; Et rien ne le fera retrograder. (De Pradt.)

A partir de 1 de Março de 1831 mudou para:

Se passados quatro anos, depois de jurada a Constituição do Brasil, se conhecer, que algum de seus artigos merece reforma, se fará a proposição por escrito, a qual deve ter origem na Câmara dos Deputados, e ser apoiada pela terça parte deles. Const. Art. 174.

A partir de 2 de Abril de 1831 acrescentou-se:

Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a Independência, e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos, ou internos. Const. Art. 145.

Independência ou Morte.

15 _____ 1829_1832

Mentor das Brasileiras Semanal

Tip. do Astro de Minas. São João Del Rei

Preço: 80 rs. o exemplar. 800 rs. o trimestre.

Anúncios: Não tinha.

Locais de distribuição: Evaristo da Veiga (Rio de Janeiro), Tipografia do *Universal*, Inácio Gomes Midões (Campanha), Bento Rodrigues de Moura e Castro (Sabará).

Acervos: A Biblioteca Nacional tem a coleção, digitalizada.

Redator oficial:

José Alcebíades Carneiro.

Epígrafe:

Rendez-vous estimables par votre sagesse, et vous moeurs. Sist.Soc.

16 _____ 1830_1832

*Semanário Mercantil** Semanal

Tipografia do Telegrapho Ouro Preto

Redator provável:

Cel. Francisco de Mello Franco – Sobre esse redator existe um caso curioso:

O Sr. Padre Andronico, Redator do *Athleta Sabarense* em uma Correspondência dirigida ao *Vigilante* declara que o N. 17. daquele periódico, que trouxe a – *Revista em Ordem de marcha*, não fora obra sua, mas sim do ex-Redator do *Semanário Mercantil* de Ouro Preto, hoje metamorfoseado em *Cidadão Livre*; que para fazer aquele disparate aproveitou-se de uns dias, em

que o mesmo Sr. Andronico esteve enfermo (O NOVO ARGOS, 26/1/1833).

17 _____ 1830

*A Constituição em Triumpho** *

Tipografia do *Amigo da Verdade* São João Del Rei

Redator:

Florêncio Antonio da Fonseca.

18 _____ 1831?

*O Mentor dos Brasileiros** *

Ouro Preto

19 _____ 1830-1832?

Diário do Conselho Geral da Província *

Tipografia d' *O Universal*. Ouro Preto

Redator:

José Pedro Dias de Carvalho (provavelmente só atas).

20 _____ 1830_1832

Estrella Mariannense Semanário

Tip. do Universal e em 1832 Tip. própria. Mariana/Ouro Preto

Preço: 80 rs o exemplar.

Anúncios: Publicações oficiais da Câmara de Mariana; Escravos e outros.

Locais de distribuição: Tipografias do *Universal*, do *Astro de Minas* e do *Echo do Serro*, na casa do redator (Mariana), e na botica de Patrício Pereira Campos (Ouro Preto).

Acervos: A Biblioteca Nacional tem um acervo quase completo, digitalizado.

Redator oficial:

Manoel Bernardo Acursio Nunan.

Epígrafe:

Desce dos altos Ceus verdade augusta

Aos Reis não seja tua voz estranha

O que devem saber, mostrar tu debes

Henri Cant. I.

21 _____ 1830_1832

Pregoeiro Constitucional

2 números por semana

Tip. do Pregoeiro Constitucional.

Pouso Alegre

Preço: 8\$000 a.a.

Anúncios: Publicações oficiais da Câmara de Campanha e dos Correios.

Locais de distribuição: Na tipografia, João Pedro da Veiga (Rio de Janeiro), Manoel Soares do Couto (Ouro Preto), Martiniano Severo de Barros (São João Del Rei), Bernardo Jacinto da Veiga (Campanha), Joaquim Antônio Alves Alvim (São Paulo), Antônio Clemente dos Santos (Guaratinguetá).

Acervos: A Biblioteca Nacional tem um acervo razoável dos anos 1830 e 1831.

Redatores conhecidos:

Pe. José Bento Leite Ferreira de Mello.

Pe. João Dias de Quadros Aranha.

Epígrafe:

Outrager est d'un fou, flatter est d'un esclave, Il faut bannir l'audace, et non la liberté, La balance a la main, peser la verité. Bernis sur l'indépendance.

22 _____ 1830_1832

*Sentinella do Serro**

Semanal

Tip. de A. F. Carneiro.

Serro Frio

Preço: 4\$000 a.a.

Anúncios: Existe uma única foto de uma primeira página, e ela tem uma ata da Câmara da Vila do Príncipe.

Locais de distribuição: Tipografia; casa de Joaquim Borges de Oliveira.

Redator oficial:

Benedito Theophilo Ottoni.

Epígrafe:

O fim de toda associação prática é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem. Estes direitos são: a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência à opressão. (VEIGA, 1898, p.205)

23 _____ 1831_1831

*O Soldado** *

Tip. do Telegrapho. Ouro Preto

Redator:

Francisco de Assis Lorena.

24 _____ 1831_1833

*O Diamantino** *

Tip. do Venâncio Ribeiro Mourão. Diamantina

Redatores prováveis:

Venâncio Ribeiro Mourão.

João Nepomuceno de Aguillar.

Rodrigo de Sousa Reis.

Manoel Ciriaco de Abreu.

Clementino Rabelo Campos.

Misael Felisíssimo Aguillar.

25 _____ 1832_1832?

*Itambé do Serro**²⁶² *

Itambé do Serro (Santo Antônio do Itambé)

26 _____ 1832_1832?

*O Liberal do Serro** *

Tipografia própria Itambé do Serro (Santo Antônio do Itambé)

Redator:

Giraldo Pacheco de Melo – construiu a tipografia.

27 _____ 1832_1832?

*Homem Social** *

Tip. da Sociedade Patriótica Mariana

Redator provável:

Pe. Antonio José Ribeiro Bhering.

262 É possível que essa folha não tenha existido, ou que seja o *Liberal do Serro* com o nome trocado.

28 _____ 1832_1832?

*União Fraternal** *

Tip. da Sociedade Patriótica Mariana

Redator:

Sociedade Patriótica indicava.

29 _____ 1832_1834

Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública Irregular²⁶³

Tip. do Universal. Ouro Preto

Preço: 4\$000 a.a.

Anúncios: Só um anúncio do próprio redator, portanto, sem anúncios nos números existentes.

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem um acervo bastante lacunar, digitalizado.

Redatores indicados pela Sociedade:

Pe. José Antonio Marinho;

Manoel Joaquim d'Oliveira Cardozo;

Pe. Justiniano da Cunha Pereira.

Epígrafe:

Igualdade, Liberdade, Justiça; eis d'ora em diante o nosso Código, e o nosso estandarte.
Volney.

30 _____ 1832_1835

O Vigilante 2 números por semana²⁶⁴

Tip. da Sociedade Pacificadora. Sabará

Preço: 80 rs o exemplar. 8\$000 a.a.

Anúncios: Publicações oficiais da Câmara de Sabará; Escravos e outros.

Locais de distribuição: Francisco Xavier Barbosa, Valeriano Manso dos Reis Costa, José Rodrigues Mariano etc. sempre quem fosse o tesoureiro da Sociedade Pacificadora.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem números de 1833 a 1835, digitalizados.

263 Oficialmente era semanal, mas não o conseguiu.

264 Em momentos de crise reduziu a periodicidade para semanal.

Redatores indicados pela Sociedade:

Pedro Gomes Nogueira – dissolvida a sociedade, comprou a tipografia.

Pe. Mariano de Souza Silvino.

Antônio Pereira da Fonseca.

Epígrafe:

Unis en faisceau vous serez invincibles, pris séparément vous serez brisés comme des roseaux.
Volney.

4 de Maio de 1833:

Voilà les effets d'el union: Unis en faisceau vous serez invincibles, pris séparément vous serez brisés comme des roseaux. Volney.

31 _____ 1832_1833?

*Miscelanea** *

Tip. da Sociedade Pacificadora. Sabará

Redatores possíveis:

Sr. Fonseca (Antônio Pereira da Fonseca) – foi quem reclamou, em reunião da Sociedade Pacificadora pelo atraso na publicação dessa folha.

Manoel de Freitas Pacheco – vereador, publicou na folha contra outros vereadores, que lhe pediram que permitisse direito de resposta.

Pistas - O redator teria pouco tempo de residência em Sabará (O VIGILANTE, 19/1/1833), e ficou ao lado legalista durante a sedição de 1833.

32 _____ 1832_1832

*Athleta Sabarense** *

Tip. da Sociedade Pacificadora. Sabará

Redator:

Pe. Francisco Andrônico Ribeiro.

Cel. Pedro Gomes de Nogueira – teria sido o criador.

Epígrafe:

Melhor nos é morrer na dura guerra
Do que ver nossa pátria escravizada.

(VEIGA, 1898, p.194).

33 _____ 1832_1837

Opinião Campanhense 2 números por semana

Tip. da Opinião Campanhense. Campanha

Preço: 1\$600 por trimestre.

Anúncios: Publicação Oficial da Fazenda Pública e outros, nos 2 exemplares disponíveis na Biblioteca Nacional.

Locais de distribuição: João Pedro da Veiga (Rio de Janeiro), Manoel Soares do Couto (Ouro Preto), Martiniano Severo de Barros (São João Del Rei), Bernardo Jacinto da Veiga (Campanha), Francisco de Paula Pereira e Mello (Pouso Alegre) Joaquim Antônio Alves Alvim (São Paulo), Antônio Clemente dos Santos (Guaratinguetá).

No número de 1836 Manoel Soares do Couto foi substituído por José Pedro Dias de Carvalho e o distribuidor de São Paulo sumiu.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem somente os números 39 e 366, de 1832 e 1836, digitalizados.

Redatores:

Bernardo Jacinto da Veiga;

Lourenço da Veiga.

Epígrafe:

Um povo não pode conservar uma forma de governo Livre, e a felicidade que resulta da Liberdade, se não por uma adesão firme, e constante, à regras da justiça; e da moderação. Aforismos de Bonnin.

34 _____ 1832_1833

*O Constitucional Mineiro*²⁶⁵ 2 números por semana

Tip. do Constitucional Mineiro. São João Del Rei

Preço: 8\$000 a.a.

Anúncios: Escravos e outros.

265 Xavier da Veiga fala de outro Constitucional de 1832, em Ouro Preto, mas como a epígrafe que ele cita é a do Constitucional de 1846, é provável que um erro de data gerou uma duplicação.

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem números de 1832 e 1833.

Redator provável:

Frei Francisco Freire de Carvalho.

Epígrafe:

Mens, et animus, et consilium, et sententia. Civilitatis posita est in Legibus... Legum ideo omnes servi sumus, ut liberi esse possimus.

Cícero pro Cluentio.

Vereis amor da Pátria, não movido

De Prêmio vil; mas alto, e quase eterno.

Cam. Cant. I. Est. 10.

35 _____ 1832_1833?

*O Papagaio** Semanal

Tip. do Constitucional Mineiro. São João Del Rei

Preço: 60 rs. o exemplar. 640 rs. o trimestre.

Locais de distribuição: Na tipografia.

Redatores conhecidos:

Luiz Joaquim Nogueira da Gama;

Francisco Joaquim de Araújo Pereira da Silva.

36 _____ 1832_1833

*O Cidadão Livre** Semanal

Tipografia do Cidadão Livre Caeté

Preço: 800 rs. o trimestre.

Locais de distribuição: Em São João del Rei, na tipografia do *Constitucional Mineiro*.

Redator provável:

Cel. Francisco de Mello Franco.

37 _____ 1833_1833

*Despertador Mineiro** 2 números por semana

Tipografia do Cidadão Livre Caeté

Redator conhecido:

Dr. Jacinto Rodrigues Pereira Reis.

Epígrafe:

*Eu só, eu próprio, no geral desmaio
Do relâmpago, irei sem mais socorro;
E quando ele depare o falso raio
Ou descubro a impostura ou forte morro.*
(VEIGA, 1898, p.194)

38 _____ 1833_1833

*O Relâmpago** *

Tipografia do Cidadão Livre Caeté

Redatores prováveis:

Os mesmos do *Despertador Mineiro* e do *Cidadão Livre*.

Nos Anais da BN seria **Aristóteles Alves Pinto**.

39 _____ 1833_1837?

O Recopilador Mineiro 2 números por semana

Tip. do Pregoeiro Constitucional. Pouso Alegre

Preço: 80 rs o exemplar. 6\$400 a.a.

Anúncios: Publicações oficiais da Câmara de Pouso Alegre; Escravos e outros.

Locais de distribuição: Tipografia e Francisco de Paula Pereira de Mello.

Acervo: A Biblioteca Nacional tem uma coleção de 1833 a 1836, digitalizada.

Redatores conhecidos:

Pe. José Bento Leite Ferreira de Mello.

Pe. João Dias de Quadros Aranha.

Epígrafe:

Consentir que a perfídia a traição, e o despotismo ofendam a Liberdade, é um crime. Rev. Sem.

40 _____ 1833_1833

*O Grito do Povo** *

Tip. de Leyraud. Ouro Preto

Acervos: Em 1838 já era difícil encontrar uma coleção.

Redator possível:

José Gonçalves Côrtes – foi acusado disso, mas negou.

41 _____ 1833_1833

A Legalidade em Triumpho Incerta

Tip. do Constitucional Mineiro. São João Del Rei

Preço: Não tem preço. Não se sabe nem se era vendido.

Anúncios: Sem anúncios no único número disponível.

Locais de distribuição: Tipografia do *Astro de Minas* e casa de Martiniano Severo de Barros.

Acervos: Biblioteca Nacional tem digitalizado o número 4, de 16 de maio de 1833.

Redatores:

Todos os redatores Liberais de Ouro Preto tinham se refugiado em São João Del Rei.

Epígrafe:

Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e Integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos, e internos. Const. do Imp. Art. 145.

42 _____ 1831_1833?

*Gazeta de Minas** *

Ouro Preto

Locais de distribuição: As assinaturas podiam ser feitas na Biblioteca Pública (O UNIVERSAL, 30/5/1831).

Acervos: Em 1838 já era difícil encontrar uma coleção.

Epígrafe:

Le institutions ne sont pas faites pour les gouvernans; elles sont faites pour les gouvernés. On peut done déplacer les hommes qui gouvernent et em mettre d'autres à leur place, sans rien changer aus institutions, ou á la forme du gouvernement, et c'est ce que doit faire tout people qui vent se fixer à quelque chose et ne pas marcher de revolution en revolution.

(VEIGA, 1898, p.196).

43 _____ 1833_1833

*O Exorcista** *

Tip. de Venâncio Ribeiro Mourão Diamantina

Redatores prováveis:

Venâncio Ribeiro Mourão.

João Nepomuceno de Aguillar.

Rodrigo de Sousa Reis.

Manoel Ciriaco de Abreu.

Clementino Rabelo Campos.

Misael Felisíssimo Aguillar.

44 _____ 1833_1833

Tareco Militar Avulso

Tip. de Leyraud. Ouro Preto

Preço: 40 rs. o exemplar. Só avulsos.

Anúncios: Sem anúncios nos 2 exemplares disponíveis na Biblioteca Nacional.

Locais de distribuição: Tipografia e casa de Francisco Magalhães Gomes.

Acervo: A Biblioteca Nacional tem os números 1 e 10, de julho e outubro de 1833.

Redator condenado:

João Martins de Moura Duque Estrada.

Francisco de Magalhães Gomes

Epígrafe:

Vinde Chimangos, vinde Nazários, Que o Tareco alerta está.

45 _____ 1833_1833

O Mineiro

Tip. de Leyraud. (Ouro Preto)

Preço: 80 rs. o exemplar. 1\$600 o trimestre. 2 por semana.

Anúncios: Nenhum anúncio nos 4 números disponíveis.

Locais de distribuição: Srs. Buzilin e Laborne e casa de Francisco Magalhães Gomes.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem os números 27, 28, 29 e 31, de outubro de 1833.

Redator:

Pistas - O redator tinha a profissão de barbeiro, e era “sedicioso”, ou seja, participara do movimento armado de 22 de março de 1833 (O NOVO ARGOS, 28/7/1833).

Epígrafe:

Citoyen, aimes-tu la liberté? Oui, si c'est une garantie donnée a chacun contre l'oppression; non, si c'est un mot don't se servent les persecuteurs pour sanctionner leurs crimes...

46 _____ 1833_1834

*Permanente** *

Tipografia: Provavelmente do Universal Ouro Preto

47 _____ 1833_?

*Revisor** *

Tipografia: Provavelmente do Universal Ouro Preto

Redator:

Pe. Antonio José Ribeiro Bhering.

48 _____ 1833_?

*Sabarense** Semanal

Tip. da Sociedade Pacificadora. Sabará

49 _____ 1833_1835?

*Noticiador Serrano** Semanal

Tipografia de Veríssimo e Sócios Vila do Príncipe (Serro Frio)

Redator:

Veríssimo Pereira dos Reis

Epígrafe:

Prefiro os tumultos da Liberdade ao socego da escravidão.

50 _____ 1833_?

*Tribuno do Serro** *

Diamantina

51 _____ 1834_?
*Guarda Nacional Marianense** *

Mariana

52 _____ 1834_1836 ou 38
*Espelho da Verdade** Semanal

Sabará

Possível redator:

Feliciano Ferraz da Costa.

53 _____ 1835
*Diabo Coixo** Semanal

Tip. da Sociedade Pacificadora. Sabará

Preço: 40 rs o exemplar.

Locais de distribuição: Na casa do redator.

Redator:

Antônio Pereira da Fonseca.

54 _____ 1835_?
Estafêta^{*266} *

Tipografia: provavelmente a do Cel. Pedro Gomes Nogueira. Sabará

Redatores:

Antonio Gomes Baptista

Pe. Dr. José Mariano Gomes Baptista.

55 _____ 1835_?
*Oposição Constitucional** *

Tipografia: Provavelmente a do Astro. São João Del Rei

Redatores conhecidos:

266 Várias folhas tiveram mais de uma fase, como *O Parahybuna* e *O Universal*, mas somente no caso do *Estafeta* foi necessário considerar como dois periódicos diferentes, dado o lapso de tempo, com enormes mudanças conjunturais, entre 1835 e 1842. Só existem números da segunda fase.

Pe. José Antônio Marinho;

Bernardo Pereira de Vasconcelos – Marinho confessou ser redator e entregou que Vasconcellos também o fora nos primeiros números, e depois fez dele um dos principais alvos da folha.

56 _____ 1835_?

*Reformista** *

Tipografia: Provavelmente do Universal Ouro Preto

57 _____ 183?_?

*Coruja** *

Tipografia: provavelmente a do Cel. Pedro Gomes Nogueira. Sabará

58 _____ 1836_1840

*O Parahybuna*²⁶⁷ 2 por semana

Tip. do Parahybuna. Barbacena

Preço: 80 rs o exemplar. 8\$000 a.a..

Anúncios: Publicações Oficiais da Câmara de Barbacena; Escravos e outros.

Locais de distribuição: Na 1ª fase: João Gualberto Teixeira de Carvalho e José Bento da Costa e Azedias (Tipografia). Na 2ª fase: Tipografia, João Gualberto Teixeira de Carvalho e Roberto Francisco dos Reis.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem uma coleção razoável de números entre 1837 e 1839.

Redatores:

Justiniano da Cunha Pereira – redator oficial da primeira fase.

Joaquim Manoel da Freiria – assinou como responsável ao final da segunda fase.

Bernardo Pereira de Vasconcelos – todos o responsabilizavam pelo Parahybuna.

José Bento da Costa Azedias – supõem-se.

João Gualberto Teixeira de Carvalho – supõem-se.

Epígrafe:

Os homens passam, passam as circunstâncias; mas os princípios subsistem, Deus louvado, à despeito das intrigas, à despeito das paixões, em todas as lutas saem triunfantes, e sabem vingar-se dos ultrajes que lhes irrogam a má fé, a ambição, ou a ignorância. Discurso do

267 O Parahybuna teve duas fases, com redatores diferentes, separadas por alguns meses, mas manteve epígrafe, preço, linha política etc.

Deputado Vaconcelos.

59 _____ 1836_?

A Razão Semanal

Tip. Sabarense. Sabará

Preço: 4\$000 a.a.

Anúncios: Sem anúncios no único número da Biblioteca Nacional.

Locais de distribuição: Tipografia e Nicolau Soares do Couto (Ouro Preto).

Acervos: A Biblioteca Nacional tem apenas o número 3, de 21/9/1836.

Epígrafe:

Rationem, quo ea me cumque ducet, sequar. Cícero in Tuscul.

60 _____ 1836_1836

*Correio da Assembleia Provincial de Minas Gerais** Dias incertos

Tipografia do Universal Ouro Preto

Preço: 6\$000 por seção = número.

Locais de distribuição: Tipografia.

61 _____ 1837_1842

O Guarda Nacional Mineiro Semanal

Tip. do Universal. Ouro Preto

Preço: 80 rs o exemplar. 4\$000 a.a.

Anúncios: Escravos, editais da presidência da Província e de juízes de paz e outros (poucos).

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem um acervo razoável da primeira fase, até 1840. Mas nada da fase de 1841 a 1842.

Redatores:

Pe. José Felicíssimo do Nascimento – reconhecido como redator da primeira fase;

Luis Fortunato de Souza Carvalho;

Teophilo Ottoni – foi acusado disso.

Epígrafe:

Roma não tinha Leis, quando Tarquinio

De Cidadãos Romanos fez escravos?

19 de Janeiro de 1839:

Poucos somos, mas livres, mas ousados.

Começou 1840 sem epígrafe.

12 de Agosto de 1840:

Só Pedro e Constituição

Ao Brasil podem salvar,

Quem aos dezoito governa

Pode aos quinze governar.

62 _____ 1838_1843

O Correio de Minas

2 números por semana²⁶⁸

Tip. do Correio de Minas.

Ouro Preto

Preço: 8\$000 a.a.

Anúncios: Publicações Oficiais da Assembleia Legislativa (da qual recebia 800\$ a.a.), da Tesouraria etc. preenchem quase todo a jornal; Escravos e outros.

Locais de distribuição: Tipografia e loja de Francisco Magalhães Gomes (só nos números de 1841).

Acervos: A Biblioteca Nacional tem uma coleção que se inicia em 1841 e termina em 1842. O Arquivo Público Mineiro tem números do final de 1842, até o início de 1843. Ambas as coleções têm grandes lacunas.

Redatores:

Manoel Soares do Couto – oficial.

Antonio Gomes Candido.

Honório P. de Azeredo Coutinho.

Editor:

Jacques Augusto Cony.

Epígrafe: Não tinha.

268 *O Correio de Minas* chegou a ser diário, em períodos em que estava no governo e a política, ou as encomendas de publicação de muitas atas, assim o exigiam.

63 _____ 1838_1840

O Unitário Semanal

Tip. do Correio de Minas. Ouro Preto

Preço: 60 rs o exemplar. 3\$200 a.a.

Anúncios: Quantidade de anúncios insignificante, nenhum de escravo.

Locais de distribuição: Loja de Francisco Magalhães Gomes.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem um acervo razoável.

Redatores: Seriam os mesmos do *Correio de Minas*.

Epígrafe: Não tem.

64 _____ 1838_?

*O Monarquista** *

Tipografia: Provavelmente a do Astro. São João Del Rei

Redatores possíveis:

Pe. José Antonio Marinho;

Pistas - Um estudante da Faculdade de Direito de São Paulo seria o redator.

Epígrafe:

Não é como bárbara, nem religiosa, nem imparcial, que a realeza moderna, a resultante de todas, exerce seu império; mas como depositária e protetora da ordem pública, da justiça geral, do interesse comum, como uma grande magistratura, centro e laço da sociedade. Ela apenas possui o poder limitado, incompleto, acidental, o poder (para nos servirmos da expressão mais exata) de grande juiz de paz da Nação. Guizot – Cours d'histoire.

(VEIGA, 1898, p.202).

65 _____ 1839_1841

O Popular Semanal

Tip. de Lima Silva & Veloso. São José Del Rei/ Tiradentes

Preço: 80 rs o exemplar. 4\$000 a.a.

Anúncios: Escravos e outros.

Locais de distribuição: Tipografia, Martiniano Severo de Barros (São João Del Rei), Maximiano Baptista (São João Del Rei), José Felicíssimo Nascimento (Ouro Preto), José

Gonçalves Gomes e Sousa (Barbacena).

Acervos: A Biblioteca Nacional tem números digitalizados de 1840.

Redatores:

Pistas – Seria o dono da tipografia.

Epígrafe:

A Liberdade não consiste no poder de fazer o que se quer, mas sim o que as Leis permitem.

Montesquieu.1

66 _____ 1840_?

*A Igualdade** *

Tip. de Lima Silva & Veloso.

São José Del Rei/ Tiradentes

Preço: 40 rs o exemplar.

67 _____ 1840_1840

O Americano Semanal

Tip. de Pimentel.

São João Del Rei

Preço: 4\$000 a.a..

Anúncios: Escravos, atas da Assembleia Legislativa, editais do presidente de Minas Gerais e outros.

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem uma coleção incompleta digitalizada.

Redatores:

Pe. José Antônio Marinho – o declarou na Câmara de Deputados.

Domiciano Leite Ribeiro – supõe-se.

Epígrafe:

O dia não está longe, em que possamos exigir que um meridiano convencional divida o Oceano, que separa os dois hemisférios; de maneira que nenhum canhão Europeu se faça ouvir a quem, e nenhum Canhão Americano além desta linha. Jefferson Carta a William Sport.

68 _____ 1840_1840
*O Monarquista Leal** *
 Ouro Preto

Epígrafe:

Não creio em utopias, não creio em entusiasmo: o entusiasmo passa, as utopias não se realizarão, e a nossa moléstia continuará. (B.P.V.)

(VEIGA, 1898, p.197).

69 _____ 1841_1841
*Setembrista** Avulsos²⁶⁹
 Ouro Preto

Redatores conhecidos:

Antonio Gomes Cândido;

Joaquim Dias Bicalho.

70 _____ 1840_1842
Echo da Rasão Semanal
 Tip. da Sociedade Tipográfica. Barbacena

Preço: 4\$000 a.a.

Anúncios: Publicação Oficial dos Correios de Formiga e Escravos, nos 4 exemplares disponíveis na Biblioteca Nacional.

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem somente os números 15 e 16 de 1840, e os números 66, 79, 80 e 82 de 1842.

Redator conhecido:

Camilo Maria Ferreira Armond.

Epígrafe:

Omne regnum, divisum contra se, dessolabitur.

Todo o reino dividido contra si, será dessolado.

269 Além de avulsos, sem periodicidade certa, eram enviados particularmente, ou seja, não eram vendidos publicamente.

71 _____ 1841_1842

O Despertador Mineiro

Semanal

Tip. de Pimentel.

São João Del Rei

Preço: 4\$000 a.a.

Anúncios: Escravos, publicações da Câmara e do presidente rebeldes e outros.

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem alguns números de 1842.

Redatores prováveis:

Pe. José Antonio Marinho;

Benedito Theophilo Ottoni;

Domiciano Leite Ribeiro.

Epígrafe: Não tinha.

72 _____ 1842_1842

*O Legalista**

2 números por semana

Tipografia do *Correio de Minas*

Ouro Preto

Editor:

Jacques Augusto Cony.

Epígrafe:

Com esforços anárquicos nada se funda, e é para fundar que os esforços da Liberdade devem ser destinados. (Sismonde de Sismondi).

(VEIGA, 1898, p.197).

73 _____ 1842_1842

Bulletim da Legalidade no Serro

Números avulsos

Tip. de Veríssimo P. dos R.

Arraial do Gambá/Serro Frio

Preço: 60 rs.

Anúncios: Sem anúncios no único número da Biblioteca Nacional.

Locais de distribuição: Loja de Francisco Assis Medina (arraial do Gambá) e casa de Bento Ferreira Carneiro (arraial da Cavahada).

Editor: Giraldo Pacheco de Melo.

Epígrafe: Não tinha.

74 _____ 1842_1842
*Estafêta*²⁷⁰ Incerta²⁷¹

Tip. Patriótica Sabarense, depois Tip. de P.G.Nogueira, que seria “própria”. Sabará

Preço: 80 rs o exemplar. 4\$000 a.a.

Anúncios: Escravos, publicações oficiais de Caxias do governo provincial, e outros, mas não se sabe se pagas.

Locais de distribuição: Casa de José Candido da Costa e Tipografia de P.G. Nogueira.

Acervos: A biblioteca Nacional tem a coleção completa de 12 números dessa fase de 1842.

Epígrafe:

A associação com os maus é o primeiro castigo do crime.

7 de Novembro de 1842 muda para:

L'amitié est de tous les sentiments celui que l'on connait le moins par experience, et celui dont on parle le mieux. E. Jony.

75 _____ 1842_1844
A Ordem 2 números por semana

Tip. da Ordem. São João Del Rei

Preço: 80 rs o exemplar. 8\$000 a.a.

Em 1844 sobe para 9\$000 fora da cidade.

Anúncios: Publicações Oficiais da Câmara de São João Del Rei; Escravos e outros.

Locais de distribuição: Tipografia, José Bento da Costa Azedias (Barbacena), Martiniano Severo de Barros (São João Del Rei em 1842), José Coelho de Moura (São João Del Rei em 1844).

Acervos: A Biblioteca Nacional tem números de 1842 e de 1844.

Redatores:

270 Como já se disse, existiu um Estafeta em 1835, na mesma cidade, provavelmente redigido pelas mesmas penas, mas distância no tempo e a mudança conjuntural não permitem considera-los o mesmo periódico.

271 Oficialmente, em sua fase de 1842, o *Estafeta* deveria ser semanal. Mas não o conseguiu. Deu os 12 números referentes a um trimestre, mas demorou quase um semestre para isso. Os arquivos públicos não têm números da primeira fase.

Pe. Luiz José Dias Custódio;
Gabriel Mendes dos Santos;
Firmino Rodrigues da Silva.

Epígrafe:

Viva o Imperador

Avec des efforts anarchiques on reverse, et on ne onde rien; Or, c'est fonder que des efforts vraiment liberaux deivent etre destinês. Sysmonde di Sysmondi Estud. sobr. as Const. dos Pov. Livr.

Com esforços anárquicos tudo se derroca, e nada se edifica; Ora em edificar é que se devem empregar todos os esforços verdadeiramente liberais.

76 _____ 1843_1845

O Itacolomy

Tip. do Itacolomy, depois Tip. Imparcial.

Ouro Preto

Preço: De 80 rs a 100 rs o exemplar. De 8\$000 para 10\$000 a.a.

Anúncios: Publicação Oficial da Diocese; Outros. Só 3 números na Biblioteca Nacional e 3 no Arquivo Público Mineiro.

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem 3 números digitalizados, e o Arquivo Público Mineiro tem outros 3 números digitalizados.

Redatores:

Benedito Theophilo Ottoni;

Joaquim Antão Fernandes Leão;

José Pedro Dias de Carvalho.

Editores:

Pe. Antonio de Souza Braga;

Florentino Carlos Prudente;

João Nepomuceno Bandeira.

Epígrafe:

A Constituição reconhece, e garante o direito de intervir todo o Cidadão nos negócios de sua Província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares. Constituição Política do Império, art. 71.

77 _____ 1844_?

O Governista Mineiro. *

Tip. de Pimentel. São João Del Rei

Redatores:

Pistas - Tinha redatores, no plural, e um editor, que antes teriam sido protegidos de Martiniano Severo de Barros, que tinha mudado de lado político (A ORDEM, 12/10/1844).

78 _____ 1845_1845

Correspondente. *

Ouro Preto

79 _____ 1844_1846

O Publicador Mineiro 2 números por semana

Tip. do Publicador Mineiro. Ouro Preto

Preço: 80 rs o exemplar. 8\$000 a.a, mais 8\$960 com correios.

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Acervos: O Arquivo Público Mineiro tem o número 178, de 31/1/1846.

Redatores:

Firmino Rodrigues da Silva;

Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos.

Editor:

Rufino Dias Pereira.

Júlio José Maria Justino.

Epígrafe:

A escola da autoridade é a única legítima por que é a única realizável um governo filho da revolta não pode marchar um só dia, em virtude de seu princípio, e espira se o não combate.

– *Capefigue.*

80 _____ 1846_1847

O Constitucional 2 números por semana

Tip. Imparcial. Ouro Preto

Preço: 120 rs o exemplar. Depois 160 rs o exemplar (tamanho dobrou). 10\$ a.a.

Anúncios: Publicações oficiais provinciais diversas, da presidência e da tesouraria. Escravos e outros.

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem o número 1, e o Arquivo Público Mineiro tem uma série incompleta.

Redatores:

Joaquim Antão Fernandes Leão;

Pe. José Antonio Marinho.

Editor:

Florentino Carlos Prudente.

Epígrafe:

Il y a beaucoup a faire pour le peuple, mais une volonté constante peut tout accomplir.
(Sismondi)

81 _____ 1847_1847

*Echo de Minas** *

Ouro Preto

82 _____ 1847_1849?

O Itamontano 2 números por semana

Tip. Social de Joaquim Carlos de Figueiredo. Ouro Preto

Preço: 9\$000 a.a. para Ouro Preto, 10\$000 a.a. para os outros.

Anúncios: Publicações Oficiais da Assembleia Legislativa; Escravos e outros.

Locais de distribuição: Tipografia e negociante Joaquim Carlos de Figueiredo.

Acervos: O Arquivo Público Mineiro tem um exemplar digitalizado.

Redatores:

Joaquim Antão Fernandes Leão – seria o sustentador financeiro.

José Rodrigues Duarte – acusado de ser pena de aluguel.

Domingos Soares Ferreira Pena**José Antônio Rodrigues** – correspondente de São João Del Rei.

83 _____ 1848_?

O Noticiador 6 vezes ao mês em dias indeterminados

Tip. do Noticiador. Ouro Preto

Preço: 2\$000 ao trimestre.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem 13 números de 1848.

Impressor: Francisco de Assis Costa.

84 _____ 1849_1850

*A Voz do Povo Oprimido** Semanal em dias indeterminados

Tip. de M. M. Franco e Cia. Ouro Preto

Preço: 4\$000 ao ano.

Anúncios: Publicações Oficiais da Assembleia Legislativa (O POVO)

Redatores:

José Rodrigues Duarte – acusado de ser pena de aluguel.**Joaquim Antão Fernandes Leão.**

Epígrafe:

*Seja a doutrina dos Livres,**Não provocar, convencer;**Mas levado ao apuro,**Ou triunfar ou morrer.*85 _____ 1849_1849²⁷²*O Povo* Semanal

Tip. Imparcial. Ouro Preto

Preço: 40 rs o exemplar. 2\$000 a.a.

Anúncios: Sem anúncios.

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Acervo: A Biblioteca Nacional tem uma coleção quase completa.

272 *O Povo* teve uma segunda fase já em 1851 (MASCARENHAS, 1961, p.193).

Redatores supostos:

Luiz Antônio Barboza;

Francisco de Paula Santos;

Manoel Teixeira de Souza (Barão de Camargos).

Editores:

Silvério Ribeiro de Carvalho;

Francisco de Paula Alves de Azevedo.

Epígrafe:

Venha do povo o rubido ferrete,

Que assinale de hipocrisia a fronte,

Lançados por misérrimo ludíbrio

Às pragas, aos baldões tão merecidos (Philinto Elisio).

Redatores:

86 _____ 1849_1851

*O Conciliador**

2 números por semana

Tip. Social.

Ouro Preto

Preço: 120 rs o exemplar. 8\$000 a.a.

Anúncios: Publicações oficiais da Assembleia Legislativa e da Presidência da Província;

Escravos e outros.

Locais de distribuição: Só na tipografia.

Editor:

Francisco de Assis Costa.

87 _____ 1850_1852

O Apóstolo

Semanal

Tipografia de Duarte e Gama

Ouro Preto

Redator:

Domingo Soares Ferreira Pena.

88 _____ 1843_1844
O Atheneu Popular Semanal²⁷³

Tip. do Itacolomy. Ouro Preto

Preço: Sem informações.

Anúncios: Nenhum anúncio no único número disponível.

Locais de distribuição: Sem informações.

Redatores:

Pe. Antonio de Souza Braga – editor.

Bernardo Xavier Pinto de Souza.

Epígrafe:

Cura an aliqua nostri, nescio; nos certe meremus ut sit aliqua, nun dico ingenio, id enim superbum, sed studi, sed labore, sed reverentia posterum. (Plinius Junior).

89 _____ 1845_1848

Recreador Mineiro 2 números por mês

Tip. Imparcial. Ouro Preto

Preço: 400 rs o exemplar com 16 páginas. 1\$200 com estampa. 6\$000 a.a. para Ouro Preto, 7\$000 para outros locais.

Anúncios: Só da própria tipografia/editora, portanto não tinha.

Locais de distribuição: Tipografia e agências do Correio de Minas Gerais.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem uma coleção completa.

Redator provável:

Bernardo Xavier Pinto de Souza – como era praticamente uma revista literária, seria um organizador.

Epígrafe: Não tinha.

90 _____ 1846_1847

Selecta Católica 2 números por mês

Tip. Episcopal. Mariana

Preço: 320 rs o exemplar (32 páginas). 6\$000 a.a..

273 Anunciou em 1844 que passaria a mensal e com mais páginas, o que significa que pode ter “virado” o *Recreador Mineiro*.

Anúncios: Só da própria tipografia, portanto não tinha.

Locais de distribuição: Sem informações.

Acervos: A Biblioteca Nacional tem uma coleção razoável, digitalizada.

Redator:

Bispo Antônio Ferreira Viçoso.

Epígrafe: Não tinha.

91 _____ 1843_1847

O Compilador Variou²⁷⁴

Tipografia do Itacolomy em 1843, do Correio de Minas no início de 1844, do Publicador Mineiro em 1844 e 1845, na Tipografia Imparcial em 1846, Tipografia de Silva em 1847
Ouro Preto

Acervos: A Biblioteca Nacional tem uma coleção completa, digitalizada.

Redatores:

Eram publicadas somente as atas da Assembleia Legislativa Provincial.

Epígrafe: Não tinha.

92 _____ 1850

Diario da Assembleia Legislativa de Minas Gerais 2 números por semana

Tipografia Social Ouro Preto

Acervos: A Biblioteca Nacional tem uma coleção completa digitalizada.

Redatores:

Eram publicadas somente as atas da Assembleia Legislativa Provincial.

93 _____ 1845_?

*Buletim Official** *

Tip. Imparcial. Ouro Preto

94 _____ 1845_?

*Expediente do Governo Provincial** *

Ouro Preto

274 Só circulava por alguns meses, pois a Assembleia Legislativa só se reunia por alguns meses. Em cada ano teve uma periodicidade diferente.